

TÃO LONGE, TÃO PERTO

A casa vernacular
e as dinâmicas
da tradição



Rubenilson Brazão Teixeira
com a participação de Edja Trigueiro

Rubenilson
Brazão Teixeira

com a participação de
Edja Trigueiro

**TÃO LONGE,
TÃO PERTO** A casa vernacular
e as dinâmicas
da tradição



RECIFE
2024

APOIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho

EDITORA ASSOCIADA À



EDITORA UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

CONSELHO EDITORIAL (CONED)

Alex Sandro Gomes (CIn)

Carlos Newton Júnior (CAC)

Eleta de Carvalho Freire (CE)

Margarida Maria de Castro Antunes (CCM)

Marília de Azambuja R. Machel (CFCH)

EDITORIAÇÃO

Revisão de texto: João Gomes da Silva Neto

Projeto gráfico: Pedro Henrique Gomes dos Santos

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

T266t	Teixeira, Rubenilson Brazão. Tão longe, tão perto [recurso eletrônico] : a casa vernacular e as dinâmicas da tradição / Rubenilson Brazão Teixeira, com a participação de Edja Trigueiro. – Recife : Ed. UFPE, 2024. Inclui referências. ISBN 978-65-5962-239-9 (online) 1. Arquitetura de habitação – Rio Grande do Norte. 2. Arquitetura nativa – Rio Grande do Norte. 3. Habitações – Projetos e construção – Rio Grande do Norte. 4. Planejamento urbano – Natal (RN). I. Trigueiro, Edja Bezerra Faria, 1953. II. Título.o.	
728.098132	CDD (23.ed.)	UFPE (BC2024-043)

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



AGRADECIMENTOS

O trabalho que ora se apresenta não poderia ter sido realizado sem alguns apoios institucionais, de colegas, de familiares e amigos que, de uma maneira ou de outra, colaboraram para a sua realização. Institucionalmente, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e ao curso de Arquitetura e Urbanismo da mesma universidade, e em especial ao Programa de Pós-Graduação do referido curso, pelo apoio sempre necessário e presente, particularmente por permitir que eu dedicasse tempo à pesquisa, bem como por disponibilizar suas instalações para a sua realização. Agradeço o aporte financeiro da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRN para a presente publicação, bem como ao CNPq, pela Bolsa de Produtividade que me foi concedida para a realização da pesquisa que resultou neste livro. Agradeço aos colegas que fazem a graduação e a pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, pela simpatia e interesse em ver este trabalho finalmente concluído, e de modo muito particular à professora Edja Trigueiro, pela sua muito relevante contribuição na redação de um dos capítulos que compõem esta obra. Também não poderia deixar de agradecer à Editora da Universidade Federal de Pernambuco, em especial ao seu editor, Artur Almeida de Ataíde, pela confiança e pela

gentileza com que sempre tratou das negociações em torno desta publicação.

Alguns colegas do meu curso, bem como de outros cursos da UFRN, assim como orientandos de pós-graduação atuais e anteriores, também eventualmente me forneceram alguma fonte que utilizei na presente pesquisa. A interação com estes colegas professores, orientandos e ex-orientandos também trouxe uma contribuição na medida em que, por meio dos debates e discussões em torno de suas respectivas pesquisas, serviram de estímulo às minhas próprias inquietações como pesquisador. A eles registro aqui também o meu mais sincero agradecimento. Se não cito nomes nesses tantos casos, é porque temo cometer a injustiça de esquecer algum, mas sintam-se todos(as) inclusos nesse singelo agradecimento.

Sou profundamente grato, também, aos autores das muitas fontes utilizadas neste trabalho, desde pesquisas acadêmicas, como trabalhos de graduação, dissertações e teses, a livros, artigos e outros, mas também, e de modo muito especial, aos que, em séculos passados, escreveram manuscritos os mais diversos e que, felizmente, chegaram até nós (atas, ofícios, pareceres, consultas, cartas e muitos outros, inclusive documentos gráficos), boa parte deles disponibilizados em arquivos nacionais e internacionais, além dos disponíveis em arquivos físicos. Esta pesquisa, que aborda um tema na longa duração, seria inviável sem essas que são, sem dúvida, uma de suas principais fontes. A esse respeito, não poderia deixar de reconhecer o trabalho dos bolsistas que, ao longo dos anos, me ajudaram na coleta e transcrição de documentos antigos, os quais serviram para esta e outras pesquisas. Para esta pesquisa em particular, não

contei com o apoio de um bolsista específico, mas ficam aqui meus agradecimentos, assim mesmo, àqueles que em anos anteriores indiretamente trouxeram alguma contribuição dessa maneira. Também sou imensamente grato ao revisor do texto, o professor João Neto, do Departamento de Letras da UFRN, que fez duas revisões acuradas do manuscrito com vistas a esta publicação.

Finalmente, e não menos importante, não poderia esquecer de agradecer aos familiares e amigos e, de modo muito especial, a Andréa, Lara e Gabriel, que sempre torceram e ofereceram um apoio incondicional ao longo de toda a minha caminhada acadêmica. A eles, dedico este livro.

SUMÁRIO

Prefácio 11

Introdução 24

Buscando respostas 25

O que se quer alcançar 27

Abordagens e delimitações 28

As fontes 36

Explicando a organização do trabalho 40

PARTE I ALGUMAS NOTAS PRELIMINARES

1 Arquitetura vernacular: em busca de uma definição 51

Definindo a arquitetura vernacular 52

Breve caracterização ambiental do Rio Grande
do Norte 74

2 Arquitetura vernacular no Rio Grande do Norte: primeiras aproximações 82

Técnicas construtivas e materiais de construção 82

A mão de obra 99

A higiene 114

Compra, venda e aluguel de casas 124

**PARTE II A CASA E A FORMAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO
(1600-1700)**

3 A casa do indígena 133

4 A casa do branco: os primeiros colonos 154

**PARTE III A CASA E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO
(1700-1850)**

5 A casa urbana 190

Em Natal e em outras localidades nascentes 190

A casa do indígena (?): do aldeamento à vila 226

6 A casa rural 261

A casa-sede da fazenda 267

A casa (originalmente) do negro: o mocambo 292

**PARTE IV A CASA E A TRANSFORMAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO
(1850-1950)**

7 Novos padrões para a casa urbana 331

Popularização e inovação das técnicas e dos materiais construtivos 336

Uma nova estética: fachadas novas, planta e volumetria antigas 351

O combate a alguns tipos de habitação tradicional 384

8 Ainda a casa rural: a casa-grande do engenho 401

A cana-de-açúcar e o engenho no Rio Grande do Norte:
uma história antiga 402

A ascensão da casa-grande de engenho (1850-1900) 412

O ocaso do engenho, a ascensão da usina e as implicações
para a casa 422

**PARTE V A CASA E A DESCONSTRUÇÃO DE UMA TRADIÇÃO?
(DESDE 1950)**

9 Tradição e mudança na casa urbana de origem rural 435

A migração rural-urbana em Natal
e a Comunidade da Árvore 440

As condições de chegada 450

Tradição e mudança na forma habitacional 454

Sinais visíveis da tradição 456

Sinais visíveis de mudança 460

**10 A casa moderna: reminiscências
e interações com a casa tradicional 478**

Sobre arquitetura moderna 478

De salas de trás a palanques e salas de jantar 483

Uma breve lua de mel 496

Embalagens que vão e voltam, conteúdos que ficam 507

Onde vão de abrir, opacos de fechar 521

Considerações finais 524

Referências 538

Sobre o autor 570

Com sabedoria se constrói a casa,
e com discernimento se consolida.

Provérbios, 24:3

PREFÁCIO

A casa é um elemento essencial de nossa existência, de nossas memórias, de nossa própria história. Revela-se em conversas e frases corriqueiras, como “Vou para casa”, “Quero conhecer sua casa”, “Onde você mora?”, “a minha casa...”, “a casa da avó...”, “a casa do vizinho”... Ela comparece ao cotidiano como abrigo, mas também como espaço de reunião e de aconchego; não raro, de embates. É o primeiro lugar de inserção do homem em seu tempo, de sua relação com a sua rua, com a sua cidade, com o mundo. Está na literatura, nos relatos de viagem, e ilumina as lembranças nos álbuns de família. Sua importância inspirou e inspira artistas, como, por exemplo, Vinícius de Moraes, em sua composição “A casa”, uma historinha musical de fantasia, sobre “uma casa muito engraçada, [que] não tinha teto, não tinha nada”... Sim, artefato essencial da existência humana, a falta de uma casa levou à triste expressão “sem teto”, para significar aqueles que não têm *onde morar*.

Como espaço, forma, técnica, a casa é lugar e testemunho material de vida. Com Braudel, aprendemos que ela “[...] não deixa de testemunhar a lentidão das civilizações, de culturas obstinadas em conservar, em manter, em repetir”¹.

1 BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo*. São Paulo: Cosmos, 1970, p. 216.

Como testemunho material de um tempo pretérito e do presente, a casa é manifestação física e cultural, associada à temporalidade de sua construção e às transformações sociais ditadas pelo tempo.

Por ser referência para todos, a casa pode e deve ser estudada, e sob diversas perspectivas, observada e analisada sob múltiplas abordagens. Embora muito já se tenha dito, muito falta dizer, pois a casa é objeto de estudo complexo, mutável, com tantas faces ao longo da história. Com Gilberto Freyre², o complexo residencial da fazenda de açúcar, no litoral do Nordeste, foi abordado como expressão material da sociedade patriarcal e escravocrata. Roberto DaMatta, por sua vez, assevera que, “[...] quando Gilberto Freyre escreveu seus originalíssimos *Casa-grande e senzala* e *Sobrados e mocambos*, ele estava certamente estudando um dos espaços mais significativos de nossa estrutura social, um espaço que reproduzia em suas divisões internas a própria sociedade com seus múltiplos códigos e perspectivas”³. Por sua vez, Nestor Goulart Reis Filho⁴ acompanhou a transformação da casa urbana, desde o período colonial até o Modernismo.

Por todo o século xx e nestes primeiros anos do xxi, reflexões iluminaram e continuam iluminando o largo universo de realidades sociais que abarcam e amplificam o sentido de morar, no mundo rural ou urbano, no centro das cidades e/ou em suas zonas periféricas, em casas de palha, taipa,

2 FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003 [1933].

3 DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 38.

4 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978 [1970].

alvenaria de tijolo, pedra ou concreto. O concreto que, como técnica construtiva, possibilidade estrutural e expressão formal, tem motivado dezenas de pesquisas sobre a casa modernista brasileira, tendo por objeto de estudo obras de renomados arquitetos, mas também de “não arquitetos”, que procuram acompanhar, de alguma forma, as mudanças ocorridas no modo de morar e construir na segunda metade do século xx.

Observando essa produção científica, verificamos que, nas últimas décadas, no âmbito dos cursos de pós-graduação, inúmeras dissertações e teses alargaram o pensamento sobre a arquitetura residencial no Brasil, em perspectiva teórica e histórica, no tempo e no espaço, abarcando a morada seja em meios rural e urbano, seja em recortes entre o século xvi e a contemporaneidade. Entre tantos autores, vários pesquisadores, arquitetos e alguns acadêmicos voltaram-se para a casa de fazenda setecentista e oitocentista, para a morada urbana de vilas e cidades do Brasil Colônia e do Brasil Império, e para a casa modernista, em meio a outras entradas. Como manifestação social construída, pensaram suas tipologias, seus programas, suas técnicas e seus materiais, entre outros aspectos.

Nós também somos ligados ao estudo da casa, além de outros vínculos que nos aproximam de Rubenilson Brazão Teixeira, autor desta obra. Por isso, talvez, estejamos aqui, com a tarefa de construirmos, a quatro mãos, este prefácio. Em específico, compartilhamos com ele inquietações sobre o desenho de vilas e cidades setecentistas e oitocentistas e a arquitetura produzida no Nordeste do Brasil, entre o século xvii e o Modernismo. Travamos diálogos, revelando semelhanças e diferenças, entre as realidades que estudamos: o

Rio Grande do Norte, com Rubenilson Teixeira, a Paraíba, com Berthilde Moura Filha, e o Ceará, com Clovis Jucá.

Na qualidade de pesquisadores, comungando as dificuldades e delícias de estudar objeto tão simples e, ao mesmo tempo, tão complexo, como a casa, ressaltamos características que vincam o presente trabalho. Em uma primeira visada, destacamos a opção de Rubenilson Teixeira por trabalhar a habitação vernácula no Rio Grande do Norte, em uma longa temporalidade. Tateando o que chama de “dinâmicas da tradição”, analisa, em largo voo temporal, permanências e rupturas dos saberes construtivos tradicionais da produção arquitetônica vernacular, a partir de fontes primárias escritas.

Saltam aos olhos sua perseverança e sua maturidade de pesquisador, na busca de informações sobre as casas vernaculares do Rio Grande do Norte. Ao longo de três décadas de estudos, pinçou documentos rarefeitos e dispersos, sistematizou, pacientemente, fontes primárias e secundárias, enfrentando tantas vezes a escassez de fontes e de informações sobre o objeto em estudo. Lembramos que, no Nordeste – excetuando-se Pernambuco e a Bahia –, muitos dos arquivos encontram-se desfalcados e desorganizados, dificultando o trabalho de pesquisa, trabalho que se torna ainda mais difícil quando recuamos aos três primeiros séculos de povoamento.

Essa incansável investigação revelou muito sobre a casa vernacular e as dinâmicas da tradição no Rio Grande do Norte. Mas, como sempre, queremos mais, e faz-se uma pergunta, sem anular o fôlego da pesquisa: por que não melhor coadunar o estudo dos documentos escritos com plantas, desenhos, cortes das manifestações arquitetônicas, enfim,

com o levantamento da obra? Rubenilson Teixeira afirma sua opção em privilegiar as “fontes primárias, coletadas ao longo dos anos, sem, evidentemente, deixar de lado o levantamento de campo sobre alguns exemplares e demais fontes secundárias”. Ainda assim, ficam o desejo de melhor “ver” tão instigante realidade e uma provocação para novas investidas de pesquisa.

Para apresentar seu objeto de estudo, Rubenilson Teixeira buscou, em suas primeiras páginas, definir a arquitetura vernacular e fazer uma aproximação sobre essa produção, no recorte espacial em foco, observando aspectos como a mão de obra, as técnicas e os materiais construtivos, os quais vão estar presentes, de forma marcante, ao longo dos demais capítulos. Quanto aos séculos trabalhados, distribuiu-os em quatro partes, sempre observando os diversos tipos de casas pertinentes a cada recorte temporal: a casa do indígena e a casa do branco; a casa urbana e a casa rural; a casa vincada pela tradição; e aquela modificada com a modernidade.

O autor sabe da dificuldade a ser enfrentada, mas, mesmo assim, não desiste da empreitada. Ele próprio a anuncia como postura metodológica, quando assume que “são as poucas fontes disponíveis que vão nos indicar o que observar, e não o contrário, ou seja, a pesquisa não parte da definição ou seleção prévia de uma dessas categorias de análise para, em seguida, ir à cata das fontes, mas faz o caminho inverso”. Portanto, foram as fontes que nortearam as categorias de análise, os tipos de casas tradicionais que podiam ser investigados.

O lidar com as fontes foi, certamente, um dos pontos que revelou a experiência do pesquisador, adquirida em tantos anos de vida acadêmica. Se as fontes moldaram as

categorias de análise, fizeram o mesmo no tratamento diferenciado dos capítulos. No entanto, o mais importante a ressaltar é a perspicácia de recorrer e sistematizar fontes as mais diversas em uma longa temporalidade, a depender do recorte cronológico tratado: de relatos de cronistas a atas de câmaras municipais, de mensagens de presidentes de província a registros cartoriais.

Por vezes, só lhe foi possível reunir poucas informações sobre o caso específico do Rio Grande do Norte e, no mais, estabelecer comparações com outras realidades, fazer suposições e levantar hipóteses. Suposições e hipóteses sempre podem ser questionadas, mas é válido arriscar, quando as fontes não permitem ir além. Foi esse o caso, ao tratar da casa do indígena, pois a maior parte das referências são os conhecidos relatos dos séculos XVI e XVII, feitos por religiosos e viajantes que circularam por diversas partes do Brasil: Pero de Magalhães Gândavo, Fernão Cardim, Gabriel Soares de Sousa, entre outros. Para ultrapassar o obstáculo, o caminho foi supor que, na sua realidade de estudo, as casas dos indígenas seriam similares, com aproximações formais e construtivas, àquelas relatadas em tais fontes de pesquisa, mesmo consciente das semelhanças e diferenças, a depender da nação/tribo. Sobre isso afirma: mesmo que houvesse diferenças e particularidades entre os diferentes povos e nações indígenas, elas eram pouco observadas “[...] por esses cronistas, que enfatizam as semelhanças mais do que as diferenças”. Como avançar no conhecimento, sem fontes mais esclarecedoras?

Ao tratar sobre a casa dos brancos, no primeiro século de ocupação do Rio Grande do Norte, faz-se evidente quão difícil é, também, conhecer essa história: pela falta de

informações e pelo desencontro de tantas outras. Um comentário chamou a atenção quanto a haver mais dados sobre a casa dos indígenas do que sobre as casas dos brancos: Rubenilson Teixeira justifica ser a morada indígena diferente, exótica para os estrangeiros. Em contrapartida, a casa que era possível um branco erguer no Brasil remetia à forma e ao modo de morar em Portugal, somados a toda a precariedade imposta pela realidade, o que não a tornava atrativa para comentários.

E, como sempre ocorre nas rodas de conversa entre os garimpeiros de informações documentais, o autor desabafa sobre ser “frustrante constatar que nada mais é dito sobre essas casas, urbanas ou rurais: ambientes, forma, mobília, fachadas, entre outros”, sendo possível apenas “inferir algumas características formais, na ausência de comprovação documental”. Sobre volumetria, fachadas, caimento da cobertura e os tipos, quantidade e distribuição dos ambientes, diz que “as fontes documentais conhecidas não dizem absolutamente nada”. Novamente, são os relatos de época que o auxiliam a costurar as enormes lacunas no conhecimento. Entre esses relatos, estão os de Diogo de Menezes, Governador-Geral do Brasil, Diogo de Campos Moreno, sargento-mor, e dos holandeses Adriano Verdonck, Gaspar Barléu e Joannes de Laet, assim como o do alemão Hans Staden, com sua rica expressão “casas de cristãos”, indiferente quanto à nacionalidade do homem branco que abrigavam.

No período entre 1700 e 1850, Rubenilson Teixeira pensa a casa urbana e rural como consolidação de uma tradição. Nesse corte cronológico, ao contrário do período anterior, uma plêiade de documentos diversos explicitam, direta ou indiretamente, informações sobre a casa urbana do Rio

Grande do Norte. São documentos do Arquivo Ultramarino, do Senado da Câmara de Natal, livros dos termos de vereação, fontes impressas em publicações do Arquivo Nacional, entre outros. E, mais uma vez, relatos de viajantes, como Henry Koster, dialogam com autores consagrados, como Câmara Cascudo, ou contemporâneos, confirmando a permanência, a despeito dos condicionantes locais, de aspectos construtivos e espaciais da casa colonial do Nordeste do Brasil, no Rio Grande do Norte. Em linhas gerais, uma casa térrea, de taipa, cobertura de palha ou telha canal, com porta e janela, ou porta e duas janelas, sala, corredor lateral que dava para quartos sem janela, e uma sala traseira. Atrás da sala, uma tacaniça, que servia de cozinha. Trabalhando as casas de aldeamentos indígenas, a análise permeia as determinações do “Diretório dos Índios”, raros autos de criação das vilas no século XVIII, posturas municipais oitocentistas e um exercício de espacialização.

Quanto às casas rurais, escasseiam-se as fontes primárias escritas. Rubenilson Teixeira reconhece a dificuldade e afirma que, “se, por um lado, não nos é possível ir além de algumas constatações gerais sobre as sedes de fazendas dos séculos XVII e XVIII, por outro lado, para as do século seguinte, existem, felizmente, pesquisas bastante detalhadas, desenvolvidas por arquitetos”, citando aqui trabalhos de Paulo Heider Forte Feijó⁵ e Nathalia Diniz⁶. Ainda pro-

5 FEIJÓ, Paulo Heider Forte. *A arquitetura tradicional de Acari no século XIX: estudo comparativo entre a casa-grande de fazenda e a casa urbana*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 2014.

6 DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Velhas fazendas da Ribeira do Seridó-RN*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

curando suprir tal lacuna documental, recorre a eventuais descrições de viajantes.

Rubenilson Teixeira caracteriza os anos de 1850 a 1950 como um tempo de “transformação de uma tradição”, uma vez que constata, também no Rio Grande do Norte, a ocorrência de mudanças representativas, em particular na casa urbana, devido a um “processo mais amplo de transformação social e econômica do país e da província/estado” em foco. Nesse contexto, é relevante entender que, em meio a tais processos de transformação, estudar a realidade de grande parte da região Nordeste é trabalhar com mudanças lentas, por vezes “apenas esboçadas”, pois o ritmo e o modo de produção da cidade eram diferentes daqueles detectados em centros maiores do país.

No meio urbano, esse período é tratado sob o olhar da difusão das “casas de sobrado”, que, embora ocorressem anteriormente, são mais presentes a partir da segunda metade do século XIX. No meio rural, o destaque é para o modo de morar na casa-grande dos engenhos, uma vez que o século XIX é marcado pelo desenvolvimento da economia açucareira no litoral oriental do Rio Grande do Norte.

Para esse período, ampliam-se as fontes de pesquisa, em particular sobre o meio urbano: foram consultadas as posturas municipais e atas das câmaras, mensagens e relatórios dos presidentes da província, bem como relatórios de comissões instituídas para tratar de realidades específicas, como o caso citado da “Colônia Sinimbu”, onde os habitantes moravam em “suas míseras choupanas”. Portanto, outros tipos de fonte começam a ficar disponíveis, por força do modo de governar. Acrescentam-se os registros de imóveis nos cartórios municipais e os recenseamentos, além de

obras clássicas, como a de Luís da Câmara Cascudo⁷, ou, no caso das casas de engenho, estudos recentes, como os citados por Luana Honório Cruz⁸.

Uma vez que, por princípio, Rubenilson Teixeira adotou encaminhar seu texto a partir do que as fontes documentais lhe fornecem, trilhou aqui um caminho interessante, explorando os materiais e os sistemas construtivos, tão negligenciados ainda no estudo da arquitetura residencial. Essas fontes podem ser exemplificadas com observações como estas: as posturas municipais da vila de Arez, de 1882, tendiam a impor o uso do tijolo; o recenseamento de 1922 demonstra a diminuição no número de casas de taipa e o aumento daquelas edificadas em tijolo em Assu e em Mos-soró; para o ano de 1928, o registro de imóveis do cartório de São José de Mipibu indica que havia “casas de telha e tijolos, de telha e taipa, bem como somente com a frente de tijolos”. Em determinado momento, o autor afirma: “Com efeito, a casa de taipa – e, por conseguinte, a cidade – estava efetivamente sendo substituída pela casa de tijolo”. Entre permanências, as transformações das casas de tijolos iam, aos poucos, impondo-se.

Ao avançar o estudo para a segunda metade do século xx, atento às permanências e rupturas do que denomina como uma “casa urbana de origem rural”, Rubenilson Teixeira adota outra forma de entrada com as fontes e dialoga consigo mesmo, com sua dissertação, com seu mestrado.

7 CASCU DO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 3. ed. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1999.

8 CRUZ, Luana Honório. *Os caminhos do açúcar no Rio Grande do Norte: o papel dos engenhos na formação do território potiguar*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

A intenção é “verificar ou apreender, a partir das manifestações físicas e formais da transformação de conjunto de habitações” de uma comunidade urbana localizada no bairro Lagoa Seca, em Natal, “indícios que podem ser interpretados por ou atribuídos a um processo de mudança cultural que esteve intimamente relacionado, segundo vários estudos, ao processo de migração de grandes contingentes populacionais do campo para a cidade no Brasil”. Essa discussão, que aponta influências modernizantes nessas habitações urbanas – por isso mesmo, sendo consideradas “híbridas” ao final do seu estudo, segundo o autor, uma vez que reúnem elementos da tradição e da mudança, do novo e do velho –, prossegue no capítulo seguinte, que Edja Trigueiro, colega e estudiosa da arquitetura residencial modernista, foi especialmente convidada para redigir. Ela analisa as reminiscências, as interações com a casa tradicional, tendo como pano de fundo, precisamente, a arquitetura moderna que se desenvolve desde a primeira metade do século xx, mas que se consolida a partir de meados do referido século. A autora mostra como essa arquitetura ainda guarda elementos que remetem à arquitetura vernacular.

Após palmilharmos todas as páginas do seu texto, podemos reafirmar que a empreitada de Rubenilson Teixeira foi ampla, assim como o tempo dedicado à pesquisa. Larga, na opção pela temporalidade distendida, extensa, diante dos reveses encontrados frente à abundância e à ausência de fontes, e grande, em reflexão sobre as permanências e rupturas da tradição, no fazer da habitação vernacular no Rio Grande do Norte, desde as casas nativas até o século xx. O autor discute impressionante quantidade de fontes primárias e secundárias sobre o tema, em algumas partes da obra,

chegando mesmo a esgotar a documentação pertinente. No decorrer do texto, o universo sobre a casa tradicional do Rio Grande do Norte abre-se ao leitor, indicando a complexidade do objeto e mostrando, também, que muito ainda devemos investir sobre o tema.

O trabalho cumpre o que foi proposto pelo autor: vasculhar e sistematizar informações referentes ao Rio Grande do Norte. Os subsídios reunidos, certamente, abrem perspectiva de diálogo com realidades outras – próximas ou distantes –, sendo possível partir para futuras análises macrorregionais, para dar continuidade ao estudo da casa.

Em nossos futuros encontros, acadêmicos ou informais, poderemos retomar esse diálogo. Rubenilson Teixeira afirma que, no Rio Grande do Norte, “a pedra foi mais utilizada no interior, onde era abundante. No litoral, ficou mais restrita a grandes edifícios”. No caso da Paraíba, eu, Berthilde Moura Filha, vou acrescentar que, na antiga Filipeia, a existência de uma pedreira no sítio escolhido para sua fundação assegurou um uso mais amplo desse material, levando, em 1609, o sargento-mor Diogo de Campos Moreno a observar que, na cidade, estava em formação uma rua com muitas “boas casas de pedra e cal” e outras de taipa. Quanto a mim, Clóvis Jucá, indagarei de onde era retirada a pedra para a construção nos sertões do Rio Grande do Norte. Afirmarei ainda que, na arquitetura tradicional cearense, não foi de uso corrente a alvenaria de pedra. E a palha, utilizada nas casas mais modestas? Eram de carnaúba, no interior, e de coqueiros, no litoral do Rio Grande do Norte, estes também tão presentes no litoral da Paraíba. E no Ceará, Clóvis, que espécie vegetal era utilizada?

Mas, enquanto oportunidades para discutirmos estas e outras questões não vêm, apenas nos resta desejar uma boa leitura a todos e a todas.

Berthilde Moura Filha e Clóvis Jucá

João Pessoa e Fortaleza,

20 de outubro de 2020.

INTRODUÇÃO

A casa é uma manifestação cultural por excelência, ainda mais quando concebida, construída e utilizada por pessoas, grupos e comunidades integrantes das sociedades pré-industriais, isto é, que não alcançaram a industrialização típica da era moderna e contemporânea. Nessas sociedades, a casa refletia plenamente as imposições climáticas, tecnológicas, socioculturais e econômicas do meio em que era construída. As determinações externas, como parâmetros e imposições legais, por exemplo, somente muito lentamente começaram a ser aplicadas. A casa construída nesses moldes compõe o que se conhece como a arquitetura vernácula, vernacular, ou tradicional⁹, entre outros qualificativos empregados. Como veremos, essa arquitetura está necessariamente vinculada a pelo menos duas dimensões fundamentais, que são os aspectos histórico-culturais e as condições físico-ambientais ou ecológicas de um determinado povo e lugar, pois ela é, em grande parte, fruto do meio no qual se insere.

9 Neste trabalho, usamos indistintamente os termos “casa tradicional”, “casa vernácula” ou de “tendência vernacular, tradicional”, “casa vernacular”, “habitação vernácula” ou “vernacular”, entre outros. Em todos os casos, trata-se da casa como manifestação por excelência da arquitetura vernacular em si.

Ora, os estados que compõem a região Nordeste do Brasil têm, em maior ou menor grau, um legado histórico-cultural e atributos físico-ambientais ou ecológicos que os aproximam, a ponto de, precisamente em razão disso, constituírem uma das cinco regiões geográficas do país. Isso certamente tem implicações também no que diz respeito à casa ou, melhor dizendo, às casas tradicionais que nela existiram ou ainda existem, à sua formação e transformação no tempo. Isso posto, acreditamos que os resultados deste estudo – cujo foco central é o estado do Rio Grande do Norte (RN) – dialogam ou mesmo aplicam-se, com maior ou menor incidência, aos demais estados da região, e mais ainda àqueles que lhe são limítrofes ou próximos. Afinal, o Rio Grande do Norte não é uma ilha, mas insere-se nesse contexto geográfico mais amplo. Daí a importância do estudo para além dos seus limites físico-territoriais. Retomaremos essa e outras questões mais adiante, neste trabalho.

Buscando respostas

Como veremos oportunamente, a arquitetura em geral e a arquitetura vernacular em especial são umas das mais tradicionais áreas de conhecimento e atuação humanas, caracterizadas historicamente por sua permanência no tempo. Entretanto, as transformações estruturais, de natureza socioeconômica, cultural e tecnológica, resultantes da era industrial e da modernização, afetaram profundamente os modos tradicionais de conceber, construir e utilizar o espaço doméstico que se formaram e se desenvolveram ao longo de séculos, a ponto de nos perguntarmos,

hoje, se não está ocorrendo, ou se já não ocorreu, parcial ou totalmente, um processo de desconstrução dessas tradições, isto é, se esse longo período de formação da casa tradicional não tem levado ao desaparecimento, total ou parcial, dessas habitações, notadamente a partir do século xx.

Como em todas as sociedades humanas, a arquitetura residencial tradicional, de vertente vernácula, também esteve presente ao longo da história do Rio Grande do Norte. Todavia, apesar de alguns poucos estudos pontuais, é patente a carência sobre o tema, quando encarado em toda a sua abrangência temporal e geográfica no referido estado. Além do mais, eles pouco exploram fontes documentais primárias, baseando-se principalmente em levantamentos arquitetônicos dos poucos exemplares remanescentes, modificados ou não, de épocas pretéritas, particularmente a partir do século xix, período no qual ainda é possível encontrar certo número de exemplares, na cidade e no campo. Na presente proposta, pretendemos privilegiar as fontes primárias, coletadas ao longo dos anos, sem, evidentemente, deixar de lado o levantamento de campo sobre alguns exemplares e demais fontes secundárias, como os trabalhos mencionados.

Tendo em vista o pouco conhecimento da habitação vernacular potiguar em sua dimensão histórica, algumas perguntas naturalmente impõem-se e ensejam a presente pesquisa:

1. É possível identificar, a partir do levantamento e da análise das mais diversas fontes, primárias e secundárias, por mais fragmentadas que sejam, pelo menos algumas características essenciais, ainda que parciais, de tipos habitacionais tradicionais ou vernáculos no Rio Grande do Norte? O estudo dessas fontes, uma vez

coletadas, sistematizadas e investigadas em conjunto, pode nos fornecer algum tipo de informação, seja qual for, consistente, sobre essas habitações?

2. É possível detectar, no decorrer do longo recorte histórico proposto para o estudo, que se estende do século XVII ao atual, fases, períodos históricos ou etapas evolutivas da casa tradicional, suficientemente distintos entre si?
3. É possível encontrar, na atualidade, exemplares de casas que, de uma forma ou de outra, na totalidade ou parcialmente, ainda guardam elementos que se aproximam ou refletem as características essenciais identificadas em uma ou mais das fases anteriores, numa espécie de *continuum* entre o presente e o passado?

Para responder a essas três perguntas, propomos uma periodização ao mesmo tempo temática e cronológica para a análise, que explicitaremos quando tratarmos adiante da estrutura do trabalho. Por enquanto, interessa-nos verificar, entre outros aspectos, se, após esse longo processo histórico, a casa tradicional ainda sobrevive, mesmo que, em alguns casos, disfarçadamente, na casa atual. Do nosso conhecimento, um estudo com essa abrangência temporal e geográfica ainda está para ser empreendido para o Rio Grande do Norte.

O que se quer alcançar

A intenção principal com este trabalho é apresentar um quadro o mais amplo possível dos diferentes tipos de habitação

vernacular no Rio Grande do Norte, como um processo histórico em constante transformação.

Dessa intenção principal decorrem outras subsidiárias, que são, por sua vez:

1. Apontar, tanto quanto possível, as características físico-espaciais e formais de diferentes tipos de habitação tradicional ou vernácula no Rio Grande do Norte, ao longo do período que se estende do início da colonização aos dias atuais.
2. Identificar processos evolutivos suficientemente distintos entre si, a ponto de permitirem periodizações históricas que revelam dinâmicas relacionadas à própria tradição e envolvem modos de concepção, execução e transformação dessas casas;
3. Apresentar a casa vernácula ou tradicional como um processo dinâmico de permanências e transformações, ao longo do tempo, que implica o desaparecimento de alguns tipos, durante o longo período histórico analisado, ou ameaça de desaparecimento de outros, no momento atual.

Abordagens e delimitações

A categorização ou a classificação de tipos habitacionais é um recurso conceitual e metodológico que permite, em princípio, abordar o nosso objeto analiticamente. Assim, é possível classificar e reunir tipos distintos de casas tradicionais de diferentes maneiras, segundo:

1. *As etnias dos seus usuários*: a casa do indígena, a casa do negro, a casa do mulato, a casa do caboclo, a casa do branco (português, luso-brasileiro ou brasileiro);
2. *A função ou a ocupação dos usuários*: a senzala, a casa-sede de fazenda, a casa de engenho, a casa do capataz/vaqueiro, a casa do pescador, a casa do agricultor;
3. *A localização*: casa rural, casa urbana, casa periurbana;
4. *Os materiais e as técnicas construtivas*: a casa de palha, a casa de taipa, a casa de tijolo, a casa de pedra, a casa de telha, a casa de materiais mistos;
5. *O formato, o programa, os ambientes, a implantação*: volumetria (a casa térrea, a casa de sobrado, a forma e a disposição do telhado), formas e características da fachada, número, mobiliário e tipos de ambientes, essenciais ou acessórios (varanda, currais, quintais), implantação (isolada no lote, geminada) etc.

O uso de qualquer uma dessas categorias específicas, de modo exclusivo, que necessariamente abarcaria elementos das demais, poderia ser bastante útil à análise. Contudo, essa alternativa esbarra na própria base de dados disponível, coletada ao longo dos anos, que é bastante limitada, de modo que, uma vez escolhida uma das categorias acima citadas, de modo exclusivo para o estudo, seria muito difícil, senão impossível, reconstituir equilibradamente os diferentes tipos de habitação vernácula nela contidos, especialmente à medida que recuamos no tempo. Se escolhêssemos, por exemplo, a categoria “função”, teríamos certamente bastante informações sobre a casa-sede de fazenda, que se avolumam a partir de um determinado período, mas nada ou quase

nada sobre as senzalas; na categoria “formato, programa, ambientes, implantação”, o arranjo, o programa e a disposição interna dos tipos habitacionais são uma incógnita para períodos mais recuados, como o século XVII. O uso da categoria “localização”, aparentemente mais simples, também poderia incorrer em algum tipo de desequilíbrio, uma vez que, à medida que avança o processo de urbanização no Rio Grande do Norte, as informações acumulam-se para as casas urbanas, em detrimento das casas rurais.

Por esse motivo, neste trabalho, assumimos como postura metodológica o fato de que são as poucas fontes disponíveis que vão nos indicar o que observar, e não o contrário, ou seja, a pesquisa não parte da definição ou seleção prévia de uma dessas categorias de análise para, em seguida, ir à cata das fontes, mas faz o caminho inverso, isto é, são as fontes que, uma vez reunidas e examinadas, apontam que categorias e seus respectivos tipos de casas tradicionais podemos investigar. Trata-se de um caminho mais flexível, que decorre, sobretudo, da (in)disponibilidade das fontes primárias, privilegiadas neste trabalho. Portanto, se algum tipo estudado pôde ser definido a partir da etnia (“a casa do indígena” ou “a casa do negro”), outros tipos destacam a função (“a casa-sede de fazenda” ou “a casa do senhor de engenho”). Há, por esse motivo, superposições, um tipo de casa podendo aparecer em mais de uma categoria. O exemplo mais evidente está na categoria “localização”, que perpassa todos os tipos estudados. Isso é óbvio, uma vez que todos os casos estudados estão localizados necessariamente em meio urbano, rural, ou, ainda, em periferias urbanas, e a maioria dos capítulos destaca, explicitamente ou não, essa categoria locacional. Os materiais e as técnicas construtivas, assim

como o formato, o programa, os ambientes e a implantação, também perpassam todos os tipos estudados. Damos, porém, menos atenção à implantação.

Como todo trabalho, este também tem suas delimitações. São cinco. A primeira delas, a mais restrita, parte da própria definição da arquitetura vernacular – tema do primeiro capítulo. Como essa arquitetura é a essência e o objeto do presente estudo, naturalmente fica de fora a casa que não se encaixa na definição aqui proposta. Por exemplo, as casas atuais, que são fruto da atuação de profissionais em sua acepção hodierna – principalmente arquitetos e engenheiros, devidamente acompanhados e vistoriados pelos órgãos de controle profissional, como CREA, CAU – ou de órgãos do governo, como a SEMURB e outros, ou que usam componentes e materiais industrializados, entre outros aspectos a considerar, não entram neste estudo¹⁰. Esses exemplares começam a difundir-se, especialmente, a partir de meados do século xx no Rio Grande do Norte, mesmo que tenhamos, evidentemente, exemplos anteriores, envolvendo tanto a atuação desses profissionais quanto o uso de materiais de origem industrial, importados ou não.

As delimitações seguintes não têm o mesmo grau de restrição da anterior, mas são uma realidade neste estudo. A segunda enfatiza a unidade habitacional, individual ou em conjunto, o que exclui a análise na escala urbana e rural. Sem dúvida, a arquitetura residencial vernacular, quando muito presente, termina por influenciar e ser influenciada fortemente pela paisagem rural e, de modo particular, pela paisagem urbana das cidades do Rio Grande do Norte, e

10 Com exceção, em parte, do último capítulo, como veremos adiante.

várias fontes pesquisadas, que de uma forma ou de outra descrevem essas paisagens, em especial, a urbana, revelam esse tipo de arquitetura, direta ou indiretamente. Contudo, fugindo à lógica de trabalhos anteriores de nossa autoria que, de preferência, enfatizaram a dimensão ou a escala rural e, sobretudo, urbana da investigação, estamos interessados sobretudo na *casa em si*, na unidade habitacional, mesmo que, em algum momento, tenhamos que extrapolar os seus limites, seja em função da influência do meio – uma forte característica da arquitetura vernacular –, seja em razão, justamente, do auxílio que algumas paisagens urbanas, no seu conjunto, podem revelar sobre essas habitações.

A terceira delimitação decorre da anterior. Diz respeito aos equipamentos especialmente urbanos, que também se desenvolveram durante o longo recorte cronológico adotado: igrejas, casas de câmara e cadeia, fortificações, armazéns, açougues, escolas, hospitais, casernas, mercados e cemitérios, além da infraestrutura urbana: pontes, cais, portos etc. Ora, a documentação coletada faz alusão a esses equipamentos e a essa infraestrutura, obviamente, mais raros quanto mais recuamos no tempo, mas que se multiplicam na mesma proporção da aceleração do processo de urbanização no estado. Se alguns deles estão presentes desde o início do século XVII – o Forte dos Reis Magos¹¹ precede esse século, pois teve sua construção iniciada em 1598 –, eles são muito mais numerosos a partir do século XIX. Contudo, a análise

11 O termo técnico correto para essa edificação, de acordo com suas características arquitetônicas, é “forte” e foi utilizado ao longo deste trabalho. Contudo, ao longo dos séculos, os manuscritos que lhe fazem referência a denominam quase invariavelmente de “fortaleza”. Esse termo foi naturalmente mantido nas transcrições desses documentos.

de um ou mais desses equipamentos configuraria outra pesquisa, completamente distinta. Em trabalho anterior, estudamos, por exemplo, as casas de câmara e cadeia do Rio Grande do Norte (Teixeira, 2012). Referências eventuais serão feitas a esses diferentes equipamentos sempre que, por algum motivo, eles lançam luz sobre a casa. Um bom exemplo disso são os materiais e as técnicas construtivas neles empregadas, aos quais podemos recorrer, esporadicamente, para reforçar, nuançar ou rejeitar algum aspecto dessa natureza, relativo à casa de vertente vernacular, mas a menção a esses equipamentos limitar-se-á a isso.

A quarta delimitação é de natureza geográfica. Como constatamos anteriormente, queremos nos ater, tanto quanto possível, à arquitetura vernacular em todo o território do Rio Grande do Norte, e não a uma área específica, como o Seridó, tão privilegiada em trabalhos antecedentes. Essa dimensão geográfica para todo o estado segue na esteira de outras pesquisas em que desenvolvemos uma abordagem com escala geográfica semelhante¹². Abarcar todo o estado parece-nos mais do que suficiente, sobretudo considerando também o longo período cronológico proposto. No entanto, reite-ramos aqui o fato de que o Rio Grande do Norte não é uma realidade histórica e cultural distinta do restante do país e, especialmente, da região Nordeste. Muitas das considerações desenvolvidas sobre a casa potiguar aplicam-se, com maior ou menor incidência, à de outros estados; em particular, dos vizinhos, como o Ceará, a Paraíba e Pernambuco. O interesse

12 A exemplo de nossa tese de doutorado, realizada entre 1998 e 2002 e que abarcou todo o território do Rio Grande do Norte. Ela resultou na publicação do livro *Da cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana* (Teixeira, 2009).

deste estudo ultrapassa, portanto, os limites estritos do Rio Grande do Norte. Aliás, referências inevitáveis serão feitas à casa tradicional de outros estados, sempre que ajudarem a esclarecer algum ponto obscuro da análise.

Um desdobramento possível do presente trabalho é que estudos semelhantes podem ser empreendidos por pesquisadores para outros estados, estabelecendo contrapontos com este. Um exemplo eloquente foi demonstrado por Nathália Diniz (2013), que pesquisou um tipo de casa vernacular – as casas-sede de fazenda, localizadas nas “ribeiras dos sertões do Norte”, no século XIX, em áreas inseridas no que são hoje os estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Ceará, do Piauí e da Bahia. Nessa vasta região, ela encontrou semelhanças, como nas técnicas construtivas e na mobília, por exemplo, mas também diferenças, como a ausência de uma planta baixa padrão, ainda que todas elas seguissem “a típica setorização de acordo com as principais atividades exercidas: os serviços no fundo da edificação, a intimidade da vida doméstica no miolo da edificação, e a recepção na parte frontal” (Diniz, 2013, p. 295-296)¹³. Até mesmo nessa constatação das diferenças, revelada na ausência de uma planta típica dessas casas, que, no entanto, repetem uma determinada sequência na organização do espaço, as conclusões do estudo das casas que eram sedes de fazenda dessa vasta região assemelham-se aos resultados encontrados para o mesmo tipo de habitação, localizado exclusivamente no interior potiguar, como veremos. Essas considerações reforçam a nossa convicção

13 É bom lembrar que essa setorização é fruto, sobretudo, de uma concepção moderna. Os diferentes ambientes domésticos nem sempre correspondiam ou atendiam, exclusivamente, aos usos e funções a eles atribuídos.

de que o presente estudo tem implicações que transcendem o Rio Grande do Norte. Mesmo considerando as diferenças que, sem dúvida, existem, elas não são suficientes para um entendimento estritamente particularizado, por estado, dos tipos de casa vernácula que se desenvolveram em toda a região Nordeste do Brasil. Embora alguns tipos estudados extrapolem até mesmo os limites dessa região, não nos atrevemos a propor qualquer generalização para um país continental como o Brasil, cujas diferenças socioculturais, históricas e ecológicas – para nos limitarmos a essas três –, necessariamente levaram a outros tipos de casa vernácula, que não são considerados no presente trabalho¹⁴.

A quinta delimitação deste estudo decorre do fato de que, se a habitação de um modo geral tem dimensões e implicações sociais, culturais, étnicas e históricas, isso é ainda mais verdadeiro quando se trata da casa vernacular. Contudo, *este estudo focaliza a casa vernácula em sua materialidade, em seus aspectos físico-espaciais, técnico-construtivos e formais, e não as questões de natureza social, cultural, econômica ou outras que a ela subjazem, ainda que, inevitavelmente, estas venham, eventualmente, à tona, ao longo da análise. É, antes de tudo, um trabalho de arquitetura, no sentido mais restrito possível do termo, e não de história, antropologia, sociologia ou outro campo de conhecimento qualquer.*

14 Por isso, abtivemo-nos de utilizar trabalhos de grandes autores clássicos, principalmente da primeira metade do século XX, que, ao abordarem, sobretudo, aspectos da arquitetura colonial brasileira, também estavam tratando de uma arquitetura vernacular. São trabalhos em geral com tendência generalista, para todo o país, algo que queríamos evitar. Em alguns raros momentos, porém, fizemos uso dessas fontes.

As fontes

As pesquisas dedicadas à casa tradicional no Rio Grande do Norte são pouco expressivas, numericamente, bem como são poucas as fontes secundárias disponíveis, tais como livros, capítulos de livro e artigos. Tomemos, como indício desses fatos, os temas das dissertações de mestrado, acadêmico e profissional, e das teses de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPgAU) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que concentra a maior parte das pesquisas e dos estudos sobre a arquitetura desenvolvidos no e sobre o Rio Grande do Norte¹⁵. Num levantamento feito em maio de 2019, constatamos que, das cento e oitenta e três dissertações de mestrado acadêmico em arquitetura e urbanismo, defendidas no PPgAU desde sua criação e disponíveis no *site* do Repositório Institucional da UFRN até então, apenas duas lidam, diretamente, com a arquitetura vernacular, das quais, apenas uma estava disponível nesse repositório¹⁶. Dessas duas dissertações, merece destaque o trabalho pioneiro para a região do Seridó norte-rio-grandense, desenvolvida por Feijó (2002). De modo semelhante, no Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente (PPgAPMA) da UFRN, existiam então quarenta e sete dissertações disponíveis no Repositório, mas apenas uma (Azevedo, 2017) trata de uma edificação residencial vernacular, embora o enfoque do estudo não aborde esse tema em si. Quanto ao

15 Encontram-se no referido Programa vários trabalhos voltados a outros estados da Federação, que não são considerados aqui.

16 A dissertação de Feijó (2002) não está disponível. Outra dissertação trata do assunto, mas segundo um enfoque climático (Borges, 2015).

doutorado do PPgAU, das cinquenta e cinco teses defendidas e disponíveis até então, no referido repositório, nenhuma delas trata, objetivamente, da casa vernacular como tema central, mesmo que algumas poucas terminem abordando o assunto, em maior ou menor grau, sempre de modo marginal ou tangencial (Cruz, 2017; Borba, 2014; Rodrigues, 2006). De um modo geral, são teses ou dissertações com um enfoque histórico, algumas das quais desenvolvidas, aliás, sob nossa orientação, como as três citadas. Nos três âmbitos aqui considerados, mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado do PPgAU/UFRN, a imensa maioria das pesquisas que tratam, especificamente, da arquitetura – o que exclui aquelas que tratam do espaço urbano e regional – aborda os mais variados aspectos relacionados, sobretudo, à arquitetura moderna, e em menor grau à contemporânea.

É preciso considerar também algumas poucas pesquisas voltadas para a arquitetura vernacular do ou no Rio Grande do Norte, desenvolvidas em instituições de ensino superior fora do âmbito da UFRN (Diniz, 2008, 2013), assim como trabalhos de pesquisa, também desenvolvidos fora do âmbito da UFRN, que, mesmo sem ter a casa vernacular como objeto central da análise e sem ser sobre arquitetura, trazem contribuições relevantes¹⁷. A maioria das poucas teses e dissertações que tiveram a casa vernacular como tema central, seja na cidade, seja no campo do estado do Rio Grande do Norte, tratou apenas da região do Seridó norte-rio-grandense. Não abordaram outras áreas nem

17 Nesse sentido, cabe destacar uma importante tese de doutorado em história que, além de tecer considerações a respeito da casa vernacular no século XVIII, mesmo sem denominá-la como tal, disponibiliza fontes documentais primárias importantes a respeito. Ver Martins (2005).

tampouco outros períodos históricos para além do século XIX. Este trabalho representa uma contribuição, uma vez que se propõe a preencher essa lacuna.

Diante do exposto, tivemos que recorrer, sobretudo, a fontes primárias. Elas compreendem uma gama ampla de fontes coletadas e sistematizadas desde o nosso mestrado (1988-1990), ou seja, há três décadas, também desenvolvido fora do âmbito da UFRN e voltado, inteiramente, para a habitação tradicional, rural e urbana (Teixeira, 1990)¹⁸. Esse tema sempre nos interessou e, ao longo dos anos, temos empreendido pesquisas e trabalhos, inclusive de assessoria, que envolvem a habitação, de vertente vernácula ou não¹⁹. A coleta de dados teve continuidade durante nossos estudos de doutorado (Teixeira, 2002) e nos anos subsequentes, inclusive com um estágio pós-doutoral²⁰. Desde então, esse trabalho de coleta continuou, mesmo que num ritmo bem menos intenso. Ainda que estas últimas pesquisas não tivessem a casa vernacular como foco, elas permitiram a

18 Parte desse trabalho foi publicado em forma de capítulo de livro em Teixeira (2015, p. 49-98).

19 Por exemplo, participamos como colaborador até julho de 2012, antes de iniciar o pós-doutoramento, num projeto de assessoria à comunidade de remanescentes quilombolas Moita Verde, localizada no município de Parnamirim, vizinho a Natal, na concepção do seu assentamento. O projeto envolve fortes questões culturais e de tradição relativas à habitação e aos seus espaços públicos. Esse projeto contou com recursos do Governo Federal e da prefeitura de Parnamirim.

20 A pesquisa, intitulada *Cidade e campo numa perspectiva histórico-comparada: aproximações e distanciamentos entre Natal e Dakar*, lidou com a questão da cidade e do campo, mas voltou-se para um estudo comparativo entre duas cidades, Natal, no Rio Grande do Norte, e Dakar, capital do Senegal. Essa pesquisa foi fruto de nosso pós-doutoramento, realizado no Centre de Recherches en Histoire Internationale et Atlantique (CRHIA), entre julho de 2012 e fins de janeiro de 2013, em La Rochelle, França, e publicada posteriormente (Teixeira, 2018).

reunião dos mais variados tipos de informação, na grande maioria dos casos encontrada em trabalhos e documentos não direcionados ao tema da habitação, em específico, mas dos quais foi possível extrair, pacientemente, algumas informações essenciais. Entre as fontes primárias, encontram-se documentos manuscritos do período colonial, atas das câmaras municipais, relatórios dos presidentes de província, a cartografia histórica e, para períodos mais recentes, fotografias. O leitor haverá de perceber que são essas fontes primárias que fundamentam a maior parte deste estudo.

Como resultado desse percurso profissional e acadêmico, a casa tradicional, vernacular, aparece em nossas publicações anteriores com frequência, uma vez que, de alguma forma, fez parte da análise²¹. Como consequência natural, alguns poucos trechos deste trabalho são transcrições, mas, sobretudo, releituras, adaptações ou acréscimos de alguns trabalhos precedentes, aqui reunidos de maneira a proporcionar um conteúdo coerentemente estruturado. Algumas dessas publicações anteriores são concomitantes ao desenvolvimento deste livro, e foram dele extraídas, algo inevitável, tendo em vista o seu longo processo de preparação, que se estendeu por cerca de sete anos, entre pesquisa, redação e trabalho de publicação. Os trabalhos previamente publicados e adaptados para esta publicação estão devidamente identificados.

Também fizemos uso de fontes gráficas, mapas e, em especial, fotografias de nosso acervo pessoal, mas também de

21 Por exemplo, os livros que resultaram de nossa tese de doutorado e de nosso estágio pós-doutoral, ainda que não tenham tido a casa vernacular como foco central, dela trataram em vários momentos. São eles, respectivamente, Teixeira (2009) e Teixeira (2018).

trabalhos anteriores de nossa autoria, de outros autores, de arquivos e da internet. No que se refere, especificamente, às fotografias das casas, resolvemos desenhar a maioria delas, em vez de utilizar as próprias fotografias – a não ser quando, por algum motivo, preferimos a fotografia ao desenho –, mas tentando lhes ser, obviamente, o mais fiel possível. Esse foi um trabalho suplementar talvez desnecessário, mas lúdico e prazeroso. Os endereços das fontes das fotografias que estão disponíveis na internet e que serviram de base para os desenhos estão listados nas referências bibliográficas. Por sua vez, as fontes estão identificadas logo abaixo da figura correspondente, nos demais casos (fotografias do acervo pessoal ou de outros trabalhos que também serviram de base para os desenhos, assim como desenhos de outros autores).

Explicando a organização do trabalho

Além da “Introdução”, das “Considerações finais” e das “Referências”, este trabalho é composto de cinco Partes. A primeira delas distingue-se das demais por tratar-se de notas preliminares que antecedem a análise em si, contida nas Partes seguintes, e porque não está delimitada por um recorte temático-cronológico, como as que se lhe seguem. As cinco Partes reúnem dois capítulos, cada uma, e abarcam o processo histórico geral, que vai da formação à desconstrução da casa tradicional.

Na Parte 1, “Algumas Notas preliminares”, reunimos dois capítulos essenciais para a compreensão do trabalho. O Capítulo 1, “Arquitetura vernacular: em busca de uma definição”, discorre e propõe uma definição de arquitetura vernacular, fundamental para o trabalho, servindo inclusive

como parâmetro dos tipos de habitação que selecionamos para a análise, assim como apresenta uma breve introdução à caracterização ambiental do Rio Grande do Norte, como pano de fundo para a compreensão dessa habitação. O Capítulo 2, intitulado “Arquitetura vernacular no Rio Grande do Norte: primeiras aproximações”, aborda diversos aspectos que consideramos preliminares e introdutórios sobre a casa vernacular no estado, alguns dos quais reaparecem com maior vagar ao longo do trabalho.

A Parte 2, “A casa e a formação de uma tradição (1600-1700)”, compreende o século XVII. É nesse período que podemos encontrar o embrião de uma tradição na arquitetura vernacular na região. É a época dos primeiros ensaios, especialmente em se tratando da casa do colono, urbana ou rural. Por formação, referimo-nos às primeiras experiências, aos experimentos e às adaptações da casa pelo colonizador, que, trazendo sua própria tradição de origem europeia no ato de morar, serve-se dos materiais locais, da experiência milenar indígena e de outros elementos, para forjar um ou mais tipos habitacionais que estão na origem da casa que viria a ser tradicional, nos séculos seguintes. Com certeza, é um período obscuro e pouquíssimo documentado, em especial no que se refere à habitação, sendo, portanto, raríssimas as referências de apoio às considerações nesse sentido. Compreendem os Capítulos 3 e 4, respectivamente, “A casa do indígena”, nativa, tal qual o colonizador a encontrou ao aportar nestas terras, e “A casa do branco: os primeiros colonos”. Para este último tipo, é a casa do colono português, essencialmente, que buscamos elucidar, mas fazemos alguma alusão, ainda mais superficial, em razão das imensas lacunas documentais, à de outros povos europeus que andaram por estas terras no período.

A Parte 3, “A casa e a consolidação de uma tradição (1700-1850)”, trata de como as primeiras experiências, em curso no século anterior, terminam por consolidar determinadas características que definem a casa como elemento da tradição arquitetônico-cultural da sociedade potiguar, em seus diferentes tipos. Nesse período, as informações, ainda que raras, já permitem indicar algumas características essenciais dessa tradição em consolidação. As evidências coletadas demonstram que a habitação da primeira metade do século XIX assemelha-se, *grosso modo*, à do século anterior, e por isso esse período foi incluído nessa fase. Esses 150 anos correspondem ao período da consolidação de uma tradição, porque reforçam características essenciais da casa que vinham sendo forjadas desde o século XVII. Essa parte compreende dois capítulos: o Capítulo 5, “A casa urbana”, que analisa, sobretudo, a casa do núcleo colonial mais antigo no Rio Grande do Norte, a cidade do Natal, assim como “A casa do indígena (?): do aldeamento à vila”, ou seja, a casa de indígenas não mais em seu estado natural, como analisada no Capítulo 3, mas sob a forte influência da colonização, através de núcleos urbanos concebidos para os indígenas em processo de aculturação (aldeamentos e vilas). O Capítulo 6, por sua vez, volta-se para a “A casa rural”, abarcando dois tipos de casa tradicional: “a casa-sede da fazenda” e “a casa [originalmente] do negro: o mocambo”.

A Parte 4, “A casa e a transformação de uma tradição (1850-1950)”, permite vislumbrar um processo, inicialmente lento, mais inevitável e progressivamente mais agressivo, de transformação da casa tradicional, cada vez mais combatida em suas diferentes manifestações e tipos, ao mesmo tempo

que se valoriza uma estética e um programa, progressivamente mais distante dos tipos tradicionais, dando origem, de certa forma, talvez, a uma nova tradição. Coincide, e não por acaso, com um processo mais intenso de urbanização da cidade e do território, quando comparado ao período precedente. A casa passa, visivelmente, por um processo de transformação, ainda que, muitas vezes, de maneira ambígua, uma vez que não consegue desvencilhar-se, por completo, de seu passado colonial. Um ou outro tipo de casa tradicional é francamente combatido. O Capítulo 7, intitulado “Novos padrões para a casa urbana”, discorre sobre essas transformações, enquanto o Capítulo 8, dedicado à “Casa do senhor de engenho”, aborda um tipo de casa rural que se difunde, sobretudo, na segunda metade do século XIX.

A Parte 5, “A casa e a desconstrução de uma tradição? (desde 1950)”, trata do último período cronológico da pesquisa. Ainda que alguns tipos de casa tradicional, de fato, hajam desaparecido por completo, outros insistem em permanecer, mesmo que profundamente modificados, como será exemplificado pela análise de casas existentes na atualidade. A partir de meados do século XX, desenvolve-se no Rio Grande do Norte uma arquitetura habitacional formal, que se associa cada vez mais à arquitetura moderna. Esse interesse pela arquitetura moderna revela-se até mesmo nos estudos acadêmicos, como vimos. No entanto, é preciso lembrar que a arquitetura formal, moderna e contemporânea – que, mais uma vez, não compõe o presente estudo – continua a representar, talvez, uma minoria em termos quantitativos no universo de produção da casa potiguar, no campo e na cidade no Rio Grande do Norte, estado ainda marcado, em grande parte, pela informalidade e por resquícios da

arquitetura vernacular, em muitos casos. Mesmo assim, a ameaça de desconstrução ou desaparecimento existe, efetivamente, seja na rejeição da casa tradicional, atitude que remonta pelo menos ao século XIX, como veremos, seja na imposição de um novo modelo de casa, que, no entanto, pode ainda guardar elementos visivelmente tradicionais.

A Parte 5 também se compõe de dois capítulos. O Capítulo 9, “Tradição e mudança na casa urbana de origem rural”, reúne um estudo de caso que demonstra o profundo processo de transformação da casa vernacular, de origem rural, em meio urbano. Por fim, o Capítulo 10, “A casa moderna: reminiscências e interações com a casa tradicional”, tenta demonstrar que a ascensão da arquitetura moderna no Rio Grande do Norte, também no campo habitacional, é um dos fatores que interagem com a casa tradicional e que, apesar das aparências, não consegue desvencilhar-se dela por completo. Esse capítulo é de autoria de Edja Trigueiro, colega e estudiosa de longa data de temas relacionados à arquitetura moderna em geral e à casa modernista em particular. Esse é o único dos dez capítulos que aborda a arquitetura residencial “convencional”, “formal” ou “moderna” que foge, supostamente, aos ditames da arquitetura vernacular. Mesmo assim, a sua análise é feita à luz dessa última.

Os títulos de quatro das cinco partes indicam um binômio essencial do trabalho – “casa” e “tradição”, ambos expressos, propositadamente, no singular. A rigor, deveriam estar no plural, uma vez que há vários tipos de habitação vernacular, segundo as categorias específicas elencadas, assim como várias tradições envolvidas, uma vez que as casas resultam de influências étnicas diversas, por exemplo. Por outro lado, esses dois termos, como já dissemos, utilizados

propositadamente no singular, dizem respeito mais a uma abstração, quase um conceito, do que a tipos de casas ou a tradições específicas, mesmo que as variações, em ambos os casos, das casas, em especial, apareçam durante toda a análise. Ademais, os dois termos expressos no singular soam-nos melhor, ou parecem-nos mais atraentes, como títulos, sobretudo, ao contrário de sua utilização no plural.

O estudo abarca a longa duração, iniciando-se no século XVII. O processo colonial no Rio Grande do Norte começa a ocorrer de fato apenas com a fundação de Natal, em 1599, quase cem anos depois do início oficial da presença colonial portuguesa no território brasileiro e potiguar em particular. Apesar das incursões de portugueses, franceses, espanhóis ou mesmo de outras nações, durante o século XVI, ao longo da costa potiguar, elas foram esporádicas demais para deixar vestígios, materiais ou mesmo historiográficos, suficientes para uma descrição mínima dessas raras habitações não indígenas, nem tampouco os muitos obstáculos enfrentados possibilitaram a formação de uma tradição da habitação desses povos europeus na capitania do Rio Grande no período. Quanto à casa indígena, o primeiro século da colonização do Rio Grande seria incluído, sem dúvida, se tivéssemos informações, dados historiográficos ou outros, como arqueológicos, suficientes sobre ela, visto que já existia muito antes do referido século. Contudo, do pouco que pudemos coletar para o século XVII, não é difícil inferir que ela deveria ser a mesma das dos séculos anteriores, por ser uma tradição certamente consolidada quando da chegada dos primeiros colonizadores. Algumas fontes primárias consultadas neste trabalho, porém, descrevem a casa indígena antes de iniciado o século XVII, mesmo que

para outras áreas da colônia. Essas descrições confirmam, amplamente, as características gerais da casa indígena, tal qual encontrada pelos colonizadores no século seguinte.

O fato de o estudo estender-se até os dias atuais tem sua razão de ser, uma vez que não conseguimos escapar da pergunta que nos parece inevitável, que é se, depois desse longo processo histórico de formação e desenvolvimento da casa tradicional, vernacular, e de suas diferentes fases, ainda é possível encontrar resquícios dela ou de algumas delas na atualidade, ou, dito de outra maneira, qual é, no momento, o seu grau de desconstrução. Analisaremos casos específicos, na tentativa de indicar se remanescentes da arquitetura vernacular teimam em permanecer em nossa paisagem, ainda que muito transfigurada. Apesar de todo o processo de “desconstrução”²² desse tipo de arquitetura, expressão utilizada apenas para rimar com os temas dos períodos anteriores – nossa intenção é, justamente, investigar a validade de uma de suas características essenciais: a sua resiliência no tempo.

Disso decorre o título provocador deste trabalho. A casa vernácula nos parece, ao mesmo tempo, tão longe e tão perto: longe no tempo, pois, para muitos de nós, ela lembra a casa de nossa infância, de nossos pais e avós, ou remete até mesmo aos nossos antepassados mais distantes, brancos, indígenas e negros, que remontam ao período da colonização; longe também no espaço, uma vez que ela nos parece subsistir apenas em áreas rurais longínquas ou em pequenas

22 Termo que, aliás, poderia ser substituído por outros, sinônimos ou com significados sutilmente diferentes, tais como “desaparecimento”, “desmonte”, “destituição”, “dissolução”, “supressão”, “extinção”, “exaustão”, “desaparição”.

idades empoeiradas e esquecidas do interior, e isso quando ainda temos a capacidade – ou, às vezes, a coragem – de reconhecer e admitir a sua existência. Por outro lado, ela está mais perto do que pensamos: primeiramente, no tempo, pois alguns dos tipos aqui analisados ainda estão em pleno uso na atualidade, ainda que transformados e modernizados, apesar do abandono e da ruína de alguns exemplares e do desaparecimento por completo de alguns tipos. Também está perto no espaço, uma vez que esses exemplares não se encontram apenas nas áreas rurais e pequenos núcleos urbanos menores e distantes, embora evidenciem-se mais nessas áreas. Surpreendentemente, talvez, a casa tradicional, vernacular, continua presente nas cidades maiores, ainda que híbrida, travestida, “maquiada” nas fachadas, nos materiais e revestimentos industriais utilizados, na disposição dos ambientes e outros. A dinâmica das permanências e transformações, tais quais expressas na relação entre a casa vernacular e a tradição, é, portanto, o objeto central deste trabalho, e a sua estruturação temático-cronológica em quatro partes principais – formação, consolidação, transformação e desconstrução da casa tradicional – expressa de modo cristalino esse objeto, analisado segundo uma perspectiva histórica.

Ainda sobre as quatro partes mencionadas, cabe sublinhar que estamos lidando, obviamente, com as características *predominantes*, mas não exclusivas, de cada período. Na leitura do trabalho será fácil perceber que elementos associados à fase de formação da casa ainda permanecem até os nossos dias. De modo semelhante, podemos afirmar, sem dúvida, que a casa indígena estava completamente consolidada, quando da chegada dos portugueses e ao longo

do século XVII, isto é, bem, antes da consolidação da casa do colonizador, que se verifica entre 1700 e 1850, segundo a nossa periodização. Por outro lado, não foi preciso esperar o período compreendido entre 1850 e 1950, para perceber elementos de transformação dessa mesma casa indígena, em curso bem antes desse período, transformação que, aliás, levou à sua completa desconstrução muito antes de 1950, pelo menos no que tange ao Rio Grande do Norte. A casa do negro, mesmo que tenha sido incluída no período da consolidação da tradição (1700-1850), surge antes desse período, e estende-se para bem além dele. Em outras palavras, os recortes temático-cronológicos continuam pedagogicamente válidos e úteis, por permitirem a estruturação do estudo da casa tradicional e de sua transformação em termos gerais, mas não é possível neles encaixar todos os casos analisados de forma estrita. Dos tipos estudados, a casa do negro e, mais ainda, a casa indígena são os que menos adaptam-se a essa periodização temporal.

Os temas das quatro partes principais de algum modo expressam processos históricos mais amplos, seja de conquista e ocupação territorial, seja de formação e desenvolvimento dos núcleos urbanos, ou da urbanização do Rio Grande do Norte, como temos demonstrado em trabalhos anteriores. É óbvio que não poderia ser diferente, pois esses processos mais amplos guardam uma relação intrínseca com a casa, mesmo que tenhamos optado por nos limitar, quase que exclusivamente, à unidade habitacional, com alguma alusão a esse contexto maior, quando estritamente necessário. Em todos os capítulos, para o bem ou para o mal, evidencia-se que esses processos afetam bastante a casa tradicional, de vertente vernacular.

Outro aspecto a destacar, mesmo que evidente, é que, diante da extrema fragmentação e raridade das informações sobre a casa, para períodos mais recuados, assim como, aliás, sobre tudo o mais, foi preciso um grande esforço analítico para desvendar, a partir dessas fontes, alguma percepção mais acurada. Consideramos, portanto, que qualquer informação sobre esse período, por mais diminuta que possa parecer, não deve ser negligenciada.

Por fim, é preciso explicar as diferentes maneiras como nos referimos ao Rio Grande do Norte ao longo do trabalho. Mencionamos a “capitania do Rio Grande”, quando estamos nos referindo ao período colonial, que se estende até 1750²³, uma vez que era desse modo que a capitania era denominada, oficialmente, mesmo que o “do Norte” já apareça em alguns documentos anteriores. Citamos “a capitania do Rio Grande [do Norte]”, quando estamos nos referindo a algum assunto ou fenômeno que, iniciado no período da capitania do Rio Grande, estendeu-se para além dele, quando ela adquiriu o nome “do Norte”. A menção à província ou estado do “Rio Grande do Norte” lida, respectivamente, com o século XIX (1824 a 1889) e com o período que se inicia com a República (1889).

23 Com o Tratado de Madrid entre as coroas portuguesas e espanholas, definindo as fronteiras de suas posses respectivas na América do Sul, o Rio Grande do Sul passou a fazer parte do território colonial português. À capitania do Rio Grande, foi acrescida a expressão “do Norte”, para distingui-la da anterior.

PARTE I

Algumas notas preliminares

1 ARQUITETURA VERNACULAR: em busca de uma definição

Neste capítulo, discorreremos sobre o significado do termo “arquitetura vernácula” ou “vernacular”, com o intuito de propor uma definição, focando, em especial, em um tipo de arquitetura, a habitacional, uma vez que ela é particularmente adequada para essa discussão. De certa forma, o assunto é polêmico, mas podemos, no entanto, esboçar algumas de suas características essenciais, mais ou menos conhecidas e aceitas, para tentarmos defini-la. Esperamos, assim, trazer alguma contribuição ao debate que, ao que parece, ainda não está fechado. Secundariamente à busca de uma definição dessa arquitetura – que, por isso, assume um caráter introdutório –, faremos também uma breve caracterização das condições ambientais do Rio Grande do Norte, nosso universo de estudo que, como veremos, são parte necessária para a compreensão da arquitetura vernacular aqui produzida.

É importante salientar, desde já, que a Parte 1, introdutória, da qual este capítulo e o próximo fazem parte, apresenta um conteúdo que, justamente por ser introdutório, perpassa toda a análise, isto é, eles subjazem, servem de fundamento, mas não insistimos na referência explícita ao seu conteúdo, no decorrer das Partes seguintes. Assim,

afirmar, sistematicamente, ao longo do trabalho, que esse ou aquele tipo de casa analisada é vernacular porque atende à definição proposta, ou porque se adequa às condições ambientais em que ela foi construída, temas deste Capítulo 1, ou ainda, chamar atenção constante para alguns dos aspectos tratados no Capítulo 2 que reaparecem nos diferentes tipos de casa analisados, tornam-se referências desnecessárias. Afinal, os aspectos aqui tratados são a essência da própria análise e o leitor perceberá isso, claramente, sem necessidade dessas alusões explícitas que apenas tornariam o trabalho enfadonho, ainda que algumas alusões eventuais aos dois capítulos e a este Capítulo 1 em particular sejam feitas em alguns poucos momentos.

Definindo a arquitetura vernacular²⁴

Embora haja quem discorde do uso do termo “vernáculo” ou “vernacular”, na língua portuguesa, para esse tipo de arquitetura, propondo em seu lugar o vocábulo “popular” (Weimer, 2005, p. xxxix-xli)²⁵ – o que, aliás, representa mais um elemento da polêmica em torno do assunto –, o “vernacular” é um termo consagrado, por isso será mantido nesta discussão.

Inicialmente, queremos tomar emprestada a distinção teórica entre arquitetura primitiva e arquitetura vernacular,

24 Essa discussão teórico-conceitual foi objeto de uma publicação, aqui rerepresentada com pequenas alterações (ver Teixeira, 2017).

25 Além de “vernacular” e “popular”, existem outros termos, com sentidos que comportam superposições, como arquitetura “tradicional” e arquitetura “folk”, na língua inglesa. O termo “vernacular”, porém, é o mais amplo (“*Vernacular architecture*”, *Wikipedia*, acesso em 15 de julho de 2016).

FIGURA 1
Casario colonial, Goiás
Velho (Goiás), Brasil.
Fonte: o autor, com
base em fotografia do
acervo pessoal.



estabelecida por Amos Rapoport (1969), em seu clássico e celebrado livro *House, form and culture*. Essa distinção foi resumida por Marcia Sant’anna nos seguintes termos:

O autor distingue dois tipos de arquitetura produzidos pelas sociedades em causa: a primitiva e a vernacular, esta última englobando uma vertente “pré-industrial” e uma “moderna”. A primitiva se refere à arquitetura das sociedades “tecnológica e economicamente pouco desenvolvidas”, mas correspondendo ao “uso da inteligência, da habilidade e dos recursos desses povos em toda sua extensão”. São sociedades sem grande grau de especialização e orientadas pela tradição, onde impera a relação próxima entre forma e cultura e a longa persistência dessas formas. O conhecimento necessário à construção de moradias nesse contexto é comum a todos os membros do grupo. As edificações vernaculares pré-industriais se distinguiriam das primitivas pela existência da figura do “construtor”. Neste contexto, a “forma aceita”, ou modelo, permanece e o processo de construção é baseado em ajustes ou variações, havendo, portanto, mais



FIGURA 2

Casas tradicionais,
Valparaíso, Chile.
Fonte: o autor, com
base em fotografia
do acervo pessoal.

variabilidade individual. As sociedades que produzem esta arquitetura seriam “voltadas para a tradição” e as mudanças ocorreriam no marco de uma herança comum e de uma hierarquia de valores que se reflete nos tipos construídos (Sant’anna, [s. d.])²⁶.

Embora haja superposições entre o “primitivo” e o “vernáculo”, a distinção parece-nos suficientemente clara e, portanto, útil, ainda que haja certa dificuldade de estabelecermos limites muito precisos entre as duas. Seja como for, a superposição entre a chamada arquitetura primitiva e a arquitetura vernacular é apenas uma das dificuldades na definição desta última. Paul Oliver reconhece que o termo “arquitetura vernacular” é mais fácil exemplificar do que de-

26 A citação é um extrato do resumo feito pela pesquisadora Marcia Sant’Anna ([s. d.], a respeito do livro de Rapoport (1969).

finir. Por isso, após fornecer vários exemplos em diferentes partes do mundo sobre tipos e variedades da arquitetura vernacular, ele faz a seguinte ponderação na busca de uma definição:

O erro pode estar em tomar a visão formal, material ou estrutural das formas construídas de várias sociedades e classificá-las de acordo com o seu grau de permanência, tecnologia e forma. É melhor, acredito, considerar esses aspectos da arquitetura das culturas no contexto de seu meio e, essencialmente, em relação com sua capacidade de atender aos valores e necessidades das sociedades que as construíram (Oliver, 2006, p. 18)²⁷.

Seja como for, passamos agora a discutir as características essenciais da chamada arquitetura vernácula, ou vernacular, para, no final, esboçarmos uma definição. Começamos com um dos seus principais atributos, isto é, a sua permanência no tempo, a sua *tradição*. Tema vasto e objeto de outras áreas de conhecimento, como a antropologia²⁸, a tradição é discutida aqui no âmbito da arquitetura, em particular, foco central deste capítulo. Assim, João Stroeter define a tradição em arquitetura como "um conjunto de precedentes conhecidos e de uso consagrado, parcialmente repetidos, parcialmente modificados, dos quais, o arquiteto utiliza-se, quando projeta um edifício" (Stroeter, 1986, p. 109). Essa de-

27 O autor acrescenta: "o que queremos dizer com 'arquitetura vernacular?' Infelizmente, não há uma resposta fácil; podemos fazer muito mais por exemplos do que por definição" (Oliver, 2006, p. 4).

28 Tradição e cultura são temas caros à antropologia, de um modo geral, e à antropologia cultural, em particular. Ver, por exemplo, Hiebert (1976) e Scupin (2012). O aporte dessa área de conhecimento poderia facilmente vir em apoio às considerações feitas neste capítulo, caso quiséssemos adentrar em áreas que transcendem os aspectos puramente arquitetônicos, objeto deste trabalho.

finição sobre o que é a tradição, em arquitetura, só não se aplica de forma integral à arquitetura vernacular pela existência formal do arquiteto, como veremos adiante.

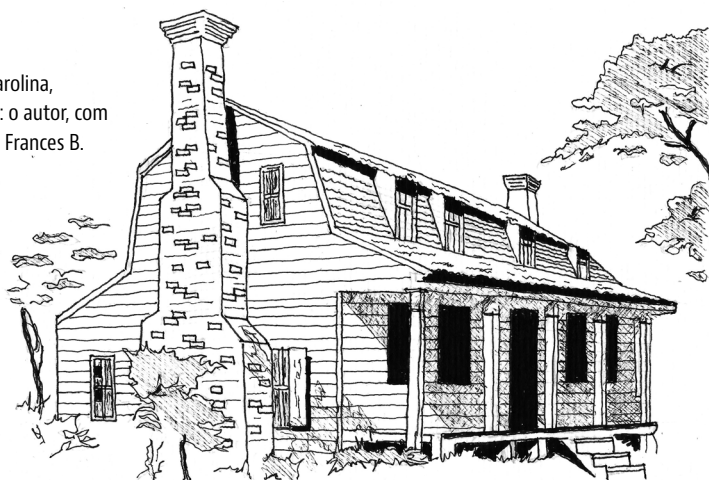
Hassan Fathy (1982) também discorreu sobre o papel da tradição na arquitetura:

A arquitetura ainda é uma das artes mais tradicionais. Um trabalho de arquitetura é feito para ser utilizado, sua forma é em grande parte determinada pelos seus antecedentes [...] o arquiteto deveria respeitar a obra de seus antecessores e a sensibilidade das pessoas não usando sua arquitetura como um meio de propaganda pessoal. Na verdade, nenhum arquiteto pode deixar de utilizar o trabalho dos arquitetos que o precederam; por mais que ele se esforce para ser original, a maior parte de seu trabalho existe em alguma tradição [...] os homens levaram um tempo enorme para chegarem, por exemplo, ao tamanho certo de uma janela dentro de várias tradições arquitetônicas (Fathy, 1982, p. 40-41).

As afirmações de Stroeter (1986) e Fathy (1982) apontam para o fato de que a tradição pode existir na arquitetura de um modo geral, inclusive na convencional, ou erudita,

FIGURA 3

Booth house, North Carolina, Estados Unidos. Fonte: o autor, com base em fotografia de Frances B. Johnston (1936).



isto é, naquela produzida pelo arquiteto no sentido formal da palavra. Com efeito, em que pesem as grandes inovações, especialmente tecnológicas, as necessidades básicas essenciais que a arquitetura deve atender, em particular, quando se trata da habitação, não mudaram tanto quanto pode se imaginar, à primeira vista: as necessidades humanas de abrigo contra as intempéries e de autopreservação, por exemplo, e mesmo outras que nos parecem tão modernas e atuais, como as de conforto e privacidade, estiveram presentes, há séculos, no ato de construir-se casas²⁹. De modo semelhante, as soluções apresentadas evoluíram, muito lentamente, ao longo do tempo. Mesmo em termos formais, a habitação, como a arquitetura em geral, sempre se limitou, historicamente, a algumas configurações geométricas básicas em planta e em volume, como o retângulo, o quadrado, o círculo, ainda que, às vezes, travestidas de invólucros inusitados, na aparência, que descaracterizam, visualmente, essas formas básicas. Apenas em época muito recente, graças aos avanços tecnológicos, ao uso da informática e ao desenvolvimento de materiais e técnicas construtivas novas e cálculos avançados, a arquitetura consegue expressar-se segundo formas altamente inovadoras, em alguns casos, parecendo libertar-se de imposições naturais, como a da gravidade³⁰. Contudo, essas manifestações

29 No Ocidente, alguns desses conceitos, aparentemente contemporâneos, começaram a desenvolver-se a partir do Renascimento europeu (Rybczynski, 1996).

30 O desenvolvimento das tecnologias estruturais do aço e do concreto armado, por exemplo, tornou possível projetar edifícios sem considerar, pelo menos nos estágios preliminares do processo projetual, como eles serão construídos ou permanecerão de pé. Essa liberdade representou uma contribuição importante e, às vezes, não reconhecida que a tecnologia estrutural forneceu à arquitetura, liberando os

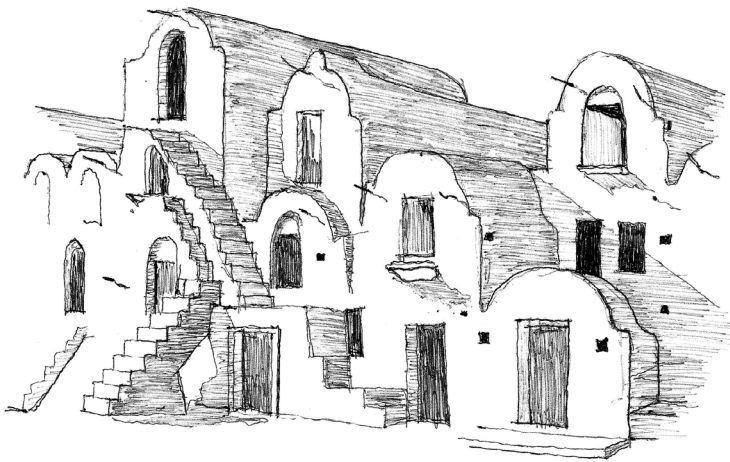


FIGURA 4
Casa Tatouine, Tunísia
(silos). Fonte: o autor,
com base em fotografias
disponíveis *online*.

formais são típicas de obras excepcionais e, precisamente por isso, nem de longe representam o conjunto do ambiente construído na cidade e no campo, em particular na área da habitação. Portanto, a tradição pode ser atribuída também à arquitetura convencional, feita por arquitetos formais. Afinal, “em arquitetura nada se cria, tudo se copia”, como se costuma dizer, jocosa e exageradamente, nos meios acadêmicos.

Isto posto, a tradição por si só não é suficiente para garantir que uma arquitetura seja classificada como vernacular, pois são necessários outros atributos para definir e, sobretudo, distinguir esse tipo de arquitetura dos demais,

arquitetos das limitações impostas pela necessidade de prover o suporte para os edifícios que antes só eram em alvenaria e madeira. A introdução do computador, nas últimas décadas do século XX, primeiramente, como um instrumento de análise estrutural, depois como uma ferramenta de projeto, permitiu aos arquitetos a descrição e o controle do processo construtivo de formas arquitetônicas inusitadas. Assim, a forma arquitetônica nesses casos tende a ser profundamente escultural (MacDonald, 2001).

como veremos ao longo deste capítulo. Contudo, o contrário é verdadeiro, ou seja, *toda arquitetura vernacular é intrinsecamente tradicional, isto é, a forma arquitetônica de um determinado povo surge e desenvolve-se como resultado de um longo contínuo no tempo, às vezes, durante séculos de história humana, sempre a partir de formas familiares, consagradas por gerações anteriores*. Essa é a característica principal da arquitetura vernacular.

Como dissemos, Stroeter (1986) e Fathy (1982) mencionam a figura do arquiteto formal. Pelo menos como o entendemos hoje, o profissional de arquitetura inexistente na arquitetura vernacular. Mas aqui inicia a segunda característica importante, pois ela prescinde tanto do projeto arquitetônico como do seu projetista, ou seja, do arquiteto. Trata-se de uma *arquitetura sem arquitetos*. De fato, como diz Elvan Silva (1983),

O abrigo, produzido pelo próprio usuário, geralmente reproduzindo um estereótipo ou modelo concreto, sugerido ou imposto pela tradição. Não existe a figura do construtor profissional, nem o conceito abstrato de arquitetura como forma de conhecimento; neste contexto, o projeto é totalmente dispensável e inconcebível (Silva, 1983, p. 19).



FIGURA 5

Cubatas africanas; um exemplar da área rural do Senegal. Fonte: o autor, com base em fotografia do acervo pessoal.

Se nós nos ativermos à distinção que fez Rapoport (1969), entre arquitetura “primitiva” e “vernacular”, a afirmação de Silva (1983) parece adequar-se melhor à primeira, uma vez que ele exclui as noções de arquitetura como concepção abstrata e do construtor profissional, noções que se aplicam, inteiramente, apenas à arquitetura não vernacular, convencional. Seja como for, tanto a arquitetura primitiva quanto a vernacular permitem certa superposição, como dissemos.

Historicamente fundamental, a concepção ou a classificação estilística para a arquitetura parece haver perdido seu sentido a partir do advento da arquitetura moderna, na primeira metade do século xx. Segundo Anatole Kopp (1990), os principais proponentes desta última rejeitaram a noção de estilo para a nova arquitetura que surgia, e o termo tem, desde então, caído em certo desuso, quando aplicado não somente à arquitetura moderna, mas também à atual, contemporânea, pelo menos no meio acadêmico e profissional³¹. Em se tratando da arquitetura vernacular, porém, a noção de estilo sempre careceu de sentido. Nela, sempre prevaleceram as *necessidades funcionais da habitação*, entendidas como as carências básicas de sobrevivência e alto-preservação humanas: repousar, alimentar-se, reproduzir, proteger-se, socializar-se, entre outras. Ainda que na busca da solução, haja alguma intenção plástica, esta ocupa um lugar em geral menos relevante do que a função básica do abrigo e as demais funções que dela decorrem. Evidentemente, estamos lidando neste capítulo com um

31 No linguajar popular, por vezes, apoiado em publicações, como revistas não especializadas, deparamo-nos, frequentemente, com termos como “estilo moderno” ou “estilo contemporâneo” de arquitetura.

conceito – o de arquitetura vernacular – e não com comunidades concretas e específicas, para as quais a estética – normalmente associada a determinadas significações e símbolos culturais pertencentes ao grupo – pode ter maior ou menor incidência na forma da habitação, segundo cada caso específico. Ademais, há quem defenda que a estética também pode ser entendida como uma necessidade funcional³². Esse postulado, se aceito, reforçaria ainda mais o argumento, segundo o qual, são as necessidades funcionais – nas quais se incluem as de natureza estética – que condicionam fortemente a forma da habitação.

A ausência de estilo no sentido formal do termo, tal qual aprendido nas escolas de arquitetura, por sua vez, faz com que a arquitetura vernacular seja quase sempre rural, "[...] porque a erudita, com seus estilos e modismos, instala-se inicialmente nas cidades" (Lemos, 1989b, p. 15-16). De fato, a arquitetura vernacular é essencialmente *de origem rural*. Na cidade, ela está bastante sujeita às influências que são mais frequentes no meio urbano, as quais resultam principalmente dos meios de comunicação ali mais desenvolvidos, dos avanços tecnológicos, de um modo de pensar e agir mais "moderno", ocidental. A arquitetura vernacular localizada próxima ou na periferia das cidades revela essa ambiguidade de influências rural e urbana. Construída pelos seus moradores, quase sempre de origem rural, ela guarda todas ou quase todas as características rurais, de

32 Num contexto bem diferente do aqui discutido, mas referindo-se à arquitetura erudita, formal, e contrapondo-se à crítica de ser considerado um arquiteto "formalista", Niemeyer (1980) também defende a estética na arquitetura como uma necessidade funcional. Ele diz: "[...] quando uma forma cria beleza, ela tem uma função das mais importantes na arquitetura" (*op. cit.*, p. 54).



FIGURA 6
Blackhouse, Escócia e Irlanda. Fonte:
o autor, com base em fotografias
disponíveis *online*.

natureza vernacular. Com o tempo, como resultado da própria mudança cultural daqueles que nela habitam, a moradia, em suas características físico-espaciais, também muda. Ela tenta, então, "modernizar-se", "urbanizar-se", recebendo assim influências estilísticas, entre outras. O resultado dessa ambiguidade rural-urbana, entretanto, é a formação de um tipo híbrido, nem rural, nem urbano, mas uma espécie de meio termo entre os dois.

Uma das características mais interessantes e louváveis da chamada arquitetura vernacular é o *respeito às condições locais*. É talvez aqui também onde ela tem mais o que ensinar à arquitetura convencional, produzida pelos arquitetos. A arquitetura vernacular destaca-se pela grande sensibilidade às condições locais do meio geográfico onde se situa, tais como o clima, a vegetação, o solo e suas características topográficas.

A arquitetura vernacular é normalmente produzida por povos que dispõem de um nível tecnológico bem menos avançado do que o da sociedade "moderna" (conceito que é, aliás, relativo, pois também aqueles povos, à sua maneira, o são), nível esse que inclui não só os aspectos

especificamente construtivos, mas também os referentes aos transportes, à comunicação etc. Por esse motivo, essa arquitetura será essencialmente o resultado do que oferece o meio físico-geográfico local. Se esse aspecto aplica-se à arquitetura vernácula, ele parece ser mais evidente ainda na arquitetura primitiva, para usar a feliz distinção de Rapoport (1969). É por isso que Freyre (1937), quando escreveu sobre o mocambo – um exemplo típico dessa última arquitetura, pelo menos em sua versão mais original, sem as contribuições posteriores – classificou-o em quatro tipos diferentes, de acordo com as especificidades geográficas encontradas dentro da própria região Nordeste. É por isso também que as casas da região Norte do país, construídas em madeira, sobre palafitas, estão apenas respondendo, de modo adequado, às exigências topográficas, bem como climáticas da região. Outro exemplo dentro das fronteiras do Brasil é a casa dos babaçuais, feita com palhas de babaçu, outrora bastante presente no Maranhão. Exemplos poderiam ser multiplicados à vontade. Não é exagero afirmar, portanto, que a arquitetura vernacular é uma "amostra", em termos de abrigo, dos recursos naturais existentes em uma determinada região, sejam eles a pedra, o barro, a madeira, o gelo (no caso dos países nórdicos), a palha etc.

A arquitetura vernacular também responde satisfatoriamente às exigências climáticas do meio onde se situa. Assim, por exemplo, as casas construídas em climas extremamente frios são compactas, com pouquíssimas aberturas para o exterior; casas situadas em regiões desérticas com alta variação de temperatura entre os dias e as noites e com altíssimo grau de luminosidade natural, como no deserto africano, são igualmente fechadas para o exterior,

possuindo paredes espessas; em outras regiões, onde não chove, as casas são construídas sem teto; em climas tropicais, o uso da varanda é altamente recorrente. Esses exemplos, embora também possam ser vistos na arquitetura convencional, é um traço marcante da arquitetura vernacular. Eles resultam basicamente das exigências climáticas de uma determinada região geográfica, e foram sendo adaptados e apreendidos ao longo de gerações. Evidentemente, não há um determinismo climático para a habitação vernacular. A sua forma arquitetônica como um todo não é um resultado automático do clima, como bem demonstrou Rapoport (1969), mas resulta, principalmente, da cultura de um determinado povo. Mas, sem dúvida, o clima é um dos condicionantes principais na explicação de certas características básicas da arquitetura vernacular.

O uso de uma *tecnologia autóctone* é outro traço marcante da arquitetura em apreço. Victor Saúl Pelli (1990), ao fazer uma reflexão sobre uma tecnologia apropriada para a América Latina, classifica quatro tipos básicos de tecnologia no continente: a tecnologia formal, a tecnologia informal, a tecnologia autóctone e, finalmente, a tecnologia dos países hegemônicos (a tecnologia avançada, ou de “ponta”). A tecnologia autóctone, segundo o autor, dispõe de algumas características básicas, a saber: ela não está integrada à estrutura cultural predominante, mas existe dentro de uma organização sócio-econômico-cultural subjacente; ela caracteriza-se por ser primitiva em relação às demais tecnologias, em particular à formal e principalmente à hegemônica; também caracteriza-se por ter uma relação não agressiva e nutriente com a natureza; a tecnologia autóctone é parte de um mecanismo de integração entre



FIGURA 7
Casa de enxaimel,
região de
Compiègne, França.
Fonte: o autor, com
base em fotografia
do acervo pessoal.

produção, vida comunitária e vida cotidiana; finalmente, e dentro das condições atuais, ela tende a desaparecer no futuro (Pelli, 1990, p. 18).

A tecnologia autóctone, assim definida, é, portanto, aquela empregada na arquitetura vernacular. Um exemplo é a técnica construtiva do pau-a-pique, ou taipa³³, típica da arquitetura vernacular brasileira, por sua vez inserida nas chamadas “arquiteturas de terra”, uma das mais amplamente utilizadas em todo o mundo. Seria interessante aplicar algumas das características citadas acima, a essa técnica milenar, que no Brasil também recebe os nomes de taipa, pescoção, sopapo ou taponá, entre outros (Costa; Mesquita, 1978): a taipa não está integrada à estrutura cultural predominante. Dificilmente a classe dominante, e mesmo a classe média brasileira iria construir casas de

33 No Nordeste do Brasil pau-a-pique e taipa são sinônimos. No sul do Brasil, o termo taipa é mais comumente utilizado para a “taipa de pilão”, uma técnica construtiva distinta, mas que também faz uso da terra.

taipa³⁴. A taipa é, portanto, subjacente e inferior, quando comparada aos “valores tecnológicos” da classe média e alta, embora não seja necessariamente para as classes baixas. Além disso, taipa é muito menos agressiva à natureza, com a qual mantém uma relação bem mais harmoniosa do que a tecnologia dominante³⁵. Por fim, apesar de ser uma tecnologia barata, “ecológica”, acessível à população e adequada do ponto de vista climático, pelo menos no Nordeste, ela tende a desaparecer no futuro, aliás, como acontece com a própria arquitetura vernacular.

É evidente que a caracterização do que seja a tecnologia autóctone, apresentada por Pelli (1990), tem uma forte dimensão social e, sobretudo, temporal. No passado, e em especial para as sociedades da era pré-industrial, nem todas as características citadas pelo autor para definir uma tecnologia como autóctone aplicavam-se à taipa. Naquele contexto, ela estava integrada à estrutura cultural predominante, portanto, não era tida como subjacente, primitiva ou inferior, pois era usada, indistintamente, pela sociedade da época, mesmo que houvesse técnicas construtivas mais “nobres”, como a de pedra e cal, utilizada, por exemplo, em edifícios de maior importância (Teixeira, 2012, p. 91-114).

34 Mesmo que existam soluções altamente promissoras para o uso das chamadas “arquitecturas de terra”, nas quais se inserem a taipa, que envolvem pesquisas e resultados interessantes, inclusive do ponto de vista estético, de baixo custo, para a arquitetura. O “CRATerre”, “Centro internacional da construção em terra”, uma associação e laboratório ligado à Escola Nacional Superior de Grenoble, França, desenvolve pesquisas neste sentido desde 1979 (<http://craterre.org/>). Ver, também, Dam (1988).

35 É suficiente lembrar que os indígenas, mestres do convívio harmonioso com a natureza, dela utilizam-se há muito, enquanto a fabricação de uma simples cerâmica, de um vidro ou de um outro material qualquer da tecnologia “moderna”, demanda muita energia, da qual o mundo está carente, além, de poluir o meio ambiente.

Contudo, precisamos entender que os valores culturais e tecnológicos em particular de uma sociedade variam com o tempo. Pouca gente questionaria a afirmação de que, na atualidade, a taipa não está mais integrada à estrutura cultural predominante, ou de que ela é subjacente, primitiva, inferior, em relação aos “valores tecnológicos” das classes média e alta. É neste contexto atual que a caracterização de Pelli (1990) ganha toda a sua força. Aliás, a própria noção de arquitetura vernacular – da qual a tecnologia autóctone é parte integrante – inexistia para as sociedades pré-industriais. Considerar essas definições a partir do olhar da sociedade daquela época é, assim, algo completamente anacrônico. Portanto, e à luz das características definidas por Pelli (*op. cit.*), a taipa, mencionada aqui apenas como exemplo do que seja uma tecnologia autóctone, só pode ser tida como tal, em sua integralidade, isto é, como atendendo a todos os pré-requisitos citados pelo referido autor, se considerarmos o tempo presente e a sociedade atual.

A arquitetura vernacular é criticada por ser considerada repetitiva e, portanto, vulgar. Ela não muda, não acrescenta nada de novo. É uma arquitetura previsível. Aliás, é justamente por ser considerada "vulgar", que ela é chamada de "vernacular". A palavra é oriunda do latim "vernae", termo utilizado para identificar a linguagem vulgar no Império Romano. Por extensão, o termo foi adaptado e adotado na arquitetura, com esse mesmo significado (Stroeter, 1986, p. 92). Cabe perguntar-se, em contraponto a essa crítica, o que, é de fato, novo na arquitetura de um modo geral. Citamos, anteriormente, Fathy (1982), para quem a arquitetura é um dos campos de conhecimento mais tradicionais que existem. E, mesmo admitindo que algo de realmente novo

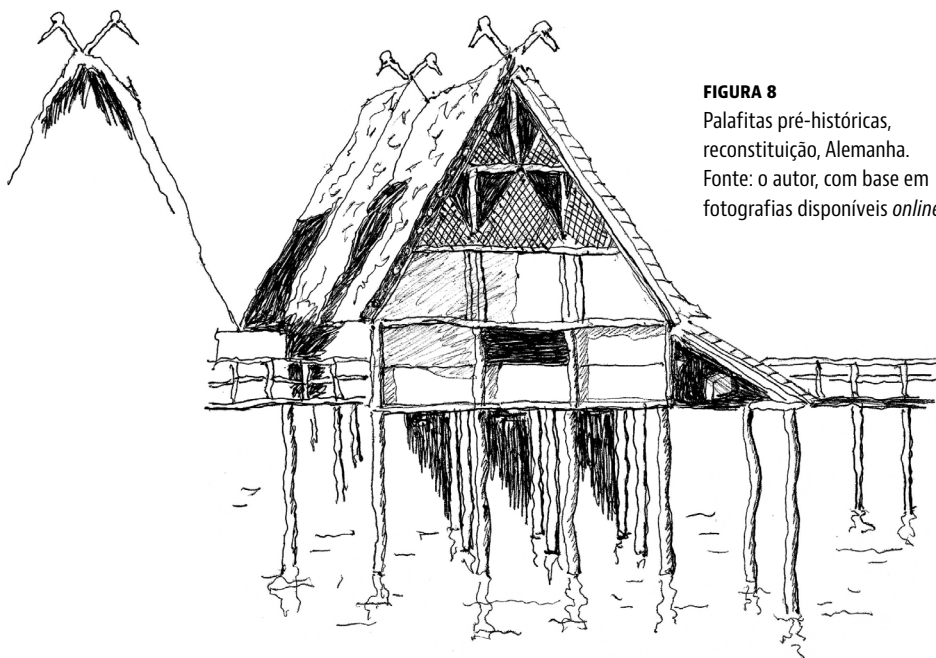


FIGURA 8

Palafitas pré-históricas, reconstituição, Alemanha. Fonte: o autor, com base em fotografias disponíveis *online*.

ou inédito surgiu no tempo, em particular com o advento da era industrial e pós-industrial, a permanência, muito mais do que a mudança, parece prevalecer em nosso ambiente construído. Ainda na atualidade, percebemos que muito pouco daquilo que consideramos novo na arquitetura o é de fato. O máximo que se pode dizer destas inovações é que elas são variações de um mesmo tema.

Um estudo mais aprofundado dos inúmeros tipos de arquitetura vernacular existentes no mundo demonstrará que, de fato, existem variações, não só entre os diferentes tipos, o que é de qualquer maneira óbvio, mas que as diferenças e variações ocorrem dentro de cada tipo específico. Entretanto, estas variações são conservadoras. Elas surgem dentro de um "vocabulário" conhecido. Neste sentido,

as formas do passado não são meramente copiadas, mas compostas e decompostas criando variações, dentro de uma mesma "linguagem", conhecida dos membros da comunidade. Em outras palavras, o que surge de "novo" não agride, não nega o que já foi consagrado pela cultura. As variações existentes na arquitetura vernacular não são críticas, não se opõem à tradição arquitetônica existente. Para aqueles que veem a arquitetura como uma forma de linguagem, *as variações que ocorrem dentro da arquitetura vernacular são, portanto, ao nível da língua*. Como diz Stroeter,

Entendida como língua, a arquitetura [...] formada ao longo do tempo e da história, é a somatória do trabalho de muitos, fenômeno coletivo e social [...] a arquitetura da língua é um repertório que oferece combinações particulares possíveis (Stroeter, 1986, p. 77-78).

As mudanças que ocorrem na arquitetura vernacular não se encontram, portanto, no nível da "palavra". A esse respeito, continua o mesmo autor:

A arquitetura como palavra [...] resulta de um ato individual, geralmente de inconformismo e rebeldia [...] o edifício surge como uma ação isolada do arquiteto. É um fenômeno novo, uma obra individual, pessoal e consciente. É um trabalho de exceção, que desobedece às regras (Stroeter, 1986, p. 78).

Contribuições no nível da palavra são, portanto, raras, ao longo da história da arquitetura, como são raros os arquitetos que, em diferentes épocas, criaram "palavras" que depois foram incorporadas à "linguagem" arquitetônica³⁶. Os "arquitetos" da arquitetura vernacular não estão preocupados em acrescentar "palavras" para serem incorpora-

36 Michelangelo, ou para citar exemplos mais recentes, Le Corbusier, Mies van Der Rohe ou Frank Lloyd Wright, fazem parte desse seleto grupo.

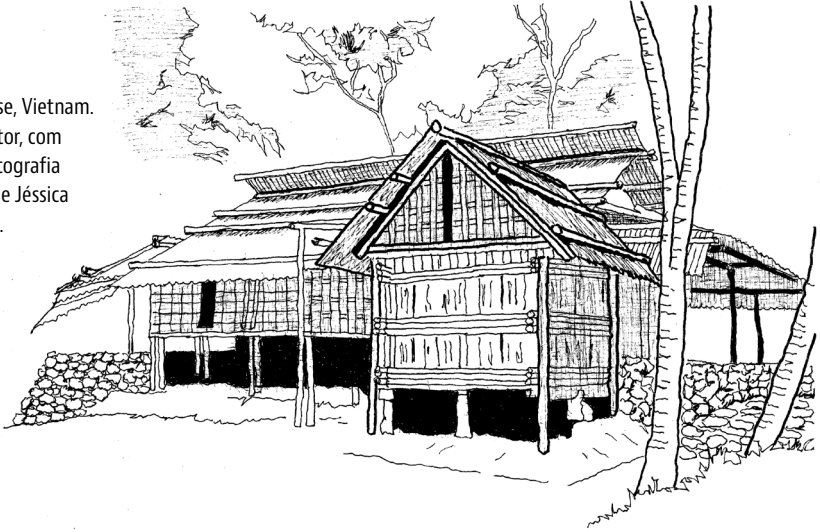
das ao "vocabulário" arquitetônico existente, pelo menos não de forma consciente. Apesar disto, chegam, muitas vezes, a resultados interessantes, o que comprova que o “belo” não surge, necessariamente, do “novo”³⁷.

Cada uma das características acima citadas tem uma dimensão cultural bastante acentuada, de modo que muitas referências aos aspectos culturais da arquitetura vernacular já foram mencionados acima. Amos Rapoport (1969), que é talvez a maior autoridade sobre os aspectos culturais da habitação, afirma que

a casa é uma instituição, não somente uma estrutura, criada para um conjunto complexo de propósitos. Como construir uma casa é um fenômeno cultural, a sua forma e organização são grandemente influenciadas pelo meio cultural ao qual pertence [...] a casa, um fato humano, e mesmo dentro das mais severas limitações físicas e tecnológicas o homem tem construído em formas tão diversas que elas só podem ser atribuídas à escolha, que envolve valores culturais [...] forças socioculturais se tornam, portanto, de importância primordial no relacionamento do modo de vida humano ao meio-ambiente (Rapoport, 1969, p. 46, 48).

37 Os "arquitetos calçados" da arquitetura convencional, por outro lado, parecem perseguir a todo custo a novidade, o ineditismo, mas, na maioria das vezes, sem a competência devida. E em se tratando dos países não desenvolvidos, ocorre, frequentemente, que a procura pela "novidade" em si mesma traz outra consequência nefasta: a alienação cultural. Como bem colocou Ramon Gutierrez (1989), referindo-se à questão da identidade cultural na arquitetura latino-americana: "a angústia de estarmos na moda, de nos mimetizarmos com a última novidade, de nos sentirmos participantes da modernidade dos países centrais arrasa com a possibilidade de ser a partir da nossa própria realidade periférica" (*op. cit.*, p. 44-45). Há quem ache esse discurso ultrapassado em tempos de globalização, e que a arquitetura precisa sempre inovar, avançar. Isto é verdade, mas também é verdade que, em essência, a afirmação de Ramon Gutierrez permanece válida quando essa modernidade é vista a partir de modelos forjados nos países centrais, e não a partir de nossa própria realidade.

FIGURA 9
Yao ho house, Vietnam.
Fonte: o autor, com
base em fotografia
do acervo de Jéssica
Bittencourt.



O ato de construir e de morar em um abrigo é, portanto, *um ato cultural*. Assim como a comida, a vestimenta e os costumes, a casa também faz parte do universo cultural de uma determinada comunidade.

Novamente, retomamos aqui a discussão inicial sobre a dificuldade de uma definição para a arquitetura vernacular, uma vez que muitas das características citadas podem, de alguma forma, aplicar-se à arquitetura primitiva, adotando a distinção acima exposta, mas também e até mesmo à arquitetura convencional, feita por arquitetos, no sentido formal da palavra. Isso se evidencia ainda mais no chamado “regionalismo crítico” – uma reflexão teórica, erudita, acadêmica, com certeza inexistente na arquitetura vernacular, em essência, voltada para a prática – que se propõe a retomar a arquitetura moderna, pretensamente universal em dado momento de sua trajetória

histórica, mas enfatizando a importância do contexto em que ela é produzida. Defendido por teóricos como Kenneth Frampton, o conceito atenta para o papel do local ou da região na produção arquitetônica. Como afirmou Nezar AlSayyad (2009), trata-se de “um modo de prática arquitetônica que abraça a arquitetura moderna de forma crítica por suas qualidades universais qualificadoras ao mesmo tempo em que, simultaneamente, responde aos contextos social, cultural e climático da região em que é construída” (*op. cit.*, [s. p.]). Assim, propõe um modo de fazer arquitetura que, sob vários aspectos, apropria-se dos aspectos positivos da arquitetura vernacular, ou valoriza-os³⁸. Dessa maneira, o regionalismo crítico põe, de forma indireta e, certamente, não intencional, a arquitetura vernacular em destaque no meio acadêmico e profissional, ela que tem sido historicamente desvalorizada e, às vezes, encarada como datada, superada, romantizada, nesses mesmos meios especializados.

Seja como for, as superposições não são suficientes para impedir a detecção de algo essencialmente típico da arquitetura vernacular em várias das características acima expostas,

38 É preciso atentar, aliás, para o fato de que nem tudo na arquitetura vernacular é inerentemente bom. Por exemplo, por razões culturais, os antigos quartos das residências coloniais – as chamadas “alcovas” – eram fechados para o exterior. Neles dormiam as moças da casa, faziam a sua higiene pessoal e escondiam-se com frequência, quando da visita de pessoas do sexo masculino à casa. Viviam em quase total reclusão, como é amplamente observado por vários viajantes do Brasil, ainda no século XIX, a exemplo de Koster (1816, p. 7-8, 145-146). Para os padrões atuais, as alcovas são objeto de crítica, por serem potencialmente danosas à saúde, em razão da insalubridade, falta de insolação e ventilação natural etc., além de contribuírem, indiretamente, para a reclusão da mulher. E, no entanto, era um elemento fundamental na arquitetura vernacular do período colonial no Brasil.

FIGURA 10
Casa dos Batak,
Sumatra, Indonésia.
Fonte: o autor, com
base em fotografia
do acervo de Jéssica
Bittencourt.



que nos permita propor uma definição, embora sempre sujeita a revisões e contribuições futuras. Assim, definimos a arquitetura vernacular como *uma arquitetura tradicional, resultante do desenvolvimento histórico de um determinado povo. Ela prescindir tanto do arquiteto como do projeto, na sua concepção contemporânea. Não cabe nas classificações estilísticas da arquitetura convencional. Origina-se, ou é mais frequente, em área rural. Respeita e adapta-se bem às diversas limitações tecnológicas e físico-ambientais. A tecnologia é autóctone, primitiva, rudimentar, quando comparada à tecnologia formal. Ela permite variações no nível da língua, mas não no da palavra. A arquitetura vernacular é, fundamentalmente, a expressão de um povo e, portanto, um ato cultural.*

Breve caracterização ambiental do Rio Grande do Norte

A arquitetura vernacular, por definição, reflete as características ambientais onde está situada. Nesse sentido, é importante tecermos alguns comentários a esse respeito, sem, evidentemente, qualquer intenção de esgotarmos um assunto tão vasto, mesmo considerando que, com uma área oficial de 52.811,10 km² (IBGE), o Rio Grande do Norte seja um dos menores estados do Brasil. Assim, queremos, a partir de agora, expor algumas características ambientais, ecológicas ou paisagísticas desse estado, que servem como pano de fundo para a análise da arquitetura vernácula nele produzida.

Temos em mente que esse território é uma realidade dinâmica, isto é, está em constante transformação, seja por processos naturais seja pela ação antrópica. É natural inferir que a arquitetura que é foco deste trabalho, tão dependente das condições ambientais do território e que vem sendo produzida desde o início da colonização, também acompanhou as transformações ambientais e ecológicas do mesmo território. Disso resulta uma grande dificuldade, uma vez que, para termos uma percepção mais apropriada, do ponto de vista ambiental, das transformações na própria arquitetura, teríamos que conhecer bem como o ambiente potiguar também se modificou, ao longo dos séculos. Isso demandaria um estudo aprofundado, a fim de resgatarmos essas mudanças, tanto quanto possível, durante um grande intervalo temporal. Podemos inferir, e mesmo indicar, alguns indícios, mas não será possível ir além disso. Por isso, mesmo tendo em vista essas limitações, vamos considerar as condições ambientais atuais do Rio Grande do Norte.

Essa abordagem tem sua validade, considerando que, por mais que elas tenham se modificado, algumas de suas características não devem ter mudado de modo tão radical, e a habitação vernácula subordinada a essas condições também. Sabemos que as escalas do tempo geológico são muito mais extensas do que o tempo de vida da espécie humana no planeta, e que, por isso, essas transformações ambientais não acontecem de modo tão intenso num intervalo de tempo tão curto do ponto de vista geológico. Apenas com o advento da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, e, especialmente, nos últimos cento e cinquenta anos, talvez, os impactos da ação humana sobre o meio ambiente em escala mundial passaram a ser motivo de grande preocupação. Não foi diferente no Rio Grande do Norte, guardadas as especificidades locais.

Há diversos trabalhos que tratam das características ambientais do Rio Grande do Norte, como hidrografia, clima, vegetação, geologia e geomorfologia, ocupação físico-territorial, entre outras (Trolei; Silva, 2018; Diniz; Pereira, 2015; Silva, 2020; Dantas; Ferreira, 2010; Teixeira, 2017). Vários trabalhos e pesquisas tratam de áreas específicas dentro desse território, como estuários, baías, serras e outras (Rocha, 2010; Belchior, 2019; Rios; Amaro, 2012). Num item introdutório como este, não podemos ir além de uma visão panorâmica e, mesmo assim, apenas sobre aqueles aspectos mais diretamente relacionados à nossa problemática. Nesse sentido, faremos uso, sobretudo, do trabalho de Diniz, Oliveira e Souza (2020, p. 35-62), intitulado “Unidades de paisagem do Rio Grande do Norte: um enfoque nas regiões naturais”, por apresentar uma análise sistêmica relativamente abrangente das questões ambientais do Rio Grande

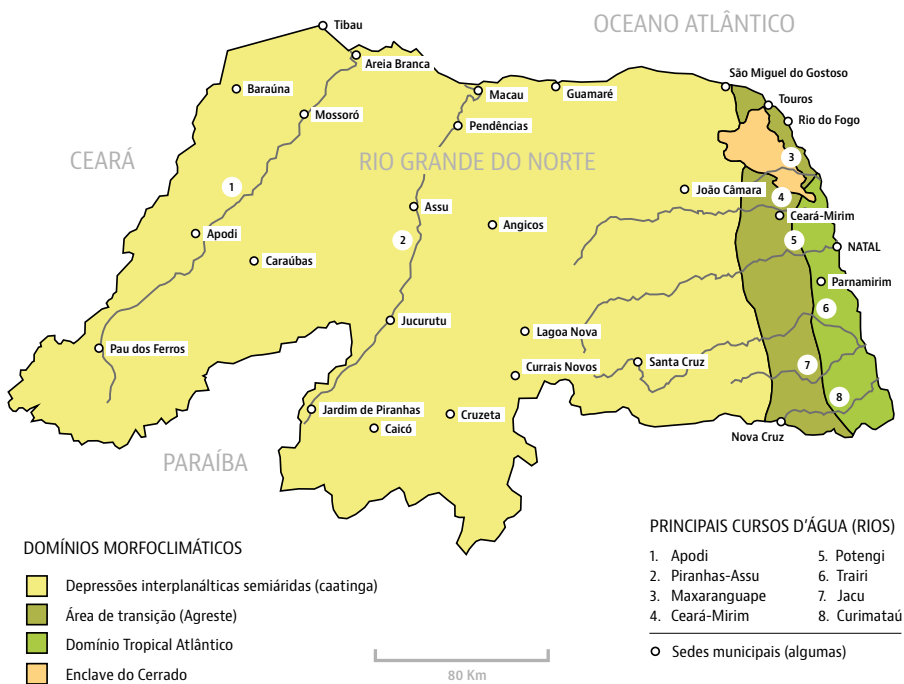
do Norte. Esse trabalho, que é uma atualização de pesquisas anteriores desenvolvidas pelo IDEMA (2006) e por Cestaro (2007), parte do chamado domínio morfoclimático, isto é,

um conjunto espacial de relevante ordem de grandeza territorial, onde haja um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solos, formas de vegetação, além de condições climáticas e hidrológicas, formando um domínio espacial de feições paisagísticas e ecológicas integradas (Ab'Sáber, 2003 *apud* Diniz; Oliveira; Souza, 2020, p. 37).

Em outras palavras, o domínio morfoclimático constitui um espaço geográfico que detém determinadas características de natureza ambiental (clima, vegetação, hidrologia, relevo, entre outras), formando um conjunto integrado. Partindo de dados climáticos, os autores constatam que o estado do Rio Grande do Norte contém dois domínios morfoclimáticos: o “Domínio das Caatingas” (Domínio das Depressões Interplanálticas Semi-áridas do Nordeste) e o “Domínio da Mata Atlântica” (Domínio dos “Mares de Morros”), ou “Domínio Tropical Atlântico”. Entre os dois, existe uma área de transição (Agreste) que engloba, por sua vez, um enclave de cerrado, como mostra a Figura 11.

Esses macrodomínios são, por sua vez, compostos por subdivisões geográficas internas – determinadas por especificidades tais como a quantidade diferenciada de precipitação pluvial em relação ao seu entorno ou pelo relevo – que os autores denominam de regiões naturais. São oito regiões naturais³⁹ inseridas nos domínios citados, subdivisões

39 O “Domínio da Caatinga” tem quatro regiões naturais: 1) as depressões semi-áridas, 2) os planaltos cristalinos, 3) as planícies e tabuleiros costeiros semi-áridos e 4) os planaltos sedimentares. A área de transição tem duas regiões: 5) as planícies e os tabuleiros do agreste, 6) a depressão agreste, e nela está incluído o 7) enclave do cerrado. O



que são dispensáveis para os objetivos deste trabalho, uma vez que queremos estabelecer alguma relação entre as condições ambientais naturais gerais, no nível desses domínios, e os tipos de habitação vernácula correspondentes. Ora, os domínios citados e sua área de transição já são suficientes para qualquer discussão preliminar nesse sentido, uma vez que as especificidades das regiões naturais não são tão marcantes, ao ponto de resultarem em tipos de habitação completamente diferentes entre si, como se fosse uma relação cartesiana de causa e efeito. Como vimos na nossa discussão conceitual sobre a arquitetura vernacular, as condições

FIGURA 11
Os domínios morfoclimáticos do Rio Grande do Norte. Fonte: o autor, com base em Diniz, Oliveira e Souza (2020, p. 39).

“Domínio da Mata Atlântica” tem apenas uma região natural, 8) as planícies e planaltos sedimentares úmidos e semi-úmidos (Diniz *et al.*, 2020, p. 42).

físico-ambientais condicionam, mas não determinam a arquitetura vernacular.

Diniz, Oliveira e Souza (2020) resumem as características gerais dos domínios morfoclimáticos do Rio Grande do Norte, constatando, inicialmente, que a Mata Atlântica abarca os municípios do litoral leste, com cerca de 3,7% da área total do estado e reunindo os subtipos de clima úmido e semi-úmido. Adentrando o interior, surge uma área de transição, o Agreste, ocupando 7% da área total do estado, aproximadamente, seguida do Domínio das Caatingas, de clima semi-árido que varia de brando (seis meses secos) a forte (nove a dez meses secos). Esse domínio abrange a maior porção do território, cerca de 87% da área total. Existe ainda um enclave de Cerrado no extremo Nordeste do estado, que estaria mapeado com Agreste (Diniz; Oliveira; Souza, 2020, p. 39-40).

Sobre essas condições gerais, que também se aplicam, em maior ou menor grau, a alguns estados vizinhos do Nordeste brasileiro – observação importante porque, como veremos, os tipos de habitação vernácula encontrados no Rio Grande do Norte não se limitam a ele –, gostaríamos de acrescentar considerações que lançam alguma luz sobre a temática da habitação vernácula produzida na região. Em primeiro lugar, o referido estudo considera a realidade atual do estado, mas as condições ambientais que ele apresenta não devem ter mudado, significativamente, do início da colonização aos dias atuais, mesmo considerando que, em termos mundiais, as mudanças climáticas e os impactos ambientais hajam se acelerado, especialmente durante o século xx, havendo despertado preocupação também em escala global. A título de exemplo, o problema da seca, mas também de enchentes, característico do semi-árido nordestino e de 87% do território

potiguar, sempre estiveram presentes desde o início da colonização, para nos limitarmos, de fato, a esse período de interesse, mesmo que a tendência atual seja a sua intensificação em razão das mudanças climáticas. Os registros históricos desse fenômeno são abundantes, a exemplo da carta datada de 10 de maio de 1747, do provedor da fazenda real do Rio Grande do Norte, Inácio de Sousa Rocha Branco. Ele justifica as dívidas de mais de 21 contos da capitania para com o Rei D. João V em razão das “rigorosas secas, que tem havido nos anos atrasados, tem sido a causa de se dever tanto quanto assim digo a fazenda de Vossa Majestade por que com elas ficou toda esta capitania destroçada” (Carta [do provedor...], 1747). O provedor acrescenta que fazendas foram abandonadas e que os moradores mais antigos nunca haviam visto algo semelhante. Outros exemplos históricos aparecerão ao longo deste trabalho. Vale acrescentar que algumas regiões e áreas do semi-árido, muito esparsamente habitadas, devem haver sofrido poucas intervenções humanas e, por isso, é possível que ainda mantenham características do solo, do relevo, do clima e da vegetação pouco alteradas, chegando aos dias atuais quase intactas.

O Domínio da Mata Atlântica, ou Domínio Tropical Atlântico, e, em menor escala, a área intermediária vizinha do Agreste, foram as que, historicamente, mais sofreram alterações resultantes da ação humana, por ser a área de contato mais imediata com o colonizador e as que foram ocupadas e exploradas com maior intensidade desde o início da colonização, sendo ainda as regiões mais urbanizadas do estado atualmente. Uma forte evidência disso está na exploração intensa da Mata Atlântica, que aconteceu desde o século XVI, com vistas à exportação, sobretudo, como foi

o caso do pau-brasil, em especial, mas também de outras madeiras, muito utilizadas na construção de casas e embarcações, a ponto de a Coroa legislar sobre o uso desse recurso, então abundante no Rio Grande do Norte e nas capitâneas litorâneas ao sul. Obviamente, a exploração de vários tipos de vegetação, inclusive os típicos da caatinga do sertão semi-árido também foi significativa, mas, aparentemente, menos intensa ou predatória do que no litoral. No Capítulo 2 deste trabalho, discorreremos um pouco mais sobre as técnicas construtivas e a exploração dos materiais utilizados na capitania do Rio Grande, dentre os quais, a madeira.

Partindo do pressuposto de que as características ambientais condicionam a habitação vernácula, como discutimos na nossa definição da arquitetura vernacular, é certo que o tipo de arquitetura produzida nos diferentes domínios morfoclimáticos sofreu algum tipo de influência desse meio. Assim, por exemplo, veremos, ao longo desse estudo, que as casas produzidas no sertão semi-árido detêm determinadas características em boa parte resultantes das condições físico-ambientais dessa região, como o uso da varanda ou do direcionamento da casa em determinado sentido, de modo a protegê-la da insolação escaldante, e de coberturas elevadas e paredes internas que não atingem a cobertura, para diminuir o calor interno. De modo semelhante, o uso de materiais locais, como a pedra, o tijolo de adobe, a argila ou as madeiras locais, como a carnaúba e outras, são outros exemplos dessa adaptação. Da mesma forma, o uso da palha do coqueiro nas casas dos pescadores litorâneos, onde ele era abundante e fazia parte da paisagem, mais intensamente do que nos dias atuais, mas também o emprego da terra e da madeira nas construções litorâneas, onde a pedra não parecia

ser tão abundante, assim como a persistência no uso da varanda ou do copiar também nas casas litorâneas, são outros exemplos notáveis, fruto de uma arquitetura que aos poucos foi se adaptando às condições ambientais, para as quais, cabe lembrar, a experiência milenar indígena, primeiros ocupantes e donos naturais dessas terras, foi fundamental, sobretudo nas fases iniciais desse longo processo histórico. Essas considerações, apenas esboçadas aqui, perpassam todo o trabalho, explícita ou implicitamente, lembrando que, como dissemos em nossa definição da arquitetura vernacular, as condições ambientais condicionam, mas não determinam a forma das habitações nelas inseridas. Elas são, antes de tudo, culturalmente determinadas, aspecto que não foi tratado neste item, precisamente porque dedicado a esses condicionamentos ambientais.

2 ARQUITETURA VERNACULAR NO RIO GRANDE DO NORTE: primeiras aproximações

Neste capítulo, reunimos algumas considerações iniciais sobre aspectos que envolvem a casa de vertente vernácula, rural ou urbana, no Rio Grande do Norte, aspectos que serão, de alguma forma, tratados nos capítulos subsequentes, uma vez que perpassam os diferentes períodos cronológicos estabelecidos para este trabalho, isto é, terminam, aparecendo ou reaparecendo, em diferentes momentos do estudo, mesmo que de forma pontual. Damos especial atenção ao período que se estende até o início do século xx, diferentemente do trabalho como um todo, que se estende até os dias atuais. Isso se deve ao fato de que os elementos da arquitetura vernacular aqui apresentados são pouco conhecidos, à medida que recuamos no tempo, merecendo, portanto, uma atenção especial. Selecionamos quatro aspectos, começando pelas técnicas e pelos materiais construtivos empregados.

Técnicas construtivas e materiais de construção

Ao longo deste trabalho, trataremos, pontualmente, das técnicas e, sobretudo, dos materiais construtivos em vários capítulos. Eles são, em essência, os seguintes:

Taipa

Profundamente utilizada, tanto nas casas quanto em edificações mais importantes. Os antigos manuscritos denominam esse sistema construtivo milenar, utilizado em abundância, inclusive pelos indígenas, de “madeira e barro”. O casario de Natal, no século XVIII, era essencialmente erigido em taipa. Um exemplo interessante de uma casa de taipa na cidade merece ser mencionado em razão de sua relação com questões de ordenação e estética do espaço urbano, algo que vai ser ainda mais evidente no século XIX. Ao fazer uma correição ou inspeção na cidade, os oficiais do Senado da Câmara (de vereadores) ou, mais provavelmente, o almotacé, uma espécie de fiscal a serviço do mesmo senado, mandaram derrubar uma casa de taipa na Ribeira, porque ela tomava a vista e desaformoseava a perspectiva da rua. Caso o dono não a derrubasse, a demolição seria feita às suas custas (Catálogo, [s. d.],a, doc. 3239, f. 48-49 [Natal, 27 jun. 1795]). Alguns equipamentos de maior porte da capital potiguar também foram erigidos em taipa, a exemplo do armazém e da casa de pólvora, fonte de intenso debate entre 1735 e 1737, como veremos. O primeiro armazém, erigido em 1707, tinha desmoronado 1733, em razão de um forte inverno (Teixeira, 2009, p. 361, 528).

O uso da taipa verificava-se, igualmente, como era de se esperar, nas casas de localidades nascentes, como Mossoró. O núcleo urbano dessa cidade, surgindo em torno da capela de Santa Luzia, a partir de 1772, era formado por casas de taipa e palha, como as do sargento-mor Antônio de Souza Machado, seu fundador. Raras eram as casas com telhas côncavas (Cascudo, 1996, p. 35-36). Essa foi a regra geral, em muitos núcleos nascentes do Rio Grande do Norte.

Pedra e cal

Essa técnica construtiva parece haver sido utilizada, principalmente, nas edificações importantes da urbe, o seu uso em casas tendo sido mais comum em algumas poucas regiões apenas. Ao que parece, eram raras no litoral, onde a pedra era menos abundante, mesmo que, como veremos no Capítulo 4, franceses ali tenham construído casas de pedra para traficar o pau-brasil com os indígenas, já no século XVI, e em 1602, o capitão-mor João Rodrigues Colaço tenha construído casas com o mesmo material em Natal, que era também utilizado pelos jesuítas em 1609. O uso da pedra em habitações foi incentivado desde o século XVIII. Em 1774, o capitão-mor Luiz da Rocha queria apoderar-se de um sítio de Luiza da Rocha Carvalho, para nele construir uma casa de pedra e cal em São José de Mipibu (Martins, 2005, p. 377). Ainda na vila de São José de Mipibu, em 24 de maio de 1777, a câmara mandou afixar um edital, anunciando a arrematação da terra que o patrimônio da vila tomou ao capitão-mor João de Oliveira Dreitas, por ele não haver feito a casa de pedra obrigatória. Esses dados são importantes porque, ao que tudo indica, permitem inferir que construir casas com esse material era uma obrigação nas “vilas de índios”⁴⁰, ao longo da segunda metade do setecentos. Posturas municipais do século XIX e início do XX também incentivam o seu uso nas habitações, de indígenas ou não.

São muitas as referências, por outro lado, ao uso de pedra e cal em edificações como o Forte dos Reis Magos, os fortins, as casas de câmara e cadeia, as pontes, entre outras. Em

40 Abordaremos, no momento oportuno, as chamadas “vilas de índios”, termo utilizado em épocas pretéritas para designar as vilas formadas por uma população majoritariamente indígena.

trabalho anterior, analisamos os sistemas construtivos utilizados nas casas de câmara e cadeia, nas quais se destaca o uso da taipa, no século XVII, mas também, e principalmente, o uso da pedra a partir do século seguinte. O documento a seguir, datado de 4 de julho de 1789, é mais um exemplo do uso da pedra e cal, entre outros materiais, como a madeira, em obras de interesse da coletividade. Refere-se à construção de uma “casa de água para uso público” na capital potiguar.

Com dimensões de 6,6 m x 5,5 m (30 x 25 palmos), era uma espécie de fonte pública para fornecimento de água à população, situada próxima a uma nascente, que não é identificada. O carapina-mor capitão João Luiz Pereira, “inteligente destas obras”, juntamente com os carapinas Manuel Gomes de Amorim e Caetano Victório da Penha e o mestre pedreiro José Jaques da Costa fizeram uma vistoria preliminar na nascente e concluíram que o local carecia de obras de porte. Por isso, eles sugeriram a construção de uma

[...] casa de pedra e cal com 25 palmos de frente por 30 de fundo, alicerces de 05 palmos de profundidade por 04 de espessura, tendo as paredes acima do alicerce 03 palmos de espessura e 05 de altura, tornando-se singelas em mais 06 palmos até o telhado, tendo a parede frontal frontispício com arremate, contando a obra com 06 pilares dobrados de 03 palmos de grossura das paredes que seriam rebocadas por dentro e por fora, das quais sairiam em 01 palmo três bicas de pedra lavrada, sendo o telhado sustentado por uma tesoura no meio e duas outras nos oitões, a porta em sucupira, com caixilhos também de madeira, com 06 palmos de altura por 03 de largura e 06 polegadas de espessura, com fechadura mourisca e suas dobradiças, sendo todas as telhas encaixadas e enripadas, pondo-se também onde caísse a água de cada bica uma laje de pedra bruta para assento dos potes (Catálogo, [s. d.], doc. 2756, f. 103v-104v [Natal, 04 jul. 1789]).

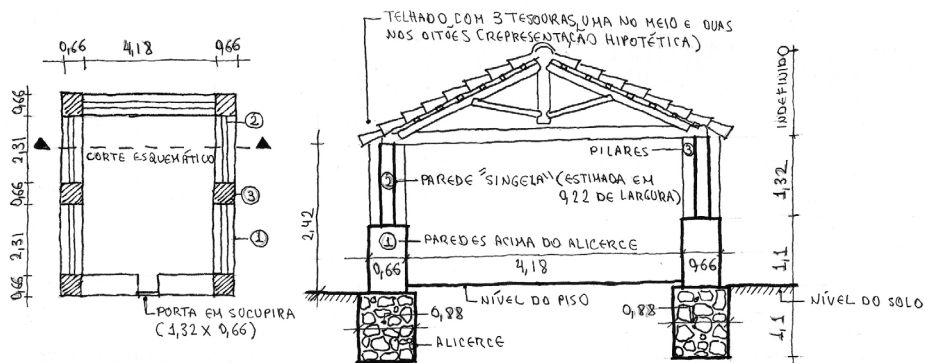


FIGURA 12

Reprodução gráfica parcial da “casa de água” em Natal (Rio Grande do Norte) (ca. 1789).⁴²

Fonte: o autor, com base em Catálogo [s. d.], doc. 2756, f. 103v-104v [Natal, 04 jul. 1789].

Perguntados quanto ao custo da mão de obra, os “mes-tres” responderam “[...] que importava tudo segundo as suas inteligências em [...]enta\$ooo réis” (Catálogo, [s. d.],a, doc. 2756, f. 103v-104v [Natal, 04 jul. 1789]). A Figura 12 é uma reprodução gráfica parcial⁴¹ dessa “casa de água. Estimada em 66\$ooo réis, como expresso em outra parte do mesmo documento, ela foi considerada uma “obra de porte”, talvez por ser de pedra e cal, materiais que, com certeza, foram empregados também nas casas de Natal, mas, ao que parece, com menor frequência, talvez em razão do custo desse material, menos abundante no litoral. O seu uso deve haver-se limitado às casas dos moradores mais aquinhoados.

41 O termo de vereação não é suficientemente claro para a sua reprodução gráfica integral, certamente por tratar-se de uma construção cujos detalhes eram conhecidos por todos, ou talvez porque viesse acompanhada de um projeto arquitetônico. Não é possível saber por onde chegam as “três bicas em pedra lavrada” no edifício, nem onde se situava a “laje de pedra bruta para assento dos potes” que receberiam as águas dessas bicas. Não sabemos, ainda, se a “parede singela” percorre todo o perímetro da edificação, nem há maiores detalhes sobre as tesouras e a cobertura, necessariamente em duas águas, aqui representadas como uma mera convenção.

42 As medidas em palmos (0,22 m) foram convertidas para o sistema métrico decimal.

O uso da pedra e cal foi, aparentemente, mais comum na construção de casas situadas em localidades onde esse material era abundante, a crer na descrição que fez o Frei Caneca de Caicó, em 1824:

A vila tem uma igreja não pequena, nova e bem paramentada. A casa do vigário é de sobrado e boa. Todas as casas são novas de pedra e cal e fazendo um círculo, com diâmetro de trezentos passos em uma chã. Por detrás das casas o terreno é plano, mas pedregoso. Tem o rio três grandes poços de boa água que nenhum verão por mais forte, é capaz de secar ([Frei Caneca de Caicó] *apud* Medeiros Filho, 1988, p. 42).

Alguns registros do século XIX exaltam a qualidade da pedra local, como no trecho de um relatório dos vereadores, descrevendo o município de Mossoró, datado de 16 de janeiro de 1886, no qual eles constatam a abundância da pedra calcárea no município, e no distrito de São Sebastião há “uma pedra especial, de cor branca azulada não muito dura, da qual se tem obtido facilmente por meio de serra, excelentes e bonitos tijolos de ladrilho” (Descrição [do município de Mossoró], 1886, p. 3). Não distante dessa

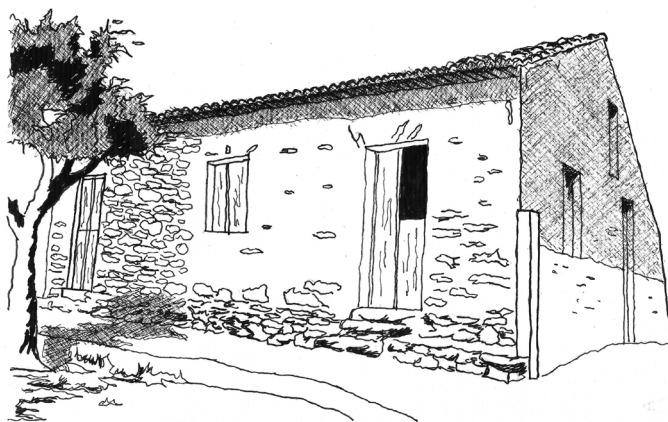


FIGURA 13
Um remanescente das antigas casas de pedra de Caicó (Rio Grande do Norte).
Fonte: o autor, com base em fotografia do acervo de Dimas da Mota.

pedreira há uma “mina de excelente gesso” que tem possibilitado a execução de “obras de estuque em diversos templos da província” (*id. ibid.*). De modo semelhante, os vereadores de Acari atestam, num relatório de 11 de janeiro de 1886, a fartura da pedra de construção, da cal e do “barro de olaria”, além de a região dispor de enxofre e gesso. Parecem exaltar a qualidade de uma pedra local, “preta e pequena que imita o ferro, assim como pedras de amianto” (*id. ibid.*).

Em 1905, o governador Augusto Tavares de Lyra também mencionou a abundância da pedra usada na construção, na região de Apodi. A pedra hume, pedra calcária cobria “muitas léguas da superfície do território e da qual se pode fazer cal pura em quantidade incalculável” (Mensagem [lida pelo Governador...], 1906, p. 107). Diz ainda que dessa pedra foram feitos o cruzeiro do frontispício, a pia batismal e as soleiras das portas da Igreja matriz, assim como as de “todas as casas” da cidade de Apodi.

Esses registros em localidades do interior indicam que a pedra parece haver sido mais empregada no sertão do Rio Grande do Norte, onde ela é abundante. No litoral, o seu uso limitou-se a alguns edifícios mais importantes.

Palha

Muito utilizada, em especial na cobertura das casas, mas frequentemente também para casas inteiras. Como veremos, foi um material muitíssimo utilizado na casa indígena, como demonstram os relatos dos cronistas dos séculos XVI e XVII. Também foi empregada durante séculos, pelos colonos e moradores pobres, em toda a capitania e na província. A palha da carnaúba, e a esse respeito, tudo

o que diz respeito a essa árvore, merece destaque como material de construção. A carnaúba aparece em poucos documentos do século XVIII, mas foi bastante utilizada, a crer nas referências que lhes são feitas, mais comuns, no século XIX e mesmo no XX. O presidente da província do Rio Grande do Norte, Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, em 1849, por exemplo, menciona o processo de exploração dessa árvore e de sua cera⁴³. Lembra que além de iluminar o homem e alimentar o homem e o gado, essa palmeira também “[...] presta os materiais para todas as partes da construção de uma casa, e para os seus moveis indispensáveis” (Fala [dirigida à Assembleia...], 1849, p. 17).

Com efeito, o uso da carnaúba na construção de casas foi muito comum no vale do Assu, região onde até hoje essa árvore é abundante. Koster (1816) referiu-se a uma dessas casas em sua passagem por essa região, em 1810:

Caminhamos pelas matas por cerca de uma légua, quando chegamos às margens da lagoa do Piató; avançamos por mais meia légua e desmontamos perto da casa de palha [*straw cottage*], do comandante do distrito [...] era inteiramente feita de madeira e folhas de carnaúba e de outros tipos de árvores. Era apenas uma habitação temporária para os meses de verão, a residência permanente do proprietário estando em Assu [...] a cabana era pequena demais para nos alojarmos (Koster, 1816, p. 97-99).

Casas construídas, parcial ou totalmente, com palha foram comuns em Natal, desde o século XVII. Como veremos,

43 “A carnaúba e a sua cera constituem um dos principais ramos da produção da Província. Particularmente no município de Assu arrendam-se extensos carnaubais para o corte dos palmitos, que, secando, ou passados em água quente, dão a cera empregada nas velas compostas. Colhida a cera, vendem-se e exportam-se as palhas secas para os tecidos em que são de grande uso” (Fala [dirigida à Assembleia...], 1849, p. 16-17).

Adriano Verdonck (2004), descrevendo essa cidade em 1630, menciona essas casas. No debate em torno do depósito de pólvora na capital potiguar, por volta de 1737, também há registros de casas com esse material. Não apenas as casas indígenas, nativas, mas também a partir do momento em que os indígenas são reunidos nos chamados aldeamentos, ou missões, de catequese, bem como nas “vilas de índios”, como veremos oportunamente, permaneceu o uso da palha na confecção das moradias. As folhas do coqueiro indiano também foram utilizadas com abundância.

Madeira

Além da carnaúba, outros tipos de madeira foram empregados nas construções de casas ou de outros equipamentos, assim como no mobiliário e em esquadrias. Eram sempre tipos de madeira disponíveis na região. Material outrora abundante, ele foi intensamente explorado desde o início da colonização. Como veremos, o traslado da repartição de terras do Rio Grande, documento de 1614, destacava que uma das funções do *rossio*⁴⁴ de Natal, era prover madeira para as casas. De igual modo, veremos que Diogo de Campos Moreno, em 1612, destacava a sua variedade, sua abundância e seu uso nas casas de então.

O uso do *rossio* era controlado pelo poder municipal local. Um edital do Senado da Câmara de Natal, datado de 20 de novembro de 1752, proíbe os moradores de fazerem

44 Gleba de terra destinada aos senados das câmaras coloniais, gerida por esses senados. Era destinada ao crescimento urbano de uma vila ou de uma cidade, por meio da concessão de lotes – as *datas* de terras – para a construção de casas pelos seus moradores, mediante pagamento de uma taxa ou foro anual ao senado (câmara municipal).

ou mandarem fazer roçados na distância de até uma légua da cidade, área correspondente ao rossio, que deveria ser utilizada para “[...] tirar alguma madeira para casas nesta cidade, e lenhas” (Alveal; Barbosa, 2018, p. 169). Os que desobedecessem, deveriam pagar seis mil reis de multa e pegar trinta dias de cadeia, conforme as “Leis do Reino”. Era uma medida de proteção contra o desmatamento, provocado pela expansão das roças⁴⁵. A taipa, técnica construtiva abundantemente empregada em casas e outras edificações maiores em toda a capitania, tinha na madeira um de seus principais insumos. Koster (1816, p. 97-99, 104) deixou-nos um dos tantos exemplos desse uso. Ele mencionou, no início do século XIX, uma casa de fazenda abandonada antes de ser concluída, situada a uma légua e meia de distância de Santa Luzia (Mossoró) e onde ele passou a noite. A casa, que já estava com a cobertura de telha, era espaçosa, mas as paredes tinham apenas a estrutura de madeira montada. Deveria se tratar de uma casa de taipa.

O uso intenso de madeiras nobres levou a Coroa a estabelecer restrições na sua exploração, pois lhe eram reservadas de modo exclusivo, segundo o Real Contrato de Sua Majestade. Era o caso do pau-brasil⁴⁶, que era abundante

45 Cabe destacar que o rossio também foi implantado nas vilas do século XVIII. Como municípios coloniais, elas eram dotadas, no ato de sua criação, do poder municipal, o Senado da Câmara (câmara municipal). Também no momento de sua criação, fossem elas “vilas de índios” ou “vilas de brancos”, grandes glebas de terra lhes eram atribuídas, as quais deveriam cumprir funções específicas, destinadas à manutenção e ao crescimento desses núcleos urbanos. O rossio era a área urbana propriamente dita, pois, destinada ao crescimento urbano da localidade (Teixeira, 2009, p. 255-256).

46 A Coroa portuguesa teve especial cuidado com a exploração dessa madeira. Num documento de 1749, o rei diz: “E porque o pau-brasil é uma das rendas de maior importância, que minha fazenda tem nessas Capitánias, e corre a administração dele

na Mata Atlântica, do Rio Grande do Norte a Alagoas⁴⁷ pelo menos, e que foi muito explorado desde o início da colonização, a começar pelos franceses⁴⁸, mas também pelos holandeses⁴⁹. No que se refere ao Rio Grande do Norte, por exemplo, o capitão-mor Caetano da Silva Sanches, ao escrever à Rainha Maria I em 15 de outubro de 1799, sobre vários assuntos atinentes à capitania, informa que “aqui tem excelente pau-brasil, e tem saído inumeráveis barcas dele, também há madeiras de construção” (Ofício do [capitão-mor...], 1799d, p. 2).

pela Junta do Comércio na forma das provisões, que para esse efeito lhe mandei passar, teréis particular cuidado, que não haja nele descaminho, e que as partes donde se tirar, seja de modo que se não prejudique as plantas novas pelo dano que disso resulta” (Informação, 1908).

- 47 Os franceses já exploravam essa madeira na costa do atual estado de Alagoas, desde o século XVII, pelo menos. O ancoradouro de Jaraguá, que está na origem da cidade de Maceió, foi crucial como ponto de exportação de madeiras nobres, como o pau-brasil, no século XVIII, pela coroa portuguesa. A exploração madeireira na costa do Brasil estendia-se por uma área litorânea bem maior do que a da atual região Nordeste do Brasil (Fortes, 2018).
- 48 É sabido o interesse dos franceses por essa preciosa madeira, que eles exploraram em vários pontos da costa do que é hoje o Nordeste brasileiro, desde o século XVI, como na capitania do Rio Grande.
- 49 Essa exploração pelos holandeses na capitania do Rio Grande ficou registrada num episódio da lista dos serviços prestados à Coroa por Agostinho Cesar de Andrade, que foi capitão-mor do Rio Grande em duas ocasiões, em fins do século XVII. Consta que, em determinada ocasião, possivelmente entre 1650 e 1653, ele acompanhou o sargento-mor Antônio Dias Cardoso na jornada de 60 léguas ao Rio Grande e, num embate contra os holandeses, “[...] se fez grande dano ao inimigo, queimando-lhe grande quantidade de pau-brasil e destruindo-lhe lavouras e mantimentos e a força dos guerreiros, matando, ferindo e aprisionando muitos flamengos, índios e escravos de Guiné” (Alveal; Oliveira, 2016, p. 118). Essa afirmação dá a entender que o pau-brasil havia sido estocado pelos batavos. Ver ainda, a esse respeito, o parecer do conselheiro do Conselho Ultramarino, Feliciano Dourado, datado de 15 de julho de 1662, sobre uma devassa acerca do contrabando de pau-brasil feito pelos holandeses no porto de João Lostão, localizado a sete léguas ao sul do Forte do Rio Grande (Parecer, 1662).

Por ser de exploração exclusiva da Coroa, compreende-se o teor do termo de vereação datado de 23 de maio de 1770, no qual ficou registrado uma vistoria que foi feita na reforma de uma casa situada na Ribeira, em Natal, pertencente ao capitão João Duarte da Silva, denunciado por haver desrespeitado a exclusividade da Coroa na exploração dessa madeira em obras de construção. De fato, o carapina da Ribeira Miguel dos Santos Lisboa, perito em madeiras, convocado pelo senado, examinou, sob juramento, o material empregado, e constatou o uso de 6 forquilhas de pau-brasil. A vistoria está assinada pelo carapina (Catálogo, [s. d.],a, doc. 1785, f. 92-92v [Natal, 23 maio 1770]).

Ainda em fins do século XVIII o pau-brasil continuava a ser explorado na capitania do Rio Grande do Norte, segundo carta dos oficiais da câmara de Natal endereçada à Rainha Maria I, datada de 31 de março de 1800. Fazendo eco a um pedido anterior de 1798 do mesmo senado e dos das vilas da capitania, eles destacavam as grandes potencialidades econômicas da capitania na agricultura, na pecuária, na piscicultura, na exploração do sal e da madeira, inclusive do pau-brasil – este, da melhor qualidade – como prova de sua capacidade a uma vida politicamente autônoma em relação a Pernambuco (Despacho [do secretário...], 1800; Ofício, 1799b, 1799c, 1799d), à qual o Rio Grande do Norte estava subordinado desde 1701. A sua independência apenas ocorreria, porém, em 1817. Seja como for, o pau-brasil, intensamente explorado desde o século XVI, adentrava o século XIX em pleno desaparecimento, como dá a entender a carta do capitão-mor Lopo Joaquim de Almeida Henriques, datada 30 de abril de 1801. Tratando de vários assuntos a

respeito da capitania, em determinado momento, ele faz um alerta para a destruição dessa madeira:

Algumas das câmaras têm por patrimônio certa porção de terreno, cuja renda é demasiadamente mal administrada com a ordem de agricultura em geral tem destruído estes terrenos, em especial de madeiras, sem exceção do pau-brasil cuja ruína é quase insomável (Carta [do capitão-mor...], 1804).

Ainda disponível, pelo menos até meados do século XIX no Rio Grande do Norte, a crer nas referências que Milliet de Saint-Adolphe (1845a, 1845b) fez a esse respeito em sua obra⁵⁰, a exploração intensa, que remonta ao início da colonização, muito contribuiu para o desmatamento e para o seu desaparecimento.

Além da carnaúba e do pau-brasil, vários outros tipos de madeira aparecem nas fontes, como o jacarandá, o pau amarelo, a sucupira, a maçaranduba, o buriti, a aroeira e o angico, entre outros. Eles eram empregados não somente na construção de casas, mas também nos equipamentos públicos nas mais diversas situações, do assoalho à cobertura, passando pela estrutura do telhado, nas paredes de taipa ou de outros sistemas construtivos, como o enxaimel, e em componentes com portas e janelas, e os exemplos são muitos, como já demonstramos para o caso das casas de câmara e cadeia, em trabalho anterior (Teixeira, 2012). Um único exemplo, entre tantos, encontra-se no termo de verificação do Senado da Câmara da vila de Extremoz, de 4 de

50 “Os bosques e matas do sertão abundam em árvores resinosas, gomosas e balsâmicas, nas que dão o melhor pau-brasil, e em várias espécies de palmeiras e de madeiras de construção”. Também constatou que “o distrito de Vila Flor dá ótimo pau-brasil” e que do porto de Natal exportavam-se “algodão, pau-brasil, drogas de medicina e outros produtos do sertão da província” (Saint-Adolphe, 1845b, p. 142, 440, 777).

março de 1775. Os oficiais da câmara, fazendo vistoria na casa do açougue, que seria explorada por Agostinho Cardoso mediante contrato, constataram que a edificação necessitava de nova cumeeira, alguns caibros, oitenta pregos e algumas telhas, outras necessidades sendo detectadas de acordo com o andamento da obra (Catálogo, [s. d.], doc. 1980, f. 178v-179 [Natal, 04 mar. 1775]).

Tijolo, telhas

O tijolo e, em especial, a telha, parecem haver sido utilizados desde o século XVII, o uso da telha sendo confirmado inclusive nas habitações desde tempos mais remotos. A crer no relato de Henry Koster (1816), do início do século XIX, as telhas eram elementos de distinção do morador, o que deve ser verdade, considerando que, muitas vezes, as casas tinham cobertura de palhas. Descrevendo a região litorânea entre Goiânia, em Pernambuco, e Cunhaú, no Rio Grande do Norte, o autor observou

diversos lugarejos ao longo da estrada, consistindo de três ou quatro cabanas, construídas com madeira fina e com folhagens vegetais; outras com paredes de taipa e com essas folhas; de vez em quando é possível ver casas de taipa com cobertura de telhas – e isso expressa que o seu morador está acima das pessoas comuns (Koster, 1816, p. 67).

Eram mocambos, casas típicas de áreas rurais, construídas pela população pobre, habitação que descreveremos no momento oportuno. Quanto ao tijolo, já se tem notícia de uma olaria na capitania nos primeiros anos do século XVII, como veremos. Contudo, o seu uso parece haver sido raro até o século XVIII. Se a taipa continuava sendo usada até

mesmo em algumas edificações importantes da urbe, o que não dizer das casas? Estudando os inventários do Seridó, Medeiros Filho (1983) afirma que nessas antigas “moradas de casas”, como elas eram chamadas nesses documentos, preponderavam as “térreas, de taipa, cobertas de telhas”, e conclui que esse tipo de casa era comum “em todo o território brasileiro”. Em seguida, ele transcreve vários inventários, tanto do século XVIII, quanto do XIX, dos quais destacamos três, um, pelo fato de a casa dispor de oratório e de senzalas anexas, outro, pelo uso do tijolo na fachada, e o terceiro, pelo grande número de portas e janelas, uma casa de maiores dimensões, certamente, mesmo que ainda de taipa:

Uma morada de casas de vivenda térreas e de taipa cobertas de telhas, com um Oratório e Altar de madeira lisa pintado [...] onde se celebra Missa, com casas de senzala coberta de telhas já derrotadas”. Tal era a casa do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque, do sítio Belém, no Acari. Inventário de 1789. “[...] uma morada de casas com frente de tijolo de sua residência no lugar do Totoró”. Nela, morava o capitão-mor Cipriano Lopes Galvão, inventário de 1814 [...] Outra dita de taipa grande com quatro mil telhas com dez portas todas com fechaduras, e sete janelas. Aí, morava o tenente-coronel Manoel Pereira Monteiro (o 2º), na Terra de Nossa Senhora do Ó (Serra Negra). O mesmo era coproprietário de um sobrado, em térrea própria, o qual fora construído, em época não determinada, pelo 1º Manoel Pereira Monteiro. Inventário de 1822 (Medeiros Filho, 1983, p. 53-54).

Com efeito, no século XVIII, o tijolo parece haver sido utilizado com maior frequência nas edificações mais importantes. Em suas viagens pelo Nordeste do Brasil em 1810, Koster (1816) fez uma observação sobre as casas de Assu que,

além de depreciativa, parece indicar o raro uso do tijolo em residências:

As casas tinham apenas o pavimento térreo, e algumas eram rebocadas e caiadas de branco, mas as paredes de muitas conservavam sua cor natural, por dentro e por fora, e o chão estava em seu estado bruto [...] Fui então procurar uma casa para o nosso abrigo durante a estada. Era pequena, sem reboco nem caiação, com dois quartos, um abrindo para a praça e outro para o rio. Logo que terminei a instalação e me arranjei, saí para visitar o vigário que residia na melhor, ou menos feia, habitação da vila. Era do tamanho da casa dos camponeses ou dos pequenos proprietários na Inglaterra, mas não tão confortável, embora possuindo pavimentos de tijolos (Koster, 1816, p. 94).

Koster (1816) também descreve Bom Jardim, reforçando a impressão geral da precariedade do casario. Afirma que “a povoação foi edificada na forma de um quadrado” (*op. cit.*, p. 212), contendo uma população aproximada de 500 habitantes. Diz que as casas são baixas, mas a igreja é “grande e bonita”. São “choupanas”, casas pequenas parecidas com as de Assu e de outras localidades, mas não são caiadas de branco. Espalhadas no meio dos bosques, elas são percebidas em seu conjunto apenas quando vistas do alto de uma colina. E arremata: essas “casinhas das classes pobres do povo não são percebidas, esparsas por toda extensão do terreno e com os estreitos caminhos que parecem impraticáveis” (*id. ibid.*). Nessa descrição, não há qualquer alusão ao tijolo.

O que se evidencia, por meio das fontes documentais, é que, ainda que o tijolo seja conhecido e empregado desde cedo no processo de colonização da capitania do Rio Grande, a sua aplicação parece haver sido rara em casas, provavelmente por ser um material “nobre” e, por conseguinte, mais

caro. As casas, mesmo urbanas, eram predominantemente de taipa, cobertas de palha ou, às vezes, de telha. Quando muito, dependendo das condições do morador, podiam ter fachadas de tijolos. Ao longo do século XIX, porém, o uso de tijolo impõe-se, paulatinamente, e a cidade de taipa vai aos poucos cedendo lugar à cidade de tijolo, como veremos. Esse fenômeno foi mais ou menos geral, ocorrido em todo o Brasil. Carlos Lemos observou essa transformação, por exemplo, para a cidade de São Paulo (Lemos, 1989a).

Ferro e materiais afins

Esse material foi utilizado desde muito cedo, a começar pelo Forte dos Reis Magos. Ao escrever ao príncipe regente D. Pedro, em 8 de dezembro de 1673, para dar conta do estado de ruína do forte, da falta de munições e de infantaria, e acerca da reconstrução da matriz de Nossa Senhora da Apresentação, o capitão-mor da capitania do Rio Grande, Antônio Vaz Gondim, apresenta um inventário, apontando as carências do forte. Dentre elas, constata-se a falta de molas de fechaduras que impedem portas de fecharem-se, “doze peças de artilharia de bronze em carretas novas cavalgadas, mas descarregadas e sem chapas nas escorvas [...] dezessete peças de artilharia de ferro sem carretas, e mui gastadas da ferragem, que servem para pouco” (Consulta [do Conselho...], 1674). As casas de câmara e cadeia do século XVIII, por exemplo, utilizaram grades de ferro para as janelas.

A existência de profissionais que trabalhavam com o ferro era suficientemente importante para exigir a regulamentação de sua atividade. Isso se comprova pelo regimento do ofício

de ferreiro, segundo termo de vereação datado de 29 de agosto de 1791. O regimento define os valores que o ferreiro podia cobrar na confecção de enxadas, pás, machados, foices, mas também de diversos tipos de pregos, inclusive para uso em assoalhos. Conclui, determinando que “todos os oficiais deste ofício devem ter este regimento nas suas tendas à vista do povo, com pena de dois mil réis para as despesas da câmara” (Thomaz, 1916, p. 107-108)⁵¹. A referência a tendas faz-nos supor que se trata de algum tipo de construção provisória no interior do núcleo urbano, onde ele oferecia seus serviços. Deviam situar-se em lugar público e de fácil acesso e visibilidade pela população.

As casas-sede de fazenda do século XIX também utilizaram esse material em dobradiças, fechaduras, ferrolhos e cravos, como veremos. Ao que parece, porém, o ferro não era um material abundante, talvez caro, por ser importado, daí serem poucas as referências ao uso desse material. Descobrimos o seu uso em casas antes do século XIX, embora seja possível que nas fazendas do sertão esse material já pudesse estar em uso.

A mão de obra

A mão de obra era, de uma maneira geral, escassa⁵². Isto é ainda mais verdadeiro quando constatamos que os brancos, os portugueses, dificilmente exerciam trabalhos manuais, considerados indignos, os quais ficavam sob a

51 Embora tratemos do item mão de obra a seguir, fizemos alusão ao ofício de ferreiro aqui, por estar intrinsecamente relacionado a esse material.

52 Em nossa tese de doutorado, tratamos longamente da sociedade colonial, inclusive quanto aos aspectos relativos à mão de obra, em parte traduzida e reproduzida na presente discussão. (ver Teixeira, 2002, p. 50-52, 121-124).

incumbência de negros escravizados, dos indígenas ou dos mulatos livres. As duas primeiras etnias, em particular, representavam a verdadeira força de trabalho da sociedade. Nada se fazia sem o concurso delas. Numa capitania pobre como a do Rio Grande, os seus habitantes nem sempre podiam obter os primeiros, uma das mercadorias mais caras da colônia, por isso recorriam muito frequentemente à mão de obra indígena.

Uma carta régia datada de 15 de março de 1718, abordando a questão de uma ajuda financeira para a construção da casa de câmara e cadeia em Natal, revela a ausência de mão de obra necessária nesse setor, ao mencionar a insuficiência de carros e de escravos na capitania para a obra. Os oficiais da câmara haviam requerido ao juiz da Paraíba, para que ele mandasse vir pedreiros de Goiana. O juiz respondeu, numa carta registrada em Natal, em 6 de fevereiro de 1719, que estes não estavam disponíveis no momento, e que era necessário que eles se virassem com os operários locais. O capitão-mor Luís Ferreira escreve para os mesmos representantes municipais sobre esse assunto, numa carta de 3 de agosto de 1720, e menciona que o carpinteiro responsável pela construção do edifício, Manoel Francisco Diniz, precisava de indígenas das missões na obra. O capitão-mor é de parecer contrário à petição, porque dois indígenas estão doentes e os outros ocupados com a extração de pau-brasil para o rei (Souza, 1906, p. 252-254, 269-270, 302-303).

Os mestres de obra reuniam sob suas ordens aprendizes e empregados, assim como pessoas escravizadas e indígenas. O relatório do tesoureiro de finanças, Dionísio da Costa Soares, de 30 de abril de 1755, repertoria as despesas realizadas nos serviços e nas obras públicas para o ano 1753-54. Entre

outros, ele estabelece uma lista das despesas contraídas com os trabalhadores da construção civil, isto é, os mestres de obra e seus oficiais, que haviam trabalhado no forte. Outras despesas tinham a ver com os indígenas que haviam efetuado obras no “corpo de guarda” da capital, assim como para a sua iluminação a óleo de azeite. O carpinteiro José do Santos e seus cinco oficiais alugaram indígenas e negros, carros e canoas, para carregarem madeira para o forte e para fazer cal. Esses homens foram igualmente remunerados. O mesmo tesoureiro redigiu outro relatório relativo ao ano seguinte, 1755. Ele menciona os serviços de reparação do forte, da casa do capitão-mor, bem como do “corpo de guarda desta cidade” e da sua iluminação. A despesa com a reparação do corpo de guarda, feita com tijolos, demonstra a existência de alguns oficiais da construção civil, como o “mestre de carapina”, da mesma forma que, e sobretudo, de trabalhadores e artesãos indígenas e negros, utilizados nessas construções (Carta [do provedor...], 1756).

Outro aspecto relevante é a participação dos engenheiros militares, enquanto idealizadores dos espaços urbanos coloniais e de sua arquitetura. A esse respeito, o Rio Grande contou com a participação de engenheiros militares desde o início da colonização⁵³. Pouco antes ou durante a primeira metade do século XVIII, observamos que eles estão presentes em todas as edificações importantes da capital. Assim, em

53 O Forte dos Reis Magos, concebida pelo jesuíta Gaspar de Samperes, sofreu a intervenção do engenheiro geral das fortificações no Brasil, Francisco Frias de Mesquita. Este foi enviado pela Coroa em 1603, para exercer funções de engenheiro e arquiteto em toda a colônia. Em 1614, ele concebeu um projeto de modificação do forte e fez um relatório, propondo reformas. Reclamou dos mestres de obra locais e exigiu que o capitão-mor, Ambrósio Machado, mandasse executar as obras, tais como estavam definidas no projeto (Moura, 1986, p. 80-81).

sua tentativa de reconstrução da cidade em 1674, o capitão-mor Antônio Vaz Gondim requer e obtém do rei o envio de um engenheiro, para fiscalizar os trabalhos necessários ao forte e à igreja matriz, assim como uma ajuda financeira para esse fim⁵⁴. Na grande polêmica em torno da edificação de uma casa ou depósito para a estocagem de pólvora, entre 1735 e 1737, sobre a qual retornaremos oportunamente, um ou dois engenheiros de Pernambuco deveriam vir ao Rio Grande, para estudarem a localização do sítio e para dirigirem as obras. O edifício deveria custar o mínimo possível e ser realizado de acordo com um projeto arquitetônico. O governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, ainda referindo-se ao mesmo edifício, disse ser o superintendente das fortificações da capitania⁵⁵. No dia 5 de maio de 1755, o capitão de infantaria Antônio José de Lemos chega em Natal. Sendo alguém que “conhece engenharia”, ele fora enviado pelo capitão-mor de Pernambuco, Luís José Correia de Sá, para examinar, conjuntamente com os oficiais do Senado da Câmara, a construção de uma nova casa de câmara e cadeia. É natural que esses profissionais, frequentemente de formação elevada, viessem todos de outras localidades, notadamente de Pernambuco. Constatamos, por sinal, que a subordinação da capitania do Rio Grande à de Pernambuco era indiscutível em todos os sentidos, inclusive no que tange à construção civil. Seja como for, é provável que, por tratar-se de uma mão de obra altamente especializada à época, desconhecemos sua atuação em casas, pelo menos na capitania do Rio Grande (do Norte). Aliás, os registros documentais

54 Segundo a carta régia de 26 de abril de 1674 (Pombo, 1921, p. 147).

55 Vide sua carta de 21 de fevereiro de 1737 (Carta [do provedor...], 1737).

apresentam uma mão de obra, especializada ou não, atuando normalmente em obras que poderíamos considerar públicas, de caráter oficial. Há, no entanto, poucos registros sobre o seu uso na construção de casas, nosso interesse particular. Além do mais, a interferência desses profissionais especializados na concepção e na construção de habitações não se encaixa no conceito adotado para este trabalho, de uma arquitetura residencial vernacular.

A mão de obra é um tema extenso, digno, por si só, de um trabalho à parte. Por esse motivo, tivemos de nos deter ao uso da mão de obra indígena apenas e, mesmo assim, limitando-nos ao período correspondente ao episódio dos aldeamentos, ou missões fixas (entre, aproximadamente, 1680 e 1760)⁵⁶. Ampliamos a análise para demonstrar que a exploração dessa mão de obra pelos colonos foi muito além da construção de casas, e que havia, ou, pelo menos, buscava-se, um controle legal sobre o uso dessa mão de obra, que atuava sob a supervisão dos missionários católicos. Precária, ela era certamente utilizada na construção, reparação ou manutenção de casas, especialmente nas localidades de colonos brancos, mesmo que sejam raras as fontes manuscritas disponíveis a esse respeito.

Não tratamos da mão de obra escravizada⁵⁷ de origem africana, porque a indígena parece haver sido mais empregada no Rio Grande, capitania pobre na qual a posse daquela

56 Esse assunto será objeto do Capítulo 5.

57 o "escravizado" ao invés de "escravo" tem se imposto como o termo politicamente correto. Nós o utilizamos sempre que se tratar de nosso próprio discurso, mas manteremos o termo "escravo" e seus derivados em transcrições direta de documentos, o que é óbvio, ou indiretamente, quando nos referindo a documentos e fontes originais que igualmente usam o mesmo termo, por uma questão de fidelidade às fontes.

não era tão comum, mesmo que tenha havido um aumento no número de pessoas escravizadas, segundo as estatísticas disponíveis, entre os séculos XVIII e XIX. De qualquer forma, alusões a essa mão de obra cativa aparecem inevitavelmente nas fontes sobre o assunto, como nos exemplos já citados, e em outras, apresentadas adiante neste trabalho.

Feitas essas considerações, chamamos inicialmente a atenção para o fato de que, na capitania do Rio Grande, como em outras (Petrone, 1995, p. 204-220), os nativos dos aldeamentos foram utilizados para os mais diversos fins, muito mais do que estritamente para a construção: para penetrar no interior; para os serviços públicos (abertura e manutenção de estradas; para a construção de edifícios públicos de natureza civil, militar ou religiosa; para a manutenção de ruas e outros serviços); para guerrear ou para a defesa do território, às vezes, por meio do deslocamento do aldeamento; para os correios oficiais; para o transporte de mercadorias; para a agricultura e para os serviços domésticos. A grande variedade de atividades artesanais, além de outras que eram oferecidas pelos indígenas, resultava tanto de suas tradições e habilidades naturais, como da contribuição dos missionários, jesuítas ou não, por meio do ensino dos ofícios nos aldeamentos.

Os missionários eram responsáveis por proteger o uso da mão de obra indígena dos excessos, por parte dos colonos. Por esse motivo, entraram frequentemente em choque com estes últimos. Por exemplo, o rei D. João V, escrevendo ao capitão-mor do Rio Grande em 22 de dezembro de 1715,

Empregamos a mesma lógica com o termo "índio", que substituímos, na medida do possível por "indígena".

menciona uma queixa deste contra o padre jesuíta Pedro Taborda, superior da missão de Guajiru, hoje cidade de Extremoz, e do capitão-mor da missão, que recusavam que os indígenas desse aldeamento levassem cartas oficiais ao Ceará. Sobre esse assunto, o rei manda que se observem as disposições legais (Requerimento, 1748)⁵⁸.

A carta do Senado da Câmara ao rei, datada de 7 de agosto de 1713, acusa os jesuítas de impedirem a repartição dos indígenas entre os habitantes. Estes, em razão de sua pobreza, precisavam da mão de obra nativa para a pesca e para a criação de gado, que eram as “riquezas da terra”. Os oficiais da câmara acusam os religiosos de falarem sem respeito, humilhando os moradores em atos e em palavras, como fizeram a um soldado que foi procurar um indígena rebelde numa missão. Os religiosos protegem demais os indígenas que afrontam seus senhores. Para o progresso da capitania, eles solicitam ao rei que mande vir religiosos mendicantes, para catequizá-los e fazê-los servir a Deus, no lugar de desobedecer às ordens do soberano (Carta [dos oficiais...], 1713). Em outra carta, de 4 de novembro de 1720, destinada ao capitão-mor da Paraíba, os oficiais do Senado da Câmara indicam que os nativos que haviam sido vendidos em praça pública haviam fugido para a Paraíba e estavam reunidos com os Pegas, subordinados ao capitão Teodósio de Oliveira. Esses indígenas retornavam à capitania para buscar outros Tapuias, e logo não haveria mais deles para os serviços. Seus proprietários são pobres, têm grandes prejuízos e não podem ir buscá-los, pelas despesas que terão que fazer. Por esse motivo, eles solicitam ao capitão-mor

58 O documento não o nomeia, mas, pela data do documento, o capitão-mor queixoso deveria ser Domingos Amado, que governava a capitania à época.

da Paraíba que ordene ao capitão Teodósio de Oliveira para mandá-los de volta (Mariz, 1994, p. 157)⁵⁹.

Os oficiais da câmara, assim como os habitantes em nome dos quais eles falavam, voltavam-se, igualmente, contra os indígenas, que não respeitavam os termos do “contrato de trabalho”. Outra carta do mesmo senado, datada de primeiro de dezembro de 1716, endereçada ao governador de Pernambuco, queixa-se do fato de que os que trabalham nas salinas e nas pescas efetuam as tarefas somente quando recebem antecipadamente uma parte de seus salários. Além do mais, os nativos abandonam o serviço antes do tempo estipulado, o que ocorre frequentemente sob as ordens de seus missionários. Os oficiais acusam os religiosos de buscarem a ajuda das autoridades – que somente reconhecem como tais –, quando eles não têm mais autoridade sobre os indígenas (Mariz, 1994, p. 153-154).

O provedor da fazenda lembra, em sua carta de 15 de março de 1732, a necessidade dessa mão de obra numa região onde os habitantes não podem comprar escravos. Ele reitera as críticas dos moradores sobre a negligência dos indígenas, em executar as tarefas para as quais são pagos, e confirma que os missionários os protegem. Além do mais, os naturais não podem ser punidos, porque são os religiosos que detêm o poder temporal sobre eles. O provedor afirma que eles já mataram cinco pessoas e que podem assassinar

59 Essas reclamações são frequentes desde o século anterior. A carta do Senado da Câmara de Natal, endereçada ao bispo de Pernambuco, em 12 de abril de 1679, fornece-nos um exemplo. O jesuíta João de Gouveia havia enviado os indígenas da missão Guajiru para a de Guarairas, por causa de um motim contra o administrador da missão. Os oficiais da câmara requerem ao bispo a volta dos indígenas, porque os habitantes da capitania dependiam deles para a agricultura, a pesca e a criação de gado (Mariz, 1994, p. 110).

outros ainda. Os moradores desejam que o poder temporal sobre os indígenas seja entregue ao capitão-mor e que eles sejam distribuídos entre os colonos para a pesca. Os colonos lembram a importância dessa atividade para os dízimos reais (Carta [do provedor...], 1732c).

Os documentos citados revelam primeiramente a importância da mão de obra indígena e os conflitos de interesses relativos a esse item tão precioso para o processo colonial. Efetivamente, na época, mais do que os negros escravizados, eram os indígenas a força motriz da sociedade, pelo menos no Rio Grande. Nessa capitania, eles abriram caminhos e estradas, carregaram os navios reais de pau-brasil e serviram de correio para as mensagens oficiais. Além disso, eles consertaram o Forte dos Reis Magos e construíram edifícios como as casas de câmara de Natal, entre outras obras. O controle dessa mão de obra era, portanto, vital, como em várias outras capitanias, e fonte de conflitos entre os missionários que deviam protegê-los e os colonos em geral.

O último documento citado, a carta do provedor da fazenda, menciona um ponto essencial do debate, a saber, o poder temporal sobre os indígenas das missões. O influente padre jesuíta Antônio Vieira, por exemplo, defendia a administração temporal dos indígenas pelos missionários, sem a qual não podia haver administração espiritual. No que diz respeito às missões, ele preconizava, com razão, a exclusividade da sua administração pelos jesuítas, porque estimava que a administração temporal por um capitão português só faria suscitar a discórdia.

No Rio Grande, como em outras partes, a discussão sobre a administração dos indígenas das missões é antiga, e remonta pelo menos a 1679. Sobre esse aspecto, vários

documentos revelam os conflitos que opunham os colonos e as autoridades, principalmente locais, por um lado, contra os missionários jesuítas, por outro lado. Estes, como o padre João da Gouveia, do aldeamento Guajiru, perto de Natal, eram acusados de exercer o poder temporal sobre os indígenas, prerrogativa que eles tinham efetivamente, segundo a carta do governador geral do Brasil, Roque da Costa Barreto, endereçada aos oficiais da câmara de Natal, em 6 de agosto de 1679 (Mariz, 1994, p. 110). Numa época em que o poder dessa ordem religiosa era incontestável, as proposições de Antônio Vieira defendendo o privilégio dos missionários sobre a administração temporal dos indígenas haviam superado toda oposição.

A Junta das Missões, criada em 1681, conferia a autoridade espiritual e temporal aos jesuítas sobre as missões do norte da capitania de Pernambuco. Essa decisão, confirmada posteriormente pelo Regimento das Missões, de 1686⁶⁰, foi mal recebida pelos oficiais do Senado da Câmara de Natal, que continuaram a reivindicar a administração dos indígenas, numa carta de 31 de outubro de 1681. Lembrando sempre que eles eram muito pobres e tinham necessidade do trabalho dos nativos, os oficiais afirmavam que era preferível quando os indígenas encontravam-se sob a administração

60 O Regimento das Missões, de 1686, tratava de vários aspectos. Os indígenas das missões deviam defender o Estado. Somente eles deviam viver nas missões. Eram livres, mesmo se casados com negros escravizados. Eles deviam garantir sua subsistência pelo trabalho e deviam ser pagos, em duas vezes, pelos serviços prestados aos colonos. O número de homens válidos ao trabalho que podiam ficar ausentes das missões não devia ultrapassar a metade da população total. Os indígenas de menos de 13 anos e as mulheres, com algumas exceções para estas últimas, não podiam trabalhar fora da missão. Essa lei permaneceu em vigor durante o episódio das missões no Rio Grande (Lopes, 1999, p. 133-134).

dos capitães-mores. Os missionários, por sua vez, deviam se limitar ao trabalho espiritual e evangelizar os indígenas distantes. Nas missões, os naturais eram devotos, possuíam suas igrejas e suas irmandades. Eles solicitavam assim uma melhor distribuição dos autóctones entre os capitães-mores e os padres da Companhia (Consulta [do Conselho...], 1681). Contudo, a religiosidade dos indígenas é desmentida, várias vezes, por essas mesmas autoridades e pelos colonos. Eles o afirmam certamente para se livrarem da presença incômoda dos missionários.

Apesar da insistência das autoridades locais – efetivamente, essa solicitação será renovada mais tarde⁶¹ – são os missionários jesuítas e de outras ordens que mantêm o poder temporal sobre os indígenas até sua expulsão. Todavia, a administração temporal dos missionários não excluía a das autoridades internas à missão, que deviam exercer a justiça e ocupar-se de outros aspectos políticos e administrativos locais⁶², pelo menos teoricamente, pois era

61 Ver a carta régia de 27 de agosto de 1717, que se destinava a responder às questões relativas a uma disputa entre os missionários e os capitães-mores do Rio Grande, a respeito do poder temporal sobre os indígenas, e a carta do capitão-mor do Rio Grande, João de Barros Braga, datada de 17 de março de 1732, queixando-se dos problemas nas missões e da falta de autoridade dos missionários. As acusações contra indígenas e missionários são confirmadas por duas cartas do Senado da Câmara que acompanham a do capitão-mor, de mesma data. Entre outras acusações, dizem que, numa revolta recente, foi necessária a intervenção militar, comandada pessoalmente pelo capitão-mor, para acalmá-los. Eles solicitam que os indígenas sejam distribuídos nas casas dos colonos e eles sejam castigados, se abandonarem o trabalho, antes de o haver terminado. Solicitam, igualmente, que o poder temporal dos missionários sobre os indígenas lhes seja retirado (Mariz, 1994, p. 155; Carta do [capitão-mor...], 1732a).

62 Desde o início da experiência dos aldeamentos na colônia, em meados do século XVI, o governador geral Men de Sá instituiu um governo dos aldeamentos próximo ao das aglomerações, de brancos. O aldeamento dispunha do tronco, mobiliário equivalente

o missionário que tinha, de fato, toda autoridade no local⁶³. De qualquer modo, é imperativo assinalar, através deste debate, o vínculo indissociável entre os aldeamentos e as outras aglomerações, sem o qual, os primeiros não podem ser inteiramente compreendidos.

Numa época em que os valores religiosos faziam parte de toda argumentação, os colonos preconizavam a administração dos indígenas a partir desse prisma. Eles declaravam estar em condições de ensinar o catecismo aos nativos, se estes vivessem entre eles. Pasquale Petrone, estudando os aldeamentos de São Paulo, afirma que o termo “administração” pressupunha que o indígena tinha necessidade de ser administrado pelos colonos, porque ele era incapaz, sem a ajuda destes, de conduzir seu próprio destino e de viver uma vida civil em meio aos cristãos. Na realidade, tratava-se de uma forma disfarçada de escravidão, porque a lei a proibia para indígenas em processo de cristianização. Comparando os sistemas de administração e de “*encomienda*”, na colonização

ao pelourinho, e de um “meirinho”, isto é, um chefe indígena local, que é frequentemente o chefe natural da tribo. A maioria das punições são infligidas pelos indígenas e não pelos missionários. No Rio Grande, o posto de “administrador dos índios” foi criado em 1672. Ele foi ocupado inicialmente por Francisco de Almeida Veras. O rei e o capitão-mor devem ser informados dos excessos dos que ocupavam o posto, caso em que seriam destituídos (Mariz, 1994, p. 109-110).

- 63 Haubert (1990, p. 85, 89), estudando as reduções, apresenta elementos comuns aos aldeamentos. Ele afirma que os missionários são responsáveis pela organização de quase todos os aspectos da vida dessas missões. Os padres ocupam-se da localização da comunidade à produção, à criação de gado, à agricultura e ao comércio. Os missionários conservam a administração política e preferem os chefes naturais dos indígenas para chefes locais, para evitarem a interferência dos colonos. A administração valoriza os chefes indígenas naturais, que formam uma pequena nobreza local. O autor desenvolve vários outros aspectos interessantes concernentes à administração das reduções.

espanhola, o autor assevera que ambos justificavam-se pelo viés religioso. Nos dois casos, os “administradores” dos indígenas eram obrigados a catequizá-los. Existia até uma legislação relativa a esse tema (Petroni, 1995, p. 81-100). No Rio Grande, muitos documentos provam que a administração dos indígenas preconizada pelos colonos tinha essa conotação religiosa⁶⁴. O aspecto religioso da administração dos nativos pelos colonos, habitantes do burgo e de seu entorno, demonstra, entre outros aspectos que poderiam ser citados, a função religiosa que as aglomerações de colonos brancos supunham cumprir.

Tendo como base essas divagações e considerações tangenciais, não é difícil inferir, e mesmo concluir, devido à exploração intensa dessa mão de obra, que ela haja sido utilizada também na construção e/ou na reparação das casas dos colonos, ainda que não tenhamos encontrado fontes explícitas a esse respeito. Uma rara fonte que se aproxima disso encontra-se no anexo – praticamente ilegível – de um documento de 1725, do Senado da Câmara de Natal, endereçado ao rei D. João V, sobre os indígenas das aldeias da capitania, que não cumprem os acordos de trabalho e usam armas de fogo, ameaçando os moradores. O anexo é uma carta do “capitão-mor dos índios” da Aldeia de Mipibu, informando que ele concedeu onze rapazes para trabalharem para um “coronel”, a pedido deste, e que o dinheiro que ele receberia com isso – as patacas – seria empregado, diz ele, nas “telhas para minha casa” (Carta [dos oficiais...], 1725). Nesse caso específico, trata-se de um uso indireto, uma vez que os recursos para investir na casa do “capitão-mor dos índios”

64 Ver, a esse respeito, Lopes (1999, p. 167), Mariz (1994, p. 121-122) e Requerimento (1754).

seriam obtidos com a concessão da mão de obra indígena para outrem. Obedecendo ao princípio da administração de que temos falado, os indígenas dos aldeamentos, ou missões, podiam ser solicitados para esses trabalhos externos.

O uso da mão de obra indígena não se limitou ao período dos aldeamentos, aqui tratado, mas continuou para além dele. Por exemplo, foi empregada na construção da casa de câmara e cadeia de Natal, concluída em 1770⁶⁵, quando as localidades onde eles viviam já não eram mais aldeamentos, mas vilas, como veremos. Aliás, uma das principais críticas feitas contra os “diretores de índios”, pessoas responsáveis pela administração deles nessas vilas, após a expulsão dos missionários em 1759, foi justamente a de que eles exploravam demasiadamente essa mão de obra, críticas, aliás, também feitas pelos colonos aos missionários, no tempo das missões.

É possível perceber, no século XIX, uma certa diversificação da mão de obra, embora continuasse ainda extremamente carente e insuficiente. A tabela dos trabalhadores manuais da província do Rio Grande do Norte, de acordo com seu lugar de domicílio, em 1827, informa algo a respeito (Mapa, 1827). Além do lugar de domicílio, o referido documento classifica os trabalhadores por paróquia e por categoria – senhores, oficiais, aprendizes. A tabela repertoria 24 localidades. O total dos trabalhadores manuais da província, em 1827, é de 435 pessoas, divididas em dez categorias de ocupações manuais, tais como alfaiates, carpinteiros, ferreiros, ourives ou pedreiros, número que é provavelmente

65 Por exemplo, em 1766, os indígenas que trabalharam nas obras da casa de câmara receberam 27:800\$000 réis (Catálogo, [s. d.], doc. 1614, f. 19v [Natal, 24 dez. 1766]).

inexato, devido às dificuldades de recenseamento da época. Os na condição de escravidão, por exemplo, não fazem parte da lista que, no entanto, serve para revelar a situação precária da mão de obra na província, situação que não era certamente muito diferente da do período precedente. Isso fica ainda mais evidente, quando levamos em conta o crescimento da população, que atingia 51.307 habitantes no mesmo ano de 1827. De fato, referindo-se aos órfãos, ou seja, aos mais desfavorecidos da sociedade, o presidente da província, Manoel de Assis Mascarenhas afirma, em seu relatório anual de 1839, que o governo tomou medidas para que eles aprendessem ofícios mecânicos e pudessem assim ganhar a vida, acrescentando que isso era importante para que a província cessasse de “[...] sentir a falta de operários, como atualmente experimenta” (Relatório [apresentado à Assembleia...] 1840, p. 12).

Se a carência de operários era uma realidade, o que dizer então dos profissionais especializados, os engenheiros e os médicos, entre outros? Como no período anterior, os profissionais liberais continuavam raros. Vinham de outras províncias, principalmente de Pernambuco, para trabalharem nos projetos do governo. Por outro lado, não podemos esquecer que, como em todo o Brasil, nessa época, o Rio Grande do Norte dava os primeiros passos em sua organização administrativa e política, após a independência. Era necessário organizar a burocracia do Estado, o que implicava um processo crescente de formação de funcionários e de novas funções que seriam, a longo prazo, bem mais representativas do que em épocas anteriores. Desde meados do século XIX, por exemplo, a província contava com o “médico do partido público” e o “engenheiro das obras públicas”, postos que manifestam o

processo de incorporação, por parte do Estado, de funções das quais ele estava profundamente ausente no período colonial, quando o consideramos em sua dimensão laica.

Seja como for, cabe destacar, como nota final deste item, que a insuficiência e a precariedade da mão de obra, de um modo geral, e no que se refere à construção em particular, explicam, em grande parte, determinadas características da casa tradicional no Rio Grande (do Norte), durante o tempo aqui analisado. Os profissionais de alto nível, como os engenheiros, eram inexistentes na maior parte do período analisado, aparecendo em momentos pontuais, para tarefas precisas, direcionadas a construções mais importantes, como o Forte dos Reis Magos, a igreja matriz, armazéns ou casas de câmara e cadeia, nunca para a casa do morador comum. Muitas vezes, era uma mão de obra indígena na condição de escrava, mesmo que disfarçadamente, ainda que houvesse profissionais como carpinteiros, pedreiros, ferreiros, mestres de obras, homens livres com conhecimento da construção, que se multiplicam à medida que avança o século XIX. As casas resultantes não poderiam ser, portanto, sofisticadas e confortáveis pelos padrões atuais, mas certamente atendiam às necessidades mais essenciais relacionadas à moradia, algo típico da arquitetura vernacular.

A higiene

As doenças eram frequentes, para as quais, certamente, contribuíam também os hábitos higiênicos dos moradores, que se manifestavam tanto no âmbito privado, da casa, quanto no público. No ofício que escreveu o sargento mor e governador interino do Rio Grande do Norte, Caetano da Silva Sanches, sobre o estado da capitania no ano de sua posse,

em 1791, e endereçado ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, ele diz que ao tomar posse no dia 19 de fevereiro, encontrou

esta pequena cidade e suas vizinhanças no deplorável estado de maior compaixão, com uma epidemia de bexigas que tem morto muita gente, e poucas casas há tanto nesta cidade como nas referidas vizinhanças que não experimentem o mesmo mal (Ofício [do sargento-mor e governador interino...], 1791).

Além de tomar providências relativas a deixar livres os caminhos, como o que ia em direção ao Forte dos Reis Magos, e “em decorrência de requerimento dos moradores do dito lugar”, segundo o termo de vereação de 15 de junho de 1774, os oficiais do Senado da Câmara notificaram “Domingos da Rocha e Rita de Tal” por terem “o hábito de lançar dejetos de seus quintais e casas no beco próximo à Igreja do Senhor Bom Jesus e adjacências, causando mau cheiro” (Catálogo, [s. d.],a, doc. 1925, f. 152v-153, [Natal, 15 jun. 1774]), deixando-o intransitável. Eles foram multados com 10 tostões, além de providenciarem a limpeza do beco.

A documentação referente aos séculos XVII e XVIII dificilmente fornece pistas diretas sobre os hábitos relacionados à higiene, ou melhor, à sua falta no âmbito privado, da casa, mas é relativamente abundante no que diz respeito aos espaços públicos e aos equipamentos. Como podem ser considerados indícios do estado da higiene das casas, uma vez que são duas dimensões intrinsecamente relacionadas, vamos considerar a questão da higiene, principalmente do ponto de vista urbano. Gostaríamos de nos deter à questão central da criação e/ou da exploração de animais, algo tão presente numa sociedade de base agropecuária, fortemente

dedicada à criação, e suas consequências para a questão do asseio público e privado. A esse respeito, cabe destacar o açougue, equipamento que está diretamente relacionado a essa questão.

O primeiro registro de que temos conhecimento sobre a intenção de construção de um açougue em Natal aparece no termo de vereação datado de 1º de setembro de 1697. Os vereadores decidiram construí-lo próximo à casa de câmara, com o intuito de evitar-se o corte de carne em casas particulares, encarregando a execução das obras ao procurador do conselho, o alferes José de Amorim⁶⁶. Ora, o corte de carne realizado nas casas dos moradores, podemos facilmente inferir, devia ser algo que certamente impactava a higiene do lugar. Não sabemos quando o açougue foi construído, mas, em 17 de julho de 1709, ele estava de pé, porque os oficiais da câmara mandaram aferir os pesos nele usados (Catálogo, [s. d.]a, doc. 0491, f. 3v-4, [Natal, 17 jul. 1709]), em razão da desconfiança da população de que estava sendo ludibriada pelo uso de pesos incorretos no comércio da carne, como aparece no termo de 30 de agosto de 1712 (Catálogo, [s. d.]a, doc. 0620, f. 64v-65 [Natal, 30 jul. 1712]). Ao longo do século XVIII, várias medidas sobre aferições dos pesos utilizados no açougue foram tomadas pelo Senado da Câmara de Natal.

O açougue de 1709 deveria ser muito precário, porque foi logo substituído. Em 9 de maio de 1716, o Senado da

66 No mesmo termo de vereação, “decidiram fazer uma ponte na confluência dos rios Pirangi e Pium, na estrada antiga, por ser bastante necessário aos moradores [e] levantar uma forca no lugar onde sempre esteve”, as duas obras sob a responsabilidade do referido procurador (Catálogo, [s. d.]a, doc. 0475, f. 140-140v [Natal, 01 set. 1697]).

Câmara determinou que o porteiro da câmara pusesse em praça a construção de um açougue (Catálogo, [s. d.]a, doc. 0740, f. 116v [Natal, ai. 1716]). Em 3 de outubro do mesmo ano, a casa de câmara e cadeia então existente estava precisando de vários reparos e, dentre as proposições de intervenções para sua restauração, constava a de que uma das duas enxovias do térreo fosse usada como açougue, a outra permanecendo como cadeia (Catálogo, [s. d.]a, doc. 0754, f. 123 [Natal, 03 out. 1716]). A ideia parece que não vingou, de modo que, em 1722, a obra do açougue ainda estava sendo colocada em praça. Não sabemos se essa obra tratava-se de um novo açougue em outro local, ou se era o mesmo na casa de câmara e cadeia em ruína, já substituída naquele ano por uma nova sede municipal, perto da anterior, e concluída em 1721 (Catálogo, [s. d.]a, doc. 0847, f. 9v [Natal, 09 mar. 1722]; doc. 0848, f. 9v [Natal, 17 mar. 1722]). Ao longo do século XVIII, os termos de vereação do Senado da Câmara de Natal trazem várias informações sobre o açougue, não somente de Natal, mas também de outras localidades, como Extremoz, e seria enfadonho repertoriá-las. O que se percebe é que ele, sendo precário, foi reparado e/ou reconstruído, algumas vezes, ao longo daquela centúria⁶⁷. Numa sociedade que

67 Em 1º de outubro de 1722, o sargento-mor Antônio Simões Moreira recebeu 20\$000 réis por haver concluído a obra do açougue; em 9 de junho de 1726, os oficiais do senado procuravam “[...] pôr em praça um açougue que é muito necessário”, além de um tronco, uma forca e um pelourinho de pedra com três degraus; em 4 de julho de 1726 eles “[...] acordaram construir um açougue porque não havia um”; em 01 de fevereiro de 1732, o açougue parece estar funcionando no andar térreo da casa de câmara e cadeia; em 4 de março de 1775, os oficiais do senado mandaram concertar o açougue, que estava em ruína; em 30 de agosto de 1783, nova ordem para consertar a casa do açougue, “por se achar muito desbaratada”; em 8 de junho de 1791, novo

tinha na criação de gado uma de suas principais atividades econômicas, não é à toa que os oficiais do Senado da Câmara dessem particular importância a esse equipamento, cujas implicações para a higiene pública dispensam comentários.

A criação de animais, especialmente soltos, era outro problema de ordem higiênica, mas também de danos à propriedade. Durante os séculos XVIII e XIX, abundam as posturas destinadas ao seu controle no espaço urbano da cidade. Como veremos, as casas eram normalmente dotadas de quintais cercados, onde havia criações para o consumo doméstico. Por descuido, talvez, esses animais eram vistos soltos nas ruas ou mesmo em campo aberto, na área rural. A frequência com que as posturas a esse respeito aparecem apenas reforça a convicção de que se tratava de um problema realmente grave. O termo de vereação de 10 de junho de 1713 proibia que se trouxessem porcos e cabras para a cidade do Natal, pelos danos que causavam, e que eles seriam mortos, caso isso acontecesse (Catálogo, [s. d.]a, doc. 0649, f. 78v [Natal, 10 jun. 1713]). Semelhantemente, em 1º de abril de 1797, os oficiais do Senado da Câmara afixaram um edital proibindo porcos soltos nas ruas de Natal. Se, em três dias, não fossem recolhidos, seriam mortos e vendidos em leilão, e os recursos assim obtidos seriam destinados às despesas da câmara (Catálogo, [s. d.]a, doc. 3361, f. 97v-98, [Natal, 01 abr. 1797]).

registro de necessidade de reparos, assim como em 10 de junho de 1797, porque a casa do açougue havia caído com a inverno; em 29 de março de 1806, "José Joaquim Ferreira Nobre foi encarregado de providenciar um curral e um açougue para picar carne na cidade, pelos quais a câmara pagaria o aluguel de 6\$000 réis". Todas essas referências encontram-se em Catálogo ([s. d.]a).

Ao longo do século seguinte, esse problema permanece, a crer nas posturas municipais das localidades de então. O Artigo 12 das posturas municipais da vila de Arez, de 19 de junho de 1882, ilustra bem isso, ao proibir a criação de “cães, porcos e cabras soltas dentro das ruas desta vila sob pena de mil réis de multa, por cabeça, e o duplo na reincidência [exceto para] as cabras que têm a serventia de dar leite para as crianças” (Posturas, 1882). Porém, era necessário antes obter uma licença da câmara e efetuar o pagamento de “mil réis para o cofre municipal” (*id. ibid.*)⁶⁸.

Outra questão recorrente nas diretivas municipais, tanto no século XVIII quanto no XIX, é a preocupação com a limpeza de ruas e das testadas das casas. Em 17 de julho de 1709, por exemplo, os oficiais do Senado da Câmara obrigavam os habitantes de Natal a limparem “as ruas, as terras e a abrir uma estrada para a fonte de onde se tomava água” (Catálogo, [s. d.]a, doc. 0491, f. 3v-4 [Natal, 17 jul. 1709]). No termo de vereação de 20 de março de 1802, ficou registrada a notificação do almotacé, para que os moradores limpassem as testadas de suas casas, sujas e cheias de barrocas, que dificultavam o andar-se nas ruas (Catálogo, [s. d.]a, doc. 3686, f. 217v-218, [Natal, 20 mar. 1802]). Outra recomendação de mesmo teor encontra-se no termo de vereação de 4 de março de 1809 (Catálogo, [s. d.]a, doc. 3971, f. 97-97v, [Natal, 04 mar. 1809]). Nem terrenos situados no que poderíamos considerar “área nobre”, pois localizados por trás da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, na praça central de Natal, estavam isentos do problema. O termo de vereação

68 Outro exemplo encontra-se no Artigo 2º da Lei nº 871, de 12 de março de 1883, para o município de Canguaretama (Coleção, 1883).

datado de 4 de abril de 1812 determinava que “o almotacé da cidade notificasse os moradores para limparem as terras por trás da matriz e que fizesse derrubar a várias cercas fora do cordeamento das casas” (Catálogo, [s. d.]a, doc. 4094, f. 151v-152 [Natal, 04 abr. 1812]).

Essas determinações multiplicam-se, nas posturas do século XIX. O fato de haver mais núcleos urbanos na então província é outra explicação possível para a sua maior recorrência. As posturas de 27 de outubro de 1836, de Vila Flor, é um entre tantos outros exemplos. Elas determinam que as ruas da vila e povoações do município sejam limpas pelos moradores duas vezes por ano, em maio e novembro, “[...] em particular as testadas de suas casas, que serão designadas pelos respectivos fiscais”. Multa de 5 mil réis para os infratores, e o “dobro na reincidência” (Posturas, 1836).

Como dissemos, essas diretivas estão, em sua maioria, somente indiretamente relacionadas à higiene da casa, pois tratam das vias públicas. É óbvio, porém, que a relação existe, por exemplo, quando se exige a limpeza das testadas das casas, ou seja, o espaço que lhe é imediatamente frontal. O presidente da província Casimiro José de Moraes, em seu discurso de 1847, para a Assembleia Legislativa Provincial, indica uma série de medidas para combater o problema de epidemias na capitania e em Natal, particularmente, dentre as quais, a demolição de casas “pouco asseadas”. Depois de louvar o clima “salutífero” da província, sem tantas “epidemias matadoras, como acontece em outras partes” (Discurso [apresentado pelo Ilustríssimo...], 1847, p. 11), e de considerar a capital “sadia”, ele pondera, no entanto, que ela poderia ser mais saudável segundo algumas condições:

1.^a, se porventura o matadouro público fosse removido do lugar em que está [...]; 2.^o, se cessasse a perniciosíssima usança de enterrar os cadáveres nas igrejas [...] 3.^a, se fosse dessecado o pântano da campina da ribeira [...]; 4.^a finalmente, se fosse não destruído, mas desbastado, o denso bosque de coqueiros que circunda o mesmo bairro [...] quem habita mui junto, ou pelo meio delas. Além do que fica ponderado, muito contribuirá para a saúde dos habitantes desta cidade o calçamento e alinhamento das ruas, e o melhoramento das casas, que, baixas, acanhadas, desabrigadas e pouco aseadas, como são em geral, não podem deixar de causar moléstias, como em verdade causam (Discurso [apresentado pelo Ilustríssimo...], 1847, p. 11-12).

Não encontramos, na documentação disponível, informações sobre matadouros no século XVIII, mas é certo que, como mostra a discussão sobre os açougues, um local para matar o gado deveria existir dentro ou, mais provavelmente, nos arredores de Natal e de outras localidades nascentes. Em 1847, a recomendação do presidente Casimiro José de Moraes, para afastá-los, vai nessa direção. Os oficiais do Senado da Câmara repetem, com frequência, a ordem para que não se matasse o gado em locais inapropriados, a exemplo do edital por eles aprovado, datado de 12 de abril de 1715, que, além de tratar o assunto, apontam outras diretivas já mencionadas anteriormente. Eles determinam, entre outras, que ninguém pode matar gado às escondidas, nos pastos⁶⁹.

69 O mesmo edital determina que todos os moradores devem limpar as estradas e suas testadas, inclusive os atoleiros diante destas, de modo a permitir a circulação, sob pena de dois mil réis para quem desobedecer; e que ninguém pode criar porcos soltos “[...] no distrito desta cidade, com pena que quem os matar não será obrigado a pagá-los, e, se tomarem por perdidos, para as despesas desse conselho” (Alveal; Barbosa, 2018, p. 63-64).

Essas orientações abarcam áreas rurais, e não somente urbanas da capitania. Outro exemplo da falta de higiene relacionada à matança de animais transparece no termo de vereação de 17 de outubro de 1772. Os oficiais do Senado da Câmara “[...] notificaram a todas as pessoas que lidam com vísceras de animais, para as não lavarem no *bardo*, obstruindo o fluxo e fazendo dano à água na qual se lavam as roupas da Igreja e do povo” (Catálogo, [s. d]a, l.1864, f. 123, [Natal, 17 out.]). Talvez ainda perdurasse a prática de matar animais em casas particulares, como dá a entender o termo de vereação de 1º de novembro de 1697, citado anteriormente. Enfim, essas várias referências à pecuária e a atividades afins, como a exploração do gado de corte, marcaram a história da capitania, e não é surpreendente observar tantas diretivas nesse sentido. Nós retornaremos à questão da pecuária oportunamente, pois ela tem absolutamente tudo a ver com alguns tipos de casa vernacular.

Retomando as orientações do presidente da província Casimiro José de Moraes, de 1847, ele condena igualmente a prática tão enraizada de enterrarem-se mortos nas igrejas, outra medida higiênica sobre a qual tratamos em outro trabalho, analisando-a numa perspectiva religiosa que não retomaremos aqui (Teixeira, 2009). Ele preconiza ainda a limpeza de áreas pantanosas e, quanto aos coqueiros existentes na Ribeira de Natal, se não fossem destruídos, deveriam pelo menos ser “desbastados”, isto é, limpados, suas ramas ou galhos cortados, pois eram vistos como vetores de doença.

Fato curioso é associar o coqueiro a problemas higiênicos. Há vários registros dessa árvore no interior da cidade do Natal, ao longo do século XVIII, e certamente ela deveria fazer parte da paisagem litorânea da capitania, desde o

século anterior, pelo menos. Aparece como fonte de exploração comercial ou como fonte de renda para o Senado da Câmara. Entre várias ocorrências possíveis, podemos citar o termo de vereação de 17 de fevereiro de 1752, segundo o qual, os oficiais do Senado da Câmara arremataram, entre outros contratos, o da exploração dos coqueiros da Ribeira, que pertenciam ao senado (Catálogo, [s. d.]a, doc. 1570, f. 114v-115, [Natal, 17 fev. 1752]). Seriam porventura esses mesmos coqueiros ou os seus descendentes a que se referiu o presidente da província, em 1847? Em várias ocasiões, eles aparecem como um incômodo para os moradores, particularmente pelo perigo que representava a queda de cocos. Em 12 de novembro de 1774, o almotacé capitão João Duarte da Silva fez um requerimento

[...] a respeito de coqueiros que moradores da ribeira da Cidade tinham nos limites de seus quintais, dos quais com frequência caíam palhas e pencas de coco, não só pondo em risco os transeuntes, como também danificando os telhados das moradias próximas, e alguns destes moradores, alegando direitos constantes nos aforamentos, exigiam indenização para cortar os coqueiros, sendo necessário consultar o corregedor a respeito (Catálogo, [s. d.]a, doc. 1951, f. 166, [Natal, 12 nov. 1774]).

O que chama a atenção nessas referências do século XVIII é que o coqueiro não parece associado a problemas de higiene, como fez o presidente Casimiro José de Moraes, em 1847. Como veremos, essa árvore foi muito utilizada como material de construção nas casas litorâneas, de pescadores.

Como vimos, o presidente Casimiro José de Moraes faz uma associação direta entre o problema de higiene pública e o casario. Como medida preventiva, propõe “o melhoramento das casas, que, baixas, acanhadas, desabrigadas

e pouco asseadas, como são em geral, não podem deixar de causar moléstias, como em verdade causam” (Discurso [apresentado pelo Ilustríssimo...], 1847, p. 11-12). Essas casas “baixas e acanhadas” eram mocambos que infestavam as periferias das cidades do Rio Grande do Norte, ainda visíveis atualmente, às vezes, mesmo que profundamente modificadas. Voltaremos à questão do combate a essas habitações no Capítulo 7 deste trabalho. Por enquanto, queremos apenas destacar que a questão da higiene pública é usada, aqui, como argumento para melhorá-las.

Não é difícil entender que a falta de higiene era um problema da cidade colonial, e mesmo durante o século XIX, os viajantes estrangeiros chamavam a atenção para esse problema, especialmente nas grandes cidades, como Salvador da Bahia (Augel, 1980, p. 143-145). A falta de infraestrutura de saneamento básico, aliada aos hábitos da população, certamente contribuíam muito para esse estado de coisas, tanto no espaço público, quanto no privado, da casa. No Rio Grande do Norte, as epidemias grassaram ao longo do século XIX, pelo menos. A crer no que pudemos colher para períodos anteriores, o presidente Casimiro José de Moraes deveria ter alguma razão.

Compra, venda e aluguel de casas

Para concluir este capítulo, gostaríamos de chamar a atenção para a casa como objeto de comercialização. Se isso é algo tão comum na atualidade, é de certa forma curioso perceber que atividades desse tipo são mais antigas do que normalmente imaginamos. A atividade comercial, real ou apenas como intenção, existiu desde o início da colonização. O

treslado da repartição de terras do Rio Grande, documento de 1614, por exemplo, mostra a importância que se dava à exploração da cana-de-açúcar como produto de alto valor comercial para a capitania nascente. “Técnicos” visitaram a capitania, para estudar a qualidade do solo e indicar locais de possível plantio. Desde cedo, tivemos um engenho em Cunhaú e outro, às margens do Jundiá. Natural, pois a conquista, a ocupação e a colonização do território da capitania, como o restante do território colonial luso na América, tinham, entre seus objetivos principais, a exploração econômica em benefício, sobretudo, da Metrópole, Portugal.

No entanto, é digno de nota o fato de que, desde cedo, houve registros de compra de terras e de casas, assim como de aluguéis de casas. A compra de terra era algo excepcional, uma vez que ela era concedida pela Coroa, mediante exigências de que o beneficiário fizesse nelas benfeitorias dentro de um prazo estabelecido e que pagasse o dízimo sobre a produção, no caso da sesmaria rural. No caso do lote urbano, os senados da câmara obrigavam que o beneficiário construísse sua casa no lote, também dentro de um prazo estabelecido, e que também pagasse o foro anual, recursos que serviriam para a manutenção do mesmo Senado da Câmara.

Mesmo que raras, a compra e a venda de terra são atividades tão antigas quanto a cidade do Natal. A data de terra de número 01 foi cedida pelo capitão-mor Mascarenhas Homem, em 9 de janeiro de 1600 – isto é, quinze dias após a fundação da cidade, em 25 de dezembro de 1599 – a João Rodrigues Colaço. Era uma sesmaria rural, nas proximidades de Natal. Ela tinha duas mil e quinhentas braças (5.500 metros, a braça correspondendo a 2,20 metros) ao longo do Rio Potengi. Concessão confirmada pelo rei, essa

mesma terra pertenceria, em 1614, ao padre Gaspar Gonçalves Rocha, mediante compra⁷⁰.

O mesmo documento – “O treslado do auto e mais diligências que se fizeram sobre as datas de terras da capitania do Rio Grande, de 1614” – registra que as datas de terra de número 75 e 160 também foram compradas, a primeira das quais, com “casa e rede de pescar” (O treslado, 1909, p. 134, 150). Embora terras rurais e urbanas tenham sido compradas e vendidas ao longo dos séculos, elas só começam realmente a ter valor de mercado a partir de meados do século XIX (Teixeira, 2014, p. 120).

Também é digno de nota o fato de que casas fossem comercializadas em Natal, desde o século XVIII, pelo menos. Em 1706, um oficial do Senado da Câmara de Natal indicava que uma morada de casas de taipa, coberta de telha, com quintal para trás, treze coqueiros e outras árvores frutíferas, valia 60\$000 (Casculo, 1955, p. 121-123)⁷¹. Também se alugavam casas, em particular para autoridades de fora, que visitavam a capital potiguar ou que se instalavam na cidade. Há vários casos, como o que determinou os oficiais do Senado da Câmara de Natal, que pagaram a Manuel da Costa por uma casa ocupada pelo Ouvidor Geral da Comarca e seus assessores, em visita à cidade durante um mês e cinco dias,

70 “[...] a qual terra disseram foi confirmada por Sua Majestade e disseram os dois informadores que a possuía hoje a título de compra o padre vigário desta capitania Gaspar Gonçalves Rocha que a tinha cultivado de roçarias de mantimentos de que mui inteiramente pagava os dízimos de Sua Majestade e que ia roçando outra parte dela para planta canas e ver se era capaz delas e de um trapiche” (O treslado, 1909, p. 120).

71 Esses registros tornam-se evidentemente mais comuns com o passar do tempo, como os referentes à venda de casas em Natal, em 1834 (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1834).

segundo o termo de vereação de 6 de setembro de 1786 (Catálogo, [s. d.]a, doc. 2557, f. 36v-37 [Natal, 06 set. 1786]).

A destinação de casas para altos funcionários do governo e militares parece haver sido uma preocupação em Natal, ao longo do século XVIII. O termo de vereação datado de 1º de junho de 1719, por exemplo, determinava em edital que, aos que pediram terras na cidade para construir casas, se não o fizessem em seis meses, essas terras seriam devolutas e subdivididas a requerimento da Infantaria, que não tinha lugar para fazerem casas (Catálogo, [s. d.]a, doc. 0808, f. 125v-126 [Natal, 01 jun. 1719]). Isto é, se as casas não fossem construídas no prazo estipulado, os terrenos seriam alocados aos soldados da infantaria, reforçando a exigência, acima mencionada, de que os beneficiários deveriam construir, o quanto antes, suas casas nos lotes de terras a eles concedidas pelo Senado da Câmara.

O provedor da fazenda real da capitania do Rio Grande, Teotônio Fernandes Temudo, ao escrever ao rei, em carta datada de 19 de fevereiro de 1743, insinua que era obrigação da Coroa mandar preparar e alugar casas para receberem funcionários régios, vindos de fora da capitania, para ali se instalarem e servirem à Coroa. Teotônio morava em Natal havia quatro anos e recebia, dizia ele, um “tênue ordenado de cento e vinte mil réis por ano que apenas me chega para a minha sustentação e de um criado e um escravo [isso, associado à ‘penúria da terra’, lhe fez requerer à Sua Majestade] casas para residência dos provedores, como as há para os capitães-mores ao que V. Majestade foi servido ao deferir-lhe o presente” (Carta [do capitão-mor...], 1743). Ele continua sua lamúria, acrescentando que está devendo os aluguéis “[...] das em que vivo por não poder pagá-los em razão do sobredito e

dos muitos gastos que fiz até a minha chegada a esta cidade” (*id. ibid.*), o que não acontecia com os seus antecessores que “eram da terra” ou de outros que “vinham do reino” como ele, mas que serviram num tempo em que não lhes era proibido fazer comércio, complementando, assim, suas rendas. Diante do exposto, “espero”, diz ele,

[...] da real clemência de S. Majestade me mande pagar os ditos alugueis [...] do tempo que tem passado e do que mais estiver servindo pelas sobras dos contratos dos dízimos desta capitania havendo-as depois de pagar os filhos das folhas e que com quitação do dono das casas fique corrente a despesa para o almoxarife dar suas contas e mandará V. Majestade o que sua real clemência houver por bem, Cidade do Natal de fevereiro 19 de 1743. Do provedor da fazenda real, Teotônio Fernandes Temudo (Carta [do capitão-mor...], 1743)⁷².

O provedor apresenta uma solução, propondo que os alugueis que ele pagava fossem arcados com as sobras dos contratos dos dízimos. Procedia a sua informação de que casas haviam sido construídas para os capitães-mores, uma vez que o edifício da casa de câmara e cadeia de Natal concluído em 1721, fora reformado e ampliado às custas do capitão-mor João de Teive Barreto e Menezes, para que ele servisse também de residência dos capitães-mores. Essa reforma e ampliação aconteceram em algum momento após o dia 21 de outubro de 1734, quando ele assumiu o cargo, e antes do dia 6 de março de 1737 (Teixeira, 2012, p. 94).

72 Essa carta, bem como a solicitação do rei D. João V, pedindo o parecer do governador de Pernambuco, Luís Pereira Freire, sobre o assunto, foram inteiramente transcritas e reunidas em Sobre [a representação do Provedor...] (1918, p. 113-115).

Embora o pedido não tenha recebido um parecer favorável⁷³, o fato é que os membros do Senado da Câmara de Natal demonstravam preocupação em acolher, da melhor forma possível, os altos funcionários em visita à cidade. Assim é que, estando prestes a chegar o corregedor em Natal, na vereação de 15 de janeiro de 1747, o procurador do senado providenciou todo o necessário para alojar o ministro. Para isso, poderia ser escolhida a casa do escrivão, uma das mais confortáveis, ou a de João Rabelo da Costa, por estar desocupada (Catálogo, [s. d.]a, doc. 1445, f. 32v-33 [Natal, 15 jan. 1747]). Um mês depois, em 16 de fevereiro, outra vereação registrou a compra do que era necessário, talvez móveis, para hospedar o corregedor, como de costume, o escrivão havendo mandado ao procurador que pusesse casas à disposição do ministro (Catálogo, [s. d.]a, doc. 1448, f. 34 [Natal, 16 fev. 1747])⁷⁴. Essa informação revela que, mesmo em meio à precariedade das casas da cidade, havia certamente algumas de melhor padrão, assim como casas desocupadas. Outro exemplo dessa preocupação encontra-se no termo de vereação de 16 de março de 1752, pelo qual sabemos que casas foram preparadas para o ouvidor geral e para o escrivão da correição e os oficiais menores (Catálogo, [s. d.]a, doc. 1574, f. 116v-117 [Natal, 16 mar. 1752]). A prática de disponibilizar

73 O governador de Pernambuco, Luís Pereira Freire, dá um parecer contrário ao pedido para o rei, porque nenhum provedor tinha essa regalia, que teria de ser dada a todos, e porque a fazenda real não estava em condições de fazer despesas mais do que as necessárias (Carta [do capitão-mor...], 1743).

74 Encontram-se vários outros exemplos nos termos de vereação do Senado da Câmara de Natal, como os de 10 de junho de 1775, 21 de fevereiro de 1778 e 20 de junho de 1780, 19 de junho de 1790 (*Id. ibid.*, doc. 1992, f. 182v-183f [Natal 10 jun. 1775]; doc. 2116, f. 234v-235f [Natal, 21 fev. 1778]; doc. 2194, f. 268f [Natal, 20 jun. 1780]; doc. 2829 f. 131v [Natal, 19 jun. 1790]).

casas para altos funcionários do governo não se limitava à capitania do Rio Grande⁷⁵.

Casas em geral simples e, em períodos mais recuados, feitas de taipa, tinham pouco valor. Ademais, numa sociedade profundamente marcada pela pecuária, a casa podia ser avaliada, tendo o gado como uma espécie de moeda. Medeiros Filho (1983) tratou dessa questão, a partir de alguns inventários de fins do século XVIII e primeira metade do XIX:

Para avaliarmos a simplicidade típica das velhas casas seridoenses, constatamos que a casa rural da fazenda Umari, inventaria da no ano de 1866, foi avaliada em 900\$000, o equivalente ao valor de, apenas, 37 ou 37 (sic) vacas parideiras. A casa do sítio Conceição, de Antônio de Azevedo Maia, inventário de 1797, foi avaliada em 20\$000, à época em que uma vaca parideira valia 7\$5001. No tocante às casas, mantidas pelos proprietários rurais nas povoações ou vilas, repete-se o mesmo fato: a casa de Caetano Dantas, na povoação do Acari (1798), foi avaliada em 14\$000; a de Manoel Gonçalves Melo, na Vila do Príncipe (1819), sofreu uma avaliação equivalente a 15\$000, ambas representando valores inferiores ao preço de duas vacas parideiras. O sobrado dos Pereira Monteiro, em Serra Negra do Norte (1822) foi avaliado por 300\$000, o equivalente ao preço de 33 vacas... A casa de tijolos, de Cipriano Lopes Galvão (o 2º), na povoação de Currais Novos, foi orçada em 250\$000, ou sejam, o valor de 50 vacas parideiras (Medeiros Filho, 1983, p. 56).

75 Na rica lista de serviços prestados por João de Barros Braga, que viria a ser capitão-mor do Rio Grande em 1730, consta o de que, por volta de 1707, ele construiu e mobiliou casas, a suas custas, para o desembargador Cristóvão Soares Reimão e seus oficiais, que estavam no Ceará, a serviço. As casas ficariam desde então disponíveis “[...] para o uso de qualquer ministro que passar àquela capitania a serviço de Vossa Majestade”. Os oficiais da câmara local não dispunham de recursos no momento para tal. Documento transcrito em Alveal e Oliveira (2016, p. 154-155).

Ao longo do século XIX, impõe-se, muito lentamente, uma economia tipicamente capitalista na província do Rio Grande do Norte. Essa transformação paulatina também vai impor as atividades de compra, venda e aluguel de casas, que se tornam, assim, cada vez mais frequentes. Por exemplo, no inventário de Josefa Nogueira de Sousa, datado de 25 de fevereiro de 1863, são listados, entre vários outros bens, uma morada de casas de vivenda de telha e taipa, que valia 40\$000 réis, e outra morada de casas na povoação São Sebastião “toda desbaratada”, no valor de 30\$000 réis. Dona Josefa devia ser alguém de posses, porque entre os bens arrolados, como móveis da casa, gado e outros, ela tinha dezessete escravos e escravas, de diferentes idades, situações de saúde e aspectos físicos, todos com nome e valor pecuniário correspondentes. Eles valiam muito mais do que as casas, superando quase sempre o teto dos 500\$000 réis por indivíduo, dependendo do seu estado físico e da idade. Até mesmo o escravo de nome Pedro, “cor cabra, aleijado de uma banda, idade dezoito anos mais ou menos”, valia 100\$000 réis, ou seja, mais do que o dobro da casa mais cara (Santos; Oliveira, 1980, p. 2). Luísa Camila de Freitas, filha de Josefa Nogueira de Sousa, também teve seus bens inventariados no dia seguinte, dia 26 de fevereiro de 1863. Tinha bens que lhe foram repassados por sua mãe, como um escravo e a casa de 30\$000 réis. Também constava uma “morada de casas de vivenda” no valor de 70\$000 réis. Obviamente, os pobres continuaram construindo suas casas muito mais como valor de uso do que de troca, ou seja, para a sua própria moradia e de sua família. Esses dois modos de aquisição e uso da casa vão conviver ao longo do século, e ainda convivem na atualidade.

PARTE II

**A casa e a formação
de uma tradição
(1600-1700)**

3 A CASA DO INDÍGENA

Neste capítulo, discutimos, a partir do que foi possível coletar especialmente em fontes manuscritas primárias, a casa indígena, tal qual descrita pelos cronistas do século XVI e principalmente do século XVII, bastante semelhante, independentemente da região onde ela encontrava-se, o que inclui, certamente, a capitania do Rio Grande. Alguns cronistas conheceram bem o ambiente dessa e das capitanias vizinhas, o que reforça a validade de suas descrições para a capitania em questão. Assim, padres, militares, membros do poder político instituído, fossem eles portugueses ou de outras nacionalidades, deixaram preciosos relatos sobre os usos e costumes indígenas e sobre vários aspectos da sua cultura, dentre os quais, os seus modos de morar. A semelhança dos relatos, mesmo que com algumas variações, atesta um tipo bastante comum de casa, que se estendia por vastas áreas territoriais da colônia.

O inglês Anthony Knivet (1906), que esteve em Natal por volta de 1601, dedicou parte de sua longa crônica sobre sua experiência no Brasil à descrição dos usos e costumes dos povos e das nações indígenas com os quais teve contato, em todo o vasto território que ele percorreu. Em dado

momento, ele descreve os indígenas “*Petivares*”⁷⁶, ou Potiguaras, que também habitavam o litoral do Rio Grande:

Os *Petivares* não são tão selvagens e bárbaros como os de muitas outras províncias do Brasil; pois se você vier como mercador, eles farão tráfico com você; se vier como guerreiro, eles lutarão valentemente [...] esses canibais andam nus, e habitam o Norte do Brasil, da Bahia ao Rio Grande [...] Estes canibais têm grandes assentamentos [*townes*], suas casas tendo comprimento de 220 jardas cobertas com galhos de palmeiras, sem divisórias. Penduram suas redes nas vigas para se deitar, e fazem fogueiras no chão [...] eles dividem os seus chãos, e neles se acomodam, mantendo boa ordem entre eles (Knivet, 1906, p. 246, 248)⁷⁷.

As dimensões dessas casas, 220 jardas, parecem-nos exageradamente alongadas, se considerarmos o valor da jarda atual⁷⁸, o que as levariam a ter pouco mais de 200 metros de comprimento. Outros cronistas, a exemplo de Pero Gandavo, em 1570, repetem as mesmas informações, quanto ao formato alongado, à falta de divisões, à vida comunitária, assim como aos materiais e ao uso da rede:

76 O termo *Petivares* era utilizado também por cronistas holandeses, para referirem-se aos mesmos indígenas potiguaras. Ver, por exemplo, Laet (1916, p. 215). O nome corriqueiro é “potiguar” (pl. “potiguares”). Quando nos referindo especificamente aos indígenas, preferimos o termo “potiguara”, mais fiel ao sentido original, em língua tupi, que significa “comedor de camarão” (poti = camarão; guara = comedor) (Soares Filho, 1985, p. 49).

77 Em outro trecho (*op. cit.*, p. 274), descrevendo a capitania do Rio Grande, ele informa que nela “[...] habita um tipo de canibais, chamados *Petivares*: estes canibais traficaram durante muito tempo com a França, entre eles há muitos que sabem falar francês, são bastardos, nascidos de pais franceses”.

78 O termo utilizado no original, em inglês, é o “*yard*”, ou jarda, que corresponde atualmente a 91,44 cm. Seria preciso um estudo para confirmar, ou não, esse valor no século XVII.

As povoações destes índios são aldeias: cada uma delas tem sete, oito casas, as quais são muito compridas feitas à maneira de cordoarias ou tarracenas fabricadas somente de madeira e cobertas com palma ou com outras ervas do mato semelhante; estão todas cheias de gente de uma parte e de outra e cada um por si tem a sua instância, a sua rede armada, em que dorme e assim estão uns juntos dos outros por ordem, e pelo meio da casa fica um caminho aberto por onde todos se servem como dormitório, ou coxia de galé⁷⁹. Em cada casa destas vivem todos muito conformes, sem haver nunca entre eles nenhuma diferença: antes são tão amigos uns dos outros, que o que é de um é de todos, e sempre de qualquer cousa que um coma por pequena que seja, todos os circunstantes hão de participar dela (Gandavo, 2008, p. 135).

O jesuíta Fernão Cardim (1925), contemporâneo de Pero Gandavo, confirma essa descrição geral. Esse jesuíta começa mencionando as “ocas ou casas de madeira cobertas de folha”, algumas das quais atingindo “duzentos e trezentos palmos” de comprimento, com “duas e três portas muito pequenas e baixas”. Em sua valentia, eles trazem “madeira e esteios muito grossos e de dura”, e constroem casas que podem ter “cinquenta, sessenta ou setenta lanços de 25 ou 30 palmos de comprido e outros tantos de largo” (*op. cit.*, p. 169). Na casa mora o principal, a quem todos, normalmente seus parentes, obedecem. Não há divisões internas, e cada “casal com seus filhos e família” ocupa um desses lanços, de modo que “entrar em uma destas casas é ver um lavarinto [bagunça], porque cada lanço tem seu fogo e suas redes armadas, e alfaias” (*id. ibid.*),

79 Segundo o dicionário de Bluteau (1789a, p. 344), do século XVIII, a coxia, “nas galés, era prancha fixa por meio de bancos, por onde se passava de proa a popa” ou seja, um corredor central nesses barcos.

possibilitando assim a visibilidade de todo o interior. Há casas com mais de duzentas pessoas.

Fernão Cardim menciona que as ocas tinham até 300 palmos⁸⁰ de comprimento, ou seja, no máximo 66 metros. Ainda segundo o religioso, poderia haver casa com “[...] cinquenta, sessenta ou setenta lanços (vãos) de 25 ou 30 palmos de comprimento e outros tantos de largo” (Cardim, 1925, p. 169). Ou seja, algumas casas podiam variar, respectivamente, de 275 a 385 m de comprimento, considerando vãos de 25 palmos, ou de 330 m a 462 m, com vãos de 30 palmos, portanto, podiam ser ainda maiores do que as mencionadas por Knivet (1906), como vimos. Não somente isso, elas tendiam ao quadrado (“e outros tantos de largo”). Em suma, Fernão Cardim é o único cronista que conhecemos a mencionar essas casas indígenas, ao que parece, excepcionais, tanto em seu formato tendendo ao quadrado quanto em suas dimensões. Contudo, semelhantemente a outros cronistas, o mesmo Fernão Cardim confirma o formato alongado das casas em outra parte do mesmo trabalho, com comprimento que podia ser ainda superior a 300 palmos:

Moravam os índios antes da sua conversão, em aldeias, em umas ocas ou casas mui compridas, de duzentos, trezentos, ou quatrocentos palmos, e cinquenta em largo, pouco mais ou menos, fundadas sobre grandes esteios de madeiras, com as paredes de palha ou de taipa de mão, cobertas de pindoba, que é certo gênero de palma que veda bem água, e dura três ou quatro anos. Cada casa destas tem dois ou três buracos sem portas nem fecho: dentro nelas vivem logo cento ou duzentas pessoas, cada casal com seu rancho, sem repartimento nenhum, e moram duma parte e outra,

80 O palmo corresponde a 0,22 m.

ficando grande largura pelo meio, e todos ficam como em comunidade e entrando na casa se vê quanto nela está, porque estão todos à vista uns dos outros, sem repartimento nem divisão. E como a gente é muita, costumam ter fogo de dia e noite, verão e inverno, porque o fogo é sua roupa, e eles são mui coitados sem fogo. Parece a casa um inferno ou labirinto, uns cantam, outros choram, outros comem, outros fazem farinhas e vinhos etc. e toda a casa arde em fogos; porém, é tanta a conformidade entre eles, que em todo o ano não há uma peleja, e com não terem nada fechado não há furtos (Cardim, 1925, p. 306-307).

A pindoba era um dos vários tipos de palmeiras utilizadas pelos nativos. Eram “árvores altas e grossas”, segundo Gabriel Soares de Souza, que confirma, em seu tratado datado de 1587, o uso de suas folhas na cobertura das casas indígenas, entre outros usos dessa planta. Chamada pelos nativos de “pindobuçu”, essa casa ficava “[...] por dentro, depois de coberta, muito formosa; a qual palma no verão é fria e no inverno quente; e se não fora o perigo do fogo, é muito melhor e mais sadia cobertura que a da telha” (Souza, 1851, p. 189-190)⁸¹. Eis aqui um dos raros testemunhos das qualidades, tanto estéticas quanto ambientais, desse tipo de habitação nos escritos do período.

Outro autor, Gaspar Barléu (1974), numa publicação de 1647, confirma as características da casa indígena no Nordeste do Brasil, acima descritas. Chama a sua atenção, entre outros, o fato de os indígenas viverem isolados em suas aldeias e os poucos utensílios encontrados na casa: redes, “copos de beber, a que dão o nome de cabaças, e uns potes

81 Em outro lugar do mesmo trabalho, ele acrescenta que essa casa era “[...] muito comprida, coberta da palma, a que os índios chamam pindoba” (Souza, 1851, p. 310).

de barro”, além de setas e arcos como armamento. Suas habitações eram cercadas por seu mandiocal e seu feijoal (*op. cit.*, p. 132). O uso da rede, segundo ele, os protegia dos animais daninhos e dos “vapores maléficos que sobem da terra” (*id. ibid.*, p. 23).

A rara cartografia desse período parece confirmar essa descrição, pelo menos quanto ao formato alongado das habitações e aos materiais utilizados. O mapa da Figura 14, confeccionado por volta de 1616, acompanha o texto intitulado “Rio Grande Capitania de Sua Majestade”⁸², no “Livro que dá Razão do Estado do Brasil”, de Diogo de Campos Moreno (Moreno, 1949). Além da cidade do Natal e do forte, ainda sem sua capela central, o mapa mostra duas aldeias indígenas, uma das quais, na margem esquerda do Rio Potengi, é a do chefe indígena Camarão. A outra está situada nas proximidades da lagoa de Guaraíras, hoje município de Arez, portanto, bem distante do sítio inicial da cidade. As duas aldeias são representadas por habitações coletivas alongadas, certamente cobertas de palha, situadas em torno de um grande terreiro, no centro do qual há um cruzeiro, demonstrando assim a presença do trabalho missionário entre os indígenas. Mesmo num desenho sem escala definida, é possível perceber que eram de fato casas de grandes dimensões. Voltaremos a esse mapa, quando abordarmos as casas da cidade do Natal. A Figura 15, reprodução de um desenho do livro do aventureiro alemão Hans Staden, relatando sua experiência no Brasil em meados do século XVI, confirma o mesmo formato de casas em torno de um terreiro central.

82 A capitania era de “Sua Majestade”, porque havia sido devoluta à Coroa, após o fracasso de sua ocupação e sua exploração pelo donatário João de Barros e seus filhos, quando da instituição das capitanias hereditárias, a partir de 1532.

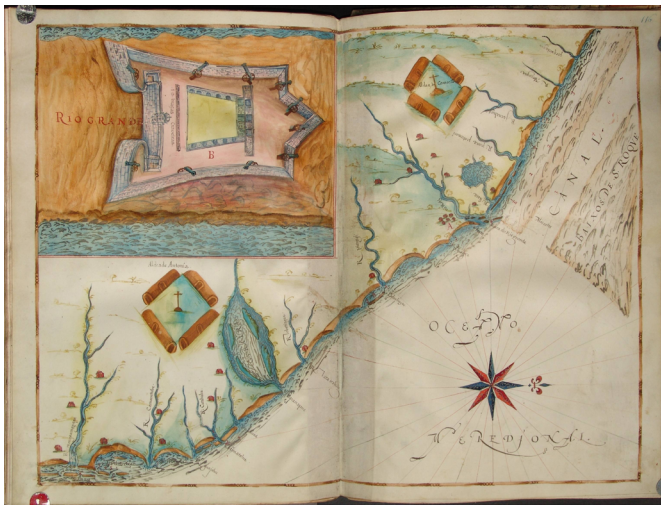


FIGURA 14
 "Rio Grande Capitania de Sua Majestade". Fonte: Albernaz ([c. 1616]), Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 126. Também reproduzido em Moreno (1949).⁸³



FIGURA 15
 Representação de uma aldeia indígena (Hans Staden).
 Fonte: Staden (1930, p. 69).

83 Diogo de Campos Moreno (1949), em sua obra *Livro que dá razão ao Estado do Brasil no governo do Norte somente assim como o teve Dom Diogo de Menezes, até o ano de 1612*. A cópia mais antiga existente dos mapas dessa obra rara é de 1616.

Em carta datada de 19 de dezembro de 1599, Pero Rodrigues, missionário jesuíta, relata que as tropas de Feliciano Coelho Carvalho, capitão-mor da Paraíba, e Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco, “[...] depois da fortaleza feita [deram] guerra ao gentio, o que fizeram, destruindo muitas aldeias, cativando e matando muita gente, até se recolherem à Paraíba” (Leite, 1938a, p. 516). A crer nesse relato, o processo de conquista da capitania levou ao desaparecimento imediato de várias dessas aldeias litorâneas. Com efeito, deveriam ser em grande número, pois o padre Francisco Pinto, em carta de 17 de janeiro de 1600, estimou haver no Rio Grande 150 delas, embora muitas já estivessem então desfalcadas de indígenas, por causa de uma epidemia de varíola (Leite, 1938b, p. 504).

De fato, os excertos aqui transcritos – e outros, como o de Vicente do Salvador, a ser explorado adiante – são bastante semelhantes entre si e extrapolam geograficamente os limites do Rio Grande do Norte. Os potiguaras, por exemplo, pertencentes à grande nação tupi-guarani, ocupavam o litoral do Rio Grande do Norte até Alagoas⁸⁴, e o fato de Knivet (1906) afirmar que eles estendiam-se da Bahia ao Rio Grande demonstra a sua larga extensão territorial. A semelhança dessas habitações comprova-se pelo fato de serem encontradas em terras muito distantes da capitania do Rio Grande. O padre Antônio Vieira, escrevendo ao padre provincial do Brasil em 1654, confirma essas características gerais para as várias habitações indígenas do Amazonas, tais

84 Obviamente, há controvérsias sobre a distribuição espacial das diferentes nações indígenas ao longo do litoral do Nordeste, mas há autores e relatos de cronistas que, como Anthony Knivet, afirmam a extensão desse grupo em particular para bem além do atual litoral potiguar.

quais encontradas pelos paulistas, no seu desbravamento, sempre com violência, da região. Destaca-se, nesse relato, a grande quantidade de nações situadas nas ribeiras dos rios, difícil de estimar, revelada na frequência com que surgiam essas povoações à medida que se avançava rio adentro, a ponto de se verem “todos os dias muitas. Cidades viram, em que [contaram] trezentos ranchos, que assim lhe chamam os sertanistas de cá” (Azevedo, 2008, p. 308). Segue-se uma descrição muito semelhante às anteriores, das habitações da referida “cidade”, que, com seus trezentos ranchos, tinha uma população que os desbravadores da expedição estimaram em “cento e cinquenta mil almas”.

Grosso modo, os diferentes povos e as nações indígenas eram culturalmente próximos, mesmo que, obviamente, houvesse diferenças e particularidades entre eles, aparentemente pouco percebidas por esses cronistas, que enfatizam as semelhanças mais do que as diferenças. Pero Gandavo (2008), que descreve, como outros, os usos e costumes dos “naturais” das terras brasileiras, é um exemplo. Referindo-se em especial aos “[...] que habitam pela costa, e em partes pelo sertão dentro de muitas lagoas, com que temos comunicação” (*op. cit.* p. 133), observou que, apesar das divisões e dos diversos nomes de nações entre eles,

[...] na semelhança, condição, costumes, e ritos gentílicos, todos são uns; e se em alguma maneira diferem nesta parte, é tão pouco, que se não pode fazer caso disso, nem particularizar cousas semelhantes entre outras mais notáveis, que todos geralmente seguem, como logo adiante direi (Gandavo, 2008, p. 133).

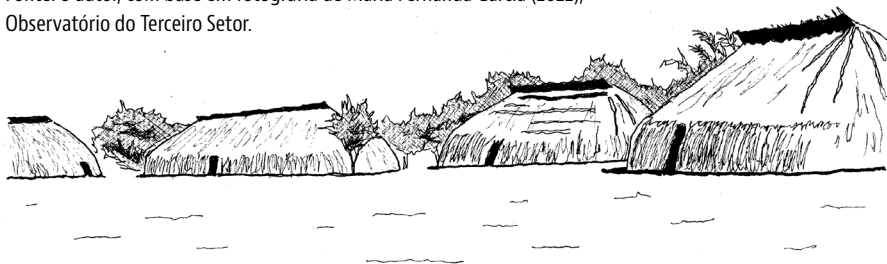
As semelhanças que ele destaca nos permite inferir, mesmo que com alguma reserva, que as diversas descri-

ções sobre a habitação dos indígenas não deveriam mudar muito de uma região a outra da colônia, como aliás temos visto, especialmente as que se encontravam no atual Nordeste brasileiro, o que certamente incluía as do Rio Grande do Norte. Obviamente, a semelhança desses diversos relatos pode significar que um ou mais deles foi ou foram copiados de outros anteriores, mas certamente isso não é suficiente para descartar a veracidade da descrição em si, considerando que esses cronistas tiveram contato direto com esses povos. Casas bastante semelhantes às aqui descritas ainda podem ser encontradas em alguns rincões do Brasil (Figura 16).

Embora os cronistas dos séculos XVI e XVII hajam enfatizado um tipo mais ou menos semelhante de habitação indígena, que lembra alguns dos remanescentes atuais, como o da Figura 16, obviamente existiam outros tipos e formatos de habitação que chegaram até nós, como, por exemplo, as de planta circular, dos indígenas Yanomami, que ocupam o extremo norte do Brasil. Também coletiva, ela difere bastante das que têm sido descritas pelos cronistas investigados, porque a maioria deles trata de povos que ocuparam o Nordeste do Brasil, nosso interesse

FIGURA 16

Casas da Aldeia Afukuri, no território indígena do Xingu (etnia Kuikuro).
Fonte: o autor, com base em fotografia de Maria Fernanda Garcia (2022),
Observatório do Terceiro Setor.



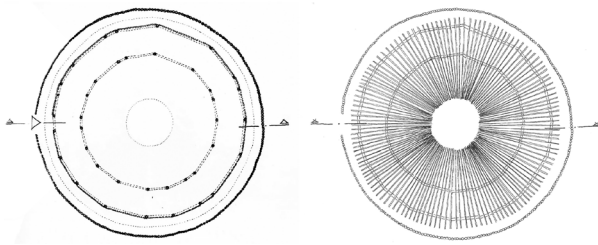


FIGURA 17
Planta de cobertura de
uma aldeia Yanomami.
Fonte: Chagnon *apud*
Costa e Malhano (1986,
p. 69-70).

particular. Haviam sido essas casas alongadas, mais comuns nessa região?

A casa coletiva indígena, descrita nos relatos de Knivet (1906), Pero Gandavo, Fernão Cardim, Barléu e Antônio Vieira, era denominada de “oca”, “rancho” ou “aldeia”, este último termo, designando, sobretudo, o assentamento nativo como um todo, ou a reunião dessas casas geralmente em torno de um grande pátio. Desses, o menos conhecido atualmente para designar essas habitações é o “rancho”. Frei Vicente do Salvador (1885-1886), que também se dedica a descrever com bastante detalhe os indígenas e sua cultura em seu livro publicado em 1627, utiliza-o para referir-se a suas habitações. Bastante semelhante aos anteriores, seu testemunho é de particular interesse pelo fato de ele apresentar informações sobre o sítio da aldeia como um todo, para além da casa em si, que pouco aparecem nos relatos anteriores. Assim, as casas são construídas em torno de um terreiro, onde os indígenas fazem “seus bailes e festas e se ajuntem de noite a conselho”. Na sua descrição – Frei Vicente chama de “ranchos”, os espaços internos definidos entre os tirantes –, as casas são cobertas de palmas e “[...] compridas que moram em cada uma setenta ou oitenta casais [...] onde se agasalha um casal com sua família, e o do principal da casa é o primeiro no copiar” (Do Salvador,

1885-1886, p. 54, 56). Após a descrição de alguns costumes no uso da casa, especialmente relacionados aos hábitos alimentares bem como os utensílios correspondentes⁸⁵, o relato retoma o importante aspecto geral da aldeia:

Não moram mais em uma aldeia que em quanto lhes não apodrece a palma dos tetos das casas, que é espaço de três ou quatro anos, e então o mudam para outra parte, escolhendo primeiro o principal, com o parecer dos mais antigos, o sítio que seja alto, desabafado, com água perto e terra a propósito para suas roças e sementeiras, que eles dizem ser a que não foi ainda cultivada [...] e se estas aldeias ficam fronteiras de seus contrários e tem guerras, as cercam de pau-a-pique mui forte, e ás vezes de duas e três cercas, todas com suas seteiras, e entre uma e outra cerca fazem fossos cobertos de erva, com muitos estrepes de baixo e outras armadilhas de vigas mui pesadas, que em lhes tocando caem e derribam a quantos acham (Do Salvador, 1885-1886, p. 54, 56).

Como Antônio Vieira, Frei Vicente (Do Salvador, 1885-1886) também usa o termo “rancho”, mas com um sentido pouco diferenciado, referindo-se a uma espécie de subdivisão social, mas não espacial, dentro da casa indígena, uma vez que cada rancho reúne uma família. Esse sentido para o termo foi utilizado também por Fernão Cardim, quando disse que, dentro da casa, cada casal tinha “seu rancho, sem repartimento nenhum”, como vimos. Seja como for, Frei

85 Como o “alguidar ou cabaço, a que chamam cuia”, ao qual dão muita importância, “[...] porque lhes servem de pratos para comer, de potes e de púcaros pera água e vinho e de colheres”. Usam ainda uns caniços, chamados “juraus, onde também curam ao fumo os seus legumes por que se não corrompam”. Essas casas não têm “caixas nem fechaduras”, os ranchos não têm portas, pois “[...] são tão fiéis uns aos outros que não há quem tome ou bula em cousa alguma sem licença de seu dono” (Do Salvador, 1885-1886, p. 54, 56).

Vicente também designa a totalidade da casa coletiva como rancho. É límpida a sua descrição sobre vários outros aspectos de interesse – técnico-construtivos, de materiais, de organização interna das casas e externa das aldeias, a durabilidade das habitações, os móveis, os sistemas de defesa – de modo que dispensa maiores comentários. Cabe destacar o “copiar”, uma espécie de alpendre ou varanda⁸⁶, certamente de pequenas dimensões, situada à entrada da casa.

Segundo o “Vocabulário Portuguez e Latino”, dicionário de autoria de Rafael Bluteau (1789a, 1789b), publicado em oito volumes, entre 1712 e 1728, o termo “rancho” significava, na linguagem militar, “a divisão em que se ajuntam, dormem e comem os da mesma camarada”; “bando”, “facção”; “*casa ou tenda móvel que se faz pelos caminhos*” (Bluteau, 1789b, p. 283; grifos nossos). A palavra poderia se referir, portanto, tanto a um grupo de pessoas, indígenas ou não⁸⁷, como a casas, que, por serem móveis, eram provisórias. O termo aplicava-se muito bem à casa indígena, pois, como afirmou Frei Vicente, eles permanecem numa aldeia enquanto não apodrece a vegetação utilizada nas casas, ou seja, três ou quatro anos, quando então se deslocam para outro lugar.

86 “Copiar, ou copiara: termo de origem tupi, cuja primitiva acepção hoje em dia é obscura para nós, atualmente significa a parte dianteira, provida de alpendre nas pequenas casas rurais do Nordeste do Brasil, principalmente: “existem também as formas copiar e copiá” (Corona; Lemos, 1989, p. 146).

87 Barléu (1974, p. 24, 189, 231) usa o termo com esse sentido, quando diz que os indígenas “[...] moram em habitações esparsas e viajam em ranchos, numa só fileira e em admirável silêncio, belicosos e sanguinários”, ou quando se refere a “ranchos de uns vinte ou trinta (indígenas)”. Ele se refere também a “um rancho de sertanejos ou habitantes dos desertos”.

Durante a Guerra dos Bárbaros, como ficou conhecido o levante indígena no sertão do atual Nordeste brasileiro contra a colonização, entre 1682 e 1720, aproximadamente, intensificando-se a partir de 1687, o caráter de transitoriedade desses ranchos deve haver sido ainda maior, em razão da necessidade de deslocamentos constantes, resultantes da própria guerra. Isso parece confirmar-se, por exemplo, no interessante abaixo-assinado dos moradores da capitania do Rio Grande, em que pedem a manutenção do Terço dos Paulistas no Assu, força militar de combate à indiada, comandado por Manuel Álvares Navarro. Este, escrevendo em 19 de maio de 1700, informa que se o Terço dos Paulistas fosse retirado, a capitania do Rio Grande seria despovoada pela falta de “sossego” dos moradores com os indígenas, e que mesmo as investidas militares dos corpos de infantaria de Pernambuco, Paraíba, Ceará e da própria capitania do Rio Grande não tiveram grande sucesso “[...] por ser este inimigo Tapuia volante, que não tem casa, nem lugar certo, e anda sempre metido pelos matos sem nos esperar nunca em campanha, e por estas razão incapaz de se lhe dar batalha” (Carta [do mestre-de-campo...], 1700). O “não tem casa”, no dizer de Manuel Álvares Navarro, pode talvez ser entendido literalmente, mas pode, mais provavelmente, aludir aos abrigos precários feitos pelos indígenas em suas andanças pelo interior, habitações sumárias, feitas às pressas, que podem haver sido ainda mais comuns em tempos belicosos, como nesse em que viveu o capitão Manuel Navarro.

Outro testemunho na mesma direção foi deixado por José Lopes Ulhoa, quando propôs uma série de medidas ao rei, para combater os indígenas revoltados, num documento de 1688. Entre outras coisas, ele afirma que

estes tapuios a que chamam Janduis são muito diferentes dos outros porque não têm aldeias, nem parte certa em que vivam, e sempre andam volantes, sustentando-se algumas vezes dos frutos da terra e caça que matam e outras de algum gado que lhe dão os vaqueiros e eles lhe furtam [...] por muitos cuidadosos e diligentes que sejam os [soldados] que forem em seu seguimento os não poderão alcançar, pela ligeireza com que este gentio marcha e pouco peso das armas que levam, sem lhes ser necessário carregar os mantimentos com que se hão de sustentar (Alveal; Barbosa, 2018, p. 107-108).

O padre Fernão de Vasconcelos também destacou, em seu livro datado de 1662, a ausência, obviamente na visão dele, de lei e de qualquer ordem na casa indígena, que se revelava inclusive no seu caráter nômade:

Sua morada é comumente, como de gente isenta de leis, de jurisdição, de república, por onde quer que melhor lhes parece; uns pelos montes, outros pelos campos, outros pelas brenhas; vagabundos ordinariamente, ora em uma, ora em outra parte, segundo os tempos do ano, e as ocasiões de suas comédias, caças e pescas; sem pátria certa, sem afeição alguma, fora de toda a outra sorte de gentes. Os abrigos de uns, são umas pequenas choupanas, armadas à mão em quatro paus, cobertas de palha, ou palma, como aquelas que hoje servem, e amanhã se queimam [...] onde lhes anoitece, ali tem facilmente casa certa, fogo, e cama; porque se a noite é chuvosa, fincam na terra quatro paus, e nestes armam outros por teto, como um modo de vimes, a que chamam cipós, e cobrem-nos de folhas, ou palmas: de leito servem suas redes, que armam ou de tronco a tronco, ou de pau a pau [...] (Vasconcelos, 1856, p. 76-77).

Ele acrescenta que em suas “cabanas” ou “barracas compridas”, cada casal “[...] se arrancha de um esteio até outro com seu cão, e fogo, que sempre têm consigo; e aqui vivem juntos todos como cevados em chiqueiro” (Vasconcelos,

1856, p. 76). Dormem em suas redes de algodão que eles mesmos tecem, embora algumas nações durmam no chão. O verbo “se arrancha” remete ao mesmo significado do “rancho” como divisão social, e não física, no interior da casa indígena. Outros exemplos que apontam para o caráter, por vezes, improvisado da casa indígena poderiam ser citados⁸⁸.

Seja como for, os ranchos eram uma realidade durante o conflito. O termo aparece em vários documentos⁸⁹, como no certificado que escreveu o capitão Manuel de Abreu Soares em favor do padre Manuel de Santa Rosa, datado de 13 de junho de 1687. Com a ajuda de batedores, ele e seus homens descobriram uma trilha do “gentio brabo” na direção do Rio Salgado. Após marchar por três dias com oitenta homens, se aproximou sorrateiramente dos seus “ranchos”, onde eles “[...] habitavam com o seu mulherio”. E, diz ele, “[...] ao romper da manhã lhes dei um repentino assalto, fazendo neles grandes matanças, queimando-lhes os *ranchos* e mais despojos” (Jaboatão, 1858, p. 110-111; grifos nossos).

O fato de Manuel Soares e seus homens haverem queimado os ranchos é mais um forte indicador do uso abundante da palha na sua construção. Outro exemplo de destruição das casas de palha indígenas, durante a Guerra dos Bárbaros, aparece na lista dos muitos feitos do capitão-mor do Rio Grande Domingos de Morais Navarro. Em 1712, ele, com sua gente, atacou o “inimigo” (indígenas), “[...] fazendo-lhe despejar algumas casas de palha”, localizadas ao que

88 Como o do padre Luís Figueira (1967, p. 88-89), quando relatou a expedição que fez, juntamente com o padre Francisco Pinto – figura importante da conquista da capitania do Rio Grande – à Serra de Ibiapaba, no Ceará, em 1607.

89 Ver, por exemplo, Mariz (1994).

parece numa região perto de Natal, uma vez que ele e seus homens seguiram “o dito inimigo até o sítio do Taipu, última povoação daquela Capitania” (Lemos; Medeiros, 1980, p. 117), fazendo-o retirar-se para os sertões. A atual cidade de Taipu localiza-se a cerca de 50km a noroeste de Natal.

Além da palha, a taipa também foi bastante utilizada na casa indígena, como constatou, por exemplo, o jesuíta Fernão Cardim, em citação anterior aqui transcrita. Outro testemunho, escrito por volta de 1535, foi-nos deixado pelo navegador francês Pierre Crignon. Após destacar as riquezas da vasta zona costeira, que se estende do Maranhão a Alagoas, ele menciona assentamentos indígenas nos quais eles “[...] têm casas de terra com armação de madeira” (Crignon, 1565, p. 426)⁹⁰, uma clara referência, portanto, ao uso da taipa.

Estamos considerando, evidentemente, o rancho como uma casa indígena, mas os colonizadores, religiosos ou militares, também fizeram uso de construções semelhantes, sempre que a necessidade ou a urgência exigiam. O padre Luís Figueira conta que, em parte de sua expedição de 1607 para o Ibiapaba, no Ceará, o indígena chamado “diabo ligeiro” ia adiante, “[...] agasalhando-nos e assinalando nosso lugar para nossas choupanas e *tugipares*” (Girão, 1967, p. 86). Esse termo é de origem guarani, *teyubab*, que significava “rancho”, segundo nota explicativa de Raimundo Girão⁹¹.

90 Ele também afirma que eles “[...] vivem em assentamentos e castelos de madeira cobertos com folhas de palmeiras e de galhos de árvores”.

91 “Expressão tupi com que se designa uma espécie de rancho improvisado capaz de permitir ao viajante meios de repousar e resguardar-se das intempéries com certa comodidade e relativa segurança. A construção, porém, era tão simples e elementar que só parcialmente atendia a estes fins” (Girão, 1967, p. 134).

Militares também fizeram uso de construções semelhantes. O capitão Manuel de Moraes Navarro, conta, numa carta de 1709, que em 1698, embarcando com o seu Terço na Bahia, chegou a Natal com seus homens após uma desastrosa viagem, com alguns mortos e muitos famintos e sedentos, a maioria deles tomados pela varíola. Diz que, “[...] por não haver na cidade do Rio Grande abrigo algum para os doentes [...] dei ordem a fazer barracas de palha para os recolher” (Requerimento [do alferes-tenente...], 1737)⁹².

O contato com o colonizador não parece haver transformado de imediato a casa indígena. Essa era a opinião do jesuíta Fernão Cardim que, após informar que “[...] moravam os índios antes da sua conversão, em aldeias”, cujas ocas ou casas ele descreve em seguida, acrescenta que “este costume das casas guardam também agora depois de cristãos” (Cardim, 1925, p. 306-307). Esse jesuíta, que chegou ao Brasil pela primeira vez em 1583, faleceu em 1625⁹³, isto é, suas impressões inserem-se, necessariamente, nesse intervalo cronológico.

Acreditamos que isso seja verdade, pelo menos nas primeiras décadas de contato com a colonização. A Figura 14, que reproduz o mapa intitulado “Rio Grande Capitania de Sua Majestade”, feito por volta de 1616, parece confirmar

92 A falta de abrigo não parece haver sido por carência da cidade. Pedro Puntoni, baseado em outro documento do mesmo capitão, em que conta essa viagem em detalhe, afirma que essa falta deu-se, na verdade, porque o capitão-mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo “[...] e todos os moradores, nitidamente insatisfeitos com a chegada desta tropa, se haviam metido nos matos para não dar socorro aos doentes, abandonando-os à própria sorte” (Puntoni, 2002, p. 242). Havia um clima de grande animosidade entre os dois homens e seus aliados respectivos.

93 Ver introduções e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, em Cardim (1925).

essa informação. As duas aldeias representadas organizam-se em torno de um pátio, aparentemente na sua disposição original, com a diferença de que há uma cruz no centro do terreiro. Ora, os primeiros missionários na capitania do Rio Grande confirmam exatamente que a primeira intervenção que eles empreendiam nessas localidades limitava-se à fixação desse símbolo cristão. Em sua carta de 17 de janeiro de 1600, o padre Francisco Pinto conta que, depois de haver fixado uma cruz num lugar onde um chefe indígena “[...] queria ajuntar sua gente” (Leite, 1938b, p. 504), levantou mais oito cruzes em aldeias e, em outra ocasião, levantou mais quatro cruzes, além de haver recebido pedidos de outros chefes indígenas, segundo ele, para que fizesse o mesmo em suas aldeias.

Outras intervenções dos padres, para além da fixação de cruzes, também ocorreram, mas não devem haver alterado a disposição geral das aldeias e muito menos as suas casas. O padre Pero de Castilho, em uma missão pela capitania do Rio Grande, entre 1611 e 1612, na qual foi acompanhado do padre Gaspar de Samperes, deixou um longo testemunho dessa empreitada, datado de 10 de maio de 1614. Em determinado momento, ele diz que, “[...] em chegando a qualquer destas aldeias, nós íamos logo à igreja, porque em todas as há, e algumas mui bem-acabadas, com sinos e soma de painéis de santos pelas paredes” (Leite, 1938b, p. 512). Em uma dessas aldeias de visitas missionárias, um clérigo tinha uma casinha “[...] onde se agasalhava quando a ela ia [e os indígenas, muito felizes com a presença dos missionários,] a puseram logo por terra, fazendo-nos outra nova, com toda a brevidade possível com mostras de muito amor e afeição” (*op. cit.*, p. 514). Independentemente do grau de satisfação

dos indígenas com os missionários, algo questionável por ser o relato de um religioso diretamente envolvido com a empreitada, o que nos interessa é o fato de que, de acordo com o padre Pero de Castilho, em todas as aldeias havia igrejas, e que algumas delas eram até bem-acabadas. Na realidade, essas construções deveriam ser extremamente precárias, assim como a “casinha” do padre, que foi reconstruída pelos indígenas. Serafim Leite, grande estudioso da obra jesuítica no Brasil, tratando da animosidade dos colonos da capitania do Rio Grande contra os missionários que protegiam os indígenas, de certa forma confirma a precariedade, senão das igrejas, pelo menos das casas dos missionários, baseando-se em outros documentos da mesma época. Ele afirma que alguns dos desafetos dos religiosos chegavam “[...] a deitar fogo às casas de palha em que os missionários moravam” (Leite, 1938b, p. 522), nas aldeias.

Seja como for, essas intervenções – cruzeiros, igrejas e casa dos missionários – realizadas nos tempos dessas missões volantes⁹⁴, durante as primeiras décadas do século XVII, não devem haver alterado, substancialmente, o *habitat* dos indígenas da capitania do Rio Grande, em especial as suas casas, tais quais aqui descritas. Contudo, o impacto sobre a vida e a cultura indígena – inclusive sobre a sua habitação – seria bem maior em fases posteriores, a começar pelo episódio das missões fixas⁹⁵, ou aldeamentos indígenas, ocorrido na capitania do Rio Grande, *grosso modo* entre 1680 e 1760, e

94 Missões nas quais os missionários não se fixavam nas aldeias, mas as visitavam periodicamente.

95 Estas diferem das missões volantes, pelo fato de os missionários passarem a conviver com os indígenas nas aldeias.

particularmente no período imediatamente posterior, com a instituição das vilas. Os ranchos, ocas ou aldeias permanecerão ainda por algum tempo na capitania do Rio Grande, mas sofrerão um processo de transformação, como veremos posteriormente, que levará ao seu desaparecimento por completo. O processo de transformação da casa indígena será retomado no Capítulo 5.

4 A CASA DO BRANCO: os primeiros colonos⁹⁶

A Parte II deste trabalho, que abarca um século (1600 a 1700), consiste no que consideramos como o período de formação da casa tradicional, pelo fato de o colonizador português desenvolver um tipo de casa num lento processo de adaptação às peculiaridades climáticas, de vegetação, de materiais, de insuficiência de mão de obra etc., no decorrer de sua fixação territorial no Novo Mundo. Esse processo de adaptação fundamenta-se muito mais no bom senso do que em informações concretas que o comprovem, ainda que possamos inferir algo nesse sentido.

Na capitania do Rio Grande, as poucas fontes documentais primárias disponíveis referem-se, essencialmente, à casa encontrada na cidade do Natal, primeiro e praticamente único núcleo urbano não indígena, fundado em 1599, e que assim permanecerá durante todo o século⁹⁷. Além de Natal, começa lentamente a difundir-se um tipo de ocupação extremamente rarefeito, formado pela casa rural, sede de fazenda, primeiramente ao longo do litoral

96 Este item foi publicado, com adaptações, em Teixeira (2021).

97 Assu, no sertão potiguar, foi iniciada a partir de uma instalação militar fundada em 1696.

oriental e mais tarde, notadamente a partir de meados do século XVII, pelo interior, graças ao sistema de distribuição de sesmarias. As fontes primárias que nos ajudam a visualizar tanto a casa urbana, de Natal, quanto a casa rural, dos primeiros fazendeiros, são raríssimas, para um momento tão remoto, e isso pode ter uma explicação que transcende o seu extravio ao longo do tempo. A casa indígena devia parecer bem mais exótica ao colonizador – aliás, como tudo mais da cultura indígena – do que a sua própria habitação, que, mesmo não sendo nem podendo ser uma cópia da casa de origem, em solo europeu, certamente era-lhe bem mais familiar do que a desconhecida casa do “gentio bárbaro”. Por isso, mesmo que poucos, há talvez, para o período em questão, mais documentos sobre a casa nativa do que sobre a do colonizador. Com exceção dos materiais e das técnicas empregados, não há efetivamente muito o que dizer a respeito destas últimas.

Não é difícil supor, antes de tudo, quão precária era a cidade do Natal em seus primeiros anos de vida – assim como, obviamente, nos anos e séculos subsequentes. Diogo de Menezes, Governador Geral do Brasil, dizia em 4 de dezembro de 1609 que “a povoação está feita e não tem gente” (citado por Teixeira, 2019, p. 12). Kilian de Resenlaer (1907), em Amsterdam, fez uma descrição da costa setentrional do Brasil, em 20 de março de 1628, baseando-se nos relatos de alguns chefes indígenas aliados, levados à Holanda. As informações nela contidas certamente faziam parte dos preparativos para a nova tentativa de invasão do litoral brasileiro, que ocorreria a partir de 1630. Na carta, em francês, o seu autor menciona, em determinado momento, um lugarejo (“*village*”) que, à primeira vista, deve ser Natal, pois está

perto do Rio Potengi e tem um “castelo” (“*château*”), isto é, o Forte dos Reis Magos. Ademais, no contexto do documento, o autor vem fazendo a descrição do litoral oriental do sul, da Paraíba, em direção ao norte, numa sequência que também apontaria para Natal. Por outro lado, alguns elementos da descrição deixam pairar alguma dúvida: mesmo sendo um núcleo extremamente precário, o número diminuto de casas e de moradores mencionado não corresponde ao que sabemos de Natal, por outras fontes. O nome do lugar também não é mencionado. Seja qual for a possibilidade, era um assentamento igualmente precário:

Poting ou Rio Grande, um grande rio com um castelo do lado leste, perto do rio, provido de 9 canhões de metal, 40 soldados. Um vilarejo de 8 casas, uma igreja, habitado pela gente dos engenhos, a saber 5 portugueses e alguns negros. As naus podem se aproximar do castelo. Fica a 5 léguas de Pirangu (Resenlaer, 1907, p. 172)⁹⁸.

Caso esteja realmente aludindo a Natal, esse registro de Resenlaer (1907), assim como a afirmação do Governador Geral Diogo de Menezes, reforça a esperada e natural precariedade da cidade. Porém, como dissemos, por volta de 1614, Natal já continha pelo menos dezesseis casas (Teixeira, 2014). Outros cronistas que citaremos adiante fornecem, apenas dois ou três anos depois de 1628, data do documento de Kilian de Resenlaer, um número de habitantes e habitações bem superior às oito casas listadas, a quantidade de negros escravizados sendo indefinida na citação. Além do mais, os quarenta soldados vivendo no forte é outro indício

98 O relato foi reunido nos “*Journaux et nouvelles tirées de la bouche de marins hollandais et portugais de la navigation aux Antilles et sur les côtes du Brésil*”. Manuscrit de Hessel Gerritz”, publicados no periódico em questão.

de mais moradias na cidade. Finalmente, a existência de uma igreja num lugar tão pequeno é no mínimo estranho. Se Kilian de Resenlaer estiver realmente descrevendo Natal, então o número de casas mencionado pode ser fruto de um equívoco da fonte. Seja como for, casas existiam em Natal desde sua fundação, e é a sua descrição que nos interessa, com todas as dificuldades inerentes a um período tão remoto e com tão poucas fontes documentais disponíveis.

Começamos, portanto, com o que podemos extrair das fontes sobre a casa dentro do “sítio urbano” da cidade, com todas as nuances do termo para uma época tão distante. Vamos nos deter, acompanhando as fontes disponíveis, às técnicas construtivas e aos materiais utilizados. A primeira referência a esse respeito ficou registrada pelos naufragos do navio Santiago, em 1601: “Neste Rio Grande, que dista da Paraíba quarenta léguas [...] acharam na nova cidade de Santiago, que ali se principia, e tem já três casas de pedra e cal” (Brito, 1905, p. 60). É a primeira referência que temos sobre as casas da cidade, que, como afirma-se, estava em seu início. É uma observação compreensível, numa cidade onde as poucas que existiam eram em sua grande maioria de taipa e palha, como veremos. A pedra e a cal eram certamente materiais nobres, e por isso mesmo utilizado nas casas certamente de gente mais importante do lugar, como o capitão-mor João Rodrigues Colaço, que as construiu, segundo um depoimento de 1609, e que eram então usadas pelos jesuítas⁹⁹. Deveriam servir de apoio ao seu trabalho missionário.

99 “Meia légua da Fortaleza do Rio Grande está uma pequena povoação, derivada dela a que chamam cidade, donde João Rodrigues Colaço, que ali foi bom e proveitoso capitão, fez umas casas de pedra e cal mui suntuosas, que valem muito, em que hoje está uma residência dos padres da Companhia. Essa povoação terá até 25 vizinhos,

A pedra também foi logo empregada na construção do Forte dos Reis Magos, equipamento militar que, por natureza, precisava de maior solidez. Construída inicialmente em taipa, foi posteriormente reconstruída com esse material. As chamadas casas fortes, equipamento também de função militar, das quais subsistem as ruínas de duas, no Rio Grande do Norte, uma em Pium, no município de Nísia Floresta, no litoral, que pertenceu a João de Lostão Navarro, e outra em Caicó, a casa forte do Cuó, também usaram abundantemente esse material. Foram construídas, respectivamente, no início e no final do século XVII (Silva, 2010). Há registros dessas e outras casas fortes na capitania, especialmente durante a Guerra dos Bárbaros.

Um documento da maior importância, que lança alguma luz sobre as casas de Natal, nesse início, encontra-se no “Treslado do auto e mais diligências que se fizeram sobre as datas de terras da Capitania do Rio Grande”, dossiê contendo uma série de documentos sobre a repartição de terras, que poderíamos chamar de rurais e urbanas da capitania – neste último caso, restritas a Natal –, datado de 1614 (O treslado, 1909, p. 112-159). Esses autos, que já foram objeto de uma análise aprofundada de nossa parte em trabalho anterior (Teixeira, 2014), também lidaram com a questão das casas da cidade nascente. Essas “datas de terra”, ou seja, lotes, poderiam ser tanto rurais (sesmarias) como urbanas. Todas elas foram numeradas no documento original.

pobrememente acomodados nas vivendas das casas” (Medeiros Filho, 1997, p. 93). O trecho é uma transcrição da obra de Diogo de Campos Moreno (1949), escrita em 1609, intitulada “Relação das praças fortes, povoações e cousas de importância que Sua Majestade tem nas costas do Brasil”.

Resumimos a seguir o que conseguimos desvendar como informação sobre a casa de vertente tradicional em formação, não somente na cidade, mas na área rural, por volta de 1614. Assim, fazendo pequenas alterações no texto original para efeito deste trabalho, temos que: 1) 40 das 186 datas fazem referência a casas, das quais apenas 17 se encontravam nos “chãos” ou “sitio” da cidade; 2) São casas em diferentes situações: em uso ou abandonadas, datas onde se pretende construir casas, etc. Portanto, o total de 40 é uma referência, e não um número real de casas então existentes; além disso, determinada data, às vezes, comportava “casas”, no plural; 3) Os materiais nelas utilizados são uma das poucas informações disponíveis: eram de palha (datas 4 e 135); tinham telhas (4 e 169); na data 59 há um interessante registro de umas “casas de terra de sobrado”, isto é, de taipa e em mais de um pavimento; 4) nos lotes previam-se espaços para o quintal, como nas casas da data 136; 5) As casas localizadas na data 35, situada no sítio da cidade, “caíram com o tempo haverá cinco anos”. Na data de nº 45, doada em 12 de janeiro de 1603, havia casas que “[...] caíram haverá dois anos e não se levantaram mais” (Teixeira, 2014, p. 116). Eram, portanto, habitações precárias. É suficiente lembrar que a igreja matriz da cidade sequer tinha portas.

Além de precárias, as casas eram, ao que tudo indica, térreas em sua grande maioria, tanto no campo quanto na cidade. A referência a “casas de sobrado” (no plural), ou seja, em mais de um pavimento, na data 59, que se localizava numa área rural, merece destaque, uma vez que, como veremos, casas em mais de um pavimento vão se desenvolver, muito lentamente, no Rio Grande do Norte, começando a

aparecer com certa frequência somente nas últimas décadas do século XIX. Os exemplos encontrados na data 59 – e outros, como as casas de sobrados construídas nas missões ou nos aldeamentos indígenas, desde o início do século XVII, como veremos oportunamente – atestam a sua existência em períodos mais longínquos.

As casas eram de taipa, de mangue¹⁰⁰, com cobertura de telha ou de palha, ainda que já existissem as de pedra, como mencionado. O uso da telha denota a existência, desde cedo, de uma olaria, como transparece no registro das datas 23 e 50, constante do treslado sobre a repartição de terras do Rio Grande, de 1614. A existência de telhas nas casas das datas 4 e 169 atestam o uso desse componente, e certamente do tijolo também, fabricados localmente (Teixeira, 2014, p. 116). Há outras referências sobre o uso da telha ainda no século XVII, além dos exemplos mencionados nos “autos da repartição”.

Por último, cabe destacar que o uso de telhas começa a estender-se para o interior da capitania. Numa carta de Manuel de Moraes Navarro, de 15 de maio de 1699, em favor do capitão José de Moraes Navarro, ele menciona construções no arraial ou presídio do Assu, isto é, um estabelecimento militar para combater os indígenas rebelados do interior. Entre outras coisas, Manuel Navarro afirma que o “inimigo”, vendo que ele e seus homens estavam decididos

100 Segundo Medeiros Filho (2007, p. 30-31), que analisou um mapa intitulado “Rio Grande”, publicado em 1631, de João Teixeira Albernaz I (o Velho). Entre outros elementos de sua análise, ele identifica três “casas de um pescador francês” nas proximidades do Forte dos Reis Magos, quatro casas de Gaspar de Magalhães, perto do atual Canto do Mangue, e “casas de mangues”, situadas após um riacho que desembocava na atual Lagoa do Jacó.

a se instalarem na Ribeira do Assu, vieram lhe pedir as pazes. Os indígenas ficaram desanimados especialmente porque os viram “[...] fazer arraial, com casas grandes, e fazendo telhas para o armazém da pólvora deitando fama que vínhamos de morada” (Informação, 1723).

Outro material utilizado com abundância era a madeira. O traslado da repartição de terras do Rio Grande, ao determinar a data de terra destinada ao Senado da Câmara da cidade em 1605 (o chamado rossio), destaca uma das funções dessa terra “municipal”, a de prover madeira para as casas (Teixeira, 2014, p. 115). Em 1612, Diogo de Campos Moreno (1949) atesta a sua abundância:

Tem algum pau brasil fino, mas mui raro a respeito de lhe arrancarem os franceses até as raízes quando ali continuavam, tem jacarandá mais delgado do que o da Bahia, tem pau amarelo para tintas e outras madeiras para obras de toda sorte de embarcações ou casas. Todo gênero de criação multiplica muito, e nos matos há muita casa, e em toda a costa grandes pescarias, e muito âmbar (Moreno, 1949, p. 562).

Mesmo num período tão recuado e inicial do processo de colonização da capitania, os documentos coevos demonstram que havia uma distinção no padrão das casas, e que, no geral, as de melhor qualidade ficavam nas áreas rurais. Mencionamos as “casas de pedra e cal”, construídas pelo capitão-mor João Rodrigues Colaço e ocupadas pelos jesuítas em 1609, casas “mui suntuosas, que valem muito”, segundo Diogo de Campos Moreno. Outros relatos, que falam por si sós, não somente descrevem a cidade do Natal, mas mencionam direta ou indiretamente algo sobre as casas, algumas vezes, fazendo uma diferenciação qualitativa entre elas.

Diogo Campos Moreno disse o seguinte, a respeito de Natal, em 1612:

Tem mais uma povoação, a meia légua da Fortaleza pelo rio acima [...] a qual tem pobremente acomodados até 25 moradores brancos, fora da obrigação da Fortaleza, e destes têm pelas roças e redes e fazendas principais da capitania até oitenta moradores (Moreno, 1949 p. 559-560).

O capitão-mor Domingos da Beiga (citado por Lyra, 2008) também descreveu a capitania, o Forte dos Reis Magos e a cidade do Natal, por volta de 1630. Dele transcrevemos as seguintes passagens:

Um quarto de légua da Fortaleza está a povoação que chamam cidade do Natal. Tem uma boa igreja, porém a povoação é muito limitada respeito dos moradores estarem e morarem em suas fazendas onde têm muito deles suas casas mui nobres. Na cidade assiste um juiz ordinário e um ouvidor e os mais dos oficiais da Câmara. Haverá em toda esta capitania até trezentos moradores e os mais deles com sua família e escravos e seus currais de gado [...] tem muitos currais de gado nesta capitania. Há nelas dois engenhos de açúcar [...] desta gente se fazem duas companhias de ordenança com seus capitães oficiais são destros em suas armas porque os mais deles foram soldados na Fortaleza e uma esquadra de até quarenta homens a cavalo. Do gentio da terra haverá pouco mais de 300 flecheiros repartidos em quatro aldeotas [...] havia aqui tanta quantidade deles que lhe não sabia o número e ainda estes a cada dia vão fugindo para o Ceará pelo ruim trato que aqui lhe fazem os capitães (Lyra, 2008, p. 57-59).

O holandês Adriano Verdonck, que visitou Natal em 1630, deixou-nos também suas impressões, as quais foram retomadas nos estudos de Lyra (2008), sendo então possível concluir que

A cidade contava com 35 a 40 casas de palha e barro. Os habitantes mais abastados viviam habitualmente nas suas fazendas e vinham apenas nos domingos e dias santificados ouvir missa. Nesse raio de seis a nove milhas não residiam mais de 120 a 130 campônios na sua maioria rústicos. Dois eram os engenhos existentes: um no Ferreiro Torto [...] e outro na Várzea do Cunhaú, a 19 milhas ao sul de Natal (Lyra, 2008, p. 75).

Natal certamente não se diferenciava de outros núcleos urbanos nascentes, no que se refere à precariedade do seu casario. Em sua obra de 1612, Diogo de Campos Moreno descreve as casas do sítio inicial da primeira capital de Sergipe, a cidade de São Cristóvão, fundada em 1590, em termos que poderiam, certamente, aplicar-se a Natal. Ele diz que “tem o Rio Sergipe uma povoação de casas de taipa cobertas de palha pequena, a que chamam a cidade de São Cristóvão” (Moreno, 1949 p. 543)¹⁰¹. Nestor Goulart (Reis Filho, 1968), depois de reconhecer que “analisar a arquitetura residencial dos primeiros séculos da colonização é tarefa das mais difíceis” (*op. cit.*, p. 154-155) – afirmação com a qual concordamos, plenamente –, apresenta algumas de suas características essenciais, das quais, baseados nesse autor, destacamos resumidamente as que, certamente, aplicam-se a Natal e a outros núcleos nascentes na capitania do Rio Grande: 1) a sua origem portuguesa; 2) o uso de materiais precários, como a palha e a taipa, depois substituídos por construções mais duráveis, “mas ainda assim de extrema rusticidade”; 3) o emprego da mão de obra africana e indígena na sua construção; 4) a

101 Segundo Diogo de Campos Moreno (1949), o sítio inicial da cidade foi deslocado em pelo menos duas ocasiões.

construção de casas de pedra e cal para os mais importantes ou “ricos” do lugar – exemplificado, no caso de Natal, pela casa do capitão-mor do Rio Grande, João Rodrigues Colaço – e de palha, para os mais pobres (*id. ibid.*, p. 154). O autor descreve outras características que nos parecem mais comuns, no caso de Natal, às casas do século XVIII, que veremos posteriormente.

Provavelmente, as casas de palha e barro que viu Adriano Verdonck (2004), na capital potiguar em 1630, embora fossem certamente predominantes, não eram as únicas, uma vez que ele não se referiu, por exemplo, às casas de pedra que ainda deveriam existir na cidade. Por isso, acreditamos que, por essa época, Natal já devia ter mais de trinta e cinco a quarenta casas, o que se confirma num episódio ocorrido em 21 de setembro do ano seguinte, quando a caravela do capitão Antônio de Figueiredo e Vasconcelos, integrante de uma armada luso-espanhola, encontrou um navio inimigo holandês, “[...] que eram muitos em toda aquela costa” (Coelho, 1654, p. 61). Iniciou-se uma perseguição, e o navio fugitivo, avançando “mais de 90 léguas para o Norte”, terminou alcançando o Rio Grande,

[...] que é uma fortaleza de fábrica que ali havia do rei, e está a 5 graus do Equinocial [*linha do Equador*] para o Sul, com um porto razoável, e uma pequena povoação costeira distante meia légua, *de 60 casas*, que chamam “cidade dos Reis” e que tinha em todo o distrito dois engenhos de açúcar, mas muitos currais de gado (Coelho, 1654, p. 61; grifos nossos).

É curioso atentar para o fato de que, segundo uma fonte a ser explorada no próximo capítulo, Natal tinha trinta casas em 1722, o que indica que ela diminuiu pela metade, em cerca de noventa anos. A ocupação holandesa da capitania

(1633-1654) e a Guerra dos Bárbaros (1682-1720, aproximadamente), dois eventos importantes ocorridos entre os dois relatos, este de 1631 e o de 1722, provavelmente expliquem essa diminuição, considerando obviamente que as duas estimativas estejam corretas. Nos dois eventos, a população de Natal e da capitania abandonou ou ameaçou abandoná-las. Assim que o Forte dos Reis Magos foi tomado pelos holandeses, em dezembro de 1633, “a maioria dos moradores, que viviam numa povoação com nome de cidade, embora muito pequena e perto do forte, cerca de meia légua” (Coelho, 1654, p. 127), refugiou-se no engenho de Francisco Coelho, situado duas léguas ao sul. As tropas de Antônio Moreira, por sua vez, levaram moradores e gado de outro engenho, o de Cunhaú, localizado a quinze léguas ao sul do forte, para a Paraíba, como medida de proteção¹⁰².

Não é à toa que Gaspar Barléu (1974), historiador do Brasil holandês, em seu livro escrito em latim e publicado em 1647, sem contabilizar o número de casas, diz o seguinte, a respeito de Natal e da capitania em geral:

Depois desta vem a província do Rio Grande com quatro freguesias. *Fica aí a vila de Natal, de aspecto triste e acabrunhador pelas suas ruínas, vestígios da guerra.* Deu-se permissão aos moradores de edificar nova cidade, em lugar mais feraz e em sítio mais vantajoso, na freguesia de Potengi. A légua e meia de Natal vê-se o forte de Ceulen. O nome da província é o mesmo do rio que a banha, capaz das maiores naus. Nela se abrem placidíssimas baías. A região, escassa de habitadores

102 Algo semelhante aconteceu em dezembro do ano seguinte, 1634, quando, igualmente após intensa batalha, os holandeses tomaram o forte de Cabedelo, na Paraíba. Os habitantes da então cidade de Filipeia (ou Frederica, como a rebatizaram os holandeses), assim como moradores do campo, fugiram (Laet, 1925, p. 59).

e risonha pelos seus pastios, vive da criação de gado. *Com as devastações das últimas guerras*, porém, foi este retirado ou morto, sofrendo ela prejuízos com isso. Possuiu dois engenhos somente, um dos quais desapareceu, restando o outro (Barléu, 1974, p. 128; grifos nossos).

Quase duas décadas após a expulsão dos holandeses, que teve lugar em 1654, a cidade do Natal, em boa parte ainda despovoada, precisava ser reocupada com o aumento de moradores. O capitão-mor Antônio Vaz Gondim, por exemplo, solicitando recursos ao príncipe regente D. Pedro, em 8 de dezembro de 1673 com essa finalidade, explicava as medidas que tomou, dentre as quais, a de levantar a igreja matriz, pois acreditava que ela poderia estimular o povoamento da cidade. Também obrigou os “moradores de maiores cabedais” a construir suas casas (Consulta [do Conselho Ultramarino...], 1674).

Não sabemos até que ponto a medida foi bem-sucedida, porque o termo de vereação do Senado da Câmara de Natal, de 20 de janeiro de 1680, ou seja, sete anos após as decisões daquele capitão-mor, ainda confirmava a necessidade de construir “casas na cidade para estimular seu crescimento, pois os capitães-mores anteriores o ordenaram e até então não se havia feito” (Catálogo, [s. d.], doc. 0136, f. 32-32v [Natal, 20 jan. 1680]). Foi ordenado ao procurador que lançasse um edital com uma lista de 36 pessoas - devendo ser maior porque há outros nomes envolvidos, não listados - que estariam obrigadas a construir suas casas em seis meses, caso contrário, pagariam uma multa de 6\$000 réis para as despesas do senado. Os moradores pediram à câmara um espaço para a construção das casas, assim como ao procurador, para fazerem ruas e lhes darem as telhas necessárias.

Este esforço de soerguimento da cidade sofreu novas dificuldades com o levante indígena conhecido como a Guerra dos Bárbaros. Ao ser informado pelo Senado da Câmara que “muitos moradores procuravam ausentar-se da capitania com suas famílias” (Lyra, 2008, p. 145), com medo do levante indígena, o capitão-mor Pascoal Gonçalves de Carvalho baixou um edital em 18 de janeiro de 1688, determinando “castigo” para quem assim agisse, pois era um mau exemplo para os demais. Seria considerado “traidor”, ficaria preso “[...] na casa escura da fortaleza e, para exemplo de maior castigo, será toda sua fazenda confiscada para as despesas da guerra” (*id. ibid.*, p. 146). Ao denunciante seria concedida a metade do despojo, e se algum vizinho, sabendo, não denunciasse, seria castigado do mesmo modo.

O temor da população era justificado, e a farta documentação da época demonstra os perigos reais, as mortes e perdas causadas pela revolta indígena¹⁰³. Nesse contexto difícil e tumultuado, era de se esperar tanto a diminuição no número de casas, quanto a sua precariedade geral. Mesmo as-

103 Um entre tantos exemplos dessa documentação encontra-se na carta que escreveu em 19 de julho de 1687, o mesmo capitão-mor Pascoal Gonçalves de Carvalho, ao Rei D. Pedro II. Ele diz que, “por causa da rebelião do gentio Tapuia da nação Janduí, dou conta a V. Majestade das hostilidades que nesta capitania fizeram [...] que depois da expulsão dos holandeses que ocuparam esta, e as mais deste Estado, dos quais foram sempre estes bárbaros confederados; se recolheram aos sertões donde viveram sempre com notável ódio aos portugueses, como se viu agora em quinze de fevereiro próximo passado, porque debaixo de confiança de pazes subitamente se rebelaram, e mataram quarenta e seis homens, vaqueiros que assistiam no sertão desta capitania com gados, distância de 60 léguas desta praça, fazendo hostilidades grandes em as fazendas dos moradores, como bárbaros que são, e os mesmos danos fizeram nas capitanias da Paraíba e Ceará” (Consulta [do Conselho...], 1688). Ele dá outros detalhes.

sim, os testemunhos da época confirmam que havia casas de melhor qualidade, sobretudo na área rural, que deviam pertencer à elite dos fazendeiros e de pessoas que ocupavam cargos públicos, como os capitães-mores, os membros do Senado da Câmara, os provedores e outros. O termo de vereação datado de 1º de julho de 1695 pode indicar, indiretamente, que havia pelo menos uma preocupação, por parte dos edis, quanto à construção de casas destinadas à elite política do lugar. Ficou registrado no referido termo que os oficiais da câmara “[...] requereram do capitão Estevão de Bezerril casas na cidade para residência dos capitães-mores que viessem governar” (Catálogo, [s. d.],a, doc. 0434., f. 124v [Natal, 01 jul. 1695]). Isso de fato iria ocorrer entre 1734 e 1737, durante a administração de João de Teive Barreto e Menezes, que adaptou a casa de câmara e cadeia, concluída em 1721, para essa finalidade (Teixeira, 2012, p. 133).

As casas “nobres”, de melhor qualidade, normalmente rurais, numa sociedade cujos interesses maiores residiam no campo, confirmam-se, como dissemos, por testemunhos como os do capitão-mor Domingos da Beiga (citado por Lyra, 2008) e do holandês Adriano Verdonck (2004), transcritos anteriormente, ambos por volta de 1630. Os “autos da repartição” de terras do Rio Grande, de 1614, mesmo que tratando dos primeiros quinze anos desde a fundação de Natal (1599), já dão sinais do surgimento das primeiras fazendas bem-sucedidas, que por isso talvez já dispusessem dessas casas de melhor padrão. A data 59, já mencionada, concedida pelo capitão-mor Jerônimo de Albuquerque a Gregório Pinheiro, em 5 de março de 1604, é um exemplo. Após fornecer sua localização e mencionar que ela tinha terras boas para roças e para pastos, mas que,

parte delas “[...] não presta para nada”, o texto arremata: “[...] tem nela um curral grande, vacas e muitas éguas, e escravos e outras criações, e casas de terra de sobrado” (O treslado, 1909, p. 130-131). Semelhantemente, a data 169, concedida pelo mesmo capitão-mor ao “doutor” Bartolomeu Ferreira, Gaspar Ferreira Lagarto e Estevão Ferreira da Silva, em 18 de outubro de 1611, “[...] tem um curral de gado junto a lagoa *Dehuputerobú* com casas de telha e águas e homem branco e escravos de Guiné” (*id. ibid.*, p. 151)¹⁰⁴. A constatação da existência de casas de sobrado e de negros escravizados sugere, fortemente, fazendas em processo de consolidação, ainda que, na aparência, sejam poucas naquele momento inicial. Elas localizavam-se no que hoje é o litoral ou no máximo o agreste potiguar, porque o processo de colonização não havia ainda penetrado no sertão. Segundo a análise do documento da repartição de terras, as principais produções ligadas à terra e, por conseguinte, de certa forma relacionadas às fazendas ou pelo menos aos sítios rurais, com suas habitações, eram, por volta de 1614, o gado, o roçado, a cana-de-açúcar, a pesca, a madeira e o sal (Teixeira, 2014, p. 120).

Para além das informações aqui coletadas, é frustrante constatar que nada mais é dito sobre essas casas, urbanas ou rurais: ambientes, forma, mobília, fachadas, entre outras. Podemos apenas inferir algumas características formais, na ausência de comprovação documental. Por exemplo, não é difícil imaginar que as casas urbanas, sobretudo, fossem pequenas e desprovidas, quase ou completamente, de qualquer mobília. Mas, em relação a outros itens, como

104 Ver também as datas 20 e 93, entre outras.

a sua volumetria, fachadas, caimento da cobertura e os tipos, quantidade e distribuição dos ambientes, as fontes documentais conhecidas não dizem absolutamente nada¹⁰⁵. A esse respeito, os relatos que tratam da casa indígena são mais informativos, como vimos, ainda que vários deles, aqui expostos, estejam associados a áreas geográficas que ultrapassam os limites da capitania do Rio Grande.

Encontramos um único relato da primeira metade do século XVII, mais uma vez de Gaspar Barléu (1974), que avança um pouco mais na descrição das casas dos moradores não indígenas, ainda que se refira à antiga Filipéia, ou Frederica, atual cidade de João Pessoa. Mesmo que não tão detalhado quanto gostaríamos, ele é mais elucidativo do que as fontes disponíveis sobre as casas da capitania do Rio Grande, que pudemos compulsar para o século XVII. É aceitável recorrer a esse relato das casas situadas na capital da capitania vizinha, uma vez que, certamente, elas faziam parte do mesmo contexto histórico-cultural, social, político e econômico de Natal.

Depois de mencionar que a Paraíba é uma das “quatro capitanias setentrionais”, Gaspar Barléu (1974) explica a origem do seu nome, menciona que ela fora ocupada por

105 Uma remota possibilidade de descobrirmos mais alguma informação a respeito dessas casas, seria pesquisar a arquitetura das casas dos colonizadores em seu país de origem, Portugal, nos séculos XVI e XVII. Ainda que válida, é uma proposta temerária, porque não temos informações sobre as aldeias e cidades de onde vieram os primeiros povoadores do Rio Grande, a menos que investigássemos essa arquitetura de origem de modo genérico, como fez Griselda Pinheiro Klüppel, que estudou a casa brasileira entre os séculos XVII e XIX, na perspectiva de sua adaptação ao clima. Estudando a casa brasileira em toda a sua amplitude geográfica, a autora também pesquisou a casa portuguesa de origem e chegou à conclusão de que, “tanto a arquitetura rural quanto a urbana, construídas no Brasil, foram feitas segundo modelos originários de Portugal” (Klüppel, 2009).

franceses, portugueses e em seu tempo por holandeses. Cita os engenhos locais, que, “[...] pela multidão dos trabalhadores, constituem verdadeiras aldeias” (*op. cit.*, p. 71). Descreve então a “cidadezinha”, de Filipeia, assim chamada em honra ao Rei Filipe, denominada depois, com a conquista holandesa, de “Fredericópole ou Frederica, em honra de Frederico, príncipe de Orange” (*id. ibid.*, p. 72). Os seus habitantes livres são portugueses, holandeses e europeus, assim como os “brasileiros índios”, mas também existem “escravos, os quais são ou índios, ou negros comprados já no reino de Angola, já no Cabo Verde e levados para lá” (*id. ibid.*, p. 73). De seu relato, importa, sobretudo, o que ele diz sobre as casas:

Moram em povoados, cujas casas não são pegadas umas às outras, qual, entre nós se usa, mas esparsas, seja por medo de se alastrarem incêndios, seja por imperícia de edificarem. Empregam pedras e telhas, mas não ferro. Quando vão construir uma casa, levantam primeiro os esteios e escoras, estendem sobre eles um ripado sobre o qual armam o telhado, coberto de telhas ou de folhas de coqueiro. Vivem nessas habitações. O andar térreo serve-lhes de armazém e despensa. As paredes laterais são formadas de varas rebocadas, sem capricho, nem elegância. A cidade propriamente contém alguns edifícios bonitos, feitos de pedra, cujos cantos e janelas são de mármore branco, sendo o resto das paredes de alvenaria. Os habitantes, de estatura inferior à dos europeus, resistem pouco ao trabalho (Barléu, 1974, p. 73)¹⁰⁶.

106 Na seqüência, o autor ainda acrescenta informações sobre as aldeias indígenas da Paraíba: “Habitam os paraibanos sete povoações. A principal é Pinda-Uná, que conta 1.500 almas, enquanto as outras somente 300. Cada uma destas aldeias consta de cinco ou seis casas oblongas, que se distinguem por pequeninas e numerosas portas, pelas quais se entra e se sai. Os incolos andam nus, a não ser que uma tanga cubra as partes viris nos homens e uma camisa de linho resguarde as mulheres. Gostam de estar junto das esposas e não sem ciúmes. São assaz desleixados quanto à criação dos filhos e, desconhecendo disciplina e educação séria, inábeis para tudo o que é

Esse precioso relato expõe algumas características das casas de Frederica e dos povoados das redondezas que, provavelmente, aplicavam-se, parcial ou totalmente, às de Natal: 1) Diferentemente das casas talvez holandesas (“qual, entre nós se usa”), as de Frederica, como as de Natal, eram esparsas, “por medo de se alastrarem incêndios”, ou por “imperícia”; 2) Usavam a pedra, telha, ou folhas de coqueiro na cobertura, materiais utilizados também nas casas de Natal, com menos frequência, ao que tudo leva a crer, a pedra; 3) Como nas casas natalenses, usavam uma estrutura de madeira para o telhado e para as paredes, estas de taipa, “as paredes laterais são formadas de varas rebocadas, sem capricho, nem elegância” (Barléu, 1974, p. 73); 4) Decorre das semelhanças anteriores, quanto ao uso da taipa, em especial, que o processo construtivo era, certamente, o mesmo entre as casas das duas cidades, ainda que não tenhamos fontes explícitas para as casas de Natal, pelo menos no século XVII. Gaspar Barléu (*op. cit.*) também atesta existirem sobrados na capital paraibana, o pavimento térreo servindo como armazém e despensa. Outro cronista holandês, Joannes de Laet (1925), além de confirmar a existência de sobrados na capital paraibana, acrescenta outros detalhes sobre os materiais, em especial a pedra:

[...] na cidade há alguns belos edifícios, feitos de pedra branca, sendo as esquinas, soleiras e ombreiras e soleiras das portas e janelas de cantaria com dois ou dois e meio pés de espessura e mais segundo o peso do edifício, *os quais*

elevado, estão por isso presos a uma servidão natural. Têm aos portugueses ódio feroz, e estes lho retribuem, como a réus de perfídia, de ingratidão e de falta de caráter”.

compunham-se de dois andares, sendo o inferior para uma ou duas lojas e o superior para moradia; os que só têm o andar térreo, calçam o chão com argila dura em vez de pedras. A cal é feita na cidade queimando uma pedra que há na circunvizinhança, donde também vem a pedra para construção, é muito dura, mas trabalha-se bem com ela e melhor do que com a nossa arduim branca (Laet, 1925, p. 85; grifos nossos).

Aliás, a semelhança dos dois relatos indica que, certamente, Gaspar Barléu (1974), baseou-se em Joannes de Laet (1916, 1925), cujos escritos são anteriores. Ambos fazem comentários um tanto quanto elogiosos sobre os sobrados de Frederica. O estudo de Maria Berthilde Moura Filha e Maria Simone de Moraes (Moura Filha; Soares, 2016), sobre a casa colonial paraibana, que aliás guarda diversos elementos comuns com a casa urbana potiguar do mesmo período, chama a atenção para a existência de sobrados em João Pessoa, antes mesmo da dominação holandesa:

Certamente, mocambos e casas de palha abrigavam os mais pobres [...] as casas térreas deviam ser habitadas por uma população de poucos recursos, mas com meio de edificar algo mais sólido, embora relativamente simples e modesto. Entre estas casas, pontuavam alguns sobrados, provavelmente construídos pelos funcionários mais graduados e pelos proprietários de engenho da zona da mata paraibana, que ocasionalmente visitavam a cidade, em dias de festas religiosas, tempos de chuva ou períodos de negócios (Moura Filha; Soares, 2016, p. 41-42).

Essas habitações em mais de um pavimento foram, de certo modo, comuns em algumas cidades coloniais brasileiras desde o século XVII, pelo menos¹⁰⁷, mas ignoramos

107 Mesmo antes, a crer no que constatou Pero Gandavo, referindo-se à Bahia de Todos os Santos e ao Rio de Janeiro, em sua obra publicada em 1570. Ele diz que “quanto às casas

se elas existiram em Natal naquele período, pelo menos até onde as fontes disponíveis informam-nos. É certo, porém, que sobrados existiram em áreas rurais da capitania do Rio Grande, como vimos. Seja como for, as narrativas em apreço, mesmo referindo-se a outra localidade, preenchem pelo menos em parte algumas lacunas deixadas pela documentação sobre a capitania do Rio Grande.

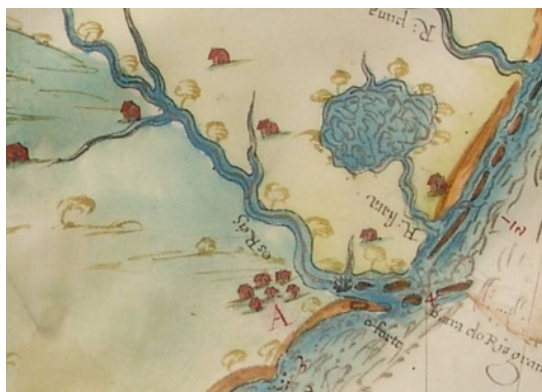
Na ausência de maiores informações sobre as casas de Natal e das áreas rurais em processo de ocupação, recorremos à cartografia histórica. Se, por um lado, estamos conscientes dos riscos desse esforço, também estamos convictos de que alguma informação válida pode ser extraída desses mapas. A Figura 18, um recorte ampliado do mapa reproduzido na Figura 14, que, como dissemos, é atribuído ao cosmógrafo João Teixeira Albernaz I (o Velho), representa o “Rio Grande Capitania de Sua Majestade”. Além das aldeias indígenas, do Forte dos Reis Magos e do litoral, no recorte da Figura 14 apresenta-se a cidade do Natal, no ponto “A”, chamada de “os Reis”, e edificações isoladas no território, provavelmente casas e sedes de fazendas.

Essa forma de ocupação, por si só, já condiz com o que conhecemos sobre esse momento inicial do processo de ocupação. Quanto às edificações, parecem ser mera convenção, e não há muito o que dizer sobre elas, além de que são muito semelhantes entre si, o que, aliás, devia corresponder à realidade da época. Temos a impressão – e é só

em que vivem cada vez se vão fazendo mais custosas e de melhores edifícios: porque em princípio não havia outras na terra senão de taipa e térreas, cobertas somente com palma. E agora há já muitas sobradadas e de pedra e cal, telhadas e forradas como as deste reino, das quais há ruas mui compridas, e formosas nas mais das povoações de que fiz menção” (Gandavo, 2008, p. 105).

FIGURA 18

Recorte de “Rio Grande Capitania de Sua Majestade”. Fonte: Albernaz ([c. 1616]), Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 126. Também reproduzido em Moreno (1949).



uma impressão – de que as casas na cidade são menores, talvez térreas, e as da área que poderíamos chamar de rurais são maiores ou mais altas. Seriam porventura sobrados? Chama a atenção também o caimento do telhado, em duas águas, mas com cumeeira perpendicular à fachada, as águas caindo para as laterais das casas, e não para a frente e para os fundos, o padrão mais usual no Brasil colonial. O fato de serem casas dispersas, isoladas, talvez explique esse formato do telhado, se é que alguma intenção houve de alguma representação realista dessas casas.

A Figura 19 e sua ampliação reproduzem uma estampa de autor não identificado, *Veroveringe van Rio Grande in Brasil*, ou a “conquista do Rio Grande no Brasil” pelos holandeses, em 1633. O Forte dos Reis Magos está visivelmente superdimensionado, talvez para valorizar o empreendimento da conquista. Há um acampamento holandês e uma edificação por trás das dunas próximas ao forte. Navios holandeses estão fundeados na foz do Rio Potengi e no mar, tropas avançam em direção ao forte, por meio de dois caminhos, um dos quais, passando perto da cidade. Entre

o forte e a cidade, localiza-se um córrego ou afluente do Potengi, com sua nascente numa lagoa. Sobre o córrego, há uma ponte, que faz parte de um dos caminhos utilizados pelas tropas holandesas, dirigindo-se ao forte. O recorte mostra a cidade do Natal, com alguma cerca ou paliçada¹⁰⁸ em parte de seu entorno, aparentemente, e com alguns soldados margeando a cerca, talvez representando portugueses tentando defendê-la¹⁰⁹.

O que nos interessa – as casas – é representado no território de modo disperso e com diferentes dimensões. As maiores podem estar representando outras edificações e não necessariamente casas. Repete-se a forma do telhado, como na Figura 18. Elas parecem ter uma ou duas portas no térreo e acima, em função do caimento do telhado, uma espécie de sótão, pois parece haver uma janela ou esquadria no pavimento superior, voltada para a fachada frontal. No mais, não é possível avançar mais qualquer detalhe. Reiteramos que o que temos apontado, baseados nas duas Figuras, 18 e 19, sobre as casas de Natal, deve ser entendido como suspeitas, especulações, tendo em vista, sobretudo, o fato de que a representação das casas, nas duas figuras, pode ser apenas uma convenção. Os mapas parecem ser mais realistas

108 Apesar do que parece mostrar a figura, não há comprovação documental definitiva sobre a existência de uma cerca ou paliçada para Natal, mas sabemos que alguma forma de proteção militar rudimentar, formada por cercas e paliçadas, foi comum nas primeiras aglomerações coloniais no Brasil, como Salvador, Rio de Janeiro e Olinda, tradição que remonta ao medievo europeu. Também há registros desse tipo de proteção em assentamentos como quilombos, aldeias indígenas e instalações militares, como presídios e arraiais.

109 Há outra estampa do período holandês, intitulada *Afbeelding van Tfort op Rio Grande ende Belegeringhe*, publicada no livro do geógrafo holandês Joannes de Laet, em 1644, que também ilustra o cerco do forte, mas difere, levemente, da estampa da Figura 19 (Laet, 1916, p. 340-341).



FIGURA 19
"Veroveringe van
Rio Grande in Brasil"
(reprodução completa
e recorte ampliado).
Fonte: Rijksmuseum,
Veroveringe... (1633).



no que tange à representação do espaço urbano e das áreas próximas, como analisamos em outro trabalho¹¹⁰.

Em meio às lacunas sobre a casa dos primeiros colonos, resta, porém, uma certeza: mesmo que, certamente, haja recebido influência do meio, inclusive da casa tradicional indígena, ela devia ter características que a tornavam suficientemente distinta desta última. Hans Staden (1930), que fez duas viagens ao Brasil, na primeira, aportando no litoral do que hoje é o estado de Pernambuco, em fins de janeiro de 1549, e na segunda, chegando à costa do atual estado de Santa Catarina, em abril do ano seguinte, conta que, após um naufrágio, quando se dirigia a São Vicente, vindo de Santa Catarina, ele e os demais agradeceram a Deus, diz ele, “[...] por ter-nos deixado chegar vivos à terra” (*op. cit.*, p. 52). Sem saber onde estavam exatamente, um de seus

110 Teixeira (2020).

companheiros de viagem, um francês chamado Claudio,

[...] começou a correr pela praia para se aquecer, quando de repente *reparou numas casas que ficavam por detrás dos matos e que se pareciam com casas de cristãos*. Dirigiu-se então para lá e deu com um lugar onde moravam portugueses e se chamava Itenge-Ehm, cerca de duas milhas distante de São Vicente. Contou-lhes então o nosso naufrágio e o muito frio que sofríamos sem termos para onde ir. Quando isso ouviram vieram correndo ao nosso encontro e nos levaram para suas casas, dando-nos roupas. Aí permanecemos alguns dias, até ganharmos forças (Staden, 1930, p. 52-53; grifos nossos).

Itenge-Ehm corresponde, hoje, a Itanhaém, município da Baixada Santista, litoral do estado de São Paulo. Hans Staden, que conheceu e sobreviveu a experiências marcantes, quase perdendo a vida entre os indígenas, conhecia bem a casa dos nativos, como mostram algumas xilografuras do seu livro, a exemplo da reproduzida na Figura 15. Portanto, as casas “que se pareciam com casas de cristãos”, ou seja, de “estilo cristão”, como aparece em algumas traduções desse celebrado livro, não o eram apenas pelo simples fato de abrigarem colonos portugueses, isto é, não indígenas. Elas eram suficientemente diferentes também do ponto de vista formal, a ponto de haverem sido reconhecidas à distância, como sendo dos colonos, mesmo antes de qualquer contato dos naufragos com os seus moradores, como evidencia-se, claramente, no texto transcrito acima. Por inferência, parece-nos bastante aceitável supor que essa observação devia se aplicar às casas dos demais núcleos nascentes de não indígenas em toda a colônia, como as de Natal, que deviam ser também de “estilo

cristão”, distintas, portanto, das encontradas nas aldeias indígenas da capitania do Rio Grande. A Figura 14, que reproduz um mapa dessa capitania, por volta de 1616, que já analisamos, confirma essa distinção, ao representar as casas dos indígenas e dos colonos de maneira diferenciada. Estas últimas, tal como aparecem na ampliação do mesmo mapa, na Figura 18, são, aliás, relativamente semelhantes às casas dos colonos representadas na Figura 19. Como veremos no decorrer deste trabalho, elas vão ser impostas aos indígenas nos séculos subsequentes.

Também em “estilo cristão”, deveriam ser as casas construídas pelos povos de outras nações europeias que aportaram nessas terras. Para limitarmos-nos apenas aos séculos XVI e XVII, a capitania do Rio Grande, e para além dela, foi palco de visitas mais ou menos esporádicas ou permanentes, segundo o caso, de representantes dessas outras nações, frequentemente por razões comerciais e disputas geopolíticas em âmbito internacional, que são complexas demais e que não cabem nos objetivos deste trabalho. O importante é destacar que, além dos franceses, cuja presença é notável em boa parte do litoral brasileiro, súditos espanhóis andaram por terras brasileiras antes e, especialmente, durante a união das coroas ibéricas (1580-1640), quando participaram de várias disputas ao lado de portugueses, pela manutenção do território¹¹¹, assim como holandeses, dos quais se tem notícias, mesmo antes do período em que ocuparam o litoral nordestino (1630-1654), região que continuaram a visitar também após sua expulsão.

111 Como no caso da perseguição a um navio holandês em setembro de 1631, mencionado acima.

Quanto aos ingleses, que, diferentemente dos holandeses, não tinham um projeto colonizador ou pelo menos de fixação territorial permanente¹¹², eles limitavam-se a visitas esporádicas e a saques às localidades situadas no litoral. Sheila Moura Hue (2006, p. 9-11) repertoriou dezenove viagens e trinta e três autores, em sua pesquisa sobre a presença inglesa no Brasil no século XVI, dentre os quais, Anthony Knivet (1906), que esteve em Natal por volta de 1601 e de quem transcrevemos, anteriormente, parte do relato sobre os costumes dos nativos do litoral potiguar e nordestino, em particular de sua casa. A narrativa que Hue (*op. cit.*) faz do saque empreendido pela frota de James Lancaster ao Recife, em 1595, ilustra bem o envolvimento não apenas de ingleses, mas de espanhóis, franceses e portugueses, ou luso-brasileiros, nas disputas pelo ou envolvendo o litoral nordestino. Só não estiveram presentes, nesse caso específico, os holandeses. Ela conclui o seu relato, afirmando que, “[...] após esse episódio, os ingleses partem do Recife, fazem aguada no Rio Grande do Norte, e voltam para a Inglaterra, em julho de 1595, com um enorme botim” (Hue, 2006, p. 126)¹¹³.

O nosso argumento central é o de que, nesse contexto amplo de disputas, fica difícil esperar dos protagonistas dessas

112 De um modo geral, essa observação é válida igualmente para os franceses, embora tenham tentado fundar colônias no Rio de Janeiro (1555-1570) e no Maranhão (1612-1615).

113 Em seus escritos, o padre Fernão Cardim relatou que por volta de 1587, “o mar andava infestado de franceses e ingleses” na costa da Bahia. Ele mesmo, partindo de Lisboa para o Brasil em 1601, com quinze outros jesuítas, teve sua embarcação atacada por corsários ingleses, chefiados por Francis Cook. Foi levado à Inglaterra, até ser resgatado (Cardim, 1925, p. 16, 365).

nações europeias não lusas¹¹⁴, a formação de assentamentos permanentes e de “um estilo cristão” de morar – para usarmos os termos citados nos escritos de Hans Staden –, isto é, a formação de alguma tradição de casa que lhes fosse típica. No caso dos franceses e, principalmente, dos holandeses, algo nessa direção pode haver acontecido, uma vez que tentaram se fixar de modo permanente no território. Contudo, se as fontes já são rarefeitas e fragmentadas demais para a casa do colono português, o que não dizer para eventuais casas construídas no Rio Grande e mesmo em outras capitanias pelos representantes de outras nações, em tempos tão recuados? As poucas fontes de que temos conhecimento fornecem apenas centelhas, pistas muito superficiais, seja na capitania do Rio Grande, ou não.

Um exemplo disso encontra-se na expedição que Martin Soares Moreno (1949) fez ao Maranhão em 1613, para averiguar a presença de franceses na região, pois ali haviam-se instalado e fundado a fortificação de São Luís e pelo menos duas povoações, num projeto de colonização que ficou conhecido como a França Equinocial. Dentre os vários relatos sobre as muitas ações dessa autoridade militar – que foi tenente no Forte dos Reis Magos e em seguida capitão-mor do Ceará, do qual é considerado o fundador – consta o de que, ao chegar a uma ilha, “o capitão e toda sua gente saltaram em terra e ali foram a umas casas de palha e madeira e a um grande armazém” (Mariz; Provençal, 2007, p. 68), onde se guardavam materiais como

114 Essa observação não se aplica, evidentemente, aos portugueses, que conquistaram e permaneceram no território brasileiro durante todo o período colonial.

cabos, amarras, betume e pau amarelo¹¹⁵, estocados, certamente, para exportação. Ele mandou tocar fogo em todas essas instalações, que estavam desabitadas, segundo depoimento de um de seus soldados, chamado Antônio Moreira. Outro depoente, um indígena que também fez parte da expedição, cujo nome cristão, Sebastião, fora-lhe dado pelos franceses, quando era deles prisioneiro, acrescenta que esse local era “o porto de onde vêm as naus do inimigo carregar e onde juntam pau amarelo e tabaco e muita pimenta e algodão [...] que resgatam com os naturais” (*id. ibid.*). Ou seja, tratava-se de uma feitoria francesa para exportação dos produtos da terra, mediante escambo com indígenas aliados. As casas de palha e madeira encontradas no local, muito provavelmente, não deviam diferir das encontradas nas duas povoações, uma das quais, segundo o mesmo indígena, era grande¹¹⁶, “[...] com muitas casas na ponta do Rio Maranhão e na foz do dito rio [...] com muita artilharia e ali [os franceses] fabricam navios” (*id. ibid.*)¹¹⁷. Sabe-se também que, no Forte São Luís, foram

115 Como vimos, Diogo de Campos Moreno (1949) também constatou, em 1612, a existência desse “pau amarelo para tintas” na capitania do Rio Grande.

116 Ficava na mesma ilha da feitoria destruída e reunia mais de trezentos franceses, com uma grande força de artilharia, segundo outro depoente, Alfonso Gonzales, que confirma que ali fabricavam-se navios. Manuel Martin Santiago, por sua vez, prisioneiro que, após dois anos, conseguiu evadir-se da povoação, informou que, além dos trezentos franceses, a localidade tinha uma armada de sete naus e estava em paz com vinte mil flecheiros.

117 Martim Soares, alertado de uma emboscada que lhe havia sido preparada pelos franceses, teve que deixar a região, indo arribar na ilha de São Domingos, nas Antilhas, então possessão espanhola, em razão de uma tempestade e dos ventos contrários. As autoridades locais abriram um inquérito sobre o episódio, do qual fazem parte vários depoimentos, redigidos em espanhol, dentre os quais, os dos quatro depoentes aqui citados. O depoimento do indígena Sebastião, também lavrado em

“[...] construídas choupanas de dois andares para moradia dos franceses” (*id. ibid.*). Esses depoimentos revelam que eles e, certamente, os súditos de outras nações, valiam-se também, como os portugueses, das mesmas condições locais para a construção de suas casas, nas suas tentativas tumultuadas de fixarem-se em solo brasileiro. Os que andaram pela capitania do Rio Grande devem haver agido da mesma forma, mas não é possível avançar qualquer outra informação. Temos apenas um raro registro do século XVI, feito por Jerônimo de Barros, um dos filhos do donatário João de Barros, a quem fora doada a capitania do Rio Grande. Reclamando da presença francesa na capitania, ele diz que estes “todos os anos vêm a ela carregar de Brasil por ser o melhor pau de toda a costa. E fazem já *casas de pedra* em que estão em terra fazendo comércio com o gentio” (Casculo, 1955, p. 20, grifos nossos)¹¹⁸. Eram, certamente, feitorias litorâneas para armazenarem a madeira e outros produtos da terra, a serem embarcados em suas naus.

Quanto aos holandeses, é possível identificar elementos mais nítidos do início de alguma tradição no ato de

espanhol, teve de contar com intérpretes de sua língua nativa. Eles encontram-se nas páginas 14-18 e 23-35, de uma compilação de vários documentos, em espanhol e em português, envolvendo a figura de Martim Soares, organizada e publicada por Studart (1905). Martim Soares Moreno era sobrinho de Diogo de Campos Moreno, que participou, juntamente com outros personagens importantes, tais como Jerônimo de Albuquerque, que fora capitão-mor da capitania do Rio Grande, Alexandre de Moura, capitão-mor de Pernambuco e o engenheiro Francisco Frias de Mesquita, que também interveio no Forte dos Reis Magos, na retomada do Maranhão aos franceses, em 1615. Diogo de Campos Moreno (1949) escreveu algumas obras importantes, dentre as quais, o “Livro que dá Razão do Estado do Brasil”, uma das fontes primárias utilizadas neste trabalho.

118 Infelizmente, o documento não está datado, ou pelo menos Câmara Casculo não fornece essa informação.

construir casas, tendo em vista que se fixaram, permanentemente, por vinte e quatro anos no litoral nordestino, sobretudo no Recife. Aqui fizeram benfeitorias e construíram casas, e há vários registros disso, como no requerimento de Marta de Oliveira, de 1678. Na consulta do Conselho Ultramarino sobre o assunto, diz-se que “Vossa Alteza [*o príncipe regente D. Pedro*] foi servido fazer mercê aos moradores da capitania de Pernambuco de lhes perdoar as benfeitorias feitas pelos holandeses nas casas do Recife” (Consulta [do Conselho...], 1678). Ou seja, casas haviam sido reformadas ou mesmo construídas por eles, e disso tinha-se conhecimento, vinte e quatro anos após a sua expulsão, ocorrida em 1654. Marta de Oliveira requeria a restituição de casas que o ex-governador D. Pedro de Almeida havia tomado dela e de seus filhos após a morte do seu marido, Manuel de Azevedo Correa, em 1674, militar que havia lutado contra os holandeses. Entre os bens pertencentes a esse militar, havia-lhe sido concedida “uma morada de casas na povoação do Recife [que era] obra flamenga de pouca consideração e arruinadas” (*op. cit.*), de acordo com a carta datada de 4 de dezembro de 1675. Os holandeses, inclusive, parecem estar na origem do surgimento dos sobrados na cidade:

Dos 290 prédios recenseados em Recife pelo almoxarife do rei, quando da capitulação dos holandeses, cerca de 200 são de dois andares [...] e cerca de 50 de três andares [...] condições topográficas e econômicas – especialmente o elevado preço dos terrenos – do mesmo modo e quase pelas mesmas razões que na Holanda – condicionaram, no Recife, e com menos vigor em Maurícia propriamente dita, um tipo curioso de sobrado que persistiu até o século XIX: o sobrado alto e magro (Mello, 2001, p. 80).

É conhecida a atuação dos holandeses também no espaço urbano da mesma localidade. É o caso do projeto urbano batizado de cidade Maurícia, ou *Mauritsstad*. Na capitania do Rio Grande, há indícios, suspeitas e relatos mais ou menos fundamentados, de que eles fizeram algumas intervenções, inclusive de engenharia militar¹¹⁹, mas não temos conhecimento de qualquer vestígio que aponte a sua ação voltada para a arquitetura residencial.

Como conclusão do presente capítulo, precisamos destacar alguns aspectos que reputamos relevantes na presente discussão. Em primeiro lugar, a análise até aqui empreendida valorizou a casa indígena e a casa do colono português, que começou a fixar-se na capitania do Rio Grande a partir de 1598, com o início da construção do Forte dos Reis Magos, para sermos precisos. Não abordamos a casa dos primeiros povos da etnia negra que por aqui aportaram com os primeiros colonos, e apenas aludimos, superficialmente, a alguns indícios de casas construídas por súditos de outras nações europeias, em especial, franceses e holandeses. A razão é óbvia: num trabalho que se vale, sobretudo, de fontes primárias, para esse período tão recuado de nossa história, em especial, não há, do nosso conhecimento, qualquer dado consistente sobre esses casos,

119 Câmara Cascudo fez um balanço das suspeitas, alimentadas por tradições orais locais – algumas das quais, efetivamente, confirmadas por documentos holandeses ou mencionadas por autores antigos – sobre algumas intervenções de engenheiros holandeses, em locais como o Forte dos Reis Magos, a lagoa de Extremoz, assim como na construção de fortins na lagoa de Guarairas e em outros locais ao longo do litoral sul de Natal. Há notícias até de que eles construíram um baluarte com canhões, isto é, uma bateria, que se localizava nas proximidades da atual Praça Augusto Severo (Cascudo, 1955, p. 75-81). Um trabalho arqueológico precisaria ser feito, no sentido de encontrarem-se eventuais vestígios dessas construções, se ainda isso for possível.

notadamente para a capitania do Rio Grande. Como vimos, a casa indígena e, mais ainda, a do colono são muito difíceis de serem reconstituídas, em função da fragmentação das fontes, e foi necessário um verdadeiro trabalho de “garimpo” para o que pudemos desvendar. Acreditamos que, mesmo de maneira incompleta, o que podemos apreender dessas casas a partir das fontes valeu o esforço. Se as informações que coletamos apenas confirmam o que, provavelmente, a maioria de nós ao menos desconfiava, a presente análise tem o mérito de trazer dados concretos, confiáveis, certos, sobre o assunto.

Em segundo lugar, é preciso estabelecer uma relação com o tema central da Parte 2, “a casa e a formação de uma tradição”. Do exposto, podemos detectar duas situações. A casa do colono português de fato era uma casa que apontava para a formação de uma tradição, em razão de diversos elementos que exigiram um esforço de adaptação, no Novo Mundo, da tradição oriunda da própria casa de origem desses aventureiros, em Portugal: o clima local, os materiais e as técnicas construtivas disponíveis, certamente inspiradas ou copiadas dos silvícolas, a questão da mão de obra, escravizada ou indígena, as atividades produtivas (agricultura, pesca, pecuária e outras), assim como a própria composição familiar nessas terras. Acreditamos que poucos discordariam desse fato. Era uma casa em formação de uma tradição também devido às dificuldades com a oposição indígena e de outras nações ao processo de conquista, que foi tão intensa, nos primeiros duzentos anos da história da capitania do Rio Grande. Apenas a partir do século XVIII e, mais particularmente, após 1720, com o fim da Guerra dos Bárbaros, é que são postas as condições para que essa casa

comece enfim um processo de sedimentação, de consolidação de suas características esboçadas no século anterior.

Algo bem distinto ocorre com a casa indígena, um tipo de habitação primitiva, segundo os pressupostos teóricos discutidos no Capítulo 1. Enquanto a casa do colono inicia, por assim dizer, o seu processo de formação, o da casa indígena, pelo contrário, está iniciando, lentamente, um longo processo que levará ao seu desaparecimento. É o início do fim. A sua fase de formação e mesmo de consolidação, que não analisamos, perde-se no tempo, pois são bem anteriores ao século XVII, início do recorte cronológico desta Parte 2. Em outras palavras, quando os portugueses aqui aportaram, a casa indígena aqui descrita já existia há séculos. Por outro lado, o contato, a opressão, o genocídio cultural causado pelo contato com o colonizador e o aniquilamento progressivo dos povos indígenas, que começa desde o século XVI, vão ter consequências diretas em todos os sentidos para esses povos, e no que nos interessa em particular, na sua forma de morar. Será um processo lento, mas inevitável. Como veremos, o impacto sobre a casa indígena será ainda maior nos séculos subsequentes, XVIII e XIX, o que levará ao seu desaparecimento por completo, pelo menos no Rio Grande do Norte. A casa indígena é, portanto, o maior exemplo das limitações dos recortes temático-cronológicos propostos neste estudo. Eles continuam válidos por serem bastante úteis em termos gerais, mas não é possível encaixar todos os casos analisados nessa periodização.

Finalmente, podemos apontar as características essenciais da casa, para o período aqui analisado, tanto quanto possível, de maneira genérica, segundo os pressupostos definidos na nossa Introdução. Assim, a casa do

século XVII, na capitania do Rio Grande, em processo de formação (ou de desconstrução, segundo o caso), caracterizava-se: 1) Pela precariedade nos materiais e nas técnicas construtivas empregadas: eram principalmente a taipa, a palha, a estrutura de paredes e coberturas de madeira; 2) Era de fácil construção, ainda que exigisse manutenção constante; 3) Sofre influência da cultura indígena e, eventualmente, de outras culturas; 4) Estava em formação (a casa do colono) ou num processo inicial de desconstrução ou desaparecimento, ainda lento, no século XVII (a casa indígena); 5) Ao que tudo indica, eram casas térreas, principalmente, mas a casa de sobrado não era desconhecida; eram isoladas no lote e talvez com caimento do telhado paralelo à rua; 6) Denotavam padrões qualitativos diferenciados, tanto dentro da cidade quanto entre a cidade e o campo; 7) No caso da casa do colono, pouco ou quase nada sabemos sobre sua forma, seus ambientes internos, suas fachadas e outros elementos volumétricos; o mesmo não podemos dizer sobre a casa indígena, relativamente bem descrita pelos cronistas dos séculos XVI e XVII; 8) Em função das atividades dos colonos, as casas eram dotadas de quintais, roçados, cercas e outros itens externos.

PARTE III

**A casa
e a consolidação
de uma tradição
(1700-1850)**

5 A CASA URBANA

O século XVIII é marcado pelo processo de apropriação do território da capitania do Rio Grande (do Norte). As ameaças que pairavam sobre a soberania da região desaparecem ou tornam-se menos intensas. A cidade pode, finalmente, florescer, dessa vez, com a função de apoio direto ao processo de apropriação do território, que ocorre: 1) Pelo apoio que a cidade fornece à pecuária, principal atividade econômica e de colonização da região; 2) Por um início tímido do desenvolvimento de funções administrativas, com o surgimento das primeiras vilas, na segunda metade do referido século. Nessa centúria, é possível distinguir dois grupos de cidades, as de nascimento “espontâneo”, profundamente relacionadas à atividade pecuária, e as cidades mais antigas, da etapa anterior, como é o caso de Natal, primeiro núcleo urbano da capitania, mas também Assu, que surge a partir de um presídio ou um arraial (núcleo militar), em fins do século XVII, além dos aldeamentos, ou missões, de catequese indígenas. Apesar disso, a sociedade do período permanece essencialmente rural.

Em Natal e em outras localidades nascentes

Como vimos, Natal, a capital da capitania, surgiu como um núcleo urbano precário e assim permaneceu durante

todo o século XVII. Ao longo dos cento e cinquenta anos seguintes, período enfocado neste capítulo, a situação da cidade pouco mudou, segundo alguns testemunhos. Por exemplo, o capitão-mor José Pereira da Fonseca dizia, em 1722, que Natal tinha “[...] trinta casas cujos arrabaldes são matos, de tal sorte que a todas as horas se dão tiros e se matam pessoas, sem haver com que se atalharem semelhantes delitos” (Teixeira, 2009, p. 179).

Chamamos a atenção, no Capítulo 4, para a diminuição do número de casas de Natal, entre 1631 e 1722, quando, segundo dados disponíveis, a cidade passou de sessenta para trinta casas, e expusemos as prováveis razões para essa diminuição, relacionadas à ocupação holandesa e à Guerra dos Bárbaros. Da mesma forma, o fim desses dois eventos pode talvez explicar o crescimento rápido da cidade após 1722, segundo relatos da primeira metade do século XVIII. Em 1729, João de Maia Gama, vindo do Maranhão, observou que a cidade era situada num alto “[...] muito areento, contudo, com terreno muito capaz e lavado dos ventos” (Medeiros Filho, 1991, p. 92). Estimou entre 50 e 60 o número de casas, mas, muitas outras se localizavam nas proximidades, “[...] porque a mais da gente vive nas fazendas” (*id. ibid.*).

Outro relato do mesmo ano de 1729 fornece dados próximos aos de Maia Gama para o número de casas em Natal, lembrando que, em ambos os casos, são estimativas e que, neste último relato, ela é menos direta. Em 10 de maio daquele ano, o capitão-mor Domingos de Morais Navarro descreveu como ele promoveu, em Natal e a suas custas, os festejos com o casamento do príncipe D. José com a Princesa das Astúrias, D. Maria Ana Vitória de Bourbon. Entre outras comemorações, diz ele, iluminaram-se, durante

três dias, “todas as casas desta cidade [...] com admirável ordem se acendeu mais de oitenta luzes cada noite no frontispício” (Carta [do capitão-mor...], 1729). O frontispício é um termo arquitetônico que remete à fachada das edificações¹²⁰. Não é difícil supor que a imensa maioria dessas luzes estava diante de casas, numa cidade de pouquíssimos edifícios públicos. Portanto, considerando os dois relatos, os de João de Maia Gama e de Domingos de Moraes Navarro, ambos de 1729, Natal devia ter então entre cinquenta e oitenta casas. Se o primeiro referiu-se, especificamente, ao número de casas *dentro de* Natal, distinguindo-as das do entorno, o segundo pode, eventualmente ter considerado algumas dessas últimas.

Em 1756, o Senado da Câmara informa que Natal tinha cento e dezoito casas (Teixeira, 2009, p. 181), quase quatro vezes mais a quantidade de trinta casas, de apenas trinta e quatro anos antes, 1722. Contudo, a cidade continuava pequena e precária, como constatou o bispo de Pernambuco, Dom Frei Luís de Santa Teresa, que, no seu relatório de 1746, lembrou um ditado popular a respeito dessa cidade, dois anos após tê-la visitado. Natal era tão pequena que, apesar do título, nada tinha que representasse a forma de uma cidade, a não ser “igreja paroquial e poucas casas”, e conclui: “Da cidade do Natal, ou não tal (como em vista do seu tamanho, por graça se diz)” (Teixeira, 2009, p. 181).

Seja como for, sabemos muito pouco sobre essas habitações, infelizmente, e o pouco que podemos depreender encontra-se em documentos em geral escritos para outras

120 Bluteau (1789a, p. 639), em seu dicionário do século XVIII, já o designa como sinônimo de fachada.

finalidades. Ao tratar de edifícios de maior porte na capital potiguar, por exemplo, determinados documentos terminam por fornecer alguma indicação sobre o aspecto geral da cidade e em especial de seu casario. Ao repetir, em carta destinada ao rei, em 1733, a solicitação que havia feito ao governador de Pernambuco, para que fossem construídos quartéis na cidade do Natal, onde deveriam ficar instaladas tropas que, de três em três meses, trocariam de postos com as que se aquartelavam no Forte dos Reis Magos, o capitão-mor do Rio Grande, João de Barros Braga, sugere que esses quartéis sejam feitos “[...] de madeira e barro, como são as demais casas dela” (Carta [do capitão-mor...], 1733)¹²¹. Informação importante, porque indica que as casas da cidade eram de taipa.

Aliás, a continuidade da questão da construção de quartéis para os soldados dentro da cidade do Natal, como solicitado por João de Barros Braga em 1733, suscitou uma polêmica nos anos subsequentes, cuja importância reside no fato de que os seus protagonistas fazem referências ao casario da cidade. A carta do provedor da fazenda real do Rio Grande do Norte, Domingos da Silveira, datada de 3 de outubro de 1734 e endereçada ao Rei D. João V, lança luz inicial sobre a referida polêmica¹²².

Segundo o provedor, era grande a necessidade, desde os tempos do Doutor Ramires de Carvalho e do capitão-mor

121 E acrescenta: “para o que se possa aplicar 400 mil réis das sobras dos reais dízimos desta capitania que vão sempre em aumento”. Diz ainda que, com a infantaria na cidade, “se respeita a quem governa”, assim como a justiça.

122 Tratamos dessa polêmica anteriormente em (Teixeira, 2009, p. 182-184).

Agostinho Cesar de Andrade¹²³, de se construir na cidade um armazém de “taipa de barro e madeira [para] recolhimento de armas, pólvora e mais petrechos de guerra” (Carta [do provedor...], 1734), uma vez que o forte não era local adequado para a guarda desse material, pois sua entrada era dificultada pela maré alta, era distante “mais de meia légua” da cidade, além do que a umidade e a salinidade logo inutilizavam as peças de ferro por causa da ferrugem. Um armazém anterior, construído em 1707, desmoronou devido a um intenso inverno em 1733, e por isso Domingos da Silveira autorizou o capitão-mor João de Barros Braga a construir outro para substituí-lo, “[...] dos mesmos materiais de madeira e barro, pouco mais ou menos da forma do que havia caído” (*id. ibid.*). A obra incluía “três repartimentos”, um dos quais “[...] para recolhimento dos soldados que nesta cidade não tem quartéis [e o outro] para guarda das ditas armas e mais petrechos de guerra¹²⁴ [havendo sido arrematada por] cento e sessenta mil réis, por não haver quem por menos o fizesse” (*id. ibid.*). O provedor justifica a autorização para a construção sem a autorização régia pela necessidade urgente e explicita a origem dos recursos para esse investimento.

Em carta datada de 25 de maio de 1735, o Rei D. João V, escrevendo ao novo provedor da fazenda real do Rio Grande, Timóteo de Brito Quinteiro, sucessor de Domingos da Silveira, concordou com as despesas, mas determinou que o

123 Este governou a capitania em duas ocasiões, entre 1668 e 1692, e de 1694 a 1695 (Casculo, 1955, p. 443).

124 O terceiro era o que haveria de “servir de casa de contas e funções de rematações e para guardar o caderno da Fazenda Real e cofre”. O novo armazém deveria ter “sessenta palmos de comprido e trinta de largo”, ou 13,2 m x 6,6 m.

depósito de pólvora fosse construído em separado, que não deveria acolher soldados e que ficasse “em distância conveniente das mais casas”, por uma questão de “segurança e resguardo” (Carta [do provedor...], 1737). A obra deveria custar o mínimo possível. Ou seja, foi aprovada a construção do armazém, mas a pólvora deveria ser guardada em outro local, isto é, seria uma espécie de paiol afastado das casas da cidade e da caserna, por razões de segurança da população e dos soldados. O rei acrescenta: “sou servido ordenar que não mande fazer obra alguma de novo sem primeiro dar conta” (*id. ibid.*). Era uma reprimenda ao antigo provedor Domingos da Silveira, antecessor de Timóteo de Brito Quinteiro.

A polêmica surgiu, porém, quando o capitão-mor João de Teive Barreto e Menezes, que substituiu o capitão-mor João de Barros Braga, resolveu construir tanto o armazém pensado pelo seu antecessor, mas ao que parece não executado, como o depósito de pólvora à distância, talvez fora da cidade, segundo as ordens régias. Timóteo de Brito Quinteiro, em carta datada de 19 de março de 1737, critica a decisão de construção das referidas edificações e defende a guarda da pólvora no Forte dos Reis Magos. Ele diz que o capitão-mor João de Teive Barreto e Menezes insistiu em

mandar fazer outra da mesma taipa de barro e madeira com três estâncias, uma para se exercitarem as funções das rematações e servir de alfândega quando há necessidade disso, e outra para guarda de armas e petrechos, em que costumavam juntamente ter um barril de pólvora, e menos sucedia alguma ocasião ser mais para alguma necessidade que houvesse e outra para alguns soldados que não tivessem donde assistir nesta cidade estando fora da guarnição da Fortaleza de que deram conta a Vossa Majestade que foi

servido aprovar esta obra menos o conservasse nela a pólvora porque mandou que separado das casas da dita cidade se fizesse um armazém donde se recolhesse a dita pólvora como consta da cópia da Real ordem (Carta [do provedor...], 1737).

Timóteo de Brito Quinteiro acrescenta que essas obras não se justificavam, por ser Natal de “poucos moradores em casas de barro e taipa em um campo aberto” (Carta [do provedor...], 1737), e que, em caso de ataque, eles abandonariam a cidade, deixando a pólvora nas mãos dos inimigos. Por sua vez, o governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, escrevendo ao rei em 21 de fevereiro de 1737, endossa essa alegação, ao dizer que o título de “cidade” para Natal é um engano feito ao rei, pois era um local insignificante, com cerca de “trinta ou quarenta vizinhos”, a maioria dos quais morando “[...] em umas casas ou choças feitas de barro e madeira, os mais deles soldados que havendo ocasião se recolhem a Fortaleza que lhe fica perto” (*id. ibid.*). O governador vaticina que, em caso de ataque do inimigo, a pólvora seria tomada sem resistência e a “aldeia”, isto é, Natal, seria queimada. Porém, se, mesmo assim, o rei resolver mandar executar a obra, “há de vir um dos tenentes generais engenheiros desta praça [...] como é de costume” (*id. ibid.*), isto é, engenheiros militares de Pernambuco, para “delineá-la” (fazer o projeto arquitetônico), orçá-la e arrematá-la. Depois de estabelecer como deve ser o edifício em linhas gerais¹²⁵, ele conclui, dizendo que “no dito Rio Grande não há oficiais para a fazerem, o que eu já sei,

125 “[...] a qual deve ser de abóbada, com [*illegível*] de paredes, que tenha duas portas, frestas para receber o ar e as paredes forradas de tabuado com carvão pelo meio, por causa da umidade, e da mesma sorte o lastro”.

pela que aqui mandei fazer em uma Fortaleza, que sendo pequena, custou mais de três mil cruzados” (*id. ibid.*).

É evidente que o provedor da fazenda real, Timóteo de Brito Quinteiro, bem como o governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, enfatizam a precariedade da cidade como argumento para que não se construísse em suas imediações a casa de pólvora, como mandava o soberano. Seja como for, as várias referências à precariedade das casas – e isso é o que nos interessa – não deixam de ter seu fundo de verdade. Deviam ser casas de taipa em sua grande maioria, outras eram choças ou cabanas de palha. Bento Ferreira Mousinho, escrivão da fazenda real, alfândega, almoxarifado, vedoria da cidade do Natal, referindo-se a essa carta do governador de Pernambuco, reafirma que, para o referido governador, Natal não passava de “uma miserável aldeia de poucas cabanas de palha” (Carta [do capitão-mor...], 1738). Os documentos também são interessantes, na medida em que descrevem o armazém e as técnicas construtivas nele empregadas.

Com efeito, predominava o casario de taipa, e mesmo as de palha e barro, tão comuns em 1630, segundo testemunho de Adriano Verdonck (2004), podiam ainda ser encontradas no século XVIII, em locais como a rua da Cadeia, que delimitava um dos lados da atual praça André de Albuquerque, marco zero e centro nevrálgico da cidade. Era, por exemplo, de palha, a casa em que morava, na referida rua, o capitão e cirurgião Diogo de Melo Albuquerque, segundo requerimento que ele fez ao Senado da Câmara em 1709. Ele pretendia “[...] retificá-la em telha”¹²⁶. Contudo,

126 Segundo documento do Senado da Câmara de Natal, examinado por Lima (2018, p. 78). Essa casa pertencera a um certo João do Prado, antes de o terreno haver sido

como vimos, há registros de casas de pedra em Natal, já no século xvii. Deve ter havido uma ou outra construída com esse material no século seguinte. Referindo-se à obra da casa de câmara de Natal e à casa do capitão-mor, o termo de vereação datado de 16 de março de 1752 menciona uma casa de pedra e cal:

acordaram ir ao local da obra da casa de câmara em presença do capitão-mor da Capitania e mandaram cordear incluindo a casa de pedra e cal que já havia na rua e a casa que serve de residência dos capitães-mores da Capitania, conforme a vistoria anterior com o Desembargador José Januário de Carvalho; convocaram os índios para trabalharem na obra, por causa dos exorbitantes preços cobrados pelos moradores que tinham carros (Catálogo, [s. d.]a, doc. 1575, f. 116v-117, [Natal, 16 mar. 1752])¹²⁷.

O padre Aníbal de Gênova, missionário capuchinho que atuou na missão de São José de Mipibu e que esteve em Natal, pouco depois de 1760, também dá a entender que havia casas de melhor padrão dentro da cidade do Natal. Após informar que a cidade, que não era “muito grande”, contava com até “sete mil almas”, uma paróquia, duas companhias de soldados de 80 homens cada uma, um provedor da fazenda real e um tesoureiro, e que era governada por um capitão-mor enviado pelo rei, acrescenta que “esta cidade tem um porto bastante grande, e seguro, defendido por um castelo na entrada, nela há várias casas de distinção” (Génoa, [s. d.], [s. p.]).

doada a Diogo de Melo Albuquerque. O terreno cedido pelo senado era de quatro por dez braças, ou 8,8 x 22 metros (Medeiros Filho, 1991, p. 179).

127 A mão de obra indígena na construção será tratada no momento oportuno.

Em outro trabalho, baseado no número de casas, avaliamos a população fixa de Natal como sendo inferior a mil habitantes, por volta de 1750 (Teixeira, 2009, p. 185), portanto bem menor do que as sete mil “almas” estimadas pelo missionário. Ele mesmo diz haver batizado 5.123 pessoas, durante os dez dias de sua visita¹²⁸, o que ainda é elevado. Provavelmente, a cidade deve ter acolhido os moradores dos arredores, e mesmo de mais distante, tendo em vista que se tratava de uma ocasião rara, a da visita de um missionário.

Mas o mais importante na presente discussão é o fato de o missionário constatar que havia “casas de distinção” em Natal. Infelizmente, não é possível saber a que ele atribui tal distinção. Ele pode haver-se referido aos materiais – como a pedra e a cal – ou às dimensões de algumas delas, maiores do que as demais, talvez sobrados, embora não haja qualquer fonte documental conhecida, comprovando a existência de casas com mais de um pavimento em Natal, no século XVIII, a não ser, como mencionamos, a casa que abrigava os capitães-mores, por sua vez uma adaptação de uma casa de câmara e cadeia, edificação em dois pavimentos, geralmente. Como vimos no Capítulo 4, casas de sobrado foram construídas no Rio Grande desde o início do século XVII, como algumas situadas nas datas de terras distribuídas aos colonos, segundo o documento da repartição de terras, de 1614. Veremos adiante que as casas dos padres localizadas nas missões indígenas também eram em mais de um pavimento, já no século XVII, o que,

128 “[...] aqui inicie a Santa Missão no dia 28 de janeiro que durou 10 dias sucessivos até o dia 6 de fevereiro assistindo de dia e de noite no confessionário, ajudado ainda pelos confesores naturais da mesma cidade, dei comunhão a 5.123 pessoas” (Génoa, [s. d.], [s. p.]).

facilmente leva-nos a inferir que elas podem haver existido no espaço urbano de Natal e mesmo no de outras localidades do Rio Grande, desde, pelo menos, o século XVIII. Contudo, se existiram, devem haver sido raras e não subsistiram ao tempo, a crer no que constatou Koster (1816), viajante que andou pela capitania em 1810, como veremos adiante. Se, porventura, sobrados existiram em Natal, anteriormente, por algum motivo desconhecido, eles não mais faziam parte da paisagem urbana no início do século XIX, ou faziam-no muito raramente. Eles (re)aparecem à medida que avança esse século e são construídos com materiais mais nobres, como o tijolo.

A distinção de que fala o padre Aníbal de Gênova talvez fosse fundamentada em aspectos estéticos, embora essas casas não devessem diferir muito umas das outras a esse respeito. Casas simples, de uma população em geral pobre, a estética, provavelmente, não era uma prioridade. Contudo, alguma preocupação com esse caráter parece haver-se manifestado no início do século XIX, segundo trecho da ata do Senado da Câmara de Natal datada de 29 de maio de 1805, defendendo o governo de Lopo Joaquim de Almeida Henriques. A ata faz uma série de considerações sobre a atuação desse capitão-mor, que estava sendo contestado por suas ações autoritárias e truculentas contra os moradores. O trecho é importante, porque lista algumas intervenções atribuídas ao citado governante, dentre as quais, destacamos o que parece ser alguma preocupação com a estética das casas e, conseqüentemente, da cidade:

Ele, enfim, despindo-se do interesse próprio, procura com zelo patriótico não só o aumento e felicidades de todos os nacionais, mas também *o ornato das ruas e casas desta cidade*

já mandando-as alimpar e endireitar, já plantando-lhes nas frentes mangabeiras, cajueiros e cajazeiras, árvores de fruto, com o trabalho e [*ilegível*] cercados nas mesmas ruas a fim de as defender dos animais em quantidades pequenas; já carretando materiais [*ilegível*] e dando-os gratuitamente para edificação das suas casas já levantando outros cercados próprios para mandiocas e legumes, obrigando a trabalhar nele os ociosos, para sustentação das suas famílias, umas vezes animando a uns, outras vezes castigando a outros, e sempre favorecendo a todos, *tem não só ornado a mesma cidade mas desterrado do país a indigência, e suscitado a fartura e abundância* (Parecer, 1807; grifos nossos)¹²⁹.

O dicionário de Bluteau (1789b, p. 139), publicado no século XVIII, define a palavra “ornato” como “adorno, enfeite, do corpo; [*assim como*] das obras de arquitetura, como os capitéis, coronas, cintas, etc. o são das colunas”. Não é possível saber, realmente, pela declaração dos edis, quais e quantas casas estavam recebendo algum “ornato”, graças à ação do capitão-mor, nem mesmo até que ponto isso ocorreu, de fato, uma vez que a ata foi escrita num contexto contencioso, de disputa política, e talvez com algum exagero diante da visível intenção de defender essa autoridade. Seja como for, se existiram, esses ornatos inscreviam-se, plenamente, nos modelos da arquitetura colonial. A preocupação com questões estéticas fica, porém, mais evidente a partir de meados do século XIX, como veremos.

Certamente, do ponto de vista estético, o aspecto geral do casario não deveria impressionar. Uma descrição de Natal, de 1822, afirma, entre outras coisas, que a cidade

129 Nessa declaração, fica evidente o caráter ainda rural de Natal, expresso no plantio e na criação de animais dentro da cidade, assim como a precoce preocupação com a arborização com árvores frutíferas.

tem “casas mais cômodas que formosas” (O ano, 1922, p. 35-36), observação que, muito provavelmente, aplicava-se às casas do século anterior, com uma ou outra exceção. Outro testemunho, de Koster (1816), bastante conhecido, confirma o aspecto geral de Natal e de seu casario. Esse viajante concordaria, sem dúvida, com a falta de “formosura” das casas de Natal, que ele visitou em 1810. Em sua opinião, um estrangeiro que desembarcasse no seu porto, como ele mesmo fez, teria uma “opinião desagradável do estado da população nesse país”, porque se localidades como essa tinham o título de cidade, “[...] como seriam as vilas e aldeias?” (*op. cit.*, p. 68). E continua:

As construções foram feitas numa elevação a pequena distância do rio, formando a cidade propriamente dita porque contém a Igreja Matriz. Consiste numa praça cercada de residências, tendo apenas o pavimento térreo, as igrejas que são três, o palácio, a Câmara e a prisão. Três ruas desembocam nesta quadra, mas elas não possuem senão algumas casas de cada lado. A cidade não é calçada em parte alguma e anda-se sobre uma areia solta, o que obrigou alguns habitantes a fazerem calçadas de tijolos ante suas moradas (Koster, 1816, p. 68-69).

Além de alguma alusão de natureza estética, que podemos captar nessa descrição, ela também pode esclarecer outros aspectos sobre o casario da cidade. Fugindo em parte ao modelo da casa urbana do período colonial, é possível supor, primeiramente, que, pelo menos nas três ruas que desembocavam na praça, algumas ou todas as casas não eram geminadas, muito provavelmente, uma vez que estas não acompanhavam todo o comprimento das ruas, e isso faz lembrar as representações gráficas da cidade no seu início, como vimos no Capítulo 4. Alternativamente, e

como uma decorrência, as casas em torno da praça deveriam ser, em grande parte, geminadas, não apenas porque Koster (1816) não faz para a praça a mesma observação que fez sobre os espaços vazios que percebeu nas ruas adjacentes, mas também porque a praça – que corresponde à atual Praça André de Albuquerque – era núcleo inicial da cidade, área de ocupação mais antiga, onde se poderia esperar, por conseguinte, uma maior densidade de ocupação.

Esse viajante também chama a atenção para o fato de que as casas da cidade eram térreas, como também fez a mesma observação para outras localidades. Em Assu, Koster (1816) constatou que “as casas tinham apenas o pavimento térreo” (*op. cit.*, p. 94), conforme informação confirmada pouco mais de uma década depois, por José de Souza Azevedo (Araújo, 1822). Descrevendo a então Vila da Princesa, este autor constata que a localidade “[...] tem boas casas, ainda que térreas, e só a da câmara, sob a qual está a cadeia, e outra mais, que em 1818 se acabou, são de sobrado, além de algumas construídas com mais altura do chão” (*op. cit.*, p. 160)¹³⁰. É curioso notar que a única a casa de sobrado – além da casa de câmara e cadeia que, na verdade, era um edifício governamental e não uma residência – não existisse mais em 1818, mesmo que José de Souza continue a contá-la entre as casas de Assu. Quanto às poucas casas “construídas com mais altura do chão”, elas poderiam ser casas de porão alto ou, talvez, estivessem simplesmente assentadas sobre uma plataforma elevada.

Henry Koster (1816) também constatou que, na vila de Santa Luzia, ou Mossoró, “as casas são pequenas e baixas”

130 Ele acrescenta que “seus habitantes brancos formam a parte mais notável da povoação aí residente. Dista da cidade [do Natal] 48 léguas”.

(*op. cit.*, p. 101), observação que confirma o que parece haver sido algo extremamente recorrente durante todo o período colonial, com mencionamos. Na capitania do Rio Grande (do Norte), o padrão até então sempre foi a casa térrea, ainda que hajam existido sobrados desde o século XVII. Assim, era térrea a casa em que morava Inácia Úrsula de Melo, situada no centro da cidade, isto é, a atual Praça André de Albuquerque, como é possível concluir, a partir de um episódio ocorrido em 1805. Em um depoimento que ela prestou contra várias arbitrariedades do capitão-mor Lopo Joaquim de Almeida Henriques, ela conta um caso em que este gritou contra ela, “[...] no dia 6 de agosto do corrente ano, de uma janela do seu quartel, que deita sobre os telhados da suplicante, com palavras fortes, que foram ouvidas por toda a praça” (Teixeira, 2012, p. 184). O capitão-mor, vizinho de Inácia de Melo, morava no edifício que havia sido construído entre 1719 e 1721, inicialmente, como casa de câmara e cadeia da cidade, mas que fora, posteriormente, reformado e ampliado, para tornar-se residência dos capitães-mores, uma nova casa de câmara e cadeia tendo sido construída entre 1767 e 1770 (Teixeira, 2012). Por isso, tinha um andar superior. Isso explica o fato de ele gritar do andar superior do “quartel” – como Inácia de Melo designa a residência –, palavras indecorosas “sobre os telhados da suplicante”, ou seja, Inácia Úrsula de Melo morava numa casa térrea, como as observadas por Koster (1816), cinco anos depois. O quartel do capitão-mor, em dois pavimentos – denominado de “palácio” pelo viajante – era de certa forma uma residência com o caráter oficial e, portanto, a rigor, uma grande exceção à regra geral. Nesse caso específico, é possível que houvesse um beco separando a casa

dela e o quartel, segundo evidências discutidas em outro trabalho (Teixeira, 2012).

Como Koster (1816), dois outros autores descreveram a cidade como um lugar acanhado ou precário, ainda na primeira metade do século XIX. Em sua obra publicada em 1822, José de Souza (Araújo, 1822, 1822, p. 147) diz que Natal “[...] não passa por agora de vila florescente, estabelecida sobre a foz do rio numa ribanceira alta, em cujo cimo plano está a maior parte de seus edifícios”. Segundo ele, apenas quatro edifícios podem ser considerados nobres: a casa de câmara, maltratada, mas ainda boa, com sua cadeia no térreo; a residência dos governadores, a da Fazenda Pública e outra edificação, “[...] que estava por acabar” (*id. ibid.*). O quartel militar, obra do governador Sebastião Francisco de Melo Povoas, “é vistoso e asseado” (*id. ibid.*). E conclui:

Na parte baixa da mesma cidade, à beira do rio, onde está a Ribeira, cujo lugar chamam de Varadouro, veem-se outros edifícios de ordinário baixos, e semelhantes aos que existem na situação acima (Araújo, 1822, p. 148).

Dos quatro edifícios mencionados como “nobres”, porque de sobrado, pode-se inferir que apenas um era uma casa, que ele não diz, diretamente, mas que correspondia, com certeza, ao sobrado concluído em 1820, como veremos, oportunamente. Os três outros, além do quartel militar, eram todos edifícios oficiais. Quanto aos demais edifícios da cidade, “de ordinário baixos”, tanto na Ribeira como na Cidade Alta, eles, com certeza, incluíam o casario. Milliet de Saint-Adolphe (1845a, 1845b), que talvez tenha usado os dois autores mencionados como fontes, destacou de modo ainda mais contundente a precariedade e a insignificância de Natal em 1845, inclusive sendo mais direto no que diz

respeito ao casario. Também chamada, historicamente, de “cidade dos Reis”, Natal está situada, diz ele, em uma elevação na margem esquerda do Rio Potengi ou Rio Grande. Ela “[...] se dilata por uma e outra do ribeiro chamado Varadouro. As ruas são irregulares, as casas aparatosas, mas térreas” (Saint-Adolphe, 1845b, p. 141). Ele considera como “notáveis” apenas três edifícios: o palácio do governador, a alfândega e a casa da inspeção do algodão. Natal tinha ainda, segundo ele, escolas de primeiras letras, cinco igrejas, e abrigava o poder político e militar por ser capital de província. A cidade “[...] não passa de ser uma grande vila” (*id. ibid.*), impressão de precariedade reforçada pelo discurso de um presidente da província, que ele não identifica¹³¹.

A informação sobre as casas como sendo “aparatosas”, isto é, vistosas, pomposas, parece ser desmentida pelo fato de elas não serem incluídas entre os poucos edifícios notáveis, ainda que ele se refira, neste último caso, a edifícios públicos. Ademais, em 1845, quando sua obra monumental

131 “Assim o declarava no discurso da abertura das sessões da assembleia provincial, o presidente, dizendo aos deputados: ‘Pelo que diz respeito à capital, apesar das vantagens que se poderiam tirar de sua situação, ela não oferece nenhuma das comodidades de qualquer vila da Europa, e nem se quer as que se encontram em muitas das do Brasil. Falece de edifícios para as administrações públicas; as ruas são estreitas, por calçar e entulhadas de areia; não temos nem lampiões para nos alumiar a noite, nem fontes, nem cais, nem hospital, nem cadeia, nem outras muitas coisas de que tem necessidade a população de uma cidade do Império’. Jaz o porto da cidade do Natal numa espécie de baía entre a cidade e o Forte dos Reis Magos, e seria um dos mais importantes do Brasil, se se tivesse o devido cuidado de o alimpar; porém infelizmente se acha entupido com parcéis na embocadura do Potengi ou Rio Grande, o que dificulta grandemente a entrada aos navios de porte, não assim aos barcos, que podem facilmente entrar na baía onde encontram ótimo surgidouro, e vem de Pernambuco com fazendas da Europa e outros objetos úteis de que a província carece, e levam em câmbio algodão, pau-brasil, drogas de medicina e outros produtos do sertão da província” (Saint-Adolphe, 1845b, p. 141-142).

foi publicada, Natal já tinha pelo menos um sobrado, que foi concluído em 1820.

Sabemos que casas com dois, três ou mais pavimentos existiam em localidades como Recife e Salvador da Bahia, no século XVIII e mesmo antes, mas parece não haver sido a regra geral no restante do Nordeste. “Diferentemente daquelas [*casas*] dos pequenos lugares que visitei”, diz Koster (1816, p. 109), ele se espanta, justamente, ao ver a frequência de sobrados em Aracati, no Ceará, após haver atravessado o Rio Grande do Norte. Quando perguntou a respeito, lhe foi dito que as grandes enchentes do rio forçavam os moradores a se retirarem para o andar superior. Ele descreve em seguida a casa onde se instalou naquela localidade. Ela

[...] consistia de duas grandes salas com grandes armários dando para pequenos quartos de dormir, chamados de alcovas, e uma cozinha, tudo no andar superior; embaixo ficava algo como um armazém. Na parte posterior tínhamos um quintal oblongo, cercado por um muro de tijolos com uma porteira na outra extremidade, por onde nossos cavalos entraram, e aqui permaneceram até que se encontrasse um melhor local para eles. Eu armei minha rede na sala da frente (Koster, 1816, p. 109)¹³².

A prática de usar-se o pavimento térreo de sobrados como armazém era comum e antiga. Ela revela-se, por exemplo, na constatação que fez Gaspar Barléu sobre os sobrados de Frederica, atual João Pessoa, em seu livro publicado em 1647, como vimos. Segundo José Wash Rodrigues, as lojas, armazéns e o vestíbulo da casa ficavam no andar térreo, dando para a rua. Esse andar (os “baixios”)

132 Milliet de Saint-Adolphe constatou, porém, que a maioria das casas em Aracati eram térreas (Saint-Adolphe, 1845a, p. 67).

FIGURA 20

Casa de câmara e cadeia de Natal, concluída em 1721.¹³³
Fonte: Teixeira (2012, p. 126).

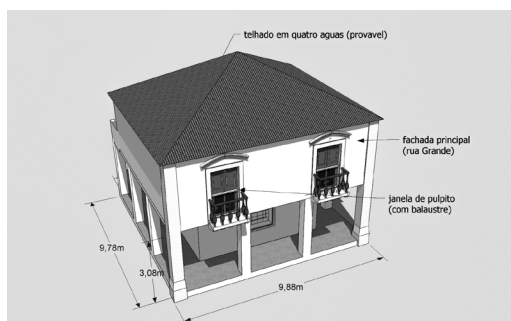


FIGURA 21

Casa de câmara e cadeia de Natal, concluída em 1770.
Fonte: fotografia de Bruno Bougard (1904). Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN).¹³⁴



foi outrora utilizado também como “dependências, depósitos, ou quartos de empregados ou agregados, ou mesmo senzala” (Rodrigues, 1945, p. 171), uma vez que a família morava no andar superior e abandonava o andar térreo.

Se ainda no início do século XIX, a impressão que Henry Koster (1816) e Milliet de Saint-Adolphe (1845a, 1845b) tiveram de uma cidade como Natal era negativa – mesmo sendo a capital, a localidade mais importante da capitania,

133 A imagem corresponde à casa no momento de sua conclusão, sem as reformas e ampliações posteriores.

134 Essa edificação, situada à direita da foto, foi demolida em 1911.

a única a deter, inclusive, o título de cidade –, o que não dizer de outros núcleos urbanos nascentes, destituídos da mesma importância ou *status*? Assim, as primeiras casas da atual cidade de Acari, que começaram a surgir por volta de 1720, eram “[...] de taipa cobertas de folha de oiticica ou de palhas de carnaúba, trazidas estas de vales próximos” (Santa Rosa, 1974, p. 26). A cidade logo se beneficiaria, porém, de algum oleiro ou “curioso” que soubesse fazer telha.

A carnaúba, inexistente no litoral oriental da capitania, fora empregada em Acari e em outras localidades do sertão potiguar, especialmente em Assu, como material de construção, por ser uma árvore local. O mesmo autor, Jayme da Nóbrega Santa Rosa, dá entender um processo evolutivo na qualidade dos materiais empregados nessas habitações, ao longo do tempo. Ele diz que o sargento-mor Manuel Esteves de Andrade, fundador da cidade, levantou uma casa de alvenaria, a primeira residência da nova povoação do Acari, provavelmente. Dotada de boas acomodações, acaçapada e suficientemente larga, localizada no lado esquerdo da capela e destinada ao pároco local, sacristão e padres visitantes, ela resistiu até 1908. Após esta, vieram as casas dos fazendeiros que

[...] não serviam de habitação normal; abriam-se nos dias de missa, de feira, de festas religiosas ou de casamento na família. Representavam uma espécie de luxo, uma demonstração discreta de vitalidade econômica. Outras casas – poucas, bem verdade – foram-se construindo em seguida à residência dos padres [...] essas construções que surgiram aqui e acolá eram de tijolo e telha, amplas, de duas águas, composta em geral de sala de frente, quartos sem janela, sala de refeições perto da cozinha, despensa, e um quintal nos fundos, com quartos para serviços e secreta ou comua, cercado por muro alto (Santa Rosa, 1974, p. 40-41).

O autor não precisa o período ao longo do qual essas casas urbanas – que eram típicas, inclusive do ponto de vista do seu programa, ambientes e disposição em planta, informações raras para períodos mais recuados – foram construídas em Acari, mas devem haver surgido ao longo do século XVIII. Também não é de admirar que, em assentamentos tão precários de uma população extremamente voltada para atividades agropecuárias, essas casas urbanas aproximassem-se bastante de casas rurais, quanto ao seu programa, em particular:

Manuel Esteves de Andrade, depois de erigir no Acari a capela e a residência destinada aos padres, levantou a sua casa da rua, no ponto, a noroeste do templo [...] Era pequena a casa do fundador e junto dela havia um curral de vacas. Esta informação reveste-se de lógica. Em primeiro lugar, as casas tinham então reduzidas dimensões. Em segundo, se Manuel Esteves construiu capela, casa de padres e doou terras para o patrimônio paroquial, de certo frequentaria o Acari para assistir os ofícios religiosos, necessitando de um pouso para estacionar e de um curral para prender seu animal de sela (Santa Rosa, 1974, p. 43).

Entre outras informações sobre a cidade nascente, ele menciona “as casas alpendradas” que iam surgindo no lugar¹³⁵. Paulo Heider Forte Feijó (2014, p. 209), estudando a casa urbana e a casa rural de Acari no século XIX, verificou que, mesmo que dotadas de características específicas, prevalecem aquelas que são comuns a ambas, notadamente no

135 “Ao terminar o século [XVIII], havia da nova povoação duas fileiras de casas, que começavam de um lado e do outro da igreja”. Ele menciona em seguida as casas do local e conclui dizendo que “tratava-se de um aglomerado urbano de fazendeiros, e sua função principal era de natureza religiosa, muito em harmonia com o espírito da população. A capela exerceu uma ação de reunir naquele centro as famílias dos arredores” (Santa Rosa, 1974, p. 47-48).

que se refere aos materiais, às técnicas construtivas e à configuração espacial. Nesse contexto, portanto, não é de admirar que, no século XVIII, sobretudo, os currais fossem também um elemento bastante recorrente na paisagem da casa urbana norte-rio-grandense. Era construída de preferência com a frente para o leste, em direção a um rio próximo. Os currais, situados à direita da casa considerando o observador situado de frente para ela, eram de pau-a-pique, interligados por portei­ras. Podia haver cacimbas, como na casa de Cipriano Lopes Galvão, o fundador de Currais Novos. Coberta de telhas e anexa à sua casa, era talvez uma cisterna para coletar água da chuva (Medeiros Filho, 1983, p. 56).

Mossoró é outro exemplo típico da precariedade dos primeiros núcleos urbanos, inclusive quanto ao seu casario. Seu núcleo inicial foi se consolidando em torno da capelinha de Santa Luzia a partir de 1772. Além das casas da família do proprietário, Sargento-Mor Antônio de Souza Machado, “erguiam-se dezenas de outras, igualmente de taipa e palha, raras com telhas côncavas, na dispersão dos pequenos sítios” (Cascudo, 1996, p. 35-36). Em 1810, Koster (1816) esteve na fazenda de Santa Luzia, intimamente associada ao surgimento da cidade. Pela sua descrição, assim como da futura cidade, não eram locais de impressionar. Ao chegar à fazenda, constatou que a casa do principal criador, localizada num terreno elevado, “[...] era uma cabana baixa e pintada à cal, com estábulo, currais, etc. em cada lado”. Quanto à “vila de Santa Luzia”¹³⁶ – futura cidade de Mossoró, tinha de duzentos a trezentos habitantes e

136 O termo *village*, no original em inglês, foi traduzido como “vila”, mas sem as conotações político-administrativas do termo no português da época.

era construída “num quadrado”, com uma igreja. As casas eram “pequenas e baixas” (Koster, 1816, p. 84, 101).

E voltando do Ceará, passando de novo pelo Rio Grande do Norte em direção a Santa Luzia, ele faz outra referência a uma casa nas proximidades do lugarejo. Estando em uma ilha, a seis léguas de distância, talvez de *Tibou* (Tibau?), o proprietário da fazenda na ilha convida-o para se hospedar na sua residência, ele que estava numa dependência externa. Aceitando a oferta, ele repara que a casa é “[...] uma cabana baixa, de taipa, com cobertura de telha, feita com o barro que se encontra nas proximidades do pântano salgado perto do qual a casa se localizava” (Koster, 1816, p. 133). No dia seguinte, ele e seus acompanhantes dirigiram-se à vila de Santa Luzia.

Raimundo Nonato (1983, p. 21-22) também descreveu o início da cidade, enfatizando, igualmente, a precariedade do seu casario. Espalhadas pelo matagal, elas produziam uma paisagem “triste e desalentadora”. Praticamente não houve crescimento urbanístico da cidade entre a construção da capela, em 1772 e 1842, quando Mossoró foi elevada a freguesia. As habitações eram frágeis, mal-acabadas, rústicas, sem preocupações com o conforto, mas, de modo precário, com a defesa. Eram construídas pelo proprietário, agregados a seus serviços ou por pessoas de outras famílias. Assim, aos poucos, foram crescendo em número e formando as ruas, com seus nomes curiosos.

Cabe, a partir de agora, desvendar, tanto quanto as fontes o permitem, alguns ambientes e elementos das casas urbanas do século XVIII. Tarefa difícil, pela raridade e pela fragmentação das informações. Por isso mesmo, qualquer indício nesse sentido reveste-se de grande importância.

Começamos com os chamados “copiães”, isto é, as varandas, ou os alpendres. Eles podem haver sido comuns nas casas urbanas, como nas casas da primeira rua de Acari. Sua existência foi registrada em pelo menos um caso de casas construídas ainda no século XVIII, em Natal. No termo de vereação de 23 de maio de 1770, o Procurador Alferes Antônio Martins Praça Júnior havia solicitado o cordeamento de umas casas que ele tinha na Ribeira. Querendo construir outras, requereu ao almotacé e sargento-mor Inácio Francisco da Silva Botelho, que também “[...] cordeasse a dita sua casa com o cupiar que lhe ficava pegado da casa de Cosma de Oliveira dos Santos” (Catálogo, [s. d.], doc. 1784, f. 92-92v [Natal, 23 maio 1770])¹³⁷. O almotacé recusou-se a fazer o cordeamento, porque o copiar da referida casa – isto é, a varanda – ficava fora do alinhamento da rua¹³⁸, e teve de ser demolido. Num caso oposto, ficou registrado que o tenente Fidélis José da Rocha e Freire pretendia acrescentar braça e meia (3,3 m) à sua casa, de frente à Igreja do Rosário para o lado Sul¹³⁹. Seria porventura o acréscimo de uma varanda?

Outro testemunho de casa com varanda em Natal transparece nas longas acusações que fez Anacleto Álvares da Silva contra o capitão-mor Lopo Joaquim Almeida

137 Um caso de certa forma semelhante foi “o despacho da petição de Ana Maria de Jesus, viúva de João Batista Félix, para que até o fim de junho ocupasse as duas braças de terra, e juntamente no dito tempo recuasse a casa em que morava” (Catálogo, [s. d.], doc. 2960, f. 167v [Natal, 14 jan. 1792]).

138 É interessante notar a importância que já se dava à organização e à regularização espacial dos centros urbanos, algo que será bem mais forte, porém, no século seguinte.

139 Segundo termo de vereação datado de 6 de setembro de 1787 (Catálogo, [s. d.], doc. 2557, f. 36v-37 [Natal, 06 set. 1787]).

Henriques, em 1805. Ele diz, entre outras coisas, que o capitão-mor ultraja também o “estado eclesiástico” e cita dois casos de violência contra dois clérigos, José Boaventura e José Barbosa de Gouveia em ocasiões diferentes, este último por passar “[...] inadvertidamente por defronte de seu quartel com o chapéu na cabeça, *não estando ele governador na sua varanda*” (Carta [dos oficiais...], 1806; grifos nossos)¹⁴⁰.

Como vimos, essa edificação, morada do capitão-mor, fora construída entre 1719 e 1721, como casa de câmara e cadeia, e reformada e ampliada, entre 1734 e 1737, para abrigar os capitães-mores. Constava da edificação original uma galeria, circundando os quatro lados da enxovia, no andar térreo (Figura 20) (Teixeira, 2012). Não sabemos se Anacleto Álvares da Silva está chamando essa galeria, caso ainda existisse em 1805, de varanda, ou se a edificação foi acrescida de uma, de fato, com essa reforma posterior ou com outra, eventualmente desconhecida. Essa edificação subsistiu nas proximidades da nova casa de câmara e cadeia, construída entre 1767 e 1770, até ser demolida em 1830. Por sua vez, a que foi concluída em 1770 subsistiu até 1911, quando foi, do mesmo modo, demolida (Figura 21). Esta última não dispunha de varanda frontal. Uma casa de câmara e cadeia anterior às duas citadas foi construída entre 1675 e 1676. Sabemos que esta última dispunha de varanda, pois, estando em ruína por volta de 1709, ainda há notícias de sua existência em 1716, ocasião em que precisava de alguns concertos, dentre os quais, o de sua varanda (Teixeira, 2012; Catálogo, [s. d.]a, doc. 0754, f. 123 [Natal, 03 out. 1716]).

140 O quartel a que se refere Anacleto Álvares da Silva é o mesmo edifício citado anteriormente, que aparece no episódio narrado por Inácia Úrsula de Melo. Tinha dois pavimentos e uma varanda.

As casas de câmara e cadeia eram edificações de destaque, importantes, por isso eram de certa forma, excepcionais, na paisagem urbana colonial. Com exceção dos exemplos mencionados acima, tirados das casas propriamente ditas, essas sedes do poder municipal talvez não sirvam de indício suficiente quanto à popularidade das varandas no casario urbano. Dito de outra forma, não é possível afirmar o quão frequente eram esses ambientes diante das casas urbanas do século XVIII em Natal, embora devessem existir, ou se as casas da cidade seguiam o padrão mais usual, visto em outras cidades coloniais, da fachada frontal situada no alinhamento da rua, isto é, desde a porta da fachada, chegava-se à rua, diretamente, sem intermediação de uma varanda.

Outros casos de controle do espaço urbano também podem revelar algo sobre as casas, por mais sumária que seja a informação. No termo de vereação de 8 de setembro de 1770, o Senado da Câmara notificou Estevão da Cunha de Mendonça, morador na ribeira da cidade, para que dentro de dois meses a partir da data de emissão da notificação, ele construísse uma casa de morada na data de terra que ele havia solicitado ao senado. Ele havia iniciado a construção, levantando quatro ou seis forquilhas, mas não avançou. Se Estevão de Mendonça não atendesse a essa exigência, a data de terra que lhe havia sido cedida seria repassada a quem a pedisse ou povoasse (Catálogo, [s. d.], doc. 1794, f. 95v-96 [Natal, 08 set. 1770]). Ora, muito provavelmente, essas forquilhas formavam arremates no topo de esteios de madeira, feitos com o intuito de receber peças horizontais, também de madeira, ligando esses esteios entre si e funcionando como vigas, os pórticos assim

fixados, dando origem à estrutura das paredes da referida casa, que seriam construídas em taipa. Outro exemplo encontra-se no termo de vereação datado de 25 de maio de 1771. O almotacé em exercício foi enviado à ribeira da cidade para, após observar, criteriosamente, os quintais de Vicente Ferreira e Manuel Gonçalves, reabrir um beco com largura de cinco palmos e obstruído por uma cerca, beco esse que havia sido incorporado ao quintal da casa de Manuel Gonçalves (Catálogo, [s. d.]a, doc. 828, f. 109v [Natal, 25 maio 1771]). O quintal, parte integrante da casa urbana setecentista e frequentemente citada nos documentos, tinha dimensões variadas, mas, no caso de Natal pelo menos, seu comprimento usual era de 10 braças, ou 22 metros. É o que se depreende da concessão datada de 15 de junho de 1753. Teresa Maria de Jesus recebeu uma data de terra com “10 braças para o quintal, *como é uso*” (Medeiros Filho, 1991, p. 108; grifos nossos). No termo de vereação de 22 de julho de 1775, os oficiais da câmara mandavam rever as datas de terras ocupadas por quintais das casas situadas na Ribeira, ameaçando tornar devolutas aquelas cujos quintais tivessem mais de 10 braças, “[...] e se dariam a quem as pedisse com todas as árvores de frutos que nelas se achassem” (Catálogo, [s. d.]a, doc. 2002, f. 186v [Natal, 22 jul. 1775]). O avanço de cercas de quintais sobre becos e passagens, incorporando-os àqueles, parece haver sido relativamente comum, obrigando o Senado da Câmara a tomar medidas para coibi-lo. Quintais com a medida padrão de 10 braças, ou 22 metros de comprimento, são um forte indício da pouca densidade urbana da cidade naquela centúria.

Outras referências ao controle do espaço da cidade revelam, sutilmente, outras informações sobre as casas. É o

caso do oitão, termo arquitetônico que, originalmente, designa a parede lateral do perímetro da casa. Na habitação colonial, mas também, posteriormente, era muito comum que essa parede lateral terminasse no formato de empena, isto é, num triângulo formado pelos telhados em duas águas, caindo para a frente (rua) e para os fundos (quintal), com cumeeira paralela à rua, de modo que oitão e empena passaram a ser usados como sinônimos¹⁴¹. Assim, entre outras questões levantadas no termo de vereação datado de 11 de junho de 1774, ficou acordado que “[...] se passasse data a João Batista da terra contígua ao oitão da sua casa, que tem ocupada com a sua posse e árvores de frutas” (Catálogo, [s. d.]a, doc. 1924, f. 151v-152v [Natal, 11 jun. 1774]). Aqui, fica claro que o limite lateral da casa – o oitão – estava situada ao lado de um terreno aparentemente vazio de construção e que já era explorado pelo requerente. O Padre Maciel tinha também casas com oitão, segundo termo de vereação datado de 3 de março de 1791 (Catálogo, [s. d.] a, doc. 2806, f. 125 [Natal, 03 mar. 1791]). Obviamente, não é possível concluir que as casas de Natal do século XVIII obedecessem, invariavelmente, ao formato em duas águas, descrito acima, tendo como base tão poucas referências. Contudo, são indícios importantes, porque corroboram o que a literatura sobre o assunto comprova, fartamente,

141 Segundo Corona e Lemos (1989), o oitão designa “a parede lateral de uma construção situada sobre a linha de divisa do terreno. A parede assim situada necessariamente não contém empena delimitada pela cobertura. É comum o engano que faz os termos oitão e empena palavras sinônimas. Tal sinonímia é antiga e justificável, pois nos séculos passados invariavelmente as construções urbanas possuíam telhados de duas águas paralelas aos alinhamentos, decorrendo desse fato a coincidência de todo oitão terminar superiormente com o triângulo da empena” (*op. cit.*, p. p. 344).

ou seja, que as casas coloniais tinham telhados em duas águas, com cumeeira paralela à rua. Ademais, várias figuras deste trabalho apresentam um casario antigo com esse formato tradicional, independentemente de ele ser, ou não, do século XVIII (ver, por exemplo, a Figura 43). Disso decorre que, se for válida, de fato, a suposição de que as casas do início do século XVII na cidade tinham suas duas águas voltadas para as laterais, e não para a frente e os fundos, uma vez que eram isoladas, não geminadas, como especulamos a partir da cartografia da época no Capítulo 4, então essa disposição estava ou já havia sido modificada, o que é compreensível, se considerarmos que, com o crescimento, ainda que lento, da capital potiguar, as casas estavam aproximando-se e geminando-se, aos poucos, entre si.

Sabemos que as rótulas, gelosias ou muxarabis, eram elementos característicos da arquitetura colonial. Eram usadas, abundantemente, em balcões, portas, janelas, sacadas, varandas e em divisões internas (Rodrigues, 1945, p. 178). Temos um raro relato que faz referência ao uso de rótulas em casas de Natal. Às vésperas da independência do Brasil, o clima de animosidade contra os portugueses era evidente, inclusive na capital potiguar. O documento “Nº 2”, de um conjunto de outros do período, intitulado “manifesto dos acontecimentos natalenses desde o dia 31 de dezembro de 1821 da instalação do governo provisório”, diz, entre outras coisas, que o governo provocou muita “desgraça e desordem a europeus, saqueando casas e também às pessoas

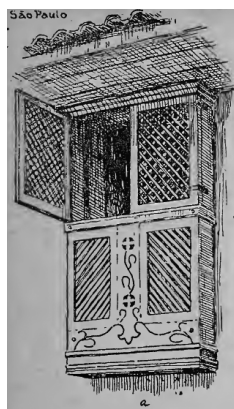


FIGURA 22
Caixão de rótulas, formando balcão e afixado à janela. Fonte: Rodrigues ([s. d.], p. 25).

de Pernambuco ali residentes” (Requerimento, 1822). O contador Leitão foi um dos agredidos, pois “[...] *quebraram-lhe as rótulas de sua casa* e descompuseram-no com nomes os mais insultantes” (*id. ibid.*; grifos nossos)¹⁴².

O autor do documento, que não é identificado, acrescenta que, se o rei não tomar providências, “não sei qual será o seu fim”. Essas esparsas referências a componentes, ambientes e características das casas do século XVIII e da primeira metade do século XIX, tais como copiares, varandas ou alpendres, quintais, cercados, oitões e rótulas, embora não possam ser suficientes para comprovar o quanto eles eram comuns ou difundidos nas casas da cidade, apontam indícios, com certeza, de que elas não diferiam, substancialmente, das casas de tantas outras localidades do período, Brasil afora, bastante analisadas na literatura sobre o assunto. Podemos depreender ou inferir que esses elementos eram, provavelmente, comuns também nas casas de Natal do século XVIII.

Alguns autores arriscam alguma descrição sobre as casas urbanas, no que diz respeito aos seus ambientes. Assim, Rocha Pombo, referindo-se à descrição de Natal, feita por Koster (1816), quando de sua passagem pela cidade em 1810, acrescenta algumas informações sobre os ambientes e a mobília do casario de então:

Quando muito, as melhores casas tinham na frente um calçamento de tijolos. As casas eram todas térreas, sendo muito pouco assoalhadas e cobertas de telha, e raríssimas

142 “os oficiais da tropa de Portugal têm sido os mais maltratados possível, até levado pedradas, de maneira que de noite não se encontra pessoa [...] na rua, com medo de insultos; as vendas e lojas logo às ave mais se fecham, e finalmente está a terra em miserável estado”.

tendo o teto forrado de tábuas. Os móveis, no comum das habitações, reduzem-se aos indispensáveis para a cozinha, para as alcovas e para a sala de refeições (em regra cama, ou rede de dormir, e mesa). São raras as cadeiras. Para a mesa de jantar usam-se longos bancos, dos lados. A população de Natal não passaria então de uns 1.000 a 1.200 habitantes; devendo observar-se, no entanto, que o maior número de moradores vivia nos sítios, engenhos e fazendas, só vindo à cidade nas ocasiões das festas, ou por necessidade de negócios (Pombo, 1921, p. 205).

Câmara Cascudo também fornece alguma indicação dos ambientes da casa urbana. Sem precisar um período específico, presumimos que ele esteja se referindo às casas dos séculos XVIII e XIX:

Natal nunca fora cidade para seus moradores ricos. Moravam em fazendas e sítios. Em domingos e feriados assistiam missa. A residência mostrava a clausura habitual herdada aos portugueses e que estes receberam dos árabes. A sala de visitas, a primeira, com a suas janelas gradeadas e porta meio fechada era lugar de estrada rápida e pouco assídua. A sala de jantar é que era a verdadeira sede da família (Cascudo, 1999, p. 27).

Quanto às dimensões das casas, não há referências documentais claras a respeito. Sabemos que os projetos das vilas criadas na segunda metade do século XVIII definiam a largura das casas, como veremos adiante neste capítulo. Contudo, desconhecemos qualquer fonte documental que forneça essa informação para Natal. Certamente, eram casas pequenas, retangulares. Alguma vaga alusão a essa questão encontra-se no termo de vereação de 14 de junho de 1794, que registrou uma notificação dirigida a José Gomes da Costa, que estava construindo uma casa na Ribeira, com largura dos fundos maior do que a da frente,

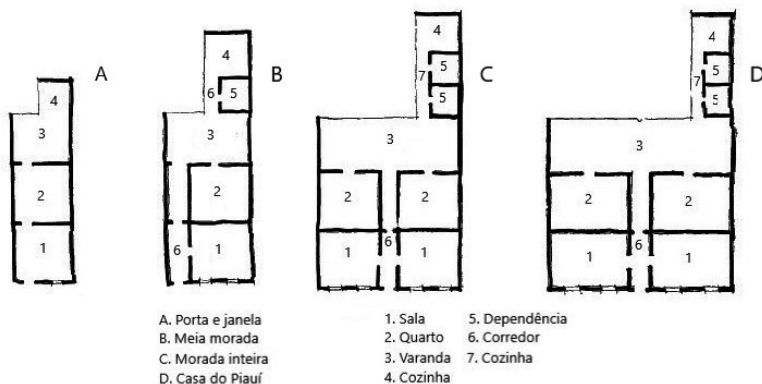


FIGURA 23
 A planta baixa da casa colonial piauiense.¹⁴³
 Fonte: Barreto (1938, p. 197), alterada pelo autor.

prejudicando assim José Coelho, motivo pelo qual ele deveria corrigi-la dentro de quinze dias (Catálogo, [s. d.], doc. 3164, f. 25 [Natal, 14 jun. 1794]).

As referências mais antigas que temos sobre as dimensões das casas do Rio Grande do Norte aparecem em inventários do século XIX da região de Mossoró, transcritos por Medeiros Filho (1983, p. 53-54), casas de taipa, construídas na época colonial, em geral semelhantes às do Seridó. Ele também estima a área de algumas casas citadas nos inventários, tanto rurais quanto urbanas, a partir do número de telhas da cobertura. Assim, os inventários permitem concluir que: 1) sem seus anexos, as casas tinham um formato retangular; 2) nas de Mossoró, a largura excedia, ligeiramente, o comprimento; 3) são fornecidas, em palmos, as dimensões de algumas “casas de vivenda”; em metros, elas seriam de 8,8 m x 6,6 m (área de 58,08 m²); outra, “de telha e taipa no Sítio Gangorrim”, com 11,0 m x 8,8 m de fundos, teria 96,8 m²

143 Encontra-se variações dessas plantas baixas típicas pelo Brasil afora. Ver, por exemplo, os modelos de planta da casa térrea e do sobrado apresentados por Reis Filho (1978, p. 29, 31). Variações desses modelos também podem ser vistas nas duas próximas figuras, referentes ao Rio Grande do Norte e a Olinda, Pernambuco.

de área; outra de 11,0 m de frente, por 8,8 m de fundo, 96,8 m²; 4) Medeiros Filho (1983), baseando-se em outro autor, Hélio Galvão, diz que as maiores casas de taipa cobertas de telha do período colonial encontradas na freguesia de Goianinha tinham uma área equivalente a 3.000 telhas; 5) como, na época colonial, a braça quadrada de área construída (4,4 m²) era coberta por 100 telhas, uma casa de 1.000 telhas teria cerca 10 braças quadradas, ou 48,4 m². Assim, a casa de 3.000 telhas teria uma área de 145,2 m²; a de 4.000 telhas, como a casa-grande de Serra Negra do Norte, que pertenceu ao tenente-coronel Manoel Pereira Monteiro, teria 193,6 m².

Medeiros Filho (1983) também descreve o programa e a disposição em planta, típicos das casas setecentistas, mas também do século XIX. No geral, confirma, amplamente, o arranjo geral das casas coloniais conhecido na literatura. Como o autor refere-se às casas norte-rio-grandenses, em particular à “típica morada de casas térreas, de taipa, telhado de beira-e-bica, de duas águas, chão de barro batido”, vale a pena destacar, de sua longa descrição, o arranjo em planta dessas casas tradicionais: 1) À frente da morada se encontrava o “copiar, copiá ou cupiá”, ou seja, uma varanda ou alpendre dianteiro; 2) do copiar, acessava-se, por meio de um batente e porta com soleira, a sala da frente, pois esta sala se situava num nível mais elevado do que o do alpendre; 3) A sala da frente tinha a mesma largura de toda a residência, uma porta e, em geral, duas janelas voltadas para o copiar; na parede do fundo da sala da frente, no centro da largura, estava a porta-do-meio, que dava acesso ao corredor da casa¹⁴⁴; 4) esse corredor ligava a sala da frente

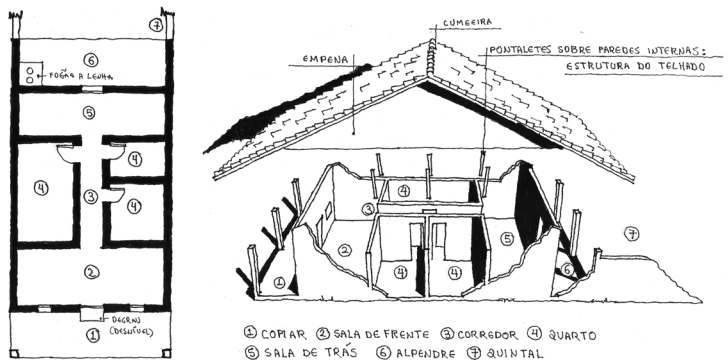
144 Diz o autor que segundo a tradição do sertão, dessa porta para dentro quem mandava era a mulher; o homem daí para a frente.

aos fundos da casa, e suas portas laterais davam acesso aos quartos, que eram dois nas casas menores: a alcova, do uso do casal, e a camarinha, das filhas solteiras. Os quartos não possuíam janelas; 5) citando Câmara Cascudo, Olavo de Medeiros Filho (1983) acrescenta que o quarto do casal, também chamado de quarto grande “[...] era em boa percentagem, despensa” (*op. cit.*, p. 55). Nele guardavam-se “queijos trepados no girau, os surrões com farinha, os baús de pregaria com a roupa, as garrafas de manteiga” (*id. ibid.*); 6) No final do corredor, estava a sala de trás ou de tanta, com porta para o exterior da casa. Finalmente,

[...] encostada à sala-de-trás, debaixo de um alpendre denominado tacaniça, havia a cozinha brasileira nos séculos XVI, XVII e XVIII. Cozinhava-se em trempes, de pedra ou de ferro. A ausência de fogões nas cozinhas é um outro fato generalizado em todas as zonas do estado. Ainda, hoje nas fazendas e em muitas residências urbanas, os alimentos são preparados sobre trempes [...] anexos à morada, havia a senzala e outros cômodos. Na traseira da casa existia uma área, chamada de muro, cercada por um alto muro, no qual abria-se um portão de comunicação com o exterior (Medeiros Filho, 1983, p. 55).

A figura abaixo é uma representação gráfica da descrição feita por Medeiros Filho (1983). A descrição não

FIGURA 24
Programa e disposição em planta típicos da casa setecentista.
Fonte: o autor, com base na descrição de Medeiros Filho (1983, p. 55).



menciona o telhado, mas com certeza deveria seguir o padrão tradicional, como apresentado na figura.

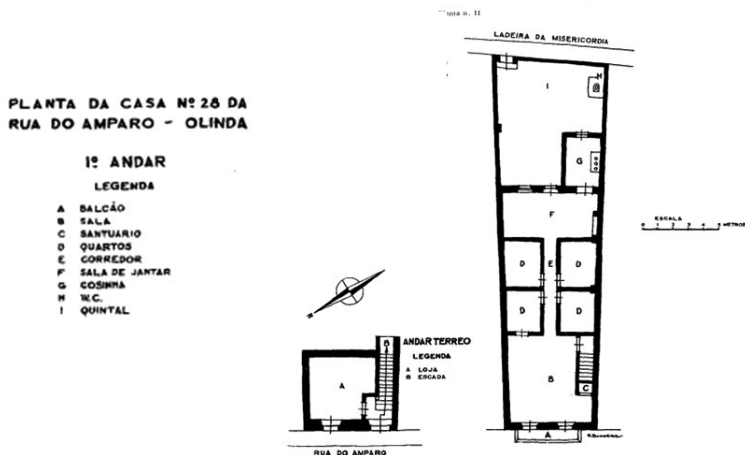
Um exemplar próximo dessa descrição foi-nos legado no estudo clássico de Estevão Pinto (1943), sobre os muxarabis e balcões da casa colonial, no qual ele apresenta a planta de uma casa em Olinda. A diferença maior reside no fato de que a casa olindense se encontra num terreno em aclive, da frente para os fundos, de sorte que a sua parte dianteira é em dois pavimentos, o andar térreo ocupando uma área bem menor do que o pavimento superior, com o qual se conecta por meio de uma escada interna. O pavimento superior encontra-se na mesma cota topográfica do quintal por trás da casa, e é esse andar que se assemelha à descrição acima, com algumas diferenças, como a ausência da varanda na fachada frontal, por estar no pavimento superior, certamente, levando ao uso de um balcão. Também está ausente a tacaniça na parte posterior, defronte ao quintal. Os ambientes, mesmo que, às vezes, com nomes diferentes, são, em essência, os mesmos. A casa olindense tem ainda um santuário, algo frequente na casa colonial (Figura 25).

Baseado em inventários, Olavo de Medeiros Filho (1983, p. 59-63) relacionou os móveis das casas do Seridó: assentos, mesas, camas, bancas, malas, caixas, caixões, outros móveis, artigos de iluminação, louças e outros objetos, garrafas e similares, objetos ligados à higiene, painéis e objetos da cozinha, demais objetos domésticos. São poucos e marcados, em geral, pela precariedade.

Câmara Cascudo (1955) também listou os apetrechos e pertences dos moradores nas casas setecentistas, fundamentando-se, igualmente, nos inventários da época: armas, gado, peças para montaria, instrumentos para a

FIGURA 25

Planta baixa de uma casa urbana colonial em Olinda (Pernambuco). Fonte: Pinto (1943, p. 325).



agricultura e outros. Dos móveis das casas, sobressaem-se as malas, os baús, poucos frascos de vidro, cálices e copos, indumentárias de ouro, inclusive terços. Não havia, ainda segundo o autor, fogão nem garfos. Mesmo após listar os bens inventariados da Casa de Cunhaú, de André de Albuquerque Maranhão, “a primeira fortuna da capitania entre fins do século XVIII e primeira década do século XIX”, o autor concluiu, tendo como base o inventário da família datado de 19 de maio de 1809, pela “mesma simplicidade doméstica das casas setecentistas” (*op. cit.*, p. 121-123). Como veremos, Koster (1816) também descreveu uma mobília quantitativamente sumária para a casa do sertanejo.

Enfim, esses são os dados que conseguimos coletar e que podem lançar alguma luz sobre a casa urbana da capitania do Rio Grande (do Norte), no século XVIII e primeira metade do século seguinte. No próximo item, continuamos a tratar da casa urbana, mas com uma particularidade: são

casas construídas por e para os indígenas das missões de catequese e das vilas que substituíram aquelas.

A casa do indígena (?): do aldeamento à vila

No Capítulo 3, discorreremos sobre a casa indígena tal qual descrita pelos cronistas do século XVII, em particular, certamente válida também para a capitania do Rio Grande. Essas casas ainda podiam ser, de fato, encontradas nessas terras no século seguinte, porque, apesar do processo de colonização em curso, que começava a alterar, profundamente, a cultura indígena, parte dessa população nativa continuou a viver de modo mais ou menos distante da sociedade luso-brasileira que se formava então. Ainda no início do século XIX, há notícias de populações indígenas morando em seus “ranchos”, aparentemente longe de qualquer contato com a população não indígena, uma vez que dados de 1805 apontam que ainda havia setecentos e oito indígenas vivendo “nos matos”.

Por outro lado, 4.332 indígenas viviam em aglomerações que, então, detinham o título de vila e, certamente, estavam em processo de miscigenação. Somados aos primeiros, essa população totalizava 5.040 indivíduos, ou 9,96% da população total do Rio Grande do Norte, que era, segundo a mesma fonte, de 50.577 habitantes (Teixeira, 2009, p. 431-432). Compunham, portanto, cerca de 10% da população total. Ora, esse percentual era, com certeza, muito menor em relação à população anterior ao levante indígena conhecido como a Guerra dos Bárbaros (1683-1720, aproximadamente). Entre fins do século XVII e primeira metade do século seguinte, boa parte da população

indígena da capitania fora dizimada, havia fugido para outras terras ou fora reunida nas missões, ou aldeamentos indígenas, que depois se transformariam em vilas, na segunda metade do século XVIII.

Não é difícil supor que a população não indígena aumentou ao longo do mesmo período. O crescimento da população da capitania passou de 24.347, em 1777, a 50.577, em 1805, um crescimento líquido¹⁴⁵ de 107,73% (Teixeira, 2009, p. 432). Embora esses dados incluam a totalidade da população (indígena, negra, mestiça e branca), a população nativa não deve haver acompanhado esse crescimento geral, pois as circunstâncias nunca lhe foram favoráveis durante toda a colonização. Pelo contrário, ela estava em declínio, algo que continuará ao longo do século XIX, mesmo que ela não desapareça por completo, miscigenando-se, em boa parte, à população geral. Essas considerações iniciais são importantes para entendermos a habitação destinada a esses povos originários ao longo do período agora em apreço (1700-1850), especialmente a daqueles reunidos nessas duas categorias de assentamentos “urbanos”, com toda a condescendência do termo: a dos aldeamentos, ou missões, e a das vilas.

Como vimos no Capítulo 3, o episódio das missões indígenas inicia-se desde o início do século XVII, com as primeiras experiências missionárias junto aos nativos ao longo da região costeira oriental da capitania do Rio Grande. Elas foram, de início, volantes, isto é, os padres visitavam as aldeias, mas nelas não se fixavam, de modo que

145 Isto é, que considera apenas o diferencial no número de crescimento da população, que foi de 26.230 pessoas. Senão, seria de 207,33%.

tiveram pouco impacto no *habitat* indígena. A fixação desses missionários entre os indígenas – jesuítas, inicialmente, e de outras ordens religiosas, posteriormente, como carmelitas e capuchinhos –, começa por volta de 1680, de fato, a partir da ação da Junta de Missões. Coincide com o início do levante indígena contra o processo de ocupação do território pelos colonos e fazendeiros, conhecido como a Guerra dos Bárbaros, da qual essa ação missionária não está dissociada. Alguns aldeamentos tiveram vida efêmera, mas cinco deles vingaram, com maior ou menor dificuldade, e deram origem, direta ou indiretamente, a algumas cidades atuais do estado do Rio Grande do Norte. São eles: Guajiru (cidade de Extremoz); Mipibu (Nísia Floresta e São José de Mipibu), Guaraíras (Arez), Igramació (Vila Flor) e Apodi (Apodi e Portalegre). Esses aldeamentos subsistiram, *grosso modo*, entre 1680 e 1760, quando são elevados à categoria de vilas. São esses núcleos urbanos, como aldeamentos ou como vilas, que nos interessam neste momento, pois é neles que podemos apreender como era a casa indígena, tanto quanto as fontes permitem-nos.

A história dos aldeamentos sob a liderança dos padres foi, como era de se esperar, extremamente conflituosa na capitania do Rio Grande, pois envolvia muitos interesses dos diversos agentes envolvidos, padres, colonos, fazendeiros, autoridades constituídas e a Coroa, mas também, com certeza, os próprios indígenas. A sua reunião podia ocorrer a partir de sítios onde eles já se situavam ou em sítios novos, a mando dos padres e das autoridades, por interesses normalmente alheios à vontade deles, mesmo que, teoricamente eles devessem ser ouvidos.

Os colonizadores usaram a experiência milenar adquirida pelos indígenas na escolha do local: perto de fontes de água, com terras suficientes para o plantio e/ou para a caça, em geral em lugares elevados. O espaço urbano dessas “aldeias” – termo indistintamente usado pelos colonizadores para designar tanto as aldeias nativas, que não haviam sofrido qualquer interferência colonial, como para aquelas sob a administração da colonização, por meio, em geral dos missionários¹⁴⁶ – lembrava, de um modo geral, a configuração físico-espacial da aldeia indígena antes da colonização: um grande terreiro central, em formato quadrado ou retangular, em torno do qual ficavam as habitações. No lado menor desse espaço, quando se tratava de um retângulo, situava-se a igreja e, ao lado desta, a chamada residência do padre e outras instalações, quando disponíveis, como escola, ateliê, oficina e outras. Até onde foi possível verificar, os aldeamentos do Rio Grande seguiram esse modelo geral, que podia ter, porém, algumas especificidades ou pequenas variantes, segundo a ordem religiosa responsável pela aldeia.

A partir da segunda metade do século XVIII, a sociedade da capitania do Rio Grande do Norte sofre em diferentes níveis, segundo cada caso, as consequências das transformações que ocorrem em toda a colônia, resultantes de uma nova era, de caráter secular, iluminista, marcada pelas

146 Desconhecemos o uso do termo “aldeamento” no século XVIII, pelo menos no Rio Grande do Norte. Ele passa a ser utilizado, posteriormente, e torna-se comum a partir do século XX, para distinguir a aldeia que sofreu a interferência dos missionários – o aldeamento – da aldeia em seu estado “natural”, sem essa interferência (Azevedo, 1957, p. 31-69, 39-41). Aldeamento ou “aldeiamento”, como prefere o autor em questão.

políticas do marquês de Pombal¹⁴⁷. Tanto os aldeamentos quanto as localidades de colonos sofreram as consequências dessas políticas, mas elas são bem mais marcantes naqueles. As vilas criadas a partir desse novo momento e que são oriundas dos antigos aldeamentos – chamadas, nos documentos da época de “vilas de índios”, em oposição às “vilas de brancos”, dos colonos – sofrem intervenções que deveriam expressar os valores ideológicos dessa nova fase, que se expressam, em especial, pela regularidade do traçado urbano, perceptível tanto nas intervenções, ocorridas ou apenas concebidas em alguns casos, não apenas na capitania do Rio Grande do Norte, mas em outras partes do Brasil, sobretudo a partir de meados do século XVIII.

Em mais de um trabalho anterior, discutimos vários aspectos relacionados tanto aos aldeamentos quanto às vilas da capitania do Rio Grande (do Norte): suas diversas funções, inclusive quanto à ocupação do território, sua forma urbana, seus símbolos e suas ideologias, expressos, por exemplo, na própria organização do espaço. Nestas páginas, optamos, deliberadamente, por não tratar desses aspectos gerais, dos quais, estes parágrafos iniciais são apenas uma breve introdução, pois trata-se de um assunto extremamente complexo. Queremos, aqui, concentrarmos-nos tão somente na casa, mesmo que, algumas vezes, possamos fazer alguma alusão à dimensão urbana desses assentamentos. O Quadro 1 a seguir apresenta as localidades que foram elevadas à categoria de vila, a partir da segunda

147 O marquês de Pombal inaugurou uma espécie de Iluminismo esclarecido, vigente na Europa, que teve inúmeras consequências nas colônias. Esse é um tema vasto, tratado por inúmeros autores, mas que não cabe nos limites deste trabalho.

metade do século XVIII no Rio Grande do Norte, como parte desse contexto geral, presente em toda a colônia. Cinco vilas eram de “índios”, isto é, oriundas de aldeamentos; duas outras eram de “brancos”, ou seja, de colonos. Nosso interesse, neste capítulo, limita-se à casa encontrada nas localidades que foram aldeamentos e, posteriormente, elevadas à categoria de “vilas de índios”.

QUADRO 1

As sete primeiras vilas do Rio Grande do Norte.¹⁴⁸
Fonte: o autor.

SITUAÇÃO ANTERIOR DA LOCALIDADE		VILA		
NOME	TIPO	NOME	DATA DE ELEVAÇÃO	DATA DE IMPLANTAÇÃO
Guajiru	Aldeamento	Vila Nova de Estremoz do Norte	3 de maio de 1760	3 de maio de 1760
Guaraíras	Aldeamento	Vila Nova de Arez	15 de junho de 1760	15 de junho de 1760
Apodi	Aldeamento	Vila Nova Real de Portalegre	8 de dezembro de 1761	8 de dezembro de 1761
Mipibu	Aldeamento	Vila de São José do Rio Grande	22 de fevereiro de 1762	22 de fevereiro de 1762
Gramació	Aldeamento	Vila Flor	10 de outubro de 1762	10 de outubro de 1762
Seridó (Caicó)	Povoação	Vila Nova do Príncipe	22 de julho de 1766	31 de julho de 1788
Assu	Povoação	Vila Nova da Princesa	22 de julho de 1766	11 de agosto de 1788

148 Mantivemos o “s” para a vila de “Estremoz”, e não a atual forma “Extremoz”, por tratar-se do nome efetivo da vila no momento de sua criação. O nome exato de Portalegre é o que aparece no quadro (ver Livro [de tombo...], 1761, p. 23v). Nós a designamos, simplesmente, vila de Portalegre. Apodi permanece uma povoação. A antiga missão Apodi está indiretamente relacionada à origem de duas aglomerações, Portalegre e uma segunda, homônima (Teixeira, 2009, p. 120).

Os documentos disponíveis no momento indicam que apenas três das sete novas vilas criadas foram objeto de um projeto de intervenção urbana nos termos que discutimos acima. Trata-se de Portalegre, Vila Flor e São José do Rio Grande, as três, “vilas de índios”. Apenas os projetos das duas últimas vilas foram efetivamente realizados, executando-se o de Portalegre. Os dados disponíveis sobre as intervenções, realizadas ou não, são importantes, porque neles vamos encontrar algumas informações, ainda que fragmentadas e superficiais, como sempre, sobre a casa indígena no período das vilas. Ao longo deste item, analisaremos a casa indígena nos dois momentos, dos aldeamentos e das vilas, respeitando, tanto quanto possível, uma ordem cronológica.

De início, cabe dizer que, se em alguns aspectos a casa encontrada nas missões ainda guarda alguma relação com a casa comunal, nativa, que a precedeu, já não se trata mais do mesmo tipo, devido, sobretudo, à interferência dos atores não indígenas, notadamente dos padres, mas não apenas eles. Nas primeiras décadas do século xvii, período das missões volantes, essa interferência foi mínima, como vimos no Capítulo 3, e parece não afetar a casa dos indígenas. A partir das missões fixas, isto é, aquelas em que os missionários instalam-se de modo permanente, as quais, no Rio Grande, iniciam-se por volta de 1680, essa interferência é maior. Ela intensifica-se, porém, quando essas mesmas missões fixas – ou aldeamentos – são elevados à categoria de vila, de modo que, a rigor, devemos nos perguntar se ainda são “casas indígenas” no sentido mais restrito da palavra.

Uma das principais mudanças, com advento dos aldeamentos, foi a substituição da casa comunal, ou coletiva,

descrita no Capítulo 3, pela casa ibérica, individual, o centro da unidade social que é a família, de acordo com Luís Baêta Neves. Para esse autor, os missionários foram incapazes de ver, em certas características das habitações indígenas, valores caros ao cristianismo, como o compartilhar comunitário (Neves, 1978, p. 124-129). O Regulamento das Aldeias, documento importantíssimo escrito pelo padre Antônio Vieira, por volta de 1660¹⁴⁹, contendo orientações as mais diversas sobre a vida nos aldeamentos, havendo sido, inclusive, copiado e distribuído em muitos aldeamentos por toda a colônia, de certa forma parece confirmar a tendência à casa individual, unifamiliar, ao dar orientações sobre casamento entre os indígenas, assim como entre os indígenas e negros, eventualmente vivendo nesses assentamentos. Apesar de não o explicitar, a simples instituição do casamento em moldes cristãos pressupõe esse arranjo da unidade familiar. Um indício de que a casa nos aldeamentos parece destinada à família nuclear transparece no trecho seguinte, que faz parte da descrição sobre o cotidiano do aldeamento Mipibu, feita pelo missionário italiano Aníbal de Gênova:

Às oito horas da noite, tocava-se o momento de recolher com dois tambores em torno da aldeia durante meia hora, após o quê fechavam-se as portas, que somente se abriam no dia seguinte, e o oficial da semana me trazia as chaves. Isto feito, um alferes com 4 soldados fazia uma ronda em

149 Quando o "Regulamento" de Vieira foi escrito, a experiência dos aldeamentos em toda a colônia já existia por cerca de um século, considerando as primeiras experiências implantadas na Bahia em meados do século XVI. O que o padre Vieira fez, na verdade, foi, muito provavelmente, compilar e sistematizar experiências já em curso, com ou sem adaptações.

todas as casas, para saber se faltava alguém, e se todos estavam em casa. Se alguém estivesse ficado fora, me avisava, para que eu verificasse os motivos no dia seguinte (Génoa, [s. d.], [s. p.]).

A menção a “casas” no plural, nas quais se esperava encontrar um número determinado de pessoas, provavelmente famílias, parece indicar que elas eram destinadas a famílias nucleares. Contudo, não há como afirmar isso, categoricamente.

Fátima Lopes (Martins, 2005), que estudou as “vilas de índios” oriundas dos aldeamentos na capitania do Rio Grande do Norte, afirma que a mudança da casa coletiva para a casa individual ocorreu, ou começou de fato a ocorrer, somente a partir da instituição dessas vilas, sob a influência das determinações do Diretório¹⁵⁰. As famílias indígenas deveriam ser nucleares e morar em casas individualizadas como nas vilas coloniais dos brancos. Contudo, persistia a convivência comunal, com famílias diferentes num mesmo espaço, ou ainda filhos adultos convivendo com mãe viúva. Isso se revela, por exemplo, na postura da câmara de Vila Flor:

Mandamos que todos os moradores desta Vila e Termo, quer casado quer solteiro que plantem roças e legumes para se sustentarem e às suas famílias, ao menos cada um duas mil

150 “Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, enquanto sua Majestade não mandar o contrário”. Importante documento definidor da política indigenista. Assinada em 3 de maio de 1757, por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e aprovada pelo alvará régio de 17 de agosto de 1758, essa lei geral relativa aos indígenas foi aplicada primeiramente ao Norte do Brasil, em seguida passou a vigorar em todo o território da colônia. Ela permanecerá oficialmente em vigor até o dia 12 de maio de 1798, mas, no Rio Grande do Norte, continuou a ser observada em parte do século seguinte.

covas de mandioca e legumes que quiserem, ainda que se achem mais casais em uma casa, como também os filhos que assistirem em casas de suas mães viúvas [...] Não era essa convivência comunal a intenção das novas leis que definiam, ao contrário, que as famílias nucleares deveriam, a partir da criação das vilas, morar em casas individualizadas como o que ocorria nas vilas coloniais (Martins, 2005, p. 207-208).

Com efeito, as determinações quanto à substituição da casa comunal pela casa nuclear, unifamiliar, segundo o modelo do colonizador, aparecem em vários documentos do período. Um dos muitos anexos que acompanham o ofício datado de 6 de março de 1759, do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, endereçado ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, tratando da ereção de vilas nas antigas aldeias dos indígenas da capitania de Pernambuco, que incluem as do Rio Grande, é explícito a esse respeito, mas merece ser mencionado, pela ênfase que parece dar à estética das casas, para além do fato de serem unifamiliares. Ele também chama a atenção para a estética dos espaços públicos das novas vilas, assunto sobre o qual nos abstermos de tratar aqui. Depois de constatar “a lastimosa ruína a que se acham reduzidas as povoações dos índios, destas capitanias” (Ofício [do governador da Capitania...], 1759), ele determina que os diretores tomem providências, assim que assumirem o cargo, para que logo se construam nelas casas de câmara e cadeia, e que eles tenham

[...] particular cuidado em persuadir aos índios façam casas decentes, para o seu domicilio regulando-se pela mesma simetria nas fronteiras, e alturas deixando praças competentes, e as ruas em larguras, tal que fiquem com espaços, e desafogo necessário, e todas direitas, *o que concorre muito para o ornato*

da vila ou lugar, e comodidade dos seus habitantes, desterrando por este modo o abuso e vileza de viverem em choupanas a imitação dos que habitam como bárbaros no inculto do sertão, sendo evidentemente certo, que para aumento das povoações concorrem muito a nobreza dos edifícios, para o que se dão as providencias proporcionáveis nos §§ sobre os materiais, e oficiais precisos a sua edificação podem-se valer; para a despesa do público do subsídio, que se deixa declarado [...] enquanto sua majestade não der outra providencia (Ofício [do governador da Capitania...], 1759; grifos nossos)¹⁵¹.

É óbvio que, entre o ideal – do ponto de vista do colonizador – e o possível, há uma grande distância a percorrer. Apesar das diretivas impostas pelo Diretório, por exemplo, em favor da casa por família nuclear, o costume da casa comunal ainda persistia em alguns casos, como constatou Fátima Lopes (Martins, 2005). De fato, deve haver sido um processo lento de mudança. Encontramos outro exemplo dessa persistência na aldeia de Massarandupió, localizada na Bahia (Figura 26). Um dossiê escrito por volta de 1794, atribuído ao capitão de infantaria Domingos Alves Branco Muniz Barreto¹⁵², traz uma série de informações sobre esse e outros quatro assentamentos¹⁵³, todos de indígenas, dois dos quais, aldeias, e os dois restantes, vilas. Esses assentamentos são representados por “mapas”, isto é, pelas

151 A orientação, constante do referido anexo, é apenas uma dentre muitas outras que os diretores responsáveis pelas novas vilas deveriam observar.

152 Os documentos terminam com um “requerimento” desse militar. Fabricio Lyrio Santos afirma que o referido dossiê é de sua autoria (Santos, 2016, p. 546-548).

153 População, número de casas, atividades exercidas no plantio, no corte de madeira; as habilidades dos indígenas, sua postura de docilidade ou não em relação aos colonizadores, indivíduos que abandonam os assentamentos, características do sítio onde os assentamentos localizavam-se, entre outras.

respectivas plantas, que são acompanhadas de um manuscrito descrevendo cada um deles. Sobre a aldeia de Massarandupió, o autor do documento diz, entre outras informações, que ela continha cerca de quatrocentos indígenas,

muitos deles da espécie degenerada com pretos, por serem os índios nacionais muito inclinados aos desta cor. *Moram muitas famílias juntas em uma só casa* [...] nesta aldeia fiz levantar todas as casas que havia mais de quatro anos tinha sido por descuido incendiadas que são as que vão assinadas neste mapa. Fiz recolher às casas que se achavam sem habitação a 36 casais e 15 índios solteiros que achei dispersos (Arquivo Histórico Ultramarino, ca. 1794; grifos nossos).

Na Vila de Santarém, da comarca de Ilhéus (Figura 27), que tem “160 palhoças” e “uma população de até 300 índios”, Domingos Barreto constatou que “as casas em círculo mostram a forma de povoação e *achei aqui o péssimo costume de morarem muitas famílias em uma só casa, ainda sem divisão alguma, sem o pejo natural e honestidade que se requer*” (Arquivo Histórico Ultramarino, ca. 1794; grifos nossos). Trata-se da mesma crítica que faziam alguns cronistas do século XVII à casa comunal indígena, provavelmente ainda mais contundente na segunda metade do século XVIII, período marcado pelo absolutismo esclarecido e pela mentalidade iluminista das principais autoridades coloniais, que enxergavam apenas incivilidade e selvageria em tudo que dizia respeito à cultura indígena. Domingos Barreto, um intelectual de seu tempo (Santos, 2016), estava imbuído dessa mesma mentalidade.

No “mapa” da aldeia Massarandupió (Figura 26), as palhoças reconstruídas após o incêndio encontram-se à direita do pátio central, localizado no centro da figura, e



FIGURA 26
Aldeia de Massarandupió
(Bahia). Fonte: Arquivo
Histórico Ultramarino
[Cinco plantas...] (ca. 1794).

não diferem, pela representação, das que estão à esquerda do mesmo pátio¹⁵⁴. A representação das fachadas das casas individuais, cuja cobertura é, visivelmente, de palha, lembra muito o mocambo, que abordaremos adiante. Importante ressaltar que o autor do documento refere-se ao pequeno assentamento como “aldeia”, e talvez fosse de fato um núcleo que não havia sido elevado à condição de vila, apesar de nele existir, segundo o dossiê, um “diretor”, figura típica da vila, como determinava o Diretório, mesmo que se tratasse de um missionário, nesse caso. Além do mais, essa aldeia não difere, essencialmente, dos quatro outros núcleos, dois dos quais detinham o título de vila, isto é, Vila de Abrantes, da comarca do Norte, e Vila de Santarém, da comarca de Ilhéus.

154 O manuscrito identifica ainda: a igreja matriz, no topo da planta à frente de um cruzeiro e ao lado da qual está a casa do missionário, seguida de uma cerca e uma árvore; a casa do “capitão-mor dos índios”, maior do que as demais e situada no canto inferior esquerdo da planta; a casa de hospedaria, localizada no centro do terreiro, ou pátio central; os caminhos de acesso ao terreiro central, nos quatros cantos.

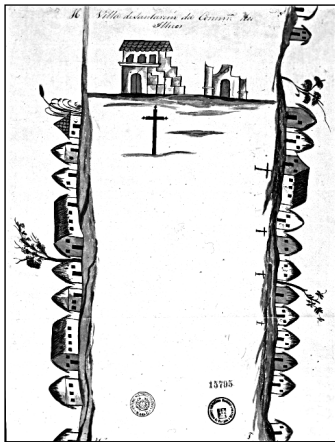


FIGURA 27
Vila de Santarém da
comarca de Ilhéus (Bahia).
Fonte: Arquivo Histórico
Ultramarino [Cinco
plantas...] (ca. 1794).

Se o Diretório, base legal para a criação das vilas, incentivava, claramente, o modelo de família nuclear e de casa unifamiliar, e se as evidências encontradas por Fátima Lopes (Martins, 2005) para as “vilas de índios” do Rio Grande do Norte reforçam essa convicção, não podemos descartar de imediato que algo nessa direção já viesse ocorrendo desde os aldeamentos. Sabemos que a ação missionária transcendia a simples evangelização no sentido estrito da palavra, mas pressupunha a incorporação da cultura do colonizador, o que incluía, com certeza, os seus hábitos de morar. É verdade que os padres, preocupados com uma ação mais efetiva junto aos indígenas, tendiam em parte a respeitar determinados elementos da sua cultura, mas apenas na medida em que elas facilitassem, obviamente, a catequese. Aliás, a partir das políticas de Pombal, foram acusados, muitas vezes, de manterem os indígenas na ignorância de seus costumes, ao invés de incentivarem a sua “civilização”¹⁵⁵. O padre An-

155 Palavra-chave do período pombalino, que expressa bem a nova mentalidade no seio das elites da época, imbuídas de valores tidos como civilizados e civilizatórios, de certa

tônio Vieira, em seu famoso Regulamento, fornece-nos um exemplo de alguma forma de adaptação, referindo-se aos bailes de indígenas nas missões:

Para que os índios fiquem capazes de assistir aos ofícios divinos, e de fazer o conceito de doutrina, como convém, se lhes consentirão os seus bailes nas vésperas dos domingos e dias santos, até às 10 horas ou onze da noite somente, e para que acabem os bailes, se tocará o sino, e se recolherão às suas casas (Leite, 1943, p. 113).

Os bailes, que eram inerentes à cultura indígena, foram citados por Frei Vicente do Salvador, em trecho transcrito no Capítulo 3. Eles aconteciam no terreiro central à aldeia, que também era parte integrante dessa cultura. A esse respeito, em 1587, Gabriel Soares de Souza (1851) informa que o sítio escolhido pelos nativos para a aldeia era composto de um terreiro central, no qual se realizavam bailes. Essa escolha seguia um procedimento segundo o qual o principal ou chefe indígena procura sempre um sítio elevado, ventilado, “[...] para que lhe lave as casas” (*op. cit.*, p. 310), com acesso fácil a água, e que seja passível de ser usado para o plantio de “roças e granjearias” no entorno da aldeia. A escolha é feita “a contentamento dos mais antigos”. Diz ainda que

faz o principal sua casa muito comprida, coberta da palma, a que os índios chamam pindoba, e as outras casas da aldeia se fazem também muito compridas, e arrumadas de maneira *que lhe fica no meio um terreiro quadrado, onde fazem bailes e os seus ajuntamentos*; e em cada aldeia há um cabeça,

forma modernos, de caráter ilustrado e secular, que os indígenas deveriam adotar. A evangelização, ou catequese, palavra-chave do período das missões, continua importante, mas assume uma posição secundária desde então.

que há de ser índio antigo e aparentado, para lhes os outros que virem nestas casas terem respeito; e não vivem mais nesta aldeia, que em quanto lhes não apodrece a palma, das casas, que lhes dura três, quatro anos (Souza, 1851, p. 310; grifos nossos)¹⁵⁶.

Vê-se que a escolha do sítio era fruto de um ato consciente, pensado, por parte dos líderes da aldeia, na qual o terreiro central (Figuras 14 e 15) e seus bailes não podiam faltar. O padre Antônio Vieira faz uso desses dois elementos, precisamente, ao consentir que esses bailes aconteçam no terreiro dos aldeamentos. Porém, deviam ser extremamente controlados, como tudo mais nessas missões, e dotados de claras intenções evangelísticas. Disso é possível depreender que a casa de origem ibérica, destinada à família nuclear, talvez não fosse uma exigência tão marcante nos aldeamentos da capitania do Rio Grande, como foram a partir do advento das vilas. Acreditamos que as casas para famílias individuais devem ter sido pensadas ou mesmo implantadas desde a época dos aldeamentos, mas isso se evidencia, realmente, a partir do advento do Diretório e das “vilas de índios”.

A casa do aldeamento, assim como a casa da vila, que é a continuidade da primeira, é extremamente precária, o que não é em nada surpreendente. As casas dos dois exemplos baianos (Figuras 26 e 27) já apontam esse fato. Os relatos disponíveis sobre as casas no Rio Grande do Norte, por

156 O autor traz vários outros detalhes sobre a morada indígena, muitos dos quais já explorados no Capítulo 3. Por exemplo, as informações contidas nesse trecho aparecem na obra do Frei Vicente do Salvador, que transcrevemos no referido capítulo. Por ser um trabalho de 1627, é muito provável que Frei Vicente do Salvador haja se valido dessa obra de Gabriel Soares, que é de 1587.

sua vez, também o confirmam. O desembargador Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, que percorreu a capitania do Rio Grande do Norte no intuito de elevar os antigos aldeamentos indígenas ao predicamento de vila, em carta datada de 19 de agosto de 1761, descreve uma dessas aldeias como “uma povoação de pouco mais de uma dúzia de casas de palha sem Igreja” (Ofício [do governador da Capitania...], 1761). Referindo-se aos indígenas que viviam na Serra dos Pegas, o mesmo Juiz de Fora, apontando razões para a transferência desses indígenas para Mipibu, faz várias críticas ao lugar onde eles moravam, dentre as quais, a de que “a povoação não passava de 12 casas de palha, sem igreja ou água” (Martins, 2005, p. 150)¹⁵⁷. O juiz diz que o arrendamento das terras onde eles estavam, entre outros, serviria para “a construção das casas na sua nova povoação” (*op. cit.*, p. 152).

Numa interessante descrição do aldeamento Guajiru, datada de 2 de julho de 1759, isto é, pouco menos de um ano antes de tornar-se a Vila Nova de Extremoz do Norte, em 3 de maio de 1760, o “Diretor de Índios”, Antônio de Barros Passos, ao escrever para o governador de Pernambuco, diz, entre outras coisas, que

está esta situação muito pobre, poucas casas de telha, e muito pequenas, com pouca direção e ordem, porque umas estão metidas para dentro e outra para fora com pouco modo de se aumentarem, por ser muito pobres e as matas muito longe e alheias, sem haver nem boi, nem carro; a olaria muito longe do lugar, porque só lá tem barro capaz, e esta também é pertencente ao santo, por ser na terra da fazenda,

157 Informação baseada em Ofício [do Juiz de Fora ao Governador...] (1761).

e pelo inverno se não pode coser no forno [...] e não haver gente por andarem espalhados (Martins, 2005, p. 121).

O aldeamento de Guajiru chegou a abrigar mais de mil indígenas no início do século XVIII, uma população superior à de Natal na mesma época, certamente. O testemunho de Antônio de Barros Passos cerca de cinquenta anos depois indica, portanto, uma localidade que estava em franca decadência. Apesar da evidente precariedade, chama a atenção o fato de que algumas casas tinham cobertura de telha, quando, normalmente, era de palha, e que havia uma olaria nas terras do aldeamento, mesmo que não funcionasse de modo permanente¹⁵⁸. Como veremos adiante, a situação de precariedade dessas habitações não muda, mais de meio século depois da criação das vilas, segundo testemunhos do início do século XIX.

Tanto na época dos aldeamentos quanto na das vilas, esses indígenas foram abundantemente utilizados como mão de obra para a colonização, seja em obras públicas, seja nas casas dos colonos, mediante toda uma legislação que regulamentava o uso dessa força de trabalho. Isso significa dizer que, muitas vezes, esses indígenas não podiam fazer a manutenção de suas próprias habitações, ocupados que estavam com outros afazeres. Muitas vezes, abandonavam os aldeamentos e as vilas e fugiam para os matos, outro fator que contribuía para esse estado de coisas. Portanto,

158 A esse respeito, o capitão de infantaria Domingos Alves Branco Muniz Barreto também constatou, em fins do século XVIII, que na Vila de Abrantes, da Comarca do Norte, os indígenas que não trabalhavam na lavoura trabalhavam numa olaria de telha e tijolo e “[...] que achei – diz ele – em alguma deterioração e promovi de modo possível o adiantamento fazendo de novo” (Arquivo Histórico Ultramarino, ca. 1794).

é possível inferir que suas habitações fossem ainda mais precárias do que as dos colonos.

Como dissemos, os aldeamentos caracterizavam-se por um terreiro central em torno do qual se situavam as casas, tendo a igreja, a residência do padre e uma ou outra edificação a mais, ocupando um dos lados menores dessa área central. Tudo ali ocorria, de festas e procissões religiosas ao treinamento militar. Uma descrição, raríssima, talvez a única, de um contemporâneo de um aldeamento no Rio Grande foi-nos legada pelo missionário capuchinho italiano Aníbal de Gênova, o último missionário a trabalhar no aldeamento Mipibu, que esteve presente no momento de sua elevação ao estatuto de vila:

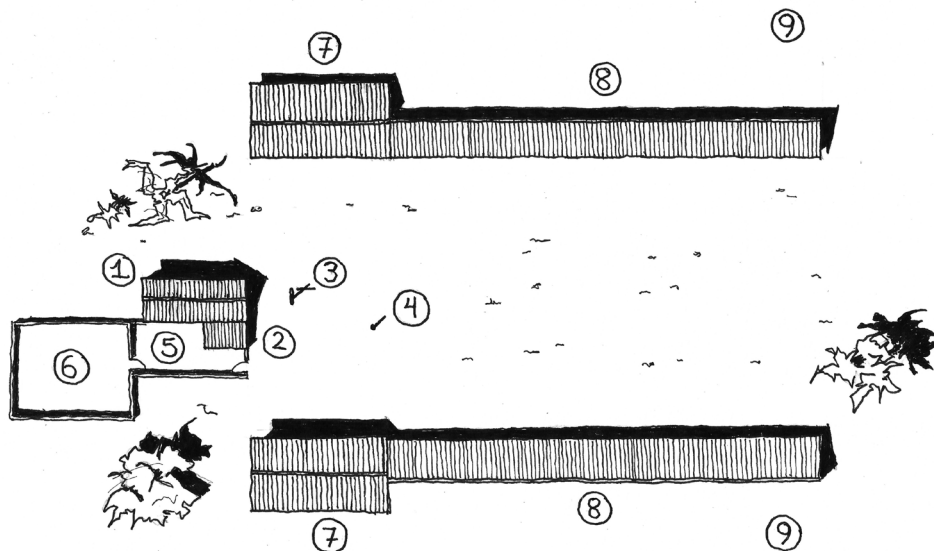
A aldeia é situada numa colina [...] a 7 léguas da cidade do Natal [...] A uma meia légua da aldeia se encontra uma paróquia, denominada Nossa Senhora do Ó [...], onde habita um cura. Esta aldeia foi erigida sob a direção de nossos missionários, como uma praça de armas, as casas sendo reunidas à maneira de um quartel de soldados. A aldeia se encontra num platô muito grande, e as casas dos oficiais são situadas nos cantos e bem mais altas do que as outras, com duas portas uma ao lado da outra [...], há uma única igreja de uma só nave, bastante grande e bem fornecida de paramentos necessários e muito decente. A aldeia é constituída de 250 famílias de índios que obedecem e são subordinados ao missionário assim como ao cura. [*Entre os indígenas*], um é escolhido como capitão-mor. Ele recebe a patente do capitão-mor do Rio Grande, que habita em Natal, ou ainda dois capitães ou mais, com seus oficiais subordinados, que comandam suas Companhias respectivas (Génoa, [s. d.], [s. p.]).

Em trabalho anterior, fizemos um esquema, sem escala definida, de como era a referida missão, baseados nesse e em outros trechos do referido documento:

FIGURA 28

Planta esquemática do aldeamento Mipibu (Rio Grande do Norte).¹⁵⁹

Fonte: o autor, com base em Teixeira (2009, p. 525).



Infelizmente, o missionário não fornece qualquer informação detalhada sobre as casas dos indígenas, que certamente ficavam alinhadas ao longo do comprimento do terreiro central. Quanto à casa dos oficiais, “bem mais alta” do que as demais, destinava-se, provavelmente, aos “oficiais” – talvez soldados, mas também a algum indígena de confiança, possivelmente – que garantiam o bom funcionamento do aldeamento, que ocorria segundo uma disciplina quase militar, com horas e atividades bem marcadas, em geral de cunho religioso, aliás, como previa o Regula-

159 1. Igreja; 2. Casa do missionário; 3. Cruzeiro; 4. Tronco; 5. Pátio; 6. Horta; 7. Casas dos oficiais; 8. Casas das famílias; 9. Campos e outras casas no entorno. Essa figura é uma suposição a partir da descrição sucinta apresentada pelo missionário Aníbal de Gênova, assim como a partir de outras fontes. Desenho sem escala definida.

mento do padre Antônio Vieira. Essa disposição das casas permitia, frequentemente, a edificação de varandas à sua frente, dando para a área central. Essa varanda tinha funções diversas e servia de espaço acessório para tudo que ocorria nesse terreiro central. Infelizmente, o padre Aníbal nada diz sobre a existência desse ambiente, muito comum em muitos aldeamentos, como mostra uma pintura do século XVII, atribuída a Alberto Eckout, pintor do Brasil holandês:

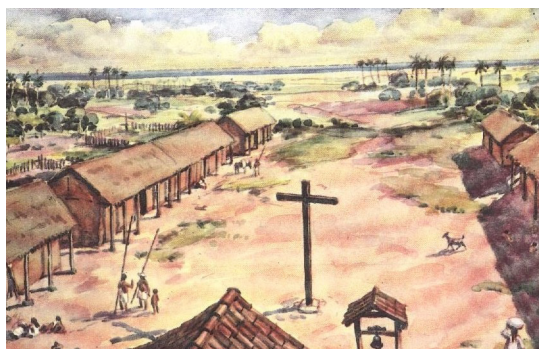


FIGURA 29
Um aldeamento em Pernambuco. Fonte: autor desconhecido (*apud* Teixeira, 2009, p. 524).

Na figura em apreço, chamar de “varanda” o espaço diante das casas é, talvez, um exagero, pois ele é representado como um pouco mais do que um simples corredor estreito e coberto. Seja como for, a varanda e os demais arranjos espaciais que a figura representa são bem fiéis ao que conhecemos dos aldeamentos.

É preciso abrir um parêntese para discorrermos sobre um tipo de casa muito presente nos aldeamentos, apesar de não ser de indígena. Trata-se da chamada “residência” dos padres que conviviam com os nativos. Decidimos abordá-la aqui, por sua indissociável relação com essas localidades. Vimos, no Capítulo 3, que casas destinadas aos padres

existiram nas aldeias desde as missões volantes, no início do século XVII. No seu Regulamento, escrito por volta de 1660, o padre Antônio Vieira determina que nas “aldeias das residências”, a casa do padre deve se situar junto à igreja, com vistas ao seu “recolhimento e decência”. Além do mais, os padres residentes não poderão escolher o sítio, nem fazer casa sem que “a traça”, isto é, “o projeto” dela seja anteriormente aprovado pelo Superior da Colônia, que também consultará os demais padres. E conclui: “será bem que nossas casas e igrejas sejam conformes” (Leite, 1943, p. 108-109).

Nem todo aldeamento tinha uma residência para os padres, pois nem sempre eles fixavam-se entre os nativos. Aqueles, porém, que dela eram dotados, precisavam obedecer a determinados pré-requisitos, expostos por Vieira: deveria ficar junto da igreja, como aparece na Figura 28; haveria de ter seu “projeto” aprovado por autoridades superiores da ordem, e ser objeto de consulta junto aos colegas de batina; deveria, ainda, juntamente com a igreja, ser “conformes”. Até onde sabemos, todos os aldeamentos da capitania do Rio Grande seguiram, fielmente, essas orientações. Todas as casas dos missionários situavam-se junto à igreja ao lado, geralmente, ambas de frente para a praça ou o terreiro central, uma disposição bastante comum, encontrada pelo Brasil afora. Isso ocorria por razões de funcionalidade – proximidade do sacerdote à igreja –, mas também simbólicas. A proximidade com a igreja e sua localização de frente à área central dava-lhes destaque e denotava a sua importância espiritual e, por razões práticas, de recolhimento e privacidade dos padres em relação aos indígenas – e às indígenas, em particular. Por isso, essas

residências deveriam dispor de cercas que garantissem a separação e a privacidade dos padres, algo que era sempre muito recomendado.

Há indícios, ainda que muito raros, de que as residências dos padres dos aldeamentos eram assobradadas. Na carta do padre Pero de Castilho, datada de 10 de maio de 1614, na qual ele relata sua missão, feita juntamente com o padre Gaspar de Samperes à capitania do Rio Grande, entre 1611 e 1612, e à qual nos referimos, anteriormente, neste trabalho, ele afirma que um chefe indígena chamado *Jerônimo Nhê daí guia jubá*

[...] nos tinha feito no outão [oitão] de sua igreja uma casa de sobrado que ainda que com pouca arquitetura, nos foi singular remédio contra os bichos e pulgas e mais inconvenientes das aldeias, festejando-nos com muitas mais vantagens do que nas outras aldeias (Leite, 1938b, p. 513).

Esse arranjo da casa de sobrado destinada ao missionário, geminada ao alinhamento lateral da igreja, isto é, ao seu oitão, confirma-se, nesse caso, bem anterior às diretivas do padre Antônio Vieira. Um testemunho ainda mais evidente foi-nos deixado pelo jesuíta Felipe Bourel, “missionário da Igreja de São João Batista na Aldeia do Podi”, no sertão potiguar. Escrevendo em favor dos serviços prestados pelo capitão José de Moraes Navarro, em 7 de abril de 1700, ele diz, entre outros, que ele, atuando “[...] com grande enfado e trabalho pelos matos”, e agindo com “suas próprias mãos”, assim como com a ajuda de um escravo, veio, por sua conta, “levantar logo casa de sobrado para minha morada” (Informação, 1723).

Da mesma forma, João de Barros Braga, que viria a ser capitão-mor da capitania do Rio Grande entre 1730 e 1734,

prestou serviços ao padre missionário João da Costa por volta de 1696, na fundação da aldeia (missão) de Nossa Senhora Mãe de Deus, localizada na ribeira do Jaguaribe, na capitania vizinha do Ceará. O padre “[...] se valeu dele [*João de Barros Braga*] até foram construídas casas de sobrado para melhor defesa da alteração do gentio” (Alveal; Oliveira, 2016, p. 151). Esse relato deixa transparecer que os sobrados destinados àquele padre, mas também a militares, talvez, já que o termo está no plural, tinham também função de defesa, ou, simplesmente, também para proteger-se contra os insetos, como afirmou Pero de Castilho. O aldeamento Mipibu também tinha casas dos oficiais “mais altas” do que as dos indígenas, como vimos. Tratava-se, porventura, de sobrados?

Outra informação sobre essas residências transparece num triste episódio ocorrido no aldeamento Guajiru, hoje cidade de Extremoz. Numa carta datada de 25 de outubro de 1715, João Guedes (Carta [dos oficiais da Câmara...], 1713)¹⁶⁰, jesuíta que ali trabalhava, conta um longo episódio sobre um conflito envolvendo soldados que amedrontavam e atacavam os indígenas da sua missão. Em um dos trechos da carta, menciona o “tronco, que servia para o castigo dos índios” (*id. ibid.*), como mostramos na Figura 28, referente ao aldeamento Mipibu. Em outro trecho, afirma que os soldados (do Terço), foram “[...] em uma oitava da páscoa à aldeia, e achando o padre na varanda da sua casa, lhe botaram uma corda ao pescoço” (*id. ibid.*), informação que constata a existência de varanda na sua residência. Obviamente, não é possível, a partir desse documento, afirmar

160 Anexo [carta do padre João Guedes, 25 de outubro de 1715].

que o seu uso estendia-se às demais casas do aldeamento Guajiru, além do mais, porque se tratava da residência do padre. Mas, por inferências diversas, é plausível especular que talvez não fosse a única casa com varanda no aldeamento. E, ao relatar os açoitados que recebeu, o padre permite-nos perceber os pertences existentes na sua casa. Ele diz que, além do desacato, os soldados

[...] levaram tudo quanto puderam carregar, três redes de dormir, alguns cobertores das camas, lençóis, camisas, toalhas de mão e de mesa, guardanapos, facas, grande número de couros curtidos, um [ilegível], muita [ilegível] branca da igreja e algum dinheiro, que havia pertencente a [ilegível] dos índios (Carta [dos oficiais da Câmara...], 1713).

Percebemos, portanto, que esses pertences não eram muitos. Fátima Lopes (Martins, 2005) estudou, mais detalhadamente, os bens disponíveis na residência dos padres do mesmo aldeamento Guajiru, mas também de Guarairas, as novas Vilas de Estremoz e Arez, respectivamente, tendo como base inventários que ela transcreveu, resumindo-os como segue:

As casas de residência dos Párcos de ambas as Vilas tinham um mobiliário pouco e básico de mesas, cadeiras, armários e estantes que serviam à sala, refeitório, livreria, varanda e aos cubículos ou celas individuais dos antigos missionários, assim como um enxoval de cama para três pessoas e um curioso arsenal de objetos de higiene pessoal com tesouras para cortar cabelo e estojos para barba. As cozinhas também tinham um equipamento básico de panelas, tachos, caldeirões, pratos e talheres de mesa, feitos em latão, estanho, folha de flandres, cobre, ferro, metais amarelos, um pouco de cerâmica branca, peças de barro cozido e poucos copos e frascos de vidro [...] Em ambos inventários estão presentes

apetrechos relacionados à produção econômica que era feita pelos índios das comunidades (Martins, 2005, p. 173).

O mobiliário e os pertences dos padres não eram muitos, mas eram, certamente, mais numerosos do que os encontrados nas sumárias casas dos indígenas. Podemos dizer o mesmo quanto aos ambientes, uma vez que, além dos comuns e usuais como varanda, sala e cozinha, havia outros, muito provavelmente inexistentes nas casas dos indígenas, como refeitório, livraria, cubículos ou celas individuais para a clausura dos padres. Como em Guajiru, a residência do aldeamento de Guaraíras também dispunha de varanda, como depreende-se das fontes pesquisadas pela autora.

Vimos que o padre Antônio Vieira, em seu Regulamento, preconiza a “conformidade” do conjunto formado pela residência do padre e pela igreja. Era uma orientação muito comum, que aparece também nas cartas régias e em outros documentos destinados aos núcleos urbanos coloniais de um modo geral. Esses núcleos deveriam se parecer com as aglomerações da Metrópole. Havia, portanto, alguma preocupação de ordem estética no século XVIII, imposta como uma forma de submissão cultural e, conseqüentemente, política, da colônia à metrópole¹⁶¹. As casas deveriam lembrar as do Reino, as casas ibéricas, portuguesas, o que pressupõe algum modelo a ser seguido nessas construções. É um exemplo típico do controle metropolitano da colônia também pelo viés cultural, entre tantos outros que poderiam ser elencados. Essa orientação constata-se mesmo nas “vilas de índios”. Os altos de cria-

161 Eram, portanto, motivações diferentes daquelas que se impõem a partir do século XIX, de caráter modernizante.

ção de Vila Flor, de 1762, por exemplo, não apenas preconizam essa uniformidade, como fornece outras orientações para as novas casas da vila. Elas deveriam ter 30 palmos de frente, 60 de fundo e 100 para os quintais. Um lote vazio e entre dois lotes ocupados, poderia ser dividido, eventualmente, entre os dois moradores, metade dos 30 palmos da frente desse lote para cada lado. As casas deveriam ser “[...] uniformes pela parte exterior, ainda que sejam diferentes no interior” (Teixeira, 2009, p. 260).

A uniformidade das fachadas revela-se também nas dimensões do lote, que em metros correspondem, respectivamente, a 6,6 m (frente), 13,2 m (fundo) e 22 m (quintal) – mesmo comprimento preconizado para os quintais das casas de Natal. As dimensões impostas, medidas em palmos ou em braças, originalmente, seguiam as definidas para a Vila de São José do Rio Negro, no Amazonas, utilizada como modelo para várias “vilas de índios” do Brasil. Essas casas deveriam ser construídas num espaço de dois anos (Martins, 2005, p. 210). As mesmas dimensões foram fixadas para as casas a serem construídas na vila de São José, denotando certa regularidade. Ademais, os autos de criação dessa vila determinavam que as casas dos tempos do aldeamento que não estivessem localizadas de acordo com o “risco”, ou projeto proposto para a vila, deveriam ser derrubadas (Barbalho, 1960, p. 62).

Outra orientação contida nesse trecho transcrito dos altos de Vila Flor indica uma característica central das aglomerações coloniais: as casas deveriam ser geminadas, pois, o trecho em questão deixa claro que seria possível dividir algum lote vazio com 30 palmos de frente (6,6 metros) que estivesse situado entre dois outros lotes alocados

a diferentes moradores, cada um também com 30 palmos de frente. Nesse caso, cada metade do lote vazio, intermediário, ou 15 palmos (3,3 metros), seria lembrado ao lote vizinho, no sentido longitudinal. Em outras palavras, as duas casas, antes separadas por 6,6 m, poderiam ficar geminadas, cada uma com 45 palmos, ou 9,9 metros de frente. A mesma concepção de evitarem-se terrenos vazios intermediários entre duas casas, geminando-as entre si, fica ainda mais clara nas posturas da mesma Vila Flor, de 14 de outubro de 1841, setenta e nove anos depois das orientações de 1762. O Artigo 22 das referidas posturas proíbe “levantar casas dentro do arruamento desta vila, e povoações do município” (Posturas, 1841) com intervalos de terreno livre que não permitam construir novas casas. Em caso de desobediência, as casas seriam demolidas às custas do proprietário, se “[...] dentro de seis meses não se fizerem chegar ao oitão da casa vizinha” (*id. ibid.*).

Em ambos os casos, o lote intermediário poderia existir, desde que desse espaço para uma nova casa. Mais uma vez, neste último caso, o oitão pode ser compreendido em seu duplo significado: como a parede delimitando uma das laterais da casa, algo que parece mais evidente aqui, mas também podemos pressupor casas com cumeeiras paralelas à rua, com duas águas caindo para a frente e para trás, geminadas, não somente porque essa era a composição típica do casario colonial, mas também porque não faria sentido casas geminadas com telhados caindo para as laterais, numa época em que não se usava a calha. Essa suposição também é reforçada pela preocupação, no caso dos altos de 1762, em manter a uniformidade das fachadas.

Quanto às casas da vila de Portalegre, as situadas na praça central tinham 8,8 m de frente, e as localizadas nas ruas que desembocavam nessa praça central, tinham 6,6 m, já feitas as conversões dos palmos para o sistema métrico-decimal. As primeiras eram destinadas para a “elite” da nova vila: diretores e chefes militares, por exemplo, e as demais, destinadas aos indígenas, daí a diferença na largura das fachadas. As dimensões do terreno variavam de acordo com o projeto urbanístico geral proposto, que se assemelhava a um octógono¹⁶².

Quanto aos materiais construtivos, no lugar das casas dos aldeamentos, feitas de madeira e cobertas de palha, as casas da vila deveriam ser todas em “pedra e cal ou de tijolo e cal”, segundo ordem do Juiz de Fora Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, contando para isso com o aporte de um conto de réis que sobrara da venda das terras dos Pegas (Martins, 2005, p. 209-210). Essas orientações, destinadas à vila de São José do Rio Grande, antigo aldeamento de Mipibu, representam de fato uma mudança significativa. Como vimos, a casa do período do aldeamento era, sobretudo, de materiais como taipa, madeira e palha, esta última sendo especialmente utilizada na cobertura. As novas orientações revelam-se, por exemplo, num episódio envolvendo uma disputa de um terreno na mesma vila, em 1776, entre o “capitão-mor dos índios”, Antônio dos Santos Dantas, e Luiza da Rocha de Carvalho, viúva do antigo “diretor dos Índios”, capitão-mor João de Oliveira e Freitas. Antônio dos Santos Dantas afirma que, “agora, depois do seu falecimento, um seu sobrinho, capitão-mor

162 Como analisamos em Teixeira (2009, p. 250-257).

Luiz da Rocha, queria apoderar-se dele [*o terreno*] com o pretexto de fazer uma casa de pedra e cal para sua tia na cidade, com o que os índios não concordavam” (Martins, 2005, p. 377). O estudo arqueológico feito em Vila Flor apontou vestígios de pedra e cal nas fundações de algumas edificações, que foram associadas, porém, às casas da época do aldeamento, bem como, algumas edificações feitas com esse material, assim como com taipa e tijolos (Albuquerque, 1991, p. 41).

Essas considerações parecem indicar uma melhoria paulatina das casas das “vilas de índios” – mas também dos brancos, que agora podiam viver entre eles com o advento das vilas –, quando comparadas às dos tempos dos aldeamentos. Entretanto, testemunhos da segunda metade do século XVIII e da primeira metade do século XIX continuam a assinalar a precariedade dessas localidades e de sua habitação. O relato abaixo – que, aliás, também demonstra, como discutimos anteriormente, o uso da mão de obra indígena – permite-nos inferir como deveriam ser precárias suas casas, pela extrema pobreza dos indígenas. O padre Ignácio de Araújo Dandim, visitando a vila de Portalegre em nome do bispo em 1768, observou o estado de precariedade da nova igreja da vila, que era o mesmo em que havia deixado o padre Manoel Garcia Velho do Amaral. Após mencionar que dinheiro havia sido alocado para a construção da nova igreja, ele lembra que embora os paroquianos sejam obrigados a financiar a obra, estes são em sua maioria “índios misérrimos, paupérrimos” que só podem contribuir com sua força de trabalho. Assim, o pároco local pedirá ao diretor que mande cada semana certo número deles para trabalhar todo dia na edificação, e por

serem eles “miseráveis”, o seu sustento deverá ser garantido pelo vigário. Porém, não se deve admitir ausências de algumas horas daqueles escalados para determinada semana, nem lhes deve ser dado o sustento nesses casos. Cabe ao diretor zelar para que os indígenas não falhem com essa obrigação (Livro [de toambo...], 1761)¹⁶³.

Difícil ser mais enfático quanto à pobreza dos indígenas dessas vilas. João Severiano Maciel da Costa, juiz da Paraíba, escrevendo da vila de Extremoz, em 26 de setembro de 1806, retrata de modo semelhante a precariedade desses núcleos urbanos, indígenas ou não, ao afirmar que na capitania havia

duas chamadas vilas de brancos, qual são a das Princesa e Príncipe, de um sertão pobre, distantes da cidade do Natal de oitenta para cem léguas; esta mesma cidade ainda não passam de meia dúzia os homens de governança, e cinco aldeias de índios pobres pessoas, de ranchos cobertos de palha, sem qualquer rendimento público (Carta [dos oficiais da Câmara...], 1806).

João Severiano Maciel da Costa inclui nessa precariedade as duas “vilas de brancos” – Vila da Princesa e Vila do Príncipe, atuais cidades de Assu e Caicó, respectivamente –, além da própria cidade do Natal, mas parece destacar que ela era ainda maior nas cinco “aldeias”. O fato de chamar estas últimas de “aldeias”, quando eram oficialmente vilas, era talvez mais adequado diante da situação por ele encontrada. A baixa qualidade das habitações, que não parecem

163 A carta foi assinada na “Vila Nova de Portalegre da América”, em 9 de setembro de 1768. A vila, que foi criada em dezembro de 1761, tinha, portanto, apenas sete anos, aproximadamente.

ser de pedra e cal, como queriam as diretivas pombalinas, são testemunhas disso.

Em 1810, quatro anos depois do registro de João Severiano Maciel da Costa, Koster (1816) descreve de modo sombrio outra vila, a de São José, e mesmo sem aludir, diretamente, ao estado das habitações, a exemplo do caso relatado para a vila de Portalegre, não é difícil inferir como elas encontravam-se:

Distante três a quatro léguas de Papari, está a vila indígena de São José, construída em forma de um quadrado; este lugar deve ter cerca de duzentos habitantes, mas ele tinha visivelmente sinais de decadência; a grama no meio da praça estava alta, a igreja abandonada, e o aspecto geral era sombrio. São José se localiza em terreno seco e arenoso, e a severidade da estação pode ter contribuído para essa impressão deprimente (Koster, 1816, p. 65).

Em 1822, José de Souza (Araújo, 1822, p. 154), descrevendo Vila Flor, constata que as poucas casas da localidade eram baixas, com exceção da casa de câmara, construída sobre a cadeia. O território, porém, era “suficientemente habitado” e propício à agricultura, além de conservar a melhor qualidade de pau-brasil de toda a província.

A pobreza e miséria da vila de Portalegre, fortemente destacadas pelo padre Ignácio de Araújo Dandim, em 1768, são confirmadas várias décadas depois, em 1845, por Saint-Adolphe (1845a, 1845b), mesmo que, aparentemente, de modo menos dramático. Segundo ele, ela é “povoação deramada, com casas cobertas de palha, e edificadas sem simetria” (Saint-Adolphe, 1845b, p. 349); a igreja local, dedicada a São João Batista, estava em “triste estado” no início do governo imperial e a casa de câmara era a única edificação em dois pavimentos, tendo a cadeia no térreo.

Não sabemos até que ponto as diversas diretivas sobre as casas das “vilas de índios” aqui elencadas – dimensões da casa e dos quintais, materiais, distribuição por núcleo familiar, respeito ao alinhamento imposto pelo plano urbanístico adotado – foram observadas na capitania do Rio Grande do Norte, particularmente nas três vilas para as quais temos conhecimento da existência de um “projeto urbanístico”, ou seja, Vila Flor, São José do Rio Grande e Portalegre, correspondentes aos antigos aldeamentos de Igramació, Mipibu, e Apodi¹⁶⁴, respectivamente. O que importa assinalar, contudo, é a ideia, já discutida neste trabalho, de que a casa do indígena, em seu estado natural, sem interferência da colonização, tal qual apresentada no Capítulo 3 deste trabalho, estava cada vez mais distante, pelo menos no caso dos indígenas vivendo nos aldeamentos e, sobretudo, nas vilas. Com certeza, alguns deles ainda viviam em seu “estado natural”, mais ou menos isolados da colonização, ao longo do século XVIII, construindo e ocupando, provavelmente, casas genuinamente indígenas. Mas, nessa condição, eles eram, progressivamente, menos numerosos.

É importante assinalar, como nota final, um aspecto já aludido neste capítulo, mas que é amplamente conhecido pelos estudiosos do tema. Esse aspecto teve profundo impacto não apenas na transformação da casa indígena, mas na cultura indígena de um modo geral. Trata-se da coabitação entre indígenas e não indígenas, promovida a partir da criação das “vilas de índios”, segundo a política

164 O caso de Portalegre é particular, na medida em que o projeto não foi de fato aplicado, diferentemente dos dois anteriores. Além disso, essa vila, embora profundamente relacionada ao aldeamento de Apodi, não foi instalada no mesmo sítio, mas a quilômetros de distância.

implantada pelas autoridades coloniais da era do marquês de Pombal. Dois exemplos dessa política revelam-se, como vimos, na disputa do terreno entre o “capitão-mor dos índios”, Antônio dos Santos Dantas, e Luiza da Rocha de Carvalho, viúva do antigo “diretor dos Índios” em 1776, estes dois últimos moradores – não indígenas, certamente –, da vila de São José do Rio Grande, ou ainda na afirmação do capitão de infantaria Domingos Alves Branco Muniz Barreto, por volta de 1794, segundo a qual, muitos dos indígenas da aldeia de Massarandupió¹⁶⁵, na Bahia, eram “[...] da espécie degenerada com pretos, por serem os índios nacionais muito inclinados aos desta cor” (Arquivo Histórico Ultramarino, ca. 1794). O estímulo à convivência de etnias diferentes nessas vilas era uma estratégia que, como acreditavam os seus proponentes, facilitaria a “civilização” dos nativos que, segundo eles, antes continuavam vivendo como selvagens, por estarem isolados nos aldeamentos, nos quais os contatos com não indígenas limitavam-se aos padres que viviam entre eles, ou a um ou outro visitante, alguma autoridade colonial, geralmente.

O Diretório, por exemplo, não apenas estimulava essa convivência entre moradores brancos e indígenas, mas, de igual modo, o casamento inter-racial. Também determinava prazos para que os colonos construíssem as suas casas na vila. Dentro desse assunto complexo e amplo, nos limitamos a destacar o fato de que, a partir do advento das vilas, na segunda metade do século XVIII, inicia-se um processo de miscigenação sem retorno dos indígenas, que

165 Massarandupió não era uma vila, mas, visivelmente, a mesma política aplicou-se nesse caso.

diminui, sensivelmente, elementos de sua cultura de um modo geral, inclusive – o que nos interessa em particular – a sua casa e os seus modos de morar, que, evidentemente, já vinha processando-se com menor intensidade, talvez, desde os aldeamentos.

6 A CASA RURAL

O processo histórico de ocupação do interior da atual região Nordeste do Brasil foi um processo lento, inclusive na capitania do Rio Grande. Se o litoral da capitania, em particular, o oriental, foi visitado desde os primeiros anos do século XVI, foi necessário esperar quase um século para a fundação do seu primeiro núcleo urbano, a cidade do Natal, também no litoral oriental. O núcleo urbano seguinte, a atual cidade do Assu, surgiu um século depois, praticamente, no coração do sertão. Ambas tinham funções militares de conquista territorial, nada de surpreendente diante da oposição, tanto dos indígenas, donos naturais da terra, como de nações europeias rivais, que disputaram esse território. Por volta das duas últimas décadas do século XVII, surgem os aldeamentos, ou missões de catequese, que estão na origem de algumas das cidades mais antigas do Rio Grande do Norte: Extremoz, São José de Mipibu, Nísia Floresta e Arez, no litoral, Apodi e Portalegre, no interior. Seja como for, até o final do século XVIII, a capitania contava com apenas uma cidade, Natal, sete vilas e uma ou outra povoação em gestação. A grande maioria das cidades no estado do Rio Grande do Norte surge nos séculos XIX e XX.

Esse processo de ocupação do interior está, por sua vez, intimamente relacionado à pecuária, atividade que se desenvolveu, sobretudo, entre os séculos XVII e XVIII, a fazenda de gado sendo o núcleo inicial de fixação no interior dessa vasta região. A sociedade que se estabeleceu nesse território era preponderantemente rural, de fazendeiros, criadores de gado, pequenos agricultores. Em termos econômicos, destacam-se, *grosso modo*, entre os séculos XVII e XIX, atividades como a pecuária, a pesca, a agricultura de subsistência, a exploração da cana-de-açúcar, do sal e do algodão. Mas foi, sem dúvida, a atividade criatória, o grande impulsor da ocupação do sertão potiguar. Registros históricos do período da presença holandesa na capitania (1633-1654) já mencionam essa atividade, aliás, o principal motivo da ocupação batava da região¹⁶⁶. Após a expulsão dos holandeses, a procura de terras no sertão por fazendeiros vai sofrer forte oposição dos indígenas que ocupavam essas terras, dando origem à chamada Guerra dos Bárbaros. Seja como for, a fazenda de gado impõe-se de fato,

166 Tendo vivido no Nordeste entre 1640 e 1649, Joan Nieuhof (1942, p. 59, 234, 248) relatou, em seu famoso livro dedicado ao Brasil holandês, as muitas peripécias e os conflitos entre holandeses e portugueses, pela posse do território. Em determinada ocasião, ele constatou que “se o inimigo dominasse o interior e nos privasse de fornecimento de gado e farinha do Rio Grande [...] ser-nos-ia quase impossível manter a posse do Brasil holandês”. E em outro momento, afirmou que a mesma capitania era “a única região de onde se recebiam quantidades ponderáveis de farinha e gado que minoravam em parte a escassez de gêneros reinante em Recife”. Ele também mencionou outros itens de exploração, em que o Rio Grande era abundante, como a caça e o pescado. A importância estratégica do Rio Grande na luta contra os holandeses, em função especialmente da abundância do gado, mas também da produção de gêneros alimentícios de roçado (legumes, mandioca), é confirmada por um contemporâneo português (Calado, 1648, p. 316, 324, 330, 335).

principalmente, a partir do século XVIII, e muitas cidades do sertão potiguar surgem a partir dessa atividade pastoril.

A ideia da Capitania de Pernambuco e suas anexas (Idea [da população...], 1918, p. 1-112)¹⁶⁷ disponibiliza dados estatísticos para o ano de 1775, ou por volta desse ano, referentes à capitania do Rio Grande do Norte, uma das capitanias anexas à de Pernambuco. A capitania é dividida em cinco ribeiras, correspondentes aos vales de rios, o que, por si só, já assinala a importância de uma organização social de base rural, uma vez que as ribeiras eram os principais vetores de penetração e ocupação colonial do território. A mesma fonte fornece dados como as localidades existentes, número de “fogos” (casas), número de habitantes e de fazendas, resumindo-os da seguinte forma:

QUADRO 2
Estatísticas da capitania do Rio Grande do Norte, por Ribeiras – 1775.
Fonte: elaborado a partir do resumo apresentado em (Idea [da população...], 1918, p. 15).

RIBEIRA	LOCALIDADES E FREGUESIAS	NÚMERO DE FAZENDAS	CAPELAS	FOGOS (CASAS)	PESSOAS DE DESOBRIGA (POPULAÇÃO)
NORTE	1 cidade, 1 vila	28	6	1 358	4 614
ASSU	1 freguesia	96	3	571	2 864
APODI	1 vila, 2 freguesias	54	5	421	4 094
SERIDÓ	1 freguesia	70	7	200	3 174
SUL	3 vilas, 1 freguesia	35	4	1 890	6 661
TOTAL	1 cidade, 5 vilas, 5 freguesias	283	25	4 440	21 407

167 O documento foi organizado em 1782.

Estendiam-se, assim, 283 fazendas pelo território da capitania em 1775, das quais, apenas 63 situavam-se próximo ao litoral, nas Ribeiras do Norte e do Sul, estando as 220 restantes, nas três outras ribeiras, todas no sertão. Esse é um dado que reforça vários outros que, por sua vez, comprovam a importância da fazenda no processo de ocupação do interior, que permanece no início do século seguinte. No ofício datado de 15 de abril de 1807, endereçado ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, o capitão-mor José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque apresenta a situação geral da capitania em 1805¹⁶⁸, que resumimos no Quadro 3:

QUADRO 3
Principais produções da capitania do Rio Grande do Norte – 1807.
Fonte: o autor.

LOCALIDADE ¹⁶⁹	PRODUÇÕES OU POTENCIAL PARA				
	GADO	AGRICULT.	ENGENHOS/ ENGENHOCAS	PESCA	OBSERVAÇÃO
CIDADE DO NATAL	1.165 bezerros e 100 potros.	Necessidade de aumentar a agricultura de todos os gêneros.	7 engenhos de açúcar; 4 engenhocas de rapaduras e aguardentes.	A abundância de peixes ao longo da costa. Grande comércio, mas falta mão de obra. Fábrica de azeite e de peixe: comércio recente e em grande aumento.	Os rendimentos reais excedem de [16:000\$000 reais], anualmente, e a despesa pois excede de [10:000\$000]. Há diversas freguesias e povoações no seu termo.

168 O ofício, na verdade um verdadeiro relatório sobre a capitania, é acompanhado por um "mapa geral da importação, produtos e manufaturas do reino; produção, consumo, exportação e do que ficou sem exportar, nem consumir; portos de onde vieram e para onde foram; dos habitantes e suas ocupações; casamentos, matrimônios e mortes; de índios domésticos com as mesmas declarações; tabelas das moléstias; resumo das quantias por mil réis dos gêneros mencionados, pertencentes ao ano de 1805, feito no mês de outubro de 1806" (Ofício [do capitão-mor..], 1807).

169 Cidade ou vila, incluindo o seu "termo", isto é, a jurisdição territorial do município que, nesse momento, vai muito além da área urbana, propriamente dita, mas envolve grandes extensões de área rural, equivalentes a vários municípios atuais. Natal é a única localidade com o título de cidade. As sete localidades restantes são vilas, algumas das quais abarcando mais de uma freguesia, nome antigo das atuais paróquias.

LOCALIDADE ¹⁶⁹	PRODUÇÕES OU POTENCIAL PARA				
	GADO	AGRICULT.	ENGENHOS/ ENGENHOCAS	PESCA	OBSERVAÇÃO
VILA DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU	20 fazendas de gado. Em 1805, produziram 1.250 bezerros e 205 potros.	Cultivo. Terras boas para todo tipo de plantação. Fonte de comércio.	4 engenhos de fazer açúcar e 22 engenhocas de fazer rapaduras e aguardentes.	Lagoa de Papari; abundantíssima de peixes e mariscos.	Tem uma freguesia e a povoação de Papari no seu termo.
VILA DE EXTREMOZ	32 fazendas de gado. Em 1805, produziram 1.958 bezerros e 107 potros.	A cultura do algodão e de todos os mais gêneros começar a surgir no seu termo; a maior parte das terras é muito boa.	1 engenho de açúcar; 6 engenhos de rapaduras e aguardentes.	Perto da lagoa de Guajiru, abundante em peixe e mariscos.	As terras "estavam em desprezo". Tem uma povoação, "Porto de Touros".
VILA DE AREZ	3 fazendas de gado. Em 1805, produziram 860 bezerros e 75 potros.	Bastante agricultura, tanto de algodão como de gêneros de primeiras necessidades.	1 engenho e 1 engenhoca de açúcar; 2 engenhocas de rapaduras e aguardentes.	Junto à famosa lagoa Guaraíra, também servida abundantemente de peixe e mariscos.	3 freguesias no seu termo, uma das quais se chama Senhora dos Prazeres (na povoação de Goianinha).
VILA FLOR	6 fazendas de gado. Em 1805, produziram 1.120 bezerros e 3 potros.	Plantações de algodão e mamona e de gêneros de primeira necessidade.	2 engenhos e 1 engenhoca de açúcar; 7 engenhocas de rapaduras.		Seu termo é de terraço, e muito fértil. Seus habitantes aproveitam quanto podem da fertilidade do terreno.
VILA DA PRINCESA	73 fazendas de gado. Em 1805, produziram 8.594 bezerros, 840 potros e 1.793 cabras, e 1.606 ovelhas.	Muitas poucas plantações pela impropriedade do terreno. Aumenta a população nas serras, graça a algumas plantações.		Na povoação de Guamaré, grande comércio que faz de peixes e cascas (sic) de Tabatinga.	Há famosas salinas, que podem fornecer de sal todo o continente da América; cita as povoações de Guamaré, da ilha de Manoel Gonçalo, Santa Maria do pé da serra e o Campo Grande, as quais "não terão aumento e dá os motivos.

LOCALIDADE ¹⁶⁹	PRODUÇÕES OU POTENCIAL PARA				
	GADO	AGRICULT.	ENGENHOS/ ENGENHOCAS	PESCA	OBSERVAÇÃO
VILA DE PORTALEGRE	Abunda em gado, com 70 fazendas. Em 1805 produziram 15.143 bezerros 1.050 potros além da grande quantidade de ovelhas e cabras.	Todos os gêneros de primeira necessidade, podendo-se fazer algum comércio de algodões. Grande comércio de todos os gêneros produzidos de sua agricultura, tanto para a capitania de Pernambuco como para a do Ceará.		O termo como um todo, incluindo as três freguesias, produz muito sal e peixe.	Tem ali divinas águas. O termo da vila abrange as freguesias (e povoações homônimas) de Martins, Pau dos Ferros e Apodi. Cita também a povoação de Santa Luzia, que está situada, no entanto, no termo da vila da Princesa.
VILA DO PRÍNCIPE	Abunda muito em gados. 108 fazendas de gado. Em 1805, produziram 10.972 bezerros e 946 potros.	Há também alguma agricultura nas serras, pela impropriedade do mais terreno.			Tem duas freguesias, uma das quais é a da Serra do Coité.

O Quadro 3 demonstra uma produção agropecuária mais diversificada em relação aos dados de 1775: gado, algodão, açúcar, sal e pescado. Embora todos já viessem sendo explorados, anteriormente, em especial os três últimos, que remontam ao início da colonização, eles parecem estar em maior desenvolvimento. O número de fazendas, que era 283, em 1775, aumentou para 312, de acordo com a somatória do número de fazendas da segunda coluna à esquerda do Quadro 3, sem incluir outras instalações rurais, como os engenhos e as engenhocas, que estavam surgindo desde finais do século anterior. Esse tipo de instalação

também vai gerar um tipo de casa que abordaremos em momento oportuno.

O que queremos destacar, com os dados de 1775 e de 1805 é, mais uma vez, a importância de uma sociedade majoritariamente rural e, em particular, a sua morada, objetivo deste capítulo. Além da sede da fazenda, havia outros tipos de habitação rural, como a casa dos moradores e empregados agregados à fazenda, frequentemente mocambos de taipa, casa muito associada também aos negros. Suas variantes incluíam a casa do pescador, frequentemente localizada no litoral. A casa do senhor de engenho é outro tipo de casa rural, cujos primeiros exemplares, ainda que remontem aos primeiros anos do século XVII, tornam-se bem mais comuns apenas no século XIX. Neste capítulo, trataremos apenas de dois tipos de casa rural, a sede da fazenda e o mocambo.

A casa-sede da fazenda

No contexto de penetração e ocupação progressiva do vasto interior nordestino, fundamentado na atividade criatória, a fazenda de gado representou o núcleo inicial de fixação não indígena da região. Segundo o autor desconhecido do *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí* (Roteiro, 1900), escrito na segunda metade do século XVIII, sua instalação inicial ocorria, aparentemente, de maneira simples e sem grandes investimentos. Era suficiente a construção de uma casa coberta de palha, na maioria das vezes, e de alguns currais nos quais se introduziam os gados. Assim estavam povoadas três léguas de terras. Na fazenda não trabalhavam mais de dez ou doze escravos, e na falta destes,

“mulatos, mestiços, e pretos forros, raça de que abundam os sertões da Bahia, Pernambuco, Ceará, sobretudo pelas vizinhanças do Rio São Francisco” (*op. cit.*, p. 88)¹⁷⁰.

Apesar de sua antiguidade e importância, não dispomos, infelizmente, de fontes documentais que possibilitem uma descrição detalhada das sedes de fazendas antes do século XIX, para a capitania do Rio Grande (do Norte). Os poucos registros existentes dão apenas a entender que os fazendeiros tinham um estilo de vida confortável para os padrões do século XVIII. Tavares de Lyra informa que eles plantavam pequenas lavouras e vendiam o excedente aos transeuntes. Alguns deles, tendo conhecimento local, faziam benfeitorias diversas: melhoravam e encurtavam estradas, construíam açudes, plantavam cana, fabricavam rapadura, “uma das alegrias” do sertanejo. Os mais resolutos

[...] levaram as famílias para as fazendas, temporária ou definitivamente, e as condições de vida melhoraram: casas sólidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, currais de moinhos por cima dos quais se podia passear, bolandeiras para o preparo da farinha, teares modestos para o fabrico de redes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capelas e até capelães, cavalos de estimação, negros africanos, não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentaram-se gradualmente como sinais de abastança (Lyra, 2008, p. 199).

170 As três léguas estão, provavelmente, relacionadas ao tamanho padrão da sesmaria, cujas dimensões eram, normalmente, de três por uma légua, pelo menos na capitania do Rio Grande. O autor considera essa mão de obra “perversa, ociosa e inútil pela aversão que tem ao trabalho na agricultura”, mas com “muita inclinação” para a criação, “[...] constituindo toda sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, criador ou homem de fazenda, são títulos honoríficos entre eles” (Roteiro, 1900, p. 88).

Nessas considerações otimistas sobre o estilo de vida do fazendeiro, Tavares de Lyra inclui a melhoria nos seus modos de morar. Sem referir-se, especificamente, à habitação, o testemunho do padre Aníbal de Gênova, que atravessou o sertão potiguar por volta de 1763, também fornece uma visão alentadora dos fazendeiros da região do Assu, o que nos leva a inferir, igualmente, sobre a qualidade de suas habitações:

O sertão, que é sinônimo de terra adentro, bastante vasto, com muitas centenas de léguas, em parte habitado, em parte não, neste sertão se encontram propriedades distantes entre si em mais ou menos léguas a que chamam os habitantes de fazendas de gado [...] onde vivem muitas famílias não diria de “nobres”, mas relativamente distintas e ricas pelo comércio que fazem com os seus gados, fruto daquele sertão, mandando todos os anos comboios de cem a duzentos [*cabças*] a Pernambuco e à Bahia de Todos os Santos, ou vendendo-os à porta de suas casas aos mercadores que passam para comprá-los. Há muitas raças de cavalos que vendem às centenas para os que partem para as Minas de ouro para fazer comércio. Estas propriedades são menores ou maiores segundo a qualidade de seus senhores, alguns dos quais possuem duas, três ou quatro léguas em quadro de terra. Em poucas partes deste sertão se encontram fontes de água viva [...] que os portugueses chamam de cacimba [...] em poucas áreas do sertão se planta mandioca [...] e a sua farinha [...] abunda de legumes, porcos, cabras [...] que todos na região vivem bem, e não se vê ninguém pedindo esmolas (Génoa, [s. d.], [s. p.]).

Também na região de Apodi, o padre Aníbal de Gênova (Génoa, [s. d.]) parece haver percebido uma população de fazendeiros relativamente bem estabelecida. Partindo de Assu no dia 8 de junho, após 10 léguas chegou ao “Podi”, onde foi recebido com a mesma estima do Assu. Consta

que o local é populoso, “com várias famílias de respeito, e bens que vivem espalhados em suas propriedades que chamam de fazendas de gado” (*op. cit.*, [s. p.]). Ali, ele começou sua missão na paróquia, “distante da aldeia uma légua e meia” (*id. ibid.*). Outro viajante, Henry Koster (1816), descreveu, sucintamente, essas fazendas, por volta de 1810. Referindo-se às do vale do Assu, onde elas começam a se fixar desde meados do século XVII, ele informa-nos que a casa principal, a sede da fazenda, do proprietário ou fazendeiro, é “razoavelmente decente”. Outras, menores, “[...] se espalham pela planície do entorno” (Koster, 1816, p. 84-85). De longe, os viajantes conseguem distinguir a sede, imediatamente, porque tem cercas que lhe ficam próximas.

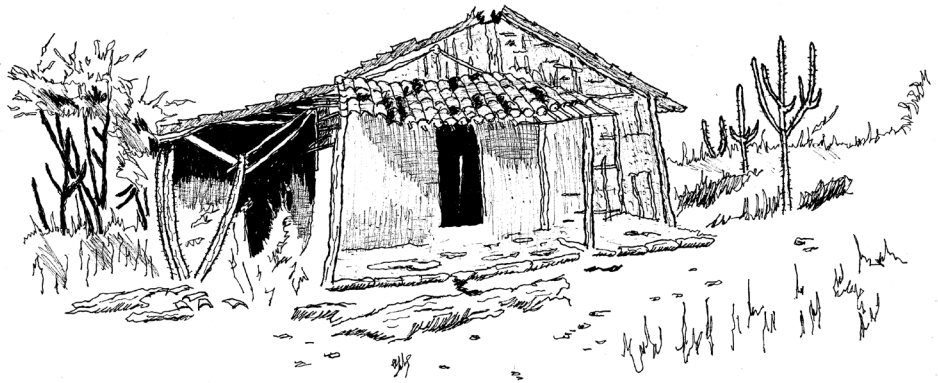
Como era de se esperar, o processo de ocupação do interior potiguar ainda era muito rarefeito, tendo em vista que, entre outros fatores, ele dava-se pela fixação de fazendas, por natureza espaçosas e, frequentemente, muito distantes entre si. O padre Aníbal mencionou dois caminhos entre Natal e a vila do Assu, a primeira pelo litoral, a “praia do mar”, e a segunda pelo interior, chamada de “travessia”. Este era mais curto, mas muito seco. Não encontrou igreja alguma entre as duas localidades (Génoa, [s. d.], [s. p.]).

Não havia, obviamente, qualquer núcleo urbano nesse percurso, uma vez que as igrejas eram o primeiro sinal de uma vida urbana minimamente organizada. Em suas viagens pelo interior do Nordeste, meio século depois do padre Aníbal, em 1810, Koster (1816) fornece a mesma impressão de desolação do interior. Descreve um pequeno povoado, chamado Pai Paulo, não mais existente, situado no vale do Rio Ceará-Mirim, de forma muito sombria. O vilarejo, situado em solo elevado, foi, diz ele, “[...] sem exceção o lugar

FIGURA 30

Uma tapera. Município de Araruna, PB (perto da divisa com o RN).

Fonte: o autor, com base em fotografia do acervo pessoal.



mais desolado que já vi. Os tetos de algumas choupanas estavam desabando e as paredes de outras haviam desmoronado, mas os tetos permaneciam” (*op. cit.*, p. 77). E depois de mencionar que o rio estava seco, o solo sem cobertura vegetal ou com árvores que haviam perdido a maior parte de suas folhas, ele arremata: “eu havia agora adentrado o sertão, que certamente merece esse nome” (*id. ibid.*)¹⁷¹. Casas como essas, em estado de ruína e abandonadas, são conhecidas como taperas. As casas que esse viajante viu em Pai Paulo talvez fossem parecidas com as da Figura 30.

Se, por um lado, não nos é possível ir além de algumas constatações gerais sobre as sedes de fazenda dos séculos

171 Continuando sua viagem, e em outro ponto, após haver atravessado novamente o Rio Ceará-Mirim, ele passou por cabanas abandonadas, mas ao final da tarde encontrou algumas que eram habitadas, resolvendo se instalar com os que o acompanhavam perto de duas ou três destas últimas, que se aglomeravam (Koster, 1816, p. 83).

xvii e xviii, para as do século seguinte, existem, felizmente, pesquisas bastante detalhadas, desenvolvidas por arquitetos, como a de Paulo Heider Forte Feijó (2002), à qual se seguiram as de outros autores¹⁷², algumas das quais foram publicadas como livros (Feijó, 2014; Diniz, 2015). Como são estudos facilmente disponíveis ao leitor, não achamos necessário retomá-los em detalhe aqui, uma vez que seria apenas uma repetição do que já foi suficientemente explorado por eles. Além disso, os trabalhos mencionados voltam-se apenas para a região do Seridó. Em razão disso, propomos um caminho um pouco diverso, tentando explorar outras fontes, tanto quanto possível, algumas das quais pouco conhecidas, que tratem de outras regiões do Rio Grande do Norte, mesmo que também tenhamos, necessariamente, que considerar esses estudos para a região do Seridó.

Começemos com uma descrição genérica das casas-sede de fazenda em meados do século xix, apresentada por Câmara Cascudo (1956 *apud* Webb, 1974, p. 72)¹⁷³. Cascudo começa afirmando que “a casa de taipa, coberta por telhas, era despreziosa e não se separava da varanda frontal com cobertura de palha”, “local de reunião e conversas”, de “descanso e para o resfriamento das selas”. Ali se encontrava, na sombra, um longo banco de madeira trabalhada “de peroba, aroeira, ou jacarandá” para as conversas e definição das tarefas diárias. Ele informa ainda que “a casa em si era muito simples e sem refinamentos”, desprovida do conforto dos “padrões modernos” e, portanto, uma decepção para quem a olhasse com o olhar do morador urbano.

172 Ver notas de rodapé na introdução deste livro.

173 CASCUDO, Luís da Câmara. *Tradições populares da pecuária nordestina*. [s. l.]: [s. e.], 1956.

Passada a porta da frente, na varanda, chegava-se “à sala da frente, ou sala de estar”. Ali havia “uma mesa, bancos de madeira, outro longo banco, uma cadeira de couro mole para visitantes especiais, cerimônias e protocolos”, além de ganchos na parede para pendurar “apetrechos de cavalgadura de couro”. O corredor a ligava à cozinha e à sala de jantar, que se beneficiava, assim, “do fogo acolhedor em noites mais frescas e úmidas”. A cozinha era também uma sala de estar, local de reunião da família, de parentes e de amigos mais chegados. O corredor dava acesso aos “quartos sem janelas com suas redes ou camas”.

Câmara Cascudo menciona ainda outros itens da mobília¹⁷⁴, os locais de dormida e o quarto grande dos pais como local de depósito¹⁷⁵, bem como os utensílios da cozinha¹⁷⁶, para retomar o arranjo dessas sedes de fazenda em planta. Elas tinham em geral apenas “duas portas, a da frente e a de trás, dando saída da cozinha”. Bodes e ovelhas eram criados num cercado posterior à casa principal, e “[...] em um dos lados da frente da casa havia um curral de paus e galhos entrelaçados, com uma porteira de acesso às vacas leiteiras”. A água de beber era obtida num poço ou em alguma “fonte corrente”.

174 “Nas fazendas mais pobres havia catres grosseiros com palhas ou esteiras envoltas por finos cobertores. As primeiras camas com molas de aço [...] não foram aceitas de imediato pelas velhas senhoras tradicionais”.

175 “Os filhos dormiam em quartos pequenos, os pais no quarto grande, que também servia de depósito. Era repositório para [...] baús de roupas e vasilhames de manteiga. Também se escondia em algum canto a caixinha de dinheiro”.

176 “Os talheres para a mesa de refeições incluíam facas, colheres, mas poucos garfos. Os alimentos eram cortados com facas, mas ingeridos com as mãos, como se fazia na mesa do rei Dom Joao II de Portugal”.

Essa descrição, com ou sem variações, caracteriza o que há de essencial na casa-sede de fazenda do sertão potiguar, de acordo com outras fontes disponíveis. Uma publicação muito pouco ou mesmo ainda não explorada, ao que parece, descrevendo as casas de fazenda do vale do Assu, foi escrita por Manuel Rodrigues de Melo (1951). O livro reúne crônicas raras sobre a cultura, os usos, os costumes e os modos de viver das populações tradicionais desse vale. Por ser um trabalho de cunho etnográfico, não poderia deixar de fora as casas de fazenda da região. Torna-se particularmente interessante pelo fato de abordar uma região distinta da do Seridó, abundantemente estudada. Mesmo que bastante detalhada, queremos transcrever trechos da descrição das sedes de fazendas do vale, feitas por esse autor, não apenas por sua raridade, mas também para poder confrontá-la à dos estudos realizados para o Seridó.

Cabe ressaltar, inicialmente, que Manuel Rodrigues (Melo, 1951) descreve casas da passagem do século XIX para o XX, portanto, a rigor, fora do recorte cronológico definido para esta parte do trabalho. Contudo, uma das características mais marcantes da arquitetura vernacular, como discutimos no Capítulo 1, é a sua resistência à mudança, pelos menos a mudanças bruscas, de modo que podemos inferir que as características por ele citadas devem se aplicar em grande parte às casas do século XIX pelo menos, tendo-se em conta, especialmente, que a casa rural, nesses tempos mais longínquos, era profundamente recalcitrante à mudança. Não duvidamos que essa descrição ainda deverá soar familiar, em muitos aspectos, a um eventual leitor deste trabalho, de idade mais avançada e conhecedor da região, ou mesmo de outra parte do sertão potiguar.

Assim, Manuel Rodrigues (Melo, 1951) destaca, de início, três tipos de casa rural existentes no Vale do Assu, de acordo com os materiais utilizados. Por enquanto, tratamos do primeiro tipo, as casas de taipa e telha. Elas encaixam-se bem nas características físico-espaciais das casas-sede de fazenda, que nos interessam no momento. Inicialmente, ele chama atenção para o fato de que elas seguiam o “modelo da época, ao gosto regional, às condições do meio e do clima, às necessidades locais, ao feitiço agrícola e pastoril da população” (*op. cit.*, p. 50). Ou seja, era uma habitação tipicamente vernacular. Acrescenta que elas eram mais ou menos fiéis ao “estilo colonial e português da era da conquista”. Tinham piso de tijolo “[...] quando pertencentes a gente de melhor qualidade, gosto, educação e também dinheiro, ou simplesmente de barro batido, quando pertencentes a pessoas mais modestas” (*id. ibid.*). Essas casas do tipo colonial, de taipa e telha, tinham duas águas, voltadas para frente e para trás, vendo-se de longe os “capotes (*cumeeiras*) altos”. Essas casas “ricas” eram “[...] quase sempre rebocadas e retocadas a colher, eram caiadas sem nenhum visio de pintura” (*id. ibid.*, p. 51). As principais “casas ricas e arremediadas” da várzea do Assu eram desse tipo.

Após citar os locais do vale onde essas casas podiam ser encontradas, bem como nomes de pessoas que nelas moravam, Melo (1951) continua:

Algumas dessas casas destoavam ligeiramente do modelo tradicional, quebrando asa para um canto, como a casa de Joca de Melo, no sítio São João (Saco), senhor de engenho, comerciante, fazendeiro e agricultor. Todas essas casas foram feitas, mais ou menos, dos fins do século passado para começos deste século. A casa do meu pai, por exemplo, desse mesmo tipo, foi construída em 1901. As outras são mais ou

menos do mesmo período. Eram casas típicas de fazenda, cheias de janelas e portas, grandes e largas, bem arejadas, amplas, tendo uma, duas salas de frente, corredores, salas de jantar, cozinha, duas, três camarinhas, “quarto dos santos” com o seu respectivo oratório, terreiro de frente, terreiro de trás, sem deixar de falar nos “oitões”, invariavelmente visitados por cabras, porcos e também pelos meninos no desempenho de suas funções fisiológicas ou na preparação das suas brincadeiras com reses de osso, cavalo de talo ou carrinhos de boi puxados a mão (Melo, 1951, p. 51).

O termo “oitão” tem um sentido um pouco diferente do que é geralmente empregado na terminologia técnica da arquitetura, pois Manuel Rodrigues (Melo, 1951) alude, aqui, não à lateral da casa em si, mas a um terreno limítrofe, provavelmente com a lateral desta. Ele também discorre sobre os currais, que essas casas “[...] nunca deixavam de ter, umas na frente, outras ao lado, outras raramente atrás” (*op. cit.*, p 51), repetindo, assim, o que constatou Koster (1816), no início do século XIX, ao dizer que as cercas ficavam próximas à casa principal, como vimos. Ele acrescenta que esses currais eram delimitados com paus, ora de “carnaúba, ora de emburana, ora de aroeira, ora de varas de marmeleiro, entrançadas em estacas de pau-branco” (*id. ibid.*). Ele não esquece ainda o fato de que, nos chiqueiros desses sítios, criavam-se animais, como cabras ou ovelhas. No terreiro, cultivavam-se verduras e criavam-se galinhas e guinés, como fontes de alimentos em dias comuns ou de festas, religiosas ou profanas. Tais casas sempre tinham pelo menos um pé de árvore – marizeiro, sensitiva, tira-fogo, cajazeira, lírio roxo ou branco –, plantado na frente, atrás ou em um dos oitões da casa.

Casas arejadas, somente “as camarinhas eram escuras de meter o dedo no olho” (Melo, 1951, p. 52). Mesmo ao

meio-dia, era preciso acender lamparinas no seu interior, a menos que tivesse alguma fresta no telhado que as iluminassem. As moças da casa dormiam nas camarinhas, ali fumavam cachimbo ou cigarro meio que às escondidas do seu pai, mãe ou irmãos. Igualmente escura era a despensa, próxima à cozinha, onde guardavam-se os gêneros de primeira necessidade. No alpendre ficavam os cavaletes de arrumar selas, dormiam em determinadas horas do dia o fazendeiro e seus filhos. À noite, era local de dormida dos trabalhadores da enxada e, às vezes, de viajantes à procura de descanso.

No que tange à mobília, ela compunha-se de

cadeira ou tamboretas de couro cru, as malas vestidas de couro, recamadas de brocharia viçosa, a mesa grande de jantar, tipo patriarcal, cabendo família numerosa e extensa, armadores em todas as dependências para abrigar as redes não só da família como das visitas de qualificação que apreciavam, tornos de madeira no alpendre para dependurar celas e os arreios, lugares para as cangalhas, caçuás, caixões, todos utensílios indispensáveis à vida multifária do campo (Melo, 1951, p. 53).

De fato, a hospitalidade do nordestino, que abria sua casa para os viajantes, ficou registrada por muitos viajantes do século XIX¹⁷⁷, prática geral que remonta, aliás, aos

177 O naturalista escocês George Gardner (Aquino, 1980, p. 98, 106-125), por exemplo, que viveu e viajou pelo Brasil entre 1836 e 1841, referiu-se especificamente ao uso do alpendre. Indo de Aracati a Icó, no Ceará, e passando pela região de uma pequena vila chamada São Bernardo, ele verificou que "todas as casas dessa parte da região que não estão dentro da cidade têm na frente um alpendre sob o qual os viajantes geralmente pedem licença para fazer o pouso à noite, pendurando suas redes nos ganchos que para isso estão ali" (*op. cit.*, p. 98). Aécio de Aquino (*op. cit.*), que reuniu esse e vários outros relatos de viajantes estrangeiros, confirma a hospitalidade do nordestino no uso de ambientes da casa, para além da varanda, e atribui isso em parte à falta ou à precariedade de hotéis e albergues, principalmente nas cidades

primeiros séculos da colonização¹⁷⁸. E em outra parte do trabalho, Manuel Rodrigues (Melo, 1951) retoma o que chama de “organização material” e “adereços” da casa de fazenda: o barril e a barrica de vinho do porto, utilizado durante muito tempo para carregar água, cita os muitos utensílios de cozinha, não só de barro, os quais, diz ele, são “[...] dignos de estudo e de registro. Isto sem falar nos utensílios do campo “[...] feitos no todo ou em parte de couro” (*op. cit.*, p. 56)¹⁷⁹.

A sede da fazenda, continua Manuel Rodrigues (Melo, 1951), compunha um conjunto de casas: “A casa do vaqueiro, lugar exclusivamente destinado ao vaqueiro solteirão ou casado da fazenda. Outros ainda tinham casas para moradores, nos diferentes pontos do domínio rural

pequenas e nos campos. Por sua vez, Olen Leonard (1960), fazendo proposições para a melhoria da casa rural em Pernambuco, em 1960, defende o uso do alpendre ou varanda por vários motivos, dentre os quais, o de que, “sendo o povo de Pernambuco extremamente sociável e hospitaleiro, a varanda viria a preencher uma outra função importante, como a de servir para receber amigos e visitas” (*op. cit.*, p. 82). Em sua pesquisa, ele concluiu que as famílias julgavam mais importante a varanda do que “uma instalação sanitária, uma cozinha melhor, e mesmo um abastecimento adequado de água” (*id. ibid.*).

178 Vimos anteriormente o testemunho de Hans Staden, ao relatar o naufrágio que sofreu em 1550, na costa do atual estado de São Paulo. Outros naufragos, desta vez do navio Santiago, em 1601, também foram muito bem recebidos por Dona Beatriz de Menezes, mulher do capitão-mor da capitania do Rio Grande, João Rodrigues Colaço, que estava ausente, assim como pelo governador de Pernambuco, Diogo Botelho, quando ali chegaram após partirem por terra de Natal (Brito, 1905, p. 64-65). Adriano Verdonck, em sua memória oferecida ao governo holandês em 1630, resume essa hospitalidade nos seguintes termos: “é para notar que nesta terra não se recebe dinheiro dos viajantes pela sua hospedagem; venham de onde vierem, sejam conhecidos ou desconhecidos, dá-se-lhes imediatamente agasalho e são muito bem tratados de tudo” (Verdonck *apud* Mello, 2004, p. 41).

179 Melo (1951, p. 56) apresenta uma lista desses utensílios, da corda de laçar ao chapéu, das mantas aos rebenques e às véstias, entre vários outros.

ou fazendeiro”. E após descrever outros itens típicos de casas rurais – o pátio em frente do curral, o cercado-de-porta, também chamado de cercado de solta, contíguo à casa e ao curral, destinado aos cavalos de sela e ao gado, aos bezerros e animais de carga, dotado de uma cacimba de beber¹⁸⁰ –, ele acrescenta considerações de ordem ecológica, uma das características mais marcantes da arquitetura vernacular:

As casas de fazendas da várzea do Assu não podem fugir ao determinismo geográfico da flora e da terra que entram na sua composição. Da carnaúba tiram as forquilhas, os enxaiméis, as linhas, as ripas, os brabos, os braços, as mãos, sem falar na “palha de olho” que serve para amarrar os envarados. Do barro tiram o tijolo quadrado ou estreito para o piso, a telha para a cobertura e o barro amassado para encher e rebocar as paredes. Da pedra calcária, dominante nos tabuleiros adjacentes, tiram a cal para caiar as paredes. Do barro doce e mole da várzea e da areia do rio, branca e limpa, tiram a massa para o trabalho de acabamento das paredes. Essa abundância em madeira de carnaúba não implica em desprezo pelas outras madeiras de lei, facilmente encontráveis nos matos e tabuleiros da região. Assim, ao lado das ripas e linhas de carnaúbas, aplicam os fazendeiros forquilhas de aroeira, nos alpendres, enxaiméis de mangue manso para as paredes, varas de guachumbo, marmeleiro ou de mofumbo para a cobertura, caibros de pau-branco para o telheiro, tábuas de emburana para as portas e janelas (Melo, 1951, p. 53-54).

Essa rica descrição aborda apenas o primeiro dos três tipos de casa, de taipa e telha, aos quais o autor se referiu. Esse tipo, diz ele, reúne as “casas de qualidade e de maior

180 Nessa situação, diz o autor, era de uso exclusivo do fazendeiro. Quando fora do cercado, tinha acesso permitido aos moradores da região.

prestígio na região”. Em seguida, ele descreve de modo mais sucinto as de segundo e terceiro tipos, às quais retornaremos, quando tratarmos de outros tipos de casa rural.

Algumas notas sobre sedes de fazenda localizadas em outras áreas do Rio Grande do Norte confirmam a descrição feita por Câmara Cascudo (1956 *apud* Webb, 1974) e Manuel Rodrigues (Melo, 1951), ainda que de modo muito sucinto. Essas “casas de qualidade e de maior prestígio”, como disse o último autor, eram, na verdade, “muito simples e sem refinamentos, e muito desconfortável para os padrões modernos”, nas palavras de Câmara Cascudo. O viajante francês Edgar Aubert de la Rue (1957) visitou o interior do Rio Grande do Norte e deixou suas impressões sobre as habitações, em seu livro publicado em 1957. Após haver viajado e hospedado-se em várias delas, em meados do século xx, ele confirma a rusticidade e a simplicidade delas. Ele observou que o sertanejo de maiores recursos mora no sítio,

[...] que se distingue da habitação dos burgos [*pequenas cidades*] por seu aspecto menos alongado, sem frontão e com cobertura em duas águas [...] entretanto, em vários lugares do Rio Grande, especialmente no vale da Carnaúba, não longe de Parelhas, há grandes sítios com belas coberturas passando das fachadas. Essas casas da caatinga são feitas de tijolos e telhas curvas. São frequentemente caiadas de branco, pelo menos a fachada principal [...] com raras exceções, as habitações dos fazendeiros são, no Nordeste, construções modestas, que não se distinguem dos sítios. Todas em que fui recebido eram rústicas, convenientes, mas sem o menor sinal de luxo, mesmo quando o seu proprietário tinha extensas terras, como eu vi nas proximidades de Parelhas (De la Rue, 1957, p. 82-83).

Apesar da menção ao “vale da carnaúba”, as atuais cidades de Parelhas e Assu se distanciam em cerca de 200 quilômetros. Contudo, os relatos sobre a “casa de taipa e telha” de Manuel Rodrigues (Melo, 1951) e a “casa de sítio” de Edgar de la Rue (1957) são bastante semelhantes. Este último acrescenta ainda uma interessante observação quanto ao efeito do clima sobre a aparência das casas, ao reparar que “as casas do litoral úmido são logo cobertas por manchas escuras, enquanto as do sertão permanecem claras e limpas, e suas pesadas coberturas de telha permanecem lindamente vermelhas” (De la Rue, 1957, p. 82-83), o que ele atribui ao clima seco. Como Manuel de Melo, ele também distingue outros tipos de casa, aos quais voltaremos em momento oportuno.

Discorrendo sobre as sedes de fazenda do município de Martins, Onofre Junior (1966, p. 54) é um pouco mais detalhado e deixa transparecer as características essenciais dessas casas em outra parte do sertão potiguar. Ele chama a atenção para o fato de que essas sedes de fazenda, casas rurais, assemelhavam-se às casas urbanas, algo sobre o qual também comentamos no Capítulo 5, dedicado à casa urbana, do século XVIII à primeira metade do XIX. Para ele, algumas das poucas diferenças se revelam no piso de tijolo nas casas rurais e de cimento nas urbanas. Geralmente caiadas, as sedes de fazendas eram localizadas em sítios altos, expostas ao vento e permitindo boa visibilidade do entorno. Voltavam-se para o sol nascente e contavam sempre com um terraço ou alpendre. Os quintais, quando existiam, eram cercados com faxina, contendo horta, chiqueiro de porco e forno à lenha. Na frente da casa situava-se o terreiro, sempre muito bem asseado

pela dona da casa. Ali encontrava-se uma cajaraneira ou outra árvore de boa sombra.

Vamos retomar às características das casas urbanas no Capítulo 9, no contexto das transformações que ela começa a passar, a partir de meados do século XIX. Por enquanto, permaneçamos nas sedes de fazenda. Paulo Heider (Feijó, 2002, 2014) estudou-as para a região do Seridó, segundo quatro categorias de análise: 1) intenção plástica (forma da caixa edílicia e modenatura); 2) a conformação topográfica do terreno e a orientação (implantação); 3) o programa: ambientes constituintes e seu arranjo no espaço; 4) as condições locais e o sistema estrutural: materiais, técnicas construtivas e elementos constituintes. As quatro categorias foram adotadas a partir da definição do partido arquitetônico em arquitetura, tal qual proposto por Eduardo Corona e Carlos Lemos¹⁸¹. Como dissemos, é um estudo bastante detalhado e disponível, e abstinemo-nos de tecer maiores comentários, para não nos alongarmos, demasiadamente. Por esse motivo, vamos nos deter ao que há de essencial sobre essas categorias de análise, para as referidas casas rurais.

Assim, no que diz respeito à intenção plástica, há, em Acari, região do Seridó, “certa homogeneidade nos padrões das casas-grandes de fazenda do século XIX”. Cobertas com dois panos d’água, empenas elevadas e varandas na fachada principal, essas casas foram comuns em todo o século XIX e início do XX. São conhecidas como casas com

181 “O partido, na arquitetura, é o nome que se dá à consequência formal de uma série de determinantes, tais como o programa do edifício, a conformação topográfica do terreno, a orientação, o sistema estrutural adotado, as condições locais, a verba disponível, as codificações das posturas que regulamentam as construções e, principalmente, a intenção plástica do arquiteto” (Corona; Lemos, 1989, p. 360).

“telhado de arrasto” por causa da grande inclinação do telhado “[...] em duas águas, uma para frente e outra para trás, que se iniciam, respectivamente, no alpendre e na parede posterior da casa” (Feijó, 2014, p. 48). O pé direito no alpendre e na parte posterior da casa tem 2,0 m, mas a cumeeira atinge altura suficiente para abrigar o sótão, com sua janela dando para o oitão, “tão peculiar àquelas habitações” (*id. ibid.*).

Quanto à implantação da casa no terreno, ela segue alguns pré-requisitos: 1) existência de água potável de fácil obtenção, boa visibilidade e fácil acesso; 2) fachada principal voltada para o sol nascente, ou “lado da sombra”, contribuindo para o conforto do alpendre, quando existente, e da sala; 3) isolamento da casa no lote, permitindo aberturas nas quatro fachadas e coberturas em quatro águas. No entanto, “Apesar dessas possibilidades, não foi encontrado um só exemplar que apresentasse telhado com caimento para suas laterais, mas sim, para frente e para trás” (Feijó, 2014, p. 50).

Feijó (2014) descreve, detalhadamente, os ambientes dessas edificações e questiona o mito da homogeneidade da casa tradicional brasileira, pois, apesar das semelhanças, no que se refere ao programa de necessidades dessas habitações, “havia variação na distribuição interna e nas inter-relações dos ambientes das casas, tanto rurais quanto urbanas” (*op. cit.*, p. 54). Ele questiona em particular a convicção, profundamente generalizada entre estudiosos do tema, de que essas casas, tanto rurais quanto urbanas, eram, muito frequentemente, marcadas pela “existência de um corredor central com portas laterais que se abrem para os quartos” (*Id. ibid.*, p. 55). De fato, esse é um lugar-comum no estudo da casa colonial no Brasil, que, com frequência, não se verifica, seja no Seridó ou em outras regiões do Rio Grande do Norte.

Segue uma descrição de cada um dos ambientes das casas-sede de fazenda, todas construídas, aliás, com alvenaria de tijolos. Esses ambientes, que, segundo Paulo Heider (Feijó, 2014, p. 56), são os mesmos das casas urbanas por ele estudadas, são listados e resumidamente descritos no Quadro 4, concebido a partir dos dados fornecidos pelo referido autor. Além desses ambientes, existia ainda o paiol, que, sem ser um cômodo, era de grande importância por armazenar farinha durante longos períodos. Pouco encontrado nas casas urbanas, foi identificado na maioria das casas estudadas por ele.

QUADRO 4
Os ambientes das casas-sede de fazenda do Seridó potiguar (século XIX). Fonte: elaborado a partir dos dados descritos por Feijó (2014, p. 57-72).

AMBIENTE	CARACTERÍSTICAS
O alpendre	<p>Prolongamento da cobertura da casa, aberto em três dos quatro lados, sempre em frente à fachada principal, nunca ao lado; apoiado em pilares de madeira;</p> <p>Piso em geral de lajedo, ou com o mesmo piso do restante da casa;</p> <p>Dispunha de bancos corridos, feitos com diferentes tipos de madeira;</p> <p>Ambiente aprazível, voltado para o lado da sombra;</p> <p>Serve para receber estranhos e hóspedes, e para estocar produtos de colheita.</p>
A sala de visita	<p>Primeiro ambiente no interior da casa, após a varanda, ocupando toda a largura da edificação;</p> <p>Conecta-se à varanda e aos demais ambientes da casa por um corredor, de outras salas ou dos quartos;</p> <p>Em geral, tem duas janelas nas duas paredes laterais e duas portas voltadas para a varanda, entre as quais, pode haver um nicho que serve de armário;</p> <p>É o ambiente social da residência;</p> <p>A porta que dá acesso aos demais ambientes do interior é dividida em duas bandas;</p> <p>Mobiliário rudimentar, feito na fazenda ou nas redondezas: tamboretas com assento de couro cru, espreguiçadeiras, redes; alguns móveis podiam vir de Recife.</p>

AMBIENTE	CARACTERÍSTICAS
O corredor	<p>Espaço longitudinal ao comprimento da casa, de acesso aos quartos, às salas de jantar e de visita, tendo, em geral, 1,50 m de largura;</p> <p>Sobre o corredor encontra-se o paiol, onde se armazenam os alimentos;</p> <p>Separa-se da sala de visita por uma porta de duas bandas, demarcando o início da área mais íntima da casa.</p>
O quarto	<p>Situado entre a sala de visita e a sala de jantar, ou ao lado desta;</p> <p>Às vezes, não tem janelas ou qualquer outra abertura: são as alcovas ou camarinhas, quarto do casal e das filhas, respectivamente;</p> <p>São ambientes de grande altura, por ficarem sob a linha da cumeeira, lugar mais alto da cobertura, que atinge aproximadamente 8,0 m, especialmente quando a casa não tem sótão;</p> <p>Quando havia janelas nos quartos das filhas, podiam ter grades de madeira;</p> <p>Podia haver ainda o quarto de hóspede, com ligação exclusiva para a sala de visita ou mesmo para o alpendre;</p> <p>O mobiliário era muito modesto: baús, malas, caritós (pequenos armários embutidos) ou simples prateleiras nos cantos das paredes, oratórios; em alguns casos, camas com estrado de madeira, couro cru ou sola; redes de algodão, armadores para redes de vários materiais e formas.</p>
A sala de jantar	<p>Dispunha de janelas nas paredes laterais (ambientes arejados e bem iluminados). Geralmente, tinham a largura da casa;</p> <p>Ligação direta com os quartos, cozinha, corredor, ou mesmo com a sala de visita;</p> <p>Podia se ligar com o exterior, por meio de uma porta lateral;</p> <p>Mobiliário: mesa para refeição, feita com madeiras da região; bancos corridos nas laterais e bancos individuais na cabeceira; cristaleiras, nas famílias mais abastadas; lavatório (bacia, porta-toalha, estrutura de ferro); cantareira, para receber os potes de barro para estocagem de água.</p>

AMBIENTE	CARACTERÍSTICAS
A cozinha	<p>Disposta fora do corpo principal da casa, por causa do fogão à lenha (fumaça), também situam-se na sua parte posterior, na continuidade dos demais ambientes.</p> <p>É construída com paredes mais espessas do que as das divisórias da casa;</p> <p>Tem passado por reformas ao longo dos anos, devido à sua precariedade, ou à inclusão de eletrodomésticos e instalações;</p> <p>É o ambiente mais modificado da casa; é também o mais movimentado;</p> <p>Dispunha de uma ou mais janelas, uma das quais funcionando como bancada para lavagem de louças e panelas, e porta para acesso ao exterior. As janelas poderiam ter grades semelhantes às encontradas nas camarinhas;</p> <p>Principal peça do mobiliário: o fogão a lenha, localizado numa das paredes laterais, escurecendo as paredes por causa da fumaça.</p>
A despensa	<p>Os alimentos eram estocados em caixotes de madeira, nos jiraus (prateleiras suspensas por cordas ou arames a partir do teto, para a guarda de carne de sol e queijo, com determinados cuidados, para impedirem o acesso de ratos), nas prateleiras engastadas na parede.</p>
O sótão	<p>Devido às casas serem alongadas e terem tetos bastante inclinados, aproveitava-se o desvão sob a cumeeira da cobertura, bastante alta para casas térreas, de modo a permitir esse ambiente, numa espécie de pavimento superior;</p> <p>Usado, frequentemente, como ambiente para as filhas. Chegava-se por meio de escada íngreme e desconfortável.</p>
A latrina	<p>Pouco comum nas casas-grandes de fazenda. Usavam-se, frequentemente, “os matos”.</p>

Sobre o arranjo desses ambientes em planta, o autor destaca a mesma relação frente-fundos na distribuição dos cômodos, com o setor social na frente, o setor íntimo no miolo e o de serviço no fundo das residências. Essa distribuição setorial é sistemática, mas, se à primeira vista parece levar à semelhança, há grande diferença na articulação e na

estrutura das plantas entre as casas estudadas. Assim, por exemplo, “a sala de visita pode estar articulada com corredor, quarto, saleta e sala de jantar. A cozinha, em geral, se liga com a sala de jantar, despensa e quarto” (Feijó, 2014, p. 73).

Quanto à última categoria analítica definida para a análise dessas casas, as condições locais e o sistema estrutural: materiais e técnicas construtivas e elementos constituintes, concebemos o Quadro 5, também a partir do referido estudo:

QUADRO 5
Casas-sede de fazenda do Seridó potiguar; materiais, técnicas construtivas e elementos constituintes. Fonte: elaborado a partir dos dados descritos por Feijó (2014, p. 75-94).

AMBIENTE	CARACTERÍSTICAS
A locação	Sem grande precisão, resultando em paredes não ortogonais entre si.
O alicerce	De tijolo ou de pedra local (pedra e cal, pedra e barro, pedra sem argamassa – a junta seca); Quanto mais antiga, mais profundo é o alicerce.
A alvenaria	Predomina a alvenaria de tijolos maciços; as paredes externas vão até o teto; as internas são meias-paredes (não alcançam o teto); As paredes externas têm de 35 cm a 55 cm de espessura; as internas, de 16 cm a 20 cm; os tijolos tinham 40 cm x 16 cm x 8 cm e pesavam 8 kg, aproximadamente. As paredes das fachadas são mais espessas do que as demais, provavelmente por necessitar absorver os esforços relativos aos empuxos da cobertura (paredes sem amarração intermediária); Sem revestimento, e quando tinham, era apenas o emboço grosseiro; raramente tinham reboco; o cimento era desconhecido no século XIX na região; a cal era de origem mineral; Na argamassa, utilizava-se, às vezes, apenas o barro, na falta de outros materiais, como a cal.
O piso	Variava, de acordo com as condições do proprietário e da região; Podiam ser de tijoleira de barro, tijoleira de adobe, terra batida (este piso, usado em casas mais modestas, de taipa, ocupadas pelos moradores e trabalhadores da fazenda), pedra (lajedo) e tabuado corrido.

AMBIENTE	CARACTERÍSTICAS
A esquadria	<p>As portas e janelas são de giro; vãos com cerca de 1,00 m de largura; folha cega, feita com tábuas de madeira unidas por travessas;</p> <p>Não se usava o vidro, nem esquadrias tipo guilhotina;</p> <p>A porta era dividida em duas bandas;</p> <p>Usavam-se ferragens (dobradiças, fechaduras, ferrolhos e cravos);</p> <p>Traves de madeira ou peças horizontais colocadas sobre marcos das portas e janelas, pelo lado de dentro da casa; medida suplementar de segurança.</p>
A cobertura	<p>Construída em duas águas, com beirais para a fachada principal e para os fundos;</p> <p>Beirais com reduzido pé direito e cumeeiras altas;</p> <p>A estrutura da cobertura eram peças de madeira da região (brabos, terças, frechais, pontalotes, caibros e ripas);</p> <p>Telhas de barro, conhecidas como telha canal ou colonial, maiores do que as telhas atuais;</p> <p>O forro era praticamente desconhecido;</p> <p>Telhado com inclinação acentuada.</p>
A escada	<p>Confeccionadas em madeira; acesso ao sótão; inclinação acentuada, em geral em um único lanço;</p> <p>Localizadas em geral no corredor ou na sala de estar;</p> <p>Também era usadas para acesso ao paiol (escada de pintor ou de mão).</p>
O armário	<p>Embutido na parede da fachada principal, na sala de visita;</p> <p>Podia ser encontrado também na sala de jantar ou na alcova. Neste último caso, funcionando como caritó ou oratório.</p>
A pintura	<p>Podiam ter reboco e pintura, mas, às vezes, sequer tinham reboco.</p> <p>Esquadrias sem pintura nas casas mais simples; quando pintadas, eram, geralmente, em verde ou azul.</p>

Esse estudo, feito por um arquiteto, portanto, muito mais atento aos detalhes construtivos das casas-sede de fazenda, não destoa, essencialmente, no entanto, das casas das várzeas do Assu, tais quais descritas por Manuel Rodrigues (Melo, 1951), em que pesem algumas pequenas diferenças, como

por exemplo, o uso da taipa, nas casas do Assu, e de tijolos, nas casas do Seridó, ou a existência do paiol ou do sótão que, se existiam, pelo menos não foram citados nas casas da primeira região. Por outro lado, vários elementos – os ambientes, a volumetria e a forma do telhado, o mobiliário e o uso de materiais locais, entre outros – indicam tratar-se, basicamente, do mesmo tipo de casa.

A arquiteta Nathalia Diniz (2008, 2013), que também estudou as fazendas da Ribeira do Seridó, elaborou um inventário de fazendas da região, que ela supõe, a partir de vários indícios, haverem sido construídas também no século XIX¹⁸². Apesar de haver trabalhado com uma quantidade bem maior, 62 sedes de fazenda, ao invés das 12 analisadas por Paulo Heider (Feijó, 2002, 2014)¹⁸³, gerando, portanto, uma análise mais detalhada, não achamos necessário explorar o primeiro trabalho, uma vez que esse último contempla o que há de essencial nessas casas-sede. A dissertação de mestrado de Ariane Magda Borges, também dedicada às casas-sede de fazenda do Seridó, diferencia-se dos anteriores, por abordá-las do ponto de vista de sua adaptação ao clima semi-árido da região, um dos pressupostos da chamada arquitetura vernacular. Em seu estudo, ela concluiu que “tais casas [...] apresentam-se como uma

182 Em pesquisa posterior (Diniz, 2013), ela amplia a sua análise, abarcando *os sertões do Norte*, correspondentes, hoje, aos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia, num total de 116 casas-sede, também relativas ao século XIX, encontrando semelhanças e particularidades entre elas. Como neste trabalho focamos especialmente o Rio Grande do Norte, e tendo em vista que, nesse segundo estudo, ela limitou-se, nesse estado, à mesma ribeira do Seridó, não o exploramos aqui.

183 Esse autor estudou um total de 24 casas do Seridó, mas 12 eram sedes de fazenda e 12 casas urbanas.

boa alternativa de proteção em relação ao semi-árido” (Borges, 2015, p. 126-127) e que apresentam maior desempenho térmico, na medida em que atendem às estratégias bioclimáticas recomendadas. Vê-se, portanto, como as casas seridoenses receberam mais atenção dos estudiosos do que as de outras regiões do Rio Grande do Norte.

Em meio a determinadas características comuns, as sedes de fazendas detêm diferenças importantes. Nathalia Diniz (2008), referindo-se ao programa funcional das sedes de fazenda da região do Seridó norte-rio-grandense, observa que as plantas são diversificadas, a maioria das quais tendendo ao retângulo. Algumas delas têm pátio interno, quintal e serviço murado. Enquanto o corpo principal é coberto, predominantemente, por telhado em duas águas, o anexo de serviços, que incluem a cozinha e parte posterior, pode ter diferentes formatos de cobertura. Construídas há um século, poucas são originais, pois sofreram modificações, a mais comum das quais foi a construção de banheiros no seu interior, substituindo as latrinas e cumoas situadas no exterior da casa (Diniz, 2008, p. 103). Apresentamos, como conclusão deste item e a título ilustrativo, quatro exemplares das sedes de fazenda levantados no referido trabalho.

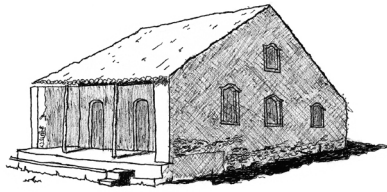
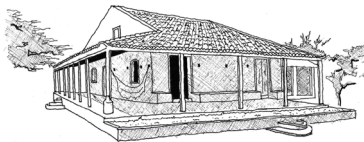
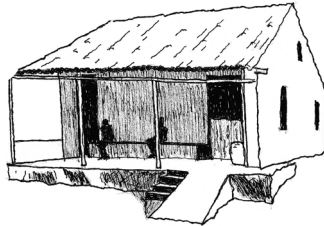
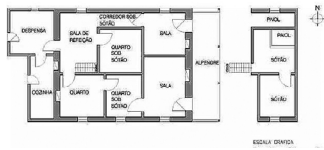


FIGURA 31
Plantas baixas e imagens de quatro casas-sede de fazenda do Seridó potiguar¹⁸⁴. Fonte: Diniz (2008 [páginas não numeradas]); o desenho tridimensional das casas é do autor, com base nas fotografias disponibilizadas pela mesma fonte; as plantas baixas, reproduzidas na referida fonte, são de autoria de Feijó (2002, 2014).



184 Na ordem em que aparecem: sedes das fazendas Maravilha, Sobradinho, Carnaubinha, Pitombeiras

A casa (originalmente) do negro: o mocambo¹⁸⁵

Manuel Rodrigues (Melo, 1951) classificou as casas da região do Assu em três tipos, segundo os materiais utilizados – de taipa e telha, de taipa e palha, ou, simplesmente, de palha. O primeiro tipo correspondia à da sede da fazenda, que ele descreveu, detalhadamente, como vimos. Ele é, porém, lacônico quanto aos dois outros tipos:

As segundas e terceiras não relaxavam o piso de barro batido, havendo muitas que se assentavam sobre o chão comum, sem nenhum vestígio de mão humana e civilizada por ali [...] as do segundo e terceiros tipos [...] não vão além da taipa e da palha, utilizando na sua estrutura o mangue, o talo da carnaúba e outras madeiras pobres (Melo, 1951, p. 51, 54).

Ao contrário das casas do primeiro tipo, que eram “de qualidade”, na percepção de Manuel Rodrigues (Melo, 1951), esses outros dois tipos de casas variam entre si, essencialmente, apenas quanto ao material utilizado, mas eram, obviamente, um mesmo tipo de casa.

Edgar Aubert de la Rue (1957), viajante francês, também faz uma distinção semelhante à de Manuel Rodrigues (Melo, 1951), entre diferentes tipos de casas, segundo os materiais nelas utilizados. Além da “casa de sítio”, de que tratamos, anteriormente, ele também menciona “casebres feitos de taipa, cobertos de palha. Alguns têm também pequenas casas de tijolos e telha, mas bem pequenas” (*idem. ibid.*, p. 82). Curiosamente, em sua longa jornada pelo Nordeste do Brasil, ele percebeu casas de pedra apenas

185 O mocambo foi objeto de trabalhos anteriores (Teixeira, 1990, 2015). Aqui, a análise foi bastante enriquecida com novas fontes e novas considerações.

na Paraíba, próximo do limite com o Rio Grande do Norte (*idem. ibid.*, p. 74). Vimos que casas de pedra foram relativamente comuns no Rio Grande do Norte, pelo menos na região do Seridó. Esse autor também notou, em suas viagens, o uso de madeiras como o angico e a aroeira, entre outras, na estrutura dos casebres, bem como do tijolo de adobe, algo pouco citado em outras fontes. Seja como for, as descrições da casa dos moradores pobres correspondem, certamente, às habitações simples mencionadas por Paulo Heider (Feijó, 2002, 2014), ocupadas pelos moradores e trabalhadores, e localizadas dentro das terras da fazenda.

Assim como o primeiro tipo, que Manuel de Melo associou à nossa herança colonial, os dois outros também remontam aos tempos da colônia. Em 1810, por exemplo, o sempre perspicaz e observador Koster (1816), em suas viagens pelo interior do Rio Grande do Norte e de outras capitanias vizinhas, descreve a casa do sertanejo, num tom relativamente positivo. Por suas características, devia ser, em essência, o tipo de casa do pobre a que se refere Manuel Rodrigues (Melo, 1951):

Eu falei talvez insuficientemente para dar uma ideia correta dos habitantes das fazendas de gado. Diferentemente do peão das terras próximas ao Rio da Prata, o sertanejo tem sempre com ele a mulher e filhos, e vive em relativo conforto. As casas são pequenas e construídas com barro, mas fornecem um abrigo bastante adequado ao clima; são cobertas com telhas quando podem ser adquiridas, ou, como é mais comum, com folhas de carnaúba. As redes normalmente substituem as camas, e são bem mais confortáveis e igualmente utilizadas frequentemente como cadeiras. A maioria das melhores residências têm mesa, mas a prática comum é a família acocorar-se ao redor de uma esteira, com bacias, cabaços e travessas no centro, e aí comer sua refeição, no

chão. Facas e garfos não são muito conhecidos e sequer são utilizados nas classes mais pobres. É um costume em todas as casas, das altas às baixas classes sociais, como em tempos antigos, e praticado em todos os lugares que visitei, se passar de um para o outro uma bacia de prata ou de barro ou uma cuia, com toalha de cambraia franjada ou pedaço de tecido grosseiro de algodão feito no país, para que todos os que vão se assentar para comer lavem suas mãos. Esta mesma cerimônia, ato de asseio necessário, se repete ao final da refeição. Os cabaços são de grande uso doméstico. Cortado em dois, retirada a polpa e secado, este rústico vasilhame serve para quase todas as finalidades dos utensílios de barro [...] inteiro chamam cabaça e partidos pela metade, cuias (Koster, 1816, p. 144).

Ainda na infância, no início da década de 1970, visitando a área rural do município de Assu, testemunhamos a existência não apenas de casas desse tipo, mas também o uso de utensílios e de cerimônias de asseio nas refeições muito parecidas com essas registradas pelo autor, mais de um século e meio antes, o que demonstra a força da tradição. Seja como for, tratava-se de um tipo extremamente comum de casa vernacular, talvez o mais puro exemplar da casa do pobre Brasil afora, e no Nordeste em particular, onde ela ainda pode ser encontrada, nas áreas rurais, em particular. Estamos nos referindo ao mocambo, um exemplo típico da chamada arquitetura vernácula, ou vernacular, uma vez que preenche todas as características implícitas na definição desse termo, descritas no Capítulo 1.

Antes de descrever o mocambo, é preciso tecer algumas considerações iniciais. Em primeiro lugar, considerando que ele tem forte origem africana, como veremos, são raríssimas as informações sobre as habitações dos negros no período colonial para a capitania do Rio Grande (do

Norte)¹⁸⁶. Em segundo lugar, e considerando essa mesma origem, tratamos da etnia negra de forma generalizada neste trabalho, mesmo tendo consciência da rica complexidade inerente aos vários povos de origem africana que aportaram nestas terras, postura semelhante à que adotamos para a cultura indígena, aliás. Essa opção metodológica parece-nos, contudo, justificável, por dois motivos: a) Este não é um estudo de antropologia social e cultural, mas de arquitetura, ainda que, obviamente, um conhecimento mais aprofundado das diferentes culturas no âmbito tanto das civilizações indígenas quanto negras pudessem explicar determinados aspectos da casa a elas inerentes; b) Mais importante, e como dissemos acima, não temos uma base de dados primários suficiente para desenvolver um estudo que levasse em conta as diferenças internas a cada um desses grandes grupos étnicos (indígenas e negros) que viveram no Rio Grande do Norte, algo que exigiria um trabalho bem mais complexo e ambicioso. Damo-nos por satisfeitos, se fizermos algumas considerações gerais, tendo como base as poucas informações disponíveis.

186 Vários fatores, para além da simples perda eventual de fontes documentais, podem explicar a ausência de informação: a) Apesar de escravizados fazerem-se presentes desde o início da colonização – a exemplo das menções aos “negros da Guiné” nos autos de repartição de terras da capitania do Rio Grande (Doc. de 1614; Teixeira, 2014) –, eles foram menos expressivos numericamente, quando comparados a outras capitanias, ainda que o número deles haja crescido entre os séculos XVIII e XIX; b) As fontes documentais parecem simplesmente ignorar muito do que lhes diz respeito, inclusive os seus modos de morar, diferentemente do que aconteceu com os indígenas, cuja moradia, por sua singularidade, chamou a atenção de vários cronistas especialmente no início da colonização; c) Há provavelmente uma consciência historicamente determinada de não lembrar o nosso passado escravista e tudo que ele representou e ainda representa na realidade do país.

A terceira consideração inicial reside na constatação de que houve uma grande incidência do mocambo ao longo do tempo, para além do período estabelecido para esta Parte 3 do trabalho (1700 a 1850), no qual inserimos a sua descrição, de modo que essa habitação vernácula poderia ser constituinte da Parte 4 (1850-1950) e mesmo da parte 5 (desde 1950), ainda que ela esteja desaparecendo, progressivamente, de nossa paisagem. Disso decorre que, na análise dos mocambos, fugimos às amarras cronológicas estritas desta Parte 3 do trabalho.

Por fim, como quarta e última consideração inicial, houve, do mesmo modo, uma grande incidência do mocambo no espaço. Associado, originalmente, ao mundo rural, ele também se desenvolveu nas periferias urbanas, em especial, e, no passado, mesmo nos centros das cidades. Além disso, como aconteceu com a casa indígena do século XVII, ele estendeu-se por um território muito mais amplo do que o do Rio Grande do Norte¹⁸⁷. Por isso, vamos nos deter, sobretudo, embora não exclusivamente, a um trabalho clássico, da primeira metade do século XX, de Gilberto Freyre (1937), intitulado “Mocambos do Nordeste”, inserindo, de acordo com as fontes disponíveis, considerações sobre a realidade potiguar. Além disso, no Capítulo 9, vamos analisar um caso que aborda as transformações do mocambo em Natal.

187 O alto índice de migração da população nordestina explica, em parte, esse fenômeno. Sabe-se que migrações do Nordeste em direção a outras regiões do país foram significativas, especialmente no século XX, e isso contribuiu para o seu uso em nível nacional. Por trás de muitas casas humildes das periferias urbanas, escondem-se muitos mocambos, travestidos com ornatos e outros elementos, especialmente nas fachadas, que não são suficientemente fortes para negar a sua origem rural.

Como dissemos, os registros históricos atestam a presença de negros africanos desde cedo, na capitania do Rio Grande. Ainda no início do século XIX, dados estatísticos apontam a procedência direta de alguns deles da África, isto é, não nascidos no Brasil (Teixeira, 2018). Como em outros lugares da colônia, eles aparecem nas mais variadas situações: como “escravos de ganho”, como trabalhadores nas roças, na criação de animais, como soldados, como domésticos, entre outras. Também há registros de escravizados fugitivos ou infratores das posturas.

Um dos aspectos de interesse para este trabalho reside no uso dessa mão de obra para a construção civil. Em determinadas ocasiões, os oficiais do Senado da Câmara solicitavam aos donos de escravizados que os cedessem para obras de interesse público, como o conserto de pontes, de casas de câmara e cadeia ou do Forte dos Reis Magos, entre outras. Um exemplo ficou registrado no termo de vereação datado de 16 de abril de 1740, segundo o qual, o almotacé Manuel de Melo de Albuquerque notificou os moradores de Natal para que cedessem seus escravos para a reconstrução da ponte que ligava a Cidade Alta à Ribeira, obra muito importante para a população (Catálogo, [s. d.],a, doc. 1300, f. 059v-060v [Natal, 16 abr. 1740]). Essa ponte fora construída pelo capitão-mor João de Barros Braga entre 1734 e 1735, e tinha pelo menos 132 metros de comprimento (mais de 60 braças). Vencia uma área alagada proveniente do Rio Potengi, que separava as duas áreas da cidade (Teixeira, 2009, p. 186). Como aconteceu com os indígenas, não é difícil inferir que negros escravizados também tenham sido utilizados na construção ou no conserto das casas de seus senhores, ainda que não tenhamos fontes claras a respeito, para o Rio Grande (do Norte).

Os cativos fugidos, ou mesmo ainda sob o controle senhorial, certamente, construíam suas habitações ao modo que eles sabiam, segundo as suas tradições. Eram denominadas mocambos, desde o início da colonização. Diogo de Campos Moreno (1949), escrevendo em 1612, via como um mal, os “mucambos entre os negros ou juntas de fugidos a que chamam santidades” (*op. cit.*, p. 523). Em outro trecho, reclama que se os portugueses, com seu trabalho, recursos e vidas, pegam em armas, desfazem e trazem de volta os fugitivos desses “mucambos ou ladroeiras” causadores de desordens, logo vem “a piedade dos padres e a necessidade em que deles vivem os leigos” (*id. ibid.*, p. 524) para não os castigar¹⁸⁸.

O “Vocabulário Portuguez e Latino”, dicionário de autoria de Rafael Bluteau, define o termo “mocambo” como “quilombos”, ou “habitação feita nos matos pelos escravos pretos fugidos no Brasil” (Bluteau, 1789b, p. 88). Esses assentamentos podiam variar bastante em tamanho, dependendo do número de fugitivos que reuniam. O mocambo do Axi, no Maranhão, por exemplo, era, certamente, de maior porte. Em ofício de 27 de junho de 1794, D. Fernando Antônio de Noronha, governador do Maranhão, diz haver designado o coronel do Regimento pago, Anacleto Henriques Franco, para extinguir o referido “mocambo”,

composto de mais de seiscentos homens, munido de armas, pólvora e bala, fortificado em um lugar fechado com uma trincheira forte de estacaria com entradas simuladas sobre profundidades fornecidas de pau-a-pique que terminam em ponta aguda, cobertos na superfície com bastante sutileza e outros objetos de defesa (Ofício, [s. d.]).

188 Esses “mucambos” reuniam também índios fugitivos, segundo o mesmo autor.

O combate a esses assentamentos era frequente em todo o Brasil colonial. Outro exemplo encontra-se na lista de serviços prestados por Manuel Rodrigues Campelo, que concorria ao cargo de capitão-mor do Rio Grande em 1745. Nela consta que ele e seus homens, a mando do governador de Pernambuco, Manuel Rolim de Moura, destruíram, em 1727, mocambos de negros fugitivos que roubavam e descompunham moradores na freguesia de Santo Amaro de Jaboaão. Ele, no comando de uma tropa, não só destruiu o “mucambo mais fortificado [...] mas prendeu muitos negros dele que trouxe seguros” (Alveal; Oliveira, 2016, p. 176)¹⁸⁹.

São raras as menções a alguma forma de *habitat* de negros fugitivos no Rio Grande do Norte. Uma delas ficou registrada pelo soldado Peter Hansen, durante o domínio holandês da Capitania do Rio Grande (1633-1654). Saindo em 9 de março de 1650 da lagoa de Guaraíras (perto da atual cidade de Arez), em busca de negros fugitivos, com doze brasileiros (indígenas) e dois negros que serviam de guia, ele conta-nos que, antes do amanhecer do dia seguinte,

Chegamos a uma mata, à beira de um grande pântano, onde esses negros permaneciam. Tinham lá construído uma grande casa com fogueiras ao redor. Cercamos essa casa cheia de negros. Chamei à porta e eles perguntaram: “quem vem lá?” Respondi. “bons amigos”. Responderam: “não deixamos entrar ninguém”. Disse: “então incendiaremos a casa para que todos queimem”. Abriram, assim, a porta, e vimos que lá dentro havia uns 40 a 50 negros que pertenciam a Willian Beck (Hansen, 2016, p. 81).

189 No Capítulo 7, vamos explorar mais um caso de combate aos quilombos de negros fugitivos, dessa vez em Alagoas, em 1732.

A descrição, pelo menos no caso desse mocambo, indica uma casa comunitária, semelhante às dos indígenas. Poucos anos antes, em 9 de agosto de 1645, como parte das refregas com os colonos em Pernambuco, ele encontrou “uma casa grande de portugueses, ao redor da qual havia pelo menos 50 casinhas ou cabanas de negros” (Hansen, 2016, p. 51), ou seja, uma disposição menos concentrada de suas habitações.

Na portaria do capitão-mor José Pereira da Fonseca, em 14 de julho de 1722, o povo da capitania do Rio Grande havia solicitado providências contra o “mocambo de negros”, composto por um rancho de quarenta pessoas e localizado na ribeira do Rio Trairi, cuja foz deságua no litoral sul de Natal. Eles eram acusados de matar muito gado e de assaltar muitas fazendas, além de conseguirem pólvora e armas para fazerem mais ataques às casas dos moradores, que temiam que mais negros juntassem-se ao bando. Atendendo à petição, o capitão-mor nomeou o coronel Manuel Gomes Torres para combatê-los, reunindo para tal o máximo de pessoas possível, inclusive indígenas, que deveriam ficar sob as ordens de um cabo (Mariz, 1994, p. 159).

Outro episódio semelhante, ocorrido dezesseis anos após o anterior, ficou registrado no termo de vereação do Senado da Câmara de Natal, datado de 21 de novembro de 1738. Uma rebelião de “muitos escravos africanos que se amocambaram e se sublevaram em tropas do poder de seus senhores”, estavam cometendo delitos, atacando e ferindo transeuntes pelos caminhos da capitania. Mataram o capitão Henrique Félix de Menezes e por isso muitos moradores temiam castigar seus cativos, que poderiam fugir para os mocambos. Os revoltosos “[...] incitavam-nos, roubando

casas, lavouras e gado” (Catálogo, [s. d.], doc. 1248 f. 27v-29 [Natal, 21 nov. 1738]). Várias autoridades¹⁹⁰ reuniram-se e decidiram defender a capitania. O capitão-mor ofereceu “todo socorro e ajuda militar, providenciando a prisão e ações judiciais contra os escravos e escravas delinquentes” (*id. ibid.*). Os negros fugitivos que fossem identificados pelos seus senhores lhes seriam devolvidos.

O documento usa o verbo “amocambar-se”, para a reunião de escravizados fugitivos, e a palavra “mocambos”, para os seus assentamentos. Esses mocambos de escravos fugitivos, combatidos aqui como em toda parte, podem haver sido mais frequentes no Rio Grande do que permitem supor as fontes disponíveis. Infelizmente, não é possível avançar qualquer outra informação a respeito dessas habitações no Rio Grande, a partir dos documentos primários: localização precisa, formato das casas, número de negros vivendo no local – com exceção, nos dois episódios citados, do mocambo da ribeira do Trairi –, a regularidade ou a frequência com que esses assentamentos ocorriam, entre outras.

Uma descrição de como eram esses assentamentos, deixada por Gaspar Barléu (1974, p. 253-254), em seu trabalho de 1647, pode nos fornecer alguma ideia. Ele trata, especificamente, do famoso Quilombo dos Palmares, “[...] para onde se dirigia um aluvião de salteadores e escravos fugidos, ligados numa sociedade de latrocínios e rapinas, os quais eram mandados às Alagoas para infestarem as

190 “os oficiais da Câmara, o provedor dos ausentes, sargento-mor Hilário de Castro Rocha, o coronel Manuel da Silva Queiroz, o almoxarife da fazenda real capitão Manuel Cabral Marins, o sargento-mor Roque da Costa Gomes, o juiz dos órfãos, licenciado Francisco Álvares Bastos representando o capitão-mor governador desta capitania João de Teive Barreto”, todos os “Repúblicos” assinaram o termo.

lavouras”. Confirmando que esses quilombos podiam variar bastante em tamanho, ele diz que essas “povoações e comunidades de negros”, eram de dois tipos, os Palmares grandes e pequenos. Estes se escondiam nas matas, “às margens do rio Gungouí, afluente do célebre Paraíba”. Ficavam a vinte léguas de distância de Alagoas e seis, da Paraíba, para o norte, com uma população estimada de seis mil habitantes, “vivendo em choças numerosas, mas de construção ligeira, feitas de ramos de capim” e por trás das quais eles tinham hortas e palmares. Os Palmares grandes distanciavam-se 30 léguas de Santo Amaro. Eram cerca de cinco mil negros, estabelecidos nos vales. Moravam em “casas esparsas, por eles construídas nas próprias entradas das matas, onde há portas escusas”, e por onde podiam fugir, “em casos duvidosos” e se esconderem nas brenhas¹⁹¹.

Além dos mocambos de escravizados fugitivos, havia também senzalas na capitania do Rio Grande. Elas são mencionadas em algumas ocasiões, como na disputa por terras na vila de São José, em 1774, entre o “capitão-mor dos índios”, Antônio dos Santos Dantas, e Luiza da Rocha de Carvalho. Esta informa que seu defunto marido havia construído “casas de vivenda, de senzala, lavouras e uma engenhoca de fazer mel e açúcar” (Martins, 2005, p. 377), nas ditas terras. No entanto, mais uma vez, não podemos dizer nada a respeito de suas características formais, a partir das fontes primárias disponíveis, pelo menos para a capitania do Rio Grande (do Norte), uma vez que há relatos mais precisos para outras regiões do Brasil.

191 Ele descreve ainda a religião, o modo de governo, ambos à imitação dos portugueses, as produções da terra, a alimentação, como caçam, vigiam, dançam.

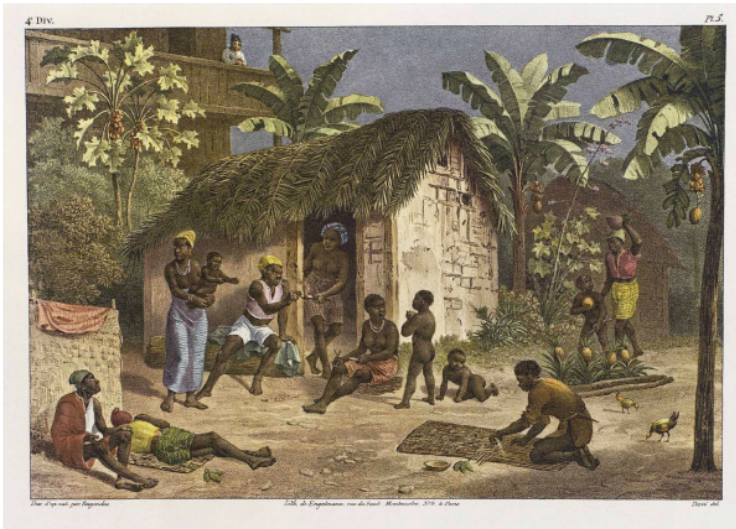


FIGURA 32
Habitação de negros. Fonte: Rugendas (1835). Senado Federal, Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

Estando intrinsecamente ligado à escravidão negra, o mocambo pode ser visto como uma das contribuições africanas à cultura brasileira. Arthur Ramos (1951) destaca a rica experiência artística desses povos agrários, de *habitat* permanente. Construía suas casas com paredes de barro e cobertura de palha, com planta retangular, geralmente. Detentores de uma olaria desenvolvida, era “[...] famosa a sua habilidade artística nos vasilhames de argila, cestas de palha e em outros utensílios de ferro, equipamentos de caça e pesca” (*op. cit.*, p. 130). Referindo-se a dois grupos específicos, o autor afirma que, “na arquitetura, resquícios dos Yoruba e Angola são bastante visíveis nas choupanas de adobe, encontradas frequentemente no Nordeste do país” (*id. ibid.*, p. 132). John Moritz Rugendas representou um mocambo típico, em 1835 (Figura 32).

Foi em razão dos utensílios encontrados, que Elias Herckman (citado por Barléu, 1974), numa expedição ex-

ploratória pelo interior da Paraíba, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais holandesa, em 1641, encontrou um assentamento abandonado que ele especulou, inicialmente, ser indígena, mas achou mais provável ser de negros. Ele conta que chegaram numa “aldeia de tapuias”, contendo algumas “choçazinhas arruinadas, quais costumam levantar, cobertas de folhas verdes chamadas *carauatá*” (*op. cit.*, p. 229). Nelas encontraram uma alfaia módica, de gente pobre: vasos, “[...] que chamam cabaças”, painéis de barro, “chapéus, calçados, bandoleiras, instrumentos de pesca, arcos, setas, chocalhos, guizos, objetos de jogo, mas tudo estragado e bolorento” (*id. ibid.*). O abandono do lugar levava a crer que tudo pertencia a indígenas que fugiram, tumultuariamente. Porém, “era mais crível ter sido aquilo um aldeamento, não de tapuias, mas de *tapivís* ou de negros, habitantes do mato, conforme indicavam os chapéus e calçados” (*id. ibid.*)¹⁹².

Mesmo sem descartar que podiam haver pertencido a indígenas, o desbravador holandês associou as “choçazinhas arruinadas”, preferencialmente, aos negros, tendo em vista, sobretudo, os utensílios, os adornos e os itens de vestimenta nelas encontrados. Ele acrescenta logo em seguida que, mais adiante, após passar por esse “aldeamento”¹⁹³, eles “[...] chegaram à morada dos tapuias” (Barléu, 1974, p. 229), de certa forma reforçando, pela distinção, a suspeita de que o assentamento anterior era, efetivamente,

192 Mário G. Ferri, autor das notas explicativas do livro, referindo-se ao termo “*tapivi*”, explica que “Barléu de ordinário altera de tal forma as palavras que é difícil, às vezes, a identificação” (Barléu, 1974, p. 392).

193 A versão utilizada do livro de Barléu é uma tradução. Utilizado ou não, no texto original, em latim, sabemos que, pela descrição, não se tratava, tecnicamente, de um “aldeamento”.

de negros. É possível que esse pequeno núcleo pertencesse a negros e/ou indígenas fugitivos, por estar abandonado. Seja como for, sabemos que os indígenas também juntavam-se aos negros nos Quilombos, daí, talvez, certa dúvida quanto aos seus ocupantes. Como vimos acima, Diogo de Campos Moreno fez essa mesma constatação. Não é, portanto, à toa que Lynn Smith atribui uma origem indígena ao mocambo (Smith, 1972, p. 16). A contradição é apenas aparente, uma vez que ambas as etnias contribuíram, substancialmente, para esse tipo de habitação vernácula. Gilberto Freyre (1937) resumiu as três principais influências culturais nele encontradas: “Nas suas diferenças de técnica de construção se exprime a preponderância, ora da cultura indígena, ora da africana, sendo certo que persiste também influência da choupana portuguesa” (*op. cit.*, p. 21).

Para Freyre (1937), a palavra “mocambo” (mocambo), de origem africana, significa esconderijo. Isto explica por que ele era também sinônimo de “quilombo”, ou assentamentos de escravos fugitivos no Brasil colonial. Bluteau (1789b) também traz esse mesmo significado, em seu dicionário do século XVIII¹⁹⁴. Günter Weimer (2005) discorda dessa afirmação, e faz outras críticas ao trabalho pioneiro de Freyre (*op. cit.*) sobre o assunto, a começar pela sua alegação de uma origem europeia para o mocambo. Por outro lado, a palavra “mocambo” também não significa “refúgio”, mas “cumeeira”, em quimbundo, segundo os dicionaristas “e assim por diante”. Por suas características¹⁹⁵, tudo levaria a crer que “essas construções são, nitidamente, de

194 “Casa feita no mato, ou ermo, onde vivem os calhambolas, ou escravos fugidos” (Bluteau, 1789b, p. 277).

195 “[...] seja pelo tipo de construção, pelos métodos construtivos, pelas variantes das plantas baixas levantadas por Valadares, pela terminologia empregada, pela

origem quimbundo, do oeste de Angola, ao longo da costa, entre Luanda e Santo Antônio do Zaire”. Acrescenta que algumas características detectadas por Redinha apontam uma origem bem mais diversificada, que deveria incluir, pelo menos, “algumas características da arquitetura dos benguelas” (Weimer, 2005, p. 18).

O mesmo autor diz haver encontrado, dentre as fotografias que tirou dos mocambos dos arredores de Recife, um típico exemplar de uma “casa banta, dos ajuás, do norte de Moçambique ou do centro de Angola” (Weimer, 2005, p. 18). Polêmicas à parte, o que nos interessa nesse estudo é a sua confirmação quanto às origens africanas dos mocambos, ele que estudou as “casas de origem” naquele continente, em particular aquela que mais aproximava-se do mocambo trazido ao Brasil, dentre a grande variedade existente no continente negro.

A origem africana do mocambo não o impediu de ser um tipo de casa usado por diferentes etnias, e não somente pelos negros. Brancos, mulatos, caboclos, indígenas, todos dele fizeram uso no passado, tendo em vista a pobreza comum a todos. Foi o tipo de casa usada pelos bandeirantes, em suas jornadas pelo interior, nos séculos XVII e XVIII. As casas das “vilas de índios”, descritas, anteriormente, neste trabalho, deveriam se aproximar bastante do mocambo típico. Apesar da grande variação nos tipos de habitação vernacular no Brasil, não seria exagero considerá-lo o “tipo de habitação nacional” para a população de baixa renda no país. Historicamente, sofreu poucas modificações,

constante presença de pátios de serviço associado com a prática da horticultura” (Weimer, 2005, p. 18).

tornando-se assim uma grande testemunha da força da tradição na sociedade brasileira. As mudanças mais significativas só começaram a ocorrer no século xx.

Gilberto Freyre (1937) identificou quatro tipos diferentes de mocambo no Nordeste do Brasil, classificados de acordo com o tipo de árvore utilizada na sua construção: carnaúba, buriti, barriguda e o coqueiro indiano, no litoral, constatação que obedece a uma característica típica da arquitetura vernacular, isto é, o uso dos materiais disponíveis localmente. A esse respeito, o emprego de um ou outro desses quatro tipos de árvore na construção de habitações, mas também do mobiliário, ocorreu mesmo fora da região Nordeste, sempre que a árvore correspondente esteve disponível. Mario Rique Fernandes (2009), que estudou o lugar do buriti na cultura sertaneja de Terra Ronca, em Goiás, considera que, socialmente, “a conexão artesanal doméstica com o buriti sempre esteve associada aos seguimentos mais pobres da população – agregados e meeiros” (*op. cit.*, p. 157-158). Sem melhores condições, eles “[...] construíam suas habitações ‘de palha’, bem como seus mobiliários domésticos com a ‘palha’ (folhas) e os ‘braços’ (peciolo) do buriti” (*id. ibid.*). Trata-se de uma conexão com um padrão sociocultural que ainda se mantém na atualidade. O autor acrescenta que o buriti “[...] antigamente era a árvore da vida, porque servia para ‘casa, comida e dormida’, mas isso tem mudado, segundo o testemunho de um morador: “hoje o povo quase já não mexe [*buriti*] pra fazer casa, tá mais civilizado” (*id. ibid.*, p. 166). É forte a associação da arquitetura vernacular à pobreza, ao primitivo, à incivilidade, como nesse testemunho.

Neste trabalho, contudo, tratamos com mais vagar o mocambo que fez uso da carnaúba e do coqueiro indiano,

pois essas árvores eram e ainda são relativamente abundantes no Rio Grande do Norte, além, é óbvio, do que emprega a taipa em sua construção, tipo mais comum e ainda recorrente na atualidade. Assim, casas, total ou parcialmente construídas com carnaúba, foram muito comuns no sertão do Rio Grande do Norte, especialmente na região do Assu, Apodi e Mossoró, como atestam várias fontes exploradas neste trabalho. O seu emprego é remoto no tempo. Câmara Cascudo (1964, p. 59) afirma que os pesquisadores do domínio holandês MarcGrave e Guilherme Piso atestaram o uso dessa planta pelos indígenas na cobertura das casas e na confecção de cestos. Os próprios holandeses dela fizeram uso. O soldado Peter Hansen, ao chegar com uma tropa holandesa ao engenho Cunhaú, região litorânea, em 23 de novembro de 1646, diz haver ali encontrado “200 negros pertencentes ao major Beck. Empregamos logo esses negros para fortalecerem a casa [grande] com troncos de carnaúba e paliçadas” (Hansen, 2016, p. 63), uma medida de defesa contra ataques potenciais dos inimigos portugueses.

O registro de seu emprego é, porém, mais comum a partir do século XIX, como constatou o presidente da província Antônio Francisco Pereira de Carvalho em 1853¹⁹⁶. Domingos de Souza Barros (*apud* Cascudo, 1964), em sua conferência de 1908, intitulada “aspectos norte-rio-grandenses”, deixou um testemunho contundente sobre o uso

196 A carnaúba, “recurso da pobreza” em tempos de seca, serve para o alimento e “para a construção de casas”. A goma ou resina de suas folhas produz a cera, um “ramo importante de indústria”, prejudicado em parte pela abundância dessa planta em outras províncias, como a do Ceará, e pela concorrência (Fala [dirigida à Assembleia...], 1853, p. 11).

da carnaúba na habitação do sertão potiguar e em tudo que dizia respeito a essa moradia:

Não há planta mais útil e mais prestimosa. Só a carnaubeira faz toda a casa do sertanejo. O tronco dá o madeiramento, os esteios, as linhas, as terças, os caibros, as ripas - a ossatura geral da construção, e as palmas fornecem a cobertura do teto e o revestimento das paredes. Mais ainda: todo o mobiliário e todos os utensílios são de carnaúba. As prateleiras, as mesas, os bancos, o armário são de tábuas de carnaúba. Porque esta palmeira excepcional, ao contrário de todas as demais, tem um centro medular tão duro e tão rijo como a periferia, e assim fornece tábuas sólidas e resistentes. A palha, forte e lisa, presta-se à confecção de acessórios os mais variados. Tecem-na em esteiras, belas e excelentes esteiras, e isto constitui uma grande indústria dos pobres, sobretudo das mulheres e das crianças. Fazem também urupemas, as peneiras únicas usadas no Norte, a vassoura, o abano e até sacos sólidos e duradouros para o transporte e acondicionamento dos cereais. Mas dentre todos, são os chapéus os mais belos produtos da palha (*apud* Cascudo, 1964, p. 188).

Vitorino Nemésio (1968, p. 76-77), visitando o Ceará em 1958, forneceu um testemunho muito semelhante, a respeito do uso da carnaúba, ali tão explorada quanto no Rio Grande do Norte, desde o século anterior, como averiguou, em 1853, o presidente da província, Antônio Francisco Pereira de Carvalho, citado acima. Vitorino acrescenta que a cera da planta era o segundo produto de exportação do Ceará, perdendo apenas para o algodão. Mais um exemplo foi-nos legado por Paul Walle (1912) que, no posto de Conselheiro de Comércio Exterior da França, foi encarregado de várias missões na América do Sul, a partir dos anos 1890. No início do século seguinte, ele também esteve no Rio Grande do Norte e, em seu livro publicado em 1912,

deixou um registro escrito da província sobre vários aspectos, dentre os quais, o uso da carnaúba na produção da cera, na alimentação de animais e na confecção de farinha para o sertanejo, bem como na habitação¹⁹⁷.

Mário de Andrade, que viajou pelo Rio Grande do Norte entre fins de 1928 e início do ano seguinte, assinalou que Assu, então com dois mil e quinhentos habitantes, o município com vinte e cinco mil, “[...] não só ‘produz’ retirantes, como também os recebe”, em épocas de seca, acrescentando que para as duas colheitas anuais, “vai tudo pro carnaubal, moços, moças, mulheres, homens. Colheita e farra danadas” (Andrade, 2015, p. 305).

O coqueiro foi outra árvore muito utilizada na construção de mocambos. Provavelmente, ele fez parte da paisagem litorânea do Rio Grande do Norte de maneira mais intensa do que nos dias atuais. Paul Walle (1912, p. 45) estimou em duzentos mil, o número de coqueiros existentes “nas praias arenosas do litoral” do Rio Grande do Norte, acrescentando que muito mais poderia ser cultivado, com fins de exploração econômica¹⁹⁸. Certamente, essa quantidade diminuiu bastante ao longo do século xx, em razão das profundas transformações e do processo intenso de ocupação da zona costeira do atual estado, em especial ao

197 Ele sinalizou que o tronco é ótimo para a cumeeira, os talos para as cercas, as folhas para a cobertura e podem durar de dez a doze anos, as fibras para os cordeamentos. Com elas são feitos chapéus, esteiras, vassouras, sacos etc., concluindo que “não existe para o sertanejo (habitante do sertão) do Rio Grande planta mais útil, mas preciosa” (Walle, 1912, p. 44).

198 Descrevendo a província em 1845, outro francês, Milliet de Saint-Adolphe (1845b), corroborou a informação sobre a abundância de coqueiros no litoral potiguar, ainda que genericamente, ao afirmar que, “na vizinhança do mar, o terreno é arenoso e povoado de grande quantidade de coqueiros” (*op. cit.*, p. 440).

longo das últimas décadas. O coqueiro é historicamente relacionado à casa do pescador, e foi utilizado de modo tão intenso ao ponto de definir um dos tipos de mocambo na classificação de Gilberto Freyre (1937).

A pesca foi uma atividade econômica importante no Rio Grande do Norte, abundantemente explorada desde o início da colonização, como é possível perceber em relatos que remontam ao século XVII. No século XVIII, o Senado da Câmara de Natal determinava casas para venda e comercialização do pescado em várias localidades ou, mais provavelmente, como um local de onde se pudesse recolher alguma espécie de imposto sobre a pesca, entre outras regulamentações sobre essa atividade. Um dos muitos exemplos encontra-se no edital datado de 2 de março de 1719, determinando que os pescadores das lagoas de Guaraíras, Papeba e Papari e do rio da Barra deveriam pôr o seu pescado na casa do capitão Julião Borges de Góis, situada na ribeira de Goianinha, e na casa de João Dias Ferreira, na ribeira do Mipibu, num total de trezentos peixes (Alveal; Barbosa, 2018, p. 75). Infelizmente, nada é dito sobre as casas desses pescadores, nem sobre as das pessoas responsáveis pela recepção autorizada do pescado.

Koster (1816) fez uma rápida alusão a casas de pescadores em 1810. Viajando em direção ao Ceará, depois de haver passado com seus acompanhantes por Santa Luzia (Mosoró), ele encontrou uma cabana na qual viviam os curraleiros de uma fazenda, perto de uma elevação chamada Tibou (seria Tibau?), também perto do mar. Ficaram num casebre miserável, construído pelos curraleiros para a secagem do pescado. Avançando sobre a areia molhada, passaram “[...] por dois casebres de pescadores a duas léguas de distância

de Tibou” e, andando mais uma légua, chegaram ao vilarejo de Areias, “[...] composto de uma habitação respeitável e cinco ou seis cabanas de palha” (*op. cit.*, p. 105-106). Ele se dirigiu à casa principal e pediu acomodação por uma noite. Foi-lhes oferecida a sala da frente. Os cavalos foram descarregados e a bagagem colocada na sala. O proprietário permitiu também que os seus cavalos ficassem num “terreno cercado perto da casa” (*id. ibid.*, p. 108). No dia seguinte, viajando por mais sete léguas, chegaram a Aracati.

A casa do pescador compunha, com as dunas e o mar, uma paisagem típica e característica. Num trabalho sobre os tipos de habitação rural no Brasil, Írio Barbosa e Helena Mesquita (Costa; Mesquita, 1978) detectaram o seu desaparecimento progressivo em todo o litoral nordestino, acompanhando, assim, o mesmo processo, poderíamos acrescentar, de desaparecimento, pelo menos parcial, do próprio coqueiro no Rio Grande do Norte, pois desconfiamos que hoje eles são em quantidade bem inferior aos duzentos mil pés estimados por Paul Walle (1912), no início do século passado. Segundo os mesmos autores, a casa de palha estava sendo substituída pela de sopapo (taipa). Isso é um fato no litoral do Rio Grande do Norte, e nem mesmo a casa de taipa encontra-se, atualmente, com facilidade no litoral.

Segundo Írio Barbosa e Helena Mesquita (Costa; Mesquita, 1978, p. 58-59), em sua versão mais primitiva, a casa de palha era por demais precária. Ela é quase toda de palha de coqueiro, com exceção dos esteios, vigas e cumeeira, de madeira. Após dobrada e secada, a palha é amarrada com cipós aos esteios. A cobertura ultrapassa as paredes, e na fachada frontal se situam uma porta e uma janela, de

madeira ou de palha. Em formato geralmente quadrado, tem apenas dois ambientes, sala e quarto, com chão de terra batida. Não dispõe de banheiro e a comida é feita atrás da casa, por meio de uma rede armada no chão e uma trempe de tijolos, à base de carvão. O mobiliário e utensílios são sumários: tamboretas, caixote e, às vezes, uma pequena mesa, panelas de barro, latas com usos diversos, canecas etc. O pote de barro, a esteira como cama, assim como as redes são comuns no Nordeste. Cabides e pregos nas paredes servem para pendurar as roupas. As casas são dispostas, linearmente, deixando um espaço livre entre elas, onde o pescador guarda seus apetrechos de pesca (redes de pescar, samburás, gamelas e outros). Esse espaço evita o odor de maresia dentro das casas.

O *habitat* linear concentrado, explicam os mesmos autores, designa uma “disposição de casas em forma linear concentrada, ao longo de caminhos, estradas à beira-mar ou às margens de rio, refletindo a atividade econômica dominante no meio rural” (Costa; Mesquita, 1978, p. 59). Trata-se de uma disposição espacial lógica e previsível, encontrada em assentamentos rurais também do Rio Grande do Norte. Os autores atestam que essas comunidades pesqueiras foram comuns em todo o litoral nordestino. Com efeito, a sua presença pontuou lugares como o litoral pernambucano, por exemplo, desde o século XIX, pelo menos, como testemunharam o engenheiro e arquiteto francês Louis Léger Vauthier (*apud* Freyre, 1943)¹⁹⁹, que viveu em

199 VAUTHIER, Louis Léger. *Casas de residência no Brasil*. Carta 1.



FIGURA 33
Casas de pescadores
em Coqueiral
Alagoas. Fonte: o
autor, com base
em fotografia
disponível em
Forman (1970, p. 35).

Recife na década de 1840²⁰⁰, e Luís e Elisabeth Agassiz, ao chegarem por mar ao Brasil em 1865²⁰¹.

Outro exemplo nordestino é a comunidade Coqueiral, em Alagoas. A Figura 33 reproduz uma fotografia dessa comunidade, tal qual ela encontrava-se por volta de 1970.

O fato de a casa primitiva do pescador, em sua versão inteiramente de palha, estar desaparecendo, como

200 "Por toda parte, na costa, em pontos onde a ressaca não projeta as vagas com muita força, verá, disseminados entre os coqueiros, cabanas de pescadores, com paredes e tetos de folhagem. Essas construções pouco espaçosas, abertas a todos os ventos, lhe revelarão que aqueles que as habitam não conhecem os requintes de uma civilização complicada, mas, por outro lado, não têm muito a recear dos rigores do clima ou das intempéries das estações" (Vauthier *apud* Freyre, 1943, p. 134).

201 Eles descreveram a paisagem recifense e olindense diante deles, atentando, entre outras coisas, para o "casario branco" de Pernambuco (Recife) que "desce até o mar [e para a costa] uma terra baixa e plana, semeada aqui e ali de povoações ou cabanas de pescadores, e que se eleva, no segundo plano, em pequenas colinas" (Agassiz; Agassiz, 2000, p. 51).

atestaram Írio Barbosa e Helena Mesquita (Costa; Mesquita, 1978), é confirmado, indiretamente, por Myriam Gomes Coelho Mesquita (Mesquita, 1961, p. 181-183), num estudo ainda mais antigo, publicado em 1961. Ela abordou a vida e os costumes do caiçara – termo que designa, de acordo com a autora, tanto o pescador do litoral quanto o seu *habitat*. Baseando-se em Câmara Cascudo, ela afirma que esses assentamentos de pescadores no Rio Grande do Norte situavam-se em oásis de coqueirais plantados ao longo do litoral potiguar, desde o século XVIII. Assim, povoados litorâneos, como os de Pitangui, Jacumã, Caraúbas, Muriri, Maxaranguape, Caraúbas, Maracajaú, Touros, Olho d'Água Santo Cristo, Reduto e Caiçara, eram formados por essas comunidades pesqueiras. A autora discorre sobre vários aspectos da cultura caiçara – de sua constituição étnica, fruto de sua miscigenação entre negros e indígenas, dando inclusive origem a nomes de localidades que eram pesqueiras em sua origem, como Zumbi – aos seus modos de pesca, entre outros. Também descreve, rapidamente, as suas habitações. Chama a atenção o fato de que, mesmo que a palha ainda estivesse em pleno uso em 1961, já se encontravam materiais como o tijolo. Quanto às casas de pau-a-pique, elas eram “cobertas de folhas de palmeiras, situadas, algumas vezes, à beira da praia entre os coqueirais, outras vezes, mais para o interior do núcleo” (*id. ibid.*). Compunham-se de um “rancho”, feito com palmas de coqueiros e localizado na praia para a saída e chegada das embarcações. O posto de observação do vigia ficava, geralmente, sobre uma duna fixa.

Com efeito, o processo paulatino de desaparecimento das comunidades pesqueiras – e, por conseguinte, de suas

casas tradicionais – é uma realidade também no Rio Grande do Norte. A transformação do uso e da ocupação do solo em áreas litorâneas, resultante da substituição dessas comunidades por espaços de lazer, com suas casas de veraneio destinadas à classe média, é um fenômeno que se verifica desde, pelo menos, a década de 1970, e é mais antigo ainda em praias como as de Areia Preta e Ponta Negra, mais próximas de Natal e hoje inteiramente inseridas na faixa da orla da capital potiguar. Areia Preta, por exemplo, ainda era recanto de pescadores em 1920, mas, atraídos pela beleza rústica do lugar, os natalenses foram comprando os seus ranchos e “[...] construindo outros, mais feios, indo passar as semanas de calor”. Essa praia, na época ainda longínqua, “[...] foi, legal e oficialmente, a primeira praia escolhida para a função balneária”, pela resolução 115, de 18 de janeiro de 1908, da Intendência Municipal, que “[...] indicou-a para banhos de mar” (Casculo, 1999, p. 260).

Esse processo trouxe impactos sociais, econômicos e ambientais. Em termos sociais, principalmente, pelo abandono da pesca e da agricultura, por outras atividades de atendimento direto aos veranistas e turistas; em termos econômicos, pela substituição dos moradores nativos por esses mesmos veranistas e turistas; em termos ambientais, por meio da degradação causada por uma ocupação mais intensa de áreas ambientalmente frágeis, como as dunas ao longo das praias e o entorno de lagoas, mangues e estuários de rios.

A praia de Genipabu, ao norte de Natal, é um caso emblemático desse processo. Nós o constatamos por meio de uma pesquisa de nossa autoria, realizada em 1986, portanto, há mais de trinta anos (Teixeira, 1986). Mediante

entrevistas com moradores locais, obtivemos várias informações sobre o processo de transformação do uso e da ocupação daquele litoral, inclusive no que se refere à mudança dos padrões habitacionais locais, que está, precisamente, na base da transformação e do desaparecimento da casa do pescador, processo comum a muitos outros locais.

Genipabu era uma comunidade pesqueira que, 30 anos antes, tinha suas casas de palha e de pau-a-pique. Viviam da agricultura e, principalmente, da pesca, praticadas de forma rudimentar. O casario formava uma fileira que acompanhava o litoral, indo das dunas até loteamento Santos Reis. Dali em diante eram mangues, de onde a comunidade pescava caranguejos para o consumo próprio. O limite do mar estava aquém da fileira de casas onde se encontrava o “Bar do Pedro”, mas nas marés altas a água invadia as casas e iam até os mangues que ficavam por trás. O movimento das dunas e a areia trazida pelas marés interromperam esse avanço do mar, mas em épocas de cheias, os mangues por trás das casas viram lagoas. Essa comunidade pesqueira deu, paulatinamente, lugar aos veranistas, de modo que em 1986, quando do estudo, suas casas já haviam sido completamente substituídas por casas de veraneio.

A “fila de casas” dos pescadores de frente ao mar, em Genipabu, corresponde ao “*habitat* linear concentrado”, mencionado por Írio Barbosa e Helena Mesquita (Costa; Mesquita, 1978). O surgimento do turismo e das casas de veraneio transformou, paulatinamente, essa paisagem. Os veranistas pioneiros chegaram no local cerca de 20 anos antes, “[...] compravam as casas de taipa ou de palha dos pescadores, usando-as durante anos. Só posteriormente as construíam de tijolos, com o aspecto que têm hoje” (Tei-

xeira, 1986, p. 133-134). Dona Lurdinha, que ali chegou cerca de vinte e quatro anos antes, informou que, além dos pescadores, apenas um ou outro veranista ali ia se estabelecendo. Era um local tranquilo, que, com exceção dos “vendedores de pescado que passavam beirando a praia em suas mulas rumo a Natal, às 5 horas da manhã, não havia mais nenhum outro movimento na área” (*id. ibid.*). Seus filhos podiam brincar sem serem importunados, no entanto, diz um morador local: “Hoje não podemos deixar nosso filho em frente de nossa casa devido ao grande número de veranistas bêbados dirigindo seus carros por aqui, e principalmente em fins de semana” (*id. ibid.*).

Segundo dona Lurdinha, a instalação do loteamento Tabu, a abertura de uma estrada pelo interior das terras, a chegada da energia elétrica em 1979 (na época, há uns oito anos) e a instalação de serviços de água encanada no mesmo ano pelo SESP, representaram melhorias que levaram à valorização da área. Por causa dessa valorização, “[...] praticamente toda a comunidade pesqueira foi se estabelecendo em outro local, ou mudou o tipo de atividade” (Teixeira, 1986, p. 134-135). De acordo com Carmelita Barbosa da Silva, antiga moradora e filha de pescador, “se tiver três pescadores por aqui é muito” (*id. ibid.*). A maioria deles se estabeleceu no Canto do Mangue e nas Rocas, em Natal. Uma parte menor ficou em Santa Rita, onde ainda havia então “uma comunidade pesqueira atuante e pouco descaracterizada” (*id. ibid.*). Os que ficaram passaram a trabalhar na construção civil, no serviço doméstico na casa dos veranistas, alguns poucos viraram motoristas de bugres para passeio de turistas. Isso demonstra que a comunidade passou a sobreviver do turismo, e que, apesar

das queixas, o florescimento dessa atividade era visto com bons olhos, especialmente pelos comerciantes.

Esse estudo de Teixeira (1986) confirma, de modo cristalino, o processo de transformação da casa do pescador tradicional, como constatou Myriam Mesquita (1961), ou, mais ainda, o seu desaparecimento, como afirmaram Írio Barbosa e Helena Mesquita (Costa; Mesquita, 1978). Como dissemos, Genipabu não é um caso único, mas o processo aqui resumidamente relatado foi comum a vários outros povoados litorâneos, e as muitas comunidades “caiçaras” que existiam no litoral potiguar, listadas por Myriam Mesquita (1961), certamente conheceram um destino mais ou menos semelhante. A propósito, Myriam Mesquita não incluiu Genipabu entre os povoados litorâneos de caiçaras, e, no entanto, ele enquadra-se, perfeitamente, no quadro descrito, demonstrando que essas comunidades pesqueiras eram ainda mais numerosas. A Figura 34 reproduz, em parte, uma fotografia, rara, de 1974, de uma casa de palha, certamente de um pescador, localizada perto das dunas que ainda hoje são o cartão postal daquela praia.

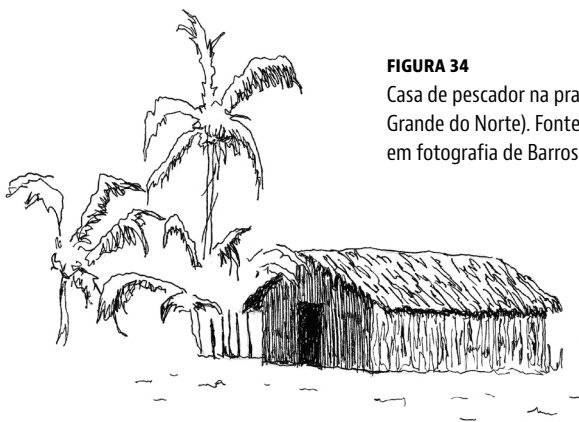


FIGURA 34

Casa de pescador na praia de Genipabu (Rio Grande do Norte). Fonte: o autor, com base em fotografia de Barros (1974).

O rancho a que Myriam Mesquita (1961) refere-se é o que mais se aproxima da casa de palha descrita por Írio Barbosa e Helena Mesquita (Costa; Mesquita, 1978). A descrição de uma dessas casas foi registrada por Julienne Louise dos Santos Govindin (2014), que estudou os impactos sociais da agroindústria canavieira na comunidade de pescadores de Baía Formosa. Um dos moradores entrevistados por ela, de noventa e sete anos, diz:

Peguei a cortar madeira para este casebre que nós estamos morando, eu com 18 anos, quem cortou a madeira dessa casa todinha foi seu criado, ia cortar madeira da casa, inchamé, caibro, linha, fiz ela de palha, acabei de cobrir de palha e vim para dentro (Govindin, 2014, p. 40).

Em algumas raras comunidades pesqueiras, ainda existentes no litoral potiguar, é possível detectar os descendentes diretos das antigas casas de palha utilizadas por pescadores. Na praia de Perobas, a cerca de setenta e cinco quilômetros ao norte de Natal, e nas proximidades da pequena cidade de Rio do Fogo, os pescadores locais utilizam estruturas por eles construídas para guardar varas, redes

FIGURA 35

Galpões para guarda de apetrechos de pesca, praia de Perobas, Rio do Fogo (Rio Grande do Norte). Fonte: o autor, com base em fotografias do acervo pessoal.



de pescar, cordas, pequenas embarcações e outros apetrechos. Essas construções, cobertas de telha, mas também de palha, com estrutura de madeira tosca formam, junto com os coqueiros e outras árvores, a areia e o mar, uma paisagem típica. Os pescadores mais antigos lembram que havia no passado muitas casas de pescadores feitas de palha, recuadas em relação ao mar, mas que desapareçam todas.

No município de Maxaranguape, litoral ao norte de Natal, por trás de algumas dunas, encontra-se um grupo de cerca de cinco casas de palha, provavelmente de pescadores e/ou agricultores. Além do fato de ainda encontrarmos casas deste tipo na atualidade, fruto evidentemente da pobreza de seus moradores, chama a atenção o fato de elas usarem telhas coloniais e, numa delas, representada na Figura 36, há uma porta de madeira que, feita em marcenaria e certamente adquirida pelo seu morador, destoa do conjunto. A casa é delimitada pelo que, em geral, denomina-se de faxina – isto é, cercas de varas servindo para delimitar terrenos –, separando-a da estrada que passa logo em frente (Corona; Lemos, 1989, p. 217).

FIGURA 36

Casa de palha com faxina, município de Maxaranguape (Rio Grande do Norte). Fonte: o autor, com base em fotografia do acervo pessoal.



Contudo, o tipo mais comum de mocambo é o de terra ou argila, com cobertura de palha, capim-açu e, mais recentemente, de telha, às vezes, de zinco, em geral conhecido como a casa de barro (Figura 37, Figura 40). Donald Pierson (1973), embora referindo-se às casas construídas no sul do Brasil, assim descreveu a técnica construtiva do pau-a-pique ali utilizada: fortes paus são fixados verticalmente, cada num dos quatro cantos da casa, e conectados entre si por mais quatro paus fixados na horizontal. Os paus são amarrados com cipó e, nos últimos anos, mais frequentemente fixados com pregos. Dois paus mais longos são colocados no centro da fachada frontal e posterior. Sobre elas se apoiará a cumeeira. Faz-se em seguida uma trama quadrada de paus mais finos, verticais e horizontais, amarrados por cipó por dentro e por fora e ligando os paus anteriores. Os paus verticais dessa trama não são fixados no chão, mas apenas se apoiam nele. A trama é interrompida nos lugares onde ficarão portas e janelas. A partir da cumeeira, e em ângulo reto com esta, são colocadas varas que são em seguida cobertas com palha de sapé, ou telha.

Faz-se então uma escavação nas proximidades, onde se mistura terra com água, formando uma massa densa, que é lançada sobre a trama, por dentro e por fora, e deixada para secar. De acordo com Pierson (1973), “As paredes da maioria das casas são cobertas com reboco, uma massa feita de cal, barro e água. Algumas recebem pintura a cal, em amarelo claro ou branco, principalmente na fachada” (*op. cit.*, p. 42-43), caso contrário, a terra seca se desprenderá aos poucos, levando à deterioração da casa em poucos anos.

Em solo instável, constrói-se, geralmente, uma fundação com toda sorte de material, antes de levantarem-se as

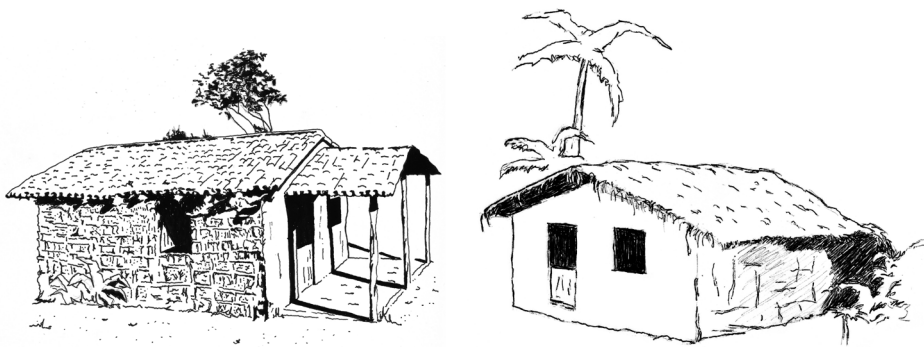


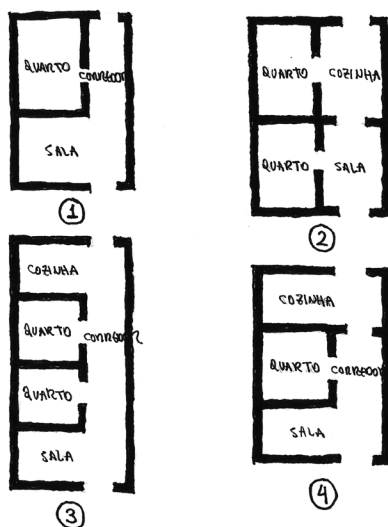
FIGURA 37
Dois mocambos típicos de taipa (com cobertura de telha e com cobertura de palha)
Fonte: o autor, com base em fotografia do acervo pessoal.

paredes. O piso é frequentemente de terra socada ou batida. A cobertura é geralmente em duas águas, e os materiais usados podem ser sapé, palha, folha de palmeira ou mesmo telhas. Não há teto nem chaminé. As casas são ou eram frequentemente construídas em mutirão.

Quanto à planta, as casas são também bastante simples. Conforme nos informam Costa e Mesquita (1978, p. 30), ela é geralmente retangular, diminuta, “com mais frente do que fundos” (*id. ibid.*). Sua planta limita-se à sala, o quarto e a cozinha, às vezes, contendo dois quartos. No Nordeste, o puxado característico localiza-se na parte posterior da casa. Abriga a cozinha e é construído com madeira e palha, tendo um aspecto irregular em relação ao telhado. Toma-se banho na cozinha com bacia ou em algum rio, porque inexistem banheiros. Usa-se comumente o mato para as dejeções; em alguns casos, constrói-se um compartimento separado ao fundo da casa, de pau-a-pique ou mesmo de palha, com assoalho de madeira sobre a fossa. Pode haver um lugar ainda menor, para os banhos de cuia ou de lata.

Não se deve esquecer ainda o roçado, situado geralmente no quintal da casa. Ele tem importância fundamental, pois representa o lugar de produção, determinando,

FIGURA 38
Plantas baixas típicas
do mocambo.²⁰²
Fonte: o autor.



inclusive, uma série de padrões de comportamento dentro da estrutura familiar. A casa, por sua vez, representa o lugar de consumo (Heredia, 1979).²⁰²

Alguns mocambos podem ter grandes dimensões. A literatura sobre o assunto atesta, no entanto, dimensões bastante acanhadas. O estudo feito por Olen Leonard, no estado de Pernambuco, pode certamente nos dar uma ideia aproximada. Após estudar cerca de cento e doze casas, em três sub-regiões diferentes do estado, ele concluiu que, “em cada uma dessas regiões, as casas mediam geralmente 5 metros de largura por 8 de comprimento, não importando o número de pessoas que compunham a família” (Leonard, 1960, p. 52). A área construída seria então de 40 m². Essas medidas não

202 As plantas de nº 1, 3 e 4 estão de acordo com Freyre (1937). A de nº 2 tem como base levantamentos do autor em alguns mocambos rurais.

são, naturalmente, constantes e imutáveis, por toda a região Nordeste. Contudo, podem servir como ponto de referência básico para as dimensões médias do mocambo.

Exceto pela estrutura de madeira, alguns exemplares podem ser completamente de palha, como algumas das casas mencionadas por Manuel Rodrigues (Melo, 1951), situadas na várzea do Assu, inclusive suas portas e janelas. Podiam ser construídos tanto com as folhas da carnaúba, no sertão, como do coqueiro, no litoral, como vimos. Outros mocambos são feitos exclusivamente de madeira, com uma cobertura de palha. A contribuição europeia e norte-americana ao mocambo foram as portas e janelas de madeira – que são geralmente pintadas em cores fortes –, o piso e parede de tijolo, as coberturas de telha, a cal e o cimento.

As portas e janelas não passam de painéis rústicos de madeira, sem vidro. Geralmente, as portas são duas, localizadas na fachada e na parte de trás, que dá para o quintal, e divididas em dois painéis ou folhas. Desse modo, ela pode tornar-se uma janela, impedindo, ao mesmo tempo, que animais domésticos e poeira entrem na casa. Não há, geralmente, portas no interior da habitação. As paredes internas não chegam até o teto, permitindo assim maior ventilação dentro da casa.

A fachada típica é composta de uma porta e uma ou duas janelas. Há poucas aberturas para o exterior e, às vezes, nenhuma janela. Quando estas existem, são em geral altas em relação ao nível do terreno. A mobília é bastante simples: uma mesa e tamboretos rústicos, bancos, ocasionalmente um armário, uma ou duas camas, esteiras de palha trançada, redes, potes de barro, pilões, fogão de lenha, latas, que são usadas como depósito, e, mais recentemente,

filtros d'água sobre mesinha, e na cozinha, “baterias” para pendurar panelas, agora de metal, além das bacias. As antigas lamparinas e os ferros de carvão caíram ou estão caindo em desuso, com o acesso à energia elétrica. Devem ainda ser lembradas, as fotos de políticos, imagens de santos e os oratórios, como parte integrante dos pertences do caboclo, ou homem do interior.

Referindo-se ao século xx, Gilberto Freyre (1937, p. 23) descreve os locais típicos onde, geralmente, encontra-se o mocambo: na zona rural, estão isolados “[...] e sempre à distância respeitosa das casas grandes”. Nas cidades e nas aldeias, em locais pouco saneados, “às vezes lama ou manguê”, quase uns sobre os outros, por economia de espaço. Também nesse século, foram introduzidos aparelhos eletrodomésticos, como o rádio e principalmente a televisão, nos mocambos localizados próximos ou em um meio urbano. A força da tradição nessas habitações pode ser notada por sua persistência na atualidade, especialmente na periferia das pequenas cidades, ainda que “modernizadas”, especialmente nas fachadas, como demonstra a Figura 39.

FIGURA 39

Dois descendentes diretos do mocambo em Arez (Rio Grande do Norte).

Fonte: o autor, com base em fotografias do acervo pessoal.



As características básicas do mocambo abaixo resumidas apresentam-se segundo a realidade atual dessas habitações. Certamente, algumas dessas características remontam a casas bem mais antigas, do século XVIII ou mesmo antes, mas que permaneceram em maior ou menor grau. Elas são as seguintes:

Quanto ao espaço físico: a) Elas têm em média 5 m de frente por 8 m de profundidade, ou seja, cerca de 40 m² de área; b) São retangulares, com a frente tendendo a ser mais larga do que os fundos. Quanto aos ambientes: a) Podem variar de dois a seis; b) A casa é normalmente composta de uma varanda frontal ou posterior, sala, hall ou corredor, um ou dois quartos, cozinha; c) Dificilmente há mais de dois quartos; o banheiro, quando existe, é separado da casa propriamente dita.

Quanto à distribuição dos ambientes em planta, volumetria e fachadas: a) A fachada frontal típica consta de uma porta e uma janela, às vezes, somente da porta; a empena, ou frontão na fachada, define o sentido das águas do telhado; b) São normalmente duas águas, com cumeeira perpendicular à fachada; não há forro, e as paredes internas não alcançam o telhado; c) Com poucas aberturas, especialmente janelas, o mocambo apresenta problemas de ventilação natural. Frequentemente, não existem janelas nem nos quartos. Não dispõem, em geral, de mais portas além daquelas encontradas nas fachadas frontais e posteriores.

Quanto aos materiais construtivos e componentes: a) Os materiais tradicionais encontrados são piso de terra batida, paredes de pau-a-pique, cobertura de palha; os tipos mais primitivos ou rudimentares são feitos completamente, ou quase, de material vegetal, especialmente palhas, mas esses são cada vez mais raros; b) As janelas são em uma folha e

as portas são divididas ao meio, podendo funcionar como janelas. Esses componentes são rústicos, em geral destituídos de vidros ou de outro material industrializado; não há portas no interior, substituídas por um simples pano que faz papel de cortina; as janelas limitam-se às da fachada, quando muito, sendo, geralmente, altas em relação ao solo.

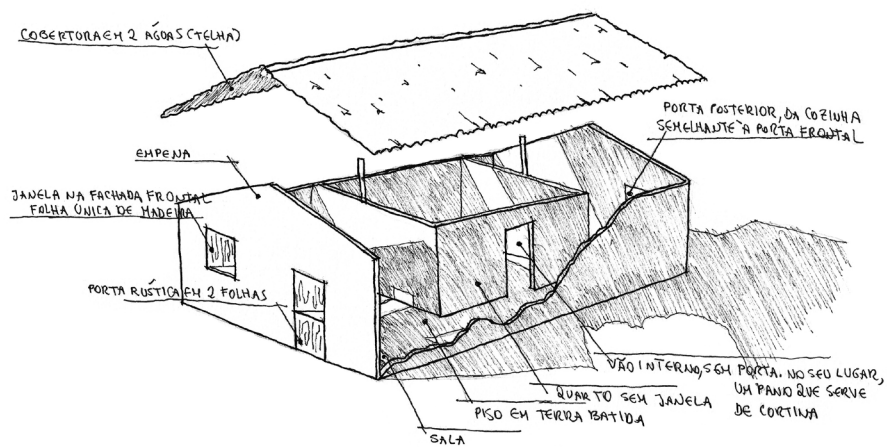
Quanto à mobília: Especialmente nas áreas rurais, a mobília limita-se a cadeiras e mesas de madeira, esteiras de palha trançada, redes e camas; pregos nas paredes ou, em alguns casos, cabides de madeira para pendurar roupas. Latas e bacias de metal, caixas de madeira ou de papelão servem para guardar apetrechos diversos; potes com água e vasos de argila, gaiolas com pássaros de estimação, pilões, pratos de barro; quando se dispõe de filtro para água de beber ou de rádio, estes são colocados sobre uma pequena mesa, que é ornada com uma toalha de mesa num arranjo bem característico; podem ser encontradas também as chamadas “baterias”, pequenas prateleiras de madeira ou de metal para pendurar panelas e copos na parede da cozinha; há itens da mobília que têm grande valor simbólico: fotos de políticos e artistas nas paredes da sala, às vezes, na fachada frontal; crucifixos, oratórios particulares ou da família.

Como notas finais, reiteramos que essa descrição avança para períodos históricos mais recentes do que o desta parte do trabalho (1700-1850), pelas razões já apontadas. Também lembramos que o mocambo feito de barro é o tipo mais comum. Outras variações desse tipo de habitação tradicional, como os de palha, encontrados nas comunidades pesqueiras do litoral nordestino e, mais ainda, as casas feitas com a carnaúba, estão em franco desaparecimento ou já desapareceram por completo. A figura ao lado ilustra uma das variações do mocambo.

FIGURA 40

Composição básica do mocambo de taipa.

Fonte: o autor.



PARTE IV

**A casa
e a transformação
de uma tradição
(1850-1950)**

7 NOVOS PADRÕES PARA A CASA URBANA

Os capítulos anteriores apontaram para o fato de que a casa urbana inicia o século XIX como sendo tipicamente colonial, com características que pouco mudaram ao longo do século XVIII. Em geral precárias, térreas, de taipa, elas eram construídas com mão de obra escravizada e indígena²⁰³. Tinham quintais cercados, às vezes, currais, aproximando-se, paulatinamente, e geminando-se umas às outras, à medida que a rua ficava mais densamente povoada. Com caimento do telhado tradicional de telha em duas águas, sobre estrutura de madeira, e com cumeeira paralela à rua, formando empenas nas laterais, elas permitiam a aproximação entre si, dispensando a calha. Eram alinhadas ao longo das ruas e praças, uma vez que as posturas do Senado da Câmara já indicavam preocupação com a regularização dos espaços urbanos, algo que será mais frequente ao longo do século XIX. Ocupavam lotes alongados, com pouca frente, em torno

203 A escravidão era disfarçada para a mão de obra indígena dos aldeamentos, uma vez que as leis a proibiam oficialmente. Permitia-se, contudo, escravidão explícita em alguns casos, também segundo a legislação, como quando indígenas inimigos fossem capturados, ou quando impediam a evangelização, ou ainda nas chamadas “guerras justas”, entre outros.

de 6 a 8 metros, estas últimas mais raras²⁰⁴, e comprimento variado, com quintais em torno de 10 braças, ou 22 metros. Além dos ambientes tradicionais – sala e cozinha, respectivamente na frente e na parte posterior, ligadas entre si por um corredor que, por sua vez, dava acesso aos quartos, alcovas e camarinhas, estes localizados entre a sala e a cozinha –, podiam dispor de varandas frontais e puxados na parte posterior, ainda que não possamos afirmar qual a frequência dessas varandas frontais. Banheiros não havia, sendo utilizado, muitas vezes, o matagal, sempre próximo, em localidades tão pequenas, ou então resumiam-se a uma estrutura rudimentar localizada no fundo dos lotes. Em termos estéticos, deveriam ser “uniformes” por fora e lembrar as casas do Reino, ainda que houvesse maior liberdade, quanto ao seu agenciamento interno. Casas mais simples, total ou parcialmente de palha, de chão batido, verdadeiros mocambos, também compunham a paisagem urbana, mesmo nas localidades de brancos, mas eram provavelmente mais comuns nos aldeamentos, nas “vilas de índios” e nas áreas rurais. Os móveis e a mobília eram extremamente simples e sumários. Numa sociedade ainda muito ligada ao campo, a

204 Essa estimativa coaduna-se, aliás, com o que Vauthier (*apud* Freyre, 1943) encontrou para as casas de Recife. Descrevendo um sobrado em meados do século XIX, ele estima a largura da “famosa sala de frente, dando sobre a rua”, isto é, a largura da fachada da casa, de “6,60 m a 7,70 m; 8,80 m talvez; mas isso seria enorme. A primeira dimensão é a mais provável” (*op. cit.*, p. 137). E em outro trecho, acrescenta que as habitações são “[...] estreitas e longas. Cada casa ocupa sobre a rua uma largura de 5 a 8 metros; as que ultrapassam essas dimensões constituem fenômenos” (*op. cit.*, p. 147-148) [VAUTHIER, Louis Léger. *Casas de residência no Brasil*. Carta 1]. Como vimos no Capítulo 4, essas casas alongadas, quando em mais de um pavimento, geravam um tipo de “sobrado alto e magro”, segundo José Antônio Gonçalves Mello (2001, p. 80), que relaciona suas origens ao período da ocupação holandesa, na primeira metade do século XVII.

casa urbana guardava certas semelhanças com a casa rural, como, por exemplo, em alguns casos, podiam ter currais.

Havia obviamente particularidades. Por exemplo, deve ter havido outros programas e arranjos espaciais em planta, que a documentação disponível, pelo menos para Natal, não permite afirmar categoricamente, mas que é perceptível para outras localidades. Veremos adiante que a disposição geral em planta acima descrita podia variar – por exemplo, nem sempre existia o corredor ligando a frente aos fundos. Semelhantemente, vimos também que fontes documentais dão a entender que, antes de iniciado o século XIX, existiam casas de melhor padrão, talvez maiores, construídas inteiramente de pedra e principalmente de tijolos, ambas cobertas de telhas. Houve, certamente, um ou outro raríssimo sobrado, como os construídos nos aldeamentos indígenas para os missionários, ou por colonos em áreas rurais, ou ainda a casa dos capitães-mores em Natal, chamada no início do século XIX de “palácio” ou de “quartel”, que foi, no entanto, uma adaptação de uma antiga casa de câmara e cadeia, edifício construído tradicionalmente em dois pavimentos. Essas particularidades são exceções que confirmam a regra, em se tratando do período anterior à primeira metade do século XIX. Ainda que casas de sobrado apareçam também na primeira metade dos oitocentos, nas cidades do Rio Grande do Norte, como veremos, elas começam a difundir-se, lentamente, na segunda metade desse século. Implicações de ordem urbana também podem haver proporcionado outras mudanças. Os generosos quintais de 22 metros de comprimento, por exemplo, devem haver diminuído ao longo do século XIX, com o adensamento da ocupação do solo urbano. Um indício disso está no Artigo 13

das posturas municipais da vila de Arez, de 19 de junho de 1882, que permite quintais de aproximadamente 3 braças de comprimento, ou 6,6 metros, bem menos do que os 22 metros do século XVIII. A exceção é permitida apenas quando o quintal tiver limite com o quintal de outra casa. Nesses casos, o comprimento dos dois quintais será medido pelo fiscal e dividido em dois terrenos iguais, um para cada casa. Quem infringir essa postura receberá multa de mil réis e o dobro na reincidência (Posturas, 1882).

Embora seja sempre complicado definir periodizações para processos de transformação que são longos, lentos e paulatinos, podemos afirmar, pelas evidências coletadas, que o quadro geral da casa urbana, tal qual descrito acima, começa a modificar-se apenas a partir de meados do século XIX, tornando-se mais evidente ao longo da primeira metade do século seguinte. Nesse período de cem anos – entre 1850 e 1950, aproximadamente –, as mudanças na casa urbana foram mais rápidas do que em todo o período anterior considerado neste trabalho e, naturalmente, inserem-se num processo mais amplo de transformação social e econômica do país e da província/estado do Rio Grande do Norte. A sociedade do Rio Grande do Norte, pré-industrial em boa parte de sua história, certamente sofreu transformações entre os séculos XVII e XVIII, mas não tão grandes a ponto de produzirem mudanças radicais na maioria dos tipos de casa aqui estudados. Somente a partir de meados dos oitocentos é que o Rio Grande do Norte começa a inserir-se, mesmo que periféricamente e muito lentamente, no processo de modernização geral do país. Os resultados dessas mudanças estruturais, embora tardios, eram inequívocos, e afetaram também os modos de morar do habitante potiguar.

O século XIX é marcado no Brasil por transformações importantes, como a imigração estrangeira, a mudança nas relações de trabalho, com o fim da escravidão e a adoção da mão de obra assalariada, algum desenvolvimento econômico, sobretudo com a economia em torno do café, bem como da exploração do látex para a produção da borracha, além de um processo inicial de industrialização, entre outras. Politicamente, o país passa, em um século, de colônia, a Vice-Reino e Reino Unido, a país independente, com o Império, e finalmente adota o sistema republicano de governo. Em termos propriamente arquitetônicos, a introdução do neoclássico, com a chegada da Missão Francesa ao Rio de Janeiro²⁰⁵ em 1816, e o surgimento do ecletismo, na segunda metade do século, especialmente com a Proclamação da República, são outros elementos a assinalar. Contudo, essas mudanças e muitas outras, apenas esboçadas aqui, afetaram, sobretudo, os grandes centros urbanos. Muito lentamente chegam ao Rio Grande do Norte. Isso ocorria em decorrência do relativo isolamento da cidade potiguar em relação aos centros urbanos mais desenvolvidos. Assim, o neoclássico, que aos poucos firmou-se no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, dificilmente haveria chegado ao estado antes de 1850, como demonstram os primeiros edifícios neoclássicos aqui construídos. Estes, por sua vez, eram públicos. Sem negar a influência dos centros urbanos do sul, é mesmo provável que a influência viesse mais diretamente da Europa, via os centros urbanos regionais, como Recife. Contudo, na primeira metade do século XX, há uma tendência a certa aproximação com o sul do país.

205 Houve precedentes da introdução do neoclássico, com os trabalhos de Antônio Landi em Belém, na segunda metade do século XVIII.

Natal passa por um surto de desenvolvimento, na segunda metade do século XIX e principalmente no início do XX, que possibilita a construção de alguns edifícios importantes, como o teatro Carlos Gomes, atual Alberto Maranhão, entre outros. No entanto, esse desenvolvimento não se compara ao processo muito mais dinâmico que se verifica, mais ou menos ao mesmo tempo, em cidades como Manaus e Belém, durante o ciclo da borracha, ou de São Paulo, em plena industrialização. Quanto às cidades do interior, o ritmo das mudanças é ainda mais lento. Os recursos nelas disponíveis jamais possibilitariam transformações profundas em sua produção arquitetônica, em especial na arquitetura residencial.

O período de estudo aqui proposto é, portanto, complexo e de difícil análise, precisamente porque é preciso considerar dois processos concomitantes, o da permanência e o da transformação da casa tradicional, vernácula, no período. Assim, propomos três itens de análise para apreender as transformações em curso: o lento processo de “popularização e inovação das técnicas e dos materiais construtivos”; “uma nova estética: fachadas novas, planta e volumetria antigas” e “o combate a alguns tipos de habitação tradicional”. Sabemos, de antemão, que esses três itens não esgotam o tema, mas são suficientes para apontar os seus efeitos.

Popularização e inovação das técnicas e dos materiais construtivos

Como vimos, casas de palha e de taipa foram extremamente comuns, tanto na cidade como no campo, antes de 1850. Queremos demonstrar que, ao longo do período aqui

considerado (1850-1950), uma mudança tímida começa a processar-se, com a introdução paulatina do tijolo e de outros materiais “nobres” que, conhecidos desde sempre, tendem a popularizar-se. Começamos com os muitos exemplos que podemos citar de casas construídas no referido período com materiais precários, como prova de que esse processo de mudança foi, de fato, muito lento. Diferentemente de séculos anteriores, começam a surgir diretivas claras no sentido de combaterem-se as casas construídas com materiais frágeis, como palha e junco. A questão do combate a essas habitações precárias, ainda que relacionado a este item, é tão importante que merece um item à parte, a ser visto adiante neste capítulo.

Assim, as casas de palha continuaram a existir, mesmo nas áreas urbanas da cidade potiguar. Um exemplo que salta aos olhos nesse período não é propriamente urbano, mas dele aproxima-se, por tratar-se de uma colônia que, apesar de rural, pressupõe certo ajuntamento de casas. A chamada Colônia Sinimbu, localizada nas proximidades das vilas de Extremoz e Ceará-Mirim, foi apresentada no relatório do 1º vice-Presidente da província do Rio Grande do Norte, Manoel Januário Bezerra Montenegro, em 1879, como um estabelecimento agrícola fundado pelo seu antecessor e localizado num terreno elevado, distante algumas braças da margem esquerda do rio Mudo ou Caratan, afluente da lagoa de Extremoz. Essa comunidade contava com “umas 1.200 palhoças, habitadas por uma população ultimamente elevada a 6.600 almas”, de acordo com levantamento que ele mandara fazer por Antônio Cypriano de Araújo Silva, 2º escrivão da alfândega. Manoel Montenegro conclui, constatando não ser possível denominá-la de colônia agrícola,

“sem grande constrangimento da parte de quem a tivesse de pronunciar” (Relatório [com que instalou...], 1879, p. 8).

O governante transcreve partes de um relatório sobre a referida colônia, feito por uma comissão que ele instituiu para estudá-la. O relatório reforça a extrema pobreza de seus habitantes: na estação chuvosa de junho a agosto desenvolveram-se “diversas moléstias” entre os moradores, “expostos em suas míseras choupanas” (Relatório [com que instalou...], 1879, p. 10), causadas tanto pelas intempéries como pelo miasma exalado de um alagadiço vizinho e pela alimentação à base de charque e bacalhau.

As choupanas ou palhoças, construídas pelos próprios moradores²⁰⁶, configuram um caso bastante eloquente de como ainda viviam os pobres, ao aproximar-se o final do século XIX. Esses casebres deviam provavelmente lembrar os mocambos e as casas dos indígenas das vilas, discutidas anteriormente neste trabalho. Os mesmos casebres devem haver existido em outras colônias semelhantes, a exemplo da colônia agrícola Bom Jesus dos Navegantes. Criada em 1878 e localizada às margens dos Rios Pitimbu e Cajupiranga, ao sul de Natal, reunia 3.600 pessoas. O governador Alberto Maranhão, escrevendo a seu respeito em 1904, disse que era uma medida para evitar o êxodo dos retirantes da seca (Mensagem [apresentada pelo Governador...], 1904b, p. 48). Aliás, as datas de criação das duas colônias coincidem com uma seca devastadora que assolou todo o Nordeste brasileiro, entre 1877 e 1879.

206 Segundo orientações fornecidas para a fundação da colônia (Brito, 2015, p. 124-125). A referida dissertação é um estudo aprofundado da colônia Sinimbu.

Casas de palha, ainda que apresentem determinadas vantagens em regiões de clima quente, como permitir a passagem dos ventos por entre as paredes e a dissipação da fumaça produzida pelos fogões a base de madeira e carvão, também são marcadas por fragilidades, dentre as quais, a principal é precisamente a sua combustibilidade. Não se têm estatísticas a respeito, mas deve ter havido vários casos, não registrados, de moradores que perderam suas casas, algumas vezes, a própria vida, por causa de incêndios. Um caso trágico aconteceu em um lugar chamado “Limpo Grande”, no município de Nova Cruz, em 1879. Por volta das duas horas do dia 8 do “expirante mês [...] foi incendiada e completamente destruída uma casa de palha em que morava Miguel Custodio [...] com sua família”. Na tragédia, morreram “seus dois únicos filhos menores” (Mensagem [dirigida pelo governador...], 1897, p. 12).

Outro caso, ainda mais expressivo, por haver ocorrido dentro da área urbana da capital potiguar, atestando assim a existência dessas casas de palha ainda em fins do século XIX – confirmadas, aliás, em outros documentos –, foi relatado pelo governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, em relatório de 1893. Ele menciona dois incêndios, um no mercado público da cidade e outro, que ocorreu “no dia 21 de abril deste ano, pelas 11 horas da manhã [e destruiu] a casa de taipa coberta de palha, sita a rua de visconde do Rio Branco, pertencente a Francisco das Chagas” (Mensagem [do governador...], 1893, p. 13). Foram resgatados apenas “2 bauzinhos e a quantia de 6:440 réis”, guardada em um pé de meia dentro de uma pequena lata de flandre, encontrados pelo soldado Antônio Santos Paixão e entregues à dona da

casa, que estava ausente, lavando roupa. O inquérito concluiu que foi um incêndio acidental.

Em Natal, a “Rua da Palha”²⁰⁷, atual Rua Vigário Bartolomeu, era, de acordo com Cascudo (1999, p. 147), uma rua oitocentista, cujo nome “evidencia o material empregado na construção”. Se na capital potiguar ainda se encontravam casas desse tipo, que serão combatidas sistematicamente, como veremos, o que dizer de outras localidades? Referindo-se a Taipu, o mesmo Cascudo (1968, p. 260) afirma que a localidade tinha, em 1905, “[...] 92 moradas em três ruas e a colmeia de taipa e palha dos casebres e choupanas”.

Casas de palha deveriam ainda subsistir nas localidades que foram no passado aldeamentos e “vilas de índios”, onde elas foram comuns, como vimos. Áreas no interior dessas localidades ainda guardavam alguma relação com os indígenas e, por esse motivo, provavelmente deviam ser caracterizadas, em pleno século XIX, por casas de palha, ou de taipa. Gilberto Barbalho, comentando a gestão do Intendente Lyle Nelson em São José de Mipibu, curiosamente um estrangeiro, talvez americano ou inglês, “ouviu dizer” que o Intendente, que governou São José entre outubro de 1892 e janeiro de 1896, era dono “[...] das derradeiras casas de índios a serem demolidas no perímetro da cidade” (Barbalho, 1960, p. 146). Da mesma forma, as atas da câmara municipal da vila de Arez, de 15 de julho e de 6 de outubro de 1868, registraram solicitações de licença de moradores para a construção de casas na “Rua dos Índios” (Atas, 1861-1872).

207 Assim a denomina o secretário da Polícia Joaquim Guilherme de Souza Caldas, ao apresentar um relatório sobre a população do Rio Grande do Norte, em 1871 (Relatório [apresentado à Assembleia...], 1867, p. 10).

Essas atas nada dizem sobre essas áreas, mas não é difícil inferir que, diante de tantas evidências anteriores, se ainda havia indígenas vivendo nesses locais, muito provavelmente não era em casas de tijolos.

Quanto à taipa, era uma técnica construtiva ainda muito popular em pleno século XIX, mesmo nas áreas urbanas. Vários exemplos poderiam ser citados, mas vamos nos deter a três, tirados de localidades diferentes. Num relatório de 27 de agosto de 1881, os vereadores da vila de Touros contabilizaram “148 casas, todas casas térreas, de pedra e cal 15, as demais de taipa cobertas de telhas”. Ou seja, aproximadamente 90% das casas eram de taipa. Aliás, a casa de câmara também era de taipa (Descrição [do município de Touros], [s.d.]). O recenseamento de 1922 apontou, para a cidade de Assu, “uma população de 2.439 almas [...] existiam, então, 663 casas, sendo: 360 de tijolo e telha; 234 de taipa, 69 choupanas e 520 estavam habitadas” (Amorim, 1929, p. 19). Ou seja, 35,29% das casas, mais de uma em cada três, eram de taipa. As 69 choupanas, apresentadas como distintas das casas de taipa, correspondiam a 10,4% do total. Por outras evidências apresentadas neste trabalho, podemos conjecturar que essas choupanas eram muito provavelmente erigidas com folhas e madeiras de carnaúba. Finalmente, o mesmo recenseamento de 1922 acusou, para a cidade de Mossoró, 1.872 casas, 840 das quais, ou 44,87%, eram de tijolos e telhas, e de taipa e telha, 1.032, ou 55,12% do total (Lima, 1938-1940, p. 282).

A diminuição considerável de casas de taipa entre as duas primeiras localidades, Touros e Assu, em termos percentuais, de 90% para 35,29%, num período de cerca de quarenta anos, entre 1881 e 1922, respectivamente, pode ser visto como algo

sintomático do uso, cada vez menos frequente, da taipa nas casas do Rio Grande do Norte, à medida que avança o século xx, como é possível constatar facilmente nos dias de hoje. O caso de Mossoró destoa um pouco, na medida em que 55,12% do total de casas ainda era de taipa e telha em 1922, mas ainda assim é um percentual inferior aos 90% das casas de Touros, cerca de quarenta anos antes. É curioso observar que, no caso de Mossoró, não foram registradas casas de palha, que deveriam existir também. Haveriam sido incluídas entre as casas de taipa? Em 1922, as casas de tijolo e telha em Assu já representavam 54,29% do total das casas, e em Mossoró, 44,87%. Ambas eram núcleos urbanos, histórica, social e economicamente importantes, e isso pode explicar em parte essa mudança visível nos materiais construtivos de suas casas.

Mas, a popularização do uso desses materiais, ao longo do século xix e da primeira metade do século seguinte, tem igualmente outras explicações, dentre as quais, o incentivo dos poderes públicos, por meio da legislação. As posturas municipais incentivam diretamente o uso de tijolos, especialmente nas fachadas, ou, indiretamente, por meio de preocupações de ordem estética. Vamos nos deter, por enquanto, ao incentivo ao uso desse material. A questão da estética das fachadas será objeto de item posterior, ainda neste capítulo.

No Capítulo 3, mencionamos inventários dos séculos xviii e xix, segundo os quais, casas de taipa usavam tijolos na fachada. Isso era compreensível, uma vez que o tijolo, sendo provavelmente de mais difícil acesso, era reservado, quando possível, à fachada frontal que, sendo visível da rua, era um elemento que a valorizava. Encontramos, ainda no

século xx, exemplos de casas de taipa com frente de tijolos, provavelmente pelos mesmos motivos. No livro 3-B de registros de imóveis do 1º Cartório de São José de Mipibu, foram lavrados registros de compra de casas na cidade, em 1928. Há casas de telha e tijolos, de telha e taipa, bem como somente com a frente de tijolos. Essas variações certamente deveriam ocorrer em consonância com as condições financeiras dos seus proprietários. Reproduzimos abaixo a descrição de duas dessas casas com frente de tijolos:

Registro nº 1637, de 9 de maio de 1928. Uma casa com frente de tijolos, tendo 3 janelas e uma porta ao lado, limitando-se com o beco que segue desta cidade para o olho d'água, ao leste e ao oeste, com a casa de José Palhano, sita nesta cidade à Rua 13 de Maio. Registro nº 1641, de 12 de maio de 1928. Uma casa de telha com a frente de tijolo, com duas portas e 2 janelas, sita nesta cidade à Praça 22 de Fevereiro, nº 5 (Livro 3-B, 1928, p. 5).

As casas-sede de fazenda e as casas urbanas do Acari, construídas no decorrer do século XIX, estudadas por Paulo Heider (Feijó, 2002, 2014), como vimos, usavam predominantemente o tijolo, contrariando os dados aqui apresentados para outras localidades, onde o uso da taipa era bem mais comum.

Seja como for, o uso do tijolo impõe-se aos poucos. Em capítulos anteriores, fizemos referência a equipamentos maiores, como armazéns e casas de câmara que, sendo construídos de taipa, desabaram ou arruinaram-se aos poucos, talvez nem tanto pelo uso da taipa em si, mas pela falta de manutenção. Encontramos, nas atas das câmaras municipais do século XIX, várias solicitações de moradores para reconstruírem suas casas, a exemplo de Teodoro Gomes Santos, morador de Arez, que pediu licença à câmara para

reconstruir uma casa “na Rua do Comércio desta vila”, algo que “não pode fazer sem a licença” dos vereadores (Atas, 1861-1872). Embora não seja explicitado na solicitação, parece-nos crível que casos como esses podem indicar que hajam sido casas pelo menos de taipa, arruinadas com o tempo. Outras posturas municipais da mesma localidade pressupõem casos de ruínas, como o Artigo 2º das posturas de 19 de junho de 1882, que indica as providências necessárias a serem tomadas pelo morador e pelo fiscal, em caso de desabamento ou deterioração das casas (Posturas, 1882). Pode ser também que o requerente, Teodoro Gomes Santos, tenha demolido a casa anterior a fim de reconstruí-la com tijolo. A ata é datada de 2 de março de 1872²⁰⁸.

As leis municipais tendem direta ou indiretamente a impor o uso do tijolo. O Artigo 5º das mesmas posturas municipais de Arez, de 19 de junho de 1882, ordena que as casas a serem construídas na vila devem se sujeitar ao alinhamento determinado previamente pelo fiscal. Elas devem ter 15 palmos de altura na fachada e, se for de tijolo, deverá

208 Outro motivo que encontramos desde sempre no Rio Grande do Norte, para a ruína das casas e de outros edifícios são, as chuvas e inundações. Vários casos poderiam ser citados, como esse, em Nova Cruz e Cuitezeiras (atual Pedro Velho), ocorrido em 1904. O governador Alberto Maranhão informa-nos que, “no dia 12 de maio último, em consequência da extraordinária cheia do rio Curimataú, caíram algumas casas da Vila de Nova Cruz, inclusive a que, ali, servia de cadeia, e no dia seguinte, 13, desabaram diversos edifícios da Vila de Cuitezeiras que ficou quase submergida pelas águas que invadiram as ruas de modo a não dar tempo à fuga de seus habitantes, tendo também a enchente abatido a ponte sobre aquele rio, logo em seguida a passagem do trem” (Mensagem [lida perante o Congresso...], 1904a, p. 16). Na verdade, Cuitezeiras foi alvo de várias enchentes, como a de 1901, tão desastrosa, que levou à mudança do sítio para um novo local, dando início a um novo núcleo urbano, certamente esse mesmo que sofreu a enchente de 1904 (Fonseca, 2006). Outras enchentes seguiram-se.

ter cornija, assim como “a frente da tacaniça havendo-a” (Posturas, 1882)²⁰⁹.

A tacaniça é um termo técnico referente à cobertura das edificações²¹⁰ e, no caso aqui apresentado, o seu significado parece-nos mais próximo do que afirmou Olavo de Medeiros Filho (1983), como vimos, sobre as casas do Rio Grande do Norte, que remontam ao século XIX ou mesmo antes. Ele constatou que, “[...] encostada à sala-de-trás, debaixo de um alpendre denominado tacaniça, havia a cozinha brasileira nos séculos XVI, XVII e XVIII” (*op. cit.*, p. 59-63). Nesse caso, nem mesmo a existência de um alpendre – ao que parece frontal à casa no caso do Artigo em questão – dispensava a cornija, caso a fachada fosse de tijolo. Mais importante ainda: se a cornija pressupõe o uso do tijolo, então são muitas as posturas municipais de várias localidades do Rio Grande do Norte que, indiretamente, estimulam o uso desse material. O Artigo 14 da mesma postura é ainda mais explícito:

A ninguém será concedida licença para edificar casas na fronteira de quintais de outros proprietários, salvo se este não puder fazer a casa amigavelmente e ceder o terreno, tendo o proprietário o direito no referido terreno no espaço de um ano e não fazendo a casa ou sequer uma frente de tijolo que aformoseie as ruas, perderá o dito terreno (Posturas, 1882; grifos nossos).

Os dois artigos acima transcritos, o 5º e o 14 das posturas municipais da vila de Arez, de 19 de junho de 1882,

209 Seguem as penas de praxe para os contraventores.

210 “Nome do pau que vai da cumeeira até o encontro de dois frechais, sobre os cunhais. Nos telhados de mais de duas águas, duas tacaniças determinam um plano triangular. A essa parte triangular das coberturas costumou-se, também, dar o nome de tacaniça” (Corona; Lemos, 1989, p. 436).

não obrigam diretamente a construção em tijolo, mas é evidente que esse é um material recomendado. O seu uso, se limitado à fachada, contribui para “aformosear”, isto é, embelezar a rua (Artigo 14). Contudo, o Artigo 10 das Leis e Decretos, compreendidos entre 16 de novembro de 1892 e 6 de novembro de 1899, do município de Canguaretama, é explícito quanto à obrigação do uso do tijolo, pelo menos na fachada, e da telha. Ele impede que “nas ruas e praças mencionadas” no Artigo 4º sejam construídas casas que não tenham pelo menos a frente de tijolos e sejam cobertas de telha. Multa de 20.000 réis aos contraventores. Essa pena se aplica também àqueles que, nas ruas e praças citadas deixarem suas casas “[...] em preto por mais de um ano” (Atas, 1916-1930, [s. p.])²¹¹.

A exigência por materiais de melhor qualidade não se resumia ao tijolo e à telha. O Artigo 56 das posturas adicionais da câmara municipal de São José de Mipibu, aprovadas por meio da Resolução nº 134 de 5 de novembro de 1845, determinava que “as casas que se edificarem e reedificarem, terão quatorze palmos de altura de frente, e nas ruas principais serão feitas de pedra e cal, ou de barro na falta de cal” (Barbalho, 1960, p. 146., p. 126). A recomendação para a construção de casas tanto de tijolo e telha como em pedra e cal tem profunda relação com os espaços públicos importantes da urbe. Nesse exemplo, as casas situadas nas ruas principais deveriam adotar preferencialmente a pedra e a cal, pelo menos para as fachadas. O uso da pedra e da

211 Apesar do período citado na contracapa do livro, o documento em apreço faz parte das leis e dos decretos de 16 de novembro de 1892 a 06 de novembro de 1899, portanto, anterior ao período mencionado.

cal lembra, aliás, a exigência do Diretório para que as casas das “vilas de índios” fossem construídas com esses mesmos materiais, como constatamos. Da mesma forma, o Artigo 33 das posturas municipais de Ceará-Mirim, de 10 de abril de 1883, determinava que

os que edificarem ou reedificarem casas nesta cidade que não tenham pelo menos a frente de pedra ou tijolo com 16 palmos de altura do pavimento à cornija, tendo as portas de frente onze palmos de altura e as janelas sete com largura correspondente, incorrerão na multa de dez mil réis, além de ser a obra reformada à sua custa (Posturas, 1883b)²¹².

Podemos nos questionar até que ponto essas diretivas foram, de fato, seguidas. Com efeito, a legislação é uma condição necessária, mas não suficiente para garantir a sua observância. Contudo, os exemplos remanescentes de casas urbanas do século XIX e da primeira metade do XX parecem indicar que elas foram em grande parte obedecidas. Podemos concluir, mesmo que essa não seja a única explicação, que há uma relação diretamente proporcional entre essas diretivas e o uso crescente do tijolo e da telha, a partir de meados do século XIX, ao contrário das casas do século XVIII, que eram maciçamente construídas em taipa.

Outro motivo que explica o uso crescente de materiais “nobres”, especialmente o tijolo e a telha, decorre de uma oferta cada vez maior desses materiais de construção. As olarias e fábricas de tijolos e telhas vão se difundir paulatinamente pelo território. Natal, que passou por um perceptível

212 Esse artigo reforça, por sua vez, o Artigo 5º das posturas de 12 de setembro de 1865, da mesma câmara, que determinava que as casas deviam ter frentes de tijolo ou de pedra (Posturas, 1865a).

processo de modernização urbana na primeira década do século XX, foi privilegiada nesse sentido.

Em 1910, o operante governador Alberto Maranhão, autorizado por lei do Congresso e preocupado com o saneamento da capital, para o qual conseguiu empréstimo externo, mandou construir diversas obras, dentre as quais uma “[...] fábrica de cerâmica para fabricação de tijolos, telhas e outros artefatos necessários à construção de casas” (Mensagem [apresentada ao Congresso...], 1910, p. 20), uma de suas prioridades no campo das obras públicas da capital potiguar. E, “[...] no intuito de incrementar e desenvolver as construções de casas no perímetro urbano [ele baixou] o decreto nº 228, de 2 de setembro do corrente ano” (*id. ibid.*). Em sua opinião, essa providência pode incrementar a construção “[...] nestes dois anos, o que corresponderá a uma das mais urgentes necessidades desta capital onde a falta de habitações é por todos lamentada” (*id. ibid.*). Após mencionar que proprietários já estão solicitando a aprovação de plantas ao governo, ele acrescenta que, com a inauguração da fábrica de cerâmica estadual, “o gosto pelas construções se desenvolverá entre os que bem empregar seus capitais” (*id. ibid.*). Em 1911, a fábrica já estava construída, segundo o próprio governador²¹³ e em mensagem de 1913, ele a inclui entre as várias outras obras de caráter modernizante na cidade, realizadas durante a sua gestão²¹⁴.

213 “As obras públicas estaduais durante o último ano foram as seguintes, em grande parte já inauguradas: Aquisição e instalação de maquinismos e outros materiais necessários para viação elétrica urbana e suburbana, abastecimento d’água, esgoto geral da cidade, fábrica de cerâmica para tijolos, telhas e tubos” etc. (Mensagem, 1911, p. 18).

214 “Usina elétrica do Oitizeiro e todas as instalações dela decorrentes, a saber: 7 quilômetros de linhas central da cidade e nos ramais do Alecrim, Petrópolis e Tirol; abastecimento d’água com a substituição de todo o encanamento velho e elevação do

Materiais de construção provinham de localidades próximas da capital, o que demonstra que sua fabricação já acontecia em outros locais. O governador Augusto Tavares de Lyra, descrevendo o transporte para a capital em 1905, informava que ele era feito por animais e por canoas. Ele menciona dois portos, o de Carnaubinha, distante 6 quilômetros e apto a receber navios de grande calado, e o de Barreiros, a 3 quilômetros de distância. Por este, é “[...] exportado para esta capital grande quantidade de tijolos, telhas, louças de barro e madeiras” (Mensagem [lida perante...], 1905, p. 37)²¹⁵.

Com efeito, a casa de taipa – e, por conseguinte, a cidade – estava efetivamente sendo substituída pela casa de tijolo. Outros materiais nobres, industrializados, importados da Europa, também vão surgir nesse período, estes sendo realmente novos no âmbito da realidade potiguar. Contudo, preferimos fazer alusão a eles no próximo item, em consonância com a discussão sobre a estética das fachadas.

Ainda que o processo de substituição da casa de taipa pela de tijolo e materiais mais nobres seja um fato, ele foi, como era de esperar-se, um processo lento, que aconteceu com maior rapidez nas áreas urbanas. O recenseamento nacional do IBGE, de 1940, comprova isso para o Rio Grande do Norte. Entre muitos outros dados gerais disponibilizados,

deposito que serve aos pavimentos superiores dos prédios da cidade alta; fábrica de cerâmica para tijolos, telhas, manilhas e outros artefatos; iluminação elétrica pública e particular nesta capital; forno para incineração do lixo da cidade; rede telefônica; fábrica de gelo; Câmaras frigoríficas anexas ao mercado público” (Mensagem [apresentada pelo Governador...], 1913, p. 15).

215 Importava-se, aliás, muito mais do que materiais de construção, como alimentos, que chegavam à cidade via Rio Potengi, desde meados do século XIX, pelo menos (Teixeira, 2015b, p. 23).

o censo fez também um levantamento da situação dos domicílios, indicando, entre outras informações, a natureza da construção (alvenaria, madeira, outra natureza e natureza não declarada), tanto para o estado como um todo, como para os municípios. O Quadro 6 resume esses dados para a totalidade do estado.

LOCALIZAÇÃO	ALVENARIA	MADEIRA	OUTRA NATUREZA E NATUREZA NÃO DECLARADA	TOTAL
Quadro urbano	13.531	7.730	104	21.365
Quadro suburbano	2.689	10.660	108	13.457
Quadro rural	26.849	83.565	3.623	114.037
TOTAL (RN)	43.069	101.955	3.835	148.859

Algumas constatações podem ser extraídas desses dados gerais: 1) Do total de 148.859 domicílios existentes para todo o estado em 1940, 114.037 casas encontravam-se em área rural, correspondendo a 76,6% desse total, confirmando o caráter ainda rural da maior parte da população residente naquele ano, como amplamente sabido; os 23,4% restantes encontravam-se em área urbana ou suburbana (respectivamente, 21.365 e 13.457 unidades); 2) Em parte decorrente dessa predominância rural da população residente, apenas 43.069 domicílios, ou 28,93% do total de 148.859 unidades, eram de alvenaria; as restantes (71,07%, ou 105.790 casas) eram de madeira e de outros materiais, esses dois grupos devendo corresponder, certamente, a materiais como a taipa, a palha e outros materiais de que temos tratado, ainda que o censo não explicita isso. Seja como for, não eram de

QUADRO 6
Número de domicílios do Rio Grande do Norte, distribuídos segundo a natureza de construção - 1940. Fonte: adaptação resumida de dados encontrados em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1952, p. 170-171).

tijolo; 3) A realidade suburbana e rural também aponta a predominância de casas que não eram de alvenaria; estas são apenas 2.689 unidades, ou 19,98% do total de 13.457 casas nas áreas suburbanas e 26.849 unidades, ou 23,54% do total de 114.037 unidades em áreas rurais.

A situação inverte-se, contudo, quando consideramos apenas a realidade urbana do estado. Das 21.365 casas urbanas existentes em 1940, uma maioria relativamente expressiva, 63,33%, ou 13.531 unidades, eram de alvenaria, os 36,66% restantes sendo de madeira e de outros materiais. Isso é mais expressivo ainda para Natal, a capital e cidade mais importante do estado. De acordo com os dados da mesma fonte, dos 11.139 domicílios existentes no referido município, 2.992 eram de alvenaria, o que corresponde a apenas 26,86% do total. Em compensação, dessas 2.992 unidades habitacionais, 2.845 ou 95,05% localizavam-se na área urbana da capital potiguar (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952, p. 174-175). De fato, a modernização chega primeiramente à cidade, e o uso de materiais “nobres” no âmbito urbano é um indício disso.

Uma nova estética: fachadas novas, planta e volumetria antigas

As posturas municipais transcritas no item anterior já evidenciam preocupações de ordem estética das fachadas das casas, ao determinarem dimensões, alturas, cores e materiais a serem nelas empregados. Por outro lado, não há exigências quanto ao interior dessas habitações, postura semelhante à do século XVIII, que, como vimos, exigia certa uniformidade externa das habitações, ainda que o morador

tivesse liberdade para fazer o seu interior como bem entendesse. A semelhança, porém, termina nesse ponto. Podemos destacar pelo menos quatro itens específicos do novo período aqui analisado, que o distingue da fase anterior: 1) uma estética nova, modernizante; 2) uma preocupação ainda maior com a estética urbana, por meio da fachada das casas (o uso da calçada, as cores e a pintura das fachadas, o alinhamento, o aformoseamento e a limpeza dos espaços públicos); 3) novos tipos habitacionais, do ponto de vista estilístico, mas também com novos padrões de conforto e da relação casa-lote; 4) a ênfase em materiais mais “nobres”.

Como dissemos, é sempre possível encontrar precedentes desses quatro itens, em períodos anteriores a 1850. A questão que se impõe aqui, no entanto, é quanto à *intensidade* das mudanças e, em alguns dos casos citados, como no item específico 3, há aspectos inteiramente novos, desconhecidos até então. Isso dito, gostaríamos de abordar os itens específicos 1 e 2 em conjunto, porque estão intrinsecamente relacionados. Abordaremos também o item específico 3, que envolve aspectos como a volumetria geral da casa, ou de sua caixa mural, e sua disposição em planta. Faremos uma rápida alusão ao item específico 4, mas não o abordaremos aqui, porque já foi suficientemente tratado no item anterior. Ele é mencionado, apenas porque também contribui para as transformações do período.

Os exemplares remanescentes do casario urbano do século XIX e do início do século XX, no Rio Grande do Norte, quando pouco alterados – algo cada vez mais raro –, ainda detêm determinadas características facilmente identificáveis nas suas fachadas: platibanda, às vezes, balaústres, frisos, cornijas, adornos simples em alto relevo nas platibandas,

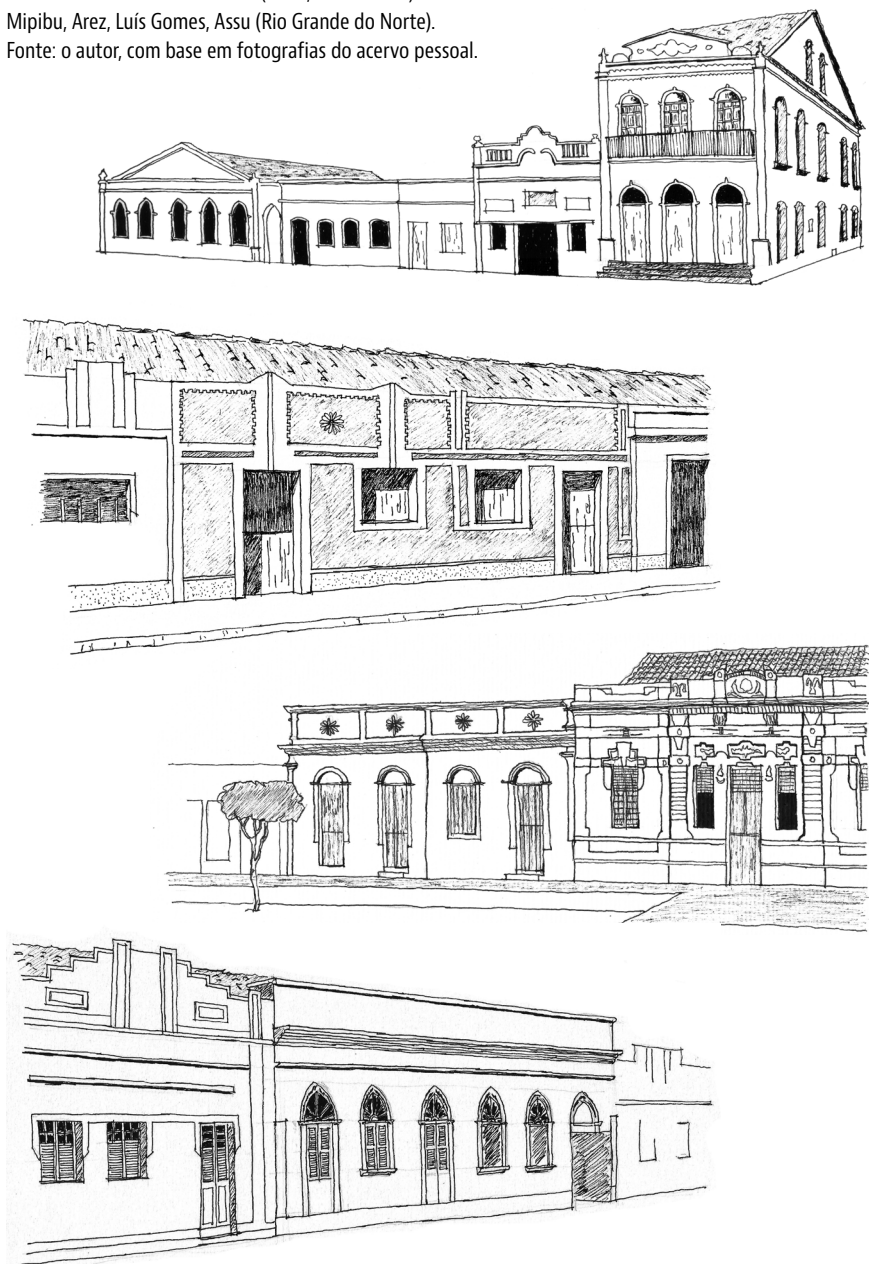
ou por meio de pedra aparelhada, demarcando o entorno de portas, janelas e cantos das fachadas. Para o final do século XIX, começam a surgir os arcos plenos sobre portas e janelas, os frontões – o que pode denotar uma mudança radical na forma do telhado –, arcos ogivais, esquadrias envidraçadas, entre vários outros itens a assinalar. Ora, muitas dessas características denotam uma influência longínqua de “estilos modernizantes” que aportaram no Brasil desde o início do século XIX, mas que começam a manifestar-se, lentamente, no Rio Grande do Norte, a partir de meados do mesmo século. Essas características estilísticas vão do neoclassicismo ao ecletismo, para deter-nos a essas duas influências mais gerais, uma vez que o período, especialmente a primeira metade dos novecentos, é muito complexo, de modo que é difícil abordar, em tão poucas linhas, toda a riqueza estilística de então. Durante a primeira metade do século XX surgem várias tendências, sobre as quais retornaremos adiante. Elas expressam-se tanto em edifícios públicos, quanto também, em maior ou menor escala, nas habitações.

Queremos chamar a atenção, primeiramente, para o fato de que os elementos citados apontam para novos valores estéticos, que são diferenciados quando comparados aos do período colonial. Em segundo lugar, pretendemos destacar o fato de que as posturas municipais de que temos tratado, e que se multiplicam no mesmo período, associadas à ação do fiscal, funcionário da câmara municipal responsável pela supervisão do cumprimento das normas estabelecidas, estão na base desses novos valores estéticos, que deixaram marcas ainda hoje no casario menos modificado e remanescente de nossas cidades.

FIGURA 41

Fachadas do casario tradicional (s. XIX, início do XX): São José de Mipibu, Arez, Luís Gomes, Assu (Rio Grande do Norte).

Fonte: o autor, com base em fotografias do acervo pessoal.



As posturas municipais transcendiam a simples definição de padrões estéticos para as fachadas no sentido estrito do termo. Faziam muito mais exigências. Uma delas, a construção de calçadas, algo relativamente recente na história de nossas urbes, aparece com frequência. Relembramos aqui a observação de Koster (1816), quando visitou Natal em 1810: “a cidade não é calçada em parte alguma e anda-se sobre uma areia solta, o que obrigou alguns habitantes a fazerem calçadas de tijolos ante suas moradas” (*op. cit.*, p. 68-69). Ou seja, a capital da capitania era, em geral, destituída de passeios e de ruas pavimentadas. Outras exigências manifestam-se na pintura periódica das fachadas, no alinhamento das ruas, na limpeza dos espaços públicos, entre outras. É verdade que, como vimos, a preocupação com a limpeza dos espaços públicos e com o alinhamento das ruas é anterior ao século XIX. Contudo, especialmente no caso do alinhamento e do “aformoseamento” dos espaços públicos – palavras-chave do período –, essa preocupação é bem mais frequente.

A legislação disponível dispõe de exemplos abundantes sobre todos esses pontos. Entretanto, alguns poucos, escolhidos quase ao acaso, são suficientes para confirmá-los. Assim, os Artigos 1º e 2º das posturas municipais de Vila Flor, de 27 de outubro de 1836, decretam:

Artigo 1º. As casas da vila e povoações do município de Vila Flor serão feitas de agora em diante em alinhamento, para isso ficam os fiscais encarregados e quaisquer pessoas que as levantem em ditos lugares não o poderão fazer sem que primeiro o respectivo fiscal tenha procedido ao mencionado alinhamento sob pena de 2.000 réis por cada ano que passar sem que as tenham puxado para o alinhamento; e depois de 3 anos serão estas derribadas às custas dos mesmos donos. Entender-se-á por povoações do município aqueles

lugares que por tais forem designados pela câmara. Artigo 2º. As casas que se forem levantando nos lugares mencionados no artigo antecedente não terão altura na frente menor de 14 palmos, e seus donos serão obrigados a fazer calçadas dentro de 1 ano, depois de acabadas e cair-lhes as frentes uma vez no ano, no mês de setembro, tanto destas, como das existentes nos ditos lugares, sob pena de 1.000 réis e o duplo na reincidência (Posturas, 1836).

Não eram somente casas que podiam ser derrubadas, se ficassem fora do sacrossanto alinhamento, como aparece no Artigo 1º. Encontramos casos como esse, nas posturas municipais da cidade do Príncipe, atual Caicó, de 19 de janeiro de 1884, que autoriza, também no seu Artigo 1º, o fiscal a cortar árvores fora do alinhamento (Posturas, 1884).

A escolha do exemplo das posturas municipais de Vila Flor, de 27 de outubro de 1836, acima citado, é proposital, na medida em que é da primeira metade do século XIX, o que demonstra certa flexibilidade, mais uma vez, nos limites cronológicos por nós estabelecidos, sem anular o fato de que orientações como essas sejam mais frequentes a partir de meados dos oitocentos. As posturas municipais da Câmara de Ceará-Mirim, de 12 de setembro de 1865, definem, em seu Artigo 4º, que somente após licença da câmara e alinhamento feito pelo fiscal conforme planta adotada pela câmara, alguém poderá edificar ou reedificar casas, recebendo o fiscal mil réis pelo alinhamento. Os infratores serão multados em 10.000 réis, e sua casa demolida às suas custas (Posturas, 1865b).

As mesmas posturas exigem, no seu Artigo 5º, que as casas da vila tenham frente de tijolo ou de pedra e altura de 16 palmos até a cornija. E, no caso de sobrados, as portas deveriam ter 11 x 5 palmos (2,42 m x 1,1 m) e as janelas, 7 x 5

(1,54 m x 1,1 m) palmos. No seu Artigo 6º, determina-se a largura de no mínimo 6 palmos (1,32 m) para as calçadas. De acordo com o Artigo 7º, as casas da vila e das povoações do município, assim como os muros dando para a rua, deveriam ser pintadas a cal, uma vez por ano, até o final de outubro. O Artigo 9º, por sua vez, determina que os moradores, em junho e dezembro de cada ano, limpem “as frentes das suas casas até a metade do terreno que fica entre as ruas” (Posturas, 1865b). Essas posturas, como outras, são bastante detalhadas, fornecendo inclusive as dimensões dos vãos das portas e janelas.

É curiosa a referência aos sobrados no Artigo 5º. Talvez por Ceará-Mirim ser uma vila em pleno desenvolvimento econômico à mesma época, graças à economia açucareira, as posturas já previam ou já constatavam a existência de casas de sobrado no município, levando os edis a legislarem também sobre esse tipo de habitação.

É preciso lembrar, ainda que pareça óbvio, que as determinações são direcionadas aos proprietários, porém a execução das obras ficava evidentemente a cargo dos escravizados ou de trabalhadores livres à sua disposição, quando disponíveis. O Artigo 30 das posturas municipais da vila de Arez, de 19 de junho de 1882, por exemplo, determina que os seus moradores são obrigados, por si mesmos ou por seus cativos ou trabalhadores, a limparem a “frente pública desta mesma vila que tem a serventia de água de beber”, sempre que forem convocados para tal pelo fiscal (Posturas, 1882).

Outro exemplo de posturas que tratam dos itens específicos 1 e 2 acima mencionados encontra-se nas posturas da vila de Papari, atual Nísia Floresta, datadas de 27 de outubro de 1877. Resumidamente, elas determinam: a interdição da

reconstrução de casas fora do alinhamento e que ameacem ruína (Art. 67); o pagamento ao cordeador, pelo alinhamento de casas e muros (Art. 68); a definição, nos moldes de outros exemplos já citados, das dimensões das fachadas das casas e da largura das calçadas (Art. 69); a obrigação da execução do reboco, da caiação e da calçada, “aliadas a portas e janelas”, em até um ano após a conclusão da casa; limpeza das testadas das casas em junho e dezembro de cada ano; o esgotamento de águas estagnadas em quintais e testadas (Posturas, 1877).

Os Artigos 42 e 46 constantes das posturas de São José de Mipibu, de 10 de fevereiro de 1875, ordenam, por sua vez, que os proprietários que tiverem faxinas dando para as ruas principais da cidade devem substituí-las por muros de tijolos, “[...] fingindo frente com cornija e porta, sob pena de 5.000 réis mensais e na falta do pagamento sofrerá 8 dias de prisão”; as frentes das casas em preto nas mesmas ruas devem ser pintadas “[...] para o aformoseamento da mesma cidade”, novamente sob pena de 5.000 réis por mês, ou 4 dias de prisão, “[...] e o duplo na reincidência” (Posturas, 1875). A substituição das faxinas por tijolos, o “fingimento” no decoro das fachadas e o “aformoseamento” pela pintura, ou seja, o embelezamento exigido nas ruas principais da cidade, são evidentes preocupações de natureza estética. A questão do “fingimento”, que também aparece no Artigo 6º da Lei nº 871, de 12 de março de 1883, do município de Canguaretama²¹⁶, era igualmente uma medida “aformoseadora”, para usar um termo da época, à semelhança do Artigo 46 das posturas de

216 “Os proprietários da rua da Conceição cujos muros fazem frente para a rua da matriz são obrigados, dentro de um ano, contado da publicação destas posturas, a fazer frente de 16 palmos de altura, formando chinesa e fingindo portas ou a erigir casas nas mesmas condições” (Coleção, 1883).

São José de Mipibu. Assim como o alinhamento, o aformoseamento dos espaços públicos, para o qual a fachada das casas representava um elemento crucial, aparece em várias posturas da época.

Quanto ao item específico 3, acima mencionado, ele diz respeito aos novos tipos habitacionais em termos estilísticos, dos novos padrões de conforto e de nova relação casa-lote. Cabe ressaltar, inicialmente, durante praticamente todo o século XIX, que a casa urbana permanecia com sua planta tradicional que, como averiguamos, tinha semelhanças com a casa-sede de fazenda do mesmo período, ainda que houvesse variações.

Com efeito, se as fontes normalmente indicam a permanência de uma determinada disposição para a casa urbana predominante em planta, como descrevemos, por exemplo, no início deste capítulo, por outro lado, nem sempre os exemplares existentes refletem essa disposição com exatidão. Paulo Heider Feijó (2002, 2014) levantou e estudou um conjunto de doze casas construídas ao longo do século XIX em Acari, inclusive restabelecendo a sua planta baixa original, uma vez que muitas delas haviam sido reformadas com o passar do tempo. As plantas baixas originais estão reunidas na Figura 42. Elas não seguem o agenciamento usual, pelo menos não de forma ideal ou exata, mas detêm variações. Ao comparar essas doze casas urbanas com doze sedes de fazendas rurais do Acari, o autor percebeu que variantes da planta *sala da frente + corredor / alcovas + sala dos fundos/cozinha*, representam 50 % da amostra estudada, 33,33 % das quais nas casas-grandes e 16,66% nas casas urbanas, as demais não apresentando corredor. Entretanto, a relação frente-miolo-fundos, respectivamente associadas ao convívio social, à

FIGURA 42

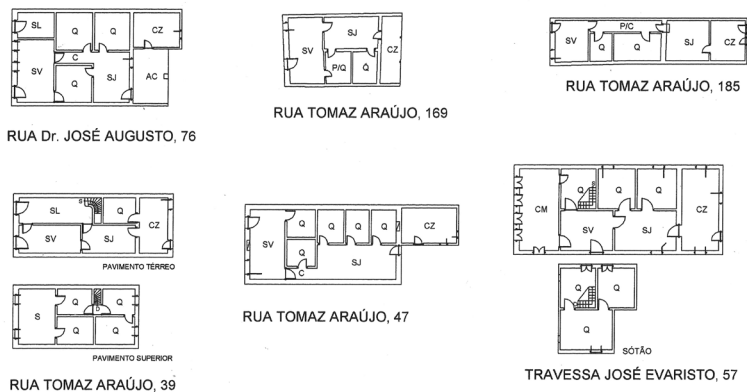
Plantas baixas de casas urbanas do século XIX, em Acari (Rio Grande do Norte).²¹⁷

Fonte: Feijó (2002 [apêndices]).



CASAS URBANAS COMO TERIAM SIDO ORIGINALMENTE

PRANCHA 4a



217 As iniciais nas plantas da figura têm os seguintes significados: AC (área coberta); C (corredor); CM (comércio); CZ (cozinha); D (despensa); S (sala); SJ (sala de jantar); SL (saleta); SV (sala de visita); P/Q (paiol sobre quarto); Q (quarto).

intimidade/repouso e ao convívio familiar/serviço doméstico, tão destacada na literatura, só em parte se confirma. O autor conclui que, de fato, o arranjo é sensivelmente diferente do apontado na literatura, “[...] sem, contudo, desautorizar conotações a ele atribuídas” (Feijó, 2014, p. 202).

Em outras palavras, metade das casas estudadas, tanto urbanas quanto rurais, segue o arranjo em planta que poderíamos chamar de padrão, e as demais, embora não lhe sendo fiéis, mantêm certo arranjo espacial que, a rigor, não nega o padrão estabelecido. Se certo zoneamento permanecia, com área social à frente, área íntima no centro e área de serviço na parte posterior da casa, o agenciamento ou os arranjos físico-espaciais entre os ambientes poderiam variar bastante. Como constatamos, Diniz (2008, 2013) chegou à mesma conclusão, para uma quantidade de casas-sede de fazenda bem maior e dispersa numa área geográfica bem mais extensa do que a do Rio Grande do Norte, envolvendo outros estados do Nordeste brasileiro. O fato é que “o modelo ideal” de planta baixa que remonta à casa colonial, como normalmente é apresentado²¹⁸, nem sempre corresponde à realidade de cada localidade.

Feita essa ressalva, é importante destacar, porém, que continua válida a disposição geral em planta, inclusive no caso potiguar, pois é verificada em vários documentos, estudos e testemunhos, como o da conferência de Luciano Nóbrega²¹⁹, que descreveu, entre outros aspectos, a dispo-

218 Variantes desse modelo “ideal” aparecem, por exemplo, na Figura 23.

219 Na sala dormiam os rapazes e se guardava algum alimento; havia ainda um corredor lateral, a alcova do dono da casa, com uma terceira alcova das moças, a cozinha e o puxado. No quintal, cercado por muros, plantavam-se bananeiras, plantas para chás, limoeiro. O depósito de lenha era necessário “[...] porque à noite o fogo não

sição em planta das primeiras casas de Caicó. Ela não foge ao que já temos apresentado até aqui. Tendo como base esse relato, Ione Morais acrescenta que o tijolo era pouco usado na construção das casas de Caicó, pois usava-se quase sempre a pedra e cal. Elas dificilmente superavam os 6 m de largura, tinham no máximo uma janela e porta e eram geminadas, algo que decorre da tradição portuguesa, e não por necessidade de autodefesa contra os indígenas. Não é por acaso que o conferencista considerou “o sobrado do Padre Guerra, construído em 1811, ocupando um terreno de 22 m² ²²⁰, com cinco portas [...] uma verdadeira revolução arquitetônica em Caicó” (Morais, 1999, p. 44).

Como mencionamos anteriormente neste trabalho, Frei Caneca, de passagem por Caicó em 1824, constatou o uso abundante de pedra e cal nas casas daquela localidade (Figura 13). Os seis metros de frente, com raras exceções para as casas mais largas, condizem com o que constatamos anteriormente, como regra geral para a casa potiguar.

Quanto ao comprimento das habitações, que é obviamente variável, os dados disponíveis para Acari podem nos fornecer um parâmetro aproximado. O *Livro Caixa da Paróquia de Nossa Senhora da Guia de Acari* (Livro [Caixa. Acari...], 1885)²²¹, em data de 14 de agosto de 1885, registra pagamentos dos moradores à igreja local, por terem suas casas construídas em terras a ela pertencentes, uma prática

era apagado”. As comuas (latrinas) só aparecem depois (Luciano Nóbrega, citado por Morais, 1999, p. 44).

220 Acreditamos que há um equívoco na fonte. Como a informação diz respeito à área do terreno, esse valor deveria provavelmente ser, na verdade, 220 m².

221 Agradecemos ao historiador acariense Cícero José de Araújo Silva, por ter-nos fornecido uma cópia do referido documento.

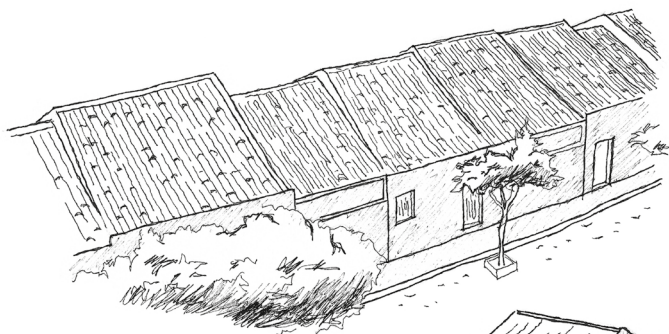
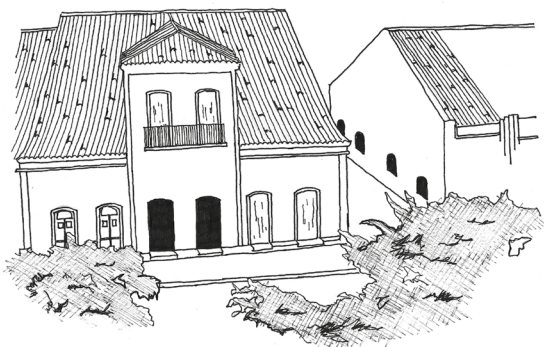
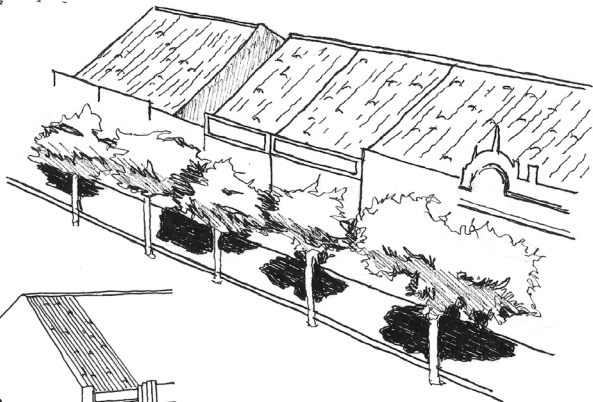


FIGURA 43

Volumetria geral do casario tradicional: Caicó, Apodi, Assu, Mossoró (Rio Grande do Norte).²²² Fonte: o autor, com base em fotografias do acervo pessoal.



²²² Observar o caimento do telhado, as platibandas e outros elementos “modernizantes” nas fachadas.

comum a várias localidades ainda nos dias de hoje, no Rio Grande do Norte e fora dele²²³. O livro registra os pagamentos efetuados, quase todos no ano seguinte, identificando o nome do morador, a rua onde se localizava a casa, o seu comprimento e o valor devido, calculado pelo produto do comprimento da casa, medido em palmos, e o valor fixo do palmo, que era de 20 réis. Nas dez ruas da vila²²⁴, foram computadas, pelo nosso levantamento, cento e doze casas. Consideramos cento e nove unidades, uma vez que o registro de uma delas não fornecia o comprimento, e duas estavam em condições ilegíveis. Infelizmente, o livro não registra a largura das casas, pois essa dimensão não era critério para a referida cobrança.

Distribuindo as casas por faixas de comprimento, aqui apresentadas em metros para efeito de simplificação (o palmo corresponde a 0,22 metros), temos o seguinte: das cento e nove casas consideradas, o maior número delas, vinte e duas, ou 20,18% do total, tinham entre 4,62 m e 5,50 m de comprimento. A estas devem se juntar mais dois grupos de casas: dezessete unidades que tinham entre 3,52 m e 4,4 m, ou 15,60% do total, e cinco ainda menores, variando de 2,64 m a 3,3 m de comprimento, correspondendo a 4,59% do total. O somatório dos três grupos totaliza quarenta e quatro

223 Como em outras localidades, Acari desenvolveu-se em terras que foram doadas pelos seus moradores à Igreja Católica, uma tradição que remonta ao período colonial. A igreja permitia o usufruto dessas terras para moradia, desde que os beneficiários pagassem uma taxa, ou foro anual, uma espécie de IPTU eclesiástico, à proprietária fundiária, isto é, à Igreja. Esta, por sua vez, mantinha um registro contábil desses pagamentos, cujo valor era calculado em função do comprimento da edificação. O "Livro Caixa" da Paróquia de Nossa Senhora da Guia de Acari é um exemplo disso.

224 Ruas do Vigário, da Cadeia, de Cima, do Comércio, da Matriz, dos Pereiras, do Rosário, de José Martins, da Igreja do Rosário, do Rio.

unidades, ou 40,37% das cento e nove casas. Ou seja, a vila, que estava em desenvolvimento relativamente expressivo na mesma época, ainda tinha perto da metade de suas casas com dimensões modestas, algumas devendo se limitar a um único ambiente, talvez barracos.

Mais da metade, sessenta e cinco unidades (109-44), ou 59,63% do total, tinham 5,72 m de comprimento ou mais, a maioria das quais, dezenove unidades, encontrando-se na faixa de 5,72 m a 6,60 m, seguidas das com 7,92 m a 8,80 m (dezesete unidades) e daquelas entre 6,82 m e 7,70 m (quinze unidades). As três faixas correspondem, respectivamente, a 17,43%, 15,60% e 13,76%, e totalizam 46,79% das cento e nove casas da então vila. Além dessas, mais catorze casas, ou 12,84% das cento e nove unidades, tinham comprimento com 9,01 m ou mais, a maioria delas na faixa de 9,01 m a 13,20 m. Duas eram “excepcionais”, com 16,72 m e 24,64 m de comprimento. São valores aproximados, porque medidos originalmente em palmos.

Como dissemos, a largura não é fornecida no *Livro Caixa*, mas, tendo como base o estudo de Feijó (2002, 2014), que estudou doze casas urbanas da mesma localidade e reconstituiu suas plantas originais do século XIX (Figura 42), podemos ter uma ideia aproximada de suas larguras, ainda mais porque acreditamos que, pelo menos parte das casas em questão, muito provavelmente, incluem-se entre as cento e doze elencadas no *Livro Caixa* da Paróquia de Nossa Senhora da Guia, uma vez que remontam ao século XIX e pertencem à mesma localidade. Assim, medindo a largura das fachadas dessas doze casas levantadas no referido

trabalho²²⁵, constatamos que variavam de 4,90 m a 10,20 m, aproximadamente, o que fornece uma média de 7,85 metros, portanto, maior do que a média “padrão” de seis metros de largura, mas dentro da variação possível de até oito metros. Apenas quatro delas tinham largura superior a oito metros, uma grande raridade para a época.

Interessa-nos, a partir de agora, destacar questões relacionadas à fachada e à volumetria geral das casas tradicionais, que vão passar por transformações importantes no período em apreço. Transcrevemos, para iniciar este ponto, alguns Artigos das posturas municipais de Mossoró, datadas de 10 de outubro de 1883:

Art. 2º. As casas que houverem de ser construídas ou reconstruídas nesta cidade ou povoações do município deverão ter 4 metros de altura da soleira à base da cornija; portas externas com 2,64 m de altura; janelas com 1,65 m; e umas e outras com 1,76 m de largura, formando plano inclinado, e no oitão do lado do beco quando a casa for sita em ponto que deve havê-lo. O edificador que deixar de observar todas ou algumas das condições do presente artigo, será multado em 22.000 réis e obrigado sempre a cumprir a determinação. Art. 3º. As casas da cidade e povoações do município só poderão ser começadas a construir depois do prévio cordeamento do fiscal respectivo. Art. 4º. Os becos terão pelo menos 10 m de largura de calçada a calçada. Art. 5. O proprietário cujo prédio urbano ameaçar ruína é obrigado a repará-lo logo; quando não o fizer será multado em 20.000 e obrigado sempre ao sobredito reparo (Posturas, 1883a).

225 Na verdade, fizemos esse levantamento na dissertação do referido autor, onde essas plantas aparecem em escala, e não no livro que resultou desse trabalho, aqui citado e de onde foram copiadas as plantas baixas que aparecem na Figura 42.

Além das orientações de praxe nessas posturas, cujas medidas já são expressas de acordo com o sistema métrico-decimal, chamamos a atenção para o Artigo 2º, que menciona o oitão. Aqui, o artigo torna explícito o sentido desse termo como a empena triangular na parte superior da parede lateral da casa, “formando plano inclinado”, com o telhado tradicional em duas águas, com cumeeira paralela à rua, uma disposição que remonta ao período colonial. Esse padrão permanece nas casas do século XIX, e ainda é perceptível atualmente, como demonstram algumas Figuras. Essa disposição é fácil de explicar, tendo em vista que as posturas municipais faziam prescrições voltadas para a fachada frontal, e nada ou quase nada definiam para a volumetria geral das casas, ou melhor, pressupunham uma disposição extremamente corriqueira para a cobertura. Vimos algo parecido na documentação do século XVIII. A novidade são as platibandas, que fazem recuar os beirais frontais à fachada e impõem o uso da calha, uma novidade à época.

Essa disposição geral do telhado, com formato em duas águas, caindo para a frente e para os fundos da casa, com cumeeira paralela à rua, permanece quase sempre, mesmo quando surgem as casas de sobrado, que se tornam cada vez mais comuns na paisagem urbana potiguar a partir de 1850, aproximadamente. Em outras palavras, lembram a casa térrea em sua volumetria, com a diferença de que são casas em dois pavimentos, mais altas, portanto. É verdade que o sobrado do padre Francisco de Brito Guerra, em Caicó, concluído em 1811, assim como o que foi construído por José Alexandre de Melo, entre 1816 e 1820, em Natal, são exemplos de que eles precedem a segunda metade dos oitocentos, podendo remontar, em alguns casos a épocas bem mais

remotas, como verificamos. Contudo, as evidências disponíveis indicam que eram raríssimos. Como Koster (1816), Saint-Adolphe (1845a, 1845b) foi outro autor da primeira metade do século XIX que, sempre que fez referência ao casario de algumas das localidades do Rio Grande do Norte, reparou serem térreas. Em Natal, “as ruas são irregulares, as casas aparatosas, mas térreas”; em Portalegre, o único edifício em dois pavimentos é a casa de câmara e cadeia, e Vila Flor tem poucas casas, térreas, dispostas irregularmente. A única exceção foi um sobrado na povoação de Martins, onde “as ruas são alinhadas, as casas chãs, à exceção de uma” (Saint-Adolphe, 1845b, p. 141, 349, 777, 53).

Como vimos, ele equivocou-se, porém, ao dizer que em Natal somente havia casas térreas, considerando que o seu trabalho é de 1845, vinte e cinco anos depois da conclusão do sobrado de José Alexandre de Melo, em 1820. Talvez ele tenha se fundamentado em Koster (1816 [1978]) a esse respeito. José de Souza (Araújo, 1822) também identificou alguns raríssimos sobrados nas localidades do Rio Grande do Norte, em sua obra de 1822²²⁶.

Seja como for, essa situação muda a partir de meados do século XIX, ainda que a maioria das casas continue sendo térreas. Fizemos um levantamento de documentos e fontes

226 Escrevendo sobre a província do Rio Grande do Norte (Araújo, 1822, p. 143-166) descreve sucintamente Natal e as vilas então existentes, assim como cita algumas pequenas povoações, muitas das quais se tornariam cidades posteriormente. Além de mencionar, indiretamente, a existência de um sobrado em Natal, afirmou que três outras localidades também contavam com um: Goianinha, Assu – mesmo que já demolido – e Martins. Mas, predominavam abundantemente as casas térreas (*op. cit.*, p. 147, 154, 160, 163). Também menciona as localidades detentoras de casas de câmara e cadeia, que são em dois pavimentos, mas que não se enquadram nesta discussão, por não serem casas de morada.

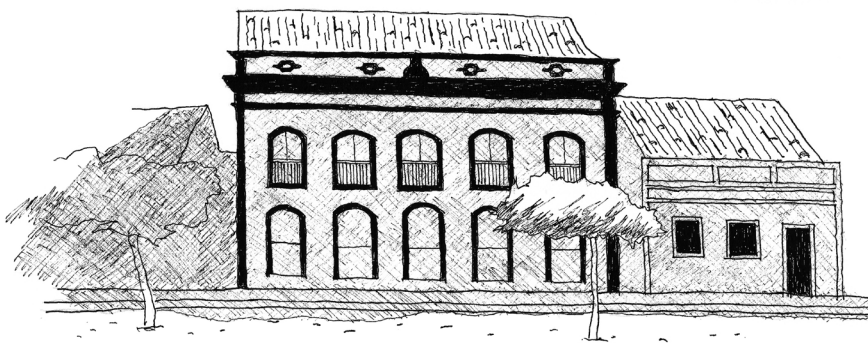
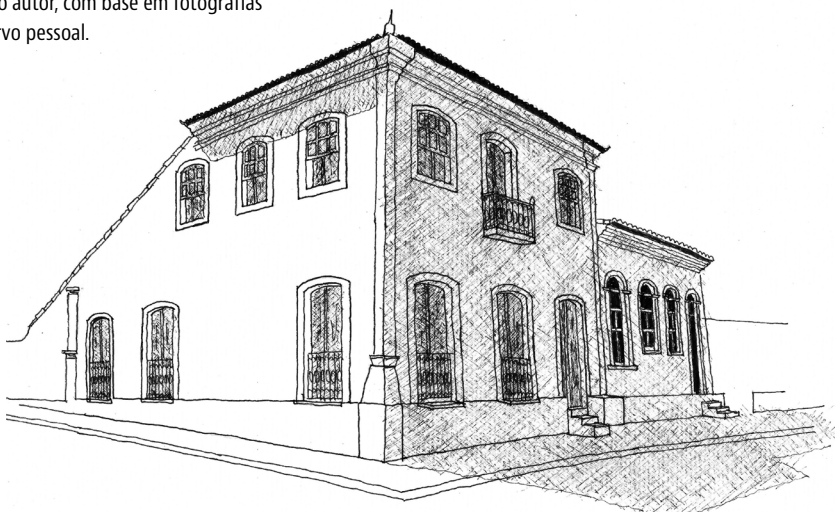
que atestam esse fato. Assim, em Acari, casas melhores foram construídas a partir de 1865, e há registros de dois sobrados, “o menor e o mais antigo construído pelo padre José Modesto Pereira de Brito, certamente bem antes de 1888” (Santa Rosa, 1974, p. 77). Contudo, segundo os vereadores que descreveram a vila, num relatório de 1881, só havia casas térreas. Esses dois sobrados foram construídos, então, entre as duas datas, 1881 e 1888. Pertencentes a particulares, a sua existência é confirmada no recenseamento de 1890, que computou, além deles, também dez ruas e cento e noventa e oito prédios (*id. ibid.*, p. 87). Em Caicó, tem-se notícia de sobrados em 1890, num dos quais, funcionava um jornalzinho chamado “O Povo” (Medeiros Filho, 1988, p. 11). Segundo os vereadores de Mossoró, as casas da cidade eram, em 1886, “[...] em geral térreas, mas quase todas de edificação e gosto moderno, contando-se entre elas alguns sobrados elegantes e vistosos” (Descrição [do município de Mossoró], 1886, p. 5-6). O governador Joaquim Ferreira Chaves dizia, em relatório de 15 de julho de 1896, que Mossoró tinha “cerca de 600 casas particulares, algumas assobradadas” (Mensagem [dirigida pelo Governador...], 1896, p. 81). A existência de sobrados em Assu é confirmada pelos vereadores, num relatório de 1881, quando afirmam que “a maior parte das casas são térreas e bem edificadas, havendo, porém, alguns sobrados” (Descrição [do município de Assu], [s. d.]).

Manoel Ferreira Nobre (2011) descreveu várias cidades do Rio Grande do Norte em seu livro escrito em 1877, destacando a existência de sobrados em algumas delas. Assim, a Cidade do Príncipe, atual Caicó “[...] é uma bonita cidade dominada por uma casa assobrada de onde se goza uma vista extensa e assaz agradável” (*op. cit.*, p. 62); em Assu,

FIGURA 44

Sobrados da primeira metade do século XIX,
em Natal e Caicó (Rio Grande do Norte).

Fonte: o autor, com base em fotografias
do acervo pessoal.



constatou que, “nas construções modernas, alguma coisa possui já digna de apreciação. Além de alguns sobrados e edifícios públicos, existe a casa do Dr. Luís Carlos Lins Wanderley que, inquestionavelmente, é uma obra que dá honra à cidade” (*id. ibid.*, p. 67); a edificação de Cidade do

Jardim (Jardim do Seridó) “[...] é muito regular e em geral de gosto moderno. A cidade é formada por um grande largo e duas ruas bem alinhadas, com dois bonitos sobrados e setenta casas térreas, na maior parte de simples e elegante arquitetura” (*id. ibid.*, p. 67). Destacou um número elevado de sobrados em Apodi: “nas construções antigas e modernas, alguma coisa possui digna de menção. Contam-se 7 ruas, convenientemente alinhadas, existindo nelas 109 casas térreas e 15 sobrados” (*id. ibid.*, 129). Essa notícia não condiz, no todo, com o relatório dos vereadores, de 1881, segundo os quais, Apodi tinha, de fato, sete ruas, mas cento e dezoito casas térreas e três sobrados (Descrição [do município de Apodi], [s. d.]). Haveriam sido demolidos vários sobrados em tão pouco tempo? Manoel Ferreira Nobre (2011) notou também que Macaíba “[...] é ornada de elegantes edifícios, dentre os quais, sobressaem bonitos sobrados” (*op. cit.*, p. 141). Descreveu ainda Canguaretama e Ceará-Mirim, elogiando sua “bela” ou “elegante” casaria, sem, no entanto, mencionar se um ou mais exemplares eram encontrados, com mais de um pavimento. Não descreveu, de modo animador, o casario de Pau dos Ferros: “a vila é formada por um grande largo e duas ruas mal alinhadas, com algumas casas térreas, na maior parte de simples arquitetura” (*id. ibid.*, p. 183). Como Pau dos Ferros, outras cidades não tinham sobrados. Era o caso de Touros.

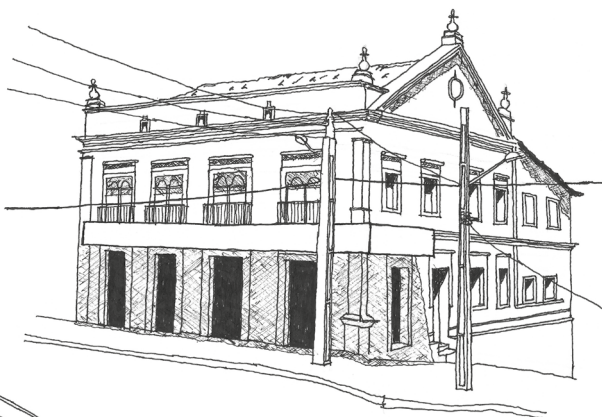
Desde o período colonial, os sobrados estiveram normalmente associados a pessoas de melhor condição econômica²²⁷, inclusive os do Rio Grande do Norte. Raimundo

227 A exemplo do que verificou Vauthier, a respeito das habitações recifenses. Ele observou que, “na classificação das habitações, o sobrado é a aristocracia e a casa térrea a plebe” (Freyre, 1943, p. 103).



FIGURA 45

Mais exemplos de sobrados:
Mossoró, São José de Mipibu,
Ceará-Mirim, Assu (Rio Grande
do Norte). Fonte: o autor, com
base em fotografias do acervo
pessoal.



Nonato (1983) evidencia isso, ao descrever os sobrados mossoroenses:

A situação privilegiada e a boa condição econômica do comerciante de Mossoró podiam ser avaliadas pelas arquiteturas do conjunto residencial de suas casas de bom estilo, grandes mansões que remanesciam da era colonial, com largas fachadas, onde se abriam portas e janelas, com platibandas salientes, de onde pendiam, agressivamente, os famosos canos de jacaré, que davam vaza às águas pluviais roladas dos telhados, durante os temporais [...] jacarés de zinco [...] Do meio do ajuntamento, sem qualquer simetria das moradias, com casas sempre conjugadas, presas umas às outras, parede-e-meia, sem qualquer área interna de ventilação e iluminação, mas dispondo sempre pela parte do fundo, de amplos quintais, murados ou fechados com faxinas, com fruteiras e chiqueiros para criação de animais domésticos; sobressaíam em algumas ruas, os pesados sobradões, pertencentes às pessoas ricas, que serviam de residências, no segundo pavimento, e de casas de comércio, instalada no primeiro, confortavelmente. Destes edifícios, uns seculares, merecem referência, o sobrado de Joaquim Nogueira, na Praça da Liberdade [...] este foi o primeiro prédio dessa categoria, construído em Mossoró, seguindo a vitória comercial de seu proprietário, chegado a Mossoró, vindo de Aracati, em 1845 (Nonato, 1983, p. 68-69).

Raimundo Nonato (1983) cita, em seguida, vários sobrados em Mossoró, sem descrevê-los. A disposição das casas, conjugadas ou geminadas, sem aberturas laterais e com quintais ao fundo confirma, perfeitamente, o que temos discutido até aqui. Cabe observar que Joaquim Nogueira era oriundo de uma localidade que já dispunha de sobrados desde o século anterior, algo que pode tê-lo influenciado na decisão de construir o primeiro deles em Mossoró. Nas providências que o ouvidor José Costa Dias e Barros tomou,

no sentido de ordenar o crescimento da vila de Aracati, em 24 de fevereiro de 1781, consta que ele proibiu a construção de fachadas em taipa, tanto para casas térreas como para sobrados, que deveriam ser substituídas por fachadas de tijolos, algo que também se impôs nas fachadas das casas urbanas do Rio Grande do Norte, notadamente a partir do século seguinte. Ele também impôs recomendações estéticas para os sobrados²²⁸. Vimos também que Henry Koster (1916), em sua passagem por Aracati, por volta de 1810, surpreendeu-se, justamente, com a frequência dessas habitações na mesma localidade.

Apesar de os sobrados começarem a despontar nas cidades potiguares a partir da segunda metade do século XIX, eles continuam a ser franca minoria, prevalecendo a casa térrea no final do período geral aqui considerado (1850-1950), e mesmo até nos dias de hoje. Edgar Aubert de la Rue (1957), em suas andanças pelo interior do Rio Grande do Norte destacou, entre outros aspectos dignos de nota sobre Parelhas, a grande predominância de casas térreas na cidade. Depois de dizer que ela “[...] é bastante representativa das pequenas aglomerações do sertão” – informação importante –, e que o título de “cidade” lhe parece inconveniente para localidades tão pequenas, com populações que variam de dois mil a cinco mil habitantes, ele a apresenta de um modo que, de fato, ainda lembra muitos dos centros históricos da cidade potiguar interiorana, inclusive no que diz respeito à predominância da casa térrea.

228 “A partir de 1787, os termos de cordeação do Livro de Aforamento passaram a registrar a petição de lotes para construção de casas com frentes de tijolos” (Jucá Neto, 2012, p. 350, 367).

As ruas de Parelhas, bem delineadas e se cruzando em ângulo reto, são bem corretas no centro, mas terminam frequentemente na periferia em estradas rochosas ou arenosas. As casas, longas, baixas e estreitas, se comprimem umas contra as outras e mostram apenas uma pequena fachada provida de um frontão retangular [*platibanda*]. Ele esconde as suas coberturas de telhas curvas, com pouca inclinação e que não ultrapassam esse limite. Todas as construções são de tijolos, de fabricação local, pintadas a cal colorida, com um enquadramento branco em torno das janelas e das portas. O vermelho, o rosa, o amarelo, o azul e o verde predominam, gerando o aspecto multicolor e alegre das ruas. Raras são as casas em mais de um pavimento [*sobrado*], a maioria se limitando ao térreo, com ambientes sem forro. Não há vidros nas janelas, mas amplas venezianas que se abrem para o interior e que se mantêm fechadas nos horários de calor a fim de se conservar certo frescor e de se proteger da poeira (De la Rue, 1957, p. 76-77).

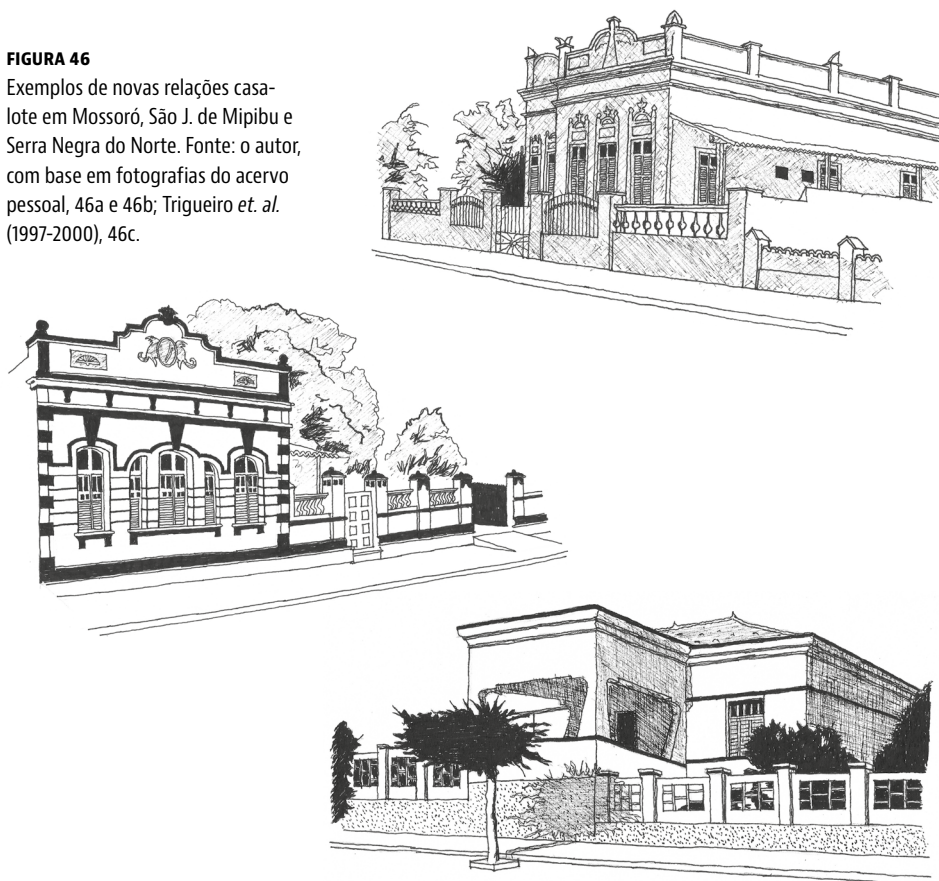
Intitulamos este item do trabalho de “fachadas novas, planta e volumetria antigas” e, de fato, até a virada do século XIX para o XX, essa foi a realidade predominante no casario urbano de nossas cidades. Enquanto as fachadas afastavam-se cada vez mais dos modelos coloniais, a planta e a caixa mural, ou volumetria geral do edifício, mantinham-se em grande parte fiéis a esses modelos. Ocorre que, no decorrer da primeira metade do século XX, testemunhamos uma transformação que não se limita à fachada, como temos visto até aqui, mas estende-se também à volumetria das residências, que tende a fugir ao padrão típico aqui discutido: casas geminadas, de planta retangular, térreas ou em mais de um pavimento, com caimento do telhado para a frente da casa – arrematada por platibandas – e para trás, com cumeeira paralela à rua. As influências típicas do período,

que vão do Art Nouveau ao neocolonial, do Art Déco ao protomoderno afetam algumas casas que são construídas nesse período, tanto em suas fachadas quanto em sua planta, seu programa e suas volumetrias, que fogem, com frequência, ao formato estritamente retangular. O seu arranjo em planta e os ambientes – estes apresentando novidades, como a copa e o escritório – também passam por transformações importantes. Outras novidades do período estão na relação da casa com o lote, aquela separando-se, progressivamente, dos limites deste, seguindo uma tendência que também é nacional. A Figura 46 apresenta três exemplos dessa nova relação. Enquanto as duas primeiras casas têm características ecléticas, a última já assume características protomodernas. São, igualmente, novidades, os novos padrões de conforto, decorrentes das instalações hidrossanitárias, da incorporação do banheiro ao interior da casa, entre outras. Novos tipos habitacionais, como a chácara, a casa de porão alto e o chalé, frequentes em outras partes do país, também surgem por aqui. Entre as classes pobres, as casas operárias e as favelas despontam entre 1900 e 1950, particularmente em Natal, onde as favelas surgem, sobretudo, no decorrer da Segunda Guerra Mundial.

Mesmo num trabalho como este, dedicado ao estudo da casa, o período é tão complexo que, por si só, merecia um estudo inteiramente distinto. É preciso lembrar, contudo, que, com exceção das casas operárias e das favelas, as novidades aqui esboçadas aplicam-se, sobretudo, às casas das classes endinheiradas, e aqui reside um ponto central de nosso trabalho: precisamos nos perguntar se essas mudanças e esse grau de sofisticação – que se revela em materiais, mobília e instalações industrializados, no uso de uma mão

FIGURA 46

Exemplos de novas relações casa-lote em Mossoró, São J. de Mipibu e Serra Negra do Norte. Fonte: o autor, com base em fotografias do acervo pessoal, 46a e 46b; Trigueiro *et. al.* (1997-2000), 46c.



de obra especializada, como a de arquitetos e engenheiros, cada vez mais atuantes em habitações²²⁹ – ainda fazem delas casas tradicionais, vernaculares, segundo a definição que adotamos no Capítulo 1. Essas casas notáveis são exceção, e não parte de uma tradição. Na melhor das hipóteses, representavam o início de uma nova tradição.

229 Como atestamos, o Rio Grande do Norte sempre contou com a atuação de engenheiros militares desde o início da colonização. Sua atuação, rara, limitava-se, até onde pudemos verificar, a obras públicas, equipamentos de maior porte, nunca a casas.

Os sobrados da segunda metade do século XIX também eram, de certa forma, excepcionais e pertencentes à classe endinheirada da época. Contudo, há uma diferença fundamental entre eles e as novas tipologias aqui tratadas. Os sobrados permaneceram em grande parte fiéis à tradição formal e construtiva das casas mais simples e que remontam ao período colonial, de modo que ainda podem ser considerados vernaculares. Ora, não é mais o caso dos casarões da primeira metade do século seguinte, demasiada e propositalmente distintos do casario existente. A grande maioria da população urbana, por sua vez, não vivia em casas como essas, as novidades sendo incorporadas, muito lentamente, ao cotidiano das classes populares. Por isso mesmo, essas casas excepcionais não eram quantitativamente suficientes para a desconstrução da tradição vigente no campo da habitação, algo que será mais intenso com o advento da arquitetura moderna, por volta de 1950.

Tendo em vista essas considerações, não adentramos no estudo dessas casas inovadoras, mas gostaríamos apenas de pontuar e constatar a sua existência. Apenas a título de ilustração, apresentaremos três exemplares em Natal e faremos algumas considerações sobre outras, em cidades do interior. A excepcionalidade delas servirá bem para as nossas considerações do terceiro e último item deste capítulo, pois, além de contrastarem, fortemente, com as casas populares, inserem-se no mesmo período em que estas últimas, de origem vernacular, são combatidas com afinco.

Jeanne Nesi (2013) expôs algumas residências de destaque no cenário urbano de Natal, na primeira metade do século XX, e que são hoje parte do patrimônio arquitetônico

da cidade. Representamos três exemplares (Figura 47) por ela descritos, a começar pela casa onde viveu Câmara Cascudo. Construída em 1900 pelo industrial Afonso Saraiva de Albuquerque, foi comprada em 1910 por José Teotônio Freire, que viria a ser o sogro de Câmara Cascudo. A autora retrata o casarão, que ainda está de pé e funciona como um museu, como sendo de influência neoclássica, com acabamento romântico e guardando suas feições originais. Implantada no alinhamento da rua, ele tem planta retangular, com cobertura em duas águas voltadas para as laterais do terreno. Os pátios laterais permitem o arejamento e a ventilação, além do avanço dos beirais. Destaca-se a fachada frontal, com seu frontão triangular, óculo central, cornija e “um belo e rendilhado lambrequim de madeira”. Dispõe de “quatro janelas rasgadas, de madeira e vidro, guarnecidas por grades de ferro”. Os vãos são vencidos por vergas retas e ornamentados em massa. Uma porta e escadaria laterais dão acesso à casa, algo típico “das residências do início do século XX” (Nesi, 2013, p. 79-80).

Outra residência sofisticada é o “Solar Bela Vista”, construída pelo Coronel Aureliano Clementino de Medeiros, após chegar a Natal em 1908. De acordo com Nesi (2013), o projeto e a supervisão da execução da edificação são do próprio coronel, pois ele “[...] cuidou pessoalmente de supervisionar todas as fases da construção, que contou com a colaboração dos melhores mestres de obra da região”. O solar, de “alto refinamento técnico”, tirou proveito dos grandes avanços da Revolução Industrial, empregando os melhores “materiais de construção e acabamento, em sua maioria importados da Europa, como: vidros, gradis de ferro, assoalhos

etc”. O palacete é amplo, recuado em relação aos limites do lote, “protegido do exterior por grades e portão de ferro, com grandes possibilidades de ventilação e iluminação”. De planta em parte cruciforme, tem um único pavimento e conta com um porão, “[...] que eleva e imprime majestade ao prédio”. Típicos do neoclássico, os frontões triangulares com estrela vazada no centro se apresentam nas fachadas frontal e laterais e “uma platibanda vazada encimada por pequenos e graciosos pináculos arremata toda a cobertura da casa” (*op. cit.*, p. 117-119).

O terceiro exemplar que selecionamos para ilustrar esse novo momento encontra-se no casarão de nº 479, situado na Avenida Deodoro. O casarão, construído em 1916, foi residência do abastado comerciante Irineu Pinheiro e depois pertenceu a outras figuras ilustres da sociedade potiguar, como o desembargador Joaquim Ferreira Chaves e o médico Varela Santiago. Segundo Jeanne Nesi (2013), o casarão é um dos últimos exemplares com feições originais no estilo eclético existentes no Rio Grande do Norte. Vários materiais para sua construção foram importados da Europa, algo típico do ecletismo. A “[...] casa é recuada, com jardins que ainda guardam canteiros com vestígios de um desenho geométrico, pavimentados com tijoleira e protegidas do exterior por grades e portão de ferro”. Tem acesso lateral por meio de escadaria de alvenaria e guarda-corpo de ferro, que também leva a um corredor lateral de cerca de 1 m de largura e que se estende até o alpendre dos fundos, ambos, corredor e alpendre, “protegidos por gradis de ferro”. A planta é quadrangular, em um pavimento, contando, porém, com um porão e um mirante e cobertura em quatro águas, “revestida por telhas francesas e arrematada por platibanda vazada”. A fachada

original “[...] compunha-se de uma torre, de grande efeito plástico, encimada por uma cobertura metálica”. A decoração de massa típica do ecletismo se apresenta nas paredes da fachada e da torre. As esquadrias são em duas folhas, com vidraças e venezianas externas, além dos guarda-corpos de ferro, “caprichosamente desenhados” (*op. cit.*, p. 133-134).

Outros exemplares, dos quais só restaram fotografias, em alguns casos, poderiam ser acrescentados. Essas três residências são suficientes, contudo, para demonstrar o quão distantes eram esses casarões das casas que temos discutido até o momento. As novidades são muitas: formato da cobertura, disposição dos ambientes em planta, materiais utilizados, muitos deles importados, recuos, portões, gradis, escadarias frontais etc. Exemplos dessa arquitetura inovadora também se difundem pelas cidades do interior, talvez com menor intensidade, porque ela era altamente dependente do nível socioeconômico de seus moradores.

Jayme Santa Rosa (1974), descrevendo o progresso material de Acari entre 1898, ano de sua elevação a estatuto de cidade, e 1918 pelo menos, também faz menção às inovações na arquitetura residencial. Um certo Francisco Bezerra, verdadeiro “precursor do progresso local”, tomou várias providências nesse sentido: comprou casas antigas e as modernizou; construiu uma rua em declive; “inaugurou o revestimento com azulejo português” na fachada de uma casa; construiu um chalé como morada própria; “levantou uma vila modernizada num subúrbio, a Valparaíso, a qual tinha um mirante ao lado; fez a mais bonita loja da cidade”, mandando trazer da Paraíba o marceneiro Figueiredo, “[...] para construir balcões, divisões, forros e assoalho de madeira” (*op. cit.*, p. 89, 96).

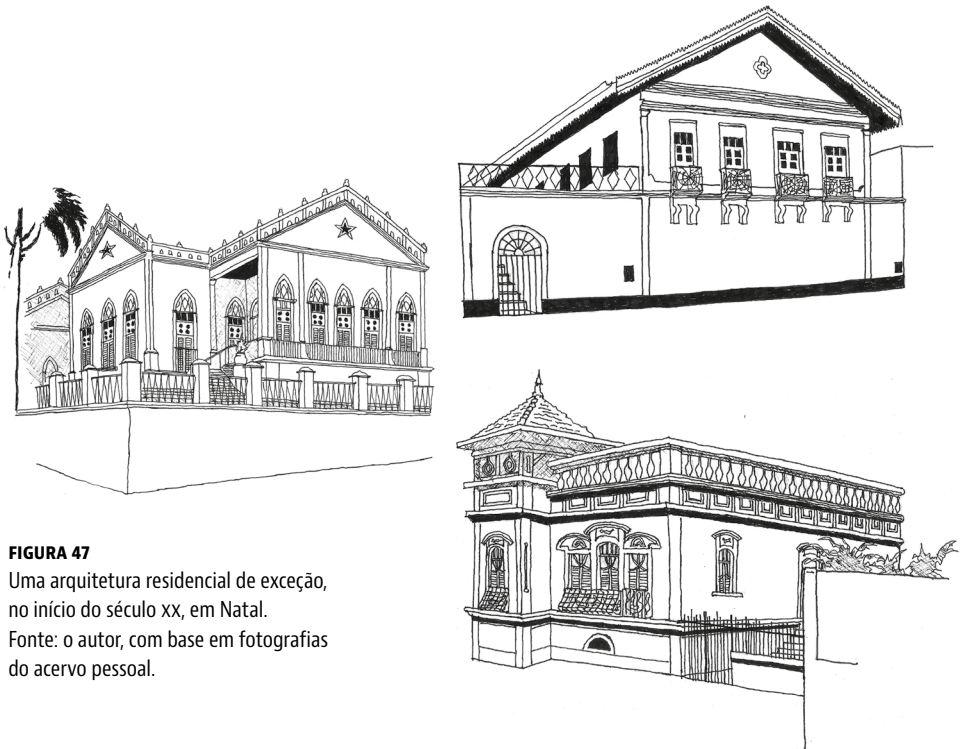


FIGURA 47

Uma arquitetura residencial de exceção, no início do século xx, em Natal.

Fonte: o autor, com base em fotografias do acervo pessoal.

O livro 3-B de registros de imóveis do 1º Cartório de São José de Mipibu, que mencionamos anteriormente, apresenta, nos seus registros de compra de casas na cidade, em 1928, uma que foi erigida com tijolo e telha:

Registro nº 1652, de 10 de julho de 1928. Uma casa de telha e tijolos, sita à Rua do Cruzeiro, em São José de Mipibu, com 5 m e 40 cm de frente, com 3 janelas e 4 m e 60 cm do lado direito anexo ao da dita casa, com um portão de entrada, bem como com um terreno foreiro anexo à dita casa, medindo 55 m e 70 cm de norte a sul e 27 m de leste a oeste, e limita-se ao norte com a Rua Miguel Soares, ao sul com a Praça do Cruzeiro, a leste com Filmina Leopoldina Maranhão e a oeste com Maria Amélia de Freitas (Livro 3-B, 1928, p. 5).

Não é possível saber o grau de sofisticação dessa casa por esse registro tão sumário, mas com certeza ela já incorpora algumas das novidades em voga. As dimensões avantajadas do lote do terreno da casa, inteiramente construída de tijolo e telha, parece reforçar as condições econômicas mais favoráveis de seu proprietário. O portão de entrada pressupõe um recuo da casa de tijolo e telha em relação à frente ou a uma das laterais do lote, uma novidade na relação casa-lote, como visto nos exemplos anteriores.

Enfim, a arquitetura residencial tradicional pouco mudou ao longo do século XIX no Rio Grande do Norte, seus primeiros sinais manifestando-se a partir de meados do referido século. As mudanças, que ocorrem com a introdução do neoclássico e, posteriormente, aprofundam-se com o ecletismo, aplicam-se, sobretudo, à casa burguesa da primeira metade do século XX, mas são exceções que explicam a regra. A população de um modo geral limita-se a imitar, nas fachadas, tais inovações estilísticas, mantendo, porém, em planta, o arranjo interno tradicional, de origem portuguesa. As influências estilísticas externas chegaram, efetivamente, ao Rio Grande do Norte, no princípio, por meio das modificações nas fachadas das casas urbanas, estimuladas pelas posturas municipais e pela ação do fiscal, que resultaram em alusões mais ou menos longínquas ao neoclassicismo e ao ecletismo, por meio das platibandas, frontões, cornijas e ornamentos diversos, de grande simplicidade. Em planta, no entanto, as casas mantêm o velho arranjo colonial. Essas transformações exacerbam-se na primeira metade do século XX, em termos estético-formais, volumétricos, programáticos, assim como nos padrões de conforto e na relação casa-lote, mas limitam-se, nos casos

mais expressivos, a um punhado de casas pertencentes à burguesia local.

O combate a alguns tipos de habitação tradicional²³⁰

No Rio Grande do Norte, o combate a tipos de casa tradicional, vernacular, remonta ao período colonial. Relembramos, a título de exemplo, uma das campanhas militares que citamos, realizada pelo capitão Manuel de Abreu Soares contra os indígenas insubmissos no Assu, durante a Guerra dos Bárbaros. Ele assevera, num certificado que escreveu em 13 de junho de 1687, que num ataque repentino aos indígenas, ele e seus homens fizeram “grandes matanças” entre os nativos, “[...] queimando-lhes os *ranchos* e mais despojos” (Jaboatão, 1858, p. 110-111; grifos nossos). Semelhantemente, os mocambos de negros fugitivos também foram objeto de ataque e destruição, como o que ficou registrado no termo de vereação do Senado da Câmara de Natal, datado de 21 de novembro de 1738. Como constatamos, foram oferecidos socorro e ajuda militar contra um mocambo de negros fugitivos da capitania do Rio Grande, assim como “a prisão e ações judiciais contra os escravos e escravas delinquentes, entregando posteriormente aos seus senhores os escravos que fossem identificados pelos mesmos” (Catálogo, [s. d.], doc. 1248 f. 27v-29 [Natal, 21 nov. 1738]).

Outro exemplo do combate aos mocambos, por meio do qual se tentava também restituir os escravos aos seus donos, ocorreu por volta da mesma época, em 1732. Numa carta endereçada ao Rei D. João V, datada de 19 de março daquele

230 Esse item foi publicado, com adaptações, em Teixeira (2021, p. 7-17).

ano, o governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibão, respondia sobre as queixas dos oficiais do Senado da Câmara de Alagoas que, entre outras, alegavam a redução de forças militares na região e a ameaça dos negros fugitivos. O governador, a quem estava subordinada aquela capitania, afirma que costumam existir ajuntamentos, os chamados mocambos, de negros fugitivos “[...] que metidos nas brenhas aonde fazem sua habitação” (Carta [do governador...], 1732b), atacam nos caminhos. Ele já havia mandado destruir três ou quatro deles durante seu governo, mas nenhum “naquele distrito” das Alagoas, porque não havia, ainda que ele não duvidasse que houvesse existido “alguns negros ladrões que fizessem algum furto pelas estradas” (*id. ibid.*). Porém, assim que tiver notícia da existência desses mocambos, diz ele, “mando o capitão-mor do distrito que vá ou mande cabo capaz com os moradores e vizinhos e os destruam [*ilegível*] mocambos” (*id. ibid.*), o que eles farão de boa vontade, não somente porque irão se livrar dos roubos, mas também porque receberão oito mil réis de recompensa do senhor por cada escravo recuperado, e “os que hão nas cabanas em que vivem não se sabendo do dono, é deles” (*id. ibid.*), como o governador já havia informado a Sua Majestade²³¹.

Provavelmente, o governador tinha razão em desconhecer grandes ajuntamentos de escravizados fugitivos naquele *distrito*, pelo fato de que os negros dali haviam sido massacrados décadas antes, com a destruição do famoso Quilombo dos Palmares. Na lista de serviços prestados pelo capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, que concorria então

231 Ver também o projeto de destruição do Mocambo do Axoi, no Maranhão, em 1794, mencionado anteriormente.

ao cargo de capitão-mor do Rio Grande em 1691, consta a sua participação no ataque final a esse quilombo, localizado no “oitero da Barriga”, hoje no estado de Alagoas. Ele fez, juntamente com seus soldados e escravos, uma cerca de “270 braças” (594 metros) “de pau-a-pique à rodada do inimigo”, e após um cerco de vinte e um dias, lançou o ataque final, durante qual, segundo ele, foram mortas duzentas pessoas e quatrocentas foram feitas prisioneiras (Alveal; Barbosa, 2018, p. 122). O documento não menciona, mas não é difícil supor que as habitações do quilombo tenham sido impiedosamente destruídas. A destruição desses assentamentos e de suas casas era a palavra de ordem.

Nos casos citados, o que se combatia, porém, não era a casa em si, mas o que ela representava: uma ordem social que se queria extinguir ou subjugar, em nome de uma nova ordem que se pretendia impor, a do colonizador. Ou seja, o foco da investida eram, sobretudo, os seus ocupantes, insubmissos à ordem social colonial. Também no episódio dos aldeamentos, e especialmente após a elevação destes ao *status* de vila, na segunda metade do século XVIII, as casas tradicionais indígenas foram combatidas, por serem sinônimos de incivilidade e selvageria. Um indício eloquente de que o combate não era contra a casa, mas contra os seus ocupantes insurgentes, indígenas ou negros, reside no fato de que as casas dos colonos, quase ou tão precárias quanto, não era objeto de rejeição. Vimos que os moradores das aglomerações como Natal viviam em sua imensa maioria em casas de taipa, mas desconhecemos qualquer documento que demonstre preocupação das autoridades em combatê-las. Aliás, isso sequer fazia sentido, pois era,

praticamente, a única forma possível de habitação, diante das circunstâncias da época.

Contudo, ocorre uma mudança a partir do século XIX, que se manifesta num combate crescente contra determinados tipos de habitação vernacular, por razões que são de outra natureza: higiênica, estética, segregacionista e, mais recentemente, também por razões relacionadas aos interesses fundiários. Vamos tratar dessas questões a partir de agora.

A preocupação com a questão higiênica é um dos motivos para essa nova postura, à qual se agregam as de ordem estética. Constatamos, anteriormente, que preocupações de ordem higiênica revelavam-se em Natal desde o século XVIII, pelo menos. No século seguinte, o relatório do presidente da província do Rio Grande do Norte, Casimiro José de Moraes Sarmiento, datado de 1847, que já mencionamos, propunha, como parte da quinta das cinco grandes medidas para melhorar a saúde pública da província, “o calçamento e alinhamento das ruas, e o melhoramento das casas, que, baixas e acanhadas, desabrigadas e pouco asseadas, como são em geral, não podem deixar de causar moléstias, como em verdade causam” (Discurso, 1847, p. 11). Ele referia-se, especificamente, às casas na proximidade do “pântano da campina da Ribeira”, em Natal, talvez as mesmas que mencionaria o vice-presidente João Carlos Wanderley três anos depois, em 1850. Tratando da falta de higiene na Ribeira, bairro pobre, “pouco arejado”, característica que ele atribui às dunas que o cercavam e ao denso coqueiral nele existente, ele acrescenta que aquele era um “lugar onde moram a pobreza, a indigência e a miséria, com todos os seus horrores” (Relatório [apresentado à Assembleia...], 1851, p. 11).

O presidente Casimiro José de Moraes Sarmiento, em seu relato de 1847, evidencia que essas casas predominavam na cidade, pois elas eram assim “em geral”. Outro presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, é ainda mais radical, pois, ao invés do melhoramento, propõe a erradicação delas em 1862. Suas considerações são de várias ordens, revelando, assim, a grande preocupação com a situação geral da capital da província, ainda em meados do século XIX. Após reclamar da necessidade de melhoramento da maioria das ruas da cidade²³², coisa que a câmara não poderá atender em razão de sua renda deficiente, ele lembra suas recomendações contra a sujeira, bem como as “posturas municipais que obrigam os proprietários a ter limpas as fachadas de suas casas” (Relatório [que o Exmo. Sr. Dr. José...], 1862, p. 18), mas crê que não se conseguirá resultado efetivo “[...] enquanto a Diretoria das Obras não puder fazer o serviço necessário, aproveitando os presos mediante um salário módico” (*id. ibid.*), algo que ele não pode autorizar no momento. Quanto às casas, ele já havia chamado atenção da câmara e da polícia quanto à observância de dois artigos de posturas municipais de 1853, o 5º, das de abril, e o 43º, das de 2 de junho,

[...] que proíbem a construção de casas de palhas, capim e junco nas ruas da capital, assim como não permitem que elas sejam reedificadas ou reparadas. Não tenho deixado de fazer sentir a necessidade de uma vigilância incessante afim de que os fiscais desenvolvam a precisa atividade

232 Como a destruição dos matos, enchimento de barrancos causados pelas águas pluviais, nivelamento pelo menos dos lugares de maior trânsito e o reparo do pouco calçamento existente.

reprimindo as amiudadas infrações das posturas municipais (Relatório [que o Exmo. Sr. Dr. José...], 1862, p. 18)²³³.

A maior parte do trecho transcrito situa-se no item intitulado “limpeza das ruas”, como é possível perceber pelas recomendações quanto à higiene pública, que incluem a limpeza das fachadas das casas e a erradicação das mais precárias. O artigo 5º das posturas de abril de 1853, ao qual o presidente refere-se, repete, como era de praxe, o artigo 5º de outra postura pouco anterior, datada de 8 de fevereiro de 1853, que diz, expressamente, que

ninguém edificará nas ruas desta cidade casas cobertas de palha, capim ou junco, podendo fazê-las e cobertas de telha da altura de 12 palmos nas ruas designadas nas posturas adicionais de 13 de abril de 1852, que será igualmente extensiva às ruas do Quartel, da Cacimba de São Tomé e estrada nova (Posturas, 1853).

A postura dá a entender que, em determinadas áreas da cidade, como nas ruas citadas, só seria possível construir-se casas com materiais “nobres”. Contudo, essas casas precárias podiam ser vistas mesmo nas áreas centrais. Prova disso encontra-se num documento intitulado “Exposição”, de autoria do presidente Olinto José Meira e datado de 1866, na verdade, o relatório do mesmo ano. Ao escrever, entusiasmaticamente, sobre o Palacete da Assembleia Legislativa, um edifício caro, importante, sede do governo e ícone da cidade, que estava então em construção em pleno centro de Natal, ele adverte que defronte ao edifício, na rua da Conceição, per-

233 Adiante, referindo-se às obras públicas em geral, ele diz que sua direção está sob a responsabilidade de um “curioso”, bem-intencionado, mas sem as habilitações necessárias, e “é por isso que as obras antigas ressentem-se da falta de elegância, pelo menos” (Relatório [que o Exmo. Sr. Dr. José...], 1862, p. 20).



FIGURA 48
O Palacete da Assembleia Legislativa, atual Pinacoteca Potiguar, em Natal.²³⁴
Fonte: fotografia do acervo pessoal.

sistiam “[...] alguns casebres de taipa, já tão estragados e mal seguros que estão quase no caso de serem demolidos como um verdadeiro empachamento” (Relatório [com que o exmo. Sr. Dr. Olinto...], 1866, p. 13-14). Ele propõe que no lugar de sua reconstrução, seja criada uma praça ao lado do edifício.

É significativo o fato de que, nas proximidades de um edifício tão importante, localizado no coração de Natal, isto é, nas proximidades da atual Praça André de Albuquerque, marco zero da cidade, ainda se encontrassem casas desse tipo, reprovadas, imediatamente, pelo presidente José Meira. Mencionamos anteriormente, neste trabalho, o relato de um incêndio numa casa de taipa coberta de palha ocorrido em 1893, na Avenida Rio Branco, de acordo com o relatório do governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, o que demonstra a permanência dessas casas ainda no final do século XIX.

Em seu relatório de 1872, o presidente da província, Henrique Pereira de Lucena, em meio a uma série de argumentos defendendo a mudança da capital de Natal para uma nova localidade ao sul, no município hoje de Macaíba, não poupa críticas à cidade, em vários aspectos, para reforçar seus

²³⁴ Defronte, a Praça Sete de setembro.

argumentos. Dentre eles, o de que “no interior [de Natal] causa dó ver as suas ruas estreitas e tortuosas, compostas pela maior parte de palhoças, cercadas de matos, verdadeiras capoeiras e de imundícies” (Relatório [com que abriu...], 1873, p. 36). Devemos, porém, questionar o exagero com que, às vezes, os discursos oficiais enfatizavam a abundância numérica das casas precárias de Natal, uma vez que podiam revelar claros interesses políticos, como nesse caso.

A mesma atitude de combate às habitações precárias em áreas centrais, sobretudo, por parte dos gestores, verifica-se em outras localidades, adentrando o século xx. A lei nº 28 de 1º de maio de 1910, por exemplo, autorizava recursos destinados à demolição de 22 choupanas localizadas nas ruas principais de Mossoró, num período em que estavam sendo aplicadas diversas medidas administrativas voltadas para o espaço urbano local. Aludindo a essa demolição, provavelmente, Raimundo Nonato (1983) afirma que a motivação para tal era estética, sobretudo quanto às que se localizavam às margens do rio (Teixeira, 2009, p. 340).

O prefeito de Santana do Matos, Aristófenes Fernandes, relata, em entrevista publicada em 1949, uma série de intervenções na cidade – “pequena porém habitada por uma população progressista” (Santana [do Matos], 1854, p. 3), como a instalação de energia elétrica, a estruturação de novas ruas, a retirada de animais dos espaços públicos – um problema antigo na cidade potiguar –, a construção de uma nova praça, assim como de novas casas, entre outras, no sentido de modernizá-la. Na opinião do prefeito, o mocambo dá um “aspecto tristonho às pequenas cidades do interior [e, por isso] de comum acordo com os proprietários dos casebres existentes nas ruas que dão acesso à cidade” (*idem. Ibid.*), ele desapropriou

vários mocambos e facilitou aos seus proprietários a construção de casas pequenas, mas higiênicas.

Ao mesmo tempo em que os gestores e suas posturas municipais condenavam esse tipo precário de habitação, eles defendiam outro tipo de casa, construída com materiais sólidos, como tijolo, que deveriam também revelar, em suas fachadas, determinados padrões estéticos, como o uso de platibanda, cornijas, dimensões de portas e janelas etc. Essa mentalidade que revela intenções modernizantes por parte das autoridades desde o século anterior, adentra o século xx, como vimos nos dois exemplos anteriores. Entre diversas normativas destinadas a regulamentar o âmbito da vida pública e privada em Natal, a Resolução n° 92, de 1904, consagrou um capítulo ao tema da habitação, impondo normas para “alinhamentos, dimensões mínimas para fachadas, janelas, portas, calçadas e, apenas para a Cidade Nova, recuos lateral e frontal” (Dantas, 2003, p. 44). Essa resolução vem, portanto, na esteira de posturas semelhantes, do século xix, e presentes em várias localidades. Outro exemplo significativo encontra-se na Lei n° 4, de 2 de setembro de 1929, sancionada pelo então prefeito Omar O’Grady. Além de dividir a cidade em quatro zonas, central, urbana, suburbana e rural, a lei dispõe, em seus artigos de 81 a 85, sobre as fachadas dos prédios da cidade, que incluem a criação de uma “Comissão de Estética” e a concessão de prêmios aos autores das melhores fachadas. O artigo 85 é, particularmente, esclarecedor, porque direcionado às habitações:

A prefeitura estabelecerá tipos e padrões de casas de residência para vários trechos da primeira e segunda zonas respectivamente [*isto é, central e urbana*], conservando-se na Diretoria de Obras os projetos standard, que serão franqueados aos

arquitetos, construtores e proprietários para o fim de serem seguidas as suas linhas gerais (Miranda, 1999, p. 67-69).

A cidade precária, em boa parte pontuada por casebres de taipa, estava crescendo e modernizando-se nas primeiras décadas do século xx. Contudo, permanecerá a distinção entre áreas marcadas por espaços urbanos dotados de um casario mais adequado às normas e aos valores vigentes no seio das elites, em contraste com áreas precárias, de casas simples, de taipa, geralmente mocambos. Casarões ilustres começam a surgir nesse período, e a distinção com a cidade de gosto moderno destoava das áreas periféricas, que eram bem mais expressivas, numericamente.

O relatório dos doutores Alcides Godoi e Pedro Amorim, de 27 de agosto de 1906 sobre uma epidemia que grassava Areia Branca, escrito por solicitação do governador do Rio Grande do Norte, Augusto Tavares de Lyra, testemunha a permanência dessas áreas de pobreza no estado. Designada pelo governador, a comissão visitou a referida localidade a fim de investigar uma epidemia que então se alastrava no local. Segundo os autores do relatório, a vila, situada na embocadura do Rio Mossoró - “um dos portos de maior movimento do estado” - “em terreno arenoso de dunas movediças”, e “clima quente e seco”, tinha cerca de 3.000 habitantes. “As habitações são em geral mal construídas e mal abrigam seus moradores. Mal iluminadas e insuficientes para o número de habitantes que as ocupam” (Mensagem [lida perante o Congresso...], 1907, p. S2-3). Essa população se abastecia com água de poços. Após constatarem que “a morbidade e mortalidade são nas épocas normais indicativas de uma grande salubridade”, os doutores atestam que “o vestuário do

povo é simples e a grande parte da população anda descalça. Não há cuidado de asseio nas casas” (*id. ibid.*).

Em Natal, evidencia-se um processo de segregação socioespacial na primeira metade do século xx que, embora seja inteiramente passível de análise na escala urbana, queremos aqui pontuá-la por meio de referências à casa popular, operária, mais relacionada à arquitetura vernacular, obedecendo assim à escala de análise estabelecida na Introdução deste trabalho. Natal serve como exemplo maior desse processo de segregação, que também pode ser detectado em outras cidades do estado.

Assim, aos dois bairros iniciais da capital potiguar, Cidade Alta – ou, como era chamado no século xix, o Bairro Alto – e Ribeira, foram acrescentados dois outros, Cidade Nova, entre 1901 e 1904, e o Alecrim, em 1911. O bairro Cidade Nova e o Alecrim são a própria expressão da distinção pretendida entre os dois tipos de cidade, o da elite e o do restante da população. O primeiro foi criado pela resolução municipal nº 55, de 30 de dezembro de 1901. Em 1904, o “Plano Polidrelli”, como é geralmente chamado em referência ao nome do seu autor, o agrimensor Antônio Polidrelli, estava concluído. Foi um bairro criado pela e para a elite natalense, segregando-se, voluntariamente, do restante da população. No local havia sítios, mas também casebres e choupanas, construídos por retirantes da seca, que foram demolidos para ceder lugar à implantação do novo bairro, como foi noticiado pelos jornais da época (Siqueira, 2013, p. 7-8).

Por sua vez, o Alecrim e outros bairros que estão em formação são destinados à classe operária, em boa parte proveniente do interior e atraída para a cidade. A esses bairros precários em sua origem, Câmara Cascudo chama

de exteriores, em contraste com os bairros centrais. Dentre os primeiros, os das Rocas, Refoles, Guarita, Passo da Pátria, Quintas e Guarapes, têm como um de seus limites a margem direita do Rio Potengi e as linhas de trem, que serpenteiam esse rio e terminam nas imediações do porto. São núcleos habitacionais pobres em sua origem, formados por casas de taipa, palha e restos de materiais de construção, mas que, ao longo dos anos, crescem, transformam-se e consolidam-se, as casas adquirindo um caráter mais permanente (Cascudo, 1999, p. 245-261).

Esses espaços de pobreza em Natal chamaram a atenção de um viajante ilustre, Mario de Andrade (2015), em 1929, o qual lembra que, nas Rocas, um bairro antigo da cidade, a iluminação acabava-se num local chamado Coqueiros, e que, em 1906, não se ousava por ali passar: “Por debaixo desses coqueiros havia naquele tempo um dilúvio de casinhas de palha, valhacouto dos facinorosos de Natal” (*op. cit.*, p. 279). Mais adiante, nota uma duna fixa, secular, conhecida como Areal. Era “[...] um morro cheio de casas proletárias alinhadas numa rua bem larga rodando no vento” (*id. ibid.*). Ali moravam os “embarcadiços, catraieiros, operários das docas”. O candeieiro de uma ou outra dessas casas “[...] vem na porta ver a gente passar. A rua está viva” (*id. ibid.*).

O coqueiral dessa área, citado em outros documentos mais antigos e referidos, anteriormente, neste trabalho, continuava presente de tal modo, que até dava nome ao lugar, “Coqueiros”. Mario de Andrade (2015) percebeu, ainda, uma mudança no estado de precariedade das casas que, de palha, em 1906 – muito provavelmente, feitas com as folhas dos mesmos coqueiros –, eram casas operárias, talvez de taipa ou mesmo de tijolo, quando de sua passagem em 1929. Estas

localizavam-se no Areal, próximo ao antigo Coqueiros. Acrescenta que, no Alecrim e nas Rocas, moravam os operários da cidade, mas também em Lagoa Seca “[...] mora bastante operário [que] devido à careza do bonde, come areia todo o dia pra atingir o centro da cidade, longe” (*op. cit.*, p. 303). Doze mil “almas” já habitavam só no Alecrim, e as Rocas situava-se em uma duna movediça. Ali “não há mocambo”. Ninguém morava nos mangues situados do outro lado do Potengi. E continua:

No Alecrim como em Rocas as casas são cobertas de telha e muitas de tijolo. Se enfileiram, pequitas, porta e janela de frente, em avenidas magníficas, todas com o duplo de largura da rua comum paulistana. A previdência de Pedro Velho delineou o futuro da cidade esplendidamente. Rua estreita só mesmo na parte antiga de Natal. Nas casinhas dos operários se entra numa sala de viver comunicada por um corredor quase da mesma largura com outro mais ou menos corredor, fundo da casa onde a mulher cozinha e todos comem. O espaço que se emparedou entre esses corredores e sala é a “camarinha”, quarto pra dormir. No geral se dorme em rede (Andrade, 2015, p. 303).

Além da constatação da existência de dois bairros operários de Natal, Mario de Andrade (2015) faz uma observação curiosa, ao dizer que neles não há mocambo. Difícil saber o que ele realmente entende pelo termo, porque a descrição que ele faz dessas habitações encaixa-se, perfeitamente, nesse tipo de casa vernacular: pequenas, de porta e janela na fachada, sala na frente ligando-se à cozinha nos fundos por um corredor quase da largura da sala e a partir do qual se acessa o quarto. Do mesmo modo, essa descrição também enquadra-se, perfeitamente, em um dos modelos de planta do mocambo, tal qual apresentamos na Figura 38. Embora

esteja fora de nossos propósitos de análise, cabe ressaltar que planos urbanísticos da primeira metade do século xx, como o “Plano Geral de Obras de Saneamento de Natal”, de 1924, e o “Plano Geral de Sistematização de Natal”, de 1929, ambos preconizavam a ideia de zoneamento que, entre outras, também segregava a população da cidade (Teixeira, 2018, p. 266-268).

O período da guerra, marcado pela insuficiência no campo habitacional, em razão da grande demanda na capital potiguar, caracterizou-se também pelo impulso do mercado da construção civil em habitações, mas também em edifícios públicos e privados de maior porte, que proporcionou lucros consideráveis aos empresários. Ao mesmo tempo em que se detectava o surgimento de edificações novas, modernas e luxuosas, além de vilas militares, já se denunciava, em 1942, como produtores imobiliários gananciosos transformavam a cidade, empobrecendo o cenário urbano, inclusive em áreas nobres. Núcleos de casas, numerosas, se apertavam então em terrenos pequenos, dos quais “a cidade está, infelizmente, cheia” (Danilo, 1942, p. 8, *apud* Dantas, 2003, p. 130)²³⁵. Era necessário construir vilas de casas baratas “[...] para muita gente pobre que não tem onde morar” (*id. ibid.*). Arranjos como esses não podiam existir em Petrópolis, que “[...] está sendo levado na onda dos vícios de oportunismo econômico, num flagrante erro de apropriação” (*id. ibid.*). Nota-se que “o espírito que promove a construção das casas ‘baratas’, só tem realmente a finalidade da ambição em detrimento da estética da cidade” (*id. ibid.*).

235 DANILLO. Bairros – Petrópolis. *A República*, n. 3227, p. 8, 11 fev. 1942.

ANO	POPULAÇÃO
1940	54.836
1950	103.215
1960	160.253
1970	264.379

QUADRO 7

O crescimento populacional de Natal (1940-1970). Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1988, p. 59).

De acordo com o Quadro 7, a população da cidade praticamente duplicou entre 1940, período da Segunda Guerra Mundial, e 1950. Nesse contexto, a deficiência e a baixa qualidade das habitações continuavam como padrão predominante, mesmo que também hajam sido construídas residências de melhor qualidade, evidentemente. No imediato pós-guerra, o processo de expansão urbana de Natal é marcado pelo surgimento de novas áreas de pobreza que, inicialmente, surgem como verdadeiras favelas. É o caso dos bairros Brasília Teimosa e Mãe Luíza, entre as décadas de 1950 e 1960, áreas periféricas que, aos poucos, elevam o seu padrão habitacional. Isso ocorre segundo três fases básicas, que são apresentadas aqui em termos ideais e genéricos, porque há variações. Na primeira, são verdadeiros barracos, construídos com qualquer tipo de material disponível: lona, plástico, materiais de construção reaproveitados etc. Têm um caráter provisório e imediato, porque pertencem em geral a recém-chegados à cidade. Na segunda, que pode demorar alguns anos, os barracos transformam-se em casas que mantêm características próximas às casas tradicionais de origem rural, geralmente mocambos, em sua planta, fachada, caimento do telhado e nos materiais de construção, como no uso da taipa. Na terceira fase, mais definitiva, essas casas adquirem um ar mais “moderno” e urbano, com o uso

FIGURA 49

Mocambos na orla marítima de Natal (ca. 1960).²³⁶ Fonte: fotografia de Tibor Jablonsky (1957). Acervo IBGE.



de materiais “nobres”, como o tijolo nas paredes, e fachadas mais rebuscadas, com platibanda. São casas dotadas de aparelhos eletrodomésticos e mobiliário, normalmente mais associados ao mundo urbano, ainda que mantenham diversas referências ao mundo rural, como em sua disposição em planta baixa. Nós apresentaremos um caso típico no Capítulo 9 deste trabalho.

Esse longo processo de transformação residencial, do rural ao urbano, foi uma constante, provavelmente desde, pelo menos, a Segunda Guerra Mundial, nas periferias urbanas, não somente de Natal, mas de muitas cidades brasileiras. A migração rural-urbana, que está na origem desse processo, foi considerável, durante a Segunda Guerra Mundial. Ela foi motivada, sobretudo, pela busca de trabalho na capital potiguar. Nas décadas de 1950 e 1960, a imigração para Natal continua importante. Por um lado, a estrutura agrária concentradora expulsa as populações rurais do campo e, por outro, o esforço de industrialização do Nordeste, que

236 Área localizada, aproximadamente, entre os atuais bairros das Rocas e a Praia do Meio.

ocorre na década de 1960, provocando investimentos nas capitais, em especial, via projetos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, atrai grandes contingentes populacionais para a cidade. Natal foi a terceira capital estadual do Nordeste a receber, em termos relativos, o maior fluxo migratório na década de 1960 (Souza, 1980, p. 83-96). Outra característica desse crescimento verifica-se pela formação dos loteamentos, os primeiros dos quais surgem ainda durante a Segunda Guerra Mundial. Eles não são objeto de análise, por não se enquadrarem em nossa definição de arquitetura vernacular.

A casa tradicional, de origem vernacular, os antigos mocambos, em particular, já bastante modificados nas periferias das cidades e combatidos desde o século XIX, continua a ser objeto de combate e rejeição pelas autoridades constituídas, para além do período aqui analisado (1850 a 1950). Na quinta e última parte deste estudo, esse assunto virá à tona, novamente, quando discutiremos a desconstrução ou negação da casa tradicional em períodos mais recentes, seja pela própria mudança cultural dos seus moradores, seja pelas ações governamentais ou pela imposição da arquitetura moderna no estado do Rio Grande do Norte.

8 AINDA A CASA RURAL: a casa grande do engenho

Neste capítulo, analisamos mais um tipo de habitação vernacular que se desenvolveu no Rio Grande do Norte, a casa-grande do senhor de engenho. Peça central e indispensável para a economia açucareira, o engenho na verdade compunha um complexo produtivo amplo, que envolvia, além da habitação, várias outras edificações. Uma vez que a economia açucareira desenvolveu-se, historicamente, em todo o litoral oriental do que é hoje o Nordeste do Brasil, e para além dele, é certo que o engenho estendeu-se para muito além dos limites do Rio Grande do Norte, sendo, inclusive, bem mais expressivo, numericamente, em outras capitanias e províncias do Brasil colonial e do Brasil império.

Contudo, observando os limites que propusemos para este trabalho, abordamos em especial os engenhos do Rio Grande do Norte, sobretudo no período de sua maior ascensão, compreendido entre meados do século XIX e início do XX. Também respeitando os limites propostos, estamos interessados tão somente na casa-grande do engenho, e não nas demais edificações que compunham esse complexo. Como veremos adiante, além dessas outras edificações, outros tipos de habitação para além da casa-grande compunham o espaço do engenho, como as casas dos trabalhadores livres

e dos escravizados, fossem estas últimas senzalas, ou não. Contudo, essas habitações não apenas não mais existem, de modo que fica difícil tratá-las a partir de seus vestígios arqueológico-arquitetônicos, como também se confundem com as casas do morador pobre, sobre as quais temos tratado, abundantemente, ao longo de todo este trabalho, em várias situações e vários períodos. Afinal, esse morador nunca teve, historicamente, nem mesmo na atualidade, muitas opções de moradia, a não ser aquelas marcadas pela precariedade.

A cana-de-açúcar e o engenho no Rio Grande do Norte: uma história antiga

A exploração da cana-de-açúcar com fins comerciais remonta ao início da colonização, também na capitania do Rio Grande. Em trabalho anterior, já citado, no qual analisamos os autos da repartição de terra do Rio Grande (Teixeira, 2014, p. 120), de 1614, percebemos como as autoridades da capitania demonstravam interesse em desenvolver o plantio da cana para a produção do açúcar, produto de alto valor econômico à época. Entre vários pontos a assinalar naquela análise, está a visita, convocada pelas autoridades locais, de Jerônimo Mateus, uma espécie de “consultor técnico” da Paraíba, que, juntamente com dois outros moradores da capitania, Manoel Fernandes e Domingos Martins, compuseram uma comissão para avaliar as terras propícias ao plantio da cana. A comissão constatou a existência de dois engenhos, o segundo deles localizado ao longo “[...] do Rio Potengi da banda do sul” (Teixeira, 2014, p. 123)²³⁷. Depois

237 Domingos da Beiga, descrevendo a capitania por volta de 1630, assinala a existência de dois engenhos, como vimos anteriormente neste trabalho.

de a terra ficar devoluta durante seis anos, ela parece haver prosperado com seu novo proprietário, Francisco Coelho. Nele havia “casas, roças e gado vacum”, além da produção da cana. Seria conhecido, posteriormente, como alegam alguns autores, como Ferreiro Torto. Localizado perto de Natal, nele funciona um museu, atualmente. Outro engenho, mais antigo, também muito importante, é os dos Albuquerque Maranhão.

Esses dois engenhos correspondiam a dois pequenos núcleos de povoamento na primeira metade do século XVII. A data de terra (sesmaria) ⁹³ havia sido doada pela primeira vez em 1606 a Pero Xara, mas ficara devoluta por falta de investimento do seu beneficiário, certamente, de modo que foi, mais uma vez, concedida, ao que tudo indica, em 1612, dessa vez a Francisco Coelho, segundo os autos da repartição. Como vimos no Capítulo 4, foi para esse engenho, mais próximo de Natal, que fugiram os moradores da cidade, quando os holandeses tomaram o Forte dos Reis Magos, em dezembro de 1633, ao passo que outros que viviam nas proximidades do segundo engenho, o de Cunhaú, pertencente à família Albuquerque Maranhão, foram levados para a Paraíba. Tratando dos engenhos dessa última capitania em 1635, Joannes de Laet (1925, p. 83-84) observou que alguns deles podiam reunir de setenta a cem moradores, entre brancos e negros, quantidade, aliás, inteiramente compatível com o número de pessoas que, provavelmente, moravam nas proximidades do engenho Cunhaú, quando do massacre ali ocorrido em julho de 1645. Foram sessenta e nove mortos, mas três escaparam, além de algumas mulheres e crianças que foram poupadas, assim como alguns outros moradores que, desconfiados do convite que lhes havia sido feito por Jacó Rabi, chefe de uma

turba de indígenas revoltados, não caíram na armadilha de irem à igreja, lugar do episódio fatídico²³⁸.

O plantio da cana-de-açúcar foi, de certa maneira, marginal na economia do Rio Grande durante muito tempo, quando o comparamos com a Paraíba e a de Pernambuco, para limitarmos a essas duas capitanias. Por exemplo, enquanto a capitania do Rio Grande tinha dois engenhos nas primeiras décadas do século XVII, na mesma época, mais precisamente em 1635, eles eram dezoito, na capitania vizinha da Paraíba, embora nem todos estivessem funcionando (Laet, 1925, p. 87). Em 1647, Gaspar Barléu (1974, p. 128) contabilizou cento e sessenta e seis engenhos em todo o Brasil holandês, cento e vinte dos quais em funcionamento, acrescentando que “os demais vão se restaurando anualmente para novos trabalhos”. Os dois engenhos da capitania do Rio Grande, dos quais, apenas um funcionava naquele ano, segundo o mesmo autor, dão uma ideia da desproporção da economia açucareira na Capitania do Rio Grande, em relação às demais.

Chamamos a atenção, anteriormente, para o fato de que a criação de gado – e, portanto, as fazendas com suas sedes, que davam suporte a essa atividade – foi o grande motor da economia da capitania do Rio Grande (do Norte), desde o século XVII e, mais ainda, nos dois séculos seguintes. Contudo, a produção de açúcar na capitania parece

238 Segundo fontes exploradas por Lyra (2008, p. 102-103). Manuel Calado, contemporâneo dos eventos, afirma haverem morrido 39 “homens moradores” no massacre de Cunhaú, graças à chuva intensa na noite anterior, que impediu que muitos moradores atendessem ao chamado de dirigirem-se à igreja. Em outra parte do trabalho, sem referir-se especificamente a Cunhaú, mas ao Rio Grande, ele diz que os holandeses, com a ajuda de “gentios tapuias”, fizeram setenta mortos e “intimidaram aos mais” (Calado, 1648, p. 214, 248).

ganhar certo impulso desde a segunda metade do século XVIII. Prova disso é o ofício do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Caetano da Silva Chances, datado de 1º de março de 1799 e endereçado ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho. Nesse ofício, em que o capitão-mor apresenta uma relação das barras e enseadas existentes no Rio Grande do Norte a fim de estudar formas de impulsionar o comércio, ele relata que a partir dos vinte e poucos anos anteriores começaram a se desenvolver as “produções da terra”, especialmente o açúcar e o algodão, o primeiro do qual era antes importado de Pernambuco. Desde então, surgiram algumas engenhocas para a fabricação do açúcar, e aumentaram os agricultores empregados no plantio do algodão (Ofício [do capitão-mor...], 1799a). Em outro ofício, em que Caetano Chances solicitou à rainha D. Maria I a separação administrativa do Rio Grande do Norte de Pernambuco, ao qual estava subordinado, ele incluiu, entre as potencialidades da capitania para uma vida autônoma, o fato de nela produzirem-se “finíssimos açúcares” (Ofício do [capitão-mor...], 1799d).

Com o incremento da economia açucareira, é natural que os engenhos e as engenhocas comesçassem a espalhar-se pelo território, especialmente ao longo do litoral, onde se difundiu a produção da cana-de-açúcar. No Capítulo 6, fizemos um quadro, tendo como base o ofício do capitão-mor José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, no qual ele apresenta a situação geral da capitania em 1805²³⁹.

239 Segundo ofício datado de 15 de abril de 1807 e endereçado ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, já mencionado neste trabalho (Ofício [do capitão-mor...], 1807).

Repetimos aqui a coluna que apresenta os engenhos e as engenhocas então existentes, por localidade:

LOCALIDADE ²⁴⁰	ENGENHOS/ENGENHOCAS
CIDADE DO NATAL	7 engenhos de açúcar; 4 engenhocas de rapaduras e aguardentes
VILA DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU	4 engenhos de fazer açúcar e 22 engenhocas de fazer rapaduras e aguardentes
VILA DE EXTREMOZ	1 engenho de açúcar; 6 engenhos de rapaduras e aguardentes
VILA DE AREZ	1 engenho e 1 engenhoca de açúcar; 2 engenhocas de rapaduras e aguardentes
VILA FLOR	2 engenhos e 1 engenhoca de açúcar; 7 engenhocas de rapaduras
VILA DA PRINCESA	Sem registro
VILA DE PORTALEGRE	Sem registro
VILA DO PRÍNCIPE	Sem registro

QUADRO 8

Principais produções da capitania do Rio Grande do Norte (1807).
Fonte: o autor.

Percebemos, portanto, que, não somente os engenhos e as engenhocas são uma realidade na capitania do Rio Grande do Norte desde, pelo menos, o início do século XIX, como também se localizam ao longo do litoral oriental, onde se concentrava o plantio de cana. Os territórios sob a jurisdição das cinco primeiras localidades citadas no Quadro 8, onde esse plantio encontrava-se, são todos litorâneos, ao passo que os três últimos, Vila da Princesa (Caicó), Vila de

240 Cidade ou vila, incluindo o seu “termo”, isto é, a jurisdição territorial do município, que nesse momento vai muito além da área urbana, propriamente dita, mas envolve grandes extensões de área rural, equivalentes a vários municípios atuais. Natal é a única localidade com o título de cidade. As sete localidades restantes são vilas, algumas das quais, abarcando mais de uma freguesia, nome antigo das atuais paróquias.

Portalegre (Portalegre) e Vila do Príncipe (Assu), estão todos no sertão, território dominado pelo criatório.

Com efeito, o século XIX é marcado pelo desenvolvimento da economia açucareira no litoral oriental da então província. Segundo o historiador Tarcísio de Medeiros (1973), a indústria foi dinamizada “[...] nos vales do Ceará-Mirim, do Capió (entre São José de Mipibu e Papari, hoje Nísia Floresta), Goianinha, Canguaretama e São Gonçalo” (*op. cit.*, p. 71). Gilberto Barbalho, a quem Tarcísio Medeiros recorre, afirma que, na primeira metade do século XIX, havia 44 engenhos, e entre São José e Papari, 33. Funcionavam, então, 173 engenhos no total. Em 1854, o açúcar exportado foi orçado em 80.749 arrobas, e em 1859, em 350.000. Por isso, aumentou também o número de escravos, que vinham de Pernambuco e do Maranhão, do sul e do norte, “cada vez mais”, e “o surto econômico da agricultura da cana-de-açúcar, foi, até, aproximadamente 1870, quando cedeu lugar à cultura do algodão” (*id. ibid.*, p. 72).

Ainda que não haja sido o objeto central de nossa análise, cabe ressaltar que a casa-grande do engenho, assim como a casa-sede da fazenda, revela uma atividade econômica e um tipo de sociedade rural, patriarcal, latifundiária e escravocrata. Ambos os tipos habitacionais expressam uma estrutura social em que o senhor de engenho e o fazendeiro, respectivamente, ocupavam o topo da hierarquia social. Eles também manifestam certo tipo de ocupação do território rural. Esquemáticamente, podemos dizer que, enquanto no sertão a casa-sede de fazenda começa a difundir-se, desde meados do século XVII, e reina absoluta, sobretudo a partir do século XVIII, os territórios litorâneos eram o espaço da casa-grande do engenho também desde o século XVII,

embora espalhem-se nessas áreas, especialmente a partir de meados do século XIX. Referindo-se a Ceará-Mirim, Manuel Ferreira Nobre (2011) ilustra bem essa realidade ao assinalar que, “muito próximo da vila, encontram-se muitos engenhos e belos edifícios, onde residem numerosos proprietários que, pelos seus rendimentos anuais, dispõem de algumas dezenas de contos” (*op. cit.*, p. 190). Isso dito, dois motivos levaram à inserção da análise da casa-grande de engenho nesta Parte 4, intitulada a casa e a transformação de uma tradição (1850-1950). O primeiro é de ordem cronológica, uma vez que é nesse período que ela difunde-se na província, mesmo que seja anterior. O segundo é que ela também passa por um processo de transformação, ou melhor, de total substituição: o engenho vai dar lugar à usina, a partir do século XX.

A casa do senhor de engenho fazia parte de todo o “complexo” que formava o engenho, uma verdadeira unidade de produção, como veremos adiante. Os engenhos e suas sedes difundiram-se pelo litoral nordestino para muito além do território potiguar, onde a produção da cana era ainda mais pujante. Henry Koster (1816), que viajou pelo Nordeste do Brasil no início do século XIX, visitou o rico engenho do coronel André de Albuquerque Maranhão, em Cunhaú. Infelizmente, não descreve a residência do referido senhor de engenho, mas inferimos facilmente, pela prosperidade do local, que se tratava de uma residência confortável para os padrões da época. Ela não deveria ser muito diferente da casa do capitão-mor da Paraíba, proprietário da plantação de açúcar do Espírito Santo, situado às margens do Rio Paraíba. Depois de dizer que o capitão-mor raramente deixa suas terras para ir a Recife, o viajante, que foi muito bem

recebido por esse digno representante da aristocracia dos senhores de engenho, descreve a casa como sendo

[...] no estilo usual das classes superiores do Brasil, numa espécie de feudo. Tinha vários jovens rapazes em seu entorno, alguns dos quais seus empregados; nem sua esposa nem filhos apareceram. Os principais ambientes de sua casa são duas salas espaçosas, com grande quantidade de portas e janelas; numa delas havia várias redes e um sofá; e na outra uma longa mesa na qual eu fazia as refeições; havia algumas cadeiras em cada uma delas; o piso era de tijolo e as persianas e portas não eram pintadas (Koster, 1816, p. 58).

Por se tratar de um grande viajante, é muito significativa sua observação de que essa casa “é no estilo usual do país”, o que indica que ela não devia diferir, demasiadamente, das casas dos ricos senhores de engenho da capitania vizinha do Rio Grande do Norte, que ele também conheceu. Embora existam alguns trabalhos importantes e detalhados sobre os engenhos e sobre sua arquitetura (Gomes, 2006)²⁴¹, recorreremos ao estudo de Írio Costa e Helena Mesquita (Costa; Mesquita, 1978), que faz uma descrição genérica dos engenhos tradicionais do Nordeste brasileiro. Fiéis aos objetivos deste trabalho, não trataremos da unidade de produção – o engenho – em sua completude, mas limitamo-nos ao que eles afirmam sobre as habitações que compunham o conjunto.

Assim, depois de reiterarem que dentre as características dos primeiros engenhos que remontam ao início da colonização estava seu aspecto de fortificação, Írio Costa e Helena Mesquita (Costa; Mesquita, 1978) descrevem a casa-grande do engenho, que não mudou muito, dizem, ao longo do

241 Trabalhos clássicos, como os de Gilberto Freyre (1975), também merecem menção.

tempo. Ela localizava-se, geralmente, em uma colina, “[...] permitindo a visualização do engenho e da paisagem verde das plantações da cana-de-açúcar” (*op. cit.*, p. 12). Tinha vários cômodos, muitos quartos, sem forros, “separados por tabiques de madeira ou de taipa”. Continha também uma sala grande e “um enorme aposento onde as escravas moças faziam certos trabalhos domésticos, como costurar e engomar roupas” (*id. ibid.*, p. 13). A cozinha e a despensa eram grandes em razão dos muitos hóspedes que passavam pelo engenho. As instalações sanitárias se localizavam fora da casa e os banhos eram tomados no interior dos quartos. Guardavam-se materiais num vastíssimo porão. A influência oriental na Europa, nos séculos XVI e XVII, chegou ao interior dessas residências por meio de requintes importados da Europa, tais como os “utensílios domésticos, porcelanas, prateleiras, cristais, fechaduras douradas para as portas, vidros trabalhados, até mesmo o vestuário e roupa, como por exemplo, as colchas de seda” (*id. ibid.*).

Além de descrever a capela, as instalações de fabrico do açúcar e mencionar outras instalações como mercearia, curral, estábulo, chiqueiro, galinheiro e barracão²⁴², os autores também caracterizam a senzala e as casas dos trabalhadores livres. A primeira era de taipa, retangular e alongada, com “uma única entrada com porta baixa, estreita e várias janelas”. Geralmente coberta por telha, às vezes, por palha, tinha chão de terra batida e vários quartos, os grandes para os solteiros, e alguns menores para os casados. Instalações sanitárias inexistiam, e na frente da edificação, sob uma

242 “Local de venda de alimentos, utensílios domésticos, roupas e outros artigos para os trabalhadores livres” (Costa; Mesquita, 1978, p. 13).

galeria coberta, ficava a cozinha, de modo que “esse *habitat* concentrado era organizado para melhor controle do senhor de engenho” (Costa; Mesquita, 1978, p. 13). A segunda, dos trabalhadores livres, ficava, às vezes, espalhada no matagal, a certa distância da senzala e da casa-grande. Casas de sapo, com chão de terra batida e cobertura de telha ou de palha, eram de “[...] pequenas dimensões, pobres e também desprovidas de quaisquer instalações sanitárias” (*id. ibid.*).

Em seu estudo do Oeste paulista no século XIX, Robert Slenes (1997, p. 270, 275, 283-287)²⁴³ menciona dois tipos de habitação destinados aos escravos, a senzala linear, para várias famílias, e as casas para famílias individuais, dispersas. Os dois tipos de habitação, o linear e o disperso, condizem com as considerações de Írio Costa e Helena Mesquita (Costa; Mesquita, 1978), embora esses autores associem esse último tipo às casas dos trabalhadores livres. Com efeito, a senzala retangular e alongada, formada por uma fileira de cubículos individuais geminados, foi relativamente comum também no Nordeste. Isso fica patente no trabalho de Aécio Villar de Aquino, que apresenta diversos aspectos da região no século XIX, fundamentando-se nos relatos de diversos viajantes estrangeiros, como Henry Koster (1816), Tollenaire, Maria Graham e vários outros. Em suas andanças, esses viajantes deixaram suas impressões sobre a sociedade, os costumes, os aspectos urbanos e rurais, entre outras. Eles não ficaram indiferentes aos engenhos de açúcar, nem à casa-grande do senhor de engenho e à senzala que os compunham (Aquino, 1980, p. 78-106). Suas observações e descrições desses dois tipos habitacionais reforçam, inteiramente, o que afirmam Írio

243 Ver, ainda, Algranti (1997, p. 94-95).

Costa e Helena Mesquita (Costa; Mesquita, 1978), autores que preferimos utilizar, por abordarem o tema de modo sucinto.

Se a casa-grande do senhor de engenho e as senzalas foram uma realidade também no Rio Grande do Norte, estas últimas parecem não haver deixado vestígios. Contudo, é certo que deveriam se assemelhar aos dois tipos de habitação, linear e disperso, aqui mencionados. Esse último tipo, fosse ele utilizado pelo trabalhador livre ou por famílias de escravizados, deveria ser, sem dúvida, mocambos, o tipo mais difundido de habitação vernácula no Brasil e no Nordeste, em particular.

A ascensão da casa-grande de engenho (1850-1900)

Num trabalho ainda inédito para a realidade potiguar, Luana Cruz (2015) estudou “[...] em uma perspectiva histórica a produção e os antigos engenhos de açúcar do Rio Grande do Norte e sua relação com o processo de formação e estruturação do seu litoral oriental” (*op. cit.*, [s. p.]), uma região marcada, historicamente, pelo cultivo da cana-de-açúcar. Ela analisou esse território em três escalas, regional, urbana e arquitetônica. Na primeira, discorreu sobre os condicionantes ambientais que condicionaram a implantação da cultura canavieira e contribuíram para “a formação das principais vias de comunicação” (*id. ibid.*, [s. p.]). Na segunda, estudou “o desenvolvimento dos principais municípios [...] associados à produção e comercialização do açúcar” (*id. ibid.*). Na terceira, descreveu a casa-grande, a capela e a fábrica dos engenhos, tentando “[...] identificar algumas características gerais da arquitetura do açúcar potiguar” (*id. ibid.*)²⁴⁴. O tema

244 Parte do resumo da tese de Cruz (2015).

foi estudado na longa duração, isto é, abarcou dos séculos xvii ao início do século xx. Ela sistematizou e analisou os 62 engenhos levantados pelo Inventário IPHAN/RN²⁴⁵, “com o objetivo de descrever as características arquitetônicas das principais edificações que compõem os engenhos: casa-grande, capela e fábrica (ou engenho propriamente dito)” (*op. cit.*, p. 213)²⁴⁶.

Utilizaremos, a partir de agora, principalmente os achados desse trabalho, fruto de uma tese de doutorado, mas estamos interessados tão somente na escala arquitetônica da sua análise, que engloba, sobretudo, a casa-grande, a capela e a fábrica. Contudo, para os objetivos do nosso estudo, como dissemos, interessa-nos apenas a casa-grande. Luana Cruz (2015) não analisou a casa dos escravos nem dos trabalhadores livres, porque, “entre os 62 complexos açucareiros inventariados, foram identificadas 48 casas-grandes, 13 capelas, 28 fábricas e nenhuma senzala” (*op. cit.*, p. 218). Essa ausência se explica tanto pela precariedade dessas construções, quanto pela abolição da escravidão, “[...] tornando essas construções obsoletas e/ou indesejadas, retrato de um passado obscuro que se queria apagar” (*id. ibid.*). Alguns engenhos também nunca tiveram senzalas por serem de pequeno porte, ou porque os trabalhadores, cativos ou não, “[...] residiam em pequenas casas de taipa espalhadas

245 “Inventário de Conhecimento dos engenhos de açúcar do litoral oriental do Rio Grande do Norte (1ª etapa) desenvolvido pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Norte – IPHAN/RN, entre os anos de 2012 e 2013”.

246 A equipe responsável pelo inventário identificou oitenta e um engenhos ao longo do litoral oriental do Rio Grande do Norte, vinte um dos quais em avançado estado de degradação ou descaracterizados (Cruz, 2015, p. 217).

pela propriedade ou ainda por terem sido construídos no período após a abolição da escravidão” (*id. ibid.*).

Com efeito, existiram senzalas na capitania e província do Rio Grande do Norte, mas desconhecemos fontes que nos permitam descrevê-las dentro desses limites geográficos. Quanto aos mocambos espalhados pelo canavial, eles correspondem ao tipo disperso, mencionado anteriormente. Como as senzalas, eles também não subsistiram ao tempo, enquanto habitação destinada aos escravizados, de modo que não poderiam haver sido incluídos no referido estudo.

No que se refere às casas-grandes, a autora analisou quarenta e uma unidades, das quais, segundo o inventário do IPHAN/RN (2013), “28 foram construídas no século XIX e 13 no início do século XX” (Cruz, 2015, p. 223). Alguns engenhos, como os do Ferreiro Torto (Macaíba) e o Olho D’água (São José de Mipibu), remontam aos séculos XVII ou XVIII, mas o inventário informa que “a configuração atual de suas edificações residenciais remete ao século XIX” (*op. cit.*, p. 224), algo compreensível, tendo em vista que o uso residencial manteve-se ao longo do tempo, levando esses imóveis a sofrerem adaptações.

Essa informação confirma uma das características essenciais da arquitetura vernacular, a sua pouca variação ao longo do tempo. Talvez pelo seu caráter conservador, a arquitetura das casas-grandes é tão mais despojada, esteticamente, quanto mais antiga ela é, as inovações estilísticas só começando a despontar a partir de meados do século XIX, quando a economia açucareira está em plena ascensão na província. Luana Cruz (2015) afirma que, a partir desse momento, “passamos a observar um maior cuidado estético com essas edificações, principalmente nas suas fachadas”

(*op. cit.*, p. 225). Contudo, as mudanças foram lentas e graduais em termos de planta baixa, volumetria, materiais e técnicas construtivas, dificultando uma classificação estética delas. Assim, por exemplo, casas-grandes construídas após o período colonial guardam algumas características da arquitetura desse período,

tais como os generosos panos de cobertura em telha cerâmica capa e canal (em duas ou quatro águas) arrematados com beiral simples ou cimalha e os vãos em verga reta ou arco abatido dispostos de forma sequenciada, conferindo ritmo à composição (Cruz, 2015, p. 225-226).

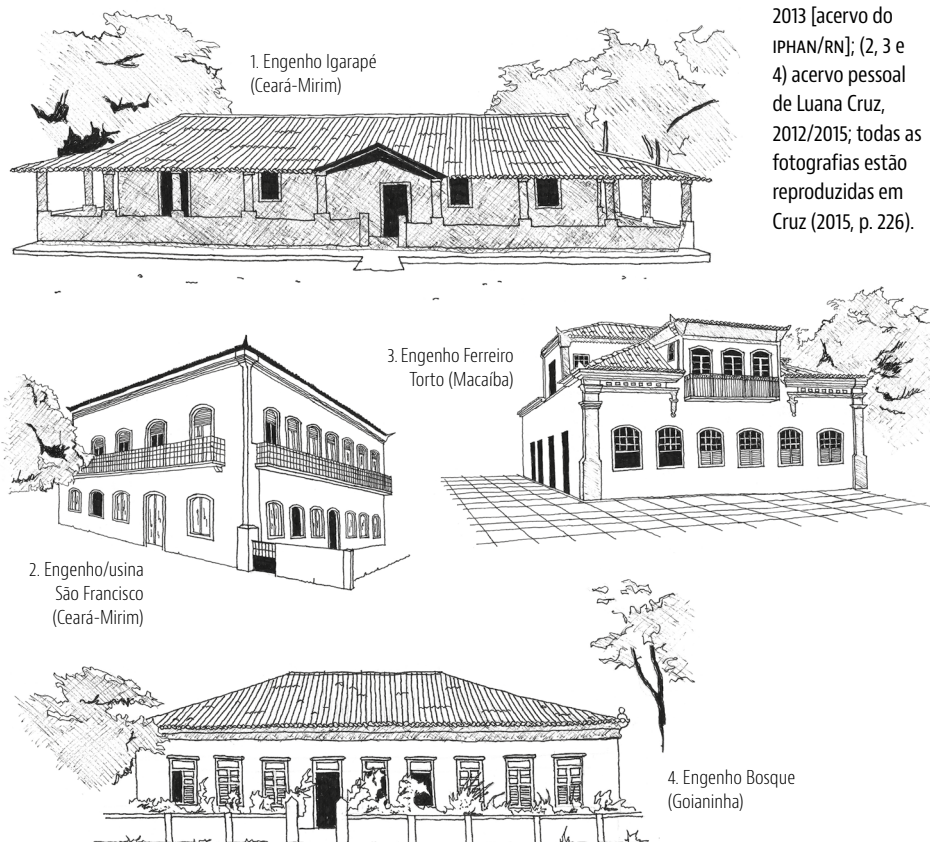


FIGURA 50
Casas-grandes de engenho: Ceará-Mirim, Goianinha e Macaíba (Rio Grande do Norte).
Fonte: o autor, com base em fotografias das seguintes fontes: (1) Fabiane Fonseca, 2013 [acervo do IPHAN/RN]; (2, 3 e 4) acervo pessoal de Luana Cruz, 2012/2015; todas as fotografias estão reproduzidas em Cruz (2015, p. 226).

Por outro lado, outras casas-grandes de engenho já demonstram inovações estilísticas típicas do século XIX e do início do XX (Figura 51), como estilos neoclássico, eclético e Art Déco. As coberturas e plantas baixas podem se apresentar, também, com maior complexidade.

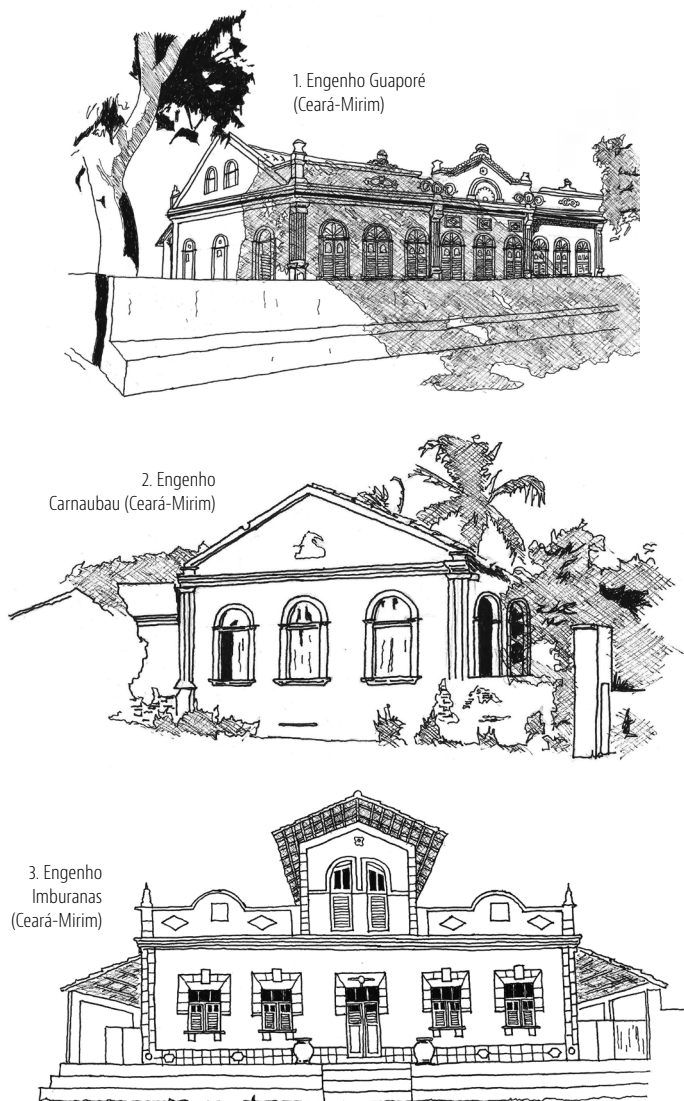


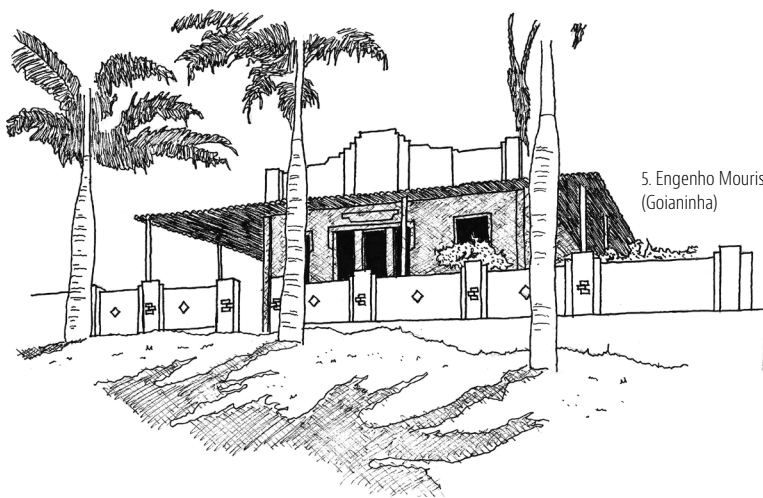
FIGURA 51

Casas-grandes de engenho: Ceará-Mirim, Canguaretama, Goianinha (Rio Grande do Norte). Fonte: o autor, com base em fotografias das seguintes fontes: (1 a 5) Acervo pessoal de Luana Cruz, 2012/2015; (6) Fabiane Fonseca, 2013 [acervo do IPHAN/RN]; todas as fotografias estão reproduzidas em Cruz (2015, p. 227).

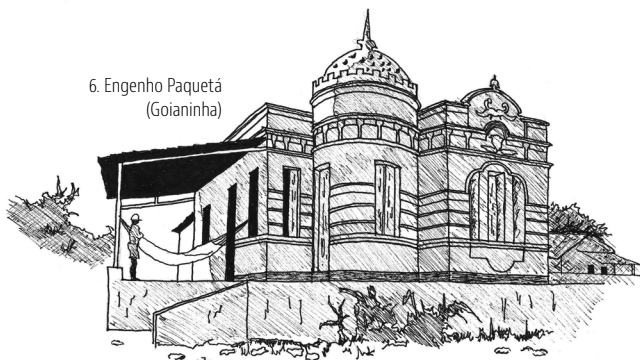
4. Engenho Pituauçu
(Canguaretama)



5. Engenho Mourisco
(Goianinha)



6. Engenho Paquetá
(Goianinha)



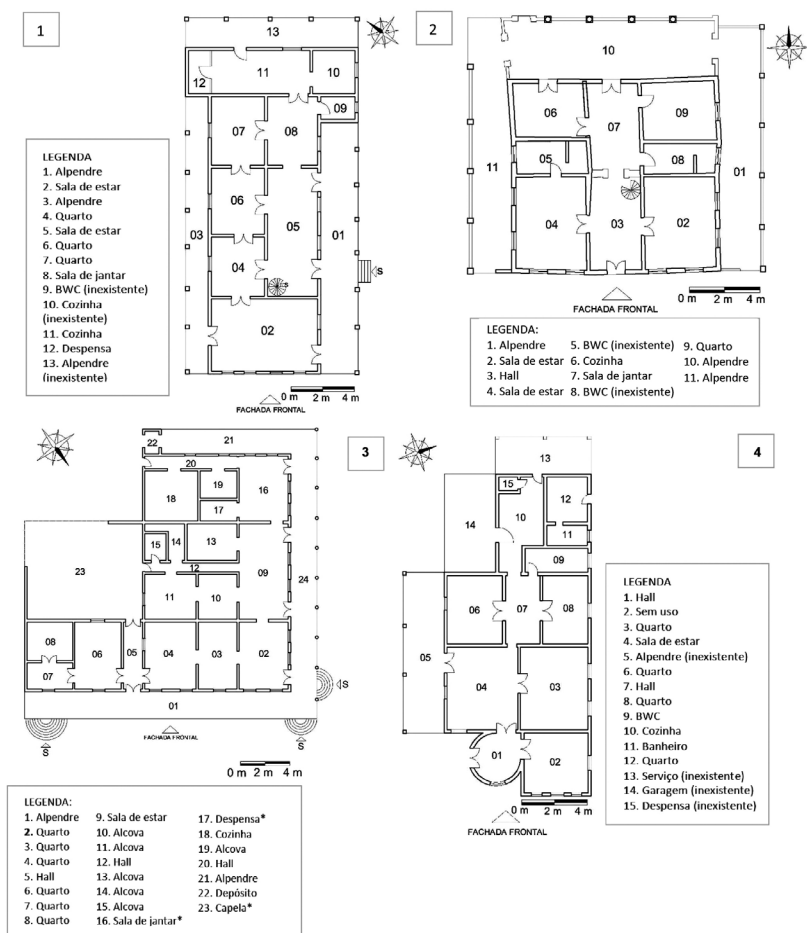


FIGURA 52
 Plantas baixas de casas-grandes de engenho do Rio Grande do Norte.²⁴⁷ Fonte: acervo do IPHAN/RN; figura e textos correspondentes, inclusive na nota de rodapé, de Cruz (2015, p. 230).

247 1 – Planta retangular do pavimento térreo da casa-grande do engenho Pituauçú (Canguaretama); 2 – Planta quase quadrangular do pavimento térreo da casa-grande do engenho Imburanas (Ceará-Mirim); 3 – Planta em “L” invertido da casa-grande do engenho Descanso (Nísia Floresta); 4 – Planta irregular da casa-grande do engenho Paquetá (Goianinha). Nome dos ambientes diferentes daqueles apontados no Inventário. Obs.: Os ambientes apontados correspondem aos usos atuais, exceto o da casa-grande do engenho Descanso, que se encontra abandonada e cujos usos dos ambientes foram estimados. Aqueles indicados como inexistentes também foram estimados pela equipe de pesquisa do Inventário do IPHAN/RN, com base nas observações *in loco*.

As casas-grandes de engenho do litoral açucareiro do Rio Grande do Norte eram em geral térreas. Como as casas-sedes de fazendas, elas também se destacavam na paisagem, situando-se, algumas vezes, em platôs. Quando em terreno inclinado, o uso de baldrames elevados contribuía para esse destaque, mesmo quando localizadas em terrenos planos. As plantas baixas assumiam um formato retangular (longitudinal, transversal, quadrangular²⁴⁸), em “L”, em “L” invertido ou em formato irregular (Figura 52).

Quanto ao programa, elas eram compostas de sala de estar, quartos/alcovas, sala de jantar/copa, cozinha e alpendre. Este, encontrado em trinta e seis das quarenta e uma casas-grandes estudadas, apresenta-se em diversas configurações (frontal ou posterior à edificação, em um ou mais lados), mas alguns deles são frutos de reformas posteriores. Podem ser encontrados ainda, em algumas casas, ambientes como escritório, armazém, depósito, despensa, sótão com escada de acesso, porão, capela, além de banheiro, esse último sendo, provavelmente, fruto de reformas posteriores, uma vez que, originalmente, os banheiros, quando existentes, situavam-se fora da casa.

A autora também apresentou um quadro, resumindo as formas predominantes das coberturas dessas edificações:

248 Luana Cruz (2015) explica essas variações da seguinte forma: “A rigor, o plano longitudinal é aquele que se desenvolve no sentido da maior dimensão de um objeto e o transversal no sentido perpendicular ao longitudinal. Assim, toda edificação tem sua planta baixa com a maior dimensão desenvolvida no sentido longitudinal. Entretanto, para efeitos didáticos, associamos os sentidos longitudinal e transversal das plantas baixas analisadas a uma referência fixa, facilitando assim a análise do seu formato. Dessa forma, nesse estudo, associamos o sentido longitudinal ao eixo horizontal do plano cartesiano e o sentido transversal ao seu eixo vertical” (*op. cit.*, p. 229).

Quadro 18: Coberturas das casas-grandes

Nº DE ÁGUAS		ENGENHO
DUAS ÁGUAS		Cumeeira paralela à fachada frontal: Guaporé, São João e Guarita
		Cumeeira perpendicular à fachada frontal: Nascimento, Santa Rita, Morgado e Pavilhão do Sol
DUAS + ÁGUAS DOS ALPENDRES	DUAS + 1 OU 2 ÁGUAS DOS ALPENDRES	Cumeeira paralela à fachada frontal: Dendê, Laranjeiras e São Leopoldo
		Cumeeira perpendicular à fachada frontal: Sumaré
	DUAS + 3 OU 4 ÁGUAS DOS ALPENDRES	Cumeeira paralela à fachada frontal: Cruzeiro (Ceará-Mirim), Palmeira, Torre, Igarapé, Benfica, Cruzeiro (Canguaretama, Palmeira
		Cumeeira perpendicular à fachada frontal: Mourisco, Canadá, Santo Antônio e Juncau
QUATRO + ÁGUAS DOS ALPENDRES/ANEXOS		Bosque, Olho D'água do Luca, Bom Jardim, Ilha Grande, Olho D'água, Ribeiro, São Francisco
VARIAS ÁGUAS		Ferreiro Torto, Pituçu, Imburanas e Paquetá

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das plantas de cobertura das casas-grandes levantadas pelo IPHAN/RN (2013).

FIGURA 53
Formatos das coberturas das casas-grandes de engenho.
Fonte: Cruz (2015, p. 233).

Outras características das casas-grandes de engenho do litoral açucareiro do Rio Grande do Norte, que Luana Cruz destaca em seu estudo, podem ser resumidas no Quadro 9 a seguir:

ITEM	CARACTERÍSTICAS
Vãos e esquadrias	Vãos predominantemente em verga reta, tanto externa quanto internamente; alguns, em outros formatos (arco abatido, pleno, ogival, meio arco), remetendo a diferentes influências estilísticas; Grande diversidade de esquadrias, que são sempre de abrir e quase sempre com cercadura de argamassa.

QUADRO 9
Mais algumas características das casas-grandes de engenho. Fonte: elaborado a partir dos dados fornecidos por Cruz (2015, p. 230, 235-241).

ITEM	CARACTERÍSTICAS
Materiais e técnicas construtivas	<p>Alvenarias autoportantes de tijolos cerâmicos maciços; quando têm alpendre ou varanda, os pilares também são de tijolo, com seções em diferentes formatos, ou de madeira; muretas podem conectá-los entre si;</p> <p>As coberturas têm estrutura de madeira e telha cerâmica do tipo capa e canal. Frequentemente, as paredes internas não alcançam a cobertura e pontaletes são nelas apoiados para suportar a cobertura; os beirais apresentam-se nas mais variadas formas (beirais simples, beirais simples com platibanda ou com frontão, ou ainda uma combinação de beirais simples, platibanda e frontão, ou ainda beiral simples e/ou beiral arrematado por cornija; a maioria das casas não tem forro, mas algumas têm tabuados de madeira, forro de gesso e de PVC (intervensões posteriores);</p> <p>As alvenarias internas e externas revestidas com argamassa e camada pictórica; cerâmica esmaltada (intervensões posteriores); piso em lajota cerâmica do tipo tijoleira, em diferentes formatos; ladrilhos hidráulicos e cerâmica esmaltada (intervensões posteriores); piso cimentado liso ou grosso, taco (intervensões posteriores); em casas de dois pavimentos, o piso do andar superior é em assoalho de madeira, com algumas variações fruto de intervenções posteriores.</p>
Mobiliário	<p>Em algumas sedes, destacam-se móveis antigos pela sua originalidade, como mesas, cadeiras, armários, estantes, cristaleiras, camas, lustres, entre outros; alguns quadros na parede; oratórios; os antigos fogões a lenha foram substituídos por modernos fogões a gás.</p>

Enfim, os engenhos fizeram parte, realmente, da paisagem do litoral oriental do Rio Grande do Norte. Se sua presença foi perceptível desde o início da colonização, eles multiplicaram-se, de modo intenso, na segunda metade do

século XIX, e ainda podem ser vistos, em diferentes estágios de preservação e de conservação, nessa região. Como verificamos, caracterizavam uma unidade autônoma, composta de vários equipamentos e edificações para além da casa-grande do engenho que, no entanto, recebeu atenção neste trabalho, por razões óbvias. As casas dos empregados livres ou dos cativos – senzalas ou não –, que também compunham esse complexo açucareiro, não foram abordadas pela falta de registros materiais e mesmo historiográficos, mas sabe-se de sua existência nos engenhos, não somente do Rio Grande do Norte, mas de outras províncias, inclusive limítrofes com o atual estado.

O ocaso do engenho, a ascensão da usina e as implicações para a casa

O processo de substituição dos engenhos tradicionais pelas usinas acarretou algumas implicações para a casa, seja do antigo senhor de engenho, do usineiro, do operário, ou ainda das comunidades tradicionais, vivendo no raio de influência da usina. Esse item tem um caráter geral e conclusivo para o presente capítulo.

O advento da usina, em detrimento do antigo engenho, processo iniciado nas primeiras décadas do século XX, é conhecido e citado por vários autores. Írio Barbosa da Costa e Helena Maria de Mesquita (Costa; Mesquita, 1978), por exemplo, atestam esse processo, em seu trabalho publicado em 1978. Além de destacar mudanças, como nas relações de trabalho, o trabalhador assalariado substituindo o escravo, eles acrescentam que, com a usina, “houve a revolução técnica da produção” (*op. cit.*, p. 15), essa nova unidade de

produção substituindo dezenas de antigos banguês, que, parando de produzir, passaram a se chamar “engenhos de fogo morto”. O seu “senhor” se tornou um simples plantador e fornecedor de cana para as usinas, que também começaram a comprar os antigos engenhos. No sertão e agreste nordestino encontram-se, atualmente, engenhocas que produzem apenas cachaça e rapadura. Assim, “os engenhos representam a fase do capitalismo mercantilista, enquanto as usinas, a fase do capitalismo industrial” (*id. ibid.*).

As mudanças na estrutura social decorrentes da implantação das usinas²⁴⁹ continuam os referidos autores, afetam as construções dessas unidades de produção. Enquanto a casa-grande “perde suas velhas funções”, os trabalhadores instáveis se abrigam nas antigas senzalas e arruados. A capela perde seu prestígio de outrora. Permanecem os barracões, “estabelecimentos comerciais onde se faz pagamento de salários, compras, servindo, também, como lugar de encontro, conversas e goles de cachaça” (Costa; Mesquita, 1978, p. 15).

Quanto a sua localização, tanto as usinas como os engenhos se encontram nas proximidades de cursos d’água, “vias naturais de escoamento”. Atualmente, porém, as “estradas de ferro e rodagem” cumprem, predominantemente, esse papel. Nas usinas,

encontram-se: a casa do proprietário, completamente diferente da casa-grande, a igreja, a escola, padaria, edificação para a administração, armazém de açúcar, destilaria,

249 Surgem “as categorias de usineiro (proprietário da usina), fornecedor-proprietário, fornecedor-rendeiro, administrador, operário da usina e trabalhadores rurais assalariados, instáveis e ambulantes, à medida que desapareciam os antigos profissionais, como os mestres-de-açúcar, purgadores, moendeiros, fomalheiros etc.” (Costa; Mesquita, 1978, p. 15).

tanques cilíndricos de alumínio para inflamáveis, pátio de feira, posto de saúde ou um pequeno hospital, casas de empregados administrativos e operários (Costa; Mesquita, 1978, p. 15).

As usinas formam, efetivamente, um aglomerado com função industrial, “uma unidade de produção, de força centralizadora”. Em seu entorno, espalham-se as plantações de cana, de modo que não apenas se mantém, mas se reforça o sistema de *plantation*, com suas “máquinas agrícolas motorizadas, adubos químicos e, às vezes, irrigação”. Com uma capacidade industrial maior, “as usinas maiores absorvem outras menores, transformando-as em ‘usinas de fogo morto’” (Costa; Mesquita, 1978, p. 15, 17), na Zona da Mata nordestina.

Vê-se que são unidades de produção modernas, mais complexas em sua estrutura e suas instalações. Os antigos engenhos não conseguiam concorrer com o seu alto desempenho produtivo. Aliás, mesmo as usinas menores, mais antigas, também não resistiram a essa investida tipicamente capitalista no campo, com a chegada de usinas ainda mais possantes, verdadeiras fábricas, de modo que aquelas também se tornaram, como os engenhos, “usinas de fogo morto”.

A passagem do engenho para a usina também se verificou no Rio Grande do Norte. Aliás, o esforço de aprimorar, tecnicamente, a produção dos principais itens da agricultura, dentre os quais, a cana-de-açúcar, já aparece bem antes da instalação das primeiras usinas. A lei nº 493, de 30 de abril de 1860, autorizou o presidente da província a mandar aos Estados Unidos da América do Norte, uma comissão composta de dois membros, de três em três anos, a fim de estudar a cultura similar da cana, do milho e do algodão,

pelo sistema aratório (Soares, 1909, p. 219). Providências como essas eram naturais, num período em que se davam os primeiros passos com vistas à modernização.

Seja como for, as primeiras usinas surgem no início do século xx e podem ser compreendidas como parte desse esforço de modernização. Pouco, porém, restou delas: “O Inventário do IPHAN/RN identificou seis, a Estivas em Arez, a Ilha do Maranhão, em Canguaretama, e as São Francisco, Ilha Bela, Guanabara e Santa Terezinha, em Ceará-Mirim” (Cruz, 2015, p. 277). Duas delas, a de Estivas, em Arez, e a de São Francisco, em Ceará-Mirim, estão descaracterizadas. Foram antigos banguês antes de se tornarem usinas, em 1929. As da Ilha do Maranhão, a “primeira construída em terras potiguaras” está em ruína, e a da Ilha Bela, “construída na década de 1930”, está em arruinamento. Só restaram as chaminés da antiga fábrica das usinas Guanabara, de 1929, e de Santa Terezinha, “instalada em 1947” (*id. ibid.*).

Segundo Thiago José de Azevedo (Loureiro, 2009), o desenvolvimento histórico das usinas no Rio Grande do Norte iniciou-se no século xx, no vale do Ceará-Mirim, com a usina Guanabara “[...] para a fabricação de açúcar branco” (*op. cit.*, p. 3). Em 1937, ela se associa a outras e surge a Ilha Bela. Em 1949, “o grupo paraibano Ribeiro Coutinho proprietário de usinas na Paraíba e da usina Estivas (localizada na região Agreste do estado) [...] adquire a usina Ilha Bela, passando a concorrer fortemente com o São Francisco” (*id. ibid.*), até 1973, quando as duas empresas se fundem em razão da baixa produção de ambas. No mesmo ano, a usina Estivas é adquirida pelo grupo Pernambucano Tavares de Melo. A intensificação na produção na década de 1970 aumentou a produção de açúcar e álcool a partir da década seguinte, a

destilaria de Baía Formosa e a Usina Estivas, localizadas no agreste potiguar se tornando, “as maiores produtoras de álcool e açúcar respectivamente” (*id. ibid.*). Na década de 1990, a extinção do IAA, o avanço tecnológico não acompanhado pelos produtores rurais e a maior competitividade levou ao domínio/monopólio das indústrias de beneficiamento da atividade canavieira no agreste potiguar. Com isso, “os produtores rurais tradicionais, gradativamente começam a migrar para outras atividades ou até a abandonar a região [e, atualmente, a região agreste] é a maior produtora de cana-de-açúcar [...] e possui a maior área plantada e as duas maiores usinas de beneficiamento do estado” (*id. ibid.*, p. 4-5).

Por serem de maior porte e exigirem maiores investimentos, é certo que não poderia haver uma quantidade de usinas semelhante às dos engenhos. Por isso, ainda no início da década de 1940, os engenhos eram muito mais numerosos do que as usinas no Rio Grande do Norte, segundo Câmara Cascudo²⁵⁰. Mas, à semelhança do que fizemos em relação aos engenhos, o nosso interesse não está na usina, enquanto unidade produtiva em si, mas no que podemos apreender em relação à questão da habitação. A esse respeito, cabe destacar, inicialmente, que o uso residencial manteve-se em muitas das antigas casas-grandes dos engenhos, independentemente de elas haverem sido, ou não, incorporadas às usinas. Ao contrário das fábricas dos banguês, que se tornaram obsoletas, muitas casas-grandes sofreram

250 “Do açúcar tínhamos em 1942 três usinas, duas no Ceará-Mirim e uma em Arês (Estivas) e cerca de 97 engenhos, divididos pelo Ceará-Mirim, 25, Goianinha, 17, Papari (Nísia Floresta), 9, São José de Mipibu, 9, São Gonçalo (Felipe Camarão) 14, Arês, 5, Macaíba 2, Pedro Velho, 3, Canguaretama 13, além de outros menores” (Cascudo, 1955, p. 390).

transformações, como foi analisado no item anterior, mas foi a permanência desse uso, segundo Luana Cruz, que contribuiu para que muitas delas fossem preservadas, embora sejam poucos os exemplares que se mantiveram íntegros, sem alterações, com o passar do tempo. Abstraindo essas alterações, a autora vê permanências dos originais em “alguns partidos arquitetônicos” em termos de planta baixa e da cobertura, nas seguintes situações:

- a) planta retangular com maior dimensão desenvolvida no sentido longitudinal e cobertura em duas águas no volume principal;
- b) planta retangular com maior dimensão desenvolvida no sentido longitudinal e cobertura em quatro águas e
- c) planta retangular com maior dimensão desenvolvida no sentido transversal e cobertura em duas águas no volume principal²⁵¹ (Cruz, 2015, p. 283-284).

Em alguns casos, essas mudanças foram radicais. Írio Barbosa da Costa e Helena Maria Mesquita (Costa; Mesquita, 1978) destacaram que casas foram construídas por inteiro em moldes modernos, com equipamentos, mobília e um grau de conforto que em muito pouco ou quase nada assemelha-se à antiga casa-grande do engenho. Também mencionam a existência de casas destinadas aos operários. No Rio Grande do Norte, casas para operários foram construídas no engenho Ilha Maranhão, no município de Canguaretama, onde foi instalada, em 1910, a primeira usina de açúcar do estado²⁵². Nela trabalhavam setenta e cinco

251 Entre as transformações no sentido de adaptar essas residências a novas necessidades, destacam-se o banheiro e a varanda (Cruz, 2015, p. 286).

252 Para Thiago José de Azevedo Loureiro (2009), a primeira usina foi a Guanabara, mas, ao que parece, ele refere-se à região do Ceará Mirim, e não ao Rio Grande do Norte como um todo.

operários. Em meados da década de 1920, possivelmente, já não funcionava mais²⁵³.

A esse respeito, cabe uma digressão sobre as casas destinadas aos operários, não apenas nas usinas, mas também em outros tipos de unidades produtivas, típicas desse novo período caracterizado pela mecanização. Essas construções foram relativamente comuns, nas cidades e em áreas rurais, junto a usinas e fábricas. Ficaram conhecidas como vilas operárias e foram construídas, justamente, num período de industrialização, na virada do século XIX para o XX, inclusive no Brasil. Em alguns casos, verdadeiros bairros ou minicidades, as vilas operárias existiram em estados como São Paulo, onde o processo de industrialização foi mais intenso. Erigidas por industriais e destinadas a trabalhadores especializados, essa prática remonta às cidades industriais europeias.

Para limitarmo-nos ao Rio Grande do Norte, a construção de casas com funções semelhantes não ocorreu apenas nas primeiras usinas de produção de açúcar. A exploração da scheelita no interior potiguar, que se iniciou na década de 1940, inicialmente, com as minas Barra Verde e Brejuí e, em seguida, na década de 1960, com a mina Boca da Laje, é outro exemplo. A mina Brejuí reuniu, de início, uma “cidade de palha”, onde os trabalhadores moravam em cerca de quinhentos mocambos de taipa com cobertura de palha (Figura 54). Ali foi edificada uma vila operária, com várias instalações, dentre as quais, um total de sessenta unidades habitacionais, construídas, paulatinamente, pela empresa e destinadas aos funcionários da mina, mas que conviveram

253 Informação obtida no Blog *História de Canguaretama* (O engenho [Ilha do Maranhão...], 2019).

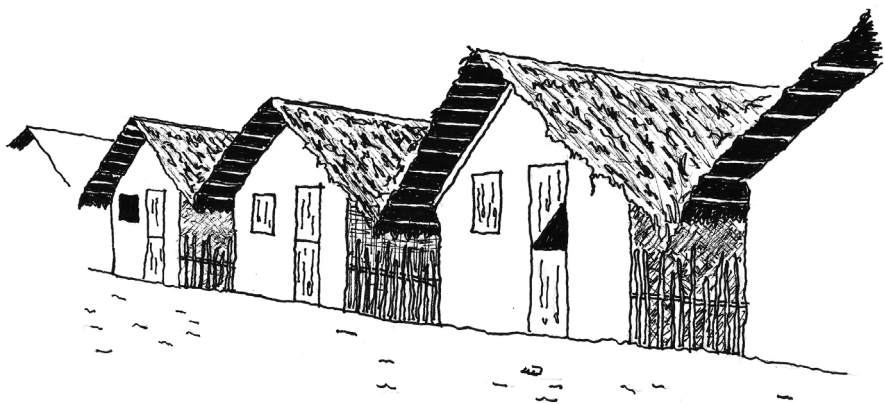


FIGURA 54
Mocambos da Mina Brejuí (Rio Grande do Norte). Fonte: o autor, com base em fotografia reproduzida em Assis (2018, p. 54).

com os mocambos, uma vez que não eram suficientes para todos os trabalhadores (Assis, 2018, p. 50, 54, 59, 61). De modo semelhante, uma vila operária foi construída quando da construção do Açude Gargalheiras, em Acari, pela Inspetoria de Obras contra as Secas, e depois aperfeiçoada por uma firma inglesa, a Charles H. Walker & Co., entre as décadas de 1920 e 1930. Eram casas com inovações no seu programa, hierarquizadas, sendo as melhores destinadas aos engenheiros e técnicos, e outras, mas simples, aos operários sertanejos (Silva, 2012, p. 141).

Além da cana-de-açúcar, outros produtos agrícolas, como o algodão e o sisal (agave), também geraram unidades produtivas. Se a exploração do algodão remonta ao século XVIII, no Rio Grande do Norte, a exploração do sisal tomou impulso com a Segunda Guerra Mundial e, em 1950, o estímulo à exportação, em razão da demanda do mercado internacional, fez do Rio Grande do Norte um dos três maiores produtores da região (Araújo, 2009, p. 55), arrefecendo a partir da década de 1980. A sua produção concentrava-se na região do Mato Grande e em parte do Agreste potiguar, Natal, João Câmara e Touros, dispondo de usinas de beneficiamento do produto.

Em todos esses casos de exploração agrária, construíam-se estruturas produtivas nas quais podiam, eventualmente, existir casas operárias. Um exemplo reside na Fazenda Zabelê, localizada no município de Touros. Nas décadas de 1960 e 1970, a fazenda foi um núcleo de cultivo e beneficiamento do sisal, envolvendo muitos trabalhadores rurais, para os quais foram construídas casas operárias, as melhores delas destinadas aos funcionários mais graduados. Com a desativação dessa atividade, a fazenda foi abandonada, muitas casas foram destruídas e a fazenda, desapropriada pelo INCRA em 1993 (Fazenda [Zabelê...], 1993, p. 11). As vilas operárias não se limitavam às unidades de produção rural, mas também existiram em áreas urbanas. Em Natal, a primeira vila operária foi construída em 1932 (Almeida, 2012, p. 181).

Com exceção, é claro, dos mocambos construídos pelos primeiros trabalhadores da mina Brejuí, as diferentes experiências de construção de casas operárias aqui mencionadas não atendem aos critérios que propomos para defini-las como casas tradicionais, vernaculares. Não eram fruto de uma tradição e contaram, muitas vezes, com profissionais especializados na sua concepção e/ou construção. Por isso, não são objeto de análise aqui. Fizemos, porém, essa digressão por causa da proximidade delas com o tema aqui tratado. Ainda que existam estudos pontuais sobre essas habitações, elas ainda carecem, a nosso ver, de uma análise ampla que abarque os diferentes tipos e modalidades, envolvendo diferentes unidades produtivas, no campo e na cidade.

As usinas e outras unidades produtivas tipicamente capitalistas não apenas apresentaram tipos de casas que se aproximam ou tendem à modernização, elas também impactaram o meio ambiente de um modo geral e as pequenas

comunidades tradicionais localizadas no seu raio de influência. São comunidades que vivem da pesca e da agricultura de subsistência. Citamos anteriormente o trabalho de Julienne Louise dos Santos Govindin (2014), que estudou os impactos sociais da agroindústria canavieira na comunidade de pescadores de Baía Formosa. Por sua vez, Thiago José de Azevedo Loureiro (2009), no resumo histórico do surgimento das usinas no Rio Grande do Norte, citado acima, também chamou a atenção para as consequências dessas estruturas modernas nos produtores rurais.

Fábio Daniel Pereira Marinho (2009) também estudou a pequena produção rural familiar voltada para gêneros alimentícios de origem vegetal, em Canguaretama, e os impactos causados pela transformação no espaço agrário desse município, particularmente com a chegada da usina. Ele afirma que “a cana-de-açúcar exerce uma grande influência, pois a pequena produção não garante toda a renda de que a família necessita, por isso muitos agricultores precisam trabalhar nas usinas de beneficiamento da cana” (*op. cit.*, p. 100). Ou seja, diferentemente dos trabalhadores que receberam, no passado, casas operárias para a sua morada, essas famílias continuam vivendo em suas casas tradicionais, ainda que trabalhem para a usina. O autor assim descreve as pequenas propriedades rurais e as casas:

São pequenas propriedades, formadas pela moradia; um pequeno pomar; uma criação de animais, destacando as galináceas; e a lavoura. Foi verificado apenas dois casos em que os produtores não moravam na propriedade, por isso tal ponto não foi contabilizado. 54% das moradias são de taipa, contra 46% de alvenaria, o que revela dificuldades no que concerne à melhoria no padrão residencial. Tal ponto é preocupante, pois as famílias geralmente são numerosas, e

as pequenas casas garantem pouco, ou quase nenhum conforto aos seus moradores. Todas as propriedades possuem energia elétrica e água encanada, apenas em duas propriedades o abastecimento de água é feito por poço. Entretanto, foram muitas as reclamações sobre a falta constante de água, apesar da rede encanada (Marinho, 2009, p. 115).

Como também sinaliza o referido autor, esse espaço agrário e esse tipo de trabalhador livre remontam ao período colonial, mesmo que hajam passado por transformações, observação que, certamente, é válida para as casas onde ele habita, que ainda devem guardar fortes laços com um passado distante, mesmo que dotadas de melhorias, como a água encanada e a energia elétrica. O trabalhador livre sempre existiu, mesmo durante a escravidão, seja nas fazendas de gado, seja nos engenhos litorâneos. Considerando que a sua pesquisa é de 2009, a referência que ele faz às habitações dessas famílias tradicionais é uma evidência de que elas ainda permanecem em áreas rurais, menos por escolha de seus moradores do que pela pobreza que sempre caracterizou a maior parte dessa população rural. Nos casos atuais aqui analisados, trata-se de comunidades direta ou indiretamente relacionadas à produção açucareira e, mais recentemente, do álcool.

Destacam-se, nessa breve reflexão, as profundas transformações no mundo agrário litorâneo potiguar no decorrer do século XX, causadas pela ascensão da usina e pelo ocaso do engenho. Perceptível em vários outros sentidos, esse processo amplo e complexo, de muitas facetas, também atingiu, plenamente, os hábitos de morar, seja como manifestação de um tipo de habitação vernacular, ou não. A casa do senhor de engenho, em particular, tema central deste

capítulo, apresenta resultados contraditórios. Podemos dizer que, de alguma maneira, ela ainda resiste, especialmente, pela permanência do uso residencial, ainda que bastante modificada e habitada, provavelmente, por moradores com hábitos e costumes bem distantes daqueles tidos como tradicionais, típicos daquelas gerações que as construíram. Em vários outros casos, elas foram abandonadas, algumas encontrando-se em estado de ruína, como os próprios engenhos. Não há como não fazer, mais uma vez, um paralelo com as casas-sede de fazenda, que também apresentam uma situação bastante semelhante.

PARTE V

**A casa
e a desconstrução
de uma tradição?
(desde 1950)**

9 TRADIÇÃO E MUDANÇA NA CASA URBANA DE ORIGEM RURAL

Quando discorreremos sobre o mocambo, no Capítulo 6, dissemos que ele é um tipo de habitação vernacular extremamente popular, que se espalhou por todo o território nacional, tanto em áreas rurais quanto urbanas. Em tempos mais remotos, fazia parte da paisagem urbana de nossas cidades. Em tempos mais recentes, ele tem ocupado a sua periferia, sobretudo, e tem passado por grandes transformações, de modo que, a rigor, não se trata mais do mocambo, mas de um tipo híbrido de habitação que reflete, na forma, na volumetria, no tipo, no número e na disposição dos seus ambientes, elementos que, se, por um lado, remetem ao mocambo de onde se originou, por outro, incorporam vários elementos de uma habitação que poderíamos chamar de “moderna”, “urbana”, uma vez que o mocambo é, em sua origem, uma habitação rural. Casos como esse indicam que a casa tradicional, vernácula, tende a desaparecer do cenário rural e, principalmente, urbano, isto é, representam um processo de “desconstrução” de uma tradição, isso para não falar de tipos que já desapareceram por completo, considerando, sobretudo, a longa duração que este trabalho abarca, do século XVII aos dias atuais.

Este capítulo apresenta, precisamente, um estudo de caso sobre essa questão. Ele é fruto de nossa dissertação de

mestrado, defendida em 1990, portanto, há mais de três décadas, que teve como universo uma pequena comunidade urbana localizada no bairro Lagoa Seca, em Natal, Rio Grande do Norte. Na época do estudo (1988-1990), essa comunidade era formada por famílias em boa parte oriundas de áreas rurais, com ou sem passagem prévia por pequenas cidades do interior do Rio Grande do Norte, antes de chegarem à capital. Pretendíamos verificar o processo de transformação das casas urbanas, construídas por esses moradores de origem rural, e verificar, nelas, indícios que pudessem ser ou estar associados ao mundo rural ou semi-rural de onde vieram, assim como as mudanças ocorridas no meio urbano. A pesquisa original tentava responder três perguntas essenciais: 1) O que permaneceu na habitação urbana informal, construída na cidade por imigrantes de origem rural, em relação a suas habitações de origem? 2) O que havia mudado? 3) Que razões socioculturais podem ser apresentadas para explicar a permanência da tradição, bem como a mudança nessas habitações²⁵⁴?

A última das três perguntas deixa transparecer que, na pesquisa original, tentamos estabelecer relações de causa e efeito, mas também de influência recíproca entre o amplo processo de mudança cultural no Brasil e a habitação – tanto rural quanto urbana – dos moradores que migraram para a cidade, considerando as características físico-espaciais ou formais de ambas e sua transformação no tempo. Os objetivos do presente capítulo são, contudo, mais modestos. Nele, deixamos de lado questões teórico-conceituais e analíticas

254 Este capítulo, aqui levemente modificado e com alguns acréscimos, foi publicado como capítulo de livro em Teixeira (2015, p. 49-98).

relativas ao amplo processo social de mudança cultural em si, assim como a descrição detalhada da comunidade estudada, fruto de um amplo levantamento de dados, entre outros aspectos que foram analisados. Ainda que necessários a uma compreensão mais adequada das modificações verificadas nas habitações, eles não figuram, ao contrário dessa pesquisa do mestrado, no escopo deste capítulo e do presente livro, por uma questão de limitação do seu conteúdo. Adotamos, assim, um enfoque mais limitado, que segue, na verdade, um caminho inverso, do sintoma para a interpretação de suas causas. Em outras palavras, queremos tão somente verificar ou apreender, a partir das manifestações físicas e formais da transformação de um conjunto de habitações estudadas, consideradas em um período histórico e uma realidade urbana específica, indícios que possam ser interpretados ou atribuídos a um processo de mudança cultural, que esteve intimamente relacionado, segundo vários estudos, ao processo de migração de grandes contingentes populacionais do campo para a cidade no Brasil.

Contudo, é possível perceber, ao longo da leitura, alguns pressupostos teórico-conceituais e metodológicos sobre itens tais como a migração rural-urbana, teorias e processos de modernização social e urbana que guiaram a análise, mesmo que não sejam explicitados. Por exemplo, partimos do pressuposto de que existem diferenças socioculturais suficientemente distintas entre o mundo rural ou semi-rural de pequenas comunidades urbanas do interior e as médias e grandes cidades. Embora a influência do urbano ou de valores e modos de vida, mais uma vez relacionados ao urbano, cada vez mais, hajam atingido ou alcançado as áreas rurais mais remotas, atenuando essas diferenças, elas

persistem, e se continuam válidas hoje, eram ainda mais no momento da pesquisa, desenvolvida há mais de três décadas. A capacidade de resistência e permanência de valores tidos como tradicionais é maior, muitas vezes, do que se imagina. Apesar disso, o presente trabalho não apresenta qualquer esforço de atualização do estudo. Não voltamos à comunidade estudada, que será apresentada no devido momento, para verificarmos a continuidade do processo analisado, embora façamos alguma alusão ao momento atual. Portanto, o leitor deve ter em mente que os dados e as conclusões aqui apresentados são aqueles de 1990. Temos plena convicção, e esperamos demonstrá-la ao longo deste trabalho, que as conclusões a que chegamos continuam válidas hoje, como o eram à época do estudo, principalmente.

A natureza comparativa da pesquisa, entre a casa rural e a casa urbana, levou-nos a considerar, necessária e obviamente, tanto as casas de origem rural de onde muitos vieram ou, pelo menos, que conheciam bem, e a casa urbana onde moravam. Na impossibilidade de estudar as casas de origem desses moradores de forma direta, por uma série de razões, foi necessário partir de pressupostos como o padrão socioeconômico dos moradores, sua profissão, assim como algumas descrições sobre as casas de origem, feitas pelos chefes de família que realizaram a migração, para chegarmos à conclusão do tipo de casa tradicional em que eles moravam anteriormente. Tendo como base uma série de categorias analíticas – tipo, quantidade e disposição dos ambientes, volumetria das habitações, fachadas, componentes como esquadrias, técnicas e materiais construtivos, e mesmo a mobília, foi possível estabelecer elos de comparação entre os dois tipos de habitação – a rural, tida como a original, ou

de condições de partida, e a urbana, construída e transformada pelos próprios moradores, que aqui denominamos de as condições de chegada. Ainda que, na pesquisa, tentamos abordar questões mais amplas, como as de natureza teórico-conceituais acima mencionadas (migração rural-urbana, mudança cultural, urbanização e modernização etc.), essas considerações não cabem, como dissemos, no presente capítulo. Queremos nos prender, essencialmente, ao estudo comparativo em si, entre as habitações rural e urbana, em sua expressão física, como indício da mudança cultural de seus moradores.

As condições de partida a que nos referimos, anteriormente, dizem respeito ao mocambo, tipo de habitação vernácula mais característica das populações de baixa renda, sobretudo em áreas rurais, no Brasil e na região Nordeste em particular. As evidências levantadas apontaram para o fato de que os moradores da comunidade estudada viveram ou tinham profundo conhecimento desse tipo de habitação, antes de migrarem para Natal. Como já discorreremos sobre o mocambo no Capítulo 6, dedicado à casa rural, e em outras partes deste trabalho, não faz sentido retomar essas condições de partida aqui, mas sim as de chegada, isto é, as casas construídas e ocupadas por esses moradores em Natal. É a análise dessas últimas condições que nos revela o quanto da casa original permaneceu e o quanto mudou com o passar dos anos, com os moradores agora da cidade. Mas, antes de apresentarmos os resultados da comparação entre a casa rural – o mocambo – e as casas existentes em Natal, faremos uma apresentação da comunidade estudada. A terceira e última parte do Capítulo apresenta, resumidamente, os resultados do estudo comparativo.

A migração rural-urbana em Natal e a Comunidade da Árvore

O processo de urbanização no Brasil foi historicamente marcado pelo intenso processo de migração rural-urbana. A cidade do Natal não fugiu a essa regra. Na década de 1940, no contexto da Segunda Guerra Mundial, ela recebeu grandes contingentes populacionais do interior, devido à seca que assolou o sertão nos primeiros anos daquela década, por um lado, e pelas oportunidades de emprego que o esforço de guerra proporcionou. As primeiras favelas da cidade surgem naquela época. O processo continuou e acelerou-se em épocas mais recentes.

Em seu estudo sobre a migração em Natal, Itamar de Souza afirma que ela reflete o mesmo padrão encontrado em outras cidades do Nordeste. Da década de 1960 em diante, a migração rural-urbana para a capital potiguar resultou de dois fatores principais: de um lado, da crise agrária no campo do Rio Grande do Norte desde a década de 1950, expulsando os trabalhadores rurais para as pequenas cidades e para Natal; e, de outro lado, a concentração de investimentos na capital potiguar, fruto das políticas de industrialização a partir de 1960. Como já mencionado, Natal foi a terceira capital da região Nordeste a receber, em termos relativos, o maior fluxo migratório naquela década (Souza, 1980, p. 83-96).

Outra indicação do crescimento populacional da cidade é que, entre 1967 e 1978, o Banco Nacional da Habitação (BNH) financiou vinte e cinco conjuntos habitacionais na cidade, totalizando 19.207 unidades residenciais. Se estimarmos uma média de cinco pessoas por família, é possível concluir que cerca de 100.000 pessoas viviam nessas casas no final

desse período, ou seja, cerca de um quinto da população da cidade. Ainda assim, havia dez mil barracos ou habitações precárias em 1977, abrigando cerca de cinquenta mil pessoas (Souza, 1980, p. 94-95). O Quadro 10 mostra o crescimento da população de Natal entre 1920 e 1980:

QUADRO 10
População do município de Natal (1920-1980). Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1987-1988, p. 59).

9/1/1920	9/1/1940	7/1/1950	9/1/1960	9/1/1970	9/1/1980
30.696	54.836	103.215	160.253	264.379	416.898

Esse processo não se modificou durante a década de 1980, porque as diferenças nas condições de vida entre o meio rural e urbano no estado aumentaram. Em 1985, a população de Natal era estimada em 510.106 habitantes. Itamar de Souza apresentou o perfil do migrante para Natal, de acordo com a sua classe social. A sua definição do termo migrante, baseada em seus estudos, é mais um indicador da permanência da tradição, mas também da mudança dos seus valores socioculturais, corroborando, assim, a problemática deste trabalho.

Passamos a definir o migrante como sendo aquele indivíduo, de qualquer classe social, que resolveu deixar o seu município de nascimento para fixar residência noutro, *sem contudo romper de imediato com as relações socioculturais que mantinha anteriormente* (Souza, 1980, p. 116; grifos nossos).

Ainda que haja exceções quanto ao local de fixação inicial dos migrantes na cidade, em geral eles tendem a situar-se nas periferias urbanas, dando origem a assentamentos que, aos poucos consolidam-se e transformam-se em bairros. Natal não é exceção a essa regra geral. Câmara Cascudo (1999) descreveu como a terra desocupada em volta da cidade foi

sendo ocupada, paulatinamente, de forma desordenada, para, posteriormente, tornar-se bairros oficiais, processo que ocorre por questões de natureza econômica e social, as famílias “[...] subindo de classe” (*op. cit.*, p. 245). Essa situação se intensifica “[...] pela emigração ascensional dos mais dotados para o ambiente superior e maior densificação na massa que ficou” (*id. ibid.*). Ele chama de “bairro exterior” a aglomeração marginal “fixada no cinturão da cidade”. É uma “zona pobre, produtora, lar de trabalhadores”, cujo melhoramento paulatino e progressivo se verifica “[...] nos materiais de construção, aformoseamento, retificação de alinhamentos” (*id. ibid.*). Formam-se, assim, “pequenos núcleos que não se dissolvem na fusão urbana, mas se articulam no organismo central citadino” (*id. ibid.*).

O autor refere-se ao Alecrim – um dos bairros mais populosos de Natal – como um bairro de “sertanejos”, quando ainda estava em formação, nas primeiras décadas do século xx. A área começou a ser ocupada, primeiramente, por “umas quatro casinhas de taipa, cobertas de palha, sem reboco, denominadas capuabas” (Casculo, 1999, p. 355, 357). Esse processo de formação de assentamentos precários, que aos poucos melhoram o seu padrão habitacional nas periferias da cidade, como no Alecrim, pode ser ilustrado por um local dentro desse mesmo bairro, conhecido em 1950, como Baixa da Coruja:

O Alecrim é um centro tão grande, que presentemente está subdividido em diversos bairros. A Baixa da Coruja está neste caso. Localizada à esquerda do Carrasco, outro bairro desconhecido [...] a sua população é mais do que pobre, é paupérrima. Nestes últimos tempos é que têm surgido algumas construções melhores e para lá se têm transferido pessoas de melhor nível econômico. Antes era só o mocambo,

o casebre de palha de coqueiro, a modesta casa de taipa. A sua população está crescendo assustadoramente (Luz [para a Baixa da Coruja], 1950, p. 2).

O assentamento que passamos a analisar a partir de agora é outro exemplo na microescala do processo verificado para a cidade como um todo – uma vez que se trata também de uma ínfima fração da cidade –, descrito por Câmara Cascudo e ilustrado nessa reportagem de 1950 sobre a Baixa da Coruja, aliás, contemporânea do caso aqui analisado. O primeiro barraco que surgiu na Comunidade da Árvore – nome utilizado neste trabalho apenas para efeito de simplificação na identificação da localidade, uma vez que ela não se identificava por esse nome na época do estudo, e muito menos hoje²⁵⁵ – apareceu em 1951. Naquela época, a área que se tornaria o bairro Lagoa Seca era ocupada por coqueiros, mangueiras e pequenos animais silvestres, com características, portanto, de sítio. Os seus proprietários viviam na cidade. Casas esparsas podiam ser encontradas nas imediações. A ocupação da área ocorreu na década de 1950 e nas seguintes, tornando-se, posteriormente, um bairro da cidade. Quanto à Comunidade da Árvore, ela era um assentamento consolidado nove anos depois da chegada do primeiro barraco. Certamente, o surgimento e a consolidação dessa comunidade não era um fato isolado. Produtos, sobretudo da imigração, outros assentamentos “espontâneos” semelhantes devem haver surgido durante as décadas de 1950 e 1960, continuando nas décadas seguintes. Como

255 O nome era utilizado apenas por um grupo de protestantes que desenvolviam um trabalho social no local. Na época, havia um terreno baldio central, onde se encontrava uma árvore frondosa. Esse terreno está hoje ocupado por construções (Figura 58).

mencionado, Natal recebeu grandes fluxos migratórios nesse período. Esses pequenos bolsões de pobreza estão na origem, aliás, da formação de muitas das chamadas vilas – pequenos núcleos de casas precárias, pertencentes, muitas vezes, a um único proprietário que as aluga –, dispersas em vários bairros da cidade.

Os primeiros imigrantes construíram seus barracos em volta dos limites de um terreno privado. Posteriormente, a prefeitura comprou o terreno para a construção da escola de ensino fundamental Nestor Lima (Figuras 55 e 56), localizada no bairro Lagoa Seca, em volta da qual os primeiros barracos começaram a fixar-se, sobretudo, ao longo das atuais Ruas Perito José Lourenço e Nossa Senhora da Conceição, que delimitam dois lados da escola. Na época da construção da escola, no início da década de 1960, tentou-se relocar aquela comunidade, mas o então governador, Aluizio Alves, concedeu uma faixa de terra de dois a três metros de largura ao longo do muro da escola para as pessoas que já viviam na área – uma atitude compreensível no contexto da política clientelista típica do período.

De acordo com os primeiros moradores, a Comunidade da Árvore era maior, mas as pressões da prefeitura durante os anos que se seguiram aos do governo Aluizio Alves forçaram muitos a deixarem o local. Muitos moradores entrevistados citaram um tal Eliseu, que trabalhava para a prefeitura e que aparecia de forma inesperada para derrubar os barracos desses assentamentos na cidade, inclusive os da Comunidade da Árvore. No entanto, nenhum morador soube informar, precisamente, o período em que ele atuou. Esse fato é mais uma expressão da discussão do Capítulo 7, sobre o ataque sem trégua que vinha sendo feito a essas moradias precárias desde o século XIX.

FIGURA 55

Localização do bairro Lagoa Seca, em Natal; bairro da Comunidade da Árvore. Fonte: Google Earth, 2019, modificado pelo autor.

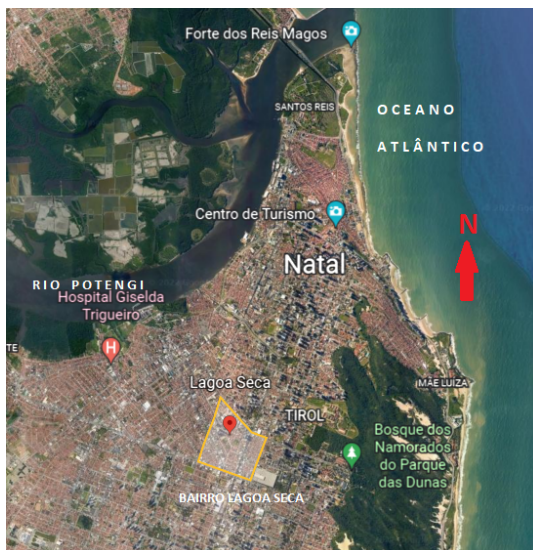


FIGURA 56

Localização da Comunidade da Árvore (imagem área).²⁵⁶ Fonte: Google Earth, 2019, modificado pelo autor.



256 1. Escola Estadual Nestor Lima; 2. Ruas Perito José Lourenço e Rua da Conceição; 3. Antigo terreno baldio central, onde se encontrava uma árvore frondosa (hoje ocupado). 4. Avenida Prudente de Moraes.

Houve tentativas posteriores de relocar essa população, dessa vez pelos proprietários de lojas construídas nas proximidades, a exemplo das empreendidas pelos proprietários do Hiper Bom Preço, talvez o melhor exemplo dessa atitude. No entanto, até o momento de realização da pesquisa, pelo menos em fins da década de 1980, a população remanescente, que dava sinais de ascensão socioeconômica, havia conseguido resistir a essa pressão. Isso se deveu aos seguintes fatores, em nossa opinião: 1) A comunidade ocupava (e ocupa) um local distinto e “escondido”, isto é, por trás de lojas cujas frentes voltam-se para algumas das avenidas principais da cidade, como a Prudente de Moraes, e por trás da escola, que também se volta para uma rua principal. Ela não ocupa terrenos muito valorizados; 2) Ainda que fosse indesejável, ela não era grande o suficiente para constituir-se em um problema, seja para o poder público, seja para o comércio. Tratava-se de uma pequena área com características de vila. Além do mais, seus moradores serviam de mão de obra barata para o comércio e os serviços próximos, empregada em atividades como a lavagem de carros, entre outras; 3) Os seus moradores tinham (e, provavelmente, devem ter, ainda hoje) consciência das vantagens de morarem numa área urbana bem localizada, perto das oportunidades de trabalho; 4) A remoção da comunidade tornou-se mais difícil por causa de sua mobilidade social, ou pelo menos por causa de uma melhor integração urbana. Se, à época do estudo, era uma comunidade precária, ela o era ainda mais décadas antes, certamente, quando começou a formar-se. É bom lembrar que, com frequência, esses assentamentos surgem como simples favelas. Com o passar dos anos, como fruto de suas reivindicações e lutas, contando, muitas vezes,

com apoio externo, eles melhoram suas condições de vida e transformam-se, atingindo *status* de bairros da cidade nos casos mais bem-sucedidos.

Em suma, a Comunidade da Árvore foi formada em boa parte a partir de imigrantes de origem rural, que se deslocaram para Natal numa época de forte migração rural-urbana, do interior para a capital. Construíram seus barracos na então periferia da cidade, reproduzindo um padrão bem conhecido de urbanização no Brasil. Com o crescimento de Natal, a comunidade teve de ser relocada, parcialmente, muitos deles indo morar em Mãe Luiza, mas parte dela conseguiu permanecer. Ainda que fosse, pelo menos à época do estudo, fisicamente distinta do entorno, a comunidade já estava bastante integrada à estrutura urbana da cidade.

Fizemos à época do estudo um levantamento de dados minucioso sobre a Comunidade da Árvore, desde as condições físicas do assentamento como um todo, sua infraestrutura e outros itens, aos dados socioeconômicos diversos sobre os moradores: número e composição das famílias, grau de instrução, emprego e renda, origem dos moradores, aspectos socioculturais, entre outros. Foram selecionadas e levantadas, detalhadamente, trinta e quatro das sessenta e oito casas então existentes, em seus usos, materiais utilizados, disposição e dimensões dos ambientes, tipos e disposição de componentes como portas e janelas, mobília e outros. Para os objetivos deste capítulo, queremos tão somente apresentar um resumo do levantamento feito nas trinta e quatro casas estudadas, especialmente os exemplos significativos, a partir dos quais avançamos algumas conclusões sobre o estudo comparativo proposto. Em termos gerais, o levantamento realizado indicou uma comunidade

carente, de baixa renda, com baixo grau de escolaridade e de condições de habitabilidade.

É preciso destacar, contudo, entre os diversos itens levantados, aqueles que dizem respeito à origem rural dos moradores, pois esse ponto é crucial para o presente estudo. A esse respeito, ainda que o levantamento arquitetônico das casas da Comunidade da Árvore tenha sido feito para trinta e quatro casas, os dados socioeconômicos foram coletados nas sessenta e oito famílias que, na época, compunham toda a comunidade em questão. Cento e quatorze pessoas responderam ao questionário. Desse total, 21,92%, ou vinte e cinco pessoas, haviam nascido em Natal. Setenta e sete pessoas, ou 67,56%, haviam nascido no interior do estado do Rio Grande do Norte. Doze pessoas, ou 10,52%, em outros estados. Esses percentuais demonstram que, à época, a Comunidade da Árvore não era completamente formada por moradores de origem rural. Evidentemente, para uma comunidade que já tinha cerca de quarenta anos no momento da pesquisa, os filhos e netos já haviam nascido em Natal. Mas não apenas isso. Muitos dos primeiros moradores haviam vendido suas casas para moradores da cidade. A maioria dos que vieram de outros estados eram da Paraíba.

Percebe-se, portanto, que, confirmando outros estudos (Felipe, 1988, p. 70-71; Souza, 1980, p. 98-99; Cavalcanti, 1982, p. 15-18), a maioria dos migrantes da Comunidade da Árvore era proveniente do próprio interior do Rio Grande do Norte. Das setenta e sete pessoas provenientes do interior, vinte delas, ou 25,97%, haviam vindo do sertão. Apenas dez pessoas, ou 12,98%, eram originárias do litoral. Mais da metade, quarenta e quatro pessoas, ou 57,14%, haviam

imigrado do Agreste. Três dentre os entrevistados (3,91%) não souberam responder qual era a sua origem exata. Esse processo migratório dificilmente acontece de uma só vez, mas em estágios. O migrante parte da área rural propriamente dita, passa ou vive por algum tempo em pequenas cidades, muitas delas pouco diferenciando-se da área rural, antes de chegarem a Natal. O estudo de caso de Itamar de Souza, sobre a migração para Natal evidencia essa questão. De acordo com esse autor, cerca de 15% dos que migraram para Natal nasceram em áreas rurais e vilas. Apenas pouco mais de 10% deles vieram para Natal sem uma experiência “urbana” prévia (Souza, 1980, p. 98).

A alta porcentagem de migrantes de origem urbana, indicada no estudo de Itamar de Souza, contudo, pode ser um tanto quanto enganadora. Em nosso estudo, muitos dos entrevistados viam-se como “urbanos”, por uma questão de *status*, ao responderem sobre seu local de nascimento. Além do mais, cidades pequenas, altamente dependentes da agricultura, não diferem, em essência, das áreas mais tipicamente rurais à sua volta, inclusive do ponto de vista da habitação de suas populações de baixa renda. Pelos dados levantados, 59,73% dos imigrantes da Comunidade da Árvore eram provenientes de municípios com população de até quinze mil habitantes, segundo dados estatísticos de 1985. Se essa mesma população dos municípios fosse considerada à época da migração, ocorrida décadas antes, ela seria, como regra geral, ainda menor, ou seja, os municípios de origem eram ainda mais “rurais,” uma vez que as localidades “urbanas” neles situadas deveriam ser bastante insignificantes. Podemos, portanto, concluir que, mesmo

que os moradores houvessem nascido em pequenas cidades do interior, ou mesmo morado em alguma delas, em seu processo migratório até Natal, a realidade rural era, pelo menos, muito familiar para a grande maioria deles.

Cabe, finalmente, considerar o tempo de chegada dos moradores em Natal. Das setenta e sete pessoas que vieram do interior, quase todas instalaram-se em algum outro lugar da periferia da capital, antes de viverem na Comunidade da Árvore, alguns em locais bem distantes da cidade de então. Poucos se estabeleceram logo na comunidade estudada. 60% de todos os migrantes chegaram em Natal entre 1960 e 1979, porcentagem que haveria sido, com certeza, ainda maior, se muitos moradores não houvessem deixado o local anteriormente. Esses dados coincidem com o processo de crescimento da migração rural-urbana em Natal desde a década de 1960. A queda drástica de quase dois terços no número de migrantes desde 1980 deve-se à falta de espaço físico, que se encontrava completamente ocupado já na época do estudo. Os que conseguiram instalar-se no local desde então, haviam comprado alguma casa na localidade ou, o que é mais comum, haviam vindo morar com parentes que já estavam morando no local.

As condições de chegada

No que se refere às habitações, foi feito, como mencionado anteriormente, um levantamento arquitetônico e dos usos em trinta e quatro casas do assentamento, que serviu de base para a análise. O presente item apresenta um resumo de vinte e duas, das trinta e quatro casas consideradas, correspondendo àquelas efetivamente construídas pelos moradores que as ocupavam no momento desse levantamento. São essas vinte

e duas casas que serviram, de fato, de parâmetro de comparação com o mocambo. Os itens levantados são os seguintes:

Quanto ao espaço físico: a) Elas tinham frente variando de 2,23 a 6,92 m. O seu comprimento variava de 3,89 a 9,11 m, totalizando uma área construída de 7,25 m² a 57,6 m²; b) Eram retangulares em sua maioria (73,5%); algumas tinham forma quadrada em planta (17,6%). Outras variações totalizaram 8,9%; c) Todas as casas tinham água encanada e energia elétrica; a maior parte delas era dotada de algum sistema de esgotamento sanitário.

Quanto aos ambientes: a) Apesar de algumas casas possuírem seis ou mais ambientes, esse número variava, normalmente, entre três e cinco (65,37%); algumas casas continham um único vão ou ambiente; b) Os ambientes básicos eram: sala, quarto, cozinha, um hall lateral e banheiro; apenas algumas casas dispunham de dois ou mais quartos.

Quanto à distribuição dos ambientes em planta, volumetria e fachadas: a) Todas as casas seguiam certo padrão em termos do arranjo dos ambientes. Havia, no entanto, variações de acordo com a relação largura/comprimento, isto é, de acordo com a sua forma; b) A fachada era geralmente retangular, com ou sem platibanda, escondendo o telhado; era geralmente pintada em cores vivas, como amarelo, verde, azul ou rosa; c) Recebia algum tratamento especial e, às vezes, tinha muro de alvenaria na frente; a fachada continha uma porta e uma janela na maioria dos casos (às vezes, nenhuma janela); o teto era em uma água, inclinando-se dos fundos para a fachada; não havia forro, e as paredes internas não alcançavam o teto; d) As casas eram escuras, devido às poucas aberturas, às vezes, nenhuma, para o exterior; havia exemplos de janelas manufaturadas e soluções engenhosas e criativas para a iluminação.

Quanto aos materiais construtivos e componentes: a) Havia muito pouca variação nos materiais utilizados; na maioria dos casos, as casas tinham piso cimentado, paredes de tijolos e cobertura de telha; ainda encontravam-se algumas com paredes de pau-a-pique, telhas onduladas, madeira e papelão, correspondendo a fases anteriores, mais iniciais de ocupação da área, quando eram construídas de forma precária; b) As janelas eram tanto rústicas quanto manufaturadas, as primeiras das quais, em uma única folha de madeira; quase todas as portas tinham divisórias ao meio e algumas delas foram manufaturadas em marcenarias; c) As janelas encontravam-se quase sempre na fachada, altas em relação ao nível do terreno; não havia janelas nos quartos nem portas nos ambientes internos, substituídas por cortinas; d) Em várias casas, encontramos materiais de construção e esquadrias estocados para uso futuro.

Quanto à mobília: a) A maioria das famílias dispunha de uma quantidade considerável de mobília e equipamentos, relativamente à área construída de suas casas; b) Dentre outros, os eletrodomésticos, como rádio, televisão, ventiladores e liquidificadores eram frequentes; c) Alguns móveis pareciam incompatíveis como o nível socioeconômico da família, como sons de alta qualidade e bares; d) O uso não era exclusivo por ambiente; em razão do número elevado de membros da família em relação ao espaço disponível, os ambientes eram de uso misto, gerando problemas de privacidade, entre outros; o único ambiente realmente privado era o banheiro, quando disponível.

Tradição e mudança na forma habitacional

Uma das principais conclusões deste trabalho é a de que, no processo de migração rural-urbana, os valores rurais, tradicionais dos migrantes persistem no ambiente doméstico por eles construído na cidade. Mesmo que as referências ao passado rural tendam a desaparecer em longo prazo, elas não são abandonadas facilmente. É por esse motivo que o termo “casa híbrida” resume bem os resultados gerais encontrados nesta pesquisa. O estudo comparativo, tanto dos usos quanto das características físicas das habitações estudadas, principalmente quando colocados num amplo contexto sociocultural que embasou a investigação, atestou sinais tanto da permanência da tradição, aqui associada ao mundo rural e das pequenas cidades do interior do Rio Grande do Norte, como da mudança, típica de um ambiente mais urbano.

Antes de apresentarmos esses sinais, é preciso fazer, porém, duas pequenas ressalvas. Em primeiro lugar, evitamos qualquer distinção, seja da tradição seja da mudança, nos sinais apontados, como se eles constituíssem dois grupos de realidades completamente opostas, estanques, dicotômicas. A realidade é, evidentemente, bem mais complexa, pois não é possível afirmar, de forma categórica, nem à época do estudo nem muito menos hoje, que um determinado sinal só existia em área rural ou só em área urbana. O que é inteiramente possível afirmar, contudo, é que eles representam tendências que apontam ora para o mundo rural, da tradição, ora para o mundo urbano. Não pretendíamos ir além dessa constatação, e acreditamos que atingimos esse objetivo.

A segunda ressalva é de natureza histórica. O leitor familiarizado com a história da arquitetura, em particular da



FIGURA 58
Comunidade da
Árvore; vista
parcial da Rua
Nossa Senhora da
Conceição (1989).²⁵⁶
Fonte: acervo
pessoal.

arquitetura residencial, percebe, claramente, na descrição do mocambo, fortes sinais de que esse tipo de habitação vernácula fez parte de nosso passado colonial, como não poderia deixar de ser, aliás, considerando a própria essência da arquitetura vernacular, que é tradicional por essência e avessa a grandes mudanças. A disposição interna do mocambo, por exemplo, é em grande parte semelhante à da casa colonial, mesmo urbana. Isso pode servir de argumento à alegação de que a influência do que nesse trabalho considera-se “rural” é, de fato, colonial. A origem rural do morador não seria, portanto, um fator causal de explicação da permanência do tradicional, mas sim a herança cultural da civilização brasileira como um todo, que remonta ao período colonial. Ora, mais uma vez, não é possível fazer tamanha distinção. É possível, porventura, separar o rural do colonial na arquitetura vernácula do mocambo? O fato de o mocambo ter suas origens sobretudo africanas, mas também indígenas e mesmo portuguesas, como vimos, não significa,

precisamente, que ele é também uma invenção colonial em terras brasílicas? Portanto, apontar razões históricas como causa da permanência é inteiramente válido, mas isso não elimina o viés rural da análise, antes o reforça, uma vez que o mundo rural é o lócus da permanência por excelência dos valores historicamente constituídos. O mocambo é, aliás, uma das provas contundentes dessa afirmação.

Com essas duas ressalvas, indicamos, a partir de agora, os sinais de tradição e de mudança nos aspectos físicos e formais das casas estudadas na Comunidade da Árvore. Alguns deles aproximam-se mais da tradição, outros da mudança, como será visto a seguir.

Sinais visíveis da tradição

O presente estudo demonstrou que, no momento do estudo, algumas características físicas das habitações rurais permaneceram nas habitações urbanas, construídas por imigrantes de origem rural. Mesmo quando estas últimas passaram por reformas, essas características pouco alteraram-se. São elas:

O lote

Exceto quando exigido pelas imposições do espaço urbano, as características do espaço físico da habitação demonstram grande influência rural. Essas características que atestam a tradição são descritas a partir de valores médios, no intuito

257 Em primeiro plano, a árvore que serviu de nome de batismo para o local, "Comunidade da Árvore", apenas para efeito deste trabalho. Ela não existe mais.

de simplificar a exposição dos resultados. Referimo-nos ao lote, porque suas dimensões em geral coincidem com as dimensões da própria casa, que o ocupa na sua totalidade.

Testada do lote: As medições feitas demonstram que a influência rural esteve presente, quando ela foi delimitada. 61,76% de todas as casas tinham entre 3 m e 5 m de frente, ao passo que a frente média do mocambo gira em torno de 5 m. Quase metade de todas as casas, porém, tinham entre 3 m e 4 m de frente (41,17%). Em outras palavras, se as medições apontam para dimensões próximas às da casa rural, elas tendem a ser menores na casa urbana. Isso significa que os ambientes internos também diminuíram, ou “encolheram”, em sua largura. O valor da terra e a densidade de ocupação, maiores em área urbana, explicam essa tendência a uma frente menor do lote. Há, porém, casas com mais de 5 m de frente (17,65%).

Comprimento do lote: As casas estudadas guardam um comprimento muito próximo ao do mocambo. Também tendem a ser menores, com a maioria deles tendo entre 5 m e 7 m de comprimento (41,11%). 61,76% de todas as habitações têm entre 5 m e 8 m. Esses resultados demonstram que a noção tradicional dos moradores quanto ao comprimento da casa foi, em parte, responsável por esses valores. Mais uma vez, elas diminuíram, ou “encolheram”, no sentido do comprimento em razão das pressões do meio urbano, o que também resultou em ambientes internos menores no sentido do comprimento.

A relação testada/comprimento do lote: Essa relação é espantosamente semelhante. 61,76% de todas as casas levantadas têm entre 3 m e 5 m de frente. As que têm entre 5 m e 8 m de comprimento atingem, igualmente, 61,76% do total. Há

alguma coincidência até entre outros grupos de casa, seguindo a ordenação feita para a pesquisa. A partir desses valores, pode-se afirmar que as casas urbanas estudadas têm, em média, 4 m de frente por 6,5 m de comprimento. Mais uma vez, a relação com o rural manifesta-se. Também retangulares, suas dimensões médias aproximam-se das do mocambo (5 m x 8 m), ainda que aquelas sejam menores. Mais importante ainda, a relação testada/comprimento é, exatamente, a mesma, ou 1,6, tanto para as casas estudadas, considerando o seu tamanho médio de 4 m x 6,5 m, quanto para o mocambo, com seus 5 m x 8 m. A casa urbana não apenas “encolheu”, devido às pressões do meio urbano, mas, o que é deveras espantoso, manteve a relação proporcional entre frente e comprimento da verificada para o mocambo.

A área: as áreas construídas são, naturalmente, uma consequência das considerações anteriores. Com as dimensões médias apresentadas, a casa urbana tem área de 26 m² (4 m x 6,5 m), menor, portanto, do que os 40 m² de área média do mocambo (5 m x 8 m).

Os dados comparativos analisados, relativos ao tamanho dos lotes e, por conseguinte, das casas estudadas, demonstram fortes relações com o mocambo, seja em termos de sua forma retangular, mas também de suas dimensões e das proporções entre ambas. Evidentemente, essa constatação por si só não é suficiente para chegarmos à conclusão da influência da tradição nas casas estudadas. É na relação que esse item mantém com vários outros, não somente físicos das próprias habitações estudadas, mas também do ponto de vista da análise sociocultural de seus moradores, que podemos afirmar com relativa segurança que essa relação com o tradicional faz-se bem presente.

A disposição e distribuição dos ambientes

Número e tipo de ambientes: O número de ambientes em si não é suficiente para atestarmos a influência rural nas habitações estudadas. Suas dimensões diminutas são comuns a qualquer casa de extratos sociais de baixa renda, tanto em áreas rurais quanto urbanas, observação válida também para os ambientes. Em qualquer situação, rural ou urbana, os tipos de ambientes são os básicos, em se tratando dessa população, limitando-se, quando muito, à sala de estar, ao quarto e à cozinha. Algumas das casas estudadas sequer dispõem de banheiro.

Disposição e arranjo dos ambientes: Neste ponto, porém, a força da tradição rural manifesta-se visivelmente. Todas as casas estudadas demonstraram, com maior ou menor grau de semelhança, o arranjo típico encontrado no mocambo. Até mesmo quando a forma e as dimensões do lote exigiam adaptações, e mesmo após reformas, essa disposição persistiu, com exceção das habitações de um ou dois ambientes encontradas na comunidade, visto que esse número tão reduzido impossibilita qualquer comparação. O primeiro ambiente é sempre a sala. Um corredor, ou hall, liga a sala à cozinha/sala de jantar. Entre elas, situa-se um quarto, ou dois. Às vezes, o corredor não se separa do quarto, este cumprindo também a função daquele, devido à estreita largura da casa. A planta tendendo ao quadrado, dividida em quatro ambientes, também pode ser associada a determinados tipos de planta do mocambo, algo que constatamos apenas posteriormente à realização da pesquisa²⁵⁸. O banheiro, quando existe, situa-se na parte de trás. Sempre que o es-

258 Ver o modelo "quadrado" de planta baixa na Figura 38 e na Figura 57.

paço permite, esse banheiro separa-se da casa, no pequeno quintal. Poucas casas têm varanda frontal ou posterior. Essa ausência explica-se, em grande parte, pela insuficiência de espaço no lote, devido à sua localização urbana (Figura 57).

Portas e janelas: As poucas aberturas para o exterior são uma forte indicação da tradição. Várias casas não têm sequer uma janela, nem mesmo na fachada. Quando estas existem, sua localização é tradicional, compondo, com a porta, a fachada típica. Há uma porta na parte de trás, quando possível, e portas internas são raramente encontradas. As janelas rústicas, de uma folha, e as portas divididas em duas partes atestam a tradição. Mesmo quando essas portas rústicas são substituídas por portas feitas em marcenarias, elas reproduzem esse modelo.

Paredes internas: Elas nunca alcançam o telhado, deixando sempre um vazio entre elas e a cobertura. O vazio que se forma é usado, às vezes, para a estocagem de materiais de construção. Alguns pontaletes colocados sobre essas paredes sustentam a cobertura. Essas características são típicas das habitações rurais.

Sinais visíveis de mudança

Com o passar do tempo, as casas urbanas erigidas por pessoas de origem rural também demonstram sinais de mudança. A pesquisa demonstrou que, para alguns itens, esses sinais são particularmente visíveis.

Contudo, primeiramente, é preciso considerar que algumas mudanças (mas também algumas permanências) pouco ou nada têm a ver com a questão da tradição ou da mudança sociocultural de seus moradores. Elas decorrem muito mais

de meras adaptações impostas pelo exíguo espaço urbano onde as casas foram construídas e estão localizadas. Assim, muitas casas têm seus telhados em uma única água, caindo dos fundos em direção à fachada, fugindo ao modelo do mocambo típico. Muitos telhados apoiam-se no muro da Escola Nestor Lima, que define o limite posterior do lote de várias delas, muro que é incorporado, assim, à casa, como sua “fachada” posterior. Essa forma de telhado também se justifica pelo fato de as casas serem quase sempre geminadas, disposição que também as impedem de terem janelas nas paredes laterais e, frequentemente, nos fundos. Poucas casas dispõem de varandas, ou “puxados”, na frente ou atrás, outra mudança que decorre, certamente, das limitações do meio urbano. A localização do banheiro dentro da casa também resulta das mesmas limitações. Cabe-nos perguntar até que ponto essas casas pareceriam ou haveriam parecido ainda mais, ou não, com o mocambo, se seus moradores houvessem tido maior liberdade de expressão em sua construção. A resposta só poderia ser obtida por intermédio de um estudo semelhante, aplicado a outros assentamentos em que essas limitações físicas, eventualmente, não existissem. De qualquer forma, muitas mudanças verificadas não dependem das limitações do meio urbano, e são elas que mais interessam ao presente estudo.

Materiais de construção: Esse item representa um dos mais visíveis sinais de mudança. Como verifica-se, geralmente, em assentamentos precários, houve, na Comunidade da Árvore, um processo de melhoria progressiva das condições de habitabilidade, que se revela inclusive na melhoria dos materiais de construção utilizados. Segundo nosso estudo, esse processo ocorreu em três etapas, que, em parte,

sobrepõem-se, cronologicamente, de modo que, à época do levantamento, ainda se encontravam indícios e elementos da primeira delas. No entanto, elas são suficientemente distintas para permitir uma classificação.

Assim, na primeira etapa, os moradores, recém-chegados do interior ou de outro local da cidade do Natal, construíram seus barracos com materiais de refugo ou lixo urbano: papelão, madeira, painéis de metal, telhas onduladas velhas e outros materiais facilmente encontrados na cidade. As casas, na verdade barracos, tinham, assim, um caráter transitório. Em geral, não deviam durar muito e eram encaradas mais como um abrigo imediato para os recém-chegados.

Na segunda etapa, as técnicas e os materiais construtivos empregados foram, em geral, os mesmos dos do mocambo: paredes de pau-a-pique, chão de terra batida, cobertura de palha, ainda que outros materiais, inclusive telha, já pudessem ser utilizados. Embora não seja possível determinar períodos para cada uma das etapas, é certo que as casas dessa segunda etapa devem haver permanecido assim por um longo tempo. Vários moradores entrevistados disseram que, não fazia muito tempo, muitas casas ainda eram de taipa. Nessa fase, certamente, as casas eram muito “rurais” em sua aparência. Na terceira etapa, poucas são as exceções aos seguintes materiais comumente utilizados: piso cimentado,

FIGURA 59
Comunidade da Árvore; as três fases esquemáticas (técnicas e materiais de construção).
Fonte: Teixeira (1990, p. 69-70).



paredes de tijolos e telhado na cobertura. Mesmo que sejam precárias, as casas passaram a ter uma aparência mais sólida do que anteriormente. Muitos moradores ainda guardavam materiais de construção para uso futuro, o que demonstra que o processo ainda não havia terminado.

Fachadas: São um grande sinal de mudança. Apesar da tradicional porta e uma janela, a maioria dos elementos e adornos da fachada indicam a mudança. São eles: a) A platibanda, escondendo o telhado, algo que não se encontra nas casas rurais típicas do mocambo; b) Adornos com clara preocupação estética e funcional, como o chapisco nas paredes externas, geralmente em sua parte inferior; c) O muro frontal: algumas casas dispõem desse elemento, numa clara

FIGURA 60

Comunidade da Árvore; a fachada como sinal de mudança (1989). Fonte: acervo pessoal.



preocupação de privacidade em relação ao mundo exterior, ainda que se trate de famílias de baixa renda; d) A fachada em formato retangular, mesmo na ausência de platibanda, é, provavelmente, um sinal de modernidade, fugindo assim ao modelo do mocambo, que dispõe quase sempre de uma empena ou frontão, de onde caem as duas águas do telhado.

Mobília: Como todos os itens analisados, a mobília demonstra sinais tanto de tradição quanto de mudança. Se ela foi incluída nos sinais de mudança, é porque verificamos que se trata de uma tendência predominante.

Ainda que a mobília, os equipamentos e os acessórios do lar façam várias referências ao mundo rural, o que é admirável, considerando a antiguidade do assentamento, os sinais de mudança são bem presentes: aparelhos de TV, rádios, liquidificadores e outros equipamentos eletrodomésticos são comuns; armários de sala e de cozinha, estantes, guarda-roupas e outros itens são sinais visíveis de mudança, que não é somente qualitativa, mas também quantitativa, em relação às casas rurais. Isso, associado ao tamanho menor das casas urbanas, gera o problema da falta de espaço. A mudança no padrão e na quantidade dos móveis e equipamentos internos reflete, por sua vez, uma melhoria nas condições socioeconômicas dos moradores da Comunidade da Árvore.

Infraestrutura urbana: A ausência total de infraestrutura caracterizou os primeiros anos do assentamento. Não se deve esquecer que ele localizava-se, então, nos limites da cidade, onde a infraestrutura urbana é, em geral, ausente. Com o passar dos anos, à medida que se melhorava o padrão técnico-construtivo das casas, essa infraestrutura também se tornava acessível, num típico exemplo da integração

urbana de áreas periféricas mencionadas por Câmara Cascudo, referindo-se a Natal.

De acordo com alguns moradores, a água encanada foi instalada em 1971, sendo a primeira melhoria desse tipo na comunidade. Antes, elas pegavam água num poço próximo, uma prática comum em áreas rurais. Em 1974, foi instalada a rede elétrica e a iluminação chegou nas ruas e nas casas. Após anos de reivindicações, as duas ruas da comunidade foram pavimentadas pela prefeitura, durante o período de levantamento de dados da pesquisa (1988-1990), mesmo sem o sistema convencional de esgotamento sanitário, os moradores fazendo uso de fossas sépticas, aliás, como ocorre na maior parte da cidade. Essas melhorias foram em grande parte possíveis graças à localização urbana das casas estudadas.

O presente trabalho focou a habitação urbana informal do ponto de vista sociocultural. Algumas perguntas impõem-se, como reflexão final: até que ponto devem-se preservar os tipos tradicionais de habitação de uma determinada cultura? Se existem contradições entre os valores da tradição e as preocupações com a higiene e o conforto, quais deles devem ser mais importantes? Qual o papel da tecnologia e dos materiais industrializados numa habitação tradicional? Retomaremos algumas dessas questões nas considerações finais deste trabalho. Por enquanto, limitamo-nos a constatar que o processo de desenvolvimento tem afetado, profundamente, os tipos de habitação tradicional ou vernácula no Brasil, e que nem todas as consequências desse processo são necessariamente boas, desejáveis ou positivas. A arquitetura vernacular e o mocambo, em particular, ainda têm muito a nos ensinar.

Algumas reflexões adicionais

Associamos, no trabalho original, ambos os grupos de sinais de tradição e mudança a questões de ordem cultural, mas também econômica, dos moradores, mas aqui nos limitaremos a apontar esses sinais, com algum comentário eventual sobre esses aspectos explicativos mais amplos. Novamente, lembramos que os resultados referem-se à comunidade e, sobretudo, aos chefes de família entrevistados, que ali viviam à época da realização do estudo.

Talvez o maior sinal de mudança cultural dos moradores detectou-se na opinião deles em relação à localização urbana e a suas habitações. Eles estavam bastante satisfeitos com o local em que viviam: perto de escolas, trabalho, hospitais, com acesso a transportes públicos e assim por diante. Cabe lembrar que a pesquisa foi realizada entre 1988 e 1990. Quando os primeiros moradores ali chegaram, no início da década de 1950, a área era periférica, ocupada por sítios, bem diferente do que era por volta de 1990, quando já estava completamente inserida na malha urbana da cidade. Suas queixas sobre as habitações, no entanto, eram muitas, e a maioria deles mudaria para outra casa, se pudessem, “mas não para um lugar distante!”. Essa atitude explica por que eles pareciam ansiosos em reformar suas casas. A esse respeito, eles tinham boas razões para estarem insatisfeitos, uma vez que elas apresentavam muitos problemas, forçando-os a conceber soluções criativas para lidar com eles.

Quando comparada à fachada mais tradicional do mombombo, a das habitações pesquisadas exibia vários elementos de mudança. Cores vivas, a forma retangular, a qualidade dos componentes, a platibanda e o chapiscado na parede

frontal, todos representavam um esforço visível para dar uma melhor aparência a partir da rua, embora tais mudanças as aproximassem bastante das casas das pequenas cidades do Rio Grande do Norte. Isso nos faz lembrar as diretivas expressas nas leis municipais do século XIX, relativas à imposição de uma nova estética, especialmente nas fachadas do casario urbano, inclusive quanto ao uso de materiais “nobres”, como o tijolo, tal como vimos no Capítulo 7. As habitações localizadas nas pequenas cidades do Rio Grande do Norte também apresentavam, assim, um fenômeno semelhante, ao que parece, de modo um tanto quanto artificial, já que havia uma imposição. Em áreas rurais, não há tanta preocupação com a estética da fachada. Elas são, quando muito, apenas caiadas de branco. Aliás, nas casas da Comunidade da Árvore, a preocupação com a aparência das casas a partir da fachada estende-se aos ambientes ditos sociais, como a sala de estar. Era o ambiente onde se encontrava o melhor mobiliário. Ele era geralmente limpo e organizado e, de alguma forma, contrastava com os demais ambientes. Com certeza, tratava-se de um esforço para dar uma boa impressão, especialmente aos visitantes.

Algumas casas tinham muros de tijolos em sua frente, criando assim um espaço frontal privado. Nas áreas rurais, cercas delimitavam terrenos ao lado das habitações, não na frente. Por outro lado, muros são muito comuns nas residências de pessoas de maior padrão socioeconômico, e para quem a privacidade é uma preocupação importante. É muito provável que os moradores inspiraram-se em classes sociais mais abastadas, mas é estranho ver habitações com uma testada frontal do lote e, conseqüentemente, com fachada muito estreita acompanhada de muro frontal.

As melhorias das habitações nunca haveriam ocorrido, se seus moradores não aspirassem por isso, obviamente. No início, essas habitações eram simples barracos, construídos com todo tipo de materiais reciclados. Posteriormente, elas passaram a não diferir muito das habitações do entorno. Nas áreas rurais, essa preocupação com melhorias é menos comum, e um dos motivos reside no fato de que a casa rural é mais suscetível de ser abandonada do que a casa urbana.

A existência de alguns tipos de mobiliário pode ser interpretada como uma tentativa, por parte dos moradores, de demonstrar que a sua condição econômica não era, afinal, tão ruim. Um exemplo eram os eletroeletrônicos, como os aparelhos de som. Em algumas residências, esses equipamentos e suas caixas de som possantes pareciam fora do lugar. Outro exemplo eloquente era o carrinho com barzinho de bebidas, encontrado em várias casas. O carrinho, sobre rodas, expunha, orgulhosamente, uísque e outras bebidas alcólicas. É importante lembrar que isso pode se explicar também, ou sobretudo, pelas gerações posteriores dos chefes de família, filhos e netos que, ao contrário dos seus genitores, não tinham origem rural, havendo nascido e crescido na cidade.

À época do estudo, os moradores exerciam atividades de trabalho informais: eram costureiras, empregadas domésticas, operárias da indústria têxtil, vigias, serventes e pedreiros da construção civil. Alguns desses trabalhadores tinham carteira assinada. Os filhos, às vezes, ajudavam no orçamento familiar, como lavadores de carros na rua, por exemplo. Mesmo sendo uma força de trabalho extremamente barata, os moradores da Comunidade da Árvore estavam em melhor situação do que os que vivem em áreas rurais,

e as melhorias nos padrões socioeconômicos o comprovam. As transformações da fachada e a melhoria dos materiais de construção das casas, por exemplo, são mais facilmente obtidas no ambiente urbano. A proximidade das fábricas na cidade, por exemplo, reduz os custos de transporte. Mais importante ainda, a cidade oferece muitos restos de materiais que os migrantes utilizam para a construção dos barracos, na primeira fase de sua ocupação. Outras fontes para a obtenção de materiais de construção são os grupos religiosos, empregadores generosos e, acima de tudo, as negociações políticas entre moradores e candidatos a cargos públicos, em períodos de eleição. Os materiais também são obtidos por compra.

Há duas razões que podem explicar o processo de melhoria dos materiais de construção, tal qual observados nas casas da Comunidade da Árvore, uma econômica, outra cultural: 1) A disponibilidade de materiais de construção é maior na cidade. Não é o caso das áreas rurais, onde, geralmente, eles constroem seus mocambos, usando terra e vegetação apenas, ou, ocasionalmente, tijolos; 2) O desejo de melhorar a qualidade das habitações em um ambiente urbano é, provavelmente, maior do que nas áreas rurais.

Algumas características físico-espaciais chamam a atenção. Vale ressaltar, inicialmente, que não havia qualquer divisão de lotes antes da chegada dos primeiros moradores da comunidade, que nasceu como um assentamento informal. Além disso, os migrantes chegaram aos poucos, ao longo do tempo. Como explica-se, então, a semelhança nas dimensões das casas, especialmente as fachadas? Como explicar o formato retangular para a maioria das habitações? Em relação ao comprimento delas, porém, é verdade que havia

limitações, pois o muro da escola Nestor Lima delimitava a parte posterior do lote, e a rua, a parte frontal, na maioria das casas do assentamento.

Outro sinal de tradição está nas poucas aberturas para o exterior. Pode-se argumentar que, sendo geminadas, elas não permitiam, naturalmente, janelas laterais. Vários exemplos foram encontrados, no entanto, de habitações em cujas paredes uma janela poderia haver sido fixada sem interferir nas habitações vizinhas. Algumas casas não tinham, à época do estudo, nenhuma janela nem mesmo na fachada frontal. Encontramos vários exemplares desse tipo.

Um último aspecto que pode remeter à tradição vernacular dessas habitações está nos quartos. Certamente, o espaço não permitia maiores inovações. Mesmo assim, a distribuição e o arranjo dos ambientes em planta (sala + quarto + cozinha/sala de jantar + eventualmente um quintal + banheiro) eram muito repetitivos, mesmo em habitações que não assumiam um formato retangular em planta.

A adaptação ao ambiente urbano foi a principal causa detectada para as alterações nos aspectos físicos das habitações. O telhado em uma água, inclinando-se para a fachada, é uma delas. Como as habitações são geminadas, a drenagem da água da chuva é, nesse caso, geralmente direcionada para a fachada, já que nas laterais existem outras habitações, e os pequenos quintais, quando disponíveis, ficariam inundados em dias de chuva. Além do mais, as pequenas dimensões da casa não justificariam duas águas, caindo para frente e para os fundos.

A ausência de janelas também pode ser parcialmente explicada como uma adaptação urbana. A forma que algumas habitações assumiram é mais um sinal da mudança

decorrente do espaço físico. Há muito pouco espaço para terraços frontais ou posteriores (quintais) nas casas da Comunidade da Árvore. A localização do banheiro no interior da habitação, embora fique nos fundos, é outra adaptação urbana. Portanto, quando se trata do espaço físico de habitações, a permanência dos valores tradicionais, rurais, dos moradores são fatores determinantes. As mudanças, como observado, resultam, basicamente, da adaptação ao meio urbano.

Tendo em vista aspectos culturais e econômicos que colaboram para processos de mudança, como analisado no trabalho original, as habitações passam por várias transformações, especialmente em termos de materiais de construção, da fachada e do mobiliário. No entanto, parece muito mais difícil mudar a sua concepção e o seu arranjo geral em planta, altamente influenciados pelo passado rural dos moradores. Esses elementos demonstram a força da tradição no ato de morar dessas populações.

A presente análise leva-nos à conclusão de que as habitações da Comunidade da Árvore são um exemplo típico de um tipo híbrido de casa. Se a influência das habitações rurais é suficientemente evidente para ser negligenciada, as transformações por que elas passaram ao longo dos anos são suficientemente fortes para desfigurar suas características tipicamente rurais. As causas intrínsecas para um tipo misto ou indefinido de habitação são de natureza cultural e econômica, mas também se encontram, parcialmente, nas limitações físicas do espaço urbano em que ele se encontra. Metaforicamente, pode-se dizer que as habitações da Comunidade da Árvore estão passando por uma crise de identidade cultural. Em seus aspectos físicos e características,

essas casas não são nem rurais, nem urbanas. Ou, ainda, elas não são nem tradicionais, nem “modernas”. Na verdade, parecem ser os dois tipos e nenhum em particular.

Cabe nos perguntar sobre a continuidade, ou não, desse processo, nos últimos trinta anos, desde a realização da pesquisa. A esse respeito, não retomamos a análise no sentido de verificar, por exemplo, se na comunidade ainda habitam os mesmos moradores ou seus descendentes diretos, aspecto fundamental para a continuidade do estudo. O que pudemos perceber – e que fique evidenciado que essa observação baseia-se, tão somente, na percepção visual atual das transformações físicas do lugar – é que o processo de tradição e mudança de certo modo permanece. Para além da transformação da área como um todo – que se verifica, por exemplo, por meio da instalação de novos edifícios de uso comercial ou outro, nas proximidades, inclusive ocupando o antigo terreno onde se situava a árvore que nos serviu para batizar a área de estudo –, parte do casario estudado permanece intacto. Pelo menos é o que percebemos, a partir das fachadas e da volumetria geral. Outras casas foram profundamente reformadas, ou aparentemente demolidas e reconstruídas por completo, em mais de um pavimento e com características, materiais e acabamentos que as distinguem, completamente, das habitações que substituíram. É possível que seus moradores antigos hajam vendido suas casas para outros de padrão socioeconômico mais elevado, ou que esses antigos moradores ou seus descendentes diretos melhoraram de tal modo esse padrão, nos últimos anos, que conseguiram modificar por completo suas moradias.

Duas figuras da situação atual mostram essa dupla realidade. Enquanto a Figura 61 apresenta as mesmas casas



FIGURA 61
Comunidade da
Árvore; casas que
permaneceram
as mesmas (1989-
2019). Fonte: acervo
pessoal.



FIGURA 62
Comunidade da
Árvore; casas com
intenso processo
de mudança (1989-
2019). Fonte: acervo
pessoal.

de trinta anos atrás, a Figura 62 descortina casas bem diferenciadas, na mesma Rua Nossa Senhora da Conceição, onde estão as anteriores. É suficiente comparar essa última figura com a imagem superior da Figura 60, que representa, aproximadamente, o mesmo trecho da rua, para perceber a intensidade dessas transformações. Evidentemente, estamos tratando apenas do aspecto das fachadas, por isso

não temos como saber até que ponto – ou mesmo se – essas casas ainda guardam algum resquício do passado. Aparentemente, porém, parece difícil considerá-las casas híbridas, como constatamos ao final do estudo aqui tratado, em 1990. Elas inserem-se no que, mais provavelmente, poderíamos chamar de casas inteiramente modernistas.

Como nota final, cabe ressaltar que, ao longo dos últimos trinta anos, desde que esse estudo foi realizado, o processo de transformação da casa tradicional, vernácula, fruto por sua vez de transformações socioculturais de seus moradores, tem atingido não somente a casa urbana, como revelam as casas da Comunidade da Árvore, analisadas neste capítulo, mas também a casa rural. Para o bem ou para o mal, com distorções ou não, elementos inerentes ao processo de modernização capitalista, em suas dimensões socioeconômica, cultural e tecnológica, também chegaram às pequenas cidades do interior e ao campo, atingindo e transformando também os modos de morar tradicionais, particularmente ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, a crer não somente na simples percepção de qualquer visitante mais atento aos centros históricos da cidade interiorana atual, mas também nos estudos mais recentes desenvolvidos desde então e citados neste trabalho, referentes à casa rural. Assim, tanto as casas urbanas que começam a modernizar-se ainda no século XIX, como vimos no Capítulo 7, como a casa-sede de fazenda ou a casa-grande de engenho, ambas no mundo rural, analisadas nos Capítulos 6 e 8, respectivamente, apresentam, em períodos mais recentes, sinais de mudança semelhantes aos que temos analisado para a Comunidade da Árvore. O combate a alguns tipos de casa tradicional, também objeto de nossa reflexão no Capítulo 7,

é outro aspecto inerente a esse processo. A incorporação de mobília ou de utensílios eletrodomésticos, o uso do vidro, da cerâmica e de outros materiais industrializados, as instalações modernas, como o banheiro no interior da casa, são transformações que poderíamos considerar tipicamente “urbanas” em sua origem, mas que têm se difundido também nas pequenas cidades e mesmo nas áreas rurais.

Estudando duzentos e oitenta e seis assentamentos rurais de Reforma Agrária do INCRA no Rio Grande do Norte, mas aprofundando-se em seis deles, Maria Cândida Teixeira de Cerqueira fez algumas constatações também sobre as casas dos assentados que dialogam com essas questões. Mesmo considerando que as casas dos assentamentos rurais estudados não se encaixem em nossa definição de arquitetura vernacular, uma vez que foram, em sua imensa maioria, casas projetadas por técnicos do INCRA, a autora identificou em seu estudo elementos que tanto apontam sinais de tradição como de mudança, segundo os termos que temos utilizado aqui. No primeiro caso, isso é perceptível, por exemplo, no fato de que em muitos dos assentamentos rurais analisados, as casas projetadas pelos técnicos do INCRA sofreram modificações pelos próprios moradores que as aproximam do mundo e da realidade rural, mais tradicional. O acréscimo de alpendres, por exemplo, onde os assentados costumam guardar utensílios de trabalho no campo, e que também são utilizados como espaço de convívio entre eles, é muito comum nessas casas, entre outras modificações apontadas. Contraditoriamente, também acrescentam sinais de mudança, por exemplo, nos muros altos que alguns moradores construíram na frente dos lotes, normalmente de grandes dimensões, quando

comparados aos lotes urbanos, e que em áreas rurais são tradicionalmente separados entre si no máximo por cercas. Esses muros altos – uma tendência bem atual, justificada, com frequência, por razões de segurança – são dotados de desenhos e acabamentos relativamente sofisticados para uma área rural, que, enganosamente, parecem indicar que são “casas da cidade”. A incorporação de móveis “modernos” e eletrodomésticos também apontam na mesma direção (Cerqueira, 2019).

O estudo da Comunidade da Árvore e, mais recentemente, o dos assentamentos do INCRA, suscitam, de forma indireta, um tema particularmente caro à antropologia social, revelada na relação entre a homogeneização e a sua antítese, a heterogeneização. Em fins da década de 1980, George Ruben Oliven (1989) já assinalava que a urbanização e o avanço nas redes de comunicação acentuavam um processo de homogeneização cultural, “[...] aprofundando ainda mais a uniformização dos hábitos e atitudes da população” (*op. cit.*, p. 81). Ora, a questão não é tão simples, porque, continua o autor,

os membros de uma sociedade complexa partilham de um patrimônio cultural comum, mas têm, por sua vez, inúmeras diferenças derivadas de vivências próprias. Diferentes concepções e visões de mundo convivem numa sociedade deste tipo. Nestas sociedades, nas quais a noção de indivíduo é central, há uma constante negociação de identidades sociais [...] elas são formuladas a partir de diferenças (Oliven, 1989, p. 86).

Em outras palavras, se, por um lado, a homogeneização tende a diminuir as diferenças inclusive entre cidade e campo, particularmente com o avanço do capitalismo neste último, algo que também pode ser visto como um dos efeitos

do processo de urbanização ou, em sentido mais amplo, da própria globalização em moldes ocidentais, há, por outro lado, uma resistência que tende a manter a heterogeneização social e cultural. No que diz respeito à arquitetura vernacular – nosso objeto de estudo –, ela insere-se, completamente, nesse debate geral, na atualidade, sobretudo. Nos dois casos mencionados – o da Comunidade da Árvore e o dos assentamentos do INCRA –, esses dois processos de homogeneização e heterogeneização convivem lado a lado.

Essas considerações levam a questionarmo-nos se, e até que ponto, a “tradição”, termo utilizado, genericamente, para referirmo-nos aos diferentes tipos habitacionais tradicionais, desenvolvidos na longa duração no Rio Grande do Norte, tem permanecido – e, por que não dizer, até prova em contrário – também em outros estados nordestinos. As mudanças detectadas no estudo de caso da Comunidade da Árvore e nos demais casos mencionados, assim como o desaparecimento puro simples de outros tipos de habitação, tornam pertinentes a pergunta que intitula esta quinta e última parte: está de fato ocorrendo a desconstrução de uma tradição, no que se refere à casa vernacular, especialmente desde 1950? Esse assunto, já abordado neste capítulo, será retomado no próximo e último capítulo, agora relacionando essa temática com o surgimento e o desenvolvimento da arquitetura moderna no Rio Grande do Norte.

10 A CASA MODERNA: reminiscências e interações com a casa tradicional

Por Edja Trigueiro

Sobre arquitetura moderna

Atendendo, honrada, o convite do Professor Rubenilson Brazão Teixeira, para abordar a “arquitetura moderna residencial no Rio Grande do Norte à luz da arquitetura vernacular”, inicio, aqui, explicitando o que entendo por arquitetura moderna, com o propósito não de acrescentar qualquer reflexão a tema tão discutido, mas de situar o leitor na perspectiva do que acredito ser minha contribuição. Por arquitetura moderna, entendo uma produção de edifícios e espaços abertos, reunindo características morfológicas e técnicas recorrentes, mas não homogêneas, que se vão definindo entre os anos 1890 e 1914²⁵⁹ na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, esboça-se, timidamente, nos anos 1920, pega impulso nos anos 1930 e 1940, ganha algum reconhecimento internacional, ainda nos anos 1940, e nacional, nos

259 Lembrando que o Art Nouveau, florescente no período aproximadamente circunscrito às duas décadas em torno da virada do século XIX para o XX, era referido como “arte moderna” em alguns países, como, por exemplo, a França e a Espanha. Nikolaus Pevsner (1980, p. 42) defende que a arquitetura moderna estava perfeitamente delineada no início do século XX, asseverando que a “finalidade principal [do livro] é provar que o novo estilo, o genuíno estilo do nosso século, já estava constituído por volta de 1914”.

anos 1950, e generaliza-se nos anos 1960, estimulada pela divulgação de imagens da nova capital, Brasília, imediatamente vista como ícone de modernidade. A quantidade e a amplitude da produção considerada moderna, capazes de caracterizar uma época – ou um “estilo internacional” –, acrescidas da elasticidade de tempos e expressões com que essa produção manifesta-se mundo afora, implicam que sua presença está, pelo menos em parte, vinculada a dimensões histórico-culturais e físico-ambientais de pessoas e lugares. Portanto, se aceito o entendimento de arquitetura moderna como manifestação rica em diversidade temporal, regional e social, o da existência de uma arquitetura moderna vernacular advém como corolário.

Arquitetura colonial, neoclássica, eclética, Art Nouveau, Art Déco, moderna, são rótulos necessários para fins cognoscíveis e didáticos, mas de pouca precisão, quanto à natureza material do artefato em si ou quanto aos marcos espaço-temporais de sua ocorrência, diferindo entre autores, grandemente, inclusive nos de uma mesma época e mesma região. Aspectos definidores da arquitetura colonial, por exemplo, estendem-se para muito além do período histórico do Brasil colônia. O neoclassicismo, comumente associado ao Brasil imperial, nunca predominou no cenário urbano nacional, suas características formais amalgamando-se às de herança colonial ou combinando-se à multiplicidade de elementos recriados de estilos, épocas e lugares distintos, desde meados do século XIX, pelo menos²⁶⁰. Atributos formais de algumas

260 A linha de continuidade morfológica entre os estilos colonial e moderno é evidenciada em sucessivas e concomitantes tendências formais da arquitetura eclética, nas quais se podem inserir tendências classicizantes, conforme buscou-se demonstrar em Trigueiro (1989).

(ou várias) dessas tendências misturam-se a outras, abrigadas sob o dístico Art Nouveau, nas décadas em torno da virada dos séculos XIX-XX, e à métrica geometrizada do Art Déco, no início do XX. Por sua vez, o Art Déco, principalmente o disseminado na produção não erudita, pode ser lido como o último dos ecletismos, como manifestação inicial da arquitetura moderna, ou como uma de suas feições.

Por essas, e certamente outras razões, ao aceitar o convite do colega Rubenilson Teixeira, para “tentar demonstrar que a arquitetura moderna residencial no Rio Grande do Norte interage com a casa tradicional”, havendo recebido licença para fugir “aos ditames da arquitetura vernacular”, perguntei-me se essa fuga seria necessária, considerando o tanto que nossa arquitetura moderna acomoda em aspectos herdados de moradias pré-modernistas e a amplitude com que se dissemina pelo país, atravessando espectros geográficos, étnicos e socioeconômicos, em meios urbanos e rurais, desde os anos 1950-60, e século XXI adentro. Na medida em que avança o século XX, a produção arquitetural moderna torna-se “vulgar”, vernácula, portanto, vocábulo que Teixeira²⁶¹ conta-nos vir do termo *vernæ*, referente ao latim vulgar.

Não estou sozinha nesse entendimento que me acompanha desde 1985, pelo menos, início de minha carreira docente, nas lides de registrar arquitetura moderna em observações de campo com os alunos. A amplitude com que a linguagem modernista disseminou-se Brasil afora tem motivado pesquisadores brasileiros e estrangeiros há décadas. A “escala da disseminação do vocabulário e da espacialidade moderna no Brasil” (Lara; Guerra; Santos,

261 Ver Capítulo 1 deste volume.

2020, p. 9), uma “disseminação e penetração ímpares por vários dos estratos sociais, chegando à classe média e, por que não dizer, até as favelas” (*id. ibid.*, p. 100) são temas centrais em escritos de Fernando Lara (*op. cit.*), desde seus estudos doutorais, iniciados nos anos 1990. A propósito do nosso tema, em livro recentemente publicado, aqui referido, inclui-se um capítulo intitulado “Modernismo vernacular – o caso brasileiro”.

Proponho que uma das propriedades definidoras da arquitetura vernacular é a predominância, em sua concepção, de “ideias com as quais se pensa” relativamente a “ideias sobre as quais se pensa”, distinção proposta por Bill Hillier (1994, p. 40-41)²⁶² para o entendimento da lógica social do espaço. No geral da arquitetura que amolda o ambiente construído, as decisões tomadas para sua concepção fundamentam-se mais em um conhecimento introjetado ou absorvido, culturalmente, do que em um conhecimento racionalmente construído. Acredito que a competência construtiva com a qual se produz e reproduz a imensa maioria dos artefatos arquiteturais apoia-se na contínua interação entre atributos herdados de tempos pregressos e novidades, incluindo-se, nestas, as modas mais ou menos passageiras. Tal competência consubstancia-se em continuidades e mudanças

262 “Na língua, podemos distinguir entre ideias *sobre* as quais se pensa, isto é, as palavras e o que representam, e ideias *com* as quais se pensa, isto é, regras sintáticas e semânticas que governam o modo como expomos palavras para criar significados. As palavras *sobre* as quais pensamos nos parecem coisas e estão no nível do pensamento consciente. As estruturas ocultas *com* as quais pensamos têm a natureza de regras configuracionais, porquanto nos dizem como as coisas devem ser juntadas, e funcionam abaixo do nível da consciência. Esta ‘configuração inconsciente’ parece prevalecer em todas as áreas em que usamos sistemas de regras para nos comportarmos segundo modos reconhecíveis como sociais”.

na relação edifício, lote, rua; na feição externa do edifício, seus volumes e superfícies; e, principalmente, no arranjo e na designação de ambientes, os vazios nos quais se vive, estrutura física que expressa e amolda relações funcionais e pessoais, próprias de modos de vida diversos ou afínicos.

Resultam desse diálogo entre “o que se usa” e “o que se está usando” – entre modos de morar e modas de construir –, na cena arquitetural potiguar, desde, pelo menos, os anos 1950, edifícios que apresentam atributos morfoespaciais afiliados, em sentido lato, à produção reconhecida como de arquitetura moderna e, simultaneamente, à de arquitetura pré-modernista, sobretudo a construída durante a primeira metade do século xx. Surgidas paralelamente aos primeiros estágios de desenvolvimento da arquitetura moderna, várias tendências formais abrigáveis sob o rótulo de arquitetura eclética não escapam à sua influência, manifesta em variados meios e graus de intensidade. A constante incorporação de inovações nos cheios de caixas murais e vazios de arranjos espaciais promoveu uma aparente mudança radical na feição do conjunto construído que, se avaliado em perspectiva diacrônica – e guardadas intermitências resultantes de circunstâncias socioeconômicas distintas –, revela uma linha de continuidade atravessando a trajetória de transformação do ambiente construído, independentemente de quão intermitentes sejam os picos e platôs expressivos da introdução de aspectos inovadores em determinados casos e momentos.

Para traçar essa linha de continuidade entre a produção residencial, da arquitetura colonial à moderna, esse capítulo introduz uma breve exposição de aspectos morfoespaciais em casas pré-modernistas, que apontam no

sentido da modernidade e prossegue, destacando traços de permanências e de inovações características da moradia moderna, propriamente dita, à época de sua introdução no Rio Grande do Norte (anos 1940-50), generalização (anos 1950-60) e transformação (1970 e segue), com ênfase para sua disseminação por meio dos espectros regional e socioeconômico. Serão destacados atributos morfoespaciais abordados, conforme: 1) O modo de implantação do edifício no lote, ou como dá-se a relação entre a moradia e o lado de fora; 2) A composição de volumes e tratamento de superfícies, ou sobre o que se vê (e se quer que seja visto) de fora; e 3) O programa funcional ou como os ambientes são concebidos para certos usos designados por rótulos, e comunicam-se entre si, anunciando expectativas sobre quem faz o quê, onde, quando e com quem.

De salas de trás a palanques e salas de jantar

Desde meados do século XIX, pelo menos, residências construídas em arrabaldes, ao redor dos núcleos urbanos centrais, costumavam ter uma relação mais próxima com o exterior – tanto o dos próprios lotes, quanto o dos espaços públicos –, em termos de acesso e visibilidade. Tomando-se como exemplo o caso do Recife, nos arrabaldes, crescentemente preferidos como áreas residenciais, as casas tendiam a apresentar arranjos espaciais expressivos de um modo de morar centrado na família nuclear e em suas relações com visitantes, sinalizando uma ordem hierárquica menos patriarcal, e a abertura para práticas de convívio social mais amplas e diversificadas, relativamente às relatadas nas moradias das áreas centrais. Por volta do segundo quartel do

século xx, quando tais aspectos já parecem consolidados, entram em cena traços morfoespaciais inovadores, característicos da arquitetura moderna, convivendo em construções de aspectos estilísticos tão diversificados quanto os nomes empregados para rotulá-los, então e depois: historicista, neoclássico, eclético, protomoderno, Art Déco, funcional, modernista, moderno, sem contar aqueles direcionados a modelos específicos: chalés, bangalôs, vilarinos, castelinhos.

Nessas moradias, parecem haver sido deixados para trás, o estranhamento, a animosidade ou a franca oposição entre a casa e a rua, tema recorrentemente enfatizado por visitantes estrangeiros recém-chegados ao Brasil e por estudiosos da sociedade brasileira, como Henry Koster (1816) e Gilberto Freyre (1937, 1943, 1975, 1981), autores referidos em várias passagens deste livro. Visões como a de Koster (*op. cit.*)²⁶³ – homem branco europeu, imensamente incomodado com os sons da presença do povo nas ruas do Recife –, implicam no entendimento do espaço público como ambiente povoado por pessoas e comportamentos a serem evitados. Tal noção, que relatos confirmam como havendo sido compartilhada pelas elites locais, reverbera no cenário urbano colonial, e até hoje, em aspectos como o distanciamento entre a rua e a moradia dos mais ricos, outrora nos andares superiores

263 A recorrentemente referida fala de Koster (1978), ao descrever suas primeiras impressões do Recife em 1809, ilustra com força o estranhamento entre espaços privado e público: “um amigo do meu companheiro de viagem procurou imediatamente alguns quartos e nos forneceu cousas de que tínhamos necessidade. Eis-nos, portanto, tranquilamente instalados em nossa nova residência, tão tranquilamente como possa estar alguém quando uma vintena de negras grita sob as janelas, em todos os tons de que a voz humana é capaz, laranja, banana, doces e outras mercadorias para vender” (*op. cit.*, p. 29).

dos sobrados das áreas centrais, que Freyre (1981)²⁶⁴ julga haverem sido “quase inimigos da rua”, e na opção por residir fora delas, em sítios, chácaras e arrabaldes.

Roberto da Matta (2000) propõe as noções *casa* e *rua* como “duas ‘categorias sociológicas’ fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira de uma maneira globalizada” (*op. cit.*, p. 14-16). Entendendo a noção categoria sociológica “[...] como um conceito que pretende dar conta daquilo que uma *sociedade pensa* e assim institui como seu código de valores e ideias” (*id. ibid.*), *casa* e *rua* designariam

entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas [...] espaço que somente define-se e deixa apanhar ideologicamente com precisão quando em *contraste* ou em *oposição* a outros espaços e domínios [...] em oposição ao mundo exterior: ao universo da rua (Matta, 2000, p. 14-16).

Considerando essa perspectiva, mais singular parece ser a cena urbana brasileira protagonizada pela arquitetura moderna entre as décadas de 1940 e 1970, quando se logra atingir um máximo de suavidade nas fronteiras entre casas e ruas, sugestiva de conciliação entre os dois domínios. Entretanto, certa brandura nas interfaces entre espaços privados e públicos está, também, associada à segmentação social crescentemente delineada no decurso da expansão urbana e do surgimento de novas áreas residenciais. A promiscuidade da rua, conforme parecia aos olhos dos cronistas do século XIX, foi sendo “sanitizada” por uma

264 Diz-nos, por exemplo, Freyre (1981): “O patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o sobrado e a rua. E a maior luta foi a travada em torno da mulher” (*op. cit.*, p. 34).

setorização urbana socioeconomicamente ordenada. A associação entre rua e local onde soem “viver os malandros, os meliantes, os pilantras e os marginais em geral” (Matta, 2000, p. 55) tendeu a amainar, nos bairros com predominância de grupos socioeconomicamente privilegiados. Nesse quadro de “ordenamento social”, em casas recuadas dos limites frontais dos lotes e das ruas, seguindo, em parte, ditames da proposição de cidades-jardim (Howard, 1902), em parte, matrizes formais coloniais ou ecléticas, floresce a arquitetura moderna brasileira.

Para Freyre (1981, p. 154), o “sobrado conservou quanto pôde, nas cidades, a função da casa-grande do interior, de guardar mulheres e valores”, mas haveria sido por meio da varanda, do postigo, da janela dando para a rua, dos palanques e caramanchões, nos jardins das décadas em torno da virada do século, que se deu o processo denominado pelo autor de *europaização* (ou *reeuropaização*) da vida da mulher no Brasil. Sobre palanques, disse-me, em 1983, o octogênio proprietário²⁶⁵ de um belo chalé (planta datada de 1924), situado na estrada Real da Torre, no Recife, há muito demolido – onde ainda sobrevivia um dos últimos desses “palanques” debruçados sobre a rua –, que, nas tardes da

265 O proprietário da residência vivera lá desde a infância, quando a casa foi construída por seu pai, conforme conversa ocorrida durante minhas andanças por ruas do Recife para coleta e registro de casos de arquitetura residencial eclética, atividade vinculada à pesquisa “O Eclétismo na Arquitetura Residencial do Recife (1840-1940)”, realizada pela Fundação Joaquim Nabuco, com financiamento conjunto da Fundação e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq. A pesquisa, que conduzi, juntamente com a arquiteta Sonia Coutinho Calheiros, subsidiou minha dissertação de mestrado (Cf. Trigueiro, 1989). Ver, a propósito, publicação recente sobre o acervo documental resultante da pesquisa, em Cantarelli (2020).

sua infância, as mulheres da família reuniam-se ali para conversar, fazer trabalhos manuais, verem e serem vistas.

Nesse chalé, como em tantas casas contemporâneas a ele, convivem aspectos existentes em moradias pregressas que permanecerão em moradias modernas, assim como novidades que as antecipam. Nelas combinam-se, por exemplo, formas neoclássicas (frontões, cornijas, óculos), neogóticas (arcos ogivais), Art Nouveau (elementos de ferro, estuque e vidro), expondo técnicas e materiais de uso ainda excepcional à época, mas que começam a generalizar-se.

Além de múltiplas possibilidades de construir, distintos modos de viver materializam-se na articulação de vazios e cheios, nessas residências de famílias abastadas, surgidas em arrabaldes que se iam integrando ao meio urbano. Na configuração dos espaços interiores, passam a ocupar posição central e área mais ampla, as salas de jantar, como repositório principal de indicadores do *status* da família – vasta mesa cercada de aparadores e cristaleiras, expondo pratos e cristais da casa, cadeiras em couro, lustres e arandelas. Entendendo essa nova sala de jantar como esfera de socialização comumente presidida pela dona da casa, talvez seja lícito vê-la como o espaço em que mais evidenciam-se mudanças socioculturais no âmbito doméstico, considerando-se o retraimento dos cômodos dedicados a refeições nas casas coloniais. Recuadas mais para os fundos dos lotes e/ou nos andares superiores dos sobrados, as “salas de trás” haveriam sido impermeáveis aos olhares de visitantes, conforme relatos de cronistas nacionais e estrangeiros, ou, se abertas a visitantes excepcionais, em raras ocasiões, não incluindo mulheres à mesa.

Em revisões recentes acerca da domesticidade brasileira, questiona-se a generalização da ideia de reclusão e

subserviência como opção única para mulheres que, em realidade, somavam um expressivo contingente de responsáveis pelos domicílios (solteiras, viúvas, separadas)²⁶⁶, vivendo sem a presença masculina. Em alguns estudos, conforme argumenta Paulo Cesar Garcez Marins (2017, p. 51-72), a reclusão do sobrado talvez fosse uma manobra voluntária para a discreta manutenção da independência de mulheres que detinham as rédeas de suas vidas e de seus negócios. Em que pese a propriedade desses argumentos, certo é que, por força ou escolha, o arranjo do espaço doméstico de moradias anteriores ao último quartel do século XIX tende a confirmar tal reclusão, tanto quanto o da produção subsequente a negá-la.

Conservam-se, em grande parte das residências da primeira metade do século XX, como herança de tempos passados, os quartos intercomunicantes, com o quarto principal favorecido em posição e em articulação, situado mais à frente que os demais, conectando-se a cômodos de uso social e a outros espaços, comumente um quarto contíguo e/ou circulação. Acrescente-se, em muitos casos, a regalia da interação – física ou visual – do quarto principal com terraços, jardins, logradouros públicos. Permanecem nos fundos, os espaços de serviço, não raro fora do corpo da casa, em posição em tudo semelhante à das senzalas. Alteram-se, entretanto, relações entre cozinhas e banheiros e as esferas de convívio sociofamiliar (salas e terraços/alpendres): cozinhas aproximam-se das salas de jantar, em muitos casos, mediadas pela presença da copa, geralmente encrustada entre a sala de jantar e a cozinha, e banheiros são, finalmente,

266 Ver, por exemplo, Nascimento *et al.* (2017).

instalados dentro de casa, geralmente contíguos a copas ou cozinhas, permanecendo um banheiro fora da casa para empregados e, havendo mais de um pavimento, outro junto ao acesso aos quartos do andar superior.

Acomodando múltiplas atividades, quase todas capitaneadas pela dona da casa – refeições cotidianas, lições escolares, tarefas domésticas variadas, escuta de programas de rádio –, a copa demarca a fronteira de sociabilidade entre servidos e servidores. Como extensão do setor de sociabilidade entre moradores e visitantes, surgem gabinetes ou escritórios, de uso predominantemente masculino, contíguos ao principal espaço de recepção, a “sala de visita”. Essa disposição parece evocar o reputado caráter masculino do cômodo de receber nos sobrados coloniais.

Esses novos padrões de casa urbana difundiram-se por degraus socioeconômicos, em construções refinadas, casas medianas e modestas, sobretudo, nos novos arrabaldes. Se o parcelamento impunha menos recuos, a relação casa-rua permanecia comumente direta, em acesso ou visibilidade, com a porta principal abrindo para a rua. Em caso de haver afastamento entre a construção e os limites laterais dos lotes, um portão de entrada, alinhado à fachada, tende a localizar-se em um dos recuos laterais, e a porta de acesso à moradia torna-se também lateral, não raro abrindo para a segunda sala, a de jantar. Em qualquer caso, janelas debruçadas sobre a rua estabelecem uma relação de visibilidade com o espaço público, a partir da sala da frente – a de visita – e, frequentemente, também, do quarto principal, relação que antecede e antecipa a entrada do visitante.

Em Natal, a avenida Rio Branco, antiga rua Nova, concentrou, em seu prolongamento da rua Apodi ao Baldo, aberto

em 1916, algumas das moradias mais vistosas da primeira metade do século xx, época em que um ecletismo tardio, talvez protomodernismo, afasta-se de tendências estilísticas mais estreitamente derivadas de temas passados, apontando para aspectos da arquitetura moderna. Sobraram bem poucas, mas algumas que ainda lá estão, como as de números 846 e 866 exemplificam essa transição desde o topo da escala socioeconômica, reunindo uma plêiade de aspectos adotados, em menor grau, escala abaixo.

As casas expõem-se à rua, ainda que dela apartem-se, fisicamente, limites definidos por portões e grades em linhas sinuosas, lembrando motivos Art Nouveau, sobre muros baixos. Terraços, varandas, escadarias e jardins mediam, também, a relação entre espaço público e privado. Há acessos independentes para pedestres e automóvel.

Traços evocativos de tendências neogóticas misturam-se a novidades de inspiração Art Nouveau (na de nº 846) ou Art Déco (na de nº 840 – Figura 63). Combinam-se telhas cerâmicas de capa e canal à movimentada volumetria presente em várias tendências ecléticas, assim como na arquitetura moderna.

Conserva-se a tradicional relação frente-fundos, a frente contendo cômodos socialmente privilegiados, os fundos, abrigando usos e usuários de menor prestígio, tais como cozinhas, áreas de serviço e, principalmente, dependências de empregados. As garagens situam-se na esfera dos serviços, talvez pela necessidade de executarem-se, então, certas tarefas de manutenção dos automóveis, no âmbito doméstico. Na articulação dos espaços interiores, mantêm-se mais elos entre passado e presente de então. Múltiplas portas permitem a reestruturação das partes componentes

do todo, integrando-as ou apartando-as, de sorte que núcleos funcionais podem ser redefinidos. Apenas os banheiros dispõem de uma única entrada. Semelhante plasticidade foi qualidade importante em nossas casas-grandes, cujos interiores requeriam-se funcionar como moradia uni- ou plurifamiliar, hospedaria para visitantes em número e *status* diversos, abrigo de sãos e doentes, local de eventos e ritos de vida e de morte, unidades de produção de bens materiais e simbólicos. A flexibilidade que permite conectar ou apartar ações e atores no âmbito doméstico permanece na grande maioria de residências da primeira metade do século XX, tendendo, entretanto, a desaparecer com o advento da arquitetura moderna.

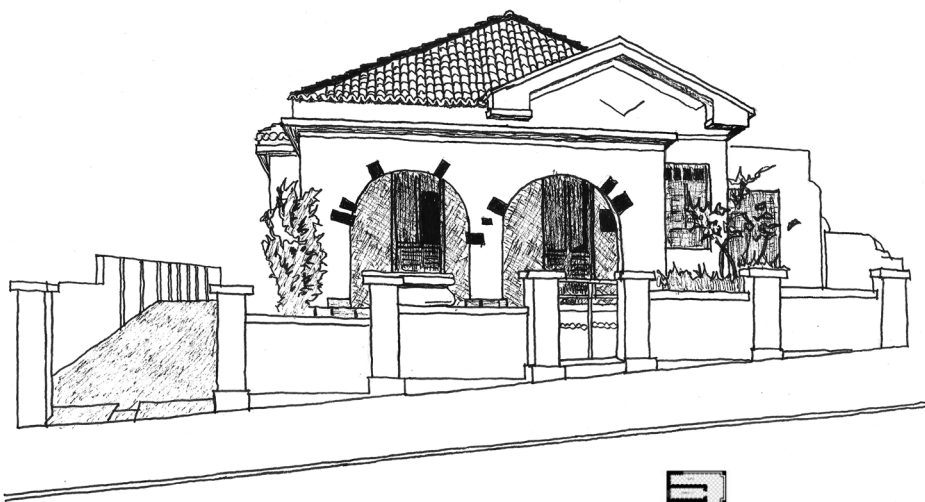


FIGURA 63

Casa na avenida Rio Branco, nº 840, Cidade Alta, Natal; elevação e planta baixa. Fonte: o autor, com base em fotografia disponível em Carmo Júnior (1999); desenho da planta por Ingrid Nogueira.



Menos imponente e, portanto, mais representativa do que se construía dos anos 1930 a 1950, a casa térrea da Figura 63, também na avenida Rio Branco, reúne aspectos característicos da época, quanto ao modo de implantação, composição de volumes e programa funcional. A exposição visual de jardim e terraço ao espaço público, apenas resguardados por muro baixo; a presença de duas entradas, sendo uma para automóvel que percorre toda a lateral da casa; a combinação, na caixa mural, de reminiscências inspiradas em arquiteturas colonial (telhas aparentes de capa e canal em quatro águas) e do norte europeu (perfil do frontão e pedras adornando os arcos); na relação frente-miolo-fundos, abrigando, respectivamente, as esferas social (sala de jantar privilegiada em área), íntima e de serviço; nos quartos intercomunicantes; na presença da copa contígua à cozinha e ao banheiro; e na dependência de empregada, acessível apenas pelo exterior. Aspecto também recorrente é a posição relativa do quarto da frente (usualmente, dos pais), comunicando-se com ambientes sociais (limiar da sala de jantar, no caso) e com um quarto mais resguardado, talvez designado para filhos pequenos. Um terceiro quarto, possivelmente destinado a hóspedes ou filhos crescidos, comunica-se também com o exterior.

Não são incomuns, plantas muito semelhantes a essa, nas quais o quarto do casal (comunicando-se com sala e quarto adjacentes) ocupa a posição da sala de visita. Aqui, a sala de visita ocupa a da sala de jantar (sendo, entretanto, geralmente, menor que ela), e a sala de jantar a do quarto que se comunica com o exterior. Resulta daí uma relação de lateralidade entre as esferas social e íntima (ou noite-dia), acrescentada à relação frente-miolo-fundos. Essa sobreposição

de relações – frente-miolo-fundos (de herança colonial) e de lateralidade dia-noite, típica da moradia brasileira da primeira metade do século xx, estende-se, como será visto, para a arquitetura vernácula moderna.

Em que pese a presença de aspectos inovadores nas moradias da primeira metade do século xx, aqui descritos ou que escaparam a essas notas, volto a assinalar que o conjunto de características arquiteturais remete a raízes histórico-culturais desse povo e desse lugar, ancorando, portanto, a noção de caráter vernacular na arquitetura doméstica. Independentemente da adequação da matéria construtiva às condições climáticas – aspecto extensamente abordado nos capítulos anteriores –, ressalto o contexto dos vazios, da natureza e da articulação dos espaços, como evidências. São espaços que se articulam conforme propriedades resilientes e pervasivas, por serem capazes de amoldarem-se a novas circunstâncias sociotemporais e disseminarem-se no território, acompanhando a crescente ocupação urbana, sem perder sua essência. A propriedade que tem o exterior de aproximar ou afastar moradores e estes, de visitantes –, assinalada pela exposição ao espaço público, pela presença de múltiplos acessos ao interior e pela existência de cômodos só acessíveis através dele –, encontra eco em moradias coloniais de diversas naturezas, mesmo em sobrados mais afastados das áreas centrais²⁶⁷, mas, sobretudo, nas sedes rurais de que se requeria toda sorte de adaptação funcional para a convivência de diferentes. O mesmo pode-se dizer da presença de mais de uma porta em vários cômodos e da hierarquia topológica, conforme o *status* dos moradores, as prerrogativas dos visitantes e os vínculos entre uns e outros.

267 Ver, a propósito, Trigueiro (2012. p. 194-211).

Parte desses atributos conservam-se no tempo, em menor ou maior grau, ao passo que inovações insinuam-se, paulatinamente, desde fins do século XIX, afetando implantação, volumetria e planta, aqui como em outros estados e capitais brasileiras. Sobre João Pessoa, pontuam Nelci Tinem e Marcio Cotrim, que algumas das primeiras manifestações “modernizantes” ou ditas “modernas” proliferam “[...] desde o final do século XIX, e mais intensamente na primeira metade do século XX [...] como signos de modernidade” (Tinem; Cotrim, 2014, p. 8), expressos em várias tendências formais como o Art Déco, o neocolonial, o ecletismo, nuances formais que, no cenário construído, pontuo eu, são frequentemente impossíveis de delimitar, daí que prefiro arrolá-las, quase sempre, sob o rótulo “ecletismo tardio”.

Características pré-modernistas resistem, mesmo em novos tipos edilícios, como os multifamiliares, raros em Natal até meados do século XX. O edifício de dois andares, com dois apartamentos por andar, ainda existente na avenida Afonso Pena, Tirol, expõe-se ao exterior mediante muro baixo, com pilastras escalonadas (lembrando o tratamento Art Déco) e dupla entrada, para automóvel e pedestres; apresenta volume geométrico sem alusão a estilos do passado, marcado por janelas horizontais características da arquitetura moderna. Mas, pouco altera-se a configuração espacial: permanece a relação frente-fundos e de lateralidade para as esferas social-serviço e dia-noite; as dependências de empregados em edícula, ou só acessíveis pelo exterior; a posição privilegiada de um dos quartos, que se comunica com o cômodo social e tem vista para jardim e rua.

A combinação relação frente-fundos mais isolamento do serviço impõe um aspecto que, nesse caso, manifesta-se de



modo curioso: o imperativo de permitir acesso apenas pela cozinha, para quartos, banheiros e áreas de serviço ocupados por empregados que não voam, forçou a construção de duas passarelas aéreas e de duas escadas, para permitirem que, quando fechadas as portas das cozinhas e apartados servidos e servidores, essas pessoas, não raro referidas como “quase da família”, pudessem, ainda, ir e vir.

Parte das ilustrações deste capítulo foram embasadas em fotografias coletadas por mim ou por colaboradores (colegas e alunos), muitas vinculadas a projetos de extensão e pesquisa²⁶⁸, desenvolvidos na Universidade Federal do Rio

FIGURA 64
Edifício de apartamentos na avenida Afonso Pena, nº 1093, Tirol, Natal. Fonte: o autor, com base em fotografias disponíveis em Silva (2000); planta baixa disponível em Silva (*op. cit.*).

268 Centenas de imagens de arquitetura pré-modernista e modernista foram produzidas, entre 1997 e 2000, em viagens de reconhecimento e registro fotográfico vinculadas ao projeto de extensão de Trigueiro *et al.* (1997-2000), em vinte e dois municípios da região do Seridó Norte-rio-grandense. O projeto sob minha coordenação, visou contribuir para o conhecimento e a divulgação de edifícios então remanescentes nos núcleos mais antigos de cidades da região, mas que desapareciam em ritmo acelerado, por força do crescimento desses municípios e da redefinição de suas funções em centros de atividades terciárias, na esteira do desmonte parcial de uma economia de base rural. Foram registrados edifícios nos municípios de Caicó, Serra Negra do Norte, Jardim do Seridó, Jardim de Piranhas, São Fernando, Timbaúba dos Batistas, São João do Sabugi, Ipueira, Cruzeta, Santana do Seridó, São José do Seridó, Ouro Branco, Currais Novos, Acari, Carnaúba dos Dantas, Parelhas, Equador, Jucurutu,

Grande do Norte. Outra parte, não menos significativa, decorre de documentação produzida por alunos como atividade curricular. Até finais do século xx e, em termos relativos, início do XXI, as áreas urbanas mais antigas do Rio Grande do Norte ofereciam generoso manancial para registros de reconhecimento cujos produtos nos permitem vislumbrar a arquitetura potiguar, sobretudo a residencial, objeto empírico frequente em trabalhos disciplinares e de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação²⁶⁹. Agora, quando quase tudo desapareceu do ambiente construído, tais registros seguem sendo algumas das poucas fontes primárias sobre arquitetura norte-rio-grandense disponíveis em certos casos, servindo para ancorar estudos como o que fazemos aqui.

Uma breve lua de mel

A ampla exposição das áreas externas do lote inaugura o que designamos como “breve lua de mel entre a casa e a rua”²⁷⁰, breve porque, escapando da muito aludida animosidade de

Florânea, São Vicente, Lagoa Nova e Cerro Corá. Esse projeto recebeu Primeiro Prêmio no IV Congresso Nacional de Iniciação Científica em Arquitetura e Urbanismo – CICAU, realizado durante o XXVIII Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, em Brasília, no ano de 2004. Algumas das imagens que embasam ilustrações e considerações deste capítulo resultam, também, de projetos de pesquisa sob minha coordenação, tais como Trigueiro *et al.* (2013-2015), Trigueiro *et al.* (2013-2014) e Trigueiro *et al.* (2015-2017). Em andamento, Trigueiro *et al.* (2020-2021).

269 Cito, como referências, inicial e recente, dois estudos: o de conclusão de curso de graduação, realizado em 1989, por Anita Alves e Dulce Cavalcanti, sobre o casario da Cidade Alta, núcleo original de ocupação de Natal (Menção Honrosa do Júri no concurso Ópera Prima da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura – ABEA, em 1999), e a dissertação de mestrado de Livia Nobre de Oliveira, sobre necessidades e possibilidades de conservação do casario pré-modernista de Caicó, núcleo fundante da região do Seridó norte-rio-grandense (Alves; Cavalcanti, 1989; Oliveira, 2020).

270 Sobre essa “breve lua de mel”, ver Trigueiro e Medeiros (2007, p. 1-20).

tempos coloniais, esboça-se em áreas de ocupação efetivamente urbana²⁷¹, no último quartel do século XIX, dissemina-se nos anos 20 do século seguinte, atinge sua expressão máxima entre os anos 1940-60 e começa a fenecer nos anos 1970, fechando-se, progressivamente, em muros altos e opacos, como prenuncia, já em 1966, nosso poeta maior²⁷².

Uma espécie de celebração de urbanidade, expressa em formas e modos de aparentemente viver no claro e aberto floresce com a arquitetura moderna, avançando país afora através das esferas regional e social, desde os centros da vanguarda arquitetural brasileira dos anos 1930.

No caso potiguar, a exposição da casa e dos jardins à rua intensifica-se nos anos 1950 e 1960, época em que se adensa a ocupação de Petrópolis e Tirol, sobretudo, na área desses bairros, circunscrita à outrora Cidade Nova, cujo traçado viário foi concebido no início do século XX, para comportar o primeiro bairro residencial projetado em Natal. Além de um substancial agrupamento de moradias representativas de várias tendências formais, especialmente do ecletismo tardio²⁷³, ali encontrava-se, em quantidade e completude de características definidoras do novo estilo, o maior conjunto de edifícios residenciais modernos no estado, do erudito

271 Excetuadas, as já mencionadas áreas onde predominavam sítios, chácaras e quintas. Nestas, crescentemente habitadas ao longo do século XIX, primeiro como residências alternativas, depois permanentes, a relação com ruas e estradas era mais aberta que nas áreas urbanas mais densas.

272 "Até que, tantos livres o amedrontando, / renegou dar a viver no claro e aberto. / Onde vão de abrir, ele foi amurando / opacos de fechar; onde vidro, concreto; / até refectar o homem: na capela útero, / com confortos de matriz, outra vez feto" (Melo Neto, 1986, p. 21). Originalmente publicado no livro *A Educação pela pedra*, de 1966.

273 Extensivamente registradas, no perímetro de Petrópolis, por Henrique Sérgio Macedo Ramos (1999).

ao vernáculo, do refinado ao popular. Moradias mais ou menos dotadas de atributos formais e funcionais modernos pontuaram, entretanto, todas as áreas já ocupadas por volta dos anos 1960, em Natal e em cidades do interior norte-riograndense, algumas referidas ou ilustradas adiante.

O novo bairro ia sendo habitado, predominantemente, por moradores das classes mediana e alta, em casas que abriam para vias largas e arborizadas, oferecendo à rua, a visão de fachadas inovadoras, jardins, terraços e cenas de convívio, consoante o costume de permanecer-se e receber-se em áreas semi-abertas. Em casos, sequer muros baixos havia, mas marcações apenas simbólicas, uma grade de 30-40 cm, uma jardineira à altura do baldrame, um recuo gramado, como nas residências que existiram até há alguns anos no Tirol, às ruas Açú, nº 707, e Rodrigues Alves, nº 726 (Figura 65, “a” e “b”).

Ainda que não inteiramente aderentes a uma gramática formal, cuja essência incluía os aspectos construtivos “fachada livre” e “planta livre” – presentes aqui apenas em casos

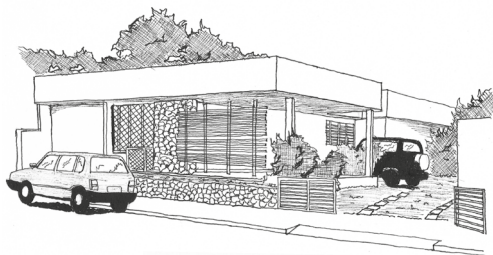
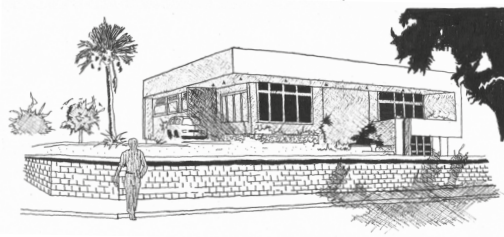


FIGURA 65

Casa à rua Açú, nº 707, Tirol, Natal (a), e casa à rua Rodrigues Alves, nº 726, Tirol, Natal (b). Fonte: o autor, com base em fotografias disponíveis em Borges (2001).



excepcionais –, nossos “livres” manifestaram-se, conspicuamente, retornando ao poeta, em “vãos de abrir” expostos à rua e dela só quase simbolicamente apartados. Evidenciada, sobretudo nas casas de classe média (considerando que as mais modestas sempre tenderam a situarem-se sobre os limites frontais dos lotes, abrindo para a via pública, diretamente), a suavidade das fronteiras entre a casa e a rua talvez haja sido o aspecto mais eloquente de nossas moradias modernas.

A feição que essa exposição oferecia à rua foi também o que conferiu a aparência moderna de nossas cidades, por força da extensiva adoção de referências formais ao então aplaudido e cobiçado “estilo funcional”. Multiplicavam-se os volumes predominantemente horizontais, escavados em terraços e varandas; suspensos sobre baldrames recuados, como se pairassem acima do chão; cobertos por lajes e marquises que se lançavam em balanço ou apoiavam-se em colunas de diversos formatos e espessuras. Perfurando os volumes, largos vão de portas, janelas horizontais, rasgos e blocos vazados. Sobre as superfícies, revestimentos em azulejos, cerâmicas, pedras, ressaltos nos rebocos.

Remanescem, entretanto – residuais ou propositalmente mantidas (talvez recriadas) –, feições e atributos de épocas progressas em formatos e composições volumétricas. Como em tantas outras cidades brasileiras, convivem com as formas inovadoras, as alvenarias estruturais, as telhas de capa e canal, com ou sem beirais aparentes, as esquadrias de madeira, em vidro e venezianas, os revestimentos e painéis de azulejos, cerâmicas, pedras.

Boa parte do que se registrou sobre moradias modernas potiguares resultou, como já se disse, de trabalhos disciplinares realizados ao longo de décadas por alunos do curso

de graduação em arquitetura e urbanismo da UFRN, em parte conservados, felizmente, em nossos arquivos físicos ou digitais. Em referência a eles, Maria Heloisa Alves de Oliveira (2018) abre sua dissertação de mestrado com uma introdução intitulada “um panorama de arquitetura moderna natalense aprisionado em um armário”, o qual logrou liberar, “[...] construindo um panorama a partir de peças soltas” (*op. cit.*, p. 15)²⁷⁴, em três etapas cronológicas de desenvolvimento – 1950-60, 1960-70 e 1970-80.

Sobre a primeira etapa, de consolidação da arquitetura moderna residencial nesse estado, Oliveira (2018, p. 110-116) destaca a plasticidade possibilitada pelo emprego do concreto armado, que se manifesta em empenas invertidas (ditas “asas de borboleta”), pilares delgados, frequentemente em “v”, marquises em balanço, escadas e rampas; panos envidraçados, aberturas em rasgos, “*brise-soleils*”, cobogós, pequenos orifícios circulares. Segue-se a esta, uma fase (anos 1960 e 1970, *grosso modo*) em que a exuberância plástica dá lugar a uma volumetria mais contida, com predominância de volumes prismáticos (*op. cit.*, p. 114), largas platibandas, amplos beirais em balanço, materiais aparentes – concreto, tijolo, pedra, telhas de fibrocimento. Entre 1970 e 1980, certos elementos e certas feições das duas tendências convivem, entre si, e com o que parece ser evocação de nosso resiliente etos colonial, corporificada em amplos telhados de arrasto ou quatro águas, com telhas cerâmicas de capa e canal deixadas aparentes, arcos abatidíssimos (em qualquer proporção, conveniente aos propósitos – portas de garagem,

274 No caso, o armário da sala do grupo de pesquisa em Morfologia e Usos da Arquitetura – MUsA, onde são mantidos os estudos disciplinares para consulta.

até) e os onipresentes adornos em formato de pinhas, sobre as cumeeiras, ou em ponta, servindo de acabamento aos encontros dos beirais.

Inevitável associar as duas primeiras fases às produções carioca e paulista, respectivamente – à fase chamada “heroica”, ou comumente referida como Escola Carioca, e seu contraponto formal, mais ou menos aceito sob o rótulo de “Brutalismo Paulista”. A distinção entre fases sucessivas (ainda que em grande medida justapostas) de desenvolvimento do modernismo potiguar já havia sido apontada por Alexandra Consulin Melo (Melo, 2004, p. 76), que escrutinou, além dos trabalhos discentes então existentes, mais de duas centenas de projetos, garimpados pela autora no Arquivo Municipal de Natal, dos quais, quarenta e três edifícios permaneciam de pé e reconhecíveis, na época da pesquisa.

Mediante diálogo de cunho essencialmente morfológico entre as produções nacional e local, Melo (2004) defende que, afinada com o panorama modernista brasileiro, nossa produção apresenta certo “sotaque potiguar”, que a autora atribui, em parte, à debilidade no emprego das novas tecnologias pela mão de obra local, ressaltando a associação entre o tradicional e o moderno como um dos achados da análise. Conforme aponta em suas considerações finais, o “pouco domínio das novas tecnologias” reverbera, principalmente, naqueles aspectos mais ligados ao saber-fazer construtivo. A ossatura independente de vigas e apoios em concreto tende a permanecer embutida nas paredes, enquanto alternativas estruturais ousadas, como cascas de concreto, abóbadas, lajes sinuosas, são raras ou inexistem. Ele cita, como exemplo, composições a que dá o nome de “prisma sobre prisma”, nas quais o piloti atua “[...] apenas como apoio de elementos que

se projetam para além dos limites dos prismas inferiores (*i.e.* lajes, varandas, terraços, balanços), não como sustentação da edificação em si” (*op. cit.*, p. 30-33).

Evidência do descompasso tecnológico não apenas potiguar, mas inerente a sociedades marcadas pela desigualdade e pela escassez de oportunidades na formação de mão-de-obra especializada, as limitações estruturais são, talvez, compensadas pela inserção de elementos que conferem aparência de modernidade e situam-se menos no âmbito da tecnologia e mais no do ornamento, um dos aspectos mais polêmicos do cânon modernista, face a interpretações diversas que não cabem aqui ser discutidas. Integrados ou apenas apostos aos volumes de edifícios que amoldaram a feição modernista de nossas cidades, muitos desses elementos não parecem haver tido outra serventia, senão a de enfeitar a obra ou, antes, a de fazê-la parecer moderna, ainda que o olhar – visão da rua ou imagem fotográfica – não permita afirmar, com certeza, os limites e as complementariedades entre função e formato, e se certos componentes dos volumes têm alguma atribuição construtiva. São exemplos: pilares que sustentam ou só “compõem” fachadas; empenas que acompanham a inclinação das águas dos telhados ou só as escondem; elementos vazados condutores de ar e luz, ou que só parecem sê-los; revestimentos que simulam matérias construtivas.

Lara (Lara; Guerra; Santos, 2020, p. 25) afirma que a “insistente repetição” de certos elementos foi o que lhe chamou a atenção, primeiramente, “para a ampla aceitação do modernismo no Brasil”. Focando, inicialmente, em Belo Horizonte, e depois expandindo sucessivas pesquisas para outras cidades brasileiras, a autora aponta, como evidências

da excepcionalmente generalizada aceitação da arquitetura moderna no Brasil, a recorrência com que aparecem: telhados voltados para dentro, marquises apoiadas em finas colunas metálicas, revestimentos de fachadas frontais em azulejos, “*brise-soleils*” ou blocos vazados em cerâmica ou concreto.

Para caracterizar o caso potiguar e, ao mesmo tempo, expor sua inserção no quadro nacional, arrisco fazer alguns ajustes no elenco de Lara. Embora frequentes nas casas de classe média, os telhados invertidos – laterais ou frontais – aparecem menos no conjunto construído do que a empena única diagonal; marquises e lajes de cobertura assentam-se sobre apoios de diferentes materiais construtivos e espessuras, assumindo formatos variados, com frequência, acentuando as linhas diagonais; azulejos disputam espaço nas paredes externas com placas cerâmicas e pedras de variados tipos, com ressaltos esculpido nos rebocos; elementos vazados, ainda que abundantes, nem sempre o são. Assinalo, principalmente, para o modernismo vernáculo norte-rio-grandense, o gosto por linhas diagonais, janelas horizontais, elementos vazados e revestimentos/ressaltos nas superfícies.

A linha diagonal está em toda parte, assumindo formatos e funções diversas, não raro dominando a composição das fachadas. Nos incontáveis casos de platibanda única, às vezes, acompanhando a água única da cobertura, às vezes, escondendo telhado convencional com cumeeira e duas águas; em pilares de apoio ou composição; em empenas invertidas; nos perfis de paredes que, à guisa de mãos francesas ladeando as janelas, sustentam pequenas marquises de proteção aos vãos.

Como elementos de sustentação, os pilares aparecem, frequentemente, definindo a área dos terraços e apoiando

marquises, platibandas, ou contribuindo para dar suporte ao volume superior em casas de dois pavimentos. Delgados ou não, perfilados em dois ou três, assumindo formatos diversos (dentre os quais, destacam-se os em “v” e os que remetem aos do Palácio da Alvorada, em Brasília), são fortes veículos de aparência modernista, cumprindo função mais de composição formal do que de apoio.

Janelas horizontais são preferidas, mesmo quando mal cabem nos tramos das fachadas e, para que seja privilegiada a dimensão horizontal, tenha-se que encurtar a vertical, reduzindo-se a área do vão e, portanto, o arejamento e a iluminação. A obstinação em favorecer, a qualquer custo, a dimensão horizontal das janelas sugere ser a “*fenêtre en bande*” (mesmo que em versão apenas aproximada ao formato originalmente proposto) um dos mais poderosos elementos icônicos do receituário modernista brasileiro, ecoando a proposição de Le Corbusier sobre este ser um “ator principal da moradia”²⁷⁵.

Elementos vazados, ou fingidamente vazados, comparecem em formatos horizontal ou vertical (tipo “*brise-soleil*”), em blocos de incontáveis formatos (os cobogós), mas, sobretudo, nos ubíquos círculos, vazados ou não, que salpicam fachadas e parecem estar ali como recusa à nudez ornamental, apenas remetendo a signos de modernidade, como os “*brise soleils*” e cobogós.

São comuns os revestimentos em pedra, cerâmica e azulejos (não raro, compondo painéis abstratos ou figurativos), assim como diversos modos de tratamento em relevo nos

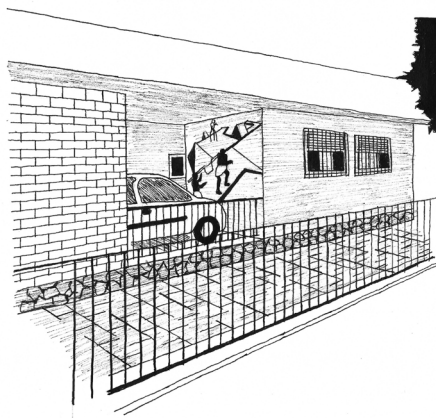
275 Ou “*l’acteur principal de la maison*”, ou ainda, “*l’unique acteur de la façade*”, conforme Reichlin (1987).

rebocos, predominando os chapiscos e os ressaltos lineares. Na produção modernista potiguar dos anos 1950 e 1960, é curiosa a recorrência de ressaltos lineares no acabamento dos rebocos. Acredito que o tratamento das superfícies em formato de listras horizontais com perfis levemente diagonais – lembrando revestimentos em tábuas superpostas – havia sido inspirado nas superfícies do Catetinho, edifício provisório em madeira (felizmente, conservado), projetado por Oscar Niemeyer, para abrigar comitativas presidenciais em visita à construção da nova capital, cuja imagem aparecia em revistas impressas e nos noticiários que antecediam os filmes exibidos nos anos 1950 e 1960. Os ressaltos lineares nas superfícies surgem, também, em linhas verticais ou em combinações de linhas horizontais e verticais.

Tais atributos, vetores da aparência de modernidade de nossos cenários urbanos, estão presentes em casas encontradas em vários municípios potiguares, ilustradas a seguir, assim como em exemplares já mostrados aqui. Destaco nesses exemplares (Figura 65, “a” e “b”), os pilares e os revestimentos em pedra da casa à rua Açu, 707, o revestimento em pedra e cerâmica da casa à rua Rodrigues Alves, 726, e as janelas horizontais em ambas. Na casa que ilustra a Figura 66, à avenida Afonso Pena, 682, destaco os revestimentos em pedra e cerâmica, assim como o painel em azulejo, mostrando cena de trabalho em uma salina, atividade fortemente associada à paisagem potiguar.

Na casa com dois pavimentos em Caicó (Figura 67), sobressaem

FIGURA 66
Casa à avenida Afonso Pena, 682, Natal. Fonte: o autor, com base em fotografia disponível em Sathiwathy (2003).



as linhas diagonais das empenas invertidas, os pilares definindo a área do terraço e sustentando, parcialmente, o volume superior, o tratamento em listras horizontais no reboco, entre o vazio do terraço e a janela do pavimento superior, e os basculantes em vidro e metal, já comuns nas construções ecléticas tardias.



FIGURA 67
 Casa em Caicó (Rio Grande do Norte).
 Fonte: o autor, com base em fotografia disponível em Trigueiro *et al.* (1997-2000).

Ressaltos lineares verticais marcam a platibanda da pequena casa em Jucurutu, outra cidade do Seridó potiguar (Figura 68). Estão, também, presentes os ubíquos adornos circulares pontuando a fachada, entre a platibanda e os vãos. Nos nossos registros fotográficos, há casos contendo esses elementos em quase todas as cidades do interior que percorremos.

Note-se, em vários edifícios aqui representados, os revestimentos em azulejo, cerâmica, pedra, tratamento em relevo

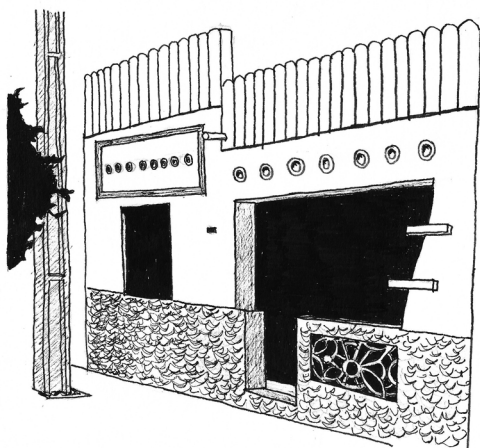
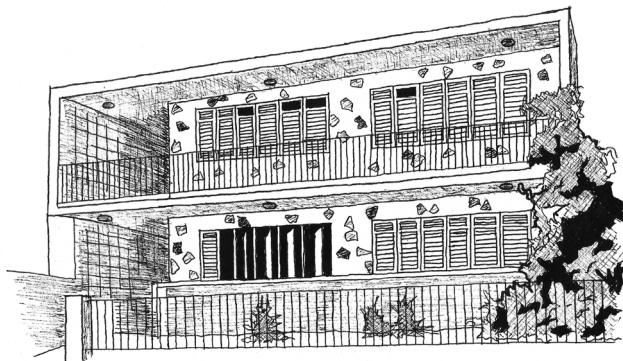


FIGURA 68
 Casa em Jucurutu (Rio Grande do Norte). Fonte: o autor, com base em fotografia disponível em Trigueiro *et al.* (1997-2000).

FIGURA 69

Casa em Caicó (Rio Grande do Norte). Fonte: o autor, com base em fotografia disponível em Trigueiro *et al.* (1997-2000).



nos rebocos. No caso potiguar, esteve muito em voga, nos anos 1950 e 1960, o revestimento em pedra, provavelmente quartzito, então conhecida como “pedra de Parelhas”, em referência ao município de Parelhas, Seridó Norte-rio-grandense. Reveste, inteiramente, a fachada da casa em Caicó, o que não é de todo incomum, mas mais frequentemente aparece como revestimento parcial, em especial sobre baldrames ou faixas inferiores das fachadas.

Embalagens que vão e voltam, conteúdos que ficam

Vários desses elementos, sobretudo os de natureza essencialmente ornamental, tendem a reduzir-se na medida em que avança a década de 1960, rareando nos anos 1970 e, a julgar por nossos registros, desaparecendo nos anos 1980. Entram, então, em cena, volumes mais robustos, coberturas quase planas em fibrocimento, às vezes, escondidas por largas platibandas que avançam em balanço, à guisa de beirais, ou são deixadas aparentes como recurso construtivo e compositivo. Casos há em que aspectos construtivos são exagerados. Pilares, platibandas, vigas e calhas são superdimensionadas

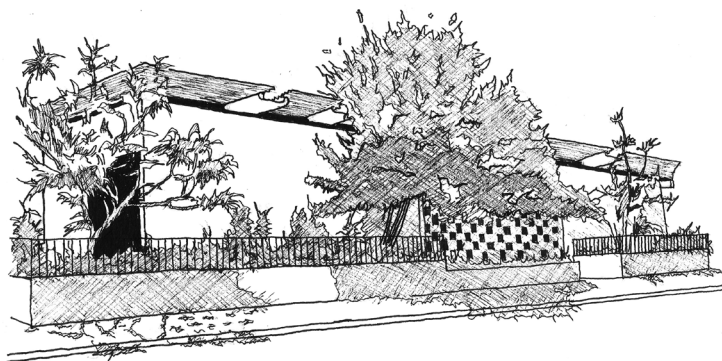
ou texturizadas para ganhar um feitiço mais bruto, ainda que, nem sempre nas referências a materiais robustos – i.e. pedra, tijolo, concreto –, coincidam aparência e natureza construtiva: pedras continuam a ser usadas como revestimento, cerâmicas simulam tijolos aparentes, ressaltos nos rebocos seguem fingindo uma solidez de aparência.

Entretanto, diferentemente dos itens constituintes do então chamado “estilo funcional”, esses aspectos não reverberam com força no cenário construído, tendendo a permanecer restritos a moradias excepcionais. É o caso, por exemplo, da casa à rua Maria Auxiliadora, 800, Petrópolis, Natal (Figura 70), projetada, em 1962, pelo arquiteto Moacyr Gomes, conforme consta em trabalho disciplinar assinado por Luciana Correia (Correia *et al.*, 1999). Essa casa haveria sido, segundo o registro discente, “a primeira construída na cidade com teto aparentemente plano” e estaria localizada em uma via, quase trilha, entre a avenida Hermes da Fonseca e o morro (parte do Parque das Dunas), à altura do estádio Juvenal Lamartine, sem vizinhos, isso dito para apontar o caráter pioneiro da obra e de sua inserção em uma área ainda em processo de ocupação.

Também referência da ocupação urbana da área entre o sopé do morro e a avenida Hermes da Fonseca, e de tendências

FIGURA 70

Casa à rua Maria Auxiliadora, 800, Petrópolis, Natal. Fonte: o autor, com base em fotografia disponível em Correia *et al.* (1999).



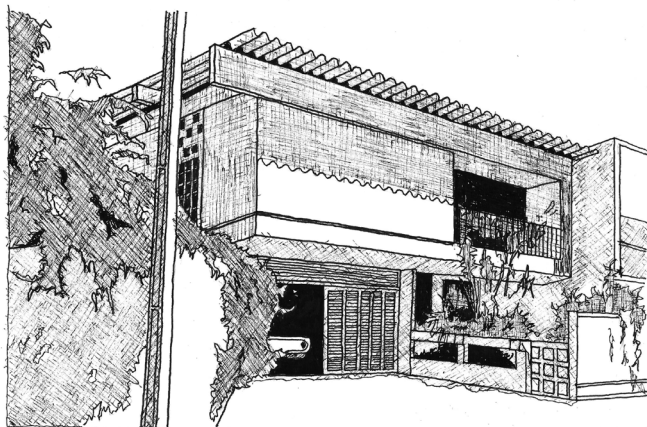
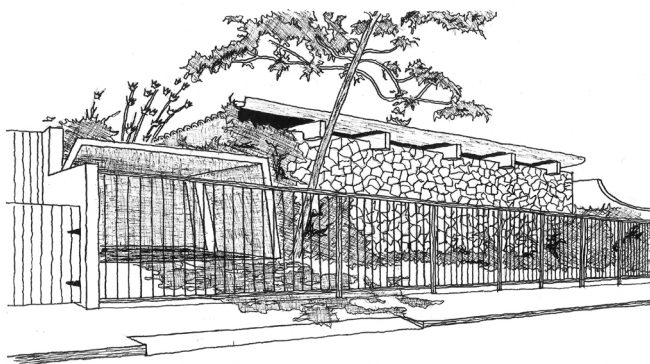


FIGURA 71
Casa à rua Miguel Barra,
760, Tirol, Natal. Fonte:
o autor, com base em
fotografia disponível
em Maia (2001).

FIGURA 72
Casa à rua Abdon Nunes,
754, Tirol, Natal. Fonte:
o autor, com base em
fotografia disponível em
Correia *et al.* (1999).



formais expressivas do período entre meados dos anos 1960 e primórdios dos 1980, são as casas às ruas Miguel Barra, 760 (Figura 71) e Abdon Nunes, 754 (Figura 72), ambas no Tirol, Natal. Sobre a primeira, cuja feição mostrada aqui resultou de reforma nos anos 1970, Ana Luiza Maia (2001) nota a cobertura em “telhas de cimento amianto com grandes beirais”, o “painel em pedra mineira filetada no pavimento superior e uma das paredes do pavimento térreo ornamentada com mármore e pedras naturais”. Na casa da rua Abdon Nunes, ao peso das vigas proeminentes e à crueza das telhas em

fibrocimento deixadas à mostra, acrescenta-se o fechamento da fachada que oferece à rua apenas a rudeza da pedra em vasta parede cega.

Aparentemente inspirada em edifícios que ganham notoriedade a partir dos anos 1950, sobretudo, pela obra de Vilanova Artigas, recebendo o sempre debatido rótulo de “Brutalismo Paulista”²⁷⁶, essa tendência não mereceu aceitação comparável à do cânon formal herdeiro da chamada “Escola Carioca”, talvez, acredito, pelo fraco apelo que uma estética do rude tende a suscitar. Em seu lugar, dissemina-se uma nova onda de ressuscitamentos de elementos de arquiteturas tradicionais de raiz colonial, que pouco tem a ver com a tendência eclética neocolonial e nada – penso eu – com a ideia de “regionalismo crítico”²⁷⁷, associação que chegou a ser defendida em alguns círculos, mas que me parece ausente do discurso dos que adotaram essa vertente.

Penso que a assertiva de Lara, de que nosso “modernismo vernacular seria o oposto do regionalismo crítico,

276 A propósito do termo, diz-nos Ruth Verde Zein, autora de estudos sobre o tema: “O que é, ou o que foi, a arquitetura da Escola Paulista Brutalista? Trata-se, talvez, dentro do panorama recente de debates sobre a arquitetura brasileira moderna e contemporânea, de um dos assuntos mais ventilados e menos conhecidos, mais citados e menos bem estudados de que se tem notícia. Trata-se, também, de um tema que deixou, subitamente, há cerca de uma década, de ser um assunto tabu, problemático e enfaticamente negado por seus criadores e epígonos, para ganhar foros de afirmação corriqueira, banalizada e vagamente inconsistente, mas assumida também enfaticamente por uma nova geração de arquitetos que busca se identificar com essa arquitetura; tendo essa reviravolta ocorrido sem que nunca se tenha chegado a claramente definir ou corretamente estudar essa arquitetura” (Zein, 2006).

277 A ideia de “regionalismo crítico”, surgida nos anos 1980, a partir de estudos de Alexander Tzonis e Liane Lefaivre e da sua repercussão nos escritos de Kenneth Frampton, propõe a integração a tendências universais – aí incluído o saber técnico e científico –, sem perda do conteúdo sociocultural local.

escapando do filtro necessário do arquiteto informado e racional” (Lara; Guerra; Santos, 2020, p. 47), adequa-se, igualmente, à vertente moderna “coloniosa”, que me parece ter mais a ver com o cansaço, quanto a formas que estavam por aí, há mais de duas décadas – as do antes, dito “estilo funcional”, e as do “brutalismo”, que nunca foram hegemônicas ou sequer rotuladas na linguagem cotidiana. A adoção de elementos remissivos a casas-grandes, solares e sobrados antigos, além de parecer algo novo, pelo contraste com formatos então predominantes, aponta para o que proponho ser a resiliência da arquitetura colonial, como essência da moradia brasileira de signo senhorial que, na ausência de tendências exequíveis mais sedutoras, reemerge a cada tantas décadas.

Coberturas piramidais em telhas de capa e canal, às vezes, sobre lajes curvilíneas imitando a mudança de inclinação de telhados coloniais (ou galbo), guarnecidas de acabamentos arrebitados no encontro dos beirais²⁷⁸, pinhas e jarrões sobre as cumeeiras, são os aspectos mais marcantes dessa tendência. Combinam-se às coberturas, os vãos em arco abatido – às vezes, abatidíssimos para encaixar-se na dimensão horizontal de janelas, portas largas e terraços –, revestimentos em azulejos (de preferência azuis) e pedras. Em menor ou maior grau, tais elementos foram adotados, extensivamente, nos anos 1970-80, inclusive em milhares de unidades de conjuntos habitacionais que dominaram o estoque de moradias na década da grande expansão urbana brasileira. Ainda assim, esse modelo segue sendo pouco

278 Nunca soube de termo que os definissem. Alguns referiam esses adornos como “bicos” ou “rabos” de andorinha.

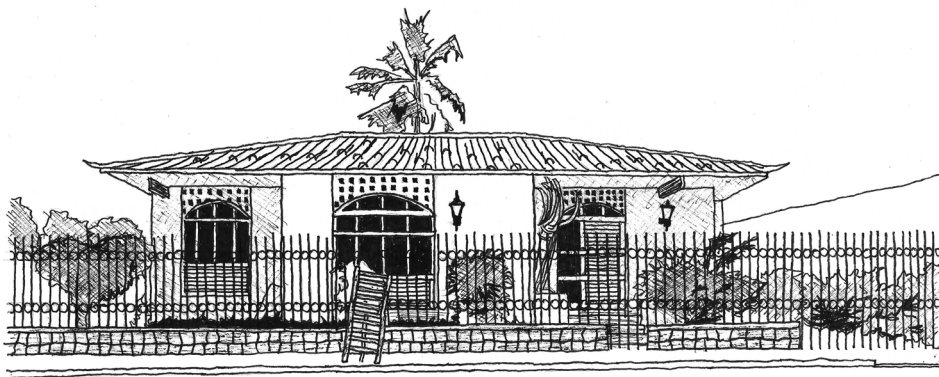


FIGURA 73

Casa em Natal.

Fonte: o autor, com base em fotografia disponível no acervo documental do Grupo de Pesquisa em Morfologia e Usos da Arquitetura - MUsA.

estudado, em grande medida, postulo eu, porque lhe foi negado o *status* de “arquitetura moderna” nos meios de ensino e pesquisa, ainda que muitos profissionais de carreiras notáveis não se hajam furtado a projetá-los. A casa da Figura 73 é dos poucos registros resultantes de produção discente em nosso acervo documental, dada a dificuldade de reconhecerem-se casos com essas características formais como itens de arquitetura moderna.

Tal dificuldade transparece no esforço de entendimento da arquitetura moderna residencial produzida nos anos 1970 na cidade de João Pessoa, empreendido por Ricardo Araújo (Araújo, 2010), que resgatou dezenas de plantas de projetos em órgãos de licenciamento para construção, perscrutando elementos arquiteturais capazes de definir associações a determinado vocabulário moderno. Três quartos de um conjunto de mais de uma centena de casos, apresentam, segundo o autor, “o ‘know-how’ acumulado pela cultura arquitetônica do século xx, tanto em sua essência como em sua aparência” (Araújo, 2010, p. 54), havendo sido classificados em categorias tipológicas rotuladas como “Legado moderno brasileiro”, “Moderno paulista”, “Experiências de racionalização e pré-fabricação” e “Adequação ao clima”.

Paira, entretanto, fora dessas categorias, um quarto dos casos, nos quais predominam elementos evocativos da arquitetura colonial. Essas construções foram rotuladas como “híbridas” porque, conforme Araújo, “a linguagem formal presente nelas não determina a imagem das casas modernas” (*op. cit.*, p. 94)²⁷⁹.

Além de representarem grande parte do que se construiu nos anos 1970 e 1980 e estarem, há anos, em processo de apagamento do cenário construído, essas construções são, sim, uma variante tipológica da moradia moderna, se entende-se o espaço como a essência da arquitetura²⁸⁰, e constata-se não haver dessemelhanças de monta entre aspectos da configuração espacial predominantes em casas com elementos formais remissivos de edifícios coloniais, relativamente a outras amplamente reconhecidas como de arquitetura moderna residencial.

Com base na coleção de projetos disponibilizados por Araújo, Maryá Aldrigue (2012) investigou a lógica espacial de

279 A propósito das casas híbridas, diz-nos o autor: “Da observação das 116 casas escolhidas, 86 (ou 74,1%) delas apresenta em sua arquitetura o “know-how” acumulado pela cultura arquitetônica do século XX, tanto em sua essência como em sua aparência. [...] As outras 30 residências (ou 25,9%) trazem uma experiência distinta. Chamadas de “casas híbridas”, elas têm em sua concepção espacial e técnico-construtiva princípios que reportam à experiência moderna, porém a linguagem formal presente nelas não determina a imagem das casas modernas” (Araújo, 2010, p. 94). E, mais adiante: “elementos arquitetônicos que remetiam a uma arquitetura ‘pseudo-colonial’ com a presença do telhado em quatro ou duas águas, vergas em arco batido ou arco pleno, elementos decorativos como ‘pinhas’ e ‘lâmpioes’, balcões de ferro fundido, portas ‘almofadadas’, painéis de azulejos e bordas em relevo emoldurando portas e janelas” (*op. cit.*, p. 145).

280 A noção de espaço como essência da arquitetura é aqui tomada como premissa repetidamente defendida por estudiosos que nos antecederam, dentre os quais, destaco Zevi (1978) e Coutinho (1977).

moradias paraibanas, desenvolvendo uma análise comparativa entre casas que o autor classificou como modernistas e como “híbridas”, não havendo encontrado evidências capazes de categorizá-las em nichos morfológicos distintos²⁸¹, seja quanto a expectativas e designações de uso (os rótulos dos ambientes, conforme expressos nas plantas), seja quanto ao modo como os espaços articulam-se em uma estrutura, compondo o todo que se espera capaz de refletir e amoldar práticas da vida doméstica.

Desde 1990, vimos explorando moradias (Trigueiro, 1995) por meio do emprego da metodologia “Sintaxe do Espaço”²⁸², tendo como premissa que barreiras, tais como

281 Diz-nos Aldrigue (2012): “nossos achados indicam que apesar da aparência externa variada, as estratégias espaciais percebidas na estrutura de barreiras e permeabilidade se assemelham. A comparação entre essas residências não corresponde a uma mudança significativa no contexto da organização espacial, de modo que as relações encontradas entre invólucro construído e espaço não são diretas, intrínsecas. A pluralidade da superfície construída revela ‘expressões epidérmicas’ que parecem não se aprofundar no espaço. A análise sintática apontou que as residências chamadas de ‘híbridas’, aquelas que apresentam um aparente deslocamento dos preceitos modernos em prol de uma retomada dos elementos ‘coloniais’, possuem organizações espaciais cujas características convergem com as demais categorias analisadas, aquelas que compõem expressões legitimadas da arquitetura moderna. [...] Nesse sentido, podemos entender que os ‘tipos’ não conseguem descolar-se do modo corrente de ‘organizar o espaço’ ou de ‘construir o edifício’. De fato, no âmbito da organização espacial, pouco importa se uma casa é formalmente identificada como moderna ou ‘coloniosa’. A aparência das residências ‘híbridas’ não parece ser respaldada por aspectos pragmáticos e específicos da organização espacial” (*op. cit.*, p. 159).

282 A metodologia “Sintaxe do Espaço”, criada por Bill Hillier e colaboradores do University College London, nos anos 1970, é extensa e detalhadamente exposta em livros, artigos e *websites* especializados, havendo lastreado milhares de pesquisas mundo afora. Para um panorama introdutório a seus princípios teóricos e instrumentos analíticos, recomenda-se ver a obra de Hillier e Hanson (1984), considerada pioneira na divulgação da metodologia.

paredes ou divisórias, existem para separar pessoas e ações, enquanto acessos, tais como portas, vãos, passagens, servem para uni-las. É, pois, possível reaver regras, ou ideias *com* as quais se pensa, ao conceber e usar o espaço doméstico, ou, ainda, modos potenciais de convívio entre habitantes e entre habitantes e visitantes, a partir da interpretação da estrutura espacial. Por intermédio de recursos de representação e quantificação, são calculados níveis hierárquicos de acessibilidade topológica e de visibilidade, revelando-se vantagens locais comumente associadas a hierarquias socioespaciais. Tais hierarquias expõem padrões de centralidade (ao acesso e à visão) de cada espaço relativamente a todos os demais, expressos em escalas gráficas e numéricas, que facilitam a leitura e, se necessário, o manejo de extensos corpos de dados, mediante tratamento estatístico.

Seguindo princípios propostos pelos criadores da metodologia, em especial Julienne Hanson, referência seminal em estudos sintáticos da moradia, tem-se que, quando espaços que acomodam funções afins relacionam-se em um arranjo ou uma hierarquia de acessibilidade, recorrentemente encontrada em outros edifícios de determinado conjunto de casos, há indício de que essa hierarquia traduz um padrão sociocultural. Tomando-se de empréstimo a noção das ciências biológicas, tais recorrências podem ser conceituadas como a manifestação de um *genótipo*, ou conjunto de “regras abstratas subjacentes a formas espaciais” (Hillier; Hanson, 1984, p. 12), impressas no arranjo de barreiras e acessos.

Alguns achados de estudos de moradias brasileiras, desenvolvidos ou orientados por participantes do nosso grupo de pesquisa, ancoram considerações já tecidas ao longo deste texto, muitas delas podendo ser observadas com ou

sem o emprego de uma metodologia específica, mas revelando nuances nem sempre óbvias a “olho nu”, quando traduzidas em medidas sintáticas. Veja-se, por exemplo, a situação de vantagem que costumava ser a do quarto dos donos da casa em moradias pré-modernistas, com acesso direto e visibilidade para salas, circulações, outro quarto, entrada principal, jardim, rua. Nem todas as moradias mostram essa situação em planta, mas a frequência com que medidas de acessibilidade e de visibilidade referentes a esse espaço aparecem nas faixas superiores da escala de valores gráfico-numéricos, em estudos de caso, revela uma posição de vigilância e domínio espacial do quarto dos pais, sugestiva de autoridade parental, propriedade espacial que desapareceu do geral das casas modernistas e, por completo, da cena contemporânea, igualmente sugerindo o afrouxamento dessa autoridade.

O exame da configuração espacial de residências modernas, potiguares e de outros estados brasileiros (Paraíba, Pernambuco, Ceará), mostrou-nos aspectos morfotopológicos que aparentam resistir a mudanças temporais, geográficas e sociais, enquanto outros tendem a manter-se no contexto de nichos sociais, temporais ou regionais. Dentre os mais resilientes está, conforme já se expôs, o espaço externo do lote (jardins, recuos, quintais), como meio capaz de reestruturar relações entre os espaços componentes da moradia, permitindo reconfigurar a lógica socioespacial doméstica e oferecendo leituras distintas, a depender de a quem é dada passagem por determinados acessos (por exemplo, quartos/escritórios que abrem portas para fora). Essa capacidade de “recosturar” a estrutura espacial doméstica pelo exterior, que parece compensar a irrelevância do sistema de espaços

interiores de circulação, por vezes, restrito à passagem que dá acesso aos quartos, seguiu, entretanto, uma tendência à redução. Mais vinculada às moradias de certos grupos sociais está, ainda, a antiquíssima segregação espacial de cômodos usados, principalmente, por empregados, não raro com acesso apenas pelo exterior. A partir desses, a estrutura de espaços domésticos tende a desenvolver-se de modo bem diferente daquela percebida por quem se posiciona nos espaços topologicamente mais centrais ou a quem é permitida a passagem por qualquer porta: alonga-se, aprofunda-se, tornando mais distante a maior parte dos cômodos e mais difícil o ir-e-vir cotidiano.

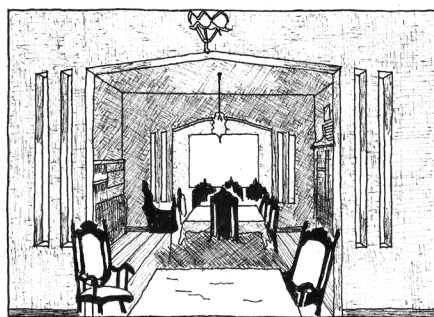
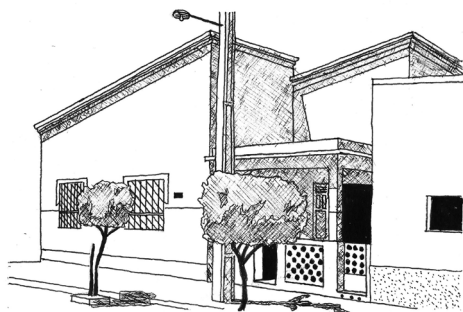
A propósito do arranjo dos cômodos nas moradias modernistas que compõem seu conjunto de casos, Alexandra Melo aponta, como aspecto da modernidade potiguar associado à simplificação da estrutura portante, a permanência de uma tendência à compartimentação, mediante a contenção dos ambientes por paredes, desconsiderada a continuidade espacial, a planta livre do cânon modernista internacional. Contudo, a quase ausência de espaços exclusivos de circulação, levando à sucessão de terraços, salas e outros cômodos de uso predominantemente diurno que são, a um tempo, rotas de passagem e locais de permanência, compensa a insipiência da continuidade espacial, delineando nossa alternativa de “*promenade architecturale*”.

A regra pétrea do zoneamento, amplamente difundida nas escolas de arquitetura e explorada em estudos morfológicos, como na tese pioneira de Luiz Amorim (Amorim, 1999), e a localização de cada setor – social, íntimo e de serviço –, segundo fatores climáticos são, do ponto de vista do arranjo espacial, os mais importantes aspectos de diferenciação

da morada moderna em relação a suas antecessoras. São, também, fatores diferenciadores da arquitetura residencial erudita e popular, mesmo considerando que tais regras também foram seguidas em incontáveis moradias modernas vernaculares. A necessidade de voltar as aberturas de salas e quartos para os quadrantes norte a leste e leste a sul, evitando a exposição a oeste, concorreu para o abandono das tradicionais relações frente-fundo e de lateralidade que, entretanto, permaneceram em casas concebidas sem a presença de profissional familiarizado com regras básicas de conforto ambiental e, frequentemente, por mais inaceitável que isso pareça, naquelas destinadas a moradores “anônimos”, oferecidas por setores do mercado imobiliário ou do poder público²⁸³.

Arranjos frente-fundos, para a localização de cômodos sociais e de serviço, e de lateralidade, para a de usos diurno e noturno, permanecem, também, por força da tradição, em um sem-número de moradias modernas e contemporâneas, independentemente do nível de conhecimento técnico dos projetistas ou do poder aquisitivo de seus proprietários, evitando-se problemas de conforto térmico, mediante a escolha de terrenos voltados para o nascente – o “lado da sombra” –, posição sempre privilegiada em nossas cidades. A Figura 74 ilustra o argumento com imagens do exterior

283 Carece, contudo, notar a ocorrência de projetos em que outros fatores, considerados mais prioritários do que ventilação e insolação, foram contemplados, em detrimento da orientação norte, leste, sul, levando a soluções tidas como geniais para contornar os inconvenientes climáticos. Consta ser o caso de apartamentos projetados por Lucio Costa para o Parque Guinle, no Rio de Janeiro, nos quais, para que se fruisse a visão do parque, o setor social volta-se para o poente, havendo sido protegido por uma cortina de elementos vazados, que se tornou ícone modernista replicado *ad infinitum*.



e do interior de uma moradia existente em Patu, RN, cuja feição modernista resultou de ampla reforma em casa mais antiga, realizada em 1958²⁸⁴, na qual se vê a sequência de salas – de visitas, de jantar, de copa –, ladeadas por portas dos quartos, até o terraço de serviço, ao fundo.

No recorte geográfico estudado por Lara (Lara; Guerra; Santos, 2020, p. 19), “na década de 1950, apenas as casas mais ricas apresentavam uma configuração espacial mais moderna, em que quartos e banheiro(s) privados estavam separados dos espaços comuns”, situação que se altera na década de 1960, quando “os arranjos espaciais modernistas” foram apropriados mais extensivamente. Ainda que seja esse, também, o quadro predominante no Rio Grande do Norte, vale mencionar que não são poucos os casos – como o ilustrado na Figura 74 –, em que permanece a configuração característica das moradias pré-modernistas, ao longo das décadas de 1960 e 1970, apesar do exemplo de incontáveis edifícios construídos em conjuntos habitacionais, públicos

FIGURA 74

Casa em Patu (Rio Grande do Norte); fachada e vista interna. Fonte: autor, com base em fotografia disponível no acervo pessoal de Edja Trigueiro.

284 Conforme relato de Leny Dantas Rocha, cujo pai adquiriu o imóvel e conduziu a reforma, a aparência da nova feição “[...] causava admiração a todos, não só pela imponência que apresentava, mas também pela criatividade aplicada em seu acabamento” [depoimento de 2011].

e privados, onde predomina a setorização funcional, com os quartos acessados por espaço de circulação.

Embora quartos diretamente ligados a salas tendam a desaparecer nas casas de classe média, nelas persistem outras heranças, como a já referida posição segregada dos quartos de empregados e a presença de certos espaços e seus rótulos. No acervo de trabalhos disciplinares da MUSA (Oliveira, 2018, p. 129), assim como em estudos de moradias modernas de outros estados por pesquisadores de nosso grupo (Santana, 2019), não são raras as plantas em que aparecem espaços com rótulos funcionais associados à arquitetura doméstica pré-modernista, como “copa”, “sala de costura”, “galinheiro”. Tal constatação não surpreende àqueles que frequentaram ou viveram em casas modernistas recém-construídas, como é o caso desta escriba que vos fala.

Dilapidada e parcialmente alterada, mas ainda de pé na Cidade Alta, talvez pela dificuldade de comercialização de edifícios no núcleo original de Natal, há muito em agonizante processo de abandono e sucateamento, a casa à rua Sto. Antônio, 918 (Figura 75), reunia quase todos os atributos aqui arrolados para caracterizarem nossa arquitetura residencial moderna, em volumetria e em configuração espacial, ocupando, entretanto, os limites frontal e laterais do lote. Foi projetada em 1958 por Agnaldo Muniz, um dos desenhistas então referidos como “práticos” em arquitetura, que contribuiriam para divulgar o “estilo funcional” no estado – com sala de costura, copa, galinheiro e quarador.

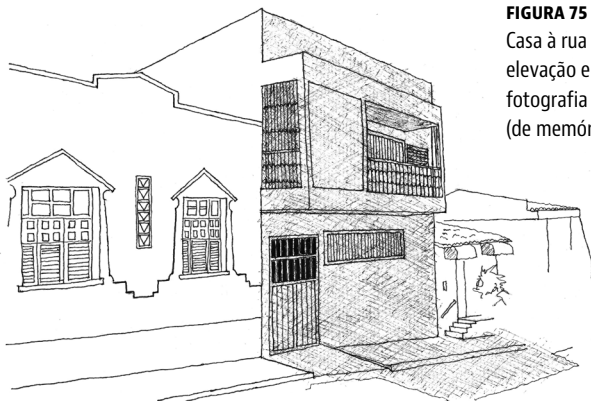
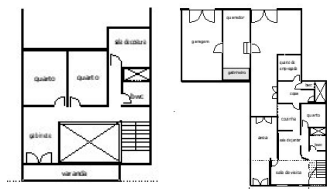


FIGURA 75

Casa à rua Santo Antônio, 819, Cidade Alta, Natal; elevação e planta baixa. Fonte: o autor, com base em fotografia do acervo pessoal; plantas baixas desenhadas (de memória) por Edja Trigueiro (1989, 1995).



Onde vão de abrir, opacos de fechar

Os achados relatados neste capítulo resultam, na maioria, de esforços de duas naturezas: de pequenas coleções de casos empíricos, compilados daqui e dali, e de levantamentos extensivos em fontes documentais, usualmente para embasar uma pesquisa acadêmica de conclusão de curso.

As coleções avulsas – oriundas de observações e vivências de pesquisadores e trabalhos disciplinares – contornam a dificuldade de obterem-se plantas completas e íntegras, sem um grande investimento de tempo e dedicação, oferecendo peças de um quadro incompleto, mas ricamente diversificado em tipos, lugares e tempos, cujas lacunas o pesquisador vai buscando completar com o auxílio da literatura e de fontes acadêmicas e não acadêmicas várias. Os levantamentos extensivos oferecem um quadro mais completo, ainda que não tão diversificado, permitindo decifrar aspectos expressivos de modos de morar em determinado tempo, lugar e grupo social.

Uns e outros são, em última instância, fragmentos que o pesquisador vai reunindo, no intuito de estabelecer uma linha diacrônica de formação e transformação desse que é, dentre todos os artefatos, o mais antigo e mais pregnante de nexos sobre o viver e conviver humano, mas também no intuito de distinguir entre continuidades e mudanças, entre modas e modos de vida, entre desígnios e circunstâncias. São parte de um vasto conjunto de esforços desenvolvidos por estudiosos comprometidos em ampliar o entendimento entre sociedade e ambiente construído, cujos produtos, até umas poucas décadas atrás, jaziam esquecidos em repositórios acadêmicos, findas as formalidades de graduação ou pós-graduação. Hoje, felizmente, acessíveis aos garimpadores de conhecimento sobre a arquitetura como espelho e molde da vida, seguem, contudo, sem lograr exercer efeito, quanto à sua preservação material.

Com o precioso auxílio de pesquisadores colegas e alunos, da nossa casa e de outras instituições, nem todos aqui referidos, encerro, pois, esta breve narrativa sobre arquitetura moderna residencial no Rio Grande do Norte, à luz da ideia de arquitetura vernacular, ou sobre uma moradia moderna vernacular, vinculada a princípios de um certo “estilo internacional”, mas, também, a dimensões histórico-culturais e físico-ambientais desse nosso pedaço de mundo.

Interações com a casa tradicional, reminiscências, foram abundantes, como buscou-se aqui enfatizar, em um momento de transformação marcado pelo arranque para uma sociedade majoritariamente urbana e – rezam testemunhas da história (como a que vos fala, ainda que então criança) – pelo otimismo, quanto ao país do futuro, um futuro que se anunciava expedito, naqueles anos ditos “dourados” para

a classe média brasileira. Uma classe média que parecia confortável com seus galinheiros e quaradores, quartos de empregada e copas, salas de costura e garagens, jardins e terraços escancarados para a rua, mas que se foi fechando, nos lados de dentro e de fora, talvez premida por eventos cujo etos delineou-se na contramão da esperada continuidade dos anos dourados. Pode vir daí a origem de tanto fechamento.

No lado de dentro, foi-se perdendo a flexibilidade das esferas de convívio familiar e social, por força da setorização funcional e da supressão de ligações que permitiam reconfigurar acessos e visibilidade, mediante o fechar e abrir de portas. Entre os lados de dentro e de fora, foram minguando acessos alternativos, talvez a alma morfotopológica de uma possível “casa brasileira”²⁸⁵, que, desde as casas de sítios e arbalades de meados do século XIX, contribuíram para ampliar a flexibilidade da hierarquia espacial doméstica. No lado de fora, cresceram muros, os “opacos de fechar”, que tanto entristeciam o poeta, talvez afortunado, por não os haver visto brotar em arames farpados, cercas eletrificadas, câmeras de vigilância, cercas de controle e guaritas elevadas. Ícone maior de uma talvez convivência gentil entre a casa e a rua, a moradia modernista haveria sido ápice e ponto de inflexão numa trajetória direcionada ao viver no aberto, entre “vãos de abrir”, que parece agora tão inatingivelmente distante.

285 Conforme vimos, há tempos, tentando demonstrar (Trigueiro, 2015, p. 11-1 a 11-12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da casa vernacular numa perspectiva histórica representa um desafio de monta, especialmente quando empreendido na *longa duração*, como propusemos neste trabalho. Tendo em vista a necessidade de fontes primárias que possam lançar alguma luz sobre o objeto estudado, cada vez mais fragmentadas e raras, à medida que recuamos no tempo, estudos dessa natureza representam um grande desafio, que se torna ainda maior, quando dedicados a uma porção do território nacional, o Rio Grande do Norte, que, apesar de sua inegável importância histórica – um dos pontos iniciais do processo de colonização do país –, não dispõe, para períodos mais remotos, da mesma riqueza de fontes documentais de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais ou do Rio de Janeiro, por exemplo, capitânicas que ocuparam um papel central no processo colonial e sobre as quais essas fontes, bem mais abundantes, podem, eventualmente, incluir uma quantidade maior de informações sobre a casa tradicional.

Por outro lado, o fato de o Rio Grande do Norte assemelhar-se, do ponto de vista histórico-cultural, aos demais estados da região Nordeste permitiu ampliar o nosso olhar para além dos seus limites estritamente geográficos, fazendo-nos considerar fontes documentais disponíveis para

outros estados dessa região e até mesmo para além dela, embora privilegiando, como acreditamos haver sido possível perceber, os estados nordestinos, notadamente os mais próximos. Considerando sempre a raridade das fontes, acreditamos que essa foi uma alternativa não apenas viável, mas inteiramente justificada do ponto de vista metodológico. De fato, o Rio Grande do Norte não é uma ilha, pois compartilha uma herança histórico-cultural relativamente comum com os demais estados em questão, e disso decorre que os resultados deste trabalho a eles aplicam-se, em maior ou menor grau.

O presente trabalho tem uma dimensão descritiva necessária e inevitável. Se o objetivo era apresentar um quadro o mais amplo possível dos diferentes tipos de habitação vernacular no Rio Grande do Norte, como um processo histórico em constante transformação, não é possível fugir de uma narrativa que aponta para a caracterização física dessas habitações. Há um visível desconhecimento, no Rio Grande do Norte pelo menos, sobre como eram os tipos de casa tradicional no campo e na cidade, especialmente para épocas mais distantes, e o desvendamento dessa questão, tanto quanto isso foi possível, é em si mesmo uma contribuição.

Contudo, o estudo não apenas descreve, mas, principalmente, *problematiza* a casa tradicional, ao analisá-la não de modo estático, mas como resultado de uma relação dinâmica com a tradição, numa progressão cronológica *grosso modo* linear. A esse respeito, o que analisamos ao longo desse trabalho parece se respaldar na afirmação de Nezar AlSayyad (2009), quando refletiu sobre a noção de arquitetura regional, a que nos referimos no Capítulo 1. Numa concepção talvez mais instrumental da tradição, ele considera que ela deve

ser encarada, atualmente, não como uma herança estática do passado, transmitida de geração a geração, mas “[...] como um projeto dinâmico para a reinterpretação desse passado à luz das necessidades presentes e futuras. As tradições estão sempre mudando, mas de alguma maneira elas não morrem facilmente” (*op. cit.* [s. p]). A análise proposta nesse estudo se coaduna, perfeitamente, com essa afirmação, que enfatiza ao mesmo tempo a dinamicidade e a resiliência da tradição, algo que, no caso específico do presente estudo, se manifesta também na casa tradicional, vernacular.

Assim, interessava-nos saber como diferentes tipos habitacionais formaram-se, consolidaram-se, transformaram-se ao longo do tempo e como chegaram até nós – no caso dos que chegaram –, mesmo que, profundamente modificados, ou, em outras palavras, como eventualmente desconstruíram-se. Acreditamos que o desconhecimento dessa problemática gera alguma curiosidade, até mesmo para os “leigos” no assunto, porque estamos lidando, sobretudo, com um tipo de arquitetura que é o mais próximo de todos nós: a arquitetura residencial. A importância do estudo parece-nos evidente não apenas do ponto de vista arquitetônico e patrimonial, mas também, num sentido mais amplo, de nossa própria formação cultural potiguar e mesmo nordestina, pois a cultura é uma dimensão inerente e inseparável do ato de morar, especialmente em se tratando da arquitetura vernacular. Por outro lado, como explicitado na Introdução, nos propomos a uma análise que é, essencialmente, voltada para a arquitetura enquanto manifestação material, e não segundo uma abordagem socioantropológica. Algumas alusões a questões de natureza cultural foram mobilizadas, efetivamente, mas apenas na medida em que serviram para

explicar a *materialidade* da arquitetura. Trata-se, portanto, de um trabalho sobretudo de arquitetura no sentido estrito do termo, e o livro deve ser lido com esse pressuposto em mente.

A proposta de encarar a casa em sua relação com a tradição, expressa segundo as quatro etapas temático-cronológicas propostas, exigiu certas nuances, advertências e limitações, como alertamos desde a Introdução. A casa – termo propositadamente empregado no singular, assim como a tradição, por razões ali explicitadas – apresenta-se como resultado de mudanças mais amplas, de caráter estrutural, seja de ordem cultural, econômica ou política, que perpassam e tangenciam, permanentemente, todas as etapas, e não poderia ser diferente, ainda que não tenhamos aprofundado essas questões. Também, e em parte devido a esse cenário mais amplo, as fontes utilizadas, primárias ou não, foram, sempre que necessário, questionadas, nuancadas, colocadas no seu devido contexto, de modo a permitir uma apreensão mais adequada de seu conteúdo. Afinal, a análise do discurso é sempre escorregadia, incompleta, parcial, especialmente quando estamos lidando com falas, afirmações e depoimentos de atores que viveram em épocas passadas, distantes de nós – afirmações e depoimentos estes que, por isso, não temos condições de apreender em sua inteireza. Todavia, as suas narrativas, além dos registros materiais ainda disponíveis – sobretudo a casa, nos casos em que ela chegou até os dias atuais –, são o que, concretamente, temos diante de nós, como pesquisadores, e temos que nos contentar com isso.

Este trabalho foi dividido em cinco partes, a primeira das quais, introdutória, e as quatro seguintes, referentes à progressão da relação entre a casa e a tradição, cada uma

delas contendo dois capítulos. Na Parte 1, que teve um caráter introdutório e por isso mesmo foi intitulada “algumas notas preliminares”, expusemos a nossa definição de arquitetura vernácula, ou vernacular, introduzimos alguns aspectos físico-ambientais do Rio Grande do Norte que nos ajudam a compreender a arquitetura vernácula produzida ao longo do tempo no estado, além de apresentarmos quatro aspectos iniciais sobre essa arquitetura, certamente, não exaustivos, mas necessários. O objetivo desta Parte 1 era, portanto, servir de baliza para toda a análise desenvolvida no trabalho, sem necessariamente estabelecer – a não ser, eventualmente –, relações explícitas com esta última, por ser a nosso ver dispensável. Na Parte 2, discorremos sobre “a casa e a formação de uma tradição (1600-1700)”. Tentamos demonstrar que, nesse intervalo de um século, estava forjando-se um tipo tradicional de casa, a do colono português, sobretudo, com alguma referência à de outros povos europeus que andaram por essas terras, ao passo que, a casa do nativo, o indígena, já estava formada e mesmo consolidada por ser bem mais antiga, mas que encontrou, no referido período, o germe de sua transformação. Apesar de a colonização haver sido iniciada no início do século XVI (1500), as fontes referentes ao Rio Grande do Norte são praticamente inexistentes, no que se refere à arquitetura vernacular para esse século. O máximo que pudemos obter foram dados sobre a casa indígena, mesmo assim, baseando-nos em cronistas que se referiam a outras áreas geográficas, para além da capitania do Rio Grande.

A casa tradicional, forjada no século XVII, consolidou-se ao longo do século e meio seguinte, como vimos na Parte 3, intitulada “a casa e a consolidação de uma tradição

(1700-1850)”. Até onde foi possível averiguar, ela manteve as características essenciais do período anterior e as reforçou, tanto no campo quanto na cidade. Aqui também discutimos o processo de formação e consolidação da casa originalmente do negro, o mocambo, que, mesmo sendo anterior, como foi o tráfico transatlântico, intensificou-se nesse período, que coincidiu com uma importação mais intensa dessa mão de obra forçada para a colônia americana. Quanto à casa indígena, o advento do aldeamento e, mais ainda, da chamada “vila de índio”, dois fenômenos que ocorreram, aliás, em todo o território da vasta colônia, levaram, paulatinamente, ao seu desaparecimento ou à sua desconstrução, pelo menos no Rio Grande do Norte, diferentemente de algumas outras regiões do território nacional, onde ela ainda permanece.

As duas últimas partes representam o processo mais acelerado de transformação da casa tradicional, que atinge a ameaça de seu desaparecimento. Assim, na Parte 4, “a casa e a transformação de uma tradição (1850-1950)”, constatamos, por diversos indícios, que a casa tradicional passou por um processo de transformação mais intenso do que em todos os períodos anteriores. A popularização das inovações tecnológicas, construtivas, os novos valores estéticos, os novos programas, a rejeição e mesmo o combate a determinados tipos tradicionais de casa, aspectos que se inserem no processo de modernização urbana e arquitetônica do período, atingiram, plenamente, a casa tradicional. Essas transformações manifestaram-se mesmo na área rural, em geral mais resistente à mudança. A substituição do engenho pela usina, inovação típica do avanço do capitalismo no campo, trouxe consequências indeléveis à casa tradicional

nesse período. Na Parte 5, “a casa e a desconstrução de uma tradição? (desde 1950)”, intitulada como uma pergunta, discutimos o difícil limiar entre passado e presente, entre tradição e inovação, entre a permanência e o desaparecimento/desconstrução da casa tradicional, especialmente com o advento da arquitetura moderna e contemporânea, que também alcançou o Rio Grande do Norte. Se essa dinâmica já é detectável na Parte 4, e de certa forma, para alguns casos, mesmo nas Partes anteriores, ela é intensa nesse período, que se estende até os nossos dias, a ponto de nos perguntarmos qual o futuro da casa de vertente vernacular. Tentamos demonstrar que, de uma maneira ou de outra, ela permanece, às vezes, de maneira sutil, como na arquitetura moderna – que, supostamente, desvincula-se de resquícios do passado –, mas também de modo evidente, quando consideramos que tipos tradicionais de épocas passadas ainda estão em pleno uso na atualidade. De qualquer forma, como vimos na discussão teórica, a arquitetura vernacular tende a desaparecer, algo que se comprova em nosso estudo que, por abarcar um longo recorte cronológico, também demonstrou que esse desaparecimento foi completo para alguns tipos habitacionais. Talvez novos tipos surjam no futuro e ensejem novas tradições no ato de morar. A ver.

Como foi possível perceber, a estrutura proposta encerra uma categorização, tanto temática – formação, consolidação, transformação e desconstrução de uma tradição tal qual revelada na casa –, quanto cronológica, essas etapas temáticas sendo determinadas por períodos históricos. Categorizações e classificações são recursos extremamente úteis para a análise, mas apresentam, de igual modo, limitações, porque dificilmente abarcam toda a realidade do

fenômeno estudado. Assim, vimos que alguns tipos de casa tradicional não se encaixam rigidamente nos recortes cronológicos propostos. Isso ficou cristalinamente evidenciado na casa indígena, cujas formação e consolidação perdem-se no tempo, como também são bem anteriores ao início da colonização. Semelhantemente, a sua transformação e sua desconstrução, pelo menos no Rio Grande do Norte, não acontecem exatamente nos períodos correspondentes estabelecidos para este estudo. Algo um tanto quanto semelhante, embora menos problemático, aconteceu com o mocambo que, disfarçado ou não, ainda resiste atualmente. Disso decorre, como mencionamos na Introdução, que a classificação em quatro etapas temático-cronológicas não pode ser encarada rigidamente, tendo em vista a dinamicidade dos processos históricos. Além disso, os diferentes tipos de casas tradicionais abordados têm suas dinâmicas próprias.

Outro tipo de categorização, ou classificação, digno de menção diz respeito ao que consideramos como casa vernacular, ou não. A discussão teórica que nos conduziu à definição de uma arquitetura como sendo vernacular foi-nos extremamente necessária e útil, e serviu sobremaneira para distingui-la da arquitetura formal, “não vernacular”, essa última excluída do presente estudo. Entretanto, em alguns momentos, determinados tipos abordados atingiram, aparentemente, o limiar do que poderíamos chamar de arquitetura tradicional. As transformações, sobretudo de natureza estética, verificadas tanto na casa urbana quando rural, analisadas na Parte 4, “a casa e a transformação de uma tradição (1850-1950)”, foram tais, que elas parecem fugir à primeira vista da definição adotada. As influências estilísticas são marcantes, não apenas na casa urbana, que sofre

imposições de fora, sobretudo, por meio do poder municipal, mas também, e até surpreendentemente, na casa rural do senhor de engenho. Segundo a definição adotada, a estética, embora seja parte integrante da arquitetura vernacular, tem um papel secundário, quando comparada a outros atributos a ela inerentes. Contudo, a ênfase estilística detectada nas casas em apreço não é suficiente para descaracterizá-las como vernáculas, pois elas continuam, sob vários aspectos, a obedecer aos ditames dessa arquitetura, no uso de materiais locais, na ausência de profissionais formais, especialmente arquitetos e engenheiros, na sua adequação ao clima, na prioridade do atendimento às necessidades funcionais sobre as formais e na permanência de valores culturais tradicionais. O máximo que podemos afirmar é que essas casas em transformação estão cada vez mais distantes de uma arquitetura primitiva, que, como vimos no Capítulo 1, tem especificidades que a distinguem, em parte, da arquitetura propriamente vernacular.

Por outro lado, outros tipos de arquitetura residencial que surgem nesse período ficaram efetivamente de fora. A casa operária, que se difunde no Rio Grande do Norte no século xx, ou a casa de uma pequena burguesia endinheirada do início do mesmo século, representam dois extremos que, por razões diferentes, distanciam-se bastante, a nosso ver, dos atributos da arquitetura vernacular tal qual a definimos. As casas das vilas operárias, em suas diferentes vertentes (da mineração, das unidades de produção agropecuária, das fábricas e das usinas), ainda estão por merecer um estudo que as aborde em seu conjunto.

O Capítulo 10 distingue-se dos demais por ser dedicado ao exame da casa produzida segundo os princípios da

arquitetura moderna. Por outro lado, o foco não está nessa arquitetura em si, mas na sua interação com elementos, resquícios, reminiscências da arquitetura residencial tradicional. A intenção foi justamente tentar desvendar, na arquitetura formal, modernista, produzida por arquitetos e que se difunde, especialmente, a partir de meados do século xx, resquícios materiais que ainda apontam para uma arquitetura vernacular. Pretendíamos verificar até que ponto o processo de desconstrução manifestou-se ou manifestou-se de fato num tipo de arquitetura que, teoricamente e *a priori*, não levaria em conta os valores, atributos e soluções da arquitetura de vertente tradicional.

O presente trabalho inscreve-se no campo disciplinar da arquitetura numa perspectiva histórica e não o contrário, isto é, um trabalho de história numa perspectiva arquitetônica. Estamos lidando aqui mais do que com um simples trocadilho ou um mero jogo de palavras. A análise perseguida, do início ao fim, é *arquitetônica*: os materiais utilizados, a forma, os ambientes, a mobília, a função, a relação com o entorno, as etapas de sua progressão histórica em sua relação com aspectos socioculturais de seus usuários, os termos técnicos utilizados, tudo, absolutamente tudo, tem como foco primordial a casa enquanto manifestação material, arquitetônica, e dificilmente o leitor haverá de discordar desse fato. Obviamente, como a casa não surge do nada, mas é uma construção histórica, social, cultural, econômica e política, especialmente quando o foco é a arquitetura vernacular, tivemos que recorrer a dimensões outras que transcendem a materialidade da unidade habitacional em si. Por exemplo, em alguns momentos, aludimos a pessoas e episódios diversos, inclusive no âmbito internacional,

porque de alguma maneira lançam luz sobre o entendimento da casa. Mas esse recurso foi sempre encarado como meio e não como fim. Evidentemente – e essa é nossa expectativa –, este trabalho poderá interessar ao leitor não arquiteto, seja ele um “simples leigo” no assunto ou um pesquisador de áreas afins, notadamente dos campos da história e da geografia, entre outros.

É preciso destacar que este livro, fruto de uma pesquisa que se estendeu por alguns anos, não esgota o assunto. Ele deixa lacunas, tendo em vista, sobretudo, a raridade das fontes. Assim, gostaríamos muito de haver desvendado ou elucidado mais elementos sobre a casa do colono português (e a esse respeito, de outros povos), no século XVII. O que pudemos constatar, pelo contrário, permite uma visão apenas parcial dessas casas, mesmo no século XVIII. Concluímos este trabalho, pois, na expectativa de que outras fontes de documentos fundamentais, desconhecidos até este momento, possam trazer, futuramente, novos elementos ao debate. Mesmo com lacunas, o fato de ele ter como pano de fundo outros estados do Nordeste brasileiro, aos quais foram feitas alusões superficiais, suscita, naturalmente, a ideia de lhe dar continuidade para além dele mesmo, isto é, seria da maior relevância que colegas pesquisadores de estados vizinhos empreendessem uma pesquisa semelhante, abordando o tema, igualmente, *na longa duração*, e não apenas no ou a partir do século XIX, como é mais recorrente, talvez por causa da maior facilidade das fontes documentais e dos registros materiais dessas casas. Estudos semelhantes, para outros estados, permitiriam, assim, elementos de comparação, de modo mais aprofundado e sistematizado, com os

resultados aqui encontrados. A sua realização é, portanto, uma tarefa inadiável.

A casa tradicional, de vertente vernacular, transforma-se, mesmo que lentamente, ao longo do tempo, o que é natural, inevitável e mesmo desejável. Afinal, ela tem de refletir, necessariamente, transformações tecnológicas, econômicas, socioculturais e outras, de um determinado povo e um determinado lugar, que se expressam, por exemplo, em níveis de conforto que eram desconhecidos em épocas passadas, ou em novas relações familiares, como, por exemplo, aquelas relativas ao maior protagonismo da mulher. Seria anacrônico, portanto, preconizar a manutenção de alguns tipos, sem qualquer adaptação aos tempos atuais, ou – o que é pior – a volta de outros tipos pretéritos que, felizmente, já desapareceram, uma vez que eles expressavam um tipo de sociedade profundamente desigual, injusta, opressora e – sem querer polemizar –, em muitos aspectos, mais nociva do que a sociedade atual. Portanto, longe de nós qualquer motivação ou atitude saudosista. Cabe reconhecer, contudo, que a casa tradicional é um testemunho de nossa cultura material. Não somente isso, também apresenta qualidades louváveis. Nesse sentido, alguns tipos, pelo menos, deveriam ser objeto de políticas de preservação e de conscientização junto à população e em especial aos seus ocupantes, no caso dos exemplares que chegaram até nós, como as casase de fazenda ou as casas do senhor de engenho, ou o casario urbano que ainda se mantém, especialmente nos centros históricos das pequenas cidades do interior. Com as devidas adaptações à vida contemporânea – que, aliás, já acontecem em alguns casos –, esse patrimônio deve ser valorizado e continuar a ser utilizado, sem que se percam

suas características essenciais. Infelizmente, o que vemos, com frequência, é um processo de desmonte, e é urgente uma ação no sentido de preservá-lo.

Da mesma forma, o insistente mocambo que, por razões de ordem econômica, sobretudo, teima em permanecer em nossa paisagem, especialmente em áreas rurais, poderia ser objeto de melhorias que permitissem, ao mesmo tempo, a manutenção de seus traços essenciais. Dotado naturalmente de algumas características favoráveis do ponto de vista climático, tecnológico, econômico – por ser uma construção extremamente barata e acessível –, mas também ambiental, esse tipo de habitação, objeto de profundo preconceito desde o século XIX, como vimos, poderia ser modernizado em muitos aspectos. De fato, a arquitetura vernacular tende a desaparecer nas condições atuais. Contudo, determinados atributos ambientais que lhe são inerentes a tornaram, novamente, digna de atenção. O uso das chamadas “arquitecturas de terra”, é um exemplo. Tradição milenar, espalhada pelos quatro cantos da terra, reunindo várias técnicas de construção tradicionais e uma infinidade de variantes regionais, as arquiteturas de terra têm suscitado interesse de pesquisadores e gestores. Isso tem um rebatimento direto na própria arquitetura vernacular. Em tempos de crise ambiental, energética e de esgotamento dos recursos naturais, ela apresenta resultados surpreendentes e louváveis, inclusive do ponto de vista estético. Essa arquitetura é preconizada em centros de pesquisa de renome internacional, como o “CraTerre” (<http://craterre.org/>), uma associação e um laboratório de pesquisa vinculados à Escola Nacional Superior de Arquitetura, em Grenoble, na França, que desde 1979 desenvolvem culturas construtivas e desenvolvimento

sustentável. Têm realizado projetos pilotos que ensinaram a construção de áreas habitacionais na França e em outras partes do mundo. A técnica construtiva do pau-a-pique, ou taipa, utilizada nos mocambos, uma dessas arquiteturas, tem, portanto, alto potencial de adequação ambiental. Algumas tentativas bem-sucedidas de utilizar-se a técnica tradicional da taipa, reinterpretando-a no contexto contemporâneo, já foram realizadas inclusive no Brasil. A Fundação Centro de Desenvolvimento das Aplicações de Madeira no Brasil (DAM) desenvolveu o sistema construtivo “Taipa em Painéis Modulados”, com resultados realmente satisfatórios, sob vários aspectos, em habitações, escolas e postos de saúde de diversos assentamentos localizados nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país (Dam, 1988).

Terminamos estas considerações lembrando que o presente estudo não é propositivo, mas analítico-reflexivo, destinado à produção de conhecimento, ainda que essas rápidas divagações propositivas pareçam-nos cabíveis nessas linhas finais. O seu foco foi a apreensão de uma determinada realidade, ou um determinado fenômeno, a casa de vertente vernacular potiguar e, até certo ponto, nordestina, sua formação e sua evolução no tempo. Parece-nos evidente concluir, diante de toda a análise aqui empreendida, que, após séculos de formação, consolidação e transformação, a casa vernácula atingiu o patamar da sua desconstrução, na qual se evidenciam, dialeticamente, sinais de seu desaparecimento. Mas, ao mesmo tempo, também, sinais de uma heroica permanência no tempo, pelo menos de alguns tipos, transformados ou não, de modo que se justifica, plenamente, nossa convicção de que, pelo menos até o presente momento, ela continua tão longe e tão perto de nós.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

Manuscritas

*Arquivo Histórico Ultramarino*²⁸⁶

CARTA do mestre-de-campo do Terço dos Paulistas, Manuel Álvares de Morais Navarro, ao rei [D. Pedro II] sobre a ordem para que o Terço dos Paulistas se retire da Campanha do Rio Grande e enviando pedido dos moradores apoiando a sua permanência na capitania. Anexo: certidão e 2ª via. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 1, Doc. 52, Rio Grande, 19 maio 1700.

CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. João V] pedindo que, de acordo com o capitão-mor do Rio Grande do Norte, possam repartir os índios aldeados para o serviço dos moradores; e que os religiosos da Companhia de Jesus, que administram as aldeias de índios, sejam substituídos por religiosos mendicantes. Anexo: 38 documentos. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 1, Doc. 73, Natal, 7 ago. 1713.

CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. João V] sobre os índios das aldeias da capitania que não cumprem os acordos de trabalho e usam armas de fogo, ameaçando os moradores. Anexo: 2ª via e cópia; carta do "capitão-mor dos índios" da Aldeia de Mipibu e respectivo traslado. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 2, Doc. 103, Natal, 21 jul. 1725.

CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], Domingos de Morais Navarro, ao rei [D. João V] sobre as festividades que ocorreram pelo casamento dos príncipes reais e sobre a propina de cera que pedira. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 2, Doc. 136, Natal, 10 maio 1729.

286 Os textos que explicam o conteúdo principal dos documentos são os do *Projeto Resgate da Documentação Histórica Barão do Rio Branco*. Uma única referência pode conter vários documentos. Ver a esse respeito, *Catálogo de documentos avulsos da Capitania do Rio Grande do Norte (1623-1823)* (Lopes, 2000); *Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Pernambuco, existentes no arquivo histórico ultramarino* (Catálogo, [s. d.]b); *Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania do Maranhão existentes no arquivo histórico ultramarino* (Catálogo, [s. d.]c).

CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], João de Barros Braga, ao rei [D. João v] sobre o procedimento dos índios quando vão trabalhar nas pescarias dos moradores, a proteção que os missionários lhes dão, isentando-os de qualquer castigo, a falta de jurisdição do capitão-mor nas missões e acerca dos problemas que têm surgido desde que se lhes consentiu o porte de armas de i* fogo, propondo que as armas lhes sejam retiradas e que toda a pessoa que lhas venda seja punida. Anexo: cartas (2) dos oficiais da Câmara de Natal sobre o mesmo assunto. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 2, Doc. 164, Natal, 17 mar. 1732a.

CARTA do [governador da Capitania de Pernambuco], Duarte Sodré Pereira Tibão, ao rei [D. João v], sobre a carta dos oficiais da Câmara da vila de Alagoas em que se queixam da pouca valia dos gêneros da terra, da cobrança do donativo para as despesas dos casamentos reais e da redução do Terço dos Palmares a duas Companhias, uma de brancos e outra de índios. Arquivo Histórico Ultramarino, Pernambuco, Caixa 42, Doc. 3810, Recife, 19 mar. 1732b.

CARTA do [provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte], Domingos da Silveira, ao rei [D. João v] sobre o mau procedimento dos índios aldeados quando vão trabalhar nas pescarias dos moradores, e sobre o pouco controle que os missionários têm sobre eles. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 2, Doc. 159, Natal, 15 mar.1732c.

CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], João de Barros Braga, ao rei [D. João v] sobre a necessidade de se construir um quartel na Fortaleza dos Reis Magos para que os soldados permanecessem nela. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 3, Doc. 183, Natal, 3 jun. 1733.

CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, Domingos da Silveira, ao rei [D. João v] sobre a ruína do armazém de armas e pólvora e a necessidade da sua reconstrução e pedindo permissão para utilizar os recursos da Fazenda Real nessa obra. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 3, Doc. 199, Natal, 3 out. 1734.

CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, Timóteo de Brito Quinzeiro, ao rei [D. João v] reafirmando que não havia necessidade da obra de construção de um novo armazém de pólvora, que só ocasionaria despesa desnecessária à Fazenda Real e sobre abusos do capitão-mor João de Teive Barreto e Meneses. Anexo: cópias de provisões, portarias e cartas numeradas de 1 a 10. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 4, Doc. 232, Natal, 19 mar. 1737.

CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], João de Teive Barreto e Meneses, ao rei [D. João v] sobre a construção do novo armazém da pólvora. Anexo: provisão (cópia) e portaria. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 4, Doc. 243, Natal, 28 fev. 1738.

CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, Teotônio Fernandes Temudo, ao rei [D. João V] sobre a insuficiência dos seus vencimentos para sustento pessoal, e pedindo para o aluguel da casa em que mora ser pago com as sobras dos contratos dos dízimos. Anexo- 2a via e carta do governador de Pernambuco Henrique Luís Pereira Freire. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 5, Doc. 276, Natal, 19 fev. 1743.

CARTA do provedor da fazenda real do Rio Grande do Norte, Inácio de Sousa Rocha Branco, ao rei D João V sobre as dívidas e rendimentos da Provedoria do Rio Grande do Norte no triênio anterior. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 5, Doc. 322, Natal, 10 maio 1747.

CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, Dionísio da Costa Soares, ao rei [D. José] enviando relação da receita e despesa do ano de 1755. Anexo: relação (certidão). Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 6, Doc. 395, Natal, 30 abr. 1756.

CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], Lopo Joaquim de Almeida Henriques, ao príncipe regente [D. João] remetendo o mapa demonstrativo dos distritos e vilas da capitania, constando da população, situação econômica e comercial e fazendo comentários sobre os dados. Anexo: "Mapa geral da importação de produtos e manufacturas do reino; produção, consumo, exportação, portos de donde vieram e para onde foram. Habitantes e ocupações deles, casamentos, nascimentos, mortes, e dos índios domésticos e suas idades. Tabela das doenças com que faleceram, previstas ou não previstas. Resumo das quantias em cruzado na Capitania do Rio Grande do Norte no ano de 1801". Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 9, Doc. 565, Natal, 30 abr. 1804.

CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao príncipe regente [D. João] sobre as desordens provocadas pelo vigário da matriz de Nossa Senhora da Apresentação da Cidade de Natal, padre Feliciano José Dornelas. Anexo: ofício do ouvidor-geral da Paraíba, João Severiano Maciel da Costa e documentos numerados de 3 a 31. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 9, Doc. 595. Natal, 20 fev. 1806.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro sobre cartas do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Antônio Vaz Gondim, e dos oficiais da Câmara de Natal, acerca do estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos, da falta de munições e infantaria e acerca da reconstrução da matriz [de Nossa Senhora da Apresentação]. Anexo: inventário das munições e apetrechos da Fortaleza dos Reis Magos (cópia); cartas e certidão. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 1, Doc. 14. Lisboa, 7 abr. 1674.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre requerimento de Marta de Oliveira, pedindo a restituição de suas casas no Recife que

foram tomadas com violência pelo ex-governador da dita capitania, D. Pedro de Almeida. Arquivo Histórico Ultramarino, Pernambuco, Caixa 12, Doc. 1126, Lisboa, 26 set. 1678.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre carta dos oficiais da Câmara de Natal, acerca da repartição desigual das sesmarias e da má administração das aldeias dos índios pelos padres da Companhia de Jesus. Anexo: carta. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 1, Doc. 18, Lisboa, 31 out. 1681.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Pascoal Gonçalves de Carvalho, acerca das hostilidades que os índios Janduí faziam na capitania. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 1, Doc. 27. Lisboa, 6 fev. 1688.

DESPACHO do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho], para que o oficial maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, João Filipe da Fonseca, responda às câmaras do Rio Grande do Norte (São José de Mipibu, Vila Nova do Príncipe, Vila Flor, Natal, Estremoz, Ares e Vila da Princesa), acerca do pedido que fizeram para que ao Rio Grande do Norte fosse concedida a independência do governo de Pernambuco, como aconteceu à Paraíba e ao Ceará; informando que enquanto não crescer a povoação daquela capitania, não poderá haver a subdivisão do governo que pedem. Anexo: representações dos oficiais das câmaras do Rio Grande do Norte (7). Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 8, Doc. 514, Lisboa, 31 mar. 1800.

INFORMAÇÃO do escrivão da Fazenda Real, Alfândega e Almoarifado e vedoria e Matrícula da gente de Guerra do Rio Grande do Norte, Estevão Velho de Melo, sobre os serviços do sargento-mor do terço dos paulistas José de Moraes Navarro, filho de Manoel Álvares Murzelo e natural da vila de Santos, que serviu por vinte e quatro anos no terço dos paulistas, no Rio Grande do Norte. Anexo: cartas patentes (2) e certidões. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 2, Doc. 91, Natal, 10 jul. 1723.

OFÍCIO do governador da Capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a ereção de vilas nas antigas aldeias dos índios. Arquivo Histórico Ultramarino, Pernambuco, Caixa 90, Doc. 7202, Recife, 6 mar. 1759.

OFÍCIO do [governador da Capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as diligências para reduzir as vinte e três aldeias feitas pelo juiz de fora, Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, e apreender os principais líderes das

perturbações no Rio Grande. Arquivo Histórico Ultramarino, Pernambuco, Caixa 96, Doc. 7565, Recife, 31 ago. 1761.

ofício do sargento-mor e governador interino do Rio Grande do Norte Caetano da Silva Sanches, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, sobre o estado da capitania à data da sua posse; epidemia de bexigas; escassez de carne, farinha e peixe; falta de militares e armamento; dando conta das providências tomadas, nomeadamente a arrematação do contrato das carnes, e queixando-se da falta de jurisdição e autoridade para prover oficiais de justiça e fazenda e passar patentes e cartas de sesmaria. Anexo: atestação dos oficiais da Câmara de Natal, mapa do rendimento dos contratos dos dizimos, mapa dos corpos auxiliares e companhias de infantaria, mapa do armamento da Fortaleza dos Reis Magos e provisão (cópia). Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 8, Doc. 483, Natal, 29 abr. 1791.

ofício do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], Caetano da Silva Sanches, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, conde de Linhares], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando relação das barras e enseadas existentes no Rio \ Grande do Norte, como foi ordenado, para que se pudesse estudar formas de animar o comércio direto entre o reino e a capitania. Anexo: relação e 2a via. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 8, Doc. 503, Natal, 1 mar. 1799a.

ofício do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], Caetano da Silva Sanches, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que, no passado, as provisões das serventias dos ofícios de justiça e fazenda, a passagem de cartas patentes de alguns postos militares e de cartas de sesmaria eram da jurisdição dos capitães-mor do Rio Grande do Norte, mas naquele momento essas atribuições passaram para o governador de Pernambuco por ordem deste, o que causava muitas dificuldades ao governo local e ao serviço real. Anexo: provisão (cópia) e 2a via. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 8, Doc. 504, Natal, 28 maio 1799b.

ofício do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Caetano da Silva Sanches, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção dos impressos destinados a instruir os habitantes da capitania em várias matérias, nomeadamente na agricultura, e enviando letra com o produto da venda desses materiais. Anexo: 2a via. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 8, Doc. 510, Natal, 15 out. 1799c.

ofício do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], Caetano da Silva Sanches, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo uma carta para a rainha [D. Maria I] pedindo a separação administrativa da Capitania do Rio Grande do Norte da de Pernambuco, como tinha acontecido à da

Paraíba e do Ceará, e pedindo o patrocínio do secretário de Estado para esta causa. Anexo: carta para a rainha e 2a via. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 8, Doc. 511, Natal, 15 out. 1799d.

OFÍCIO do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo], remetendo mapa da população, ocupação e produção da capitania, acompanhado de observações circunstanciadas. Anexo: "mapa geral da importação, produtos e manufacturas do reino; produção, consumo, exportação e do que ficou sem se exportar, nem consumir; portos de onde vieram e para onde foram; dos habitantes e suas ocupações; casamentos, matrimônios e mortes; dos índios domésticos com as mesmas declarações; tabela das moléstias; resumo das quantias por mil réis dos gêneros mencionados, pertencente ao ano de 1805, feito em o mês de outubro de 1806". Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 10, Doc. 629, Natal, 15 abr. 1807.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Fernando Antônio de Noronha, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre as ordens dirigidas ao coronel do Regimento Pago, Anacleto Henriques Franco, para extinguir o mocambo do Axoi. Arquivo Histórico Ultramarino, Maranhão, Caixa 84, Doc. 7096, [s. d.].

PARECER do [conselheiro do Conselho Ultramarino] Feliciano Dourado, sobre uma devassa acerca do contrabando de pau-brasil feito pelos holandeses no porto de João Lostão [Navarro], no Rio Grande do Norte. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 1, Doc. 06, Lisboa, 15 jul. 1662.

PARECER do Conselho Ultramarino sobre requerimento do ex-capitão-mor do Rio Grande do Norte, Lopo Joaquim de Almeida Henriques, pedindo para ser solto da prisão do Recife, com caução de carcereiro ou com fiança, para poder provar a sua inocência acerca das queixas levantadas contra ele por várias pessoas no Rio Grande do Norte durante o seu governo. Anexo: requerimento; representações (5); aviso (3) e carta do ouvidor-geral da Paraíba, João Severiano Maciel da Costa. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 10, Doc. 625, Lisboa, 5 mar. 1807.

REQUERIMENTO do alferes-tenente da Fortaleza dos Reis Magos, Francisco Antunes Meira, ao provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte [Timóteo de Brito Quinteiro] pedindo certidão de fé de ofícios. Anexo: documentos de serviço. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 4, Doc. 239, Natal, 18 set [ant.] 1737.

REQUERIMENTO de Manuel Teixeira Casado ao rei [D. João v] pedindo confirmação de carta patente do posto de coronel de cavalaria do Regimento da Cidade de Natal, passada pelo capitão-mor Francisco Xavier de Miranda Henriques. Anexo: carta

patente e provisão (cópia). Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 5, Doc. 329, Natal, 11 jan. [ant.] 1748.

REQUERIMENTO do missionário da aldeia de Gramado, religioso de Nossa Senhora do Carmo, padre Manuel da Purificação ao rei [D. José] pedindo que o grupo de índios fixados no engenho de Cunhaú, pertencente ao capitão Gaspar de Albuquerque Maranhão, seja obrigado a regressar às suas aldeias. Anexo: documentos comprovativos e carta do governador de Pernambuco, Luís José Correia de Sá. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 6, Doc. 373, 26 abr. [ant.] 1754.

REQUERIMENTO do contador da Junta da Fazenda Nacional da Província da Paraíba, José Nicolau da Costa, ao rei [D. João VI], enviando vários documentos sobre os acontecimentos na Província do Rio Grande do Norte, dando conta da situação em que se encontram os apoiantes da constituição e pedindo socorro para aquelas pessoas. Anexo: 6 documentos. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte, Caixa 10, Doc. 683, Paraíba, 12 jul. [ant.] 1822.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, Caixa 80, Maço 3, 1834 [ref. incompleta].

POSTURAS municipais de Vila Flor. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa 208, maço 9, 27 out. 1836.

POSTURAS municipais de Vila Flor. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa 208, maço 2A, 14 out. 1841.

POSTURAS da câmara municipal da cidade do Natal. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa 209, maço 25, 8 fev. 1853.

POSTURAS municipais da Câmara de Ceará-Mirim, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa 209, maço 2, 12 set. 1865a.

POSTURAS municipais da Câmara de Ceará-Mirim, Caixa 209, maço 27, 12 set. 1865b.

POSTURAS adicionais. São José de Mipibu. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa 209, maço 21, 10 fev. 1875.

POSTURAS municipais de Papari. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa 208, maço 13, 27 out. 1877.

POSTURAS municipais de Arez. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa 208, maço 15, 19 jun. 1882.

POSTURAS municipais. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa 208, maço 1, Mossoró, 10 out. 1883a.

POSTURAS municipais da Câmara de Ceará-Mirim. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa 209, maço 9, 1883b.

POSTURAS municipais da Cidade do Príncipe. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa 208, maço 17, 19 jan. 1884.

*Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro –
Divisão de obras raras e publicações. Seção de manuscritos*

DESCRIÇÃO do município de Apodi. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, I-31, 17, 33, CEH-B, n. 444, código 14-2, n. 8, 31 mar.1881.

DESCRIÇÃO do município de Assu. Província do Rio Grande do Norte, Comarca de Assu. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, I-32, 16, 19, CEH-B, n. 19.321. [s. d.].

DESCRIÇÃO do município de Mossoró. Província do Rio Grande do Norte, Comarca de Mossoró. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, II-32, 28, 19; 16 jan. 1886.

DESCRIÇÃO do município de Touros. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, I-32, 16, 20, CEH-B, n. 19.322, C. 217. [s. d.].

MAPA dos oficiais de ofícios mecânicos que existem na província do Rio Grande do Norte, designando os lugares de seu domicílio. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro [documentos da comissão de estatística], I-32, 10, 5; 1827.

MUNICÍPIO de Acari: Província do Rio Grande do Norte: Comarca do Jardim Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, II-32, 28, 19. [s. d.].

Arquivos em prefeituras municipais (Canguaretama e Nísia Floresta)

ATAS da Intendência de Arez. Prefeitura Municipal de Nísia Floresta, livro n. 3, 1861-1872.

ATAS das Sessões da Intendência. In: Livro de atas de termos de posse da Prefeitura Municipal de Canguaretama, 1 jan. 1916 a 23 set. 1930 [incompleto].

Outros arquivos e fontes avulsas

CATÁLOGO dos livros dos termos de vereação do Senado da Câmara de Natal do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. UFRN, CCHLA, Departamento de História. Grupo de Pesquisa Formação dos Espaços Coloniais [s. d.]a.

CATÁLOGO de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Pernambuco existentes no arquivo histórico ultramarino. *Arquivo histórico ultramarino*: arquivo científico tropical: *digital repository*. [s. d.]b. Disponível em: <https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc015/CU-Pernambuco.pdf>.

CATÁLOGO de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania do Maranhão existentes no arquivo histórico ultramarino. *Arquivo histórico ultramarino*: arquivo científico tropical: *digital repository*. [s. d.]c. Disponível em: <https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc009/CU-Maranhao.pdf>.

GENOVA, Annibale. Viaggio di Affrica e America portughesa fatto da P. Annibale da Genova, miss.rio apost.co Capuc.o Opera che o istesso dedica agli eminentissimi sig. ri cardeali di propaganda. Assai útil per quei che vorranno impiegarsi in cosi S.to apost.co Ministerio. [s. d.].

LIVRO 3-B. 1º Cartório de São José de Mipibu, Registros de Imóveis, 1928.

LIVRO caixa Acari. Paróquia de Nossa Senhora da Guia. Bem n. 20220. Acari [RN], 1885.

LIVRO de tomo, paróquia de São João Batista e Nossa Senhora da Conceição (Portalegre), 1761.

OFÍCIO do Juiz de Fora ao Governador de Pernambuco. Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, Arq. 1.1.14, fl. 277v.-284v. 15 jul. 1761.

Publicadas

Relatórios, falas e mensagens dos Presidentes da província/estado do Rio Grande do Norte

DISCURSO apresentado pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Casimiro José de Moraes, Presidente Da Província do Rio Grande do Norte na abertura da segunda sessão da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 7 de setembro de 1847. Pernambuco: Na Tipografia de M. F. de Faria, 1847.

FALA dirigida à Assembleia Legislativa da Província do Rio Grande do Norte, na instalação da na Sessão Ordinária no dia 3 de maio de 1849 pelo Presidente da Província. Pernambuco: Tipografia de M. F. de Faria, 1849.

FALA dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte na sessão ordinária que teve lugar no dia 17 de fevereiro ano de 1853, pelo Ilm.º e Exm. Sr. Presidente da Província, o Dr. Antônio Francisco Pereira de Carvalho. Pernambuco: Tipografia de M. F. de Farla, 1853.

MENSAGEM do governador Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Relatórios apresentados chefes das repartições públicas estaduais do Rio Grande do Norte. Natal: Tipografia da República, 1893.

MENSAGEM dirigida pelo Governador Dr. Joaquim Ferreira Chaves Filho ao Congresso Legislativo do Estado do Rio Grande do Norte ao abrir-se a 2ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura em 15 de julho de 1896, acompanhada do relatório da Secretaria e anexos. Natal: Tipografia da República, 1896.

MENSAGEM dirigida pelo governador Dr. Joaquim Ferreira Chaves Filho Ao congresso Legislativo do Estado do Rio Grande do Norte ao abrir-se a 3ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura em 14 de julho de 1897, acompanhada do Relatório da Secretaria e anexos. Natal: Impresso Na Tipografia da República, 1897.

MENSAGEM lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da primeira sessão da quarta legislatura pelo governador Alberto Maranhão acompanhada dos relatórios apresentados pelos chefes dos diversos ramos do serviço público. Natal: Tipografia da República, 1901 (1904).

MENSAGEM apresentada pelo governador Alberto Maranhão ao passar o governo do Estado ao dr. Augusto Tavares de Lyra no dia 25 de março de 1904. Natal: Tipografia da República, 1904b.

MENSAGEM lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da Sessão Extraordinária de janeiro de 1905 pelo governador Augusto Tavares de Lira. Natal: Tipografia da República 1905.

MENSAGEM lida [pelo Governador LYRA, Augusto Tavares Lyra] perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da sessão extraordinária. Janeiro de 1905. Natal: Tipografia da República, 1906.

MENSAGEM lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da terceira sessão da quinta legislatura a 14 de julho de 1906 pelo governador Augusto Tavares de Lyra. Natal: Tipografia da República, 1907.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da primeira sessão da Sétima Legislatura Em 1º de novembro de 1910 pelo Governador Alberto Maranhão. Natal: Tipografia da República, 1910.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da sétima legislatura em 1º de novembro de 1911 pelo governador Alberto Maranhão. Natal: tipografia da República, 1911.

MENSAGEM apresentada [pelo Governador Alberto Maranhão] ao Congresso Legislativo na abertura da primeira sessão da oitava legislatura. Natal: Tipografia da República, 1913.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da província do Rio Grande do Norte na abertura da última sessão ordinária da 2ª legislatura provincial, no dia 7 de setembro de 1839, pelo Exmo presidente da província D. Manoel de Assis Mascarenhas. Pernambuco: Tipografia de Santos e Companhia, 1840.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, pelo exmo. primeiro vice-presidente da província, João Carlos Wanderley, no dia 3 de maio de 1850. Pernambuco, Tipografia de M. F. de Faria, 1851.

RELATÓRIO que o Exmo. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, presidente da província do Rio Grande do Norte apresentou à respectiva Assembleia Legislativa Provincial na sessão ordinária de 1861. Ouro Preto: Tipografia Provincial, 1862.

RELATÓRIO com que o exmo. Sr. Dr. Olinto José Meira passou a administração da província do Rio Grande do Norte ao exmo. sr. dr. Luís Barbosa da Silva, em 21 de agosto de 1866. Publicado como anexo do relatório de 1º de outubro de 1866.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte na sessão ordinária do ano de 1866 pelo Presidente da Província o Exm. Snr. Dr. Luiz Barbosa da Silva. Rio Grande do Norte. Tipografia Dois de Dezembro, 1867.

RELATÓRIO com que abriu a 1ª sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte o Exm. Sr. Comendador Dr. Henrique Pereira de Lucena no dia 5 de outubro de 1872. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, Rua dos Ourives n. 19, 1873.

RELATÓRIO com que instalou a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de dezembro de 1878 o 1º Vice-Presidente o Exmo Sr. Dr. Manoel Januário Bezerra Montenegro. Pernambuco: Typ. do Jornal do Recife, 1879.

Publicações diversas

AGASSIZ, LUÍS; AGASSIZ, Elizabeth Carey. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Brasília: Senado Federal, 2000.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei D. João vi*. Rio de Janeiro: Tipografia de Silva Porto, 1822. t. VIII.

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

BLUTEAU, Rafael D. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789a. t. I (A-K).

BLUTEAU, Rafael D. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789b. t. II (L-Z).

BRITO, Bernardo Gomes de (org.). *História trágico-marítima: com outras notícias de naufrágios*. Lisboa: Escriptorio, 1905. v. VII.

CALADO, Manuel Calado. *O valeroso lucideno e trunfo da liberdade*. Lisboa: Paulo Craesbeeck [impressor], 1648.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gentes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. LEITE & Cia., 1925.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memorias diárias de la guerra del Brasil*. Madrid: Diego Dias de la Carrera, impressor del Reyno, 1654.

COLEÇÃO de leis provinciais do Rio Grande do Norte. Ano de 1883. Natal: Tipografia do Correio de Natal, 1883.

CRIGNON, Pierre. Discorso d'un gran capitano di mare francese del lucco di Dieppa sopra le navigationi fatte alle Terra Nuova dell'Indie Occidentali, chiamata la Nuova Francia, da gradi 40 fino a gradi 47 sotto il Polo Arctico, & sopra la terra del Brasil, Guinea, Isola di San Lorenzo, & quelle di Sumatra, fino alle quali hano navigato le caravelle & navi francese, [...] In: RAMUSIO G. B. *Terzo Volume delle Navigazioni et Viaggi, nel quale si contengono le Navigazioni al Mondo Nuovo, à gli Antichi incognito, fatte da Christoforo Colombo Genovese, [...] & accresciuti poi da Fernando Corteze, da Francesco Pizarro, & altri valorosi Capitani, in diverse parti delle dette Indie, in nome di Carlo V imp [...]*. Venetia: Nella Stamperia de Giunti, 1565.

DO SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil. Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. XIII, 1885-1886.

FIGUEIRA, Luís. Relação do Maranhão. In: GIRÃO, Raimundo (org.). *Três documentos do Ceará colonial*. Fortaleza: [s. n.], 1967.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GIRÃO, Raimundo (org.). *Três documentos do Ceará colonial*. Fortaleza: [s. n.], 1967.

HANSEN, Peter. *Viagem ao Brasil: (1644-1654)*. In: TEENSMA, Benjamin Nicolaas et al. (org.). Recife: CEPE, 2016.

INFORMAÇÃO geral da Capitania de Pernambuco: 1749. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. XXVIII, 1908.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Recenseamento geral do Brasil*: (1º de setembro de 1940): série regional: parte VII – Rio Grande do Norte: censo demográfico: população e habitação: censos econômicos: agrícola, industrial, comercial e de serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1987-1988, Rio de Janeiro, v. 48, 1988.

IDEA da população da Capitania de Pernambuco e de suas anexas, extensão de suas costas, rios e povoações notáveis, agricultura, número de engenhos, contratos e rendimentos reais, aumento que estes têm tido desde o ano de 1774 em que tomou posse do governo das mesmas capitanias o governador e capitão general José Cezar de Menezes. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. XL, 1918.

JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. *Novo orbe seráfico brasílico, ou, crônica dos frades menores da província do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1858.

KNIVET, Anthony. The admirable adventures and strange fortunes of Master Anthony Knivet, which went with Master Thomas Candish in his second voyage to the South Sea. In: PURCHAS, Samuel, B. D. *Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrimes*: Contayning a history of the World in Sea Voyages and Lande Travells by Englishmen and others. Glasgow: James MacLehose and Sons, 1906. v. XVI.

KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. London: Longman, 1816.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luís da Câmara Cascudo. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1978. v. XVII. [Coleção Pernambucana].

LAET, Joannes de. História ou anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do ano de 1636. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, L. VIII-X, v. XXXVIII, 1916.

LAET, Joannes de. História ou anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do ano de 1636. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, L. XI-XIII, v. XLI-II, 1925.

MARIZ, Marlene da Silva. *Repertório de documentos para a História indígena no Rio Grande do Norte*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, 1994.

MORENO, Diogo de Campos. Livro que dá razão ao Estado do Brasil no governo do Norte somente assim como o teve Dom Diogo de Menezes, até o ano de 1612. In:

SLUITER, Engel. Report on the State of Brazil, 1612. *The Hispanic American Historical Review*, v. 29, n. 4, p. 518-562, nov. 1949.

NIEUHOFF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

NOBRE, Manuel Ferreira. Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte. Natal: Sebo Vermelho, 2011.

O ANO de 1822: ideia geográfica do Brasil em 1822. In: *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1922. v. xx.

O TRESLADO do auto e mais diligências que se fizeram sobre as datas de terras da capitania do Rio Grande, que se tinham dado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará* [Documentos da Coleção Studart], Fortaleza, ano xxiii, 1909.

RESENLAER, Kilian de. Déclaration de Caspar Paraoupaba, de Siara, âgé de 50 ans, d'Andreas Francisco, de Siara, âgé de 32 ans, de Pieter Poty, de la baie de Traição, d'Antony Guirawassauay, d'Antony Francisco èt Lauys Caspar, tous de la baie Traição, un desquels de la nation des Tiguars de la côte septentrionale du Brésil. Notée par le sieur Kilian de Resenlaer le 20 mars de l'an 1628, à Amsterdam. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, 1907. v. xxix.

ROTEIRO do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. LXII, parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*. Paris: J. P. Aillaud, 1845a. t. I.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*. Paris: J. P. Aillaud, 1845b. t. II.

SANT'ANNA, Marcia. *Arquitetura primitiva* [s. d.]. Disponível em: <http://www.arqpop.arq.ufba.br/tags/arquitetura-primitiva>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SANTOS, Sebastião Vasconcelos dos; OLIVEIRA, Nanci Neiza de. *Outros inventários mossoroenses: (1863-1880)*. [s. l.]: [s. n.], 1980. v. cxxxiii. [Coleção Mossoroense].

SOBRE a representação do Provedor da Fazenda Real da Capitania do Rio Grande, no sentido de lhe serem pagos de aluguéis das casas em que reside pelas sobras dos dizimos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. xvi, n. 1-2, p. 113-115, 1918.

SOUZA, Antônio de. A cadeia de Natal: notícia histórica fundada em documentos inéditos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. iv, n. 1, 1906.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851.

STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil*. Versão do texto de Marpurgo, de 1557. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1930.

STUDART, Guilheme [Barão de Studart]. *Documentos para a história de Martim Soares Moreno*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1905.

THOMAZ, Ignácio Nunes Correa. Regimento do ofício de ferreiro feito em vereação de 12 de agosto de 1791. Rio Grande do Norte. Senado da Câmara de Natal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. xiv, n. 1-2, p. 107-108, 1916.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Segunda edição correta e aumentada. Lisboa: Editor A. J. Fernandes Lopes, 1856. t. I [e único].

VERDONCK, Adriano. Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comercio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*. 2. ed. Recife: CEPE, 2004. p. 35-46.

Fontes gráficas

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Cinco plantas referentes a aldeias da capitania da Bahia* [São Fidelis e Santarém, da comarca de Ilhéus; Abrantes, N. S.^a dos Prazeres de Sequirica, Massarão Deipió]. Cartografia manuscrita, Bahia, n. 1039 a 1043 [ca. 1794].

ALBERNAZ, João Teixeira. Rio Grande Capitania de Sua Majestade. 1 mapa. In: MORENO, Diogo de Campos. *Rezão do Estado do Brasil no Governo do Norte somete asi como o teve dō Diogo de Meneses até o anno de 1612*. [c. 1616]. 1 manuscrito, [120] f., il., 42 cm. Disponível em: arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126_item1/P252.html. Acesso em: 22 nov. 2024.

VEROVERINGE van Rio Grande in Brasil. 1633. 1 mapa. In: COMMELYN, Isaak. *Frederik Hendrick van Nassauw Prince van Orangien: zyn leven en bedryf*. Amsterdam: Jodocus Janssonius, 1651. Disponível em: <https://id.rijksmuseum.nl/200482830>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Fontes secundárias

Livros e capítulos de livros

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando A. (ed.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALSAYYAD, Nezar. Foreword. on the study of 'regional architecture'. In: HEATH, Kingston WM. *Vernacular architecture and regional design: cultural process and environmental response*. Oxford: Elsevier, 2009.

ALVEAL, Carmen; BARBOSA, Kleyson. *Posturas e correições: ações legislativas e punitivas do poder camarário da Cidade do Natal (1705-1760)*. Natal: Flor do Sal, 2018.

ALVEAL, Carmen; OLIVEIRA, Leonardo. *Capitão-mor: nomeações para o governo do Rio Grande (1667-1781)*. Natal: Flor do Sal, 2016.

AMORIM, Pedro. *O Município de Assu: (notícia até 1928)*. Natal: Imprensa Oficial, 1929.

ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Ed. de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez *et alii* (col.). Brasília: Iphan, 2015.

AQUINO, Aécio Villar de. *Nordeste, século XIX*. João Pessoa: Editora Universitária, 1980.

AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix, 1980.

AZEVEDO, Aroldo de. *Embriões de cidades brasileiras*. Separata do Boletim Paulista de Geografia, n. 25, mar. 1957.

AZEVEDO, João Lúcio de (org.). *Cartas de Antônio Vieira*. São Paulo: Globo, 2008. v. 1.

BARBALHO, Gilberto Guerreiro. *História do município de São José de Mipibu*. Rio de Janeiro: NAP/s, 1960.

CANTARELLI, Rodrigo. *Historicismos na arquitetura dos subúrbios recifenses: um recorte da Coleção Eclétismo*. Recife: Massangana, 2020. Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/images/stories/editora/ebook/catalogo_eclétismo_pagina_simples.pdf.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1955.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da terra*. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Notas e documentos para a História de Mossoró*. Mossoró: EFRN, 1996. [Coleção Mossoroense].

CASCUDO, Luís da Câmara. *Cidade do Natal*. Natal: Sebo Vermelho; Pousada Itacoatiara, 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 3. ed. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1999.

CAVALCANTI, Ana Maria. *Migração rural-rural no Nordeste do Brasil*. Natal: PRAEU, 1982. [Coleção Textos Acadêmicos].

CHAGNON, Napoleon Alphonseau. *Yanomamö: The Fierce People*. 2nd. ed. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1977.

COLTRIM, Marcio; TINEM, Nelci (org.). *Na urdidura da modernidade: arquitetura moderna na Paraíba I*. João Pessoa: FA Gráfica e Editora, 2014.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Artshow Books, 1989.

COSTA, Írio Barbosa da Costa; MESQUITA, Helena Maria. *Tipos de habitação rural no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

COSTA, Maria Heloísa Fénelon; MALHANO, Hamilton Botelho. Habitação indígena brasileira. In: RIBEIRO, Darcy (org.). *Suma etnológica brasileira: edição atualizada do Handbook of South American Indians*. Petrópolis: Vozes, 1986. v. 2. *Tecnologia indígena*. p. 27-94.

COUTINHO, Evaldo. *O espaço da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MATTA, Roberto da. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, [1997] 2000.

DANTAS, Marcelo; FERREIRA, Rogério Valença. Relevo do Estado do Rio Grande do Norte. In: PFALTZGRAFF, Pedro Augusto dos Santos; TORRES, Fernanda Soares de Miranda (org.). *Geodiversidade do Estado do Rio Grande do Norte*. CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2010.

DE LA RUE, Edgar Aubert. *Brésil Aride: la vie dans la Caatinga*. 7. ed. Paris: Gallimard, 1957.

DINIZ, Marco Túlio Mendonça; OLIVEIRA, Antônia Vilaneide Lopes Costa de; SOUZA, Ana Caroline Damasceno. Unidades de paisagem do Rio Grande do Norte: um enfoque nas regiões naturais. In: ALBANO, Gleydson Pinheiro; ALVES, Larissa da Silva Pereira; ALVES, Agassiel de Medeiros (org.). *Capítulos de Geografia do Rio Grande do Norte*. Pau dos Ferros [RN]: REDE-TER, 2020. v. III.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Um sertão entre tantos outros*. São Paulo: Versal, 2015.

FATHY, Hassan. *Construindo com o povo: arquitetura para os pobres*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

FEIJÓ, Paulo Heider Forte. *A arquitetura tradicional de Acari no século XIX: estudo comparativo entre a casa grande de fazenda e a casa urbana*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 2014.

FELIPE, José Lacerda. *Elementos de Geografia do RN*. Natal: Editora Universitária, 1988.

FORMAN, Shepard. *The raft fishermen: tradition and change in the Brazilian peasant economy*. Bloomington: Indiana University Press, 1970. p. 35.

FREYRE, Gilberto. *Mucambos do Nordeste*. *Revista do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde Pública, 1937.

FREYRE, Gilberto. *Casas de residência no Brasil*. *Revista do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde Pública, 1943.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio; Recife: Câmara dos Deputados: Governo do Estado de Pernambuco, [1936] 1981.

FUNDAÇÃO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DAS APLICAÇÕES DE MADEIRAS NO BRASIL - DAM. *Taipa em painéis modulados*. 2. ed. Brasília: MEC/CEDATE, 1988.

GOMES, Geraldo. *Engenho e Arquitetura*. Recife: Fundaj: Massangana, 2006.

GUTIERREZ, Ramón. *Arquitetura latino-americana*. São Paulo: Nobel, 1989.

HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1990.

HEREDIA, Alásia de. *A Morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HIEBERT, Paul G. *Cultural anthropology*. Philadelphia: University of Washington, 1976.

HILLIER, Bill. *Space is the machine*. Londres: Cambridge University Press, 1994.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. *The social logic of space*. Cambridge University Press, 1984.

HOWARD, Ebenezer. *Garden Cities of To-morrow*. London: Swan Sonnenschein, 1902.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. *Tipos e aspectos do Brasil*: excertos da Revista Brasileira de Geografia. Ilustrações de Percy Lau e Barbosa Leite Fundação, 9. ed. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1970.

JUCÁ NETO. *Primórdios da urbanização do Ceará*. Fortaleza: Edições da UFC: Editora do Banco do Nordeste do Brasil, 2012. p. 350; 367.

KOPP, Anatole. Quando o Moderno não era um estilo e sim uma causa. São Paulo: Nobel, 1990.

LARA, Fernando Luiz; GUERRA, Abilio; SANTOS, Silvana Romano (org.). *Excepcionalidade do modernismo brasileiro*. São Paulo: Romano Guerra, 2020.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938a. t. I.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938b. t. V.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1943. t. IV.

LEMS, Carlos Alberto Cerqueira. *Alvenaria burguesa*: breve História da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo Café. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1989a.

LEMS, Carlos Alberto Cerqueira. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989b.

LEMS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte. 1701-1822*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980. v. 2.

LEONARD, Olen. *Problemas de habitação rural no leste de Pernambuco*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1960.

LYRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 3. ed. Natal: EDUFRRN, 2008. [Col. História Potiguar].

MACDONALD, Angus J. *Structure and architecture*. 2. ed. University of Edinburgh, Department of Architecture, 2001.

MAIA, Ana Luíza França. *Rua Miguel Barra*: síntese do Modernismo em Natal. Trabalho disciplinar apresentado no curso de História e Teoria da Arquitetura 3. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2001.

MARINS, Paulo Cesar Garcez. Um sobrado como mediação: Ana Rosa de Araújo entre a reclusão e a vida social. In: NASCIMENTO, Flávia Brito do (org.). *Domesticidade, gênero e cultura material*. São Paulo: Centro de Preservação Cultural da USP: EDUSP, 2017.

MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. *La Ravardière e a França Equinocial: os franceses no Maranhão (1612-1615)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Caicó, cem anos atrás*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Terra natalense*. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Aconteceu na capitania do Rio Grande*. Natal: Dept. Estadual de Imprensa, 1997.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Natal do Rio Grande num mapa raro de Albernaz. In: EMERENCIANO, João Gothardo Dantas (org.). *Natal Não-Há-Tal: Aspectos da História da Cidade do Natal*. Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007.

MEDEIROS, Tarcísio. Aspectos geopolíticos e antropológicos da História do Rio Grande do Norte. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MELO NETO, João Cabral de. Fábula de um arquiteto. In: MELO NETO, J. C. *Da educação pela pedra à pedra do sono: antologia poética*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

MELLO, José Antônio Gonçalves. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na cultura do norte do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MELO, Manuel Rodrigues de. *Várzea do Açú*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1951.

MIRANDA, João Maurício Fernandes. *Evolução urbana de Natal em 400 Anos: 1599 - 1999*. Coleção Natal 400 anos. Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Prefeitura de Natal, 1999. v. VII.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz de. *Desvendando a cidade: Caicó em sua dinâmica espacial*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1999.

MOURA FILHA, Maria Berrthilde; SOARES, Maria Simone Moraes. Da casa colonial à casa de porão alto: uma lenta trajetória. In: MOURA FILHA, Maria Berrthilde; COTRIM, Márcio; CAVALCANTI FILHO, Ivan. *Entre o Rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa*. João Pessoa: EdUFPB, 2016. p. 41-42.

MOURA, Pedro Rebouças de. *Fatos da História do Rio Grande do Norte*. Natal: Companhia Editora do Rio Grande do Norte, 1986.

NASCIMENTO, Flávia Brito do, SILVA, Joana Mello de Carvalho, LIRA, José Tavares Correia de, RUBINO, Silvana Barbosa (org.). *Domesticidade, gênero e cultura material*. São Paulo: Centro de Preservação Cultural da USP: EDUSP, 2017.

NEMÉSIO, Vitorino. *Caatinga e terra caída: viagens no Nordeste e no Amazonas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1968.

NESE, Jeanne Fonseca Leite. *Natal monumental*. Natal: IPHAN, 2013.

NEVES, Luís Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

NIEMEYER, Oscar. *A forma na arquitetura*. Rio de Janeiro: Limitada, 1980.

NONATO, Raimundo. *História social da abolição em Mossoró*. [s. l.]: [s. n.], 1983. v. CCLXXXV. [Coleção Mossoroense].

OLIVER, Paul. *Built to meet needs: cultural issues in vernacular architecture*. Oxford: Elsevier, 2006.

ONOFRE JÚNIOR, Manoel. *Martins, sua terra, sua gente*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1966.

PELLI, Victor Saúl. Notas para uma tecnologia apropriada à construção na América Latina. In: MASCARÓ, Lúcia (coord.). *Tecnologia e Arquitetura*. São Paulo: Nobel, 1990.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: EDUSP, 1995.

PEVSNER, Nikolaus. *Os Pioneiros do desenho moderno: de William Morris a Walter Gropius*. Tradução de João Paulo Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

PIERSON, Donald. *Cruz das Almas: a Brazillan village*. Connecticut: Greenwood, 1973. v. 12.

POMBO, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1921.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil: 1650-1720*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 2002.

RAMOS, Arthur. *The Negro in Brazil*. Washington [DC]: The Associated Publishers, 1951.

RAPOPORT, Amos. *House, form and culture*. New Jersey: Prentice-Hall, 1969.

REICHLIN, Bruno. Pour ou contre la 'fenêtre en bande'. In: CHAROLLAIS, Isabelle; DUCRET André. *Le Corbusier à Genève: 1922-1932: projets et réalisations*. Lausanne: Payot Lausanne, 1987. Disponível em: http://www.mikulas.ch/fenetre_en_bande.htm. Acesso em: 8 nov. 2020.

- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil: 1500/1720*. São Paulo: EDUSP, 1968.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- RODRIGUES, José Wash. *Documentário arquitetônico*. São Paulo: Livraria Martins Editora, [s. d.].
- RYBCZYNSKI, Witold. *Casa, pequena história de uma ideia*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. *Acarí: fundação, história e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.
- SCUPIN, Raymond. *Cultural anthropology: a global perspective*. Boston: Pearson, 2012.
- SILVA, Elvan. *Uma Introdução ao projeto arquitetônico*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1983.
- SLENES, Robert. w. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: NOVAIS, Fernando A. (ed.). *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SMITH, T. Lynn. *Brazil: people and institutions*. 4. ed. Baton Rouge: Louisiana University Press, 1972.
- SOARES FILHO, Antônio. *Notas de História*. Natal: Fundação José Augusto, 1985.
- SOUZA, Itamar de. *Migrações internas no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- STROETER, João Rodolfo. *Arquitetura e teorias*. São Paulo: Nobel, 1986.
- TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Da cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana*. Natal: EDUFRN, 2009.
- TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *O poder municipal e as casas de câmara e cadeia: semelhanças e especificidades do caso potiguar*. Natal: EDUFRN, 2012.
- TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Forma, tradição e mudança: a habitação como expressão sociocultural. In: MARQUES, Sonia (org.). *Casas e casos: sobre modos de morar no Nordeste do Brasil*. Natal: EDUFRN, 2015. v. 1, p. 49-98.
- TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Des deux côtés de l'Atlantique: Natal-Dakar dans une perspective comparative*. Paris: L'Harmattan, 2018.
- TINEM, Nelci; COTRIM, Marcio. Pesquisa, avaliação e registros de arquitetura moderna. In: COTRIM, Marcio; TINEM, Nelci (org.). *Na urdidura da modernidade: arquitetura moderna na Paraíba*. João Pessoa: FA Gráfica e Editora, 2014. v. 1.

WALLE, Paul. *États de Parahyba, Rio Grande do Norte et Ceará*. Paris: Guilmoto, 1912.

WEBB, Kempton Evans. *The Changing Face of Northeast Brazil*. New York: Columbia University Press, 1974.

WEIMER, Günter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

Artigos em periódicos, anais de eventos e jornais

BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 2. Ministério da Educação e Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1938.

CASCUDO, Luís da Câmara. A carnaúba. *Revista Brasileira de Geografia*, ano xxvi, n. 2, abr.-jun. 1964.

DINIZ, Marco Túlio Mendonça; PEREIRA, Vítor Hugo Campelo. Climatologia do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil: sistemas atmosféricos atuantes e mapeamento de tipos de clima. *Boletim Goiano de Geografia* [Online], Goiânia, v. 35, n. 3, p. 488-506, set./dez. 2015.

FAZENDA Zabelê é desapropriada. *Jornal dos Trabalhadores sem Terra*, n. 128, ago. 1993. Homeroteca luta pela Terra. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2546>.

HUE, Sheila Moura. Ingleses no Brasil: relatos de viagens: 1526-1608. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 126, 2006.

LIMA, Nestor. Municípios do Rio Grande do Norte, à guisa de defesa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, n. 1, v. xxxv-xxxvii, 1938-1940.

LUZ para a Baixa da Coruja: conglomerado humano que vive à margem do mundo. *Diário de Natal*, ed. 2231, 2. p., 28 maio 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028711_01&pasta=ano%201915&pesq=%22LUZ%20para%20a%20Baixa%20da%20Coruja%22&pagfis=32655.

MESQUITA, Myriam G. Coelho. Caiçaras no Rio Grande do Norte: tipos e aspectos do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 23. abr.-jun. 1961.

NASCIMENTO *et al.* (org.). *Domesticidade, gênero e cultura material*. São Paulo: Centro de Preservação Cultural da USP: EDUSP, 2017.

OLIVEN, Ruben George. A antropologia e a cultura brasileira. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 74-88, 1. sem. 1989.

PINTO, Estevão. Muxarabis e balcões. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Ministério da Educação e Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1943.

RIOS, Vitor Peixoto Lucas; AMARO, Venerando Eustáquio. Caracterização dos depósitos sedimentares holocênicos no sistema de ilhas barreiras do estuário de Diogo Lopes, litoral setentrional do Rio Grande do Norte. *Revista de Geologia*, Fortaleza, v. 25, p. 55-55, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/geologia/article/view/1360>.

RODRIGUES, José Wash. A casa de morada no Brasil antigo. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Ministério da Educação e Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1945.

SANTANA do Matos. Diário de Natal, ed. 01854, 24 abr. 1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=mocambo&pagfis=30047.

SANTOS, Fabrício Lyrio. A civilização como missão: agentes civilizadores de índios na Bahia colonial no contexto da política pombalina. *Tempo* [online], Niterói, v. 22, n. 41. p. 533-550, set-dez. 2016.

SOARES, P. A quem ler. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. I-II, n. 1-2, 1909.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. A casa e a formação de uma tradição: o caso de Natal-RN (1600-1700). In: SEMINÁRIO ARQUITETURA VERNÁCULA/POPULAR, 3., 2021, Salvador. *Anais [...]*. Salvador, 2021..

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Arquitetura vernacular. Em busca de uma definição. *Arquitextos*, São Paulo, v. 1, p. 201.01, 2017.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Combatendo a habitação tradicional: uma história antiga. In: PROJETER: ARQUITETURA, CIDADE E PAISAGEM: PROJETER EM CONTEXTO DE CRISE, 10., 2021, Lisboa. *Pensar*. Lisboa: CIAUD, Faculdade de Arquitetura [Universidade de Lisboa], 2021. v. 1. p. 7-17.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Gênese e formação histórica do território potiguar: uma breve análise a partir da cartografia. *Confins* [online], n. 32, 2017.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Natal, vila ou cidade? *Mercator*, Fortaleza, v. 18, e18001, 2019.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. O rio Potengi e a cidade do Natal em cinco tempos históricos: aproximações e distanciamentos. *Confins* [online], n. 23, 2015b.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Os desenhos da cidade: as representações da cidade do Natal no século XVII. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, p. 68-96, jan.-abr. 2020.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Terra, casa e produção: repartição de terras da capitania do Rio Grande (1614). *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 105-124, maio-ago., 2014.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. Sobrados coloniais: um tipo só? In: *Cadernos do PROARQ*, Programa de Pós-graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano 1 [1997] n. 19, p. 194-211, dez. 2012.

TROLEI, Adriano Lima; SILVA, Bruno Lopes. Os recursos hídricos do Rio Grande do Norte: uma análise da vulnerabilidade territorial ao colapso no abastecimento de água. *Confins*, n. 34, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/12901>.

ZEIN, Ruth Verde. Breve introdução à Arquitetura da Escola Paulista Brutalista. *Arquitextos*: Vitruvius, São Paulo, ano 6, n. 069.01, fev. 2006. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.069/375>.

Trabalhos e pesquisas acadêmicas

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza. *A Faiança portuguesa dos séculos XVI ao XIX em Vila Flor*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

ALDRIGUE, Maryá de Sousa. Aparências da forma e forma do espaço: análise da configuração espacial de residências unifamiliares dos anos 1970 em João Pessoa-PB. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. *Habitação social no Nordeste: a atuação das CAPs e dos IAPs (1930-1964)*. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.

ALVES, Anita; CAVALCANTI, Dulce. *Inventário de arquitetura pré-modernista na Cidade Alta construído até a 2ª Guerra Mundial*. 1989. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1989.

AMORIM, Luiz Manoel do Eirado. *The sectors' paradigm: a study of the spatial and functional nature of modernist housing in northeast Brazil*. 1999. Thesis (Doctoral Thesis) – University College London, London, 1999.

ARAÚJO, Denilson da Silva. *Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)*. 2009. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

ARAÚJO, Ricardo Ferreira de. *Arquitetura residencial em João Pessoa-PB: a experiência moderna nos anos 1970*. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

ASSIS, Isadora Furtado de. *Relicário transitável: uma proposta de reabilitação do patrimônio arquitetônico e urbanístico da Mina Brejuí*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

AZEVEDO, Ana Paula Fernandes de. *A porta do sobradinho: a acessibilidade espacial integrando o centro histórico de Natal-RN*. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

BELCHIOR, Flávia Valânea Souza. *Morfologia e distribuição de dunas submersas do estuário do Rio Potengi (Natal-RN)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Geodinâmica e Geofísica) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

BORBA, Adriana Carla de Azevedo. *Da promessa à realidade: a cidade potiguar no século XIX a partir do olhar da elite*. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

BORGES, Ariane Magda. *Vernaculares: a casa de fazenda seridoense do século XIX como exemplo de adaptação ao clima semiárido*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

BORGES, Jennifer dos Santos. *Modernismo de elite e modernismo popular no Tirol*. 2001. Trabalho disciplinar apresentado no curso de História e Teoria da Arquitetura 3. Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001.

BRITO, João Fernando Barreto de. *Colônia agrícola Sinimbú: entre a regularidade do espaço projetado e os violentos confrontos do espaço vivido (Rio Grande do Norte, 1850-1880)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

CARMO JUNIOR, João Batista. *Análise morfológica comparativa de uma casa pré-modernista em Natal – RN: da década de 40 aos dias atuais, suas modificações e permanências*. 1999. Trabalho disciplinar apresentado no curso de História e Teoria da Arquitetura 2. Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1999.

CERQUEIRA, Maria Cândida Teixeira de. *Reconstruindo o desenho do habitat da reforma agrária: legado e possibilidades para o Estado*. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

CORREIA, Luciana *et al.* *Análise morfológica de alguns exemplares do Bairro de Tirol*. 1999. Trabalho disciplinar apresentado no curso de História e Teoria da Arquitetura 3. Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1999.

CRUZ, Luana Honório. *Os caminhos do açúcar no Rio Grande do Norte: o papel dos engenheiros na formação do território potiguar*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

DANTAS, Ana Carolina de Carvalho. *Sanitarismo e planejamento urbano: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

DANTAS, George Alexandre Ferreira. *Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em Natal nos anos 1920*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Velhas Fazendas da Ribeira do Seridó-RN*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado nas Ribeiras do Norte*. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FEIJÓ, Paulo Heider Forte. *A arquitetura tradicional de Acari no século XIX: estudo comparativo entre a casa grande de fazenda e a casa urbana*. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

FERNANDES, Mario Rique. *Refazendo o sertão: o lugar do buriti (*Mauritia flexuosa* Linn.f.) na cultura sertaneja de Terra Ronca – GO*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, DF, Brasília, 2009.

FONSECA, Marcos Tavares. *Memória e história da antiga Vila de Cuitezeiras Pedro Velho/RN (1861 a 1936)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. *Um porto atlântico colonial da América portuguesa: a participação de Jaraguá na formação do território alagoano e na gênese da cidade de Maceió*. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

GOVINDIN, Julienne Louise dos Santos. *Agroindústria canvieira e unidade de conservação: impactos sociais na comunidade de pescadores de Baía Formosa (RN)*. 2014.

Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

KLÜPPEL, Griselda Pinheiro. *A casa e o clima: (trans)Formações da arquitetura habitacional no Brasil (Século XVII - Século XIX)*. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

LIMA, Monique Maia de. *Por um chão “na rua que vai para o rio de beber: os vassalos d’El Rei e a configuração espacial da cidade do Natal setecentista (1700-1785)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

LOPES, Fátima Martins. *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

LOPES, Fátima Martins (org.). *Catálogo de documentos avulsos da Capitania do Rio Grande do Norte (1623-1823)*. Natal: EDUFRN, 2000.

LOUREIRO, Thiago José de Azevedo. *Competitividade dos produtores rurais de cana-de-açúcar da Região Agreste do Rio Grande do Norte*. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

MARINHO, Fábio Daniel Pereira. *A reprodução do espaço da pequena produção rural familiar em Canguaretama/RN*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

MARTINS, Fátima Lopes. *Em nome da liberdade: as “vilas de índios” no Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MELO, Alexandra Consulin Seabra de. *Yes, nós temos arquitetura moderna!: reconstrução e análise da arquitetura residencial moderna em Natal das décadas de 50 e 60*. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

OLIVEIRA, Livia Nobre. *Arcaico modos de amar: proposta de boas práticas para o casario antigo caicoense*. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

OLIVEIRA, Maria H. A. *Meio século de arquitetura: um panorama da produção modernista natalense (1930-1980) em um repositório de estudos disciplinares*. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

RAMOS, Henrique S. M. *Petrópolis, cidade sempre nova: inventário da arquitetura doméstica de um bairro em transformação e estudo da trajetória de sua ocupação*.

1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1999.

ROCHA, Ana Karolina Rodrigues da. *Caracterização morfodinâmica do estuário do Rio Açu, Macau/RN*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geodinâmica e Geofísica) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Dos caminhos de água aos caminhos de ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de comunicação (1820-1920)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SANTANA, Ugo Dantas de. *Cada peça em seu lugar: recorrências e particularidades na configuração espacial de casas modernas em Fortaleza – 1960 a 1976*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SATHIAWATHY, M. R. B. L. *A questão do conforto numa casa modernista: a casa da esquina*. 2003. Trabalho disciplinar apresentado no curso de História e Teoria da Arquitetura 3. Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

SILVA, Adielson Pereira da. *Cartografia histórica da vegetação do Rio Grande do Norte no Século XX: análise documental e geoespacial para a gestão do território*. 2020. Dissertação (Mestrado. Programa em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

SILVA, Adriano Wagner da. *Engenharia nos sertões nordestinos: o Gargalheiras, a Barragem Marechal Dutra e a comunidade de Acari, 1909-1958*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SILVA, Patrícia R. N. *De fora para dentro: análise morfológica de duas edificações modernistas*. 2000. Trabalho disciplinar apresentado no curso de História e Teoria da Arquitetura 3. Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000.

SILVA, Roberto Airon. *Uma arqueologia das casas fortes: organização militar, território e guerra na capitania do Rio Grande – século XVII*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. A construção da espacialidade Cidade Nova (Natal) durante a Primeira República. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. *Anais* [...]. Natal, 2013.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Preservação ambiental versus planejamento urbano: o caso de Genipabu – RN*. 1986. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1986.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Tradition and change in the domestic environment of the unplanned urban settlements: a case study: Natal, Northeast Brazil*. 1990. Master Thesis (Master) – McGill University, Montreal, 1990.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *De la ville de Dieu à la ville des hommes: la sécularisation de l'espace urbain dans le Rio Grande do Norte*. 2002. Thèse (Doctorat en Études Urbaines) – École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, 2002.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. *Oh de fora! Um estudo sobre a arquitetura residencial pré-modernista do Recife, enquanto elemento básico de composição do cenário urbano*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989. 2 v.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. *Change (and continuity) in domestic space design: a comparative study of nineteenth and early twentieth century houses in Britain and Recife*. 1995. Thesis (Doctoral Thesis) – University College London, London, 1995.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. *Arquitetura moderna em Natal: forma, espaço e sociedade*. Projeto de Pesquisa. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012-2013 (Apoio CNPq – iniciação científica).

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. Is there a Brazilian home? An overview of domestic space and modes of life. In: SSS¹⁰ 10TH INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, London, 2015. *Proceedings* [...], London, v. 3, p. 11-12, 2015.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria; MEDEIROS, Valério A. s. Of dwellings and streets that connect: a brief honey-moon. In: INTERNATIONAL SEMINAR ON URBAN FORM, Ouro Preto, 2007. *Proceedings* [...], Ouro Preto, v. 1, p. 1-20, 2007.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria et al. *Inventário de uma herança ameaçada: registro e estudo de centros históricos do Seridó*. Projeto de Extensão. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1997-2000.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria et al. *Vestígios passados em visões atuais de rua: monitorando a arquitetura eclética e moderna de Natal por meio de recursos de tecnologia de informação e comunicação*. Projeto de Pesquisa [Apoio CNPq – iniciação científica]. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013-2014.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria et al. *Arquitetura moderna em Natal: forma, espaço e sociedade*. Projeto de Pesquisa. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013-2015.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria et al. *Arquitetura residencial modernista do Rio Grande do Norte: espaço doméstico e sociedade*. Projeto de Pesquisa [Apoio CNPq – iniciação científica]. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015-2017.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria *et al.* *A forma da norma e os usos da forma: arquitetura e modos de convívio em edifícios e espaços públicos*. Projeto de Pesquisa [Apoio CNPq – iniciação científica]. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020-2021.

VIEGAS, Cíntia Camila Liberalino. *Em busca de uma ambiência histórica: transformações na forma urbana e percepção da historicidade do sítio histórico de Natal-RN*. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017.

Sítios eletrônicos (webgrafia)

GARCIA, Maria Fernanda. *Aldeia Afukuri, da etnia indígena Kuikuro*. 1 fotografia. Disponível em: observatorio3setor.org.br/noticias/i-encontro-multicultural-inicia-etapa-no-territorio-indigena-do-xingu/. Acesso em: 28 nov. 2024

JABLONSKY, Tibor. *Avenida Circular: município de Natal*. 1957. 1 fotografia. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=410869>. Acesso em: 22 nov. 2024. Tibor. *Avenida Circular: município de Natal*. 1957. 1 fotografia. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=410869>. Acesso em: 22 nov. 2024.

JOHNSTON, Frances Benjamin. *Booth House, Edenton, Chowan County, North Carolina*. 1936. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.alamy.com/booth-house-edenton-chowan-county-north-carolina-carnegie-survey-of-the-architecture-of-the-south-united-states-north-carolina-chowan-county-edenton-chimneys-gambrel-roofs-houses-porches-image532690875.html?imageid=3D498692-F98C-4D76-A624->. Acesso em: 21 nov. 2021.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Malerische Reise in Brasilien*. Paris, Mülhausen: Engelmann & Cie, 1835. 1 v. il. grav. color. 50 x 35 cm. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227417>. Acesso em: 21 nov. 2024.

Outros links

O ENGENHO Ilha do Maranhão foi a primeira usina do Rio Grande do Norte. *História de Canguaretama*. Disponível em: <http://historiadecanguaretama.blogspot.com/2013/03/o-engenho-ilha-do-maranhao-foi-primeira.html>. Acesso em: 12 jul. 2019.

RAZÃO do Estado do Brasil: Rio Grande Capitania de Sua Majestade. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Disponível em: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126_item1/P252.html.

CRATERRE: cultures constructives et développement durable. Disponível em: <http://craterre.org/>.

SOBRE O AUTOR

Rubenilson Brazão Teixeira é graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com mestrado em Minimum Cost Housing pela McGill University, Montreal, Canadá; doutorado em Études Urbaines pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França; e pós-doutorado pela Université de La Rochelle, França. Professor Titular, atua na graduação e na pós-graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, na orientação de pesquisas acadêmicas e em várias outras atividades. Suas pesquisas têm possibilitado diversas publicações, entre as quais resenhas, artigos e capítulos de livro no Brasil e no exterior. Atualmente, é pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. Foi vencedor do Prêmio Pesquisador Destaque da UFRN, Edição 2022, na área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Letras e Artes. No universo da Arquitetura e Urbanismo, atua principalmente nas áreas de história da arquitetura e da cidade, projeto e habitação.

Título Tão longe, tão perto: a casa vernacular
e as dinâmicas da tradição

Autoria Rubenilson Brazão Teixeira
com participação de Edja Trigueiro

Formato *E-book* (PDF)

Tipografia Bermino Sans e Noort

Desenvolvimento Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife-PE
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
editora@ufpe.br | editora.ufpe.br

Em aldeias indígenas lacunarmente descritas em manuscritos do século xvi; num refúgio erigido na periferia rural potiguar pelo negro então escravizado; no traçado replicado pela casa-grande dos engenhos em diferentes estados do Nordeste: partindo de fontes primárias reunidas e analisadas ao longo de mais de trinta anos de pesquisas, além de extensa bibliografia especializada, Rubenilson Brazão Teixeira, em *Tão longe, tão perto*, revisita esses e outros lugares no enalço de uma criação secular, coletiva, anônima – a casa tradicional potiguar. O longo arco histórico descrito na cultura por essa forma seminal de construir e morar é aqui apresentado em estudada periodização, que vai do Brasil Colônia à contemporaneidade, e cujo interesse excede os limites territoriais do Rio Grande do Norte para alcançar os estados vizinhos da Paraíba, de Pernambuco e do Ceará. Além das longínquas fases de sua formação (1600-1700) e posterior consolidação (1700-1850), o percurso aqui proposto também dá conta de uma flagrante proximidade: a presença insidiosa dessa mesma tradição vernacular nos atuais centros urbanos, em exemplares que documentam as fases tanto de sua transformação (1850-1950) quanto de sua eventual desconstrução (a partir de 1950), num jogo de complexa oscilação entre a extinção e a permanência.

Produzido com o rigor da pesquisa, sob o critério de duas universidades – a UFPE, como editora, e a UFRN –, é também com prazer que este livro redescobre a cada página seu objeto de estudo, na escrita cativante e em mais de 80 desenhos assinados pelo autor. Para especialistas e para interessados na cultura brasileira irrestritamente.

UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

